

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

Contemporânea

REVISTA DE SOCIOLOGIA DA UFSCar

• v. 11 n. 2 • Maio - Agosto de 2021 •

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar é revista semestral do Departamento e do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da UFSCar. Publica artigos, entrevistas e resenhas da área das ciências sociais, com ênfase sociológica.

Dirige-se a um público científico e privilegia um olhar sociológico contemporâneo sobre questões da sociedade brasileira e internacional.

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar tem por objetivo veicular a produção de pesquisadores/ as nacionais e estrangeiros criando diálogos sobre temas de fronteira das ciências sociais. É particularmente aberta a abordagens emergentes sobre novos conflitos sociais, diferenças de gênero, sexualidade, raça/etnia assim como outras formas de desigualdade, deslocamentos, processos migratórios, territorialidades e mobilidades, religiosidades, sustentabilidade, transformações no trabalho e nas profissões, violência, novas articulações entre teoria e empiria, revisões teóricas a partir dos desafios de pesquisa do presente e novas configurações do Estado e formas de governança.

Comitê e Equipe Editorial: Jorge Leite Júnior, Priscila Martins Medeiros, Svetlana Ruseishvili, Beatriz Patriota (editora assistente) e João Pedro Volante (editor assistente).

Conselho Editorial:

Antonio Carlos Witkoski (Universidade Federal do Amazonas)
Berenice Bento (Universidade Federal do Rio Grande do Norte)
Carlos Lista (Universidad Nacional de Córdoba- Argentina)
Carlos Serra (Universidade Eduardo Mondlane - Moçambique)
Celi Scalon (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
Cibele Rizek (Universidade de São Paulo/Universidade Federal de São Carlos)
Daniel Cefai (Ecole de Haute Etudes en Sciences Sociales - France)
Evelina Dagnino (Universidade Estadual de Campinas)
Franck Poupeau (Ecole de Hautes Etudes en Sciences Sociales- France)
Howard Becker (Pesquisador Independente - EUA)
Irly Barreira (Universidade Federal do Ceará)
José Ricardo Ramalho (Universidade Federal do Rio de Janeiro)
José Vicente Tavares dos Santos (Universidade Federal do Rio Grande do Sul)
Luís Roberto Cardoso de Oliveira (Universidade de Brasília)
Maria Filomena Gregori (Universidade Estadual de Campinas)
Miriam Adelman (Universidade Federal do Paraná)
Ricardo Mariano (Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul)
Sérgio Adorno (Universidade de São Paulo)
Sérgio Miceli (Universidade de São Paulo)

Dados Internacionais de Catalogação da Publicação

Contemporânea - Revista de Sociologia da UFSCar / Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos. – v. 11, n. 2, maio - agosto (2021) - , - São Carlos: DS e PPGS-UFSCar, 2021.

Quadrimestral

ISSN Eletrônico: 2316-1329

1. Ciências Sociais; 2. Sociologia; 3. Antropologia; 4. Ciência Política

Versão eletrônica disponível em www.contemporanea.ufscar.br

Indexadores: DataÍndice; Latindex; Diadorim; CLASE - Citas Latinoamericanas en Ciencias Sociales y Humanidades; OASISBR - Portal Brasileiro de Acesso à Informação Científica; SEER UFSCar - Sistema Eletrônico de Editoração de Revistas. Disponível também através dos portais Portal de Periódicos da CAPES, Sumarios.org (nacional) e LA Referencia, RCAAP, REDIB, Web of Science, Libreria Latinoamericana y Caribeña de Ciencias Sociales CLACSO, Scientific Indexing Services (SIS) e BIBLAT - Bibliografía Latinoamericana en revistas de investigación científica y social (internacionais).

Endereço:

*Departamento e Programa de Pós-Graduação em
Sociologia
UFSCar*

Rodovia Washington Luís, km 235 Caixa Postal 676

São Carlos – SP 13.565-905 Brasil

Fone/Fax: (Country Code 55) 11-3351-8673

e-mail: revcontemporanea@gmail.com

Sumário

Dossiê Sociologias da Deficiência

ORGANIZADO POR FAGNER CARNIEL E ANAHÍ GUEDES DE MELLO

Quem escreve pela deficiência na Sociologia brasileira?

FAGNER CARNIEL

ANAHÍ GUEDES DE MELLO

Vida Independente para pessoas com deficiência: do individualismo à autodeterminação

FERNANDO FONTES

BRUNO SENA MARTINS

Realmente falta escolaridade? Estudo sobre as chances de ter um emprego formal (celetista ou estatutário) ou informal entre pessoas com e sem deficiência, por gênero

LUCIANA ALVES DRUMOND ALMEIDA

ELAINE MEIRE VILELA

Corpos que não existem mais: narrativas biográficas sobre as transformações do corpo e novas formas de vida

EUDENIA MAGALHÃES BARROS

Apontamentos sobre as possibilidades de uma Sociologia da deficiência

MARCO ANTÔNIO GAVÉRIO

Artigos

Aprisionando mulheres em seus papéis de gênero: análise de uma prisão materno-infantil

LUANA HORDONES CHAVES

ISABELA CRISTINA ALVES DE ARAÚJO

¿El macho “apichonado”? Masculinidad, emociones y relaciones de género en los relatos de varones que pagan por sexo en Argentina.

SANTIAGO MORCILLO

ESTEFANÍA MARTYNOWSKYJ

MATÍAS DE STÉFANO BARBERO

“Há terra para financiar nesse verão”: a reposição da expropriação e da violência nos grandes projetos de desenvolvimento econômico no Brasil e uma crítica ao debate sobre a financeirização

JOANA BARROS

GUSTAVO PRIETO

Representações da agricultura nos cursos de agronomia: Um campo de disputas

CLEBER JOSÉ BOSETTI

HELOISA MARIA DE OLIVEIRA

A narrativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto entre a ação direta e a disputa eleitoral

PHILIPPE SCERB

Retornando ao arquivo colonial: vestígios civilizatórios na missão militar de instruir e sanear populações pesqueiras no Brasil

CAROLINA DE OLIVEIRA E SILVA CYRINO

Desafios da democratização em Moçambique (1990-2014): uma análise crítica da geopolítica nacional

Albino Massimaculo

ÓSCAR MORAIS FERNANDO NAMUHOLOPA

DIJACI DAVID DE OLIVEIRA

E depois do fim? Transições políticas na crise da democracia contemporânea

MATHEUS G. M. FERREIRA

GUSTAVO PACCELLI

Em torno da ideologia - Notas sobre o “falseamento da realidade”

MARCELO DE SOUZA MARQUES

Olhares digitais: aportes metodológicos para uma sociologia das imagens em mídias digitais

TÚLIO CUNHA ROSSI

Hospitalidade e acolhimento na romaria de Nossa Senhora de Nazaré

RICARDO FRUGOLI, MIRIAN REJOWSKI

SÊNIA REGINA BASTOS

Resenhas

O declínio da criminalidade e a transformação da vida urbana nas cidades norte-americanas

HERBERT RODRIGUES

Contents

Dossier Sociologies of Disability

Dossier organized by FAGNER CARNIEL E ANAHÍ GUEDES DE MELLO

Who writes for disability in Brazilian Social Theory?

FAGNER CARNIEL

ANAHÍ GUEDES DE MELLO

Independent Living for Disabled People: from individualism to self-determination

FERNANDO FONTES

BRUNO SENA MARTINS

Is there really a lack of schooling? Study on the chances of having a formal job (CLT or statutory) or informal among people with and without disabilities, by gender

LUCIANA ALVES DRUMOND ALMEIDA

ELAINE MEIRE VILELA

Bodies that no longer exist: biographical narratives over body transformations and new ways of living

EUDENIA MAGALHÃES BARROS

Notes on the possibilities of a sociology of disability

MARCO ANTÔNIO GAVÉRIO

Articles

Imprisoning women in their gender roles: analysis of a maternal and child prison

LUANA HORDONES CHAVES

ISABELA CRISTINA ALVES DE ARAÚJO

¿The “wimped” macho? Masculinity, emotions and gender relations in the stories of men who pay for sex in Argentina.

SANTIAGO MORCILLO

ESTEFANÍA MARTYNOWSKYJ

MATÍAS DE STÉFANO BARBERO

“Há terra para financiar nesse verão”: the replacement of expropriation and violence in major economic development projects in Brazil and a critique of the financialization debate

JOANA BARROS

GUSTAVO PRIETO

Agriculture representations in agronomy courses: A field of disputes

CLEBER JOSÉ BOSETTI

HELOISA MARIA DE OLIVEIRA

The narrative of the Homeless Workers Movement MTST between direct action and electoral campaigns

PHILIPPE SCERB

Returning to the colonial archive: civilizing traces in the military mission of instructing and sanitizing fishing populations in Brazil

CAROLINA DE OLIVEIRA E SILVA CYRINO

Challenges of democratization in Mozambique (1990-2014): a national geopolitical critical analysis

ÓSCAR MORAIS FERNANDO NAMUHOLOPA

DIJACI DAVID DE OLIVEIRA

And after the end? Political transitions in the crisis of contemporary democracy

MATHEUS G. M. FERREIRA

GUSTAVO PACCELLI

Around ideology - Notes on "false consciousness"

MARCELO DE SOUZA MARQUES

Digital views: methodological contributions to a sociology of images in digital media

TÚLIO CUNHA ROSSI

Religious tourism, hospitality and welcoming acts in the pilgrimage of our Lady of Nazareth: the path to the Mother's holy house

RICARDO FRUGOLI, MIRIAN REJOWSKI

SÊNIA REGINA BASTOS

Book reviews

The criminality decline and the transformation of urban life in North American cities

HERBERT RODRIGUES

Dossiê Sociologias da Deficiência

ORGANIZADO POR FAGNER CARNIEL E ANAHÍ GUEDES DE MELLO



Quem escreve pela deficiência no pensamento social brasileiro?

Fagner Carniel¹

Anahí Guedes de Mello²

Resumo: Quais são as gramáticas que favorecem a compreensão da deficiência no pensamento social brasileiro? Neste artigo, organizado em torno de um amplo processo de revisão bibliográfica, discute-se alguns dos itinerários que possibilitaram a recente postulação desta categoria como um marcador social relevante para a compreensão das múltiplas camadas de desigualdade e opressão que constituem o tecido social em que vivemos. Por fim, argumenta-se que tal aproximação entre teoria social e deficiência detém o potencial de ensejar projetos de futuro mais acessíveis e inclusivos a todas as pessoas.

Palavras-chave: Estudos da Deficiência. Modelo Social da Deficiência. Pensamento Social Brasileiro. Teoria Social. Sociologia.

Who writes for disability in Brazilian Social Theory?

Abstract: *What are the grammars that support the understanding of disability in Brazilian Social Theory? This article, organized around a wide bibliographic review process, discusses some of the itineraries that enabled the recent postulation of this category as a relevant social marker for understanding the multiple layers of inequality and oppression that constitute the social fabric in which we live. Finally, it is argued that such an approximation between social theory and disability holds the potential to provide future projects that are more accessible and inclusive for all people.*

Keywords: Disability Studies. Social Model of Disability. Brazilian Thought. Social Theory. Sociology.

¿Quién escribe por la discapacidad en el pensamiento social brasileño?

Resumen: ¿Cuáles son las gramáticas que favorecen la comprensión de la discapacidad en el pensamiento social brasileño? En este artículo, organizado en torno a un amplio proceso de revisión bibliográfica, se analizan algunos de los itinerarios que posibilitaron la postulación reciente de esta categoría como un marcador social relevante para comprender las múltiples dimensiones de la desigualdad y opresión que constituyen el tejido social en el que vivimos. Finalmente, argumentamos que tal aproximación entre la teoría social y la discapacidad tiene el potencial de crear proyectos futuros más accesibles e inclusivos para todas las personas.

Palabras clave: Estudios de la Discapacidad. Modelo social de la Discapacidad. Pensamiento Social Brasileño. Teoría Social. Sociología.

¹ Universidade Estadual de Maringá (UEM) – Maringá – Brasil - fagnercarniel@yahoo.com.br – Orcid – <https://orcid.org/0000-0002-7453-1993>

² Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero – Brasília – Brasil – a.mello@anis.org.br – Orcid – <https://orcid.org/0000-0002-5536-7171>

INTRODUÇÃO

As relações entre deficiência e pensamento social possuem uma longa e controversa tradição nos circuitos intelectuais brasileiros. Um dos personagens mais ilustres nessa história de aproximações e de apagamentos provavelmente foi Afonso Henriques de Lima Barreto. Neto de escravos e nascido em 1881, em uma família de classe média alfabetizada, na cidade do Rio de Janeiro, o jornalista e escritor carioca se notabilizou por sua extensa e rica obra literária. Por meio dela, nunca deixou de denunciar o que Lilia Moritz Schwarcz (2017: 26) já denominou como “as mazelas da escravidão no Brasil, os mecanismos de humilhação, bem como as diversas formas de racismo por aqui vigentes”.

Naquele contexto, marcado por discursos deterministas e higienistas acerca da mestiçagem, a ideia de raça sustentou assimetrias, hierarquias, relações de mando e de submissão que naturalizaram diferenças sociais e legitimaram a manutenção de um sistema de poder capacitista, paternalista e racista que estruturaria no país os contornos de sociedade desigual, excludente e violenta em que vivemos. Em particular, começava a se solidificar uma aliança perversa entre a ideologia do branqueamento e a da degenerescência, que produziria diferentes práticas e visões eugênicas ao longo de todo o século XX e cujos desdobramentos ainda assolam nossas coletividades.

Lima Barreto experimentou na família e na própria pele as consequências das supostas determinações hereditárias que lhes foram socialmente impostas. Sua mãe, Amália Augusta, faleceu de tuberculose em 1887, quando ele tinha apenas 6 anos de idade. Em março de 1890, seu pai, João Henriques de Lima Barreto, que sofrera de surtos psicóticos há quase uma década, reuniu a família, deixou seu prestigiado trabalho como tipógrafo e mudou-se para se tornar administrador das Colônias de Alienados na Ilha do Governador. Ainda menino, Lima Barreto viveu a maior parte de seu tempo junto aos internos daquele manicômio, onde começaria a ver de perto as relações obscenas entre raça, pobreza e deficiência que se estabeleceram no Brasil³.

O que esses breves traços da biografia de Lima Barreto hoje nos ensinam é que a loucura, enquanto deficiência psicossocial (Mello, 2014), opera como um marcador de desigualdades e de diferença que se entrelaçam em múltiplos mecanismos de opressão. Contudo, sua história também pode nos ensinar outras coisas. Aprendemos a compreender que pessoas “deficientizadas” por sua condição corporal, intelectual ou sensorial sempre estiveram por aí, antes dele, depois dele, produzindo, pensando, participando. E ainda que algumas dessas produções possam ter sido valorizadas, suas trajetórias pessoais foram sistematicamente invalidadas, incapacitadas, degeneradas, aleijadas, alienadas ou, como propõe Cristina Lobo (2008), invisibilizadas ou aliadas em nossa memória coletiva por meio da construção de sua “infâmia”.

Histórias como a de Lima Barreto, e de tantas outras pessoas que apesar de tudo conseguiram ocupar a cena pública em nosso país, revelam-se paradigmáticas desse processo de fabricação social de toda sorte de ignorâncias em relação à circulação das experiências, das ideias, das realizações e das perspectivas de pessoas representadas pelo signo da *deficiência* no Brasil. São histórias que denotam o tipo de normalidade que se estabeleceu de maneira hegemônica entre nós, configurando projetos societários que se declararam “perfeitamente perfeitos” e que “deveriam” ser perseguidos contra qualquer “anormalidade”. Essa concepção de normalidade provavelmente também está na raiz das dificuldades que temos para reconhecer as profundas intersecções entre os processos de racialização, de generificação e de deficientização.

3 Ao longo de sua vida, Lima Barreto foi internado duas vezes no Hospício Nacional dos Alienados, com sede no Rio de Janeiro, por seus supostos “delírios alcoólicos”. Em Diário do Hospício e O Cemitério dos Vivos, obras inacabadas publicadas postumamente em volume único em 2010 pela editora Cosac Naify, o escritor satiriza suas experiências com a loucura como uma forma de denúncia do então emergente movimento eugênico que se deflagrou na psiquiatria brasileira nos princípios do século XX, sob o argumento da “purificação da raça”.

Ao menos, desde meados de 1970, os estudos sobre deficiência (*Disability Studies*) vêm despontando como um território acadêmico interdisciplinar de investigação a respeito do fenômeno social da deficiência a partir do uso de metodologias e ferramentas analíticas das teorias sociais. Atualmente, são vários os programas de graduação e pós-graduação que já esboçam essa proposta em muitos países do “Norte Global”, desde as mais variadas linhas teóricas, mas ainda não têm significativa presença nas Ciências Sociais brasileiras, em especial no campo da Sociologia. Diante deste cenário, que tipo de compromissos e sensibilidades precisaríamos começar a cultivar para conseguir reatar os fios que compõem o tecido de nossa humanidade?

Neste artigo, que inaugura na *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, o dossier *Sociologias da Deficiência* organizado por nós, estruturado em torno de um amplo processo de revisão bibliográfica⁴, discute-se alguns dos itinerários que possibilitam a postulação da deficiência enquanto uma categoria simultaneamente política, existencial e analítica. Em uma leitura retrospectiva das transformações acadêmicas que permitiram, na cena nacional, certos afastamentos heurísticos em relação aos modelos biomédicos e a aproximação com o campo discursivo dos *Disability Studies*, sugere-se que as múltiplas sociologias da deficiência formuladas, ao longo das últimas décadas, contribuíram para pluralizar e politizar o modo pelo qual compreendemos o social, bem como para criar novas alianças que nos possibilitem rearticular interpretações do país e formular projetos de futuro mais acessíveis e inclusivos para todas as pessoas.

Gramáticas da deficiência no Brasil oitocentista

Ao longo do século XIX, na passagem do primeiro para o segundo reinado português no Brasil, certas concepções, que influenciariam decisivamente a configuração moderna de uma noção biomédica para a deficiência, foram sendo progressivamente incorporadas ao vocabulário das novas elites urbanas que se formaram no país. Ideais de “civilidade”, “filantropia” e “instrução”, tão corriqueiros para quem podia abrir o Jornal do Comércio por volta de 1850⁵, são apenas uma expressão provável do fascínio exercido pelas propostas ilustradas de controle e reabilitação de pessoas, até então consideradas simplesmente como “anormais” (Foucault, 2001), sobre o imaginário civilizatório daquela sociedade de corte que se instalou no Rio de Janeiro. Desse modo, uma promessa de “progresso” societário se desenharia no horizonte político e intelectual das elites emergentes da época, a partir da importação de saberes científicos emergentes sobre o higienismo, que estiveram associados ao desejo de “normalização” e de “correção” de corpos individuais.

Tais discursos oitocentistas que cruzaram o Atlântico em direção ao Sul colonial rotinizar-se-iam entre nós enquanto “saberes universais” acerca dos múltiplos “tipos” de deficiência ou de enfermidades catalogadas pela medicina europeia então dominante, em especial a psiquiatria. Legitimados, sobretudo, pelos desenvolvimentos científicos apresentados em circuitos intelectuais parisienses e londrinos, prestigiados pelas elites brasileiras do período (Bresciani, 1982), esses saberes arrogariam para si a tarefa de orientar qualquer prática localizada de agenciamento ou tratamento de sujeitos que até aquele momento eram concebidos como “amaldiçoados”, “defeituosos”, “degenerados”, “grotescos”, “idiotas”, “improdutivos”, “impuros”, “incorrigíveis”, “monstruosos” ou mesmo

⁴ Em especial vinda de boa parte sobre os “antecedentes do modelo social da deficiência no Brasil” em Mello, Nuernberg e Block (2014) e Mello, Block e Nuernberg (2016).

⁵ Em circulação na cidade do Rio de Janeiro desde 1827, o Jornal do Comércio foi um dos principais veículos de imprensa do período e notabilizou-se por apresentar informações econômicas, análises políticas conservadoras e notícias diversas do país e do exterior (Sodré, 1966).

“perigosos” (Lobo, 2008).

Tratou-se, portanto, de uma tentativa sistemática de rompimento com sistemas de crenças, práticas e valores religiosos a respeito do corpo humano, e de valorização de técnicas, de racionalidades e de intervenções que pretendiam unificar e tornar inteligíveis todo o espectro das ditas “anormalidades” que estariam supostamente “dificultando” o progresso moral e societário que se almejava para o país. Um movimento que acabaria consolidando no Brasil aquilo que Lennard J. Davis (1995) já chamou de “o século dos asilos”, em referência aos dispositivos de biopoder inventados na Inglaterra vitoriana e progressivamente disseminados como mecanismos de poder pelo mundo colonial para administrar e normalizar a vida das populações socialmente classificadas pelos “modernos” saberes médicos, terapêuticos e psiquiátricos (Carpenter, 2010).

Assim, enquanto o capitalismo industrial se consolidava nos países centrais da Europa Ocidental (Thompson, 1987) e as sociedades coloniais que haviam se estabelecido nas Américas vivenciavam profundas transformações em suas estruturas sociais, a partir da ascensão de ideais republicanos e abolicionistas (Carvalho, 1987), a obsessão do pensamento moderno pela “normalidade” colocou ênfase no corpo como meio de produção da vida e na produtividade como o caminho privilegiado para a cidadania pretendida para os diferentes projetos nacionais em disputa. Nesse sentido, *ser “defeituoso”, “aleijado” ou “alienado”* tornou-se um valor mais “triste” ou “trágico” do que “exótico”, “assustador” ou “engraçado”. Afinal, caso uma pessoa fosse considerada “incapaz”, ou deixasse de apresentar as “capacidades corporais e intelectuais” esperadas para se integrar ao modo “médio” de interação social, ela experimentaria o rebaixamento de seu status social e seria identificada como um “problema a ser corrigido” pela nação (Machado *et al.*, 1978).

As diferentes figurações da “desordem” representada por certos indivíduos ou comportamentos que transgrediam os ideais corponormativos capacitistas e racistas de um “corpo típico da espécie” (Campbell, 2009) parecem ter configurado um fundo cultural “arcaico” contra o qual determinadas instituições seriam criadas e certas práticas científicas seriam mobilizadas em nosso território. Portanto, ambientado pela crescente influência do positivismo (Bosi, 2004) e, posteriormente, por projetos eugênicos de medicalização e higienização social (Schwarcz, 1993), também no Brasil o século XIX notabilizou-se por meio da construção de estabelecimentos para o tratamento de pessoas consideradas “defeituosas”, “aleijadas” ou “alienadas”. Com esse espírito, que ambicionou construir a “bondade” enquanto uma instituição pública, foram inaugurados no Rio de Janeiro, em 1852, o Hospício Nacional de Alienados; em 1854, o Imperial Instituto dos Meninos Cegos; e em 1856, o Instituto dos Surdos-Mudos. Destinados a abrigar diferentes “tipos” humanos deficientizados pelo discurso médico-psiquiátrico vigente, esses espaços ajudariam a instaurar práticas bioclinicas que, por sua vez, produziriam novos saberes biopolíticos e redefiniriam os modos hegemônicos pelos quais tais sujeitos passariam a ser conduzidos e pensados.

O próprio surgimento do higienismo representou a primeira abordagem da deficiência no Brasil, quando Lilia Schwarcz (1993) vai mostrando, em “O espetáculo das raças”, como a ideia de raça era vista como ameaça e fonte de “debilidade mental”, iniciando-se, a partir daí, a questão da “higiene mental”, que inaugura a abordagem médica da deficiência no Brasil.

De fato, o mito da purificação racial, que marcou o pensamento social brasileiro no início do século XIX, esteve associado à ideia eugênica de “inteligência”, porquanto as raças “superiores” eram consideradas “inteligentes”; as raças “inferiores”, “retardadas”. Desse modo, a miscigenação mobilizou a categoria “degeneração”, em que o negro é visto como uma “raça degenerada”; o branco, uma “raça pura”. Nossa herança escravagista e colonial brasileira também dá exemplos dessa interseção entre raça e deficiência, a partir dos registros históricos sobre a “capacidade física e mental” das pessoas negras, como transcrevemos na íntegra⁶, em duas partes:

⁶ Ofícios do Chefe de Polícia para o Presidente da Província de Santa Catarina (1833/1870). In.: Estado de Santa Catarina, Secretaria de Estado da Administração, Diretoria da Imprensa Oficial e Editora de Santa Catarina/Arquivo Público Gerência de Recuperação Documental, Supervisão de Arquivo Permanente, Biblioteca de Apoio e Pesquisa.

“23. Ofício de Severo Amorim do Valle, Chefe de Polícia, para João Carlos Pardal, Presidente da Província, informando que antes de mandar pôr em execução a pena de açoites de um escravo preso, mandou fazer um **exame de sanidade**⁷ no mesmo, pois ouvira falar que ele era **alucinado**⁸. Desterro, 15 de agosto de 1839.”

“24. Ofício de Severo Amorim do Valle, Chefe de Polícia e Juiz de Direito, para João Carlos Pardal, Presidente da Província, informando que foi feito o exame no escravo preso e que este realmente tem **deficiência mental**⁹, mas mesmo assim, vai receber algum castigo para outros pretos não se fingirem de **alienados mentais**¹⁰. Desterro, 19 de agosto de 1839.”

Esses dados históricos mostram a “deficientização da raça”, em que a ideia de “retardamento mental” mobiliza a categoria deficiência e a relaciona à raça, sugerindo que a miscigenação entre as raças “superiores” e “inferiores” deve ser evitada para não haver um “emburrecimento” de populações humanas.

Assim, foram lançadas no Brasil as bases para a formulação de um sistema de práticas científicas que construiriam uma noção particular e especializada de deficiência para conferir inteligibilidade (e controle) à diversidade de situações sociais e de experiências corporais, sensoriais ou intelectuais que transgrediam os modelos de “normalidade” plasmados pelas gramáticas morais e biomédicas vigentes. Ou seja, estabeleceu-se no país um conjunto de saberes e poderes que se apresentaram, sobretudo, na passagem do século XIX para o XX, como uma espécie de “maquinaria normalizadora” que fabricaria as próprias “incapacidades” que pretendeu “curar” por meio do esvaziamento das alteridades colonizadas e pela internalização de múltiplas formas de auto aversão.

Como argumenta Helen Meekosha (2011), hoje conseguimos compreender alguns dos efeitos sociais dessas perspectivas oitocentistas que se enraizaram no imaginário social da primeira metade do século XX e levaram à exclusão de milhões de pessoas com deficiência da própria “condição humana”. No entanto, a análise crítica da ontologia capacitista que organizou os modos hegemônicos pelos quais a deficiência foi interpretada no Sul colonial, e ainda hoje ecoa em certas propostas contemporâneas de intervenção e de reabilitação, nunca foi auto evidente em nossas tradições de pensamento. Pelo contrário, as histórias que contamos atualmente sobre o lugar social das pessoas com deficiência na sociedade brasileira e o modo pelo qual a sua experiência individual permanece sendo atravessada por gramáticas biomédicas que acabaram produzindo a sua própria “deficientização”, começaram a se tornar objeto de intensas disputas políticas e intelectuais, somente nas últimas décadas do século passado. Em particular, a partir da intensificação das lutas, individuais e coletivas, pelos direitos de ocupar espaços públicos, postos de trabalho, matrículas em escolas e universidades, bem como a própria vida social, afetiva e sexual de quem manifesta alguma deficiência.

Nesse movimento, entendemos que a aproximação com a teoria social parece ter sido decisiva, pois ela favoreceu deslocamentos contemporâneos em relação aos saberes biomédicos da deficiência – produzidos, em grande medida, por meio de pontos de vista distanciados, essencializadores, insensíveis e normativos – e ensejando outras maneiras de fomentar a reapropriação por parte das pessoas com deficiência dos próprios estudos a seu respeito. Com a intenção de contribuir para explicitar e aprofundar tais rupturas e recomposições das gramáticas intelectuais que produziram e seguiram produzindo conhecimentos acerca da deficiência, nos próximos tópicos deste texto pretendemos recuperar aspectos gerais dos processos de contestação de “modelos médicos” e de construção de “modelos sociais” da deficiência no cenário brasileiro para situar o lugar ocupado pela teoria social na reorganização dos estudos sobre a deficiência.

7 Grifo nosso.

8 Grifo nosso.

9 Grifo nosso.

10 Grifo nosso.

Lutas pelo reconhecimento: as pessoas com deficiência no Brasil

A constituição dos estudos da deficiência nos circuitos intelectuais brasileiros parece estar relacionada com a maneira pela qual a categoria se configurou no debate público da segunda metade do século passado. O que significa dizer que os contemporâneos conhecimentos produzidos a respeito desse marcador identitário plural e em permanente processo de construção nas arenas políticas nacionais e internacionais expressam, em alguma medida, os efeitos das intensas lutas e mobilizações sociais travadas contra ideais capacitistas de “normalidade biológica” (Canguilhem, 2002) – perspectivas estas que prometeram “tratar” e “curar” os corpos deficientizados pelas guerras, epidemias, violências, desigualdades, sexismos, racismos, condições precárias de trabalho, preconceitos e incontáveis formas de rebaixamento social por meio de modelos médicos que simplesmente desconsideravam as experiências sociais e os pontos de vista das próprias pessoas que os habitam.

Em reação a tal “ontologia negativa” da deficiência (Ortega, 2014), ao menos desde meados da década de 1960, diferentes formas de ativismo lideradas política e intelectualmente por pessoas com deficiência começaram a se configurar em variados contextos e latitudes. De acordo com Michael Oliver (1990), esse fortalecimento das pessoas com deficiência à frente da organização de movimentos sociais ao redor do mundo acompanhou a ascensão global das lutas pela postulação de direitos humanos, justiça social, igualdade de oportunidades e acesso à saúde, à educação, ao trabalho, à cidadania e à própria dignidade das populações humanas precarizadas¹¹.

Dessa maneira, foram construídas contranarrativas “defiças”¹² que objetivaram deslocar a hegemonia biomédica na esfera pública das democracias ocidentais e passaram a disseminar outras formas de reconhecimento. Um processo caracterizado pela postulação de éticas fundadas no cuidado (Kitay, 1999) – e não em modelos liberais de autonomia e independência –, suscitando a compreensão de que a deficiência não deveria ser encarada como o resultado de uma “limitação” individual a ser “corrigida”, mas como uma consequência das hostilidades e opressões sociais em relação à diversidade humana (Shakespeare, 2010).

No Brasil, como em outros países do Sul Global que tiveram suas sociedades igualmente devastadas e brutalizadas pelos projetos moderno-coloniais de dominação (Lopes, 2019), estratégias localizadas de ativismo estiveram sendo gestadas nesse mesmo período. Como se sabe, coletivos defiças, organizados principalmente por mulheres identificadas com a deficiência (Mello, Nuernberg e Block, 2014), também empreenderam, por aqui, lutas pela universalização de direitos à inclusão e à redistribuição social que contribuíram para a emancipação das pessoas com deficiência nas mais variadas esferas da vida coletiva (Figueira, 2008; Gesser *et al.*, 2020).

Porém, a estrutura social profundamente desigual, racializada, paternalista e autoritária em que vivemos parece ter produzido deslocamentos significativos em relação às experiências do ativismo no Norte Global. Particularmente, no que se refere à crescente percepção de que a sua atuação não poderia alicerçar-se exclusivamente em uma construção identitária homogênea e estável para a enunciação de um modelo social da deficiência, mas teria que agenciá-la em meio a “pedagogias da diferença” (Skliar, 2003) que conseguissem reeducar e reagregar grupos de pessoas que vivem e se percebem em situações muito diversas.

11 Ao analisar o impacto da atuação desses movimentos a partir da década de 1960, Tom Shakespeare (2006) observa que, tanto em lugares específicos, como na Inglaterra reivindicada pela *Union of the Physically Impaired Against Segregation* (UPIAS) ou nas lutas contra o *apartheid* promovidas pela *Disabled People South Africa* (DPSA), quanto nos fóruns internacionais mediados pela Organização das Nações Unidas (ONU), as demandas de coletivos de ativistas *com e pela* deficiência começaram a adquirir cada vez mais força e visibilidade, passando a compor a cena política do século XX.

12 Como sugere Anahí Guedes de Mello (2019, p. 55) para o contexto brasileiro, o termo “defiças” refere-se à abreviação carinhosa de “deficientes”, procurando expressar maneiras plurais de estar no mundo e construir reflexividade a partir dessa experiência outra.

Ao menos esse nos parece ter sido um dos desafios prioritários que os coletivos defíciens precisaram enfrentar durante o que se convencionou chamar de uma transição da “primeira” para a “segunda geração” do modelo social da deficiência (Diniz, 2003). Afinal, quando esses novos atores despontaram num país regulado pelo controle autoritário de uma ditadura militar que se perpetuou no poder entre os anos 1964 e 1985, foi preciso criar políticas plurais de presença, empoderamento e valorização que pudessem confrontar a invisibilidade histórica dos diferentes sujeitos agregados pela categoria *deficiência* e denunciar a negligência estatal em atender as demandas dessa população.

A intenção parece ter sido a de construir certa independência em relação aos setores da Igreja e do Estado que até então os mantiveram silenciados e segregados – sobretudo, por meio de políticas assistencialistas ou caritativas que nunca chegaram a oferecer mais do que uma integração “tutelada” (Crespo, 2009). Desse modo, estratégias de ampla repercussão no período, como a campanha “Década da Reabilitação (1970-1979)”, que reivindicava a ampliação dos centros de reabilitação e das oportunidades educacionais, conseguiram promover no ativismo um movimento de transição da linguagem da filantropia para a dos direitos (Lanna Júnior, 2010).

Essa transformação discursiva acabaria levando variadas associações ou entidades que até aquele momento se ocuparam principalmente de “tipos” específicos de deficiência – tais como a cegueira, a surdez, a deficiência física ou intelectual – a reunirem-se em Brasília, no ano de 1980, com a finalidade de construir uma pauta unificada em torno de uma noção renovada de deficiência (Silva, 2002). Aquele 1º Encontro Nacional, que culminaria no reconhecimento em território nacional do Ano Internacional das Pessoas Deficientes, promulgado pela Organização das Nações Unidas (ONU) em 1981, conferiu visibilidade ao “movimento político das pessoas com deficiência” enquanto um sujeito coletivo autônomo, consciente, diverso e independente, com legitimidade e representatividade para participar das lutas em favor da redemocratização do país.

Inclusive, segundo Romeu Kazumi Sasaki (2003), pela primeira vez a noção de “pessoa”, em oposição ao termo “inválido”, usualmente empregado pela imprensa da época, figurou como uma expressão pública comum ao conjunto das pessoas com deficiência, conferindo articulação política às diferentes realidades e vulnerabilidades vivenciadas por aquelas pessoas. Assim, no final do século passado, o ativismo de pessoas com deficiência pôde se configurar em ações e concepções cada vez mais agressoras, reunindo lutas transversais e adotando as experiências com a deficiência como um ponto de vista privilegiado para a formulação de projetos múltiplos de intervenção em um Estado em reconstrução no país (Amorim, 2018).

Esse reposicionamento dos coletivos defíciens converteu o movimento nacional da deficiência em um território político e existencial de disputas, coalizões e de realizações que visavam incluir a diversidade corporal, sensorial e intelectual das populações humanas no processo de ampliação valorativa da esfera pública brasileira que foi desencadeado pela redemocratização do país¹³. Dentre os feitos mais visíveis dessa participação ativa daqueles coletivos na política nacional, esteve a postulação de concepções sociológicas a respeito da deficiência, que passariam a defender a ideia de que o desenvolvimento da categoria poderia representar um ângulo fundamental para a formulação e a implementação das políticas públicas de acessibilidade e inclusão social estabelecidas durante a Assembleia Constituinte de 1987 (Maior, 2017).

A atuação dos coletivos defíciens, que levaria ao descentramento de perspectivas exclusivamente bio-

¹³ A partir da década de 1990, diferentes atores políticos que configuravam o movimento das pessoas com deficiência no Brasil foram, pouco a pouco, abandonando a noção de “integração social” para assumir uma concepção de “inclusão social” renovada, sobretudo nas arenas educacionais do país (Carniel, 2018a). Tratou-se de uma transformação na compreensão das responsabilidades em relação à exclusão social, ou seja, o crescente entendimento de que não seriam as pessoas que precisariam se adaptar à sociedade para obter sua integração, mas a própria sociedade precisaria se adaptar a essas pessoas, promovendo-lhes acessibilidade, a fim de que assim pudesse se reconhecer como inclusiva (Barnes, 1997).

médicas e à postulação de concepções críticas a respeito da situação das pessoas com deficiência no interior do tecido constitucional dos anos de 1990, não passaria despercebida pela intelectualidade brasileira. Ao longo das duas últimas décadas do século passado, pesquisadores e pesquisadoras de distintas áreas do conhecimento assumiram perspectivas sociológicas críticas a respeito da deficiência enquanto um ponto de vista teórico potencialmente revelador das dimensões socioculturais deste “objeto” de análise em suas investigações.

Em que pese a relativa desarticulação dessas pesquisas em relação à radicalidade com que o modelo social da deficiência já havia assumido em outras redes de trabalho intelectual, sobretudo nos Estados Unidos (Patterson, 2012) e na Inglaterra (Hampton, 2020), essas pesquisas parecem ter desempenhado um papel importante na rotinização de perspectivas sociais sobre a deficiência mais próxima das lutas nacionais e internacionais pelos direitos humanos nos espaços universitários brasileiros.

Perspectivas socioculturais sobre a deficiência na produção acadêmica brasileira

Desde o final da década de 1970, a movimentação gerada pelas lutas antimaniciais chamou a atenção da intelectualidade brasileira, justamente por ter perturbado as formas “bem-acabadas” pelas quais o pensamento social aprendeu a se relacionar com o binômio saúde-doença e nos ensinou a produzir perversas analíticas da normalidade para explicar qualquer expressão “anormal” da diferença durante praticamente todo o século XX (Machado *et al.*, 1978). Naquele momento, a ideia de deficiência, fosse ela “física” ou “mental”, como se dizia na época, ainda figurava nos meios acadêmicos como um marcador atribuído por especialistas e não como uma construção política que poderia ser reivindicada com autonomia e ressignificada pelas próprias pessoas socialmente deficientizadas.

Talvez tenha sido em função disso que aquelas lutas pela transformação das práticas e concepções sobre a “loucura” em nosso país tenham tardado quase quatro décadas para se reaproximar dos estudos da deficiência e construir outras agendas políticas e analíticas para afirmar a neurodiversidade como uma dimensão biossocial constitutiva da condição humana (Surjus e Campos, 2014). Por outro lado, provavelmente nem estaríamos conversando sobre deficiência psicossocial ou psiquiatrização do social, na academia brasileira, se o movimento antimanicomial não tivesse denunciado com veemência o caráter autoritário, discriminatório, mercantil e opressor do modelo hospitalocêntrico de tratamento das pessoas estigmatizadas pela “loucura” que foi instalado pela ditadura militar brasileira (Amarante, 1995).

No bojo desse processo de lutas, configurou-se, nos anos de 1980 e 1990, um campo acadêmico multidisciplinar em torno da “saúde mental” que reuniu trabalhos como os da antropóloga e professora da USP, Denise Dias Barros (1994: 23), interessada em “incluir a questão psiquiátrica como parte das questões sociais em geral, de fazê-la saltar para fora dos muros do saber médico-psicológico”. Esforços como esse parecem ter contribuído para que, pouco a pouco, a intelectualidade brasileira começasse a participar politicamente da crítica ao que Francisco Ortega (2008: 490) já chamou de “paradigma do sujeito cerebral”; ou seja, “a crença de que o cérebro é a parte do corpo necessária para sermos nós mesmos, no qual se encontra a essência do ser humano, ou seja, a identidade pessoal entendida como identidade cerebral”.

Essas críticas ao modelo médico-psicológico contribuíram não apenas para difundir obras importantes tanto para a teoria social contemporânea quanto para os estudos da deficiência – como as de Erving Goffman (1988) ou de Michel Foucault (2001), reconhecidas por denunciar as múltiplas formas de opressão exercidas contra a “anormalidade” por parte de dispositivos institucionais –, mas também para demonstrar o impacto positivo que a valorização das perspectivas e do protagonismo das pessoas com deficiência poderia exercer sobre o pensamento social brasileiro. Nesse sentido, os trabalhos desenvolvidos na passagem da década de 1980 para 1990 pela psicóloga, professora e ex-Reitora da UERJ, Rosana Glat, talvez possam ser lidos como uma expressão exemplar.

Em uma de suas principais obras, intitulada “Somos iguais a você: depoimentos de mulheres com

deficiência mental”, Glat (1989) concentrou-se na percepção de trinta e cinco mulheres com deficiência mental¹⁴ acerca de si, da sexualidade, dos afetos e da família. Ao analisar as narrativas e as trajetórias dessas mulheres, a autora apontou para a necessidade de se refletir sobre fenômeno da deficiência a partir das próprias experiências oferecidas por quem a experimenta *com* seu corpo. Desse modo, ela pôde construir um lugar privilegiado em sua investigação para uma demanda histórica dos coletivos deficidas: a valorização de sua presença no mundo.

Nesse caso, mais do que de sugerir certa igualdade formal entre “deficientes” e “não deficientes”, o trabalho de Glat revelou os múltiplos atravessamentos entre história de vida, gênero e classe social na formação social e subjetiva das pessoas então identificadas pelo signo da deficiência “mental”. Assim, ela conseguiu chamar a atenção da Psicologia brasileira para o fato de que, ao estudar a deficiência, os “fatores socioeducacionais” e os não congênitos seriam “os principais determinantes de seu funcionamento global” (Glat, 1989: 22). Essa investigação, considerada até hoje como um gesto precursor em direção aos contemporâneos estudos sobre deficiência no Brasil (Mello, Block e Nuernberg, 2016), já anunciava em vários aspectos a reviravolta discursiva que a recepção dos modelos sociais britânicos e norte-americanos suscitariam sobre a cena intelectual do país nas primeiras décadas do século XXI.

Outra pesquisadora daquele período cuja produção teórica contribuiu significativamente para a legitimação de perspectivas socioculturais acerca da deficiência na área da Psicologia Social foi a psicóloga e professora da USP, Lígia Assumpção Amaral. Na condição de mulher com deficiência física, Amaral (1987) iniciou sua trajetória acadêmica refletindo acerca de suas próprias experiências com seu corpo, com as “barreiras atitudinais” e com as diversas formas de segregação que lhe foram impostas pela percepção social a respeito de sua situação corporal. Preocupada com a maneira pela qual as representações sociais afetam negativamente a autopercepção das pessoas com deficiência, Amaral (1992) dedicou-se, em sua tese de doutorado, ao universo literário infantil. Essas histórias que nos são contadas desde a infância, conforme analisa a autora, estariam participando da construção de imaginários culturais que estigmatizam os “corpos desviantes”, bem como perpetuariam a recusa da diferença na formação humana.

Trabalhos como os de Glat e Amaral indicam algumas das formas de cooperação que se configuraram entre o ativismo e a produção de conhecimentos sobre a deficiência no final do século passado. Por um lado, essas pesquisas parecem ter sido influenciadas pelas lutas empreendidas pelo movimento político das pessoas com deficiência em favor da cidadania, da dignidade e de autonomia e independência. Ao mesmo tempo, elas recuperaram tradições teóricas e sugeriram caminhos empíricos a partir da Psicologia Social, que influenciariam o desenvolvimento de outras narrativas públicas que enfocaram novas camadas de experiência subjetiva para a construção da identidade política e ação social das pessoas com deficiência.

No interior do campo discursivo da educação especial brasileira, outras visões socioculturais do fenômeno da deficiência também se desenvolveram com força durante esse mesmo período. Em diálogo com as profundas reformas na educação especial que se iniciaram na década de 1990 (Garcia e Michels, 2011), assim como a influência que os escritos de Lev Vygotsky passariam a exercer sobre a produção científica na educação brasileira (Freitas, 2004), diversos pesquisadores e pesquisadoras da área puderam destacar o caráter socialmente construído, subjetivo e localizado da deficiência (Cavalcante, 2003; Nuernberg, 2008).

Essas mudanças heurísticas na compreensão da educação de pessoas com deficiência parecem ter

14 Com a promulgação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD), o que era antes pensado conceitualmente como “deficiência mental” passou a ser “deficiência intelectual”, sendo que a “deficiência mental” hoje se refere à loucura, também chamada “deficiência psicossocial”.

contribuído para a rejeição das inúmeras formas de redução que as explicações biomédicas impunham às práticas educacionais, o que indicava uma transformação significativa na organização dessa área, historicamente criada para produzir saberes que possibilidadessem o controle e o agenciamento dos corpos e das vidas deficientizadas (Carniel, 2013). Assim, desde a educação especial, abriu-se um imenso território ao ativismo acadêmico. A partir dele foi possível a afirmação desse marcador identitário enquanto efeito de se conviver com algum tipo de deficiência em uma sociedade diversa, desigual e segregada pelas barreiras “físicas”, “comunicacionais”, “sociais” e “atitudinais” que nunca permitiram às pessoas com deficiência uma inclusão plena e justa (Mazzotta, 1996).

Nesse sentido, os trabalhos de Sadao Omote, então professor da UNESP, talvez tenham sido alguns dos mais representativos dessas transformações na educação especial brasileira. Ao indagar os motivos que levariam à associação entre diferenças e desvantagens no processo educacional, as primeiras investigações de Omote (1986) direcionaram-se para a crítica da secundarização do fenômeno da deficiência e da própria área da educação especial nas teorias pedagógicas do século XX, um cenário que somente seria alterado por meio das intensas mobilizações nacionais e internacionais em favor do modelo de educação inclusiva que se estabeleceria no Brasil durante a década de 1990.

Conforme o autor, essa ênfase na normalidade biológica durante os processos de estudo e de formulação de políticas educacionais teria provocado o apagamento do caráter constitutivo das diferenças humanas e desconsiderado a complexidade das relações entre natureza e cultura na formação biopsicossocial de estudantes – afinal, para Omote (2006: 253) “o homem é naturalmente cultural e culturalmente biológico”. Desse modo, ele observa que a questão de *ser* ou *não ser* uma pessoa com deficiência costuma representar um problema mal construído pela teoria social e pedagógica brasileira, pois ambas as categorias de sujeito formam o mesmo “tecido-padrão” em que vivemos. Por isso mesmo, as pessoas estigmatizadas por sua deficiência não deveriam ser encaradas como “exceções da normalidade, mas fazem parte integrante e indissociável da sociedade” (Omote, 1994: 69).

Paralelamente a esses investimentos na enunciação da deficiência como uma figura complexa de múltiplos atravessamentos entre o social, o sensorial e o corporal presentes na aprendizagem humana, outra comunidade epistêmica se estabeleceu em torno da língua brasileira de sinais para reivindicar a “normalidade” de suas maneiras específicas de aprender e de se comunicar. Sob a influência dos estudos surdos norte-americanos (Sacks, 1990), intelectuais como Ronice Müller Quadros, linguista e professora da UFSC, e Carlos Bernardo Skliar, filósofo e pedagogo argentino que atuava no Brasil, investiram esforços acadêmicos e políticos para criar um lugar relativamente autônomo no interior da educação especial. Desse modo, participaram ativamente da construção política da surdez como uma expressão cultural da diversidade humana que não estaria demandando mais do que os seus próprios direitos linguísticos.

Os estudos sobre a língua brasileira de sinais iniciaram-se no final da década de 1980 (Ferreira-Brito, 1995) e rapidamente conseguiram oferecer elementos suficientes para a formulação das primeiras teorias acerca da semelhança entre os processos de aquisição entre pessoas surdas e oralizadas (Karnopp, 1994; Quadros, 1997). Tal reconhecimento acadêmico propiciou a construção política de uma comunidade de interesse para as pessoas surdas usuárias da língua de sinais, a partir da qual concepções de “povo”, “cultura” e “identidade” foram acopladas. Desse modo, a surdez passou a ser representada como uma manifestação do que Skliar (1998: 11) descreveu como “uma diferença a ser politicamente reconhecida”, “uma experiência visual”, “uma identidade múltipla ou multifacetada e, finalmente, a surdez está localizada dentro do discurso sobre a deficiência”.

Em que pesem as inúmeras controvérsias e tensões estabelecidas entre a atuação do movimento surdo e do movimento de pessoas com deficiência, em particular aquelas que opõe o “sujeito surdo” à “deficiência auditiva”, parece evidente que o ativismo acadêmico em torno da língua de sinais contribuiu para ressignificar o lugar que as pessoas com deficiência começariam a ocupar no imaginário social e educacional do país. Uma mudança que provocaria a própria promulgação da “Lei da Libras”, em 2002, e das políticas de bilinguismo a partir de 2005 (Carniel, 2018b).

Ao apresentar os contornos gerais dessas redes especializadas de trabalho intelectual que se formaram na interface dos campos da saúde e da educação, não temos a pretensão de sugerir que essas iniciativas teriam sido mais relevantes do que outras, mas unicamente ressaltar que elas puderam se estabelecer com e a partir do ativismo de pessoas com deficiência nas últimas décadas do século XX. Esses “antecedentes” (Mello *et. al.*, 2016) históricos da emergência de perspectivas socioculturais acerca do fenômeno da deficiência talvez nos ajudem a compreender que, apesar da relativa “novidade” representada pelas tentativas recentes de se fomentar um campo nacional de estudos da deficiência, o pensamento social brasileiro contribuiu para desenvolver diferentes formas de ativismo acadêmico. Um movimento que parece ter sido decisivo tanto para a gestão de alternativas críticas ao reducionismo da hegemonia biomédica sobre a vida das pessoas com deficiência quanto para preparar o salto conceitual que seria promovido nessas investigações após a recepção do modelo biopsicossocial consagrado pela nova “International Classification of Functioning, Disability and Health”, publicada pela Organização Mundial de Saúde (OMS) em 2001.

Convergências necessárias, ocupar a teoria para ocupar o corpo

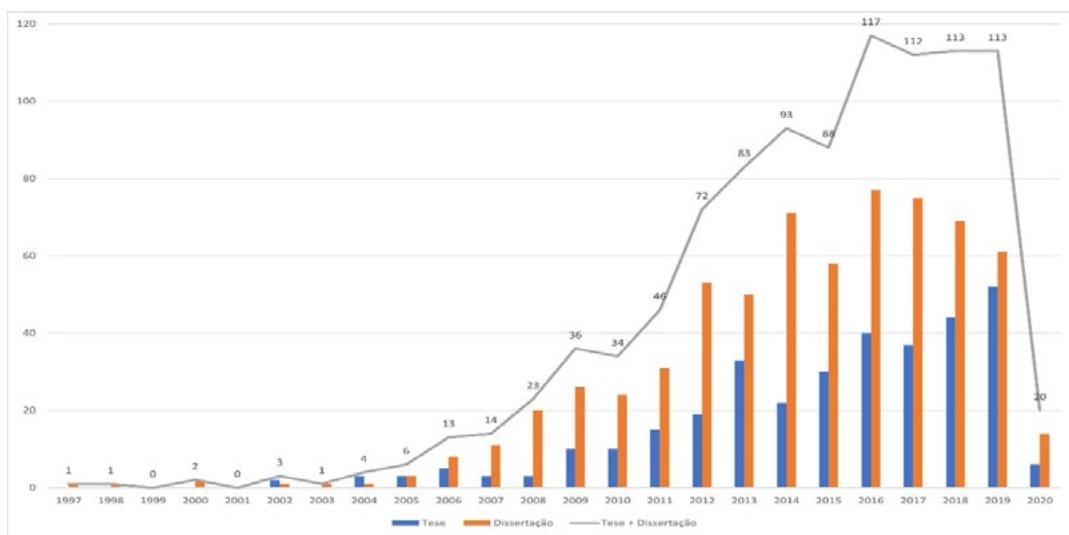
A enorme repercussão que a adoção do modelo biopsicossocial da deficiência proposto pela OMS obteve nos circuitos acadêmicos e institucionais brasileiros (Diniz, Medeiros e Squinca, 2007), somada às conquistas políticas que o ativismo defixa vem alcançando na esfera pública do país (Guiglano, Mendes e Stein, 2020), influenciaram decisivamente o estabelecimento de novas comunidades epistêmicas dedicadas ao fenômeno. Para isso, os trabalhos da antropóloga e professora da Universidade de Brasília (UnB), Débora Diniz (2003; 2007; 2013), parecem ter desempenhado um papel fundamental. Isso porque seus escritos a respeito do tema funcionaram como uma espécie de marco introdutório para a disseminação de concepções teóricas articuladas aos desenvolvimentos contemporâneos das lutas internacionais contra a opressão e pela dessencialização das desigualdades vivenciadas pelas pessoas com deficiência ao redor do planeta.

Tais concepções foram incorporadas às reflexões de Diniz, sobretudo, a partir de 2002, quando a pesquisadora e então diretora da Anis – Instituto de Bioética, Direitos Humanos e Gênero, sediada em Brasília, retornou de um curso de três semanas oferecido por Eva Feder Kittay e Anita Silvers no *National Endowment for the Humanities Institute*, em Nova York. Em contato com perspectivas de matriz feminista sobre a deficiência, ela pôde reconhecer não somente as profundas afinidades entre gênero e deficiência, como também suas principais dissonâncias políticas e analíticas. Ao levar a sério os papéis de gênero e as práticas de cuidado vivenciadas tanto por mulheres com deficiência quanto por cuidadoras, Diniz percebeu que premissas centrais que organizaram a atuação da primeira geração de intelectuais que militaram pelo modelo social da deficiência, particularmente no eixo euro-norte-americano das décadas de 1970 e 1980, estiveram alicerçadas em valores éticos identificados com ideais de autonomia e integração no mundo do trabalho.

A circulação dessas críticas feministas na academia brasileira (Mello e Nuernberg, 2012) possibilitou reapropriações do modelo biopsicossocial da deficiência postulado pela OMS. Como observa Diniz (2003: 6), ao lado das lutas por direitos, empoderamento, inclusão social e por uma vida independente, a recepção dos estudos feministas sobre a deficiência favoreceu a enunciação da “centralidade da dependência nas relações humanas, no reconhecimento das vulnerabilidades (...) e, por fim, nas repercussões dessas obrigações morais em nosso sistema político e social.” Assim, por meio das lentes da autora, cada vez mais pesquisadores e pesquisadoras teriam acesso, em língua portuguesa, a debates que reforçavam a complexidade biopsicossocial e relacional do fenômeno da deficiência, passando a adotar ferramentas analíticas semelhantes àquelas que as teorias sociais aprenderam a mobilizar para investigar “outras formas de opressão pelo corpo, como o sexism ou o racismo” (Diniz, 2007: 8).

O impacto dessas perspectivas que pretendem adensar o papel da corporalidade, da interdependência, da transversalidade e da interseccionalidade na cena intelectual brasileira por meio da pluralização dos diálogos, experiências e sujeitos da deficiência ainda é recente, mas a sua influência na formação da atual geração de pesquisadores e pesquisadoras que se dedica ao tema já é visível. Na figura 1 é possível observar o crescimento exponencial do interesse pelo campo de estudos da deficiência em teses e dissertações defendidas entre os anos de 1997 e 2020 junto aos programas de pós-graduação das instituições de ensino superior no país. O levantamento de dados foi realizado em janeiro de 2021, com base em informações disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD). A partir da busca pelo termo “*disability studies*”, foram localizados 995 trabalhos vinculados a diferentes áreas do conhecimento.

Figura 1 – Teses e Dissertações brasileiras relacionadas aos disability studies (1997-2020)



Fonte: elaborada pelos autores em 05/01/2021, com base em informações disponíveis na BD TD.

Toda essa movimentação intelectual provavelmente foi impulsionada pela rápida incorporação da *Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência* ao ordenamento jurídico nacional, publicada em 2009, com seus efeitos na reestruturação de políticas públicas. Contudo, a exemplo do que Pamela Block, Devva Nasnitz, Akemi Nishida e Nick Pollard (2016: 4) observam para o contexto norte-americano, entendemos que a consolidação de um campo nacional de estudos da deficiência depende do aprofundamento de alianças duradouras entre a política acadêmica e a das ruas em direção a um processo de mútua ocupação que “reconheça as dimensões políticas e econômicas da desigualdade na deficiência, visto que ela se cruza com outras fontes de desigualdade”. Desse modo, ao nos ocuparmos e nos deixarmos ser ocupados pela deficiência, talvez possamos compreender algo sobre nós mesmos enquanto pesquisadores e pesquisadoras que modificarão o entendimento acerca do “normal” que nutrimos a respeito de nossas próprias áreas de atuação.

Nesse sentido, e sem pretender reduzir a plasticidade, a pluralidade e a riqueza de perspectivas heurísticas que esses trabalhos vêm proporcionando à pesquisa científica no Brasil – contribuições que certamente demandarão esforços analíticos mais robustos e focados –, talvez seja importante destacar, ainda que brevemente, que a recente valorização dos estudos da deficiência de matriz feminista abriu espaços para o protagonismo de intelectuais com deficiência. O que parece indicar que o reconhecimento da deficiência, enquanto um fenômeno sociocultural e um *lócus* de enunciação relevante para a formulação de novos horizontes políticos e societários, acabou gerando uma ampliação valorativa

na própria gramática e organização do pensamento social brasileiro. Afinal, ao invés de se reificar a tradicional posição de “objetos” de investigação e reflexão, temos visto certo consenso acadêmico em torno da percepção de que, para abordar esse fenômeno como um ângulo fundamental de análise do social, será necessário incluir cada vez mais pessoas com deficiência na vida intelectual do país.

Esses conhecimentos que se produzem no diálogo com pessoas que vivenciam a deficiência a partir de seus corpos vêm se tornando expressivos nas Ciências Sociais brasileiras. São trabalhos como o da antropóloga e diretora do Instituto Baresi, Adriana Dias (2018), que etnografou as sistemáticas práticas de ódio como o centro da vida social e da noção de pessoa sustentada por movimentos neonazistas contemporâneos. Desse modo, a pesquisadora e ativista denuncia a preocupante atualização das afinidades entre as ideologias da eugenia e do capacitismo em suas práticas de violência e de rebaixamento social. Ou ainda, trabalhos como o do sociólogo e atual coordenador do Comitê de Políticas de Acessibilidade e Deficiência da Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Ciências Sociais (ANPOCS), Marco Antonio Gavério (2017), que mobilizou o próprio corpo e a subjetividade para demonstrar a proficuidade da experiência corporificada da deficiência na criação de categorias científicas de desejo pela deficiência, contribuindo para a radicalização de nossas maneiras de perceber e nos relacionarmos com as múltiplas camadas de práticas e significados que compõe a experiência pessoal e coletiva de tantos grupos sociais vulnerabilizados.

Nesses casos, como em outros, a deficiência figura como uma categoria relacional, processual, mas nunca essencial. Por isso mesmo, ela representa mais do que a aparição de um novo campo de investigação no Brasil. Conforme já dito, tais estudos sugerem maneiras renovadas de se compreender, vivenciar e se relacionar com o pensamento social. Isso porque, a partir do momento em que consideramos com seriedade a experiência de pessoas com deficiência – que lemos seus textos, dialogamos com suas perspectivas, estudamos e participamos do mundo “com” essas pessoas –, iniciamos um movimento que poderá redimensionar o modo pelo qual entendemos a alteridade, as assimetrias, as relações, os corpos, os desejos, as percepções, o conhecimento, enfim, os próprios significados que atribuímos à nossa humanidade.

Trata-se de uma atitude que representa, em alguma medida, provincializar as tradições intelectuais estabelecidas e assumir que as teorias sobre o social são necessariamente parciais, locais, existenciais, corporificadas e engajadas em determinados projetos de prática e de poder que precisam ser escrutinadas por meio da desessencialização das supostas “normalidades” que “deveriam” habitar nossas vidas. Assim, quem sabe, possamos reaprender a vivenciar o social desde pontos de vista mais abertos, que nos permitam articular interpretações menos capacitistas e, portanto, formular um futuro melhor para todas as pessoas.

Referências

- AMARAL, Lígia Assumpção. *Resgatando o passado: deficiência como figura e vida como fundo*. 1987. Dissertação (Mestrado), Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, 1987.
- AMARAL, Lígia Assumpção. *Espelho Convexo: o corpo desviante no imaginário coletivo, pela voz da literatura infanto-juvenil*. 1992. Tese (Doutorado), Universidade de São Paulo, 1992.
- AMARANTE, Paulo Duarte de Carvalho. *Loucos Pela Vida: a trajetória da Reforma Psiquiátrica no Brasil*. Rio de Janeiro: Fiocruz, 1995. AMORIM, Joyce Fernanda Guilanda de. *Pessoas com Deficiências na Assembleia Nacional Constituinte (1987/1988): reivindicações no campo educacional*. Dissertação (Mestrado em Educação) – Universidade Federal de São Carlos, 2018.
- BARNES, Colin. “A Legacy of Oppression: A History of Disability in Western Culture.” In: BARTON, Len; OLIVER, Mike. (Eds.). *Disability Studies: Past, Present and Future*. Leeds: The Disability Press, 1997, p. 3-24.

- BARROS, Denise Dias. *Jardins de Abel: desconstrução do manicômio de Trieste*. São Paulo: Lemos, 1994.
- BLOCK, Pâmela; KASNITZ, Devva; NISHIDA, Akemi Nishida; POLLARD, Nick. (Eds.). *Occupying Disability: Critical Approaches to Community, Justice, and Decolonizing Disability*. Springer: Dordrecht, 2016.
- BOSI, Alfredo. “O positivismo no Brasil: Uma ideologia de longa duração”. In: PERRONE-MOISÉS, Leyla. *Do positivismo à desconstrução: idéias francesas na América*. São Paulo: Edusp, 2004.
- BRESCIANI, Maria Stella Martins. *Londres e Paris no Século XIX. O Espetáculo da Pobreza*. São Paulo: Brasiliense, 1982.
- CAMPBELL, Fiona Kumari. *Contours of Ableism: the production of disability and abledness*. New York: Palgrave Mcmillan, 2009.
- CANGUILHEM, Georges. *O normal e o patológico*. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2002.
- CARNIEL, Fagner. *A invenção (pedagógica) da surdez: sobre a gestão estatal da educação especial na primeira década do século XXI*. Tese (Doutorado em Sociologia Política) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2013.
- CARNIEL, Fagner. Agenciar palavras, fabricar sujeitos: sentidos da educação inclusiva no Paraná. *Horiz. antropol.*, Porto Alegre, v. 24, n. 50, Apr. 2018a, p. 83-116.
- CARNIEL, Fagner. A reviravolta discursiva da Libras na educação superior. *Rev. Bras. Educ.*, Rio de Janeiro, v. 23, e230027, 2018b.
- CARPENTER, Mary Wilson. *Health, medicine, and Society in Victorian England*. Califórnia: Praeger, 2010.
- CARVALHO, José Murilo de. *Os bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi*. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- CAVALCANTE, Fátima Gonçalves. *Pessoas Muito Especiais: a construção social do portador de deficiência e a reinvenção da família*. Rio de Janeiro: Ed. Fiocruz, 2003.
- CRESPO, Ana Maria Morales. *Da invisibilidade à construção da própria cidadania: os obstáculos, as estratégias e as conquistas do movimento social das pessoas com deficiência no Brasil, através das histórias de vidas de seus líderes*. Tese (Doutorado em História) – Universidade de São Paulo, 2009.
- DAVIS, Lennard J. *Enforcing Normalcy: Disability, Deafness, and the Body*. London: Verso, 1995.
- DIAS, Adriana Abreu Magalhães. *Observando o ódio: entre uma etnografia do neonazismo e a biografia de David Lane*. Tese (Doutorado em Antropologia) – Universidade Estadual de Campinas, 2018.
- DINIZ, Debora. Modelo social da deficiência: a crítica feminista. *Série Anis*, v. 28, p. 1-8, jul. 2003.
- DINIZ, Debora. *O que é deficiência*. São Paulo: Brasiliense, 2007.
- DINIZ, Debora. Deficiência e Políticas Sociais? Entrevista com Colin Barnes. *SER SOCIAL*, v. 15, n. 32, jan. 2013, p. 237-251.
- DINIZ, Debora; MEDEIROS, Marcelo; SQUINCA, Flávia. Reflexões sobre a versão em Português da Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde. *Cad. Saúde Pública*, Rio de Janeiro, v. 23, n. 10, out. 2007, p. 2507-2510.
- FERREIRA-BRITO, Lucinda. *Por uma gramática das línguas de sinais*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1995.
- FIGUEIRA, Emilio. *Caminhando em Silêncio: uma introdução à trajetória da pessoa com deficiência na história do Brasil*. São Paulo: Giz Editorial, 2008.
- FOUCAULT, Michel. *Os anormais*. São Paulo: Martins Fontes, 2001.
- FREITAS, Maria Teresa de Assunção. O pensamento de Vygotsky nas reuniões da ANPEd (1998-2003). *Educação e Pesquisa*, São Paulo, v. 30, n. 1, abr. 2004, p. 109-138.
- GARCIA, Rosalba Maria Cardoso; MICHELS, Maria Helena. A política de educação especial no Brasil (1991-2011): uma análise da produção do GT15 - educação especial da ANPED. *Rev. bras. educ. espec.*, Marília, v. 17, n. spe1, ago. 2011, p. 105-124.
- GAVÉRIO, Marco Antonio. *Estranha atração: a criação de categorias científicas para explicar os desejos pela deficiência*. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, 2017.

GESSER, Marivete; BLOCK, Pamela; MELLO, Anahí Guedes de. “Estudos da Deficiência: interseccionalidade, anticapacitismo e emancipação social.” In: GESSER, Marivete; BÖCK, Geisa L. K.; LOPES, Paula Helena (Orgs.). *Estudos da deficiência: anticapacitismo e emancipação social*. Curitiba: Editora CRV, 2020. p. 17-35.

GLAT, Rosana. *Somos Iguais a Vocês: depoimentos de mulheres com deficiência mental*. Rio de Janeiro: AGIR, 1989.

GOFFMAN, Erving. *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*. São Paulo: LTC, 1988.

GUGLIANO, Alfredo Alejandro; MENDES, Thais Zanella; STEIN, Guilherme de Queiroz. Políticas públicas e direitos das pessoas com deficiência no Brasil (1988-2016). *Campos Neutrais – Revista Latino-Americana de Relações Internacionais*, v. 2, n. 1, jan. 2020, p. 9-23.

HAMPTON, Jameel. Peace News and Radical Disability Writing in 1970s Britain: Perceptions of Welfare and the Welfare State. *Disability Studies Quarterly*, v. 2, n. 40. 2020.

KARNOPP, Lodenir Becker. *Aquisição do parâmetro configuração de mão dos sinais da língua de sinais brasileira: estudo sobre quatro crianças surdas filhas de pais surdos*. Dissertação (Mestrado em Letras) – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 1994.

KITTAY, Eva Feder. *Love's Labor: Essays on Women, Equality and Dependency*. New York: Routledge, 1999.

LANNA JÚNIOR, Mário Cléber Martins. *História do Movimento Político das Pessoas com Deficiência no Brasil*. Brasília: Secretaria de Direitos Humanos, 2010.

LOBO, Lilia Ferreira. *Os infames da história: pobres, escravos e deficientes no Brasil*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2008.

LOPES, Pedro. Deficiência como categoria do Sul Global: primeiras aproximações com a África do Sul. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 27, n. 3, Epub Nov, 2019.

MACHADO, Roberto; LOUREIRO, Ângela; LUZ, Rogério; MURICY, Kátia. *Danação da norma: medicina social e constituição da psiquiatria no Brasil*. Rio de Janeiro: Graal, 1978.

MAIOR, Izabel Maria Madeira de Loureiro. Movimento político das pessoas com deficiência: reflexões sobre a conquista de direitos. *Inclusão Social*, Brasília, v. 10, n. 2, jan. 2017, p. 28-36.

MAZZOTTA, Marcos José da Silveira. *Educação especial no Brasil: história e políticas públicas*. São Paulo: Cortez, 1996.

MEEKOSHA, Helen. Decolonising disability: thinking and acting globally. *Disability & Society*, v. 26, n. 6, Sep. 2011, p. 667-682.

MELLO, Anahí Guedes de. *Olhar, (não) ouvir, escrever: uma autoetnografia ciborgue*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) – Universidade Federal de Santa Catarina, 2019.

MELLO, Anahí Guedes de; BLOCK, Pamela; NUERNBERG, Adriano Henrique. “Occupying Disability Studies in Brazil”. In: BLOCK, Pamela; KASNITZ, Devva; NISHIDA, Akemi Nishida; POLLARD, Nick (Eds.). *Occupying Disability: Critical Approaches to Community, Justice, and Decolonizing Disability*. Springer, Dordrecht, 2016, p. 279-293.

MELLO, Anahi Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique; BLOCK, Pamela. ”Não é o corpo que nos discapacita, mas sim a sociedade: a interdisciplinaridade e o surgimento dos estudos sobre deficiência no Brasil e no mundo.” In: SCHIMANSKI, Edina; CAVALCANTE, Fátima G. (Orgs.). *Pesquisa e Extensão: experiências e perspectivas interdisciplinares*. 1 ed. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2014. pp. 91-118.

MELLO, Anahí Guedes de; NUERNBERG, Adriano Henrique. Gênero e deficiência: interseções e perspectivas. *Rev. Estud. Fem.*, Florianópolis, v. 20, n. 3, Dec. 2012, p. 635-655.

MELLO, Anahi Guedes de. ‘Ou todo mundo é louco ou ninguém é’: refletindo sobre possibilidades de articulação entre deficiência e loucura. *Vivência: Revista de Antropologia*, n. 44, p. 37-52, 2014.

NUERNBERG, Adriano Henrique. Contribuições de Vigotski à educação de pessoas com deficiência visual. *Psicologia em Estudo*, Maringá, v.13, n. 2, jun. 2008, p. 307-316.

- OLIVER, Michael. *The Politics of Disablement*. London: Macmillan, 1990.
- OMOTE, Sadao. Estereótipos a respeito de pessoas deficientes. *Didática*, São Paulo, v. 22, 1986, p. 167-180.
- OMOTE, Sadao. Deficiência e Não Deficiência: recortes do mesmo tecido. *Revista Brasileira de Educação Especial*, Piracicaba, v. 1, n. 2, 1994, p.65-73.
- OMOTE, Sadao. Inclusão e a questão das diferenças na educação. *Perspectiva*, Florianópolis, v. 24, n. 3, ed. esp. 2006, p. 251-272.
- ORTEGA, Francisco. O sujeito cerebral e o movimento da neurodiversidade. *Mana*, Rio de Janeiro, v. 14, n. 2, Oct. 2008, p. 477-509.
- ORTEGA, Francisco. *Corporeality, Medical Technologies and Contemporary Culture*. New York: Routledge, 2014.
- PATTERSON, Lindsey. Points of Access: Rehabilitation Centers, Summer Camps, and Student Life in the Making of Disability Activism, 1960-1973. *Journal of Social History*, v. 2, n. 46, Dec. 2012, p. 473-499.
- QUADROS, Ronice Müller. *Educação de surdos: a aquisição da linguagem*. Porto Alegre: Artes Médicas. 1997.
- SACKS, Oliver. *Vendo vozes: uma jornada pelo mundo dos surdos*. Rio de Janeiro: Imago, 1990.
- SASSAKI, Romeu K. *Vida independente: história, movimento, liderança, conceito, filosofia e fundamentos; reabilitação, emprego e terminologia*. São Paulo: RNR, 2003.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *O espetáculo das raças: cientistas, instituições e questão racial no Brasil: 1870-1930*. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.
- SCHWARCZ, Lilia Moritz. *Lima Barreto: triste visionário*. São Paulo: Cia. das Letras, 2017.
- SHAKESPEARE, Tom. *Disability Rights and Wrongs*. New York: Routledge, 2006.
- SHAKESPEARE, Tom. "The Social Model of Disability." In: DAVIS, Lennard J. *The Disability Studies Reader*. New York: Routledge, 2010, p. 197-204.
- SKLIAR, Carlos Bernardo. *A Surdez: um olhar sobre as diferenças*. Porto Alegre: Editora Mediação, 1998.
- SKLIAR, Carlos Bernardo. *Pedagogia (improvável) da diferença: e se o outro não estivesse aí?* Rio de Janeiro: DP&A, 2003.
- SILVA, Idari Alves da. *Construindo a cidadania: uma análise introdutória sobre o direito à diferença*. Dissertação (Mestrado em História) – Universidade Federal de Uberlândia, 2002.
- SODRÉ, Nelson Werneck. *História da imprensa no Brasil*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1966.
- SURJUS, Luciana Togni de Lima e Silva; CAMPOS, Rosana Teresa Onocko. Interface entre Deficiência Intelectual e Saúde Mental: revisão hermenêutica. *Rev. Saúde Pública*, São Paulo, v. 48, n. 3, June 2014, p. 532-540.
- THOMPSON, Edward P. *A formação da classe operária inglesa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1987.

Recebido em: 27/07/2021

Aprovado em: 27/08/2021

Como citar este artigo:

CARNIEL, Fagner e MELLO, Anahí Guedes de. Quem escreve pela deficiência no pensamento social brasileiro? *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 490-505.



Vida Independente para Pessoas com Deficiência: do individualismo à autodeterminação

Fernando Fontes¹

Bruno Sena Martins²

Resumo: O Movimento pela Vida Independente para Pessoas com Deficiência tem ao longo das últimas quase cinco décadas reconfigurado as políticas sociais na área da deficiência em diferentes países do mundo ocidental. Neste movimento conjugam-se, sem contradição, alguns dos valores que estruturam o individualismo moderno e as concepções liberais de autonomia e da responsabilidade individual. Este artigo faz uma arqueologia deste movimento, de forma a situarmos a reivindicação por uma Vida Independente nas agendas do presente das organizações e do movimento de pessoas com deficiência, e de forma a refletir sobre o modo como a Vida Independente para pessoas com deficiência integra e articula alguns dos valores e concepções dominantes nas sociedades capitalistas ocidentais.

Palavras-chave: Deficiência; Vida Independente; Autodeterminação; Capacitismo; Portugal.

Independent Living for Disabled People: from individualism to self-determination

Abstract: *The Independent Living Movement for Disabled has over the past five decades reconfigured social policies in the area of disability in different countries of the Western world. This movement combines, without contradiction, some of the values that structure modern individualism and liberal conceptions of autonomy and individual responsibility. This article makes an archaeology of this movement, in order, to situate the demand for Independent Living in the present agendas of the organizations of disabled people and of the Disabled People's Movement. Hence, it reflects on how Independent Living for disabled people integrates and articulates values and conceptions dominant in western capitalist societies.*

Keywords: Disability; Independent Living; Self-determination; Ableism; Portugal.

Vida independiente para personas con discapacidad: del individualismo a la autodeterminación

Resumen: El Movimiento de Vida Independiente para Personas con Discapacidad /Diversidad Funcional en las últimas cinco décadas ha reconfigurado las políticas sociales en el área en diferentes países del mundo occidental. Este movimiento combina, sin contradicción, algunos de los valores que estructuran el individualismo moderno y las concepciones liberales de autonomía y responsabilidad individual. Este artículo hace una arqueología de este movimiento, con el fin de situar la demanda de Vida Independiente en las agendas actuales de las

¹ Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) – Coimbra – Portugal - fer.fontes@gmail.com - ORCID: 0000-0001-8792-262X

² Centro de Estudos Sociais da Universidade de Coimbra (CES/UC) – Coimbra – Portugal - bsenamartins@gmail.com - ORCID: 0000-0003-3367-9155

organizaciones de personas con discapacidad y del Movimiento de Personas con Discapacidad. Por lo tanto, reflexiona sobre cómo la vida independiente para personas con discapacidad integra y articula los valores y concepciones dominantes en las sociedades capitalistas occidentales.

Palabras clave: Discapacidad; Vida independiente; Autodeterminación; Capacitismo; Portugal.

INTRODUÇÃO

O Movimento pela Vida Independente para Pessoas com Deficiência surge nos Estados Unidos da América (EUA) no final da década de 1960, tendo o primeiro Centro de Vida Independente sido criado em Berkeley em 1972 (Djong, 1979). Na Europa, não obstante a emergência de grupos organizados de pessoas com deficiência a partir da década de 1970, maioritariamente ex-residentes de unidades residenciais em busca de soluções alternativas para as suas vidas, este movimento desponta apenas na década de 1980. A sua emergência é o resultado de vários fatores, entre os quais se contam o ano internacional da pessoa com deficiência (1981), as medidas propostas no Programa Mundial para as Pessoas com Deficiência aprovado pela Assembleia Geral das nações Unidas em 1982 (Resolução 37/52, de 3 de dezembro de 1982) e, acima de tudo, o contacto estabelecido entre ativistas pelos direitos das pessoas com deficiência americanos e europeus, de países como a Alemanha, o Reino Unido e a Suécia. O primeiro congresso internacional de Vida independente na Europa, realizado em Munique em 1982, constituiu, precisamente, uma importante plataforma de contacto entre ativistas pela Vida Independente desses dois continentes (Evans, 2003). Em resultado dessa iniciativa, foi criado o primeiro centro de Vida Independente no Reino Unido, o *Hampshire Centre for Independent Living*, em 1984 e, foi dado início ao primeiro projeto piloto de Vida Independente na Suécia (Estocolmo) em 1987.

Esse movimento, em conjugação com o modelo social da deficiência, tem, ao longo das últimas quase cinco décadas, reconfigurado as políticas sociais na área da deficiência em diferentes países do mundo ocidental. Nesse movimento conjugam-se, sem contradição, alguns dos valores que estruturaram o individualismo moderno e as concepções liberais de autonomia e da responsabilidade individual. O presente artigo, tendo por base uma revisão da literatura internacional e uma análise crítica das políticas na área da deficiência desenvolvidas em Portugal no que concerne à Vida Independente, objetiva, assim, fazer uma arqueologia desse movimento, de forma a situarmos a reivindicação por uma Vida Independente nas agendas do presente das organizações e do movimento de pessoas com deficiência e de forma a refletirmos sobre a forma como a Vida Independente para pessoas com deficiência integra e articula alguns dos valores e concepções dominantes nas sociedades capitalistas ocidentais.

Vida Independente: mobilização e política

A reivindicação por uma Vida Independente está intimamente ligada ao desenvolvimento e à afirmação do Movimento de Pessoas com Deficiência em países como os Estados Unidos da América (EUA) e o Reino Unido. No caso dos EUA, a demanda pela Vida Independente tem estado na vanguarda das reivindicações do Movimento de Pessoas com Deficiência, desde o final dos anos 1960 (Djong 1979). O seu surgimento deve-se à afirmação da ideia de que as pessoas com deficiência são impedidas de participar na vida da sua comunidade devido a barreiras existentes à sua participação no ambiente físico e social que as rodeia, sendo precisamente uma dessas barreiras o não acesso a serviços de apoio adequados capazes de promover essa participação (Djong, Batavia e Mcknew, 1992). Até à altura os serviços de apoio disponíveis para pessoas com deficiência baseavam-se quer no modelo médico, de que são exemplo as unidades residenciais para pessoas com deficiência, quer em soluções informais por meio do apoio por parte de familiares. O movimento pela Vida Independente emerge, assim, em

clara oposição a esses modelos tradicionais de apoio que dominavam as suas vidas e cortavam as suas possibilidades de vida, transformando as suas vidas num peso, inadequadas e/ou socialmente inúteis. Num artigo de 1979, Djong identifica a influência de um conjunto de outros movimentos sociais na emergência e consolidação do movimento pela Vida Independente para Pessoas com Deficiência: o movimento pelos direitos civis, o movimento consumerista, o movimento de autoajuda, o movimento pela desmedicalização e o movimento pela desinstitucionalização. Esses movimentos pela forma como tornaram as pessoas com deficiência conscientes dos seus direitos ou de como esses direitos lhes eram negados, empoderados no seu papel de consumidores na definição e administração de serviços pessoais e desafiadores do domínio de profissionais sobre as suas vidas, opondo-se à medicalização da deficiência para além da estabilização médica das suas condições, ajudaram a estruturar a reivindicação por novos direitos, a afirmar uma nova forma de perspetivar a deficiência e a desenvolver novas políticas sociais. Um exemplo desse movimento são as ações desenvolvidas por Ed Roberts e outros estudantes com deficiência na Universidade da Califórnia – Berkeley, nas décadas de 1960 e 1970. Após enfrentar com sucesso a resistência da universidade à sua admissão e instalação, Ed Roberts abre portas à entrada de outros estudantes com deficiência. Este grupo que, mais tarde veio a apelidar-se de 'Rolling Quads', para além de desenvolver uma análise política da sua situação expressa no próprio nome – 'cadeias rolantes', leva a cabo um conjunto de campanhas pelo direito a alojamento autogerido, acesso à comunidade, rebaixamento de passeios, entre outros, ações que permitirão o estabelecimento do *Physically Disabled Students Program*, primeiro programa nos EUA de serviços para estudantes com deficiência geridos por eles mesmos, e à criação do já referido primeiro centro de vida independente em Berkeley em 1972 (Barnes e Mercer, 2006: 31).

A afirmação da ideia de que o problema não reside na pessoa com deficiência, mas sim nas barreiras ambientais, central ao movimento de vida independente, implicou também uma alteração de papéis sociais desempenhados por parte das pessoas com deficiência, implicou o abandono do papel de clientes e pacientes e a assunção do papel de consumidores (Djong, 1979). Só esta mudança de papéis sociais permite uma efetiva alteração das relações de poder implícitas ao novo modelo de vida independente, e à afirmação do controlo da pessoa com deficiência sobre a sua vida. Essas mudanças encontram-se plasmadas nos serviços oferecidos pelos diferentes centros de vida independente que emergem nos EUA, ao longo da década de 1970, nomeadamente: advocacia, aconselhamento por pares, autoajuda, controlo enquanto consumidor e remoção de barreiras. Esses serviços enquadram, desta forma, uma nova filosofia de vida e uma visão política da condição das pessoas com deficiência na sociedade. As lutas das pessoas com deficiência por uma vida independente ganham reconhecimento federal em 1978, altura em que é publicada a autorização legal para a implementação de serviços de vida independente (Lei PL95-602). Essa lei que vem emendar a anterior legislação sobre reabilitação, adiciona uma nova secção dedicada aos serviços de vida independente em que, para além de outras questões, cria um programa de vida independente a ser oferecido pelos serviços estatais de reabilitação vocacional, bem como um programa de financiamento para os centros de vida independente, para além de permitir a expansão desse novo paradigma e a difusão à escala nacional do modelo dos centros de vida independente. No final da década de 1990 existiriam nos EUA, de acordo com Charlton (1998: 132), mais de 300 Centros de Vida Independente. Segundo o mesmo autor, esses Centros assumiram, ao longo da década de 1980, uma posição central no movimento pelos direitos das pessoas com deficiência nos EUA ao aglutinarem grande parte dos líderes do movimento, ao fornecerem a filosofia de sua base, mas também pelos recursos financeiros e humanos ali disponíveis (Charlton, 1998). Os anos 1990 foram, no entanto, fatais para os Centros de Vida Independente, como também revela Charlton, uma vez que a sua radicalidade, a sua visão estratégica da mudança social a operar se perdeu totalmente, reféns do medo de perder as suas fontes de financiamento (Charlton, 1998: 122).

O movimento de vida independente na Europa, herdeiro do movimento desenvolvido nos EUA, inicia-se na Inglaterra, ainda durante a década de 1970. Conforme referem Barnes and Mercer (2010), aqui, contrariamente ao movimento encetado nos EUA que se centrou na afirmação do papel das pessoas com deficiência enquanto consumidoras, o Movimento de Pessoas com Deficiência concentrou a sua luta no controlo dos serviços e no controlo das pessoas com deficiência sobre as suas próprias vidas e os serviços que lhes são disponibilizados. Assim, a partir do início da década de 1970, surgem vários grupos organizados de pessoas com deficiência em busca de soluções alternativas de vida na comunidade. Esse movimento deu origem a vários projetos e serviços isolados de autoajuda, de informação e aconselhamento, mas também de assistência pessoal, tendo sempre por base o controlo dos serviços por parte das pessoas com deficiência, culminando na criação dos primeiros centros de vida independente, integrada e inclusiva, conforme as diferentes soluções locais (Barnes e Mercer, 2006). Entre os diferentes projetos, conta-se a criação em 1972 do *Grove Road Integrated Housing Scheme* (Sutton-in-Ashfield – Derbyshire). Esta iniciativa, resultante de uma longa negociação com serviços e instituições locais, permitiu a instalação num pequeno bloco de apartamentos, de pessoas com deficiência e de famílias de pessoas sem deficiência que, numa lógica de interajuda, disponibilizaram-se a prestar o apoio necessário às pessoas com deficiência (cf. Barnes e Mercer, 2006). Com este mesmo espírito é criada em 1974 a *Spinal Injuries Association*³ (SIA). Essa associação de pessoas com lesão medular oferecia um conjunto amplo de serviços de suporte, atualmente associados à vida independente, nomeadamente: serviços de informação, de aconselhamento, de encaminhamento, e de bem-estar, tendo criado também um serviço de assistência pessoal e de formação de assistentes pessoais (cf. Barnes e Mercer, 2006). Um outro exemplo deste movimento pelo controlo dos serviços por parte do utilizador é o caso do ‘*Project 81: Consumer Directed Housing and Care*’ (Barnes e Mercer, 2006). Esse projeto, criado em 1979, em Hampshire, e que acabou por dar origem em 1984 ao, já referido, primeiro Centro de Vida Independente, permitiu, em articulação com o governo local, criar um esquema de pagamentos indiretos para custear o serviço de assistência pessoal a pessoas com deficiência da região (Barnes e Mercer, 2006).

Nos primeiros anos o financiamento desses serviços de assistência pessoal, criados em diferentes partes do país, foi possível por meio de uma complementaridade de financiamentos provenientes dos diferentes governos locais e do governo central, por meio do recurso ao chamado ‘Subsídio para cuidado doméstico’⁴. A partir de meados da década de 1980, a situação começa a mudar com a introdução de medidas restritivas no sistema de segurança social por parte do governo conservador da altura, que levam ao desaparecimento de alguns apoios e à redução de e/ou redefinição dos critérios de acesso e das formas de cálculo de outros (Pearson, 2012). Uma das vítimas dessa alteração política foi precisamente o ‘Subsídio para cuidado doméstico’, eliminado em 1986. O forte movimento de contestação por parte das pessoas com deficiência que se lhe seguiu, leva o overno inglês a criar o ‘Fundo para a Vida Independente’⁵. Essa medida política, introduzida em 1988, não obstante os problemas de desenho que a afastavam dos princípios da vida independente tal como vinham sendo definidos pelos organismos e grupos de pessoas com deficiência, veio a revelar-se de grande sucesso ao tornar claro os benefícios da criação de um esquema de assistência pessoal para pessoas com deficiência (Pearson, 2012). Não obstante se tratar de uma medida temporalmente limitada (inicialmente prevista para um período de 5 anos) e gerida por uma entidade privada criada para o efeito, o seu êxito derivou precisamente da possibilidade de escolha e controlo das pessoas com deficiência sobre as suas próprias vidas, que por meio de pagamentos diretos viram materializada a possibilidade de contratação de assistentes pessoais e de uma vida na comunidade, como clara alternativa à vida em unidades residenciais. Em 1992, altura em que terminava o tempo de vida desta medida tal como havia sido pensada, ela é revista e estendida temporalmente.

3 Associação de Lesionados na Coluna Vertebral

4 ‘Domestic Care Allowance’ no original.

5 ‘Independent Living Fund’ no original.

A partir do final dos anos 1990, as políticas de deficiência na Inglaterra sofreram, no entanto, uma viragem cujo impacto não deixou de se fazer sentir ao nível da vida independente, assim foram feitas várias tentativas para fechar o *Fundo para a Vida Independente*, alegando que, desde o levantamento do impedimento da realização de pagamentos diretos por parte dos governos locais em 1996, e a introdução dos ‘orçamentos individuais’⁶ e dos pagamentos diretos⁷, não fazia sentido uma duplicação de financiamentos. A vitória da coligação entre conservadores e liberais democratas em 2010, veio afirmar este propósito, impedindo o acesso de novos/as utilizadores/as ao programa a partir do final de 2010, decretando o encerramento total da medida em 2015 (Roulstone e Prideaux, 2012; Department for Communities and Local Government, 2016) e transferindo todos/as os/as utilizadores para a responsabilidade dos governos locais. A oposição dos/as utilizadores/as e do movimento de pessoas com deficiência, bem como das ações e decisões judiciais interpostas face a esta intenção, não impediram, no entanto, o encerramento desta medida de política em junho de 2015, conseguiram, todavia, o compromisso do governo central no financiamento das autoridades locais para suporte dos/as utilizadores/as do antigo *Fundo para a Vida Independente* até 2019-2020 (Jarrett, 2018). O encerramento do *Fundo para a Vida Independente* e a transferência de responsabilidades para os governos locais, colocou, assim, mais uma vez, as pessoas com deficiência numa situação de grande vulnerabilidade face a possíveis cortes. Como foi largamente difundido essa transferência para os governos locais não foi limitada na sua utilização aos beneficiários/as da antiga medida ou a esse propósito o que gerou cortes no apoio prestado nalgumas partes do país, criando disparidades entre diferentes regiões e comprometendo seriamente o futuro da vida independente, a que correspondeu uma desvalorização do papel dos existentes Centros de Vida Independente/ Integrada ou Inclusiva face à competição no acesso aos contratos de financiamento junto dos governos locais que levou, mesmo, ao declínio do número destes centros (Oliver e Barnes, 2012). O país pioneiro na implementação da Vida Independente para Pessoas com Deficiência a nível europeu encontra-se, atualmente, numa situação de extrema fragilidade e incerteza quanto ao futuro na efetivação deste direito consagrado na Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência.

Nos restantes países europeus o movimento pela vida independente tem sido bastante desigual, com diferentes ritmos e pautado por avanços e recuos, com países como a Suécia a liderarem esse movimento e com os países da europa central, com uma forte tradição institucionalista, e os países do sul da Europa, com uma forte tradição familiarista, na cauda desse movimento.⁸ Esta inconstância é ela mesma um resultado da volubilidade e da fraqueza das orientações políticas por parte das instituições europeias. Como veremos, não obstante as orientações no sentido da vida na comunidade e de forma independente para pessoas com deficiência remontarem pelo menos a 1988, quando do lançamento do 2º Programa de Ação para a Deficiência, por parte da então Comunidade Econômica Europeia, vulgarmente apelidado de Programa HELIOS (1988-1991) (Council Decision 88/231/EED of 18 April 1988) mas com a denominação ‘Handicapped People in the European Community Living Independently in an Open Society’⁹, continuamos ainda hoje a assistir à sua afirmação enquanto princípio mas não enquanto obrigação para os diferentes países europeus, como é visível na orientação da utilização dos fundos estruturais e de investimento europeus no sentido da desinstitucionalização e da promoção da vida na comunidade.

6 ‘Individual budgets’ no original.

7 Community Care Act (1996).

8 Para uma análise aprofundada da situação dos diferentes países europeus, consultar: <https://www.disability-europe.net/theme/independent-living?>

9 “Pessoas com incapacidade na Comunidade Europeia vivendo de forma independente numa sociedade aberta”, tradução livre dos autores.

O contexto português

Em Portugal, não obstante esta reivindicação datar da segunda metade da década de 1990 (Associação, 1996: 4), só ganhou folgo no Movimento de Pessoas com Deficiência no início da década de 2010, maioritariamente por meio do coletivo '(D)eficientes Indignados' que desenvolveu um conjunto diversificado de ações políticas de reivindicação pelo direito à Vida Independente, em que se incluem marchas, manifestações, debates, mobilização por meio das redes sociais e acampamentos frente à Assembleia da República. Essa mobilização e pressão política dará origem ao primeiro Centro de Vida Independente, criado em Lisboa no final de 2015, e ao primeiro projeto-piloto de Vida Independente, criado e financiado pela Câmara Municipal de Lisboa e iniciado em dezembro de 2015. Em 2017 o Governo Português aprovou o programa “Modelo de Apoio à Vida Independente” (MAVI) por meio do qual pretendeu efetivar o direito das pessoas com deficiência à Vida independente (Decreto-Lei nº 129/2017, de 9 de outubro). Esta medida de política permitiu a criação de “Centros de Apoio à Vida Independente” (CAVIs) em diferentes partes do país e o arranque de projetos-piloto de Vida Independente, ao longo do primeiro trimestre de 2019. Tal como definido, estes projetos-piloto com uma duração esperada de 3 anos serão alvo de um processo de avaliação conducente à preparação e aprovação de uma lei de vida independente para pessoas com deficiência em Portugal. O Governo Português foi, no entanto, muito contido na medida aprovada, limitando-a uma iniciativa legislativa e não de um direito conferido às pessoas com deficiência em Portugal, demasiado normativo no desenho da medida, impondo o modelo a implementar em vez de permitir uma maior autonomia na estruturação do serviço capaz de testar diferentes soluções, e pouco generoso na alocação de meios, limitando o alcance e impacto dos projetos-piloto na vida das pessoas com deficiência por maior da alocação de recursos financeiros insuficientes para fazer face às necessidades reais das pessoas com deficiência e à efetivação do estipulado no articulado legal. Exemplo deste último facto é, por exemplo, a possibilidade de um máximo de 30% dos/as utilizadores/as por CAVI poderem ter até 24 horas de assistência pessoal diárias, quando o orçamento disponibilizado inviabiliza totalmente essa hipótese. Estamos, assim, face a uma medida de política de curto alcance e de impacto limitado.

Em Portugal, como outros países europeus, a afirmação do direito à Vida Independente resulta, maioritariamente, da aprovação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (CDPD) em 2006. A CDPD ao consagrar no seu artigo 19º o direito das pessoas com deficiência a uma vida independente e a viverem na comunidade, criou, um imperativo legal aos Estados signatários para efectivarem esse direito. Esse imperativo foi reforçado em 2017 pelo Comité sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, responsável pela monitorização da implementação da CDPD por parte dos Estados signatários, com a publicação do Comentário Geral nº 5. Este documento, para além de definir o que significa a Vida Independente, de clarificar os princípios e ideias que estão na sua base e que devem nortear a sua implementação, de esboçar o caminho a seguir pelos Estados, define também a obrigação dos Estados signatários de garantirem o não investimento público e/ou privado na renovação, construção ou criação de quaisquer instituições para pessoas com deficiência ou de soluções de vida ou serviços baseados na sua institucionalização, investimento esse que deverá ser canalizado para serviços que consubstanciem o direito à Vida Independente e na comunidade (CRPD, 2017). Neste mesmo sentido aponta a Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas com Deficiência (2021-2030)¹⁰. Essa estratégia, embora recorrendo a *soft law*, define o acesso a uma vida decente e à vida independente com uma das oito áreas prioritárias, emitindo indicações claras no sentido da desinstitucionalização das pessoas com deficiência e à criação de serviços e oportunidades de vida na comunidade e habitação acessível. As diferentes iniciativas europeias ao nível da deficiência, incluindo a estratégia

10 Disponível em: file:///C:/Users/fernando/Downloads/KE0221257ENN_002%20proof%202%20(1).pdf

2021-2030, pecam, no entanto, pelo seu carácter não impositivo, o que continua a comprometer a concretização plena dos objetivos definidos, a implementação da CDPD e a maximização da aplicação dos fundos europeus estruturais e de investimento para esses fins. Assim, não obstante a pressão por parte da Rede Europeia de Vida Independente (ENIL) no sentido da utilização destes fundos para a desinstitucionalização e desenvolvimento de soluções de vida na comunidade para pessoas com deficiência, a ausência de um compromisso e de diretivas europeias claras continua a alimentar soluções de vida para as pessoas com deficiência que violam os princípios da autonomia, do controlo e da autodeterminação.

O movimento pela vida independente para pessoas com deficiência a nível europeu tem sido liderado pela ‘Rede Europeia de Vida Independente’ (ENIL). Esta organização europeia que agrupa organizações de pessoas com deficiência e ativistas pelo direito à vida independente de diferentes países europeus, tem desenvolvido um importante trabalho de disseminação da vida independente e dos seus princípios junto das instâncias europeias, mas também de orientação das organizações e movimentos de pessoas com deficiência nos diferentes países. Como o caso português revela, estas organizações e movimentos enfrentam, no entanto, crescentes resistências e dificuldades na implementação da filosofia e princípios de Vida Independente. Identificamos três principais níveis de resistências e dificuldades por parte do movimento e organizações de pessoas com deficiência em Portugal: um primeiro nível de resistência de cariz governativo, um segundo nível de cariz associativo e um terceiro nível relacionado com a mobilização e apoio das bases, i.e. das pessoas com deficiência.

A nível governativo assistimos a uma crescente valorização das questões relacionadas com a deficiência e a uma maior presença da deficiência nos discursos e políticas. Esta crescente presença, cuja face mais visível é a ascensão de pessoas com deficiência a lugares governamentais de decisão, resulta da aprovação de documentos estratégicos internacionais, como a CDPD, e da consequente afirmação da linguagem dos direitos humanos. A novidade destas agendas, a sua contradição com a organização institucional estabelecida e legitimada ao longo de décadas por parte de um Estado Social fraco e dependente do terceiro sector para prestação de serviços à população, a ausência de diretivas europeias claras relativamente ao sentido das mudanças a operar na área da deficiência, e o desconhecimento generalizado da população portuguesa relativamente à Vida Independente para pessoas com deficiência, impede a implementação de mudanças significativas nas políticas de deficiência em Portugal, compromete a implementação dos princípios da Vida Independente bem como a utilização dos fundos estruturais e de investimento para promover a desinstitucionalização e a vida na comunidade e torna as agendas políticas permeáveis a influências estabelecidas e a ideologias individuais dos membros do governo.

A nível associativo assistimos a uma apropriação dos conceitos chave e propostas políticas desenvolvidas pelo movimento de pessoas com deficiência por parte do sector organizativo tradicional na área da deficiência, composto por organizações para pessoas com deficiência. Esta apropriação, resultante da legitimação política destas propostas em documentos estratégicos internacionais como a CDPD, apresenta-se problemática pelo desvirtuamento das ideias originais que ocorre neste processo de apropriação e adequação aos interesses deste setor tradicional e pela aparente indissociação de ideias entre os diferentes sectores organizativos na área da deficiência e a tendencial sobrevalorização das vozes do sector tradicional, melhor organizado, melhor implantado no território nacional, com maior massa crítica profissionalizada e credor da delegação estatal de responsabilidades. Tal como assinalado anteriormente, a ausência de diretivas claras sobre a forma como interpretar e implementar estas novas ideias e soluções políticas torna-as permeáveis a reinterpretações por parte dos diferentes sectores. Acresce que, em países como Portugal, onde historicamente o Estado é altamente devedor das iniciativas e serviços prestados pelo sector tradicional da deficiência, existe uma maior apetência para legitimação política das suas ideias e propostas e salvaguarda dos seus interesses. Tomando como exemplo a implementação da recente medida de política social ‘Movimento de Apoio à Vida Independente’ (MAVI), não são despiciendas as exigências organizativas impostas à criação dos Centros de

Apoio à Vida Independente (CAVIs), atualmente em curso enquanto projetos-piloto, nomeadamente a exigência de constituição enquanto IPSS (Instituição Particular de Solidariedade Social) e detenção do estatuto de ONGPD (Organização Não Governamental de Pessoas com Deficiência), que impediram a emergência de iniciativas por parte de coletivos de pessoas com deficiência e fomentou a emergência de iniciativas por parte de organizações tradicionais para pessoas com deficiência. Do total de 35 CAVIs criados em Portugal no âmbito do Movimento de Apoio à Vida Independente (MAVI) apenas 4 são desenvolvidos pelo coletivo de pessoas com deficiência – Centro de Vida Independente (CVI) – desenvolvido inicialmente como organização local para implementar o projeto-piloto de vida independente de Lisboa encetado em 2015 e que posteriormente se transformou em organização de âmbito nacional para possibilitar o seu acesso à criação de CAVIs em diferentes partes do país, as restantes iniciativas são desenvolvidas por organizações tradicionais para pessoas com deficiência.

Ao nível da mobilização e apoio das bases, assistimos a uma alienação individual por parte das pessoas com deficiência face às causas coletivas que mobilizam o movimento e as organizações de pessoas com deficiência em Portugal o que compromete o poder reivindicativo do movimento, mas também a própria renovação dos quadros do movimento associativo. Tal situação é o resultado de uma confluência de diferentes fatores. Em primeiro lugar, uma dificuldade de coletivização dos problemas individuais resultante de uma falta de politização e da não garantia de condições mínimas de igualdade de vida por parte do Estado. Em segundo lugar, um deslumbramento face às novas medidas de política, nomeadamente a possibilidade do serviço de assistência pessoal, após várias décadas de alienação política e social face aos problemas das pessoas com deficiência em Portugal. Em terceiro lugar, um desconhecimento quase generalizado da filosofia, dos princípios orientadores e da luta que está na base da Vida Independente, gerador de uma maior aceitação e de ausência de reflexão crítica face à estratégia e propostas do governo para implementar a vida independente em Portugal.

É, assim, neste contexto que o movimento de pessoas com deficiência e o movimento pela vida independente atualmente se movem, com as dificuldades daí resultantes, cujas marcas são visíveis no impasse na efetivação dos direitos consagrados pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência. Na análise deste impasse importa refletir de uma forma mais ampla sobre os valores e os princípios que estruturam uma Vida Independente e sobre a forma como nesta filosofia de vida se articulam alguns dos valores e conceções dominantes nas sociedades capitalistas ocidentais, que, por um lado, facilitam a sua difusão e, por outro, desarmam e esvaziam o movimento que lhe deu origem.

Princípios e filosofia da Vida Independente

A Vida Independente tem-se sedimentando internacionalmente enquanto a defesa de que as pessoas com deficiência devem ter o controlo sobre todas as decisões que dizem respeito às suas vidas. Trata-se de proclamar o direito a viverem em contextos em que não sejam subjugadas pelas lógicas da dependência do cuidado familiar ou das soluções oferecidas em contextos institucionais que, sem atenderem às suas especificidades, as colocam numa situação de vulnerabilidade, impedindo-as de tomar decisões em relação às suas vidas. Como referem Barnes e Mercer, a Vida Independente significa “todas as pessoas com deficiência terem a mesma escolha, controlo e liberdade como qualquer outro cidadão – em casa, no trabalho e como membros da comunidade. Isto não significa necessariamente que as pessoas com deficiência façam tudo por si próprias, mas significa que qualquer assistência prática requerida tem de estar sob o controlo da pessoa com deficiência” (2006:33). Conforme clarifica Morris (2003) esta definição incorpora três dos principais elementos que devem estruturar a Vida Independente para Pessoas com Deficiência: a ideia de igualdade de direitos entre pessoas com e sem deficiência, expressa na asserção de todas as pessoas com deficiência terem a mesma escolha, controlo e liberdade como qualquer outro cidadão; a ideia de que ser independente não significa fazer tudo por si próprio/a e, a ideia da escolha e controlo sobre tudo aquilo que é prestado. Auto-determinação, igualdade, escolha e controlo são, assim,

quatro dos princípios basilares da filosofia de vida independente para pessoas com deficiência, que se baseia numa mudança paradigmática expressa numa ênfase nos direitos em detrimento da caridade, na inclusão em detrimento da exclusão e da segregação e na afirmação de uma cultura de aceitação das pessoas com deficiência como cidadãs e cidadãos com igualdade de direitos em detrimento de uma cultura de dependência e de pena (cf. Barnes e Mercer, 2006).

Tal como clarifica Morris (2003: 5), a igualdade de direitos pressuposta no modelo de vida independente não significa, no entanto, que as pessoas com deficiência sejam iguais às pessoas sem deficiência, significa apenas que têm os mesmos direitos e que devem ser criadas condições para a sua efetivação e gozo por parte de todas e de todos que tenham em conta as suas necessidades. As pessoas com deficiência têm necessidades adicionais face às pessoas sem deficiência, resultantes da sua condição individual e das barreiras sociais que lhes são impostas, que é necessário garantir para efetivar esta igualdade de direitos. O coletivo de pessoas com deficiência tem procurado ao longo dos tempos sistematizar essas necessidades. Em 1986 a *Derbyshire Coalition of Disabled People* identifica sete necessidades das pessoas com deficiência a que é necessário responder de forma a aperfeiçoar os serviços da comunidade e a promover a independência das pessoas com deficiência, em que se incluem necessidades de: informação, apoio por pares, habitação, ajudas e equipamento técnico, assistência pessoal, transporte e acessibilidade (DCODP, 1986; Davis and Mullender, 1993). Esta lista foi sendo atualizada ao longo dos tempos por outros coletivos de forma a responder às necessidades emergentes das pessoas com deficiência, mas revela sobretudo que negar a satisfação dessas necessidades significa negar às pessoas com deficiência o exercício de direitos políticos, civis, sociais e, como estabelece a CDPD, os seus direitos humanos.

Como é possível verificar nesta lista e nas atualizações que lhe sucederam, a escolha e controlo essenciais à filosofia de Vida Independente aplicam-se, não só ao ambiente em que a pessoa vive, mas também à assistência ou ao apoio de que a pessoa necessite para exercitar os seus direitos. Os princípios da escolha e do controlo que presidem à filosofia de vida independente apresentam uma relação simbiótica com dois outros fatores essenciais ao exercício dos primeiros: a eliminação de barreiras existentes na sociedade e a disponibilização de assistência pessoal. Na esteira do modelo social da deficiência, que concebe a deficiência como um fenômeno socialmente produzido de exclusão e opressão de pessoas com deficiência por parte da sociedade em geral por meio da criação de barreiras sociais, económicas, psicológicas e físicas, a filosofia de Vida Independente vem afirmar a eliminação destas mesmas barreiras identificadas pelo modelo social como crucial à sua efetivação. Tal a filosofia de vida independente pressupõe não é suficiente a existência de uma igualdade formal tal como tem sido realidade na grande maioria dos países, uma vez que estas barreiras incapacitam e impedem as pessoas com deficiência de exercitar os seus direitos e de participar na vida da comunidade, fazendo na prática com que a maioria das pessoas com deficiência veja os seus direitos de cidadania. É, assim, necessária uma igualdade substantiva que se baseie na eliminação das diferentes barreiras incapacitantes existentes na sociedade, no reconhecimento da igual dignidade e dos direitos humanos das pessoas com deficiência, na eliminação dos fenômenos de exclusão, opressão e de assimetria de poder vivenciados pelas pessoas com deficiência. Essas mudanças terão de ser necessariamente transversais aos diferentes ambientes sociais e institucionais, implicando a remoção de barreiras físicas, mas também de barreiras culturais e de assimetrias de poder que colocam as pessoas com deficiência, na grande maioria dos casos, em posições subalternas e de grande fragilidade, em casa, na escola, no trabalho, na relação e participação na comunidade e nas instituições.

Urge, desta forma, afirmar a primazia da autonomia e liberdade de ação individual, perigosamente próxima dos princípios de um modelo liberal de cidadania (Held, 2006), mas afastando-se deste ao afirmar a primazia do Estado enquanto principal motor desta transformação. Como reflete Jenny Morris a "Incapacidade e as barreiras deficientizadoras impõem limites na liberdade de ação, sendo assim necessária uma ação positiva [por parte do Estado] para promover oportunidades de auto-de-

terminação.”¹¹ (2005: 26). Efetivamente, o papel do Estado é essencial, na eliminação destas barreiras por meio da emanação de princípio legais que confirmem e legitimem os direitos das pessoas com deficiência e zelem pelo seu exercício e respeito, bem como no desenvolvimento de políticas sociais consentâneas com os princípios de vida independente e que consubstanciem uma igualdade substantiva por meio do desenvolvimento de iniciativas promotoras de oportunidades de auto-determinação. A vida independente enquanto medida de política, ao se basear nos princípios da escolha e controlo, constitui um importante exemplo de potenciais ações positivas por parte dos Estados. Importa, no entanto, que estas medidas de política se mantenham fiéis à filosofia original emanada do movimento no seu desenho e implementação, uma vez que o seu desvirtuamento poderá levar ao comprometimento do seu potencial positivo, como acontece no caso português. Em Portugal o desenho e implementação do Modelo de Apoio à Vida Independente (MAVI) que enquadra a criação dos Centros de Apoio à Vida Independente (CAVIs), pela ausência de pagamentos diretos às pessoas com deficiência, pela limitação do número de horas de assistência pessoal, pela necessidade de partilha de assistentes pessoais, pelos requisitos legais à constituição dos CAVIs que mantiveram o seu controlo e gestão maioritariamente na mão de profissionais, negou os princípios da escolha e controlo, comprometeu o potencial transformador da medida, e, de forma mais gravosa, empenhou o potencial de auto-determinação destes projetos na vida das pessoas com deficiência.

O exercício da escolha e controlo ao nível da assistência e do apoio requerido pelas pessoas com deficiência no exercício dos seus direitos e do seu dia a dia, como qualquer outra pessoa, só é possível, em alguns casos, por meio da disponibilização de assistência pessoal. A assistência pessoal consubstancia-se na contratação de uma pessoa para apoiar a pessoa com deficiência nas tarefas e responsabilidades do seu dia a dia, resultantes quer do nível e tipo de incapacidade, quer das barreiras deficien-tizadoras do meio. Ou a assistente pessoal constitui, assim, uma extensão da pessoa com deficiência no exercício das tarefas e das atividades do dia a dia que a pessoa com deficiência não consegue fazer. A definição do seu âmbito e do tempo necessário ao seu desenvolvimento depende, assim, das necessidades individuais de cada pessoa. Isto significa que, de forma a permitir o acesso a uma vida independente, o número de horas diárias de assistência pessoal e o tipo de tarefas a desenvolver deve ser definido de forma individual e respeitando as necessidades individuais. Acresce que a pessoa com deficiência deve ter o controlo sobre todo o processo desde a definição do apoio a ser prestado, passan-do pela seleção, contratação e formação do ou da assistente pessoal, até à gestão da assistência pessoal. A escolha e controlo neste processo só é possível por rmeio da facilitação de pagamentos diretos às pessoas com deficiência. A transferência financeira direta do Estado para essas pessoas permite-lhes exercitar os seus direitos sem interferência ou imposição de terceiras entidades, cabendo aqui aos centros de vida independente, ou ‘de apoio à vida independente’ como se optou em Portugal, um papel de apoio de retaguarda, oferecendo às pessoas com deficiência serviços de educação e aconselhamento sobre contratação, apoio e aconselhamento por pares e aconselhamento e apoio na gestão da assistênci-a pessoal. A efetivação da vida independente deve ser, assim, o foco desta medida de política e não os centros de ‘apoio’ à vida independente, uma vez que estes são instrumentos de retaguarda e a sua constituição deve ser deixada à iniciativa das pessoas com deficiência. Só desta forma será possível garantir a criação de um serviço potenciador da auto-determinação das pessoas com deficiência e não fomentador na manutenção de iniciativas geridas por entidades terceiras não controladas pelas pessoas com deficiência.

O carácter imperativo desta mudança paradigmática nas políticas sociais na área da deficiência tem sido publicamente reconhecido por documentos estratégicos internacionais, como a já referida Convenção sobre os direitos das Pessoas com Deficiência adotada na Assembleia Geral das Nações Unidas em dezembro de 2006 e a recentemente apresentada Estratégia Europeia para os Direitos das Pessoas

11 No original: “Impairment and disabling barriers impose limits on freedom of action and positive action is therefore required to deliver opportunities for self-determination”.

com Deficiência 2021-2030, importa, pois, efetivar esta mudança pelo seu potencial de transformação positiva nas vidas das pessoas com deficiência. Não obstante as dificuldades anteriormente identificadas, a sua eficácia na emancipação dessas pessoas tem sido aferida em vários países onde esta medida de política tem vindo a ser implementada (Hutchison *et al.* 2000; Townsley, 2010; White *et al.* 2010).

Autodeterminação em tempos de capitalismo neoliberal

Como referimos anteriormente, os princípios de escolha e controlo pressupostos pela filosofia de vida independente que procura efetivar a autodeterminação e autonomia das pessoas com deficiência, têm sido, muitas vezes, associados às políticas consumistas e a modelos de democracia liberal (Morris, 2005; Barnes e Mercer, 2006). A importância de a vida independente confrontar as lógicas instauradas pelo capitalismo e pelo neoliberalismo é tão mais crucial se tivermos em conta como este sistema económico e social é estruturante quer da invenção moderna da deficiência, quer das relações de opressão que concorrem para a exclusão social das pessoas com deficiência.

As teias de sentido por via das quais a deficiência veio a ser definida na modernidade consagram como central uma a objectificação medicalizada de determinados corpos e formas de habitar o mundo. No entanto, dificilmente poderemos aceder às implicações dessa narrativa histórica, a menos que contemplemos a intervenção de outras transformações que vieram habitar a casa da modernidade. Destacamos dois elementos que foram parte dessa metamorfose cultural: o capitalismo industrial, uma transformação radical nos modos de produção dominantes, e o individualismo, uma alteração não menos radical nas formas de apreensão e valorização dos sujeitos.

As transformações ocorridas na economia produtiva surgem como um elemento absolutamente fulcral na marginalização social das pessoas que viriam estar reunidas sob o conceito de deficiência. Como já analisamos, é bem verdade que o período pré-industrial está longe de nos oferecer um retrato idílico no que concerne integração social das pessoas cegas, isto, muito por culpa da miríade de associações e crenças reinantes. Não obstante, permanece enquanto válida a persuasão de que na pré-modernidade as “pessoas com deficiência” contribuíam para as atividades produtivas, realizadas em contextos familiares, na agricultura e nas pequenas manufaturas. Esses contextos que permitiam que todos dessem o seu contributo consoante as suas características específicas e os seus ritmos particulares.

A revolução industrial e o subsequente desenvolvimento dos processos industriais trouxe uma abrupta transformação daquelas que eram as condições de produção vigentes até o século XVIII. A partir dessa altura surgiram contextos profundamente estandardizados e inflexíveis às diferenças individuais. Emergiu um sistema de produção cujos padrões se inconciliaram com a participação das pessoas com deficiência, legando-as à completa exclusão da economia produtiva ou, na melhor das hipóteses, a uma residual contribuição no seio das muitas “instituições totais” que se criaram a partir do século XVIII para albergar as diversas deficiências. De facto, o advento da industrialização vem tornar o corpo da pessoa deficiente demasiado “presente”, excessivo nos seus défices, na sua disparidade para com a norma corporal, incapaz de se adequar aos novos imperativos laborais:

A velocidade do trabalho fabril, a disciplina imposta, as normas de produção e de poupança de tempo – todas estas foram transformações altamente desfavoráveis em relação aos métodos de trabalho mais lentos, mais autodeterminados e flexíveis, em que as pessoas com handicaps tinham estado integradas. (Oliver, 1990: 27). O surgimento de uma rigorosa disciplina na atividade fabril e a imposição de uma lógica de maximização do rendimento, implicou que o corpo humano se constituísse largamente como uma extensão da maquinaria industrial na realização de práticas estandardizadas. Daí emerge uma visão mecanicista e funcional do corpo, que é feito parte de um dispositivo complexo, repetitivo e que se estabelece por referência central a uma optimização da rentabilidade na produção.

O que se torna crucial para este âmbito é o facto de o processo industrial ter estado ligado a uma nascente definição do corpo em termos de capacidade produtiva e a uma emergente concepção acerca

de uma perfeição mecânica do corpo humano (Davis, 1995: 87). Numa primeira instância, este fenômeno conduziu a uma efectiva exclusão das pessoas incapazes de se adaptarem às condições de produção estabelecidas ou que estivessem abaixo de um determinado padrão de produtividade. No entanto, a emergência de uma concepção mecanicista do corpo acarretaria também implicações decisivas ao nível das representações culturais. Delas destacamos o modo como esta concepção viria a infundir as noções de normalidade promovidas no âmbito da ciência médica. Claudine Herzlich (1991: 206) aponta exatamente para esta questão quando sublinha a influência constituída pelo regime de trabalho que acompanhou o desenvolvimento industrial, no surgimento de uma associação entre saúde e capacidade de trabalho e, por oposição, entre doença e inaptidão laboral. Despertamos assim para o facto de que o modelo biomédico do corpo, a estabelecida norma na regulação dos discursos e práticas da Medicina, encontra-se ancorado, desde a sua origem, pelas concepções mecanicistas do corpo geradas a partir da revolução industrial. No entanto, um aspeto que devemos ter em conta para além de uma leitura eurocêntrica sobre a modernidade, é o modo como a capacidade de trabalho e a aptidão física se encontram fortemente intrincados na economia produtiva associada ao tráfico transatlântico de pessoas escravizadas. Os corpos negros minuciosamente escrutinados em leilões de escravizados substanciam uma importante genealogia moderna entre, por um lado, escravidão e capitalismo industrial¹² e, por outro, o corpo escravizado apto para o trabalho da plantação ou da mineração e o corpo normal que integrou a economia política do capitalismo industrial (Hunt Kenedy, 2020)

Um outro elemento que se torna incontornável para a nossa análise reside na assunção do individualismo enquanto um valor que veio a permear decisivamente o “sentido do ser” no Ocidente. Na verdade, a emergência do individualismo encontraria um estreito parentesco com a emergência do capitalismo industrial. Basta atentar para o facto de que ambos se consagraram a par com as visões liberais promovidas com a ascensão do poder da burguesia. No entanto, se por um lado é saliente a importância que as concepções individualistas detêm nas possibilidades de articulação das garantias políticas e sociais dos sujeitos, por outro elas são nutridas e tomam parte de uma lógica que permeia o tecido social engendrando outro tipo de constrangimentos. Concretamente, ao trazer aqui a questão do individualismo moderno procuramos relacionar essa construção com a deficiência e a vida independente a partir de duas linhas de análise distintas. A primeira liga-se à identificação do individualismo como uma elaboração cultural que desempenhou um papel central para que as implicações e respostas pensáveis à deficiência se confinassem a um olhar centrado no indivíduo: a pessoa com deficiência. Este enfoque opõe-se a problematização das estruturas sociais opressoras em que a deficiência ganha significado e em que se mapeiam as vivências das pessoas com deficiência. A segunda linha de análise envia-nos para a relação entre os valores promovidos pelo individualismo e as emergentes formas de valorização social das pessoas.

Partindo da primeira abordagem referida, acima de tudo importa perceber como a afirmação do “paradigma das limitações funcionais” na apreensão cultural das pessoas deficientes é permeada e reforçada pelos valores do individualismo moderno. Em causa está uma ênfase nas condições e capacidades do indivíduo que tende a subvalorizar a relação entre as possibilidades individuais e os contextos que as estruturam. Emerge assim uma asserção profundamente paradoxal. Por um lado, é central contemplar o lugar ocupado pela reivindicação dos direitos individuais das pessoas cegas, mormente o direito ao emprego, à educação e à segurança econômica. Neste caso os valores individualistas mostram ser uma plataforma de sentido para que as pessoas cegas possam confrontar as formas de opressão e discriminação a que estão sujeitas. Por outro lado, os processos que reduziram as implicações da deficiência a uma narrativa de limitações individuais terão que ser entendidos, não como um assalto à individualidade humana, mas ao próprio itinerário de sentido por meio do qual a individualidade ganha uma fundação.

12 Bastará lembrar o célebre trabalho de Eric Williams, *Capitalism & Slavery*, em que o autor mostra como o capital cumulado pela exploração escravacrata foi essencial para o financiamento da revolução industrial em Inglaterra e, por consequência, para a implantação do capitalismo industrial que estabeleceu pelo mundo nos últimos séculos.

No que se refere à relação entre o individualismo e as formas de valorização social prescritas na modernidade ocidental, fica claro que celebração moderna do indivíduo e da sua capacidade de realização se mostram particularmente opressivos para as pessoas com deficiência. A ênfase que os valores do individualismo colocam na capacidade individual de realização marcam, quase inescapavelmente, os investimentos, aspirações, frustrações, preocupações e ansiedades que pontuam as vivências das mulheres e homens modernos. De facto, a desvalorização pessoal e social que resulta da dependência de outrem, mesmo nas mais triviais realizações quotidianas, torna-se amiúde uma questão problemática para as pessoas com deficiência. Isso ocorre, quer porque a realização autônoma de determinadas atividades se torna inviável em face de diferenças funcionais, quer porque a necessidade de apoio em determinadas tarefas expõe muitas vezes a pessoa com deficiência a atitudes paternalistas e meninizadoras. Isto é tão mais relevante num quadro em que respostas sociais dominantes à deficiência instigam os sujeitos a uma heroica superação pessoal, num óbvio menosprezo das transformações passíveis de serem empreendidas no meio cultural, social e físico.

Conclusão: solidariedade e resistência

Após algumas décadas em que, com o continuado crescimento das despesas sociais, a conciliação entre acumulação e distribuição parecia uma real possibilidade no seio do Estado Social, assistimos ao início da sua crise, nos países da sua criação, a partir dos anos 1970. Trata-se de uma continuada crise que veio a colocar em causa a ideia de que a acumulação infinita se pode concertar com a permanência ou ampliação dos direitos sociais; nesse sentido verifica-se que “o capitalismo avançado que criou o Estado Providência se distancia progressivamente desta sua criação” (Santos, 1990: 205). A retração das políticas sociais aparece-nos assim como um fatalismo da economia capitalista, num processo que, como sabemos, muito tem devido à desregulação levada a cabo sob a égide neoliberal.

Como prova a luta histórica das pessoas com deficiência, concitando uma coletivização das experiências individuais de opressão e expondo a crucial interdependência de que depende a defesa do Estado Social ante a ascensão do neoliberalismo individualista, a afirmação da vida independente é uma forma de resistência às estruturas do capitalismo mas liga-se igualmente à hegemonia valores individualistas e neoliberais. Há, portanto, um caminho de transformação social mais ampla que reclama por uma desestabilização das representações dominantes da deficiência e por uma vitalidade democrática que, longe de qualquer individualismo, funda-se nos valores da solidariedade e na mobilização coletiva. Só essa vitalidade nascida dos movimentos de pessoas com deficiência poderá colocar a vida independente no coração das lutas contemporâneas por dignidade e direitos humanos, ao mesmo tempo que ilumina o regime de exclusão perpetrado pela articulação histórica entre capitalismo, capitalismo e individualismo neoliberal.

Agradecimentos

Este artigo resulta do trabalho de investigação desenvolvido no âmbito do projeto DECIDE – Deficiência e autodeterminação: o desafio da Vida Independente em Portugal. Este projecto tem o apoio financeiro da Fundação para a Ciência e Tecnologia (FCT/MEC) através de fundos nacionais e é co-financiado pelo FEDER através do Programa Operacional Competitividade e Inovação COMPETE 2020. Projeto PTDC/IVC-SOC/6484/2014 - POCI-01-0145-FEDER-016803. Este artigo contou, ainda, com o apoio da Fundação para a Ciência e a Tecnologia, ao abrigo do contrato de trabalho no âmbito da Norma Transitória (DL57/2016/CP1341/CT0007) e do contrato da CEEC Individual com a referência 2020.01127.CEECIND/CP1627/CT0004.

Referências:

- Barnes, C., Mercer, G. 2006. *Independent Futures – Creating user-led disability services in a disabling society*. Bristol: The Policy Press.
- Charlton, James I. 1998. *Nothing about us without us – Disability Oppression and empowerment*. London: The University of California Press.
- Committee on the Rights of Persons with Disabilities (2017). *General comment No. 5 (2017) on living independently and being included in the community*. 27 October 2017. Available at: <https://www.ohchr.org/en/hrbodies/crpd/pages/gc.aspx>
- Davis, Lennard (1995), *Enforcing Normalcy: Disability, Deafness and the Body*. Londres: Verso.
- DEJONG, G., BATAVIA, A., & MCKNEW, L. (1992). The Independent Living Model of Personal Assistance in National Long-Term-Care Policy. *Generations: Journal of the American Society on Aging*, 16(1), 89-95. Retrieved May 11, 2021, from <http://www.jstor.org/stable/44877066>
- Djong, Gerben 1979. Independent Living: From Social Movement to Analytic Paradigm. *Archives of Physical Medicine and Rehabilitation*, Oct 1979, 60(10):435-446.
- Eric Williams (2014/1944), Capitalism and Slavery, Chapel Hill: University of North Carolina Press.
- Evans, John. 2003. "The Independent Living Movement in the UK." Internet publication URL: www.independentliving.org/docs6/evans2003.html.
- Herzlich, Claudine (1991), «Medecine Moderne et Quête de Sens: la Maladie Signifiant Social», in Marc Augé; Claudine Herzlich (orgs.), *Le Sens du Mal: Anthropologie, Histoire, Sociologie da la Maladie*. Paris: Editions des archives contemporaines.
<https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?doi=10.1.1.502.2431&rep=rep1&type=pdf>
- Hunt-Kennedy, Stefanie (2020), *Between fitness and death: disability and slavery in the Caribbean*. Urbana: University of Illinois Press.
- Hutchison, Peggy; Alison Pedlar, Peter Dunn, John Lord, Sue Arai. Canadian Independent Living Centres:Impact on the Community. *International Journal of Rehabilitation Research*. 2000; 23(2): 61-74.
- Jarrett, Tim (2018). Local replacements for the Independent Living Fund (ILF). *House of Commons Library - Briefing Paper*, Number 7788, 8 January 2018
- Jornal Associação, 1996. "Acção de consciencialização sobre a deficiência", n. 93 – Maio 1996, pág. 4.
- Morris, Jenny 2003. Barriers to Independent Living: A scoping paper prepared for the Disability Rights Commission. Disponível em: <https://citeseerx.ist.psu.edu/viewdoc/download?-doi=10.1.1.598.4176&rep=rep1&type=pdf>
- Morris, Jenny 2005. The implications for social care of the Disability Equality Duty A paper prepared for the Disability Rights Commission. Disponível em:
- Oliver, Michael (1990), *The politics of disablement : a sociological approach*. New York: St. Martin's Press.
- Oliver, Michael; Colin Barnes, 2012. *The New Politics of Disability*. Basingstoke, Palgrave Macmillan.
- Pearson, Charlotte (2012), "Independent Living", in Alan Roulstone Nick Watson, Carol Thomas (org.), *Routledge Handbook of Disability Studies*. Abingdon: Routledge.
- Townsley, Ruth 2010. The Implementation of Policies Supporting Independent Living for Disabled People in Europe: Synthesis Report. Academic Network of European Disability experts (ANED) – VT/2007/005. Disponível em: https://d1wqxts1xzle7.cloudfront.net/44706566/ANED-Task_5_Independent_Living_Synthesis_Report_14.01.10-with-cover-page.pdf?Expires=1620756613&Signature=EzdzPhUeG2ysFGJzhi~4CvHnSMG9pz05aNAq7iCxp5bBdKiH9Irb-
- Santos, Boaventura de Sousa (1990), *O Estado e a Sociedade em Portugal (1974-1988)*. Porto: Afrontamento.

Dy5lkY2og8YBdGxMIVStby-T-usi2t2lM3yC5MjAvvREPxUZeCHfoTzj-dh-U2bWKsgFgr-b3u8ZUZwMUDergNB8rFzOwwtQR4ZXaqw54UleXQpHGp6S5kPf9FeJvTTai6w4aYJEov5mm-FJyJl~-fzT31Hy6sqDHuvCh4XwUWLBJP4KH~2RTwXgCFWEzqR-BiWnv~g1Bbhgrmfab-9p5zt-DW5yqh8v4TFkFlmCeHIwkQWcluoS7sREjOwTRcUFKee2giYaOx4hMPRYkaze~oG~k6qYQO8T-jRxA__&Key-Pair-Id=APKAJLOHF5GGSLRBV4ZA

White GW, Lloyd Simpson J, Gonda C, Ravesloot C, Coble Z. Moving from Independence to Interdependence: A Conceptual Model for Better Understanding Community Participation of Centers for Independent Living Consumers. *Journal of Disability Policy Studies*. 2010;20(4):233-240. doi:10.1177/1044207309350561

Recebido em: 27/07/2021

Aprovado em: 27/08/2021

Como citar este artigo:

FONTES, Fernando e MARTINS, Bruno Sena. Vida Independente para pessoas com deficiência: do individualismo à autodeterminação. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 526-540.



Realmente falta escolaridade? Estudo sobre as chances de ter um emprego formal (celetista ou estatutário) ou informal entre pessoas com e sem deficiência, por gênero

Luciana Alves Drumond Almeida¹

Elaine Meire Vilela²

Resumo: Este artigo busca analisar os efeitos da escolaridade sobre as chances de inserção no mercado formal brasileiro, vínculos celetista ou estatutário, em relação a estar no mercado informal, comparando as populações de pessoas com e sem deficiência, mulheres e homens. Por meio dos dados do Censo 2010 e análises a partir de modelos logísticos binários verificamos que pessoas com deficiência têm menores chances de estarem empregadas formalmente, em especial, mulheres de terem vínculos celetistas e homens, estatutários; essas chances não são elevadas com o aumento da escolaridade em nenhum dos setores, público ou privado.

Palavras-chave: pessoas com deficiência; escolaridade; gênero; mercado formal de trabalho

Is there really a lack of schooling? Study on the chances of having a formal job (CLT or statutory) or informal among people with and without disabilities, by gender

Abstract: This article seeks to analyze the effects of schooling on the chances of entering the Brazilian formal market – CLT or statutory ties – in relation to being in the informal market, comparing the populations of people with and without disabilities, for women and men. We use 2010 Census data and statistical analysis from binary logistic models. We found that people with disabilities are less likely to be formally employed, in particular, women having CLT ties and men having statutory ties; and that these chances are not high with the increase in education in any of the sectors – public or private.

Keywords: people with disabilities; schooling; gender; job market

¿Existe realmente una falta de escolarización? Estudio de las posibilidades de tener un trabajo formal (CLT o estatutario) o informal entre personas con y sin discapacidad, por género

Resumen: Este artículo busca analizar los efectos de la escolarización sobre las posibilidades de ingresar al mercado formal brasileño - CLT o estatutario - en relación a estar en el mercado informal, comparando las poblaciones de personas con y sin discapacidad, para mujeres y hombres. Usamos datos del Censo de 2010 y análisis estadístico de modelos logísticos binarios. Descubrimos que las personas con discapacidades tienen

¹ Centro de Pesquisas Quantitativas em Ciências Sociais (CPEQS) / Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – Brasil – lucianadrumondalmeida@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-6081-3968>

² Departamento de Sociologia - Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – Brasil – elainevilela@fafich.ufmg.br - <https://orcid.org/0000-0002-0342-0866>

menos probabilidades de tener un empleo formal, en particular, las mujeres que tienen vínculos con CLT y los hombres que tienen vínculos legales; y que estas posibilidades no son altas con el aumento de la educación en ninguno de los sectores, público o privado.

Palabras clave: personas con discapacidad; educación; género; mercado de trabajo

INTRODUÇÃO

Os dados do Censo 2010 evidenciam uma sistemática desvantagem para as pessoas com deficiência em relação à escolaridade: enquanto para a população total de indivíduos com 15 anos ou mais de idade a taxa de alfabetização é de 90,6%, aqueles que tinham alguma deficiência tiveram essa taxa em torno de 82%. Além disso, somente 17,7% das pessoas de 15 anos ou mais de idade, com deficiência, possuíam o ensino médio completo e superior incompleto, versus quase 30% daquelas sem deficiência (Garcia e Maia, 2014).

No tocante ao mercado de trabalho, ainda segundo os dados do censo de 2010, a taxa de participação das pessoas com deficiência é de 37%, expressivamente inferior à verificada em relação às pessoas sem deficiência - 70,4%. Ao considerar os diferentes tipos de deficiência, observa-se as maiores proporções de participação daquelas com deficiência auditiva e, sobretudo, deficiência visual no mercado de trabalho. Para as pessoas com deficiência mental e com total ou grande dificuldade física, a taxa de participação foi consideravelmente baixa: 21,1% e 23,5%, respectivamente (Garcia e Maia, 2014). As pessoas com deficiência associam-se, ainda, às formas mais precárias de inserção no mercado de trabalho: emprego sem carteira assinada e trabalho por conta-própria e apresentam rendimento médio inferior em relação às pessoas sem deficiência (Almeida, 2019; Almeida et al., 2018; Garcia e Maia, 2014).

Vale destacar que a contratação de pessoas com deficiência no Brasil foi prevista pela Lei nº 8.213 (Brasil, 1991) – Lei de Cotas - e regulamentada pelo Decreto nº 3.298 (Brasil, 1999), em que a empresa com cem ou mais empregados está obrigada a preencher de 2% a 5% de seus cargos com beneficiários da Previdência Social reabilitados ou com pessoa com deficiência. No setor público, o referido Decreto prevê o percentual mínimo reservado de 5% em face da classificação obtida em concursos públicos, e, com o Decreto nº 9.508 (Brasil, 2018) esse percentual passa a abranger a contratação por tempo determinado para atender necessidade temporária de excepcional interesse público, no âmbito da Administração Pública Federal Direta e Indireta. As vagas reservadas às pessoas com deficiência em empresas públicas e nas sociedades de economia mista seguem os percentuais definidos para as empresas privadas.

A promoção do direito ao trabalho e emprego para pessoas com deficiência foi ratificada pela Convenção dos Direitos das Pessoas com Deficiência, promulgada no Decreto nº 6.949 (Brasil, 2009), em que há previsão de medidas apropriadas, dentre elas : a) proibir a discriminação baseada na deficiência com respeito a todas as questões relacionadas com as formas de emprego, inclusive condições de recrutamento, contratação, admissão, permanência no emprego, ascensão profissional e condições seguras e salubres de trabalho; b)雇用 pessoas com deficiência no setor público; e, c) promover o emprego dessas pessoas no setor privado, mediante políticas e medidas apropriadas, que podem incluir programas de ação afirmativa, incentivos e outras medidas.

Todavia, apesar desses normativos, nos últimos anos, segundo os dados da RAIS – Relação Anual do Inventário Social – do Ministério da Economia, entre 2007 e 2018, o percentual de pessoas com deficiência não chegou a 1% do total de pessoas empregadas formalmente no Brasil.

Diversos estudos que analisaram as taxas de empregabilidade verificaram a menor taxa de participação entre as pessoas com deficiência quando comparadas àquelas sem deficiência, tanto em países em desenvolvimento (Eide et al., 2003; Hoogeveen, 2005; Loeb e Eide, 2004; Trani et al., 2018; Trani e Loeb, 2012), como o Brasil (Mitra et al., 2013; Mizunoya e Mitra, 2013) e países da América Latina (Paz-Maldonado e Silva-Peña, 2021), quanto em países desenvolvidos (Baldwin e Schumacher, 2002; Domzal et al., 2008; Jenkins e Rigg, 2004; Jones, 2008; Maroto e Pettinicchio, 2014; Polidano e Vu,

2015; Rigg, 2005). Em geral, os estudos identificaram que os diferentes tipos de deficiência, bem como seus níveis, influenciam as chances de inserção no mercado formal, especialmente as deficiências intelectuais e múltiplas (Almeida, 2019; Hanass-Hancock e Mckenzie, 2017; Maroto e Pettinicchio, 2014).

As razões para baixa empregabilidade das pessoas com deficiência são tomadas de forma recorrente na literatura enquanto consequências da falta de capital humano, notadamente escolaridade e qualificação (Jones, 2008; Paz-Maldonado e Silva-Peña, 2021; Ribeiro e Carneiro, 2009). Entretanto, grande parte das pessoas com deficiência apresenta escolaridade acima do nível exigido para desempenho do cargo ou ocupação em que se encontra (Almeida, 2011; Simonelli, 2021). Além disso, mesmo alcançando níveis educacionais superiores, pessoas com deficiência continuam sendo alocadas em ocupações mais precárias e suas credenciais educacionais são menos valorizadas, tanto no que se refere à chance de sair dessas ocupações, quanto ao rendimento auferido, comparadas às pessoas sem deficiência (Almeida, 2019; Almeida et al., 2018; Maroto et al., 2018). A partir disso, pessoas com deficiência tendem a apresentar, experiência profissional somente em funções mecanicistas, repetitivas e manuais, tendendo a serem empregadas e se manterem em ocupações que apresentem essas funções (Suzano et al., 2008).

No tocante às atitudes dos empregadores, pesquisas têm apontado os seguintes entraves em relação à inserção de pessoas com deficiência: percepções negativas sobre a capacidade dessas pessoas para o trabalho baseadas na natureza da deficiência (Domzal et al., 2008; Hunt e Hunt, 2004), associando-as à baixa produtividade e a altos custos para acomodação (Ribeiro e Carneiro, 2009; Unger, 2002), especialmente quando os empregadores baseiam suas preferências sobre pessoas com deficiência em informações genéricas e superficiais sobre este grupo (Blanck et al., 2003).

No Brasil, notamos a preferência dos empregadores por determinados tipos e níveis de deficiência, em particular por trabalhadores com deficiências menos aparentes e leves, mesmo com habilidades e comprovação de possibilidade para o trabalho de pessoas com diferentes tipos de deficiência (Simonelli, 2021; Suzano et al., 2014). Ao analisar o efeito da deficiência sobre a empregabilidade e renda do trabalho no Brasil, por meio dos dados da Pesquisa Nacional por Amostragem de Domicílios - PNAD 2013 -, Becker (2019) verificou uma vantagem salarial das pessoas sem deficiência e daquelas com deficiência, mas sem limitações nas atividades, em relação àquelas com deficiência e limitações, que se deve principalmente às diferenças em características observáveis dos indivíduos. Para a autora, esse achado pode ser uma evidência de que os empregadores optam por contratar pessoas com deficiência, sem limitações nas atividades, para cargos de maior remuneração e, assim, cumprem as determinações da Lei de Cotas, sem que sejam necessários ajustes significativos na infraestrutura ou nas rotinas de trabalho.

De outro lado, a consideração do gênero destaca-se em pesquisas sobre dinâmicas sociais relacionadas à deficiência (Blackwell-Straton et al., 1988; Bé, 2012; Fine e Asch, 1988; Garland-Thomson, 2011; Shildrick, 2012; Thomas, 1999, 2001), sejam elas voltadas para as inter-relações entre a deficiência e pobreza (Almeida, 2019; Hanass-Hancock e Mckenzie, 2017; Mitra et al., 2013), seja para a inserção no mercado de trabalho (Almeida et al., 2018; Maroto et al., 2018; Pettinicchio e Maroto, 2017).

Especificamente no mercado de trabalho brasileiro, observa-se que as mulheres com deficiência têm suas chances de entrada no mercado formal reduzidas em relação às demais mulheres e os homens, sem e com deficiência (Almeida, 2019), verificação que se diferencia de outros países em desenvolvimento onde são os homens com deficiência que possuem as menores chances (Mizunoya e Mitra, 2013). E, uma vez neste mercado, ressalta-se o quanto mulheres e pessoas com deficiência encontram um cenário mais favorável entre os estatutários, ao considerar a ocupação e as rendas nominais auferidas, e em comparação aos homens e trabalhadores celetistas (Almeida, 2019).

Considerando o exposto acima, este artigo tem por objetivo verificar comparativamente, entre homens e mulheres, as chances das pessoas com deficiência com diferentes níveis educacionais de terem um vínculo empregatício formal, comparadas às pessoas sem deficiência com mesmo grau de instrução. Além disso, pretende-se examinar se o aumento das credenciais entre as pessoas com deficiência acarreta maiores chances de inserção no mercado formal, comparado ao informal. Essas questões

tornam-se relevantes dadas as controvérsias quanto à escolaridade como fator explicativo das desigualdades entre os grupos de pessoas com ou sem deficiência. Controvérsia porque de um lado fala-se da falta de escolaridade das pessoas com deficiência enquanto razão para não contratação por parte das empresas e, de outro, o argumento é da discriminação já que não há conversão em maiores chances de entrada no mercado formal com o acréscimo das credenciais educacionais, nem mesmo no melhor cenário encontrado no serviço público.

Escolaridade, mercado de trabalho e deficiência

A teoria do capital humano foi considerada, em diferentes estudos, para a compreensão da inserção de pessoas com ou sem deficiência no mercado formal de trabalho, bem como sobre o status socioeconômico da ocupação e rendimentos auferidos (Almeida, 2011; Almeida, 2019; Almeida et al., 2018; Almeida e Vilela, 2016). Essa teoria estabelece que o capital humano se refere ao valor adicionado ao indivíduo quando este obtém habilidades e conhecimentos interessantes para o empregador, especialmente a escolaridade formal e a qualificação para o trabalho (Schultz, 1973).

Os pensadores da teoria da modernização, em acordo com a teoria do capital humano, afirmaram que o desenvolvimento econômico, fruto de uma crescente industrialização e urbanização, seria acompanhado de uma constante queda nas taxas de desigualdades na distribuição de benefícios do progresso, produto de uma intensificação nos níveis educacionais da população (Vilela e Collares, 2009). Segundo essa linha de pensamento, à medida que o nível dos requerimentos educacionais cresce com o desenvolvimento econômico, as qualificações educacionais tornam-se mais importantes para a alocação ocupacional. Ademais, segundo essa abordagem, com a modernização e a expansão do sistema educacional, o acesso aos níveis educacionais se torna mais meritocrático e menos baseado na herança de *status* (Fernandes, 2004): os indivíduos alcançariam as posições de prestígio somente por meio de seus méritos individuais e por meio das credenciais (diplomas) educacionais. Sob este aspecto, os teóricos da modernização (da abordagem meritocrática) acreditam que a sociedade pode ser igualitária: universalizando a educação formal, dando oportunidades iguais a todos de alcançarem a posição almejada (Davis e Moore, 1945).

Entretanto, seria muito arriscado aceitar a ideia de que há uma relação descomplicada entre as variáveis de educação e rendimentos ou posições ocupacionais – que a correlação estatística não reflete os complexos processos de negociação ou influências estruturais envolvidas. Segundo Vilela (2009), são muitas as questões que desafiam a visão meritocrática e, em consequência, se contrapõem à teoria do capital humano, tais como: [1] seria o capital humano, em especial a educação, uma forma de investimento para ganhos futuros ou de uma simples credencial ou de um filtro no processo de seleção no mercado de trabalho? [2] O capital humano realmente torna os indivíduos mais produtivos ou não existe essa relação causal entre a educação e a produtividade? [3] Seria a educação um meio de alcançar melhores empregos e rendimentos ou é apenas uma ferramenta utilizada pela classe dominante para permanecer no poder e assegurar o sistema de desigualdade existente nas sociedades modernas? Não é o propósito deste artigo responder tais questões, mas pontuamos a seguir autores que buscam, de certa forma, dar algumas pistas de respostas para tais questionamentos. Essa discussão é importante para entendermos de que forma a formação educacional, um dos focos da nossa análise, pode vir a contribuir para a situação dos indivíduos com e sem deficiência no mercado de trabalho.

Para Bowles e Gintis (1975), a expansão educacional serve para excluir os indivíduos pertencentes às classes sociais inferiores de posições ocupacionais altamente desejadas e isso ocorreria por ser a classe dominante quem dita o que é ensinado nas escolas, de acordo com seus interesses. Fernandes et al (1999), ao rever o proposto por Bowles e Gintis (1975), afirmam que, segundo esses autores, o que é realmente importante para o empregador sobre a educação do trabalhador não é que ela necessariamente implique em um melhor preparo técnico, mas sim, ofereça uma socialização ao trabalhador para uma melhor adaptação na hierarquia industrial e burocrática, característica determinante do modelo produtivo exigido pelo sistema capitalista. De forma similar, segundo Xavier et al (2009), a

Sociologia ressalta o papel da estrutura social na definição das desigualdades, partindo do ponto de que a distribuição de recursos não é aleatória e que a escolaridade também seria um fator de seleção que reforça o padrão de estratificação social. Para as autoras, duas abordagens sociológicas argumentam sobre a imperfeição do mercado e da existência dos custos de transação, e discorrem sobre como fatores além do mercado interferem nos processos econômicos com o objetivo de reduzir os custos. Uma se refere à abordagem de Collins (1977) e a outra, de Thurow (1977).

Para Collins (1977), as credenciais poderiam ser concebidas como um fator extramercado, facilitando a seleção de mão de obra. Collins (1977) argumenta que as habilidades para o trabalho são aprendidas no próprio local de trabalho e o efeito da escolaridade, mesmo em profissões que requerem determinadas habilidades iniciais, se perderia com a experiência. Para o autor, assim como para Bowles e Gintis (1975), o que é aprendido na escola estaria muito mais associado com os padrões de convivência e sociabilidade do que o desenvolvimento de habilidades instrumentais ou cognitivas. O sucesso profissional, então, estaria relacionado aos níveis de escolaridade principalmente pelo valor que a educação formal ofereceria. Collins (1977) ainda aponta que estamos vivendo atualmente em uma sociedade “super educada”, em que credenciais desnecessárias determinam o acesso a empregos almejados. Já para Thurow (1977), parte do efeito da educação sobre a renda do indivíduo deve-se às credenciais, que seriam uma forma de mensurar indiretamente a “treinabilidade” do trabalhador, reduzindo os custos de transação. Como as habilidades do trabalho não existem previamente no mercado de trabalho, elas seriam informalmente desenvolvidas pelo treinamento no próprio local de trabalho. Assim, os trabalhadores com experiências anteriores detêm qualificações importantes para o processo de seleção, na medida em que podem significar custos de treinamentos mais baixos. Tanto a educação como a experiência seriam características relevantes para a seleção dos indivíduos, dado o número limitado de características que servem como indicadores para a seleção, barateando os custos. Desta forma, os pressupostos da perspectiva credencialista se opõem diretamente à base da teoria do capital humano do motivo pelo qual a educação é relacionada com o ganho: não necessariamente porque ela torna os trabalhadores mais produtivos, mas somente porque ela certifica-os como tais, sem aumentar necessariamente a produtividade (Granovetter, 1981). No Brasil, Almeida (2019 e 2018) identifica uma incompatibilidade entre a escolaridade das pessoas com deficiência e as ocupações exercidas por elas. Em geral, essas pessoas, mesmo com o nível superior de escolaridade, concentram-se em cargos em que não há a exigência dessa credencial para desempenho das funções, permanecendo em ocupações mais precárias e com menores rendimentos. Assim, essas verificações vão de encontro ao previsto pela teoria do capital humano e reforçam as discussões credencialistas sobre a educação e seus efeitos no mercado de trabalho.³

De outro lado, esses achados mostram-se de especial interesse diante das justificativas utilizadas pelas empresas privadas para o não cumprimento da Lei de Cotas. Carneiro e Ribeiro (2009), em análise sobre os processos de autuação de empresas investigadas por inobservância desta Lei por parte da Procuradoria Regional do Trabalho, encontraram a recorrência de alguns argumentos para a não contratação. Um deles fundamenta-se no “argumento da dificuldade de encontrar, no mercado, pessoas com deficiência habilitadas ou qualificadas para as ocupações produtivas ofertadas, as quais envolvem profissões regulamentadas pela própria legislação trabalhista” (Carneiro e Ribeiro, 2009: 557-558). Os autores verificaram, nas empresas médico-hospitalares e de Ensino Superior, a solicitação de exclusão para cômputo das cotas tanto as ocupações médicas quanto as de magistério, qualificando-as como inapropriadas a pessoas com deficiência, pleiteando frente à Procuradoria Regional do Trabalho, quando da fiscalização, o cálculo da cota somente sobre os setores administrativos.

3 Vale destacar que além da teoria credencialista, diversas outras criticam a teoria do capital humano e principalmente a teoria da modernização, demonstrando que desenvolvimento, modernização, universalização da educação não são fatores nem suficientes e nem satisfatórios para a redução das desigualdades. Isto porque há diversos outros fatores, como raça/cor, gênero, classe social, deficiência, capital social, capital cultural entre outros fatores que impactam as desigualdades sociais (Vilela e Collares, 2009; Fernandes, 2004).

Outro argumento frequentemente utilizado é o apontamento de exigências específicas para seu preenchimento das vagas, com a caracterização das atividades desenvolvidas por elevado grau de risco e periculosidade, “o que tornaria temerária e não recomendável a contratação de pessoas com deficiência” (Ibidem: 557). É alegado pelas empresas que, mesmo se fossem realizadas as adaptações no ambiente de trabalho requeridas pelas normas de segurança, o emprego da pessoa com deficiência implicaria em exposições a situações de risco, para si e demais trabalhadores. Seguindo esse argumento, trazem a mesma solução apresentada anteriormente: exclusão dos cargos e funções que consideram inadequadas às pessoas com deficiência do cálculo da cota, “que ficaria restrito, a rigor, a atividades de natureza administrativa ou burocrática. Trata-se de postura usual entre as empresas dos setores industrial, de construção civil e de prestação de serviços em ambientes de risco, bem como na área médico-hospitalar” (Ibidem: 557).

No entanto, Ribeiro e Carneiro (2009) ressaltam que a estratégia mais recorrente, comum a praticamente todas as empresas abrangidas pela pesquisa, consiste em atribuir, às pessoas com deficiência, “incapacidade biológica e inabilitação para o desempenho das funções requeridas pelos cargos disponíveis. Isso assume, muitas vezes, a configuração de um procedimento meramente formal, sem fundamento científico, numa justificativa cerimonial para uma conduta irregular” (Ibidem: 558). E, a respeito da protelação da contratação de pessoas com deficiência, uma das práticas mais recorrentes é a elevação da qualificação e da experiência profissional para o preenchimento das vagas, restringindo em muito as possibilidades de existência de potenciais candidatos com as credenciais para preenchê-las. “A observância da cota prescrita na legislação somente tende a ocorrer quando esgotadas as possibilidades de a empresa recorrer a práticas protelatórias ou quando o custo de as adotar passa a ser percebido como contraproducente” (Ibidem: 557).

A estratégia das empresas em atribuir às pessoas com deficiência a inabilidade para o trabalho com base somente em seus impedimentos corporais nos mostra o quanto a concepção de deficiência ainda é arraigada somente ao critério biológico e médico. Esta concepção era também presente em normativos, sendo alterada somente um ano antes da realização do Censo 2010, com a publicação do Decreto nº 6.949 (Brasil, 2009), em que a definição de pessoa com deficiência é “aquela que tem impedimentos de longo prazo de natureza física, mental, intelectual ou sensorial, os quais, *em interação com diversas barreiras*, podem obstruir sua participação plena e efetiva na sociedade em igualdades de condições com as demais pessoas” (grifo nosso).

A consideração das diversas barreiras para a participação social em igualdade retira da pessoa com impedimento corporal a responsabilidade individual pela vivência da deficiência. A perspectiva anterior, em que a definição de deficiência ancora-se somente nos fatores biológicos e médicos foi respaldada pela sociologia médica e funcionalista de Talcott Parsons (Parsons, 1951a, 1951b) e pelo modelo médico da deficiência, no qual a finalidade de todo o investimento médico-reeducador era a normalização, tornando o indivíduo apto a se inserir no meio social por meio das modificações individuais que transformariam o funcionamento do seu corpo e aproximando-se o máximo do padrão (Barreto, 2016).

Esse modelo tem sido bastante questionado pelos pesquisadores e ativistas do modelo social da deficiência, desde a década de 1960 (Barnes, 1999; Barnes et al., 2002; Finkelstein, 1980; Hunt, 1966). Nesse modelo, há a aproximação das pessoas com deficiência em relação a outras minorias sociais, tais como as mulheres e os negros, grupos nos quais a tensão entre os conceitos de natureza e sociedade também é intensa, denunciando as construções de cunho social que descrevem o impedimento corporal como desvantagem natural. Com isso, a deficiência passa a ser questão sociológica, não do saber biomédico, sendo um tema, sobretudo, de ações políticas e de intervenção do Estado (Diniz, 2007).

As esferas do trabalho, da educação, dos espaços públicos e das políticas de proteção social, entre outras, assumem importância central para o delineamento das estruturas sociais com o propósito de alcance de condições igualitárias. De um discurso normativo e corretivo em saúde, o desenvolvimento de políticas públicas para as pessoas com deficiência passa a ser o reflexo dos ideais de inclusão social e da defesa dos direitos humanos a todas as pessoas. Denunciar que as pessoas com deficiência sofrem opressão é afirmar que as pessoas com impedimentos corporais estão em uma situação de inferioridade em relação às outras, simplesmente como decorrência da não adaptação social e cultural às diversidades expressas no corpo (Santos, 2010).

No campo de estudos sobre a deficiência, observa-se nas últimas décadas uma globalização marcada pela proliferação de perspectivas com contribuições policromáticas de várias regiões do mundo⁴. As contribuições de correntes marxistas, feministas, fenomenológicas, pós-estruturalistas, analistas culturais e de uma multiplicidade das ciências humanas e ciências sociais introduziram novas camadas de teoria para a afirmação empírica e bem fundamentada de que as pessoas com deficiência são excluídas, marginalizadas e oprimidas (Byrnes e Muller, 2017; Goodley, 2011; Goodley et al., 2012).

Segundo Bê (2012), ao passo em que crescia a importância do movimento das pessoas com deficiência, ao longo das últimas décadas do século XX, as contribuições de ativistas e acadêmicos interessados tanto no feminismo quanto na deficiência foram tomando forma. A partir da década de 1980, várias publicações importantes evidenciaram as experiências vividas pelas mulheres com deficiência (Deegan e Brooks, 1985; Fine e Asch, 1988; Morris, 1989; Morris, 2001; Thomas, 1999). A maioria dessas publicações concentrou em trazer à tona as questões que mais afetavam as mulheres com deficiência, com a apresentação de estudos de caso e estatísticas que mostravam que as mulheres com deficiência estavam frequentemente em desvantagem em relação aos homens com deficiência e às mulheres sem deficiência, e que suas questões e experiências específicas permaneciam invisíveis (Bê, 2012).

As pesquisas sobre desigualdades no mercado de trabalho estadunidenses começaram, na década de 1980 e 1990, a considerar a deficiência em interseção com o gênero para determinação de rendimentos e empregabilidade, verificando que as mulheres com deficiência contam com menores chances de serem empregadas formalmente, recebem menos que as demais e que os homens, com e sem deficiência, e que parte dessa diferença salarial é devida à discriminação (Baldwin e Johnson, 1995; Johnson e Lambrinos, 1985). Sobre as ocupações exercidas, verificaram que as mulheres com deficiência estavam sobrerepresentadas em ocupações de serviços e semiqualificadas e sub-representadas em ocupações profissionais ou em cargos de gerência. Por outro lado, observaram que no setor público a discriminação salarial era bastante reduzida, apresentando-se como um setor mais igualitário para a inserção de mulheres com deficiência (Baldwin e Johnson, 1995). Os estudos posteriores, com bases de dados longitudinais e transversais buscaram sofisticar as análises e verificaram a articulação entre gênero e os tipos e níveis de deficiência, verificando entre as mulheres com deficiência não aparente uma melhor inserção no mercado de trabalho (Hara, 2004), e a maior segregação ocupacional, com respectivos menores ganhos salariais, entre aquelas com deficiência cognitiva e múltipla (Pettinicchio e Maroto, 2017).

Na última década, Mizunoya e Mitra (2013) ressaltaram a necessidade de considerar as dinâmicas entre os mercados informal e formal para compreender as diferenças entre as taxas de empregabilidade das pessoas com deficiência, haja vista a grande quantidade de pessoas com deficiência que se encontram no mercado informal em países em desenvolvimento. No Brasil, verificaram que, enquanto 41% das pessoas sem deficiência estão no mercado informal, 55% daquelas com deficiência estão. Ao comparar essas proporções em relação a ter somente uma deficiência ou múltiplas, verificaram que ambas contam com 55% das pessoas com deficiência no mercado informal. Para os autores, é relevante estudar até que ponto as pessoas com deficiência são limitadas ao setor informal devido às barreiras de acesso ao setor formal e em que medida podem optar por estar no setor informal.

A respeito da escolaridade das pessoas com deficiência, encontraram no Brasil as maiores diferenças: enquanto 19,5% das pessoas sem deficiência não possuem o Ensino Fundamental, 42,5% daquelas com deficiência não contam com a credencial. Em relação à proporção de indivíduos desempregados, o Brasil apresentou uma diferença de 13 pontos percentuais, em que 52% das pessoas com deficiência estão desempregadas versus 39% daquelas sem deficiência. E nesse sentido, é ressaltado que o emprego, juntamente com a educação e a proporção de gastos com saúde (sobre o total de gastos) são as três dimensões determinantes sobre a condição de pobreza entre as pessoas com deficiência quando comparadas àquelas sem deficiência (Mitra et al., 2013).

4 Mais estudos a respeito das diferentes correntes teóricas podem ser encontrados no livro *Disability Studies: An Interdisciplinary Introduction* de Dan Goodley (2011).

A consideração do acesso a bens e serviços públicos, bem como as dimensões estruturais e econômicas para a vivência da deficiência têm sido consideradas nos estudos sobre o modelo de desenvolvimento humano da deficiência (Mitra, 2017), que também se ancora na abordagem das capacidades de Amartya Sen (2009) e nas discussões do modelo social da deficiência e seus expoentes críticos e feministas (Mitra, 2017). No modelo de desenvolvimento humano da deficiência, o bem-estar resulta da interação entre os impedimentos corporais, as características individuais, os recursos e o ambiente (fatores estruturais). Nesse sentido, o impedimento corporal é um fator prescrito, mas não suficiente, para a vivência da deficiência. A partir dessa definição, nem todas as pessoas com impedimentos corporais possuem necessariamente uma deficiência, mas todas contam com algum potencial de vivenciar alguma (Mitra, 2017).

Ressalta-se a noção contínua, multidimensional e potencialmente heterogênea de bem-estar e privações que esse modelo usa para definir a deficiência composta pelas diferentes dimensões micro, meso e macro. As características individuais incluem o sexo, gênero, a raça/etnia e idade. Os recursos incluem bens, renda, serviços e informações, que podem pertencer ao próprio indivíduo, ou denotar recursos que ele pode acessar por meio da família ou comunidade (bens públicos). Os fatores estruturais são amplos e cobrem aspectos físicos, sociais, econômicos, epidemiológicos, e políticos do contexto do indivíduo, referindo-se às características do seu ambiente: o ambiente imediato (por exemplo, família, casa e local de trabalho), o mesoambiente (a comunidade) e o macroambiente (regional, nacional). Em cada um desses níveis, os fatores estruturais podem influenciar as capacidades e as funcionalidades dos indivíduos (Mitra, 2017).

No Brasil, considerando esse modelo e por meio dos dados do Censo 2010, foi possível verificar que comparadas às pessoas sem deficiência, as pessoas com deficiência têm mais chances de estarem em uma condição de pobreza multidimensional, principalmente as pessoas com deficiência física e intelectual. Nessa esteira, também são essas pessoas que contam com as maiores chances de não terem instrução, de estarem em um domicílio sem saneamento básico e as menores chances de serem empregadas formalmente (Almeida, 2019). Entre a população ocupada, por meio da mesma base de dados, é possível observar a interseccionalidade entre gênero e deficiência, e como a deficiência acentua a divisão sexual do trabalho ao atentarmos que 30% das mulheres ocupadas são trabalhadoras domésticas (10 pontos percentuais a mais que as mulheres sem deficiência) e destas, 21% não têm a Carteira de Trabalho assinada. As análises de regressões logísticas com o intuito de verificar quais fatores aumentam ou diminuem as chances de estar no trabalho doméstico, demonstraram que, ao contrário do encontrado em relação às pessoas sem deficiência, o aumento das credenciais educacionais não diminuiu de forma consistente a chance de pessoas com deficiência estarem no trabalho doméstico (Almeida et al., 2018).

Nessa esteira, observamos entre as pessoas com deficiência fora do mercado formal de trabalho uma maioria feminina que recebe o Benefício de Prestação Continuada – BPC - previsto na Lei Orgânica de Assistência Social (Brasil, 1993)⁵: 32% dessas mulheres possuem deficiência visual, seguidas pelas mulheres com deficiência física (22%) e múltipla (21%). Entre os homens, observamos as maiores proporções daqueles com deficiência cognitiva (31%), física (24%) e múltipla (19%). Em ambos, as menores parcelas de pessoas com BPC são aquelas com deficiência auditiva – apenas 5% (Almeida, 2019).

⁵ O BPC foi previsto na Constituição Federal de 1988 e é um benefício de transferência regular de renda para pessoas idosas ou com deficiências mais graves e pobres. Segundo o art. 20 da Lei nº 12.435 BRASIL. (2011). *Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social.* Brasília, o BPC é a garantia de um salário-mínimo mensal à pessoa com deficiência e ao idoso com 65 (sessenta e cinco) anos ou mais que comprovem não possuir meios de prover a própria manutenção nem de tê-la provida por sua família. No próximo tópico serão abordados alguns pontos relacionados a este benefício, como sua concessão, relevância para diminuição da pobreza das pessoas com deficiência e implicações no mercado de trabalho.

Em estudo qualitativo e quantitativo sobre o impacto de bem-estar provocado na vida das pessoas com deficiência, após o acesso ao BPC, Santos (2011) verificou que esse benefício é um mecanismo de segurança de renda e que proporciona o consumo de bens básicos de alimentação, tratamentos de saúde e gastos com moradia das pessoas com deficiência e familiares. Além desse efeito imediato, foi apontado pelas pessoas com deficiência o aumento da independência social e financeira a partir de sua concessão, ampliando as noções de autonomia e cidadania. O autor ressalta que outro impacto de segurança social provocado pelo recebimento do BPC para as pessoas com deficiência, refere-se à proteção social contra as vulnerabilidades provocadas pela informalidade no mercado de trabalho (Santos, 2011).

A permanência em uma situação de informalidade não seria explicada pelo recebimento do BPC e estratégias de não inserção no mercado formal de trabalho para manutenção do recebimento, mas sim pelas condições em que as pessoas com deficiência e suas famílias se encontram: pobreza, baixa qualificação profissional e educacional ou desemprego (Santos, 2011). Ademais, outros estudos apontam para a boa focalização do BPC, uma vez que as pessoas com deficiência, assistidas, são as mais pobres entre as mais pobres, localizadas nas menores faixas de renda, mesmo com seu recebimento (Almeida, 2019; Medeiros et al., 2010).

Por outro lado, é por meio da Lei de Cotas que pessoas com deficiência encontram cenários mais favoráveis à sua inserção no mercado formal de trabalho. Em estudo considerando os dados da RAIS de 2007 a 2015, a respeito da trajetória ocupacional e salarial dos trabalhadores com e sem deficiência, foi possível observar que em grandes empresas, com consequente maior cota de empregados com deficiência, é que essas pessoas contam com maiores chances de aumento do status socioeconômico da ocupação e renda. E é no setor público, que as mulheres e pessoas com deficiência encontram uma menor desigualdade salarial (considerando a renda nominal). Em relação aos tipos de deficiência, nota-se uma melhor inserção ocupacional e salarial entre as pessoas com deficiência sensorial (visual e auditiva), um lugar intermediário ocupado pelas pessoas com deficiência física, e as mais restritas e segmentadas entre as pessoas com deficiência cognitiva e múltipla (Almeida, 2019).

Os estudos interseccionais sobre a desigualdade social enfatizam como os sistemas de opressão entrelaçados estruturam a desigualdade de gênero, classe e raça, mas muitas vezes negligenciam a deficiência como uma importante categoria social na determinação dos resultados econômicos. Todavia, nos últimos anos, surgem estudos que consideram a deficiência entrecortada por esses marcadores sociais apontando o quanto ela acentua e interage com os contextos já desiguais (Almeida et al., 2018; Farias, 2017; McRae, 2019; Padilla, 2021). No mercado de trabalho, demonstram como o emprego e os ganhos salariais variam para homens e mulheres, por etnia/raça e segundo os tipos e nível de deficiência e reiteram a necessidade de mais análises interseccionais dessas desigualdades (Almeida, 2019; Maroto et al., 2018; Pettinicchio e Maroto, 2017; Woodhams et al., 2015).

Nesse sentido, considerando a literatura discutida acima, principalmente em relação à educação e seus efeitos sobre a inserção no mercado formal, às abordagens sociológicas da deficiência no tocante ao modelo social e suas críticas feministas, bem como o modelo de desenvolvimento humano da deficiência, estabelecemos duas hipóteses para testarmos nesse artigo, quais sejam: *Hipótese 1:* comparadas às pessoas sem deficiência, aquelas com deficiências possuem probabilidades menores de inserção no mercado formal de trabalho do que no informal. Contudo, as chances variam por gênero e tipo de deficiência. *Hipótese 2:* a escolaridade tem efeito diverso sobre pessoas com e sem deficiência, isto é, o aumento dos níveis de escolaridade eleva de forma diferente as chances de inserção no mercado formal de trabalho (celetistas e estatutários) para mulheres e homens sem e com deficiência, considerando os tipos de deficiência.

Para testarmos tais hipóteses, apresentamos, na próxima seção, os dados e os modelos estatísticos de análise.

A produção dos métodos de análise para os testes das hipóteses

Os dados utilizados referem-se aos microdados do Censo Demográfico 2010, disponibilizados pelo IBGE. A escolha desse banco de dados deve-se à possibilidade de observar as variáveis individuais, domiciliares e municipais referentes à deficiência e suas características socioeconômicas. A população de estudo são todos os indivíduos com idade entre 18 e 60 anos, ou seja, em idade produtiva. Em conformidade com a Técnica 01/2018 do IBGE, consideramos enquanto deficiência a incapacidade ou a grande dificuldade permanente visual, auditiva, e/ou física/motora, bem como ter deficiência mental ou intelectual.

Em relação às variáveis referentes ao mercado de trabalho, consideramos participantes: a) do mercado informal, quando supriram as seguintes condições: exercício de algum trabalho remunerado pelo menos por 1 hora na semana de referência, sem vínculo empregatício formal, e sem contribuição para qualquer instituto de previdência; b) do mercado formal, os indivíduos que exerceram atividade remunerada, com vínculo empregatício formal - celetista ou estatutário. Dessa forma, a variável dependente refere-se a estar no mercado formal (estatutário ou celetista) de trabalho em relação a estar inserido no mercado informal.

As variáveis independentes são divididas em dois grupos: as de teste e as de controle. As de testes são aquelas que dizem respeito ao nível educacional e ao tipo de deficiência (as quais buscamos testar as hipóteses estabelecidas). As de controle são todas aquelas outras disponíveis no banco de dados que a literatura diz ser importante para explicar as variações quanto à inserção dos indivíduos no mercado de trabalho (formal ou informal) e que, portanto, devem ser controladas no modelo de análise, para verificarmos os efeitos líquidos das de teste. Essas variáveis abordam características do indivíduo, do domicílio e do município, quais sejam: idade centralizada e idade centralizada elevada ao quadrado, raça/cor (brancos e não brancos), se é estrangeiro ou não, estado civil, se possui filho até 5 anos (variável disponível somente para mulheres), posição no domicílio, se o domicílio está na área urbana ou rural, se em região metropolitana, IDH municipal⁶ e região geográfica⁷.

Para definição dos modelos buscamos uma análise sobre o mercado informal e formal de trabalho, considerando as chances de ter vínculos empregatícios celetistas ou estatutários, comparados a estar no mercado informal de trabalho. Além disso, analisamos modelos separados para homens e mulheres buscando entender a interseccionalidade entre sexo e deficiência⁸. Outro ponto a destacar é que consideramos somente os indivíduos com deficiência que não recebem o BPC⁹, haja vista que quem o recebe não pode estar no mercado formal.

Utilizamos modelos logísticos binários, dado que as variáveis dependentes são binárias, isto é: a) se a pessoa tem um vínculo de emprego celetista ou está no mercado informal; b) se a pessoa tem um vínculo de emprego estatutário ou está no mercado informal. Esses dois modelos são analisados para grupos de mulheres e de homens separadamente, comparando as pessoas com ou sem deficiência. Em seguida apresentamos os resultados dessas análises.

⁶ O IDHM brasileiro segue as mesmas três dimensões do IDH Global - longevidade, educação e renda, mas vai além: adequa a metodologia global ao contexto brasileiro e à disponibilidade de indicadores nacionais. Embora meçam os mesmos fenômenos, os indicadores levados em conta no IDHM são mais adequados para avaliar o desenvolvimento dos municípios brasileiros.

⁷ As categorias contempladas nas variáveis e os grupos de referência utilizados nos modelos estatísticos encontram-se na Tabela 1.

⁸ Outra forma de verificar a interseccionalidade seria colocarmos termos interativos entre deficiência e sexo. Mas como são muitos grupos de pessoas com deficiência a serem analisados, além dos sem deficiência, a inclusão dos termos interativos aumentaria os grupos em comparações, além de tirar o foco da análise que é o impacto da educação.

⁹ A consideração da deficiência nos possibilita a criação de uma variável proxy de identificação se o indivíduo recebe ou não o BPC. Essa foi feita observando dois critérios: se a pessoa tem alguma deficiência e se tinha rendimento mensal habitual de aposentadoria ou pensão de Instituto de Previdência Oficial (federal, estadual ou municipal), uma vez que o BPC é disponibilizado pelo Instituto de Previdência Oficial.

Os efeitos da deficiência e da escolaridade para homens e mulheres no mercado de trabalho

Os coeficientes de regressão e os ajustes dos modelos de regressão utilizados encontram-se na tabela abaixo. Os primeiros achados deste estudo são que, em geral, comparadas às pessoas sem deficiência, aquelas com deficiência têm menores probabilidades de acesso ao mercado formal (isto é, de terem vínculos empregatícios celetista ou estatutário) do que de se inserirem no mercado informal. Esses resultados reforçam aqueles encontrados em pesquisas anteriores em países em desenvolvimento (Hanass-Hancock e Mckenzie, 2017; Mitra et al., 2013; Mizunoya e Mitra, 2013; Trani et al., 2018).

Tabela 1: Coeficientes de regressão e efeitos percentuais

	Mulheres				Homens			
	Chance de ter vínculo celetista		Chance de ter vínculo estatutário		Chance de ter vínculo celetista		Chance de ter vínculo estatutário	
	Coef.	%	Coef.	%	Coef.	%	Coef.	%
Tipo de deficiência								
Def_física	-0,1358	-12,70	0,0470	* 4,81	-0,1380	-12,89	0,0407	* 4,15
Def_auditiva	-0,1295	-12,15	0,0251	* 2,54	0,1046	11,03	0,0447	* 4,57
Def_visual	-0,2371	-21,11	-0,1002	-9,53	-0,0872	-8,35	-0,0429	-4,20
Def_cognitiva	-0,3175	-27,20	-0,0926	* -8,85	-0,3697	-30,91	-0,1568	-14,51
Def_múltipla	-0,2775	-24,23	-0,0973	-9,28	-0,1333	-12,48	-0,0922	-8,81
Branco	-0,0124	-1,23	-0,1901	-17,32	-0,1321	-12,38	-0,2760	-24,12
Escolaridade								
Fundamental completo e médio incompleto	0,2793	32,22	0,9461	157,55	0,3122	36,64	0,9613	161,51
Médio completo e superior incompleto	0,7121	103,83	2,2343	834,01	0,6741	96,23	2,1826	786,91
Superior completo	1,0527	186,54	3,8699	4693,77	0,5931	80,95	3,1868	2321,03
Idade centralizada	-0,0110	-1,09	0,0553	5,69	-0,0230	-2,28	0,0136	1,37
Idade centralizada ²	-0,0009	-0,09	-0,0016	-0,16	-0,0007	-0,07	-0,0007	-0,07
Estrangeiro	-0,8727	-58,22	-1,3250	-73,42	-1,0322	-64,38	-1,5888	-79,58
Estado civil								
Divorciado	0,1349	14,44	0,0085	* 0,86	-0,2250	-20,15	-0,1476	-13,72
Viúvo	-0,0572	-5,56	-0,0204	* -2,02	-0,1597	-14,76	-0,2007	-18,18

	Mulheres				Homens			
	Chance de ter vínculo celetista		Chance de ter vínculo estatutário		Chance de ter vínculo celetista		Chance de ter vínculo estatutário	
	Coef.	%	Coef.	%	Coef.	%	Coef.	%
Solteiro	-0,0133	-1,32	-0,1844	-16,84	-0,2378	-21,16	-0,3675	-30,76
Posição no domicílio								
Cônjugue	-0,0529	-5,15	-0,1342	-12,56	-0,0100	-1,00	-0,2642	-23,22
Filho	0,2114	23,54	-0,1281	-12,02	-0,1435	-13,36	-0,1485	-13,80
Outros	0,2124	23,67	-0,3909	-32,36	-0,0004	* -0,04	-0,2197	-19,72
Urbano	0,9060	147,45	0,1461	15,73	0,7388	109,34	0,9653	162,54
Região	0,2248	25,21	-0,4091	-33,57	0,3218	37,96	-0,0572	-5,56
Região								
Norte	-0,7617	-53,31	0,3403	40,54	-0,7050	-50,59	0,5101	66,55
Nordeste	-0,7131	-50,99	0,0590	6,07	-0,6648	-48,56	0,1072	11,31
Centro-Oeste	-0,3171	-27,17	0,4904	63,30	-0,2274	-20,34	0,5728	77,32
Sul	0,1900	20,93	0,0695	7,19	-0,0183	-1,81	0,1517	16,38
IDHM2010	1,3193	274,08	-1,9679	-86,02	1,4115	310,21	-0,6767	-49,17
Filho com	-0,1097	-10,39	0,0942	9,88				
Constante	-1,9996		-2,1537		-1,3796		-3,8218	
N	2002183		1331482		4218911		2332779	
N de cluster	1921965		1294513		3544256		2058852	
Log Likelihood	-1243416		-36504101		-2503749		-5081957	
Pseudo R2	0,0873		0,2767		0,0893		0,1987	

Fonte: IBGE - Censo Demográfico 2010, dados trabalhados pelas autoras.

Variável dependente: Mercado de trabalho: 0= Mercado informal de trabalho; 1=Mercado formal de trabalho.

Todos os coeficientes com $p < 0,05$, com exceção dos sinalizados: * $p > 0,05$

Categorias de referência: pessoa sem deficiência, negra, sem escolaridade, brasileira, casada, chefe de domicílio em área rural, não metropolitana, na região sudeste, mulheres sem filhos até 5 anos (variável disponível somente para mulheres).

Entretanto, vale destacar que esses resultados não são homogêneos quando consideramos tipos de deficiência, vínculo estatutário ou celetista, e se homens ou mulheres. Exceções foram encontradas entre mulheres e homens com deficiência física e auditiva quanto ao acesso ao vínculo estatutário, comparado à inserção no mercado informal de trabalho, mas essas diferenças não foram significativas ao nível de 95% de confiança. Outro ponto a destacar é que, homens com deficiência auditiva, comparados àqueles sem deficiência, tem um efeito positivo e significativo ao nível de confiança de 95% sobre a chance de ser celetista, comparado a estar no mercado informal. Em outras palavras, a única exceção encontrada referente à inserção no mercado formal de trabalho, em que um grupo com deficiência apresenta uma vantagem em comparação às pessoas sem deficiência foi em relação aos homens com deficiência auditiva, os quais contam com 2,5% a mais de chances de terem um vínculo empregatício com carteira assinada, comparado a estarem no mercado informal.

Esse achado a respeito das maiores chances de homens com deficiência auditiva de terem um vínculo celetista pode ser reflexo de uma prática utilizada pelas empresas privadas de grande porte para enquadrar empregados que já compunham o quadro de pessoal para cumprimento da Lei de Cotas. Segundo Ribeiro e Carneiro (2009), fazendo uso de brechas no Decreto nº 3.298/99 para classificação da deficiência, as empresas encaminhavam relações de empregados aos quais atribuíam características de pessoas com deficiência, e cita como exemplo, uma empresa automobilística que diante de uma cota de 519 pessoas, conseguiu enquadrar 471 como pessoas com deficiência, dentre estes, muitos reabilitados¹⁰, quase todos com deficiência auditiva leve.

Tabela 2: Efeitos marginais preditos e percentuais por sexo e tipo de deficiência

	Mulheres					Homens				
	Celetista		Estatutário			Celetista		Estatutário		
	Coef.	%	Coef.		%	Coef.	%	Coef.		%
Def_física	-0,0323	-3,18	0,0018	*	0,18	-0,0336	-3,31	0,0013	*	0,13
Def_auditiva	-0,0308	-3,04	0,0009	*	0,09	0,0252	2,56	0,0015	*	0,15
Def_visual	-0,0558	-5,43	-0,0036		-0,36	-0,0212	-2,10	-0,0014		-0,14
Def_intelectual	-0,0739	-7,13	-0,0033	*	-0,33	-0,0902	-8,63	-0,0047		-0,47
Def_múltipla	-0,0650	-6,29	-0,0035		-0,35	-0,0325	-3,20	-0,0029	*	-0,28

Todos os coeficientes com $p < 0,05$, com exceção dos sinalizados: * = $p > 0,05$

Efeitos marginais considerando uma pessoa negra, sem escolaridade, brasileira, casada, chefe de domicílio em área urbana, não metropolitana, na região sudeste, IDH municipal prevalente, idade centralizada na média por gênero, mulheres sem filhos até 5 anos.

Considerando o efeito da deficiência sobre os dois vínculos, destacam-se os efeitos negativos em maior intensidade em relação às chances de ter vínculo celetista e não tanto para o caso de vínculo estatutário. Entre as mulheres, enquanto a variação do efeito negativo foi de 3% a 7% sobre o vínculo celetista, para a chance de ter um vínculo estatutário foi de 0,35% para aquelas com deficiência visual, intelectual e múltipla. Entre os homens, essa variação foi de 3% a 9% e de 0,1 a 0,5%, respectivamente. Isso pode indicar o quanto a deficiência se mostra mais restritiva para ingresso no setor privado em relação ao setor público, conforme verificado anteriormente em relação às melhores inserções ocupacionais e retornos salariais obtidas pelas pessoas com deficiência neste último setor (Almeida, 2019). Mas vale destacar que, mesmo no setor estatutário em que se espera ser igualitário - uma vez que as vagas para os cotistas são proporcionais e disponibilizadas nos editais dos concursos -, as chances das pessoas com deficiência são menores do que pessoas sem deficiência de inserção nesse setor, contribuindo para a permanência daquelas no mercado informal de trabalho.

Outro fator observado nas análises são os efeitos heterogêneos das deficiências. Isto é, o tipo de deficiência impacta na inserção do indivíduo no mercado de trabalho brasileiro, corroborando com a literatura exposta anteriormente. Os grupos de pessoas com deficiências mais vulneráveis quanto à formalidade no mercado de trabalho são aquelas com deficiência intelectual, seguidas por aquelas com deficiência múltipla e visual. São elas que apresentam os maiores efeitos negativos sobre as chances de terem um vínculo celetista ou estatutário. No caso das pessoas com deficiência intelectual vale destacar a maior vulnerabilidade dessas pessoas que se encontram, em grandes proporções, em uma condição de pobreza multidimensional e com menores chances de estarem empregadas como

10 Vale destacar que no censo não é possível separarmos os empregados reabilitados daqueles com deficiência.

exposto anteriormente (Almeida, 2019). No tocante à deficiência múltipla, corroboramos os achados anteriores sobre a dificuldade encontrada por esta população para saírem do mercado informal e sobre a precarização de seus vínculos (Maroto e Pettinicchio, 2014; Mitra et al., 2013; Pettinicchio e Maroto, 2017).

Mas os achados mais surpreendentes estão quando analisamos a interseccionalidade de deficiência e nível educacional impactando o acesso ao mercado formal, comparado ao informal. Esses efeitos podem ser melhor visualizados por meio da Figura 1, onde quanto mais próximo do valor 0 no eixo y, menor a desvantagem do grupo de pessoa com deficiência em relação àquelas sem deficiência. Observa-se que, no geral, o acréscimo dos níveis de escolaridade não se converte no aumento das chances de ter um emprego com carteira assinada ou estatutário para as pessoas com deficiência, quando comparadas àquelas sem deficiência, mantendo-se tudo mais constante. Tal resultado coaduna com as críticas à teoria do capital humano.

Exceções foram verificadas nos grupos de mulheres com deficiência auditiva e física, as quais apresentaram chances superiores que aquelas sem deficiência, de terem um vínculo estatutário e probabilidades maiores com nível superior de escolaridade, mas o efeito não foi significativo ao nível de 95% de confiança. Considerando as chances de ser celetista, nota-se em relação às mulheres um discreto aumento nas chances ao completar níveis mais altos de escolaridade, em que completar o ensino superior eleva em 0,2% (deficiência auditiva) até 0,4% (deficiência intelectual) esta probabilidade, em comparação a ter o ensino médio completo e tudo mais constante.

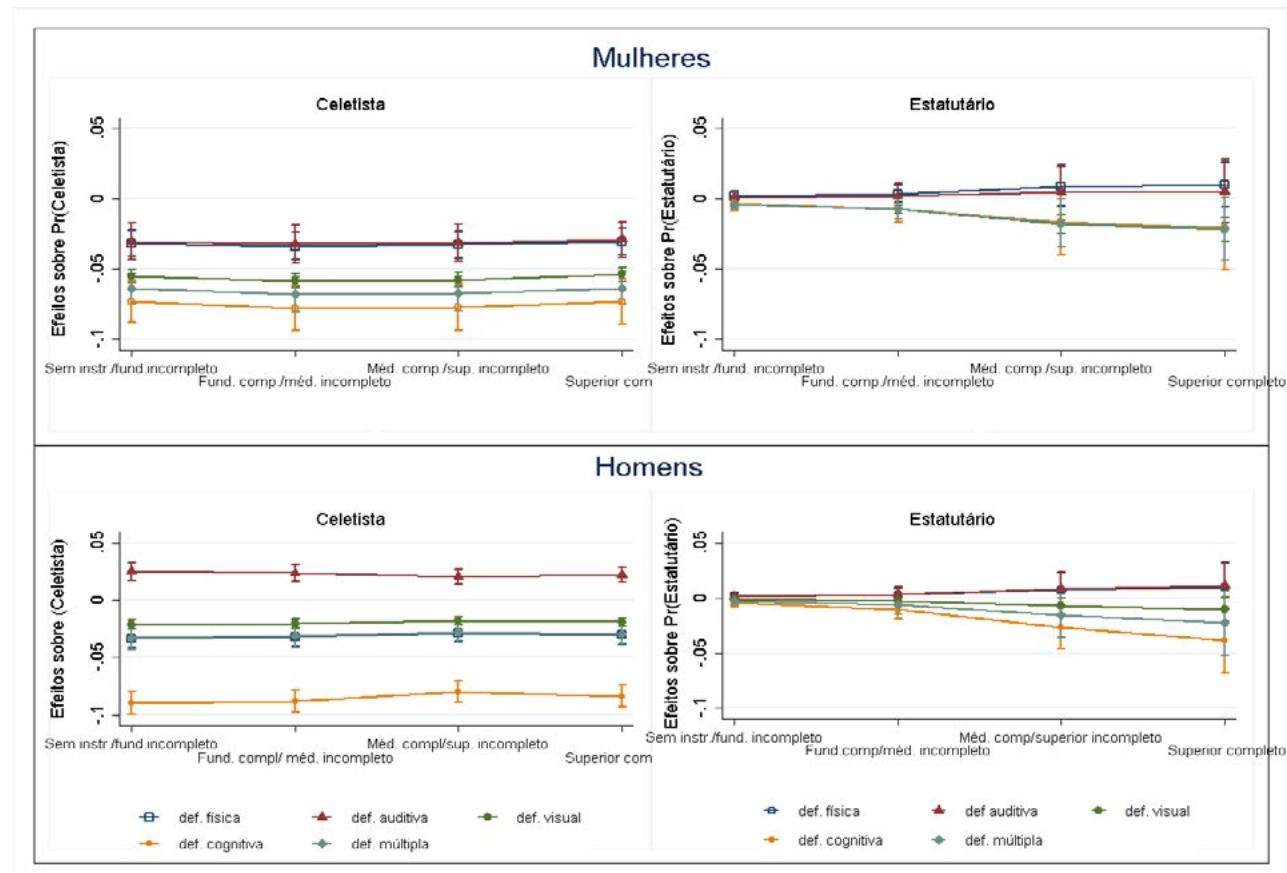


Figura 1: Efeitos marginais médios preditos sobre as chances de ter vínculo empregatício celetista e estatutário, em comparação a estar no mercado informal de trabalho – mulheres e homens

Efeitos marginais considerando como referência a pessoa sem deficiência, negra, brasileira, casada, chefe de domicílio em área urbana, não metropolitana, na região sudeste, IDH municipal prevalente, idade centralizada na média por sexo, mulheres sem filhos até 5 anos.

Por outro lado, entre homens e mulheres com deficiência visual e intelectual destaca-se que aqueles sem instrução ou com somente o nível fundamental incompleto têm praticamente a mesma chance que aqueles(as) com nível superior completo de terem um vínculo de trabalho celetista, quando comparados às pessoas sem deficiência. Apesar do pequeno aumento nas chances de terem vínculo celetista ao concluir o Ensino Fundamental ou Médio, as chances caem com a credencial de nível superior – entre 0,11% e 0,40%.

No caso de obter um vínculo estatutário e não inserir no mercado informal, há uma acentuada queda das chances com o aumento da escolaridade verificada entre homens e mulheres, com exceção das pessoas com deficiência auditiva e física, conforme apontado anteriormente. Os homens com deficiência visual ou intelectual e as mulheres com deficiência visual e ou múltipla, ambos com nível superior de escolaridade contam com aproximadamente 2% a menos de chance que aqueles sem instrução de serem estatutários, mantendo-se tudo mais constante.

Essas verificações sobre a não conversão do aumento da escolaridade em maiores chances de entrada no mercado formal corroboram estudos anteriores qualitativos e quantitativos (Almeida, 2019; Almeida et al., 2018; Ribeiro e Carneiro, 2009; Simonelli e Camarotto, 2021) e nos permitem rejeitar a hipótese baseada na teoria do capital humano; ademais, rebatem os argumentos utilizados pelas empresas e literatura sobre a razão da não inserção de pessoas com deficiência no mercado formal de trabalho ser a falta de escolaridade e qualificação (Jones, 2008; Paz-Maldonado e Silva-Peña, 2021; Ribeiro e Carneiro, 2009). Em nosso estudo, considerando o gênero em interseção com a deficiência, chama a atenção o quanto as mulheres com deficiência contam com menores chances de terem um vínculo celetista, comparadas àquelas sem deficiência e homens com e sem deficiência.

E, ao termos em conta a escolaridade, salientamos que embora pessoas com deficiência encontrem um cenário mais favorável quanto ao status ocupacional e rendimento no setor público, quando comparados ao setor privado (vínculo celetista), como evidenciado por Almeida (2019), quando o assunto é acesso às vagas de vínculo estatutário, observamos que quanto maior o nível educacional daquelas pessoas, menores são suas chances de terem este vínculo e maiores as chances de se estabelecerem no mercado informal de trabalho, quando comparadas às pessoas sem deficiência. É justamente no setor público em que as pessoas com deficiência com maior nível educacional encontram as maiores barreiras de acesso, comparadas às pessoas sem deficiência, o que descarta a visão de que o setor público de trabalho é mais democrático e meritocrático. O que podemos inferir é que pessoas com deficiência, ao competirem por uma vaga com vínculo estatutário e por vagas no topo da hierarquia, têm suas credenciais ignoradas ou, no mínimo, desvalorizadas. Tais resultados nos apontam para semelhanças em relação à inserção e progressão ocupacional de negros no mercado formal de trabalho, em que Ribeiro (2006) evidenciou uma menor desigualdade entre brancos e negros em ocupações mais precárias e com menores rendimentos, mas é no “topo” onde a desigualdade se desvela, havendo uma maior diferença entre as chances de exercerem ocupações de maior status e remuneração com desvantagens consideráveis para os negros.

Dessa forma, ao encontrarmos chances de inserções diferentes entre homens e mulheres, por tipos de deficiência e nível educacional, no mercado formal de trabalho, aceitamos a segunda hipótese e corroboramos a necessidade de consideração da heterogeneidade da população com deficiência e sua interseccionalidade com gênero e nível educacional (Almeida, 2019; Almeida et al., 2018; Maroto et al., 2018).

A respeito das variáveis de controle, ressaltamos o encontrado em relação à raça/cor: em nossos modelos, ao controlarmos pelos diferentes tipos de deficiência, ser branco apresenta efeito negativo sobre as chances de ter um emprego formal, para ambas as chances, entre homens e mulheres. Essa verificação aponta para a necessidade de mais estudos interseccionais que contemplam em suas análises as dinâmicas interativas entre a deficiência e outros marcadores sociais, além do gênero, para a vivência de desigualdades (Padilla, 2021).

Considerações finais

Esta pesquisa teve por objetivo a verificação dos efeitos da escolaridade e dos tipos de deficiência, por gênero, em relação às chances de ter um vínculo empregatício celetista ou estatutário, comparada à chance de estar no mercado informal de trabalho. Foram utilizados os dados do Censo 2010, e selecionamos a população de 18 a 60 anos, que não recebe o Benefício de Prestação Continuada.

Os achados corroboram a abordagem das discussões realizadas pelo modelo social da deficiência e seus estudos expoentes feministas, principalmente em relação à necessidade de consideração da deficiência em sua heterogeneidade e suas interseções com o gênero e nível educacional para estudo das desigualdades de acesso ao mercado formal de trabalho. Além disso os resultados demonstram a importância em examinar o modelo de desenvolvimento humano da deficiência, em especial ao chamar a atenção para as dimensões estruturais, contextuais e políticas para delineamento e avaliação de políticas públicas para esta população.

A respeito do efeito da escolaridade e do aumento das credenciais educacionais sobre as chances de emprego com carteira assinada ou estatutário, verificamos que seu aumento não se converte, de forma geral, em maiores chances para as pessoas com deficiência de inserção no mercado formal de trabalho, resultado que vai de encontro à teoria do capital humano e à argumentação reiterada de que a razão de não inserção das pessoas com deficiência é a falta de qualificação. Esses achados nos atentam para a maior dificuldade de inserção de pessoas com deficiência em ocupações condizentes com o nível superior de escolaridade, verificação semelhante à encontrada em relação aos negros e às desvantagens encontradas para exercerem uma ocupação com melhores rendimentos (Costa Ribeiro, 2006).

Para ingresso no setor público, notamos o menor efeito negativo da deficiência, em relação ao encontrado à chance de ter um vínculo celetista principalmente entre mulheres. Todavia, o aumento da escolaridade também não se converte em maiores chances de ter o vínculo estatutário, e, ao contrário, as chances reduzem significativamente, principalmente entre os homens. Nesse sentido, observamos que apesar das pessoas com deficiência, em especial mulheres, encontrarem um cenário menos desfavorável em termos salariais e ocupacionais no setor público (Almeida, 2019), o aumento da escolaridade não impulsiona de forma efetiva essa inserção. Além disso, para acesso a este vínculo, há de se ressaltar que os gastos financeiros envolvidos no estudo e na preparação para as provas de um concurso são altos, principalmente em certames referentes a cargos com remunerações mais altas, como os concursos para a magistratura (Cunha e Campos, 2020).

Ressaltamos que a deficiência apresenta, para os homens, um efeito negativo menor ao encontrado para as mulheres em relação a ter um vínculo celetista, todavia, o aumento da escolaridade para os homens com deficiência não favorece, igualmente, ao correspondente aumento dessa chance. Essas considerações remetem à necessidade de mais estudos que considerem a interseccionalidade da deficiência com outros marcadores sociais para compreensão das desigualdades vivenciadas no mercado de trabalho e para análise das divergências encontradas entre os setores público e privado. Além disso, reforçam a importância das políticas públicas voltadas para a população com deficiência, uma vez que a trajetória de vida de mulheres com deficiência ao ser perpassada por oportunidades e condições dignas contempla a possibilidade de romper com as diminutas expectativas sociais e alcance de diferentes espaços públicos (Farias, 2017).

Nesse sentido, ressaltamos o Benefício de Prestação Continuada enquanto crucial para sobrevivência das pessoas com deficiência e seus familiares, haja vista a dificuldade de entrada no setor formal de trabalho. E por outro lado, nossos achados também apontam para a importância da Lei de Cotas e a necessidade de um maior *enforcement* estatal para seu cumprimento, haja vista as justificativas apresentadas pelas empresas e suas práticas discriminatórias, optando deliberadamente pela contratação de pessoas com deficiência parcial e pela disponibilização de vagas referentes a funções operacionais e com menores rendimentos, não contabilizando ocupações condizentes com o nível superior de escolaridade (Ribeiro e Carneiro, 2009).

Por fim, salientamos a necessidade de abordagem da deficiência enquanto categoria de análise em pesquisas demográficas voltadas para análises do mercado de trabalho, uma vez que a análise do mercado informal juntamente com o formal só é possível por meio do Censo, que conta com as variáveis a respeito da deficiência. E, dado seu lapso temporal, dificulta as análises que buscam o monitoramento e o acompanhamento mais próximo ao longo dos anos da efetividade das políticas públicas.

Referências

- Almeida, L. A. D. (2011). *Qualificação, inserção e ganhos salariais: estudos sobre pessoas com e sem deficiência no mercado formal de trabalho UFMG*].
- Almeida, L. A. D. (2019). *Deficiência e desigualdades no Brasil: pobreza, inserção no mercado de trabalho e renda UFMG*].
- Almeida, L. A. D., Pereira, L. L. L., e Silveira, L. (2018). *Cuidado e cuidadoras: o trabalho doméstico das empregadas negras e com deficiência no Brasil* 42º Encontro Nacional da ANPOCS, Caxambu, MG.
- Almeida, L. A. D., e Vilela, E. M. (2016). *Diferenciais de rendimentos entre trabalhadores com e sem deficiência: um estudo multinível* 40º Encontro Anual da ANPOCS, Caxambu. <https://www.anpoocs.com/index.php/papers-40-encontro/spg-3/spg10-3>
- Baldwin, M., e Schumacher, E. (2002). A note on job mobility among workers with disabilities. *Industrial Relations*, 41(3), 430-441.
- Baldwin, M. L., e Johnson, W. G. (1995). Labor Market Discrimination against Women with Disabilities. *Industrial Relations*, 34(4), 555-576.
- Barnes, C. (1999). Disability Studies: new or not so new directions? *Disability e Society*, 14(4), 577-580.
- Barnes, C., Oliver, M., e Barton, L. (2002). *Disability studies today*. Policy Press.
- Barreto, E. (2016). *O corpo rebelado: autonomia, cuidado e deficiência física* (1 ed.). Appris.
- Blackwell-Straton, M., Breslin, M. L., Mayerson, A. B., e Bailey, S. (1988). Smashing Icons: Disabled Women and the Disability Women's Movements. In M. Fine e A. Asch (Eds.), *Women with Disabilities* (pp. 306-332). Temple University Press.
- Blanck, P., Schur, L., Kruse, D., Schwuchau, S., e Song, C. (2003). Calibrating the impact of the ADA's employment provisions *Stanford Law and Policy Review*, 14, 267-290.
- Bowles, S., e Gintis, H. (1975). The problem with Human Capital: a marxian critique. *American Economy Review*, 65, 74-82.
- Brasil. (1991). *Lei nº 8.213, de 24 de julho de 1991. Dispõe sobre os Planos de Benefícios da Previdência Social e dá outras providências*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8213cons.htm
- Brasil. (1993). *Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993. Dispõe sobre a organização da Assistência Social e dá outras providências*. Retrieved from http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/LEIS/L8742compilado.htm
- Decreto nº 3.298 de 20 de dezembro de 1999. Regulamenta a Lei nº 7.853, de 24 de outubro de 1989, dispõe sobre a Política Nacional para a Integração da Pessoa Portadora de Deficiência, consolida as normas de proteção, e dá outras providências., (1999). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/d3298.htm
- Decreto nº 6.949 de 25 de agosto de 2009. Promulga a Convenção Internacional sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência e seu Protocolo Facultativo, assinados em Nova York, em 20 de março de 2007., (2009). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/decreto/d6949.htm
- BRASIL. (2011). *Lei nº 12.435, de 6 de julho de 2011. Altera a Lei nº 8.742, de 7 de dezembro de 1993, que dispõe sobre a organização da Assistência Social*. . Brasília

Decreto nº 9.508, de 24 de setembro de 2018. Reserva às pessoas com deficiência percentual de cargos e de empregos públicos ofertados em concursos públicos e em processos seletivos no âmbito da administração pública federal direta e indireta, (2018). http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2015-2018/2018/Decreto/D9508.htm#art10

Byrnes, J. F., e Muller, J. L. (2017). *Bioarchaeology of Impairment and Disability: Theoretical, Ethno-historical, and Methodological Perspectives*. Springer International Publishing.

Bê, A. (2012). Feminism and Disability: A Cartography of Multiplicity. In N. Watson, A. Roulestone, e C. Thomas (Eds.), *Routledge Handbook of Disabilities Studies* (pp. 12-29). Routledge.

Collins, R. (1977). Functional and conflict theories of education stratification. In J. Karabel e A. H. Halsey (Eds.), *Power and ideology in education*. Oxford University Press.

Costa Ribeiro, C. A. (2006). Classe, raça e mobilidade social no Brasil. *Dados - Revista Brasileira de Ciências Sociais*, 49(4), 833-873.

Cunha, A. d. S., e Campos, A. G. (2020). *Perfil dos magistrados aprovados no primeiro concurso público nacional unificado da magistratura do trabalho* (Nota Técnica, Issue. <http://repositorio.ipea.gov.br/handle/11058/9899>

Davis, K., e Moore, W. E. (1945). Some principles of stratification [Article]. *American Sociological Review*, 10(2), 242-249.

Deegan, M. J., e Brooks, N. A. (1985). *Women and Disability: The Double Handicap*. Transaction Books.

Diniz, D. (2007). *O que é deficiência?* Editora Brasiliense.

Domzal, C., Houtenville, A., e Sharma, R. (2008). Survey of Employer Perspectives on the Employment of People with Disabilities: Technical Report. In *Prepared under contract to the Office of Disability and Employment Policy, U.S. Department of Labor*. McLean: CESSI.

Eide, A. H., Nhawathiwa, S., Muderedzi, J., e Loeb, E. M. (2003). Living conditions among people with activity limitations in Zimbabwe. A representative regional survey. In: SINTEF.

Farias, A. Q. d. (2017). *Trajetórias educacionais de mulheres: uma leitura interseccional da deficiência* UFPB]. João Pessoa. <https://repositorio.ufpb.br/jspui/bitstream/tede/9920/2/Arquivototal.pdf>

Fernandes, D. C. (2004). Estratificação educacional, origem socioeconômica e raça no Brasil: as barreiras da cor. In (pp. 23-72): IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada).

Fernandes, D. C., Neves, J. A., e Haller, A. (1999). Credencialismo, correspondência ou capital humano? Como a escolaridade afeta a determinação de cargos e salários de trabalhadores da indústria de transformação no Brasil. *Estudos Avançados em Administração*, 7(1), 1033-1048.

Fine, M., e Asch, A. (1988). *Women with disabilities*. Temple University Press.

Finkelstein, V. (1980). *Attitudes and Disabled People: Issues for Discussion*, . World Rehabilitation Fund

Garcia, V. G., e Maia, A. G. (2014). Características da participação das pessoas com deficiência e/ou limitação funcional no mercado de trabalho brasileiro. *Rev. bras. estud. popul.*, 31(2), 395-418. <https://doi.org/10.1590/S0102-30982014000200008>

Garland-Thomson, R. (2011). Integrating Disability, Transforming Feminist Theory. In K. Q. Hall (Ed.), *Feminist disability studies* (pp. 13-47). Indiana University Press.

Goodley, D. (2011). *Disability Studies: An Interdisciplinary Introduction*. SAGE.

Goodley, D., Hughes, B., e Davis, L. (2012). *Disability and Social Theory: New Developments and Directions*. Palgrave Macmillan.

Granovetter, M. (1981). Toward a sociological theory of income differences. In I. Berg (Ed.), *Sociological Perspectives on Labor Markets* (pp. 11-46). Academic Press.

Hanass-Hancock, J., e Mckenzie, T. C. (2017). People with disabilities and income-related social protection measures in South Africa: Where is the gap? *African Journal of Disability*, 6, e1-e11. <https://doi.org/10.4102/ajod.v6i0.300>

- Hara, B. (2004). Twice penalized: employment discrimination against women with disabilities.(statistical data included). *Journal of Disability Policy Studies*, 15(1), 27.
- Hoogeveen, J. G. (2005). Measuring Welfare for Small but Vulnerable Groups: Poverty and Disability in Uganda. *Journal of African Economies*, 14(4), 603-631. <https://doi.org/10.1093/jae/eji020>
- Hunt, C. S., e Hunt, B. (2004). Changing Attitudes Toward People with Disabilities: Experimenting with an Educational Intervention. *Journal of Managerial Issues*, 16(2), 266-280.
- Hunt, P. (1966). *Stigma: the experience of disability*. Geoffrey Chapman.
- Jenkins, S. P., e Rigg, J. A. (2004). Disability and Disadvantage: Selection, Onset, and Duration Effects. *Journal of Social Policy*, 33(3), 479-501.
- Johnson, W. G., e Lambrinos, J. (1985). Wage Discrimination against Handicapped Men and Women. *The Journal of Human Resources*, 20(2), 264-277. <https://doi.org/10.2307/146012>
- Jones, M. K. (2008). Disability and the labour market: a review of the empirical evidence. *Journal of Economic Studies*, 35(5), 405-424.
- Loeb, M., e Eide, A. H. (2004). Living Conditions among People with Activity Limitations in Malawi. A National Representative Study. In: SINTEF.
- Maroto, M., e Pettinicchio, D. (2014). Disability, structural inequality, and work: The influence of occupational segregation on earnings for people with different disabilities. *Research in Social Stratification and Mobility*, 38, 76-92. <https://doi.org/http://dx.doi.org/10.1016/j.rssm.2014.08.002>
- Maroto, M., Pettinicchio, D., e Patterson, A. C. (2018). Hierarchies of Categorical Disadvantage: Economic Insecurity at the Intersection of Disability, Gender, and Race. *Gender e Society, September*.
- McRae, L. (2019). Disciplining disability: intersections between critical disability studies and cultural studies. In K. Ellis, R. Garland-Thomson, M. Kent, e R. Robertson (Eds.), *Manifestos for the future of critical disability studies* (Vol. 1).
- Medeiros, M., Neto, M. S., e Barros, F. G. (2010). Distribuição do Benefício de Prestação Continuada. In M. Medeiros e L. Barbosa (Eds.), *Deficiência e Igualdade* (pp. 83-110). LetrasLivres. Editora UnB.
- Mitra, S. (2017). *Disability, Health and Human Development*. Cham: Palgrave Macmillan. <https://doi.org/10.1057/978-1-137-53638-9>
- Mitra, S., Posarac, A., e Vick, B. (2013). Disability and Poverty in Developing Countries: A Multi-dimensional Study. *World Development*, 41(1), 1-18. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.05.024>
- Mizunoya, S., e Mitra, S. (2013). Is There a Disability Gap in Employment Rates in Developing Countries? *World Development*, 42(1), 28-43. <https://doi.org/10.1016/j.worlddev.2012.05.037>
- Morris, J. (1989). *Able Lives, Women's Experiences of Paralysis*. The Women's Press.
- Morris, J. (2001). Impairment and Disability: Constructing an Ethics of Care That Promotes Human Rights. *Hypatia*, 16(4), 1-16.
- Padilla, A. C. (2021). *Disability, interseccional agency, and latinx identity: theorizing LatDisCrit Counterstories*. Routledge.
- Parsons, T. (1951a). Illness and the Role of the Physician. *American Journal of Orthopsychiatry*, 21, 452-460.
- Parsons, T. (1951b). *The social system*. Free Press.
- Paz-Maldonado, E., e Silva-Peña, I. (2021). Inserción laboral de personas en situación de discapacidad en América Latina. *Saúde e Sociedade*, 29. <https://doi.org/10.1590/S0104-12902020190724>
- Pettinicchio, D., e Maroto, M. (2017). Employment Outcomes Among Men and Women with Disabilities: How the Intersección of Gender and Disability Status Shapes Labor Market Inequality. In *Factors in Studying Employment for Persons with Disability* (pp. 3-33). Emerald Publication.
- Polidano, C., e Vu, H. (2015). Differential Labour Market Impacts from Disability Onset. *Health Economics*, 24(3), 302-317. <https://doi.org/10.1002/hec.3017>

- Ribeiro, M. A., e Carneiro, R. (2009). A inclusão indesejada: as empresas brasileiras face à lei de cotas para pessoas com deficiência no mercado de trabalho. *Organizações e Sociedade*, 16(50), 545-564. <https://doi.org/10.1590/S1984-92302009000300008>
- Rigg, J. (2005). Labour Market Disadvantage amongst Disabled People: a Longitudinal Perspective. *Centre for Analysis of Social Exclusion(CASE 103)*.
- Santos, W. (2010). Deficiência, desigualdade e assistência social. In D. Diniz e W. Santos (Eds.), *Deficiência e discriminação* (pp. 117-142). Editora UnB: Letras Livres.
- Santos, W. R. d. (2011). Deficiência e BPC: o que muda na vida das pessoas atendidas? *Ciência e Saúde Coletiva*, 16, 787-796. <https://doi.org/10.1590/s1413-81232011000700009>
- Schultz, T. (1973). *O capital humano: investimentos em educação*. Zahar.
- Sen, A. (2009). *The Idea of Justice*. The Belknap Press of Harvard University Press.
- Shildrick, M. (2012). Critical Disability Studies: Rethinking the conventions for the age of postmodernity. In N. Watson, A. Roulstone, e C. Thomas (Eds.), *Routledge Handbook of Disability Studies* (pp. 30-41). Routledge.
- Simonelli, A. P., e Camarotto, J. A. (2021). Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Gestão e Produção*, 18, 13-26. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000100002>
- Simonelli, A. P. C., João Alberto. (2021). Análise de atividades para a inclusão de pessoas com deficiência no trabalho: uma proposta de modelo. *Gestão e Produção*, 18, 13-26. <https://doi.org/10.1590/S0104-530X2011000100002>
- Suzano, J. d. C. C., Carvalho-Freitas, M. N. d., Tette, R. P. G., Brighenti, C. R. G., e Vieira-Silva, M. (2014). A percepção dos gestores acerca do desempenho de trabalhadores com diferentes tipos de deficiência [Relatos de Pesquisa]. *Interação em Psicologia*, 18(3). <https://doi.org/https://revistas.ufpr.br/psicologia/article/view/35498>
- Suzano, J. d. C. C., Nepomuceno, M. F., Ávila, M. R. d. C., Lara, G. B., e Carvalho-Freitas, M. N. d. (2008). Análise da produção acadêmica nacional dos últimos 20 anos sobre a inserção da pessoa portadora de deficiência no mercado de trabalho. In Juruá (Ed.), *Trabalho e pessoas com deficiência: pesquisas, práticas e instrumentos de diagnóstico* (1^a ed.). 2008.
- Thomas, C. (1999). *Female Forms: Experiencing and Understanding Disability*. Open University Press.
- Thomas, C. (2001). Feminism and disability: the theoretical and political significance of the personal and the experiential. In L. Barton (Ed.), *Disability Politics and the Struggle for Change* (pp. 45-58). David Fulton Publications.
- Thurow, L. C. (1977). Educational and economy equality. In J. Karabel e A. Halsey (Eds.), *Power and ideology in education*. Oxford University Press.
- Trani, J.-F., Bakhshi, P., Brown, D., Lopez, D., e Gall, F. (2018). Disability as deprivation of capabilities: Estimation using a large-scale survey in Morocco and Tunisia and an instrumental variable approach. *Social Science e Medicine*, 211, 48-60. <https://doi.org/10.1016/j.socscimed.2018.05.033>
- Trani, J. F., e Loeb, M. (2012). Poverty and disability: A vicious circle? Evidence from Afghanistan and Zambia. *Journal of International Development*, 24(supplement S1), S19-S52. <https://doi.org/10.1002/jid.1709>
- Unger, D. D. (2002). Employer's attitudes toward persons with disabilities: Myths or realities? *Focus on Autism and Other Development Disabilities*, 17, 2-10.
- Vilela, E. M., e Collares, A. C. (2009). Origens e destinos sociais: pode a escola quebrar essa ligação? *Teoria e Sociedade*, 2(17), 63-93.
- Woodhams, C., Lupton, B., e Cowling, M. (2015). The Presence of Ethnic Minority and Disabled men in Feminised Work: Intersectionality, Vertical Segregation and the Glass Escalator. *Sex Roles*, 72(7), 277-293. <https://doi.org/10.1007/s11199-014-0427-z>

Xavier, F. P., Fernandes, D. C., e Tomás, M. C. (2009). Fatores econômicos e estrutura social: a escolaridade como fator explicativo para o diferencial de trabalhos no Brasil. In J. A. Neves, D. C. Fernandes, e D. H. Helal (Eds.), *Educação, trabalho e desigualdade social* (pp. 67-96). Argvmentvm.

Recebido em: 27/07/2021

Aprovado em: 27/08/2021

Como citar este artigo:

ALMEIDA, Luciana Alves Drumond e VILELA, Elaine Meire. Realmente falta escolaridade? Estudo sobre as chances de ter um emprego formal (celetista ou estatutário) ou informal entre pessoas com e sem deficiência, por gênero. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 541-561.



Corpos que não existem mais: narrativas biográficas sobre as transformações do corpo e novas formas de vida¹

Eudenia Magalhães Barros²

Resumo: Este artigo propõe apresentar reflexões sociológicas a partir de narrativas biográficas de sujeitos que tiveram seus corpos transformados devido às lesões adquiridas em um evento acidental. A pesquisa identifica que esses sujeitos criaram um discurso de sucesso vinculado à ideia de sujeito produtivo e bem-sucedido, em uma sociedade atravessada por valores da “cultura da autoajuda”. Nesse sentido, o estudo apresenta perspectivas possíveis que tensionam convicções generalistas e normatizadoras sobre os modos pelos quais os sujeitos vivenciam suas corporeidades.

Palavras-chave: Estudos sobre deficiência. Narrativas biográficas. Corporeidades. Evento crítico. Acidente.

Bodies that no longer exist: biographical narratives over body transformations and new ways of living

Abstract: This article poses sociological reflections based on biographical narratives of subjects who had their bodies transformed due to injuries acquired through an unforeseen event. The research identifies that these subjects created successfulness oriented discourses linked to the idea of a productive and prosperous individual, in a society crossed by values of the “self-help culture”. In this sense, the study presents perspectives that tension generalist and normative beliefs about the ways in which subjects experience their corporeality.

Keywords: Disability studies. Biographical narratives. Corporeality. Critical event. Accident.

Cuerpos que ya no existen: narrativas biográficas sobre transformaciones corporales y nuevas formas de vida

Resumen: Este artículo se propone presentar reflexiones sociológicas a partir de narraciones biográficas de sujetos que tuvieron su cuerpo transformado debido a lesiones adquiridas en un evento accidental. La investigación identifica que estos sujetos han creado un discurso de éxito vinculado a la idea de sujeto productivo y exitoso, en una sociedad atravesada por valores de la “cultura de la autoayuda”. En este sentido, el estudio presenta perspectivas posibles que tensionan convicciones generalistas y normativas sobre las formas en que los sujetos experimentan sus corporalidades.

Palabras clave: Estudios sobre discapacidad. Narraciones biográficas. Corporeidades. Evento crítico. Accidente.

1 O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Brasil (CAPES) - Código de Financiamento 001.

2 Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal do Ceará (UFC) – Fortaleza – Brasil – eudenia.magalhaes@gmail.com. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-1082-763X>.

INTRODUÇÃO

Nos últimos anos, as imagens que compõem a ideia de “deficiência” têm sido redesenhas, com destaque para perspectivas que trazem os princípios de superação, de vitória e de resiliência, pelas quais são construídos discursos que tornam os sujeitos com deficiência heróis de suas próprias histórias. Tais afirmativas se manifestam principalmente nas falas de pessoas que “se tornaram” deficientes, ou seja, que passaram a viver essa experiência em um determinado momento das suas vidas de forma imprevista.

Na produção das narrativas biográficas³, é característico que os acontecimentos da vida sejam costurados em favor de uma continuidade, com finalidades específicas que procuram justificar, em uma lógica de causalidades, episódios do cotidiano. Favorecendo a compreensão desse fenômeno social, as categorias “trajetórias”, “carreiras” e “histórias de vida” se destacam, apontando tanto a multiplicidade de usos e aplicações em pesquisas, como também a plasticidade com que esses artefatos metodológicos operam no processo de compreensão do social e suas complexidades (Reis e Barreira, 2018:14). Diante disso, é importante salientar que a produção de uma “linguagem biográfica”, ou seja, uma semântica constituída por uma roteirização dos eventos ordinários como um conjunto coeso e linear, encontra sua eficácia nas narrativas orais, bem como nas produções escritas e editadas (Ricoeur, 1997, 2007).

À vista disso, os acontecimentos inesperados que afetam as formas de estar no mundo, tratados na ocasião como “acidentes”, são eventos que desorganizam os projetos de vida, desafiam as corporeidades e são geradores de narrativas que buscam acomodar o contingencial (Das, 1995; Malabou, 2014).

O objetivo deste artigo⁴ é apresentar algumas reflexões sociológicas acerca das “narrativas da deficiência”, a partir de fragmentos biográficos de sujeitos que tiveram seus corpos transformados devido às lesões permanentes em circunstâncias imprevistas. O intuito é compreender os sentidos atribuídos às experiências que se constituem a partir de um imaginário capacitista dos corpos, tendo em vista a relação dialética entre esses discursos e as compreensões atuais da ideia de deficiência.

Com esse intuito, como *corpus* de análise, trabalhei com diferentes materiais e estratégias analíticas, com ênfase nas narrativas orais e escritas, trazendo materiais diversos de cunho biográfico e autobiográficos de pessoas acometidas por acidentes e/ou situações trágicas. Os dados escolhidos para esse artigo são referentes a uma parte das sistematizações para a pesquisa do doutorado, realizada entre os anos de 2016 e 2020. Cerca de 23 pessoas com deficiência foram entrevistadas, e 14 livros biográficos e autobiográficos analisados, dentre os quais destinei quatro narrativas para compor essa análise.

Para tratar das entrevistas que coletei por meio de encontros com interlocutores, utilizei metodologicamente a ideia de “estórias de vida” (Kofes, 1994, 2001), considerando que os momentos foram desenhados em torno da temática da deficiência, com roteiros abertos e semiabertos, cujos depoimentos foram produzidos intencionalmente destinados ao universo da pesquisa, coletados nos seus lugares de trabalho ou em locais públicos previamente acordado entre as partes. Parte do material analisado trata-se de livros biográficos publicados, sendo de autoria dos próprios sujeitos acometidos por alguma lesão permanente, entre os anos de 2010 e 2020, lançados no Brasil.

3 Discutir sobre narrativas biográficas como elementos principais de análise é considerar que, desde a década de 1980, as categorias que definem as fontes e informações biográficas ressurgem com força como método e campo analítico entre as ciências humanas, sendo utilizadas de maneira mais expressiva nas produções acadêmicas brasileiras nos últimos dez anos (Reis e Barreira, 2018).

4 Este artigo é resultado da pesquisa de doutorado, realizada entre os anos de 2016 e 2021. Agradeço ao meu orientador, Prof. Dr. Luiz Fábio Paiva, por todo apoio e ensinamento em todo o processo de realização da tese.

Esse trabalho foi norteado por algumas questões relevantes para os estudos das representações sociais da deficiência, tais como: quais narrativas biográficas compõe um evento inesperado que vem a transformar corpos? Como essas experiências revelam não apenas outras formas de vida, mas diferentes maneiras de reinvenção da percepção de si?

Neste artigo, apresento algumas narrativas orais e escritas de pessoas que vivem atualmente a experiência da deficiência, elencando reflexões sociológicas sobre como o evento crítico do acidente incide novas compreensões sobre o “eu”, de sujeitos que outrora estavam alheios a essa corporeidade. Em seguida, realizo uma análise das formas pelas quais as narrativas biográficas dos sujeitos apresentam suas experiências, a partir de discursos que constituem, e ao mesmo tempo são constituídos, por um processo de reflexividade envolta de uma gramática da superação. Ademais, destaco a construção narrativa pela busca da autonomia como estratégia de ressignificar a tragédia em oportunidade de ganhos pessoais, que coaduna com elementos da cultura da autoajuda ao rechaçar o compadecimento social e individualizar o destino diante do corpo que não existe mais.

Objeto biográficos: experiências escritas e narradas como campo e método de pesquisa sociológica

O conjunto de elementos empíricos dessa pesquisa é composto pelo que chamo aqui analiticamente de “fragmentos biográficos”, categoria imaginada para reunir um conjunto de informações de cunho biográfico que foram encontradas de forma heterogênea: as entrevistas semiestruturadas, os livros biográficos e autobiográficos, bem como matérias jornalísticas e mídias diversas formam o conjunto de histórias e narrativas de vidas convidadas a essa discussão. Ao acessar essas experiências por meio de diversas formas, construí um mosaico de possibilidades que me permitem acessar memórias de um corpo que não mais existe, pelas quais os sujeitos narram os seus traumas diante do inesperado, e os modos como tiveram que transitar de uma corporeidade à outra.

Diante dos dados consolidados, trouxe para este artigo duas obras brasileiras, de cunho autobiográfico, do cearense Márcio Vaz e do paulista Pedro Pimenta. Levo em consideração que esse material é um dos caminhos possíveis para compreender como os discursos que foram escolhidos e editados configuram narrativas de suas vidas, e também influenciam seus leitores a uma trajetória de sucesso e inspirações para quem vive experiências semelhantes. Além disso, também ressalto neste artigo os depoimentos de interlocutores com os quais tive oportunidade de conversar pessoalmente, na cidade de Fortaleza - CE. Esses interlocutores narram sobre aspectos das suas rotinas antes e depois dos eventos accidentais, e suas experiências recentes com os seus novos corpos.

No campo da deficiência, as biografias consagradas de sujeitos que trazem em seus corpos marcas estigmatizadoras, como a clássica obra de Hellen Keller⁵, proporcionam discussões importantes sobre as capturas da intimidade, e as permissões concedidas pelos protagonistas na constituição de seus testemunhos. Logo no início da sua autobiografia, a autora comenta que os fatos e as fantasias, com o passar dos anos, parecem se emaranhar, funcionando como uma espécie de elo entre o passado e o presente, e esse é um desafio percebido no ato da narrativa do eu. Os detalhes dos acontecimentos são esquecidos, e muitos fatos perdem sua pungência, sendo substituídos por excitações das conquistas nos processos resilientes do corpo e da mente. A autoria permite escolher quais episódios são suficientemente relevantes para consistir na narrativa a ser disseminada para o público.

O processo de construção da narrativa do eu a partir das experiências vivenciadas e reescritas nas memórias é elaborado a partir de uma necessidade de comunicar ao outro e, ao mesmo tempo, reorganizar e recriar o vivido. Paul Ricoeur (1997, 2007) nos dá pistas para compreender que esses eventos ficcionais que ligam o presente com o passado, como mencionado por Keller, na realidade são

⁵ Helen Keller, *Story of My Life*, 1903.

estratégias que fazem parte de uma “identidade narrativa”, em que o sujeito cria um “terceiro-tempo” que se estabelece por meio de um entrecruzamento entre o intuito de contar os eventos da vida e a quimera do tempo.

Dito isso, compreendendo que as identidades narrativas de sujeitos atravessados por situações traumáticas produzem discursos sobre suas novas corporeidades implicados em um conjunto de normas morais condicionadoras (Butler, 2015:18). Para tanto, selecionei os livros que, dentre o acervo analisado, trouxeram elementos mais evidentes para discutir os elementos da cultura da autoajuda nas narrativas da deficiência, sem, no entanto, reduzir toda escrita biográfica de pessoas com deficiência a esse universo.

Dos livros analisados, um deles é o de Márcio Vaz (2016), “Minha boca, meu caminhar: transformando desafios em oportunidades”. Conheci Márcio pessoalmente, ocasião em que adquiri seu livro com seu cuidador, e mantivemos conversas esporádicas por redes sociais. Ele é um homem que possui tetraplegia desde os 22 anos, após sofrer um acidente ao mergulhar em águas rasas. Filho de família da classe média fortalezense, cujo pai era executivo e sua mãe, professora. Como ele mesmo comenta, logo no início do seu livro, “vivíamos em condições privilegiadas, tendo em vista a realidade social da grande maioria” (Vaz, 2016: 17). Atualmente, aos 42 anos, formado em Psicologia, é uma figura conhecida na cidade por ministrar palestras motivacionais, principalmente em ambientes corporativos ou eventos relacionados. Nas suas comunicações, diversos elementos da sua trajetória de vida são ressaltados como ponto de partida para seus ensinamentos, utilizando-se como referência na construção dos seus discursos morais.

Seu livro é organizado em uma perspectiva semelhante; escrito por ele, com o auxílio de uma caneta adaptada, para pessoas tetraplégicas conseguirem digitar em um computador, o livro é organizado por assuntos, tais como carreira profissional, sexualidade e espiritualidade, tratados em dezoito capítulos sobre suas percepções e experiências de acordo com essas temáticas que são de grande impacto na sua vida, após o acidente. Em cada capítulo descreve, em meio às diversas mensagens de “lições de vida”, as suas estratégias para lidar com a rotina, logo após os primeiros dias enquanto cadeirante. O livro também conta com diversas fotografias, que apresenta os personagens que fizeram e ainda fazem parte da sua trajetória

Outra biografia que considero importante para as questões deste artigo é a de Pedro Pimenta. Sua trajetória escrita é autobiográfica, e foi produzida 4 anos após o seu “acidente”. Em 2009, quando ele tinha 18 anos, foi levado ao hospital com urgência, após ter sofrido forte vertigem e desmaiar. Sua cunhada, então estudante de Medicina, supôs a gravidade da situação ao perceber que seus braços e pernas estavam com cor azulada. Já no hospital, diagnosticaram Pedro com uma infecção a partir de uma variante da meningite, só que mais violenta, que se espalhou por sua corrente sanguínea e afetou seus membros. A solução encontrada para salvá-lo da morte foi a amputação dos seus dois braços e das suas pernas.

Nas redes sociais, Pedro elabora conteúdos sobre seu cotidiano, expondo como um jovem tetra-amputado consegue morar sozinho e ter sua autonomia, realizando atividades como comer com o uso de talheres e se barbear, e também fornece consultoria sobre próteses. Nas postagens fixadas no seu perfil, o livro aparece como um tutorial da sua história, uma carta de apresentação para quem acabou de chegar e gostaria de conhecê-lo melhor. Segundo ele mesmo descreve no início da sua biografia, o objetivo da obra é

[...]contar a minha história de vida: como um garoto paulistano de classe média, que como tantos outros ainda não tinha definido a carreira a seguir, sofreu uma terrível fatalidade, aprendeu a encarar as consequências e se tornou um homem que supera suas dificuldades com determinação e trabalho duro (Pimenta, 2014:16).

Pedro narra em todo o livro o desejo de não precisar mais utilizar a cadeira de rodas, e viajou para fora do país na busca por exemplos de pessoas tetra-amputadas que conseguiram conquistar sua autonomia por meio de próteses. Pesquisou por essas histórias pela internet, até encontrar vídeos de duas pessoas utilizando próteses, e pesquisou a empresa que desenvolvia aquele tipo específico. A empresa americana Hanger, especializada em desenvolver próteses e órteses, foi o principal destino que Pedro escolheu para realizar e vivenciar novas experiências; investiu tanto que, atualmente, é considerado caso de sucesso e ministra palestras contando sua história junto às suas próteses.

Ao passo que ia conhecendo certa produção literária sobre deficiência dos últimos anos, simultaneamente, fui estabelecendo uma rede de contatos com instituições fisioterápicas e desportivas, voltadas para sujeitos com deficiência física, na cidade de Fortaleza - CE. Por meio dessa rede, conheci alguns atletas com deficiência da Associação D'eficiência Superando Limites (ADESUL)⁶, e por meio de indicações, fui construindo a amostragem que compôs a pesquisa doutoral.

Na ocasião das entrevistas, percebia que embora as histórias de superação e vitória fossem recorrentes e tivessem pontos em comum com as biografias escritas, alguns discursos se construíam de maneiras difusas e não lineares, característicos dos momentos de interação face a face, em que outros elementos entram em jogo na relação entre pesquisador e interlocutor (Butler, 2015)⁷. A partir disso, outras portas de compreensão foram abertas para perceber que, mesmo que esses sujeitos tivessem passado por experiências semelhantes de transformação do corpo, as trajetórias da deficiência são atravessadas e narradas também por recortes de gênero, raça e classe social. A interseccionalidade⁸ é um aspecto importante pra compreender as narrativas desses sujeitos, aliada à compreensão de “estórias de vida” que Kofes (1994, 2001) apresenta em suas pesquisas biográficas⁹.

Um dos primeiros interlocutores da pesquisa foi um homem chamado Freitas, que conheci em 2016, por indicação de um amigo em comum. Quando eu o encontrava em uma academia esportiva situada em um bairro da periferia, tínhamos cerca de uma hora de conversa antes de ele iniciar seus treinos em Tênis de Mesa adaptado, que aconteciam três vezes por semana. Naquela época, por volta de 2017, ele tinha 39 anos, e já colecionava diversas medalhas da modalidade, viajando, com certa frequência, para participar de campeonatos nacionais e internacionais. Filho do meio de uma família de servidores do estado, cujo pai era policial e a mãe agente de um posto de saúde, contou-me que, com muito esforço financeiro dos pais, foi estudante de escola particular e educado dentro de premissas religiosas do catolicismo.

⁶ A ADESUL é uma associação sem fins lucrativos, fundada em 2009, sustentada por doações de empresas ou pessoas comuns, por meio de patrocínios e de pedágios feitos pelos próprios integrantes do time, que não recebem nenhum salário para jogar e, também, não precisam pagar para participar. Disponível em: <https://adesulbcr.com.br/#quemsomos>. Acesso em: 4 de abril de 2020.

⁷ Como afirma a autora, “O sujeito sempre faz um relato de si mesmo para o outro, seja inventado, seja existente, e o outro estabelece a cena de interpelação como uma relação ética mais primária do que o esforço reflexivo que o sujeito faz para relatar a si mesmo”(Butler 2015:33).

⁸ Kimberlé Crenshaw, importante teórica do feminismo negro, conceitua a expressão “interseccionalidade” para trabalhar as interações de marcadores sociais de exclusão e subordinação, e as possibilidades de discutir o racismo, o patriarcado e as opressões de classe como dinâmicas de discriminação complexas e violentas (Crenshaw, 2002).

⁹ Segundo a antropóloga, algumas características ajudam a desenhar e entender que eles seriam: 1º) de relatos motivados pelo pesquisador e implicando sua presença como ouvinte e interlocutor 2º) de um material restrito à situação de entrevista. Isto é, considerarei apenas o que foi narrado ao pesquisador pelo entrevistado sem a complementação de outras fontes; 3º) daquela parcela da vida do sujeito que diz respeito ao tema da pesquisa, sem esgotar as várias facetas de uma biografia (KOFES, 1994: p. 118).

Freitas se casou jovem, e hoje possui uma filha de 16 anos. Em 2004, ele foi diagnosticado tarde-monte com uma doença degenerativa, quando tinha 26 anos. Esse atraso culminou na perda da mobilidade de suas pernas. Segundo o diagnóstico médico, ele possui “paraparesia”, mas em sua narrativa ele afirma que não “é”, mas “encontra-se” cadeirante, pois, de acordo com sua perspectiva, seria uma condição reversível devido ao seu quadro evolutivo de melhora, e por isso ele não se coloca como uma pessoa com deficiência, mas que “está” com uma deficiência, marcando temporalmente uma condição física de lesão, porém, não definitiva. Após o seu “acidente”, e por influência da sua esposa, converteu-se ao protestantismo e participa de comunidades religiosas, próximas à sua casa.

Freitas enfatizava na construção de suas narrativas uma “fase boa” da qual estaria fazendo parte no momento, e que diz respeito sobretudo ao seu envolvimento nas práticas esportivas. Antes de se tornar cadeirante, ele jogava futebol com os amigos, pois sempre foi “apaixonado por esportes”. Já fez parte da Seleção Cearense de Futsal, Seleção Cearense de Vôlei, e da Seleção Cearense de Basquete. Percebi que seu envolvimento com as atividades esportivas dizia muito sobre suas responsabilidades quando jovem, cumprindo um intenso ritmo de treinos e mantendo uma rotina rígida, priorizando essa atividade no cotidiano. A relação com o esporte é algo que aproxima o Freitas do passado com o do presente, agora bem-sucedido, mas que desde a juventude já indicava que essa seria uma carreira promissora a seguir.

A partir da rede de atletas, também pude ter acesso ao depoimento de Rafaela, uma mulher amputada, negra, e moradora de um bairro periférico de Fortaleza. Ela é mãe e atleta, tem 28 anos, e iniciou a prática do atletismo e basquete pela ADESUL após ter parte da sua perna esquerda amputada. Nunca trabalhou em regime de carteira assinada; aos 12 anos, começou a tirar “ponta de linha” em confecções de costura, e quando completou 16 anos, foi trabalhar em “casas de família”. Voltou a trabalhar como auxiliar de confecção, fazendo manutenção nas máquinas, aos 22 anos.

Em 2016, quando tinha 23 anos, começou a sentir fortes dores no joelho, deixando-a impossibilitada de andar com facilidade, e pediu para sair do emprego. Contou que passava dias chorando em casa, deitada na cama, e percebeu que estava ficando deprimida. Nessa época, ela morava com um rapaz, com quem já se relacionava há seis anos, vindo a ter um filho com ele posteriormente.

Quando descobriu o câncer, tinha acabado de se separar; “Eu me separei no dia 6 de agosto e no dia 30 eu descobri que estava com câncer, entendeu? E depois, dia 5 de setembro, comecei a quimio”. No período do tratamento, o médico que cuidava do seu diagnóstico lhe avisou da necessidade da amputação, e assim o fez em um procedimento cirúrgico. Com a ajuda da mãe, Rafaela precisou adequar sua rotina, ainda na cadeira de rodas, para só recentemente conseguir a doação de uma prótese, e ampliar sua autonomia.

Por meio dos depoimentos e escritos dos interlocutores mencionados, é possível perceber que a temática da deficiência, pautada propositalmente devido aos interesses de pesquisa, não consegue delinear com exclusividade a vastidão das experiências não mencionadas e inesgotáveis desses sujeitos. De todo modo, a partir das múltiplas discursividades e possibilidade de análise, delimito como eixo importante a elaboração narrativa do evento do acidente na busca pela construção de uma nova corporeidade.

O evento crítico do “acidente” e a produção de narrativas deficientes

Para essa análise, realizei diálogos com os *disability studies* a partir de uma sociologia compreensiva e fenomenológica, no intuito de entender os elementos nos quais os sujeitos se apoiaram para reinventar suas histórias de vida, construindo expectativas em torno da ideia de superação, discurso tido como eficaz no senso comum sobre os desafios de pessoas que se tornam deficientes quando adolescentes ou adultos.

Nesse instante, é oportuno delimitar como a categoria “deficiência” é discutida neste trabalho, considerando seu caráter multidimensional e polissêmico, que trata não apenas sobre modos de vida, mas também sobre campo de saberes e políticas da existência humana.

Apoiada na percepção das principais referências dos estudos sobre deficiência no Brasil (Barbosa, Diniz, e Santos 2009; 2010; Diniz, 2007; Mello, 2010), comprehendo as dinâmicas sociais e culturais como ponto de partida para discutir as corporeidades possíveis, sem subestimar, no entanto, as relações intersubjetivas e os discursos do “eu” como elementos potencializadores das transformações das normatividades acerca dos sujeitos sociais.

Após quase quarenta anos em que Mike Oliver apresentou os “modelos individuais e sociais” da deficiência (Oliver, 1983), diversos desdobramentos analíticos foram realizados, considerando outras epistemologias e interligando demais marcadores sociais na compreensão sobre o fenômeno social da deficiência (Barnes, 1997; Hall, 2011; Kafer, 2013; McRuer, 2006). Perspectivas estas que ocupam uma posição relevante na construção de políticas públicas e lutas por reconhecimento de pessoas que nascem ou que “se tornam” deficientes. Os diversos grupos sociais que compartilham um tipo de opressão que despreza a existências de seus corpos, e que possuem o interesse em poder ver suas vidas como reflexos de existências possíveis que transbordam as padronizações corpóreas, geram potentes reflexões para entendermos que além das dicotomias entre o que se configura como “normal” ou “patológico”, diversos corpos escapam e produzem sentido (Allbrecht, 2001; Gavério, 2015; Mello 2009; Shakespeare, 1996; Zola, 1989).

Considerando que os interlocutores com quem dialoguei não necessariamente pertenciam ativamente de movimentos sociais de pessoas com deficiência, ou ainda estavam conhecendo esse universo à medida que seus modos de vida estavam em constante processo de adaptação, maneiras diversas de narrar esses corpos apareceriam nas nossas conversas. Ao invés de discutir sobre “ser” uma pessoa com deficiência, diálogos abrem margem para uma condição processual, para um “estar” deficiente. Nesse aspecto, as fixidades sobre as disputas identitárias podem ser rediscutidas, a partir da perspectiva *crip* que nos ajuda a compreender como o “corpo aleijado” está em constante disputa política numa sociedade feita para “capacitados” (Gavério, 2017; Kafer, 2013; McRuer, 2006).

Para compreender os elementos discursivos que surgiram nessas “narrativas deficientes”, utilizei a categoria “acidente” a partir da interpretação de Catherine Malabou (2014), indo além da ideia de algo que ocorre de modo fortuito e inesperado, encerrando-se em si mesmo. Pelo contrário: com falsa impressão de efemeridade, o evento acidental causará impactos permanentes de diferentes formas e intensidades para os sujeitos envolvidos direta e indiretamente na ocasião; marcará profundamente as suas memórias, renascidas inúmeras vezes ao longo da vida.

O evento do acidente pode possuir múltiplas temporalidades, ocorrendo em fração de segundos ou por decursos de situações distintas; no entanto é um acontecimento que atravessa e reconstrói narrativas biográficas, distinguindo trajetórias e bifurcando projetos individuais (Velho, 2013)¹⁰. Tal como uma analogia ao corpo que envelheceu precocemente, um acontecimento imprevisto e radical causa diversas irrupções, e a partir delas não se torna possível enxergar a metamorfose natural do corpo de forma processual; sem nenhum intermédio para essa transformação, o corpo salta de uma fase a outra. De forma súbita, sem a erosão do tempo, encontramos um outro corpo; é como uma antecipação de si mesmo, em sua forma mais brutal (Malabou, 2014:47–48).

Nas obras analisadas, esse sobressalto do destino é expresso como marcos temporais das suas trajetórias. Sinalizou Márcio Vaz, em um trecho da sua biografia que “O fato é que, por mais que a gente programe a nossa vida, a qualquer momento, tudo pode mudar”(Vaz 2016:22). Fui encontrando nes-

¹⁰ Para dialogar com a noção de “acidente” de Malabou, trago a noção de “projetos individuais”, elaborada por Gilberto Velho para discutir sobre o campo de possibilidades em volta das transformações advindas desse evento, em que o antropólogo detalha: “Os projetos individuais sempre interagem com outros dentro de um campo de possibilidades. Não operam num vácuo, mas sim a partir das premissas e paradigmas culturais compartilhados por universos específicos. Por isso mesmo são complexos e os indivíduos, em princípio, podem ser portadores de projetos diferentes, até contraditórios.” (VELHO, 2013, p. 137).

sas narrativas, partindo da compreensão sobre o “acidente” como um evento marcante, que altera repentinamente os corpos e os projetos de vida, ocorrendo de forma não autorizada pelos sujeitos. Isso concede o caráter invasivo e transgressor do evento do acidente. A forma abrupta como acontecem as mudanças – tanto em seus corpos como em suas rotinas – apresenta diversos aspectos simbólicos a partir de um marco autêntico de reinvenção de si.

Repleto de detalhes, as narrativas desses sujeitos passam a ser também oportunidades de relatarem essas experiências com mais intensidade e ênfase nas novas práticas aprendidas com o passar do tempo. Sobretudo nos registros escritos, as descrições técnicas das lesões advindas dos saberes biomédicos evidenciam um conhecimento adquirido após o seu acidente, considerando que esses interlocutores não tinham envolvimento prévio com outras pessoas que vivenciaram experiências similares.

Dentre os relatos, é possível perceber que, em certa medida, os sujeitos contrastam e polarizam as perspectivas entre uma aparentemente estabilidade de suas vidas, descrevendo-as como histórias comuns e até mesmo triviais, o aspecto inusitado do acidente e suas transformações implicadas. As expressões de aflição e angústia sobre os momentos exatos em que acontecem os acidentes narram uma virada traumática e sensível nas suas trajetórias e de seus familiares. Os sujeitos se percebem a partir de novas formas de interdependência, vulnerabilidade e dor (Butler, 2016).

As consequências de um acontecimento inesperado, resultado de contingências, bifurcam projetos individuais, e um novo “eu” que, sem precedente e irreconhecível, coabita com o antigo, passa a ganhar cada vez mais possibilidade de existência (Malabou, 2014). A partir disso, em temporalidades e intensidades diversas, os processos de reconhecimento com os novos modos de viver são elaborados pelos sujeitos tendo como desenho distintivo as causas da sua condição atual.

Nesse sentido, trato a ideia do acidente como um “evento crítico”, a partir do conceito elaborado por Veena Das (1995)¹¹, que informa sobre acontecimentos que provocam rupturas e descontinuidades que causam impactos sociais e culturais, marcando as memórias individuais e coletivas. O caráter multidimensional dessa categoria, ressaltado pela autora no intuito de tornar evidente uma configuração específica de relações entre as instituições envolvidas no evento, permite que os diversos tipos de experiências dos sujeitos sociais incorporados nesse contexto possam ser compreendidos a partir de uma semântica compartilhada. Apesar do caráter excepcional do evento, ele só se torna inteligível na medida em que as categorias culturais forem acionadas pelos sujeitos que o interpretam. Essas gramáticas interpretativas não privam os indivíduos da agência transformadora da realidade. Como afirma a antropóloga, as possibilidades de transformações das visões do mundo seriam, inclusive, “através das falhas da gramática do ordinário” (Das, 2007:7)¹².

Quando passamos a compreender as outras narrativas sobre os corpos que foram transformados, para além da gramática normativa que os lê a partir da perspectiva da doença e da incapacidade, abrimos espaço para a crítica à concepção tutelar que existe em relação a esses sujeitos. As rupturas acontecem tanto na gramática da incapacidade, que delegaria ao sujeito uma imagem de comiseração, como também na gramática da superação, que lhe interdita a necessidade de sofrer.

Ao mobilizar a ideia de evento crítico para compreender os “acidentes”, concordo que o grau de relevância e a dimensão do real impacto do que acontece com os sujeitos envolvidos no acidente tem uma potência transformadora da realidade. Esse acontecimento, que ultrapassa a fração do momento em que ocorre a lesão, desencadeia um processo pelo qual o sujeito vivenciará a busca por novas maneiras de existir no mundo e novas noções sobre o seu corpo, bem como o significado da sua existência pelo outro. Esse acontecimento violento não afeta apenas o corpo biológico, atingindo também a esfera

11 A antropóloga analisa como a violência social suscita pontos fundamentais nas experiências daqueles que são expostos a uma situação traumática, e traduz esse tipo de cenário provocador na ideia de *critical events*, analisando as relações conflitantes entre o Estado e as comunidades políticas da Índia contemporânea (Das 1995).

12 Tradução livre de “[...] [the] boundaries between the ordinary and the eventful are drawn in terms of the failure of the grammar of the ordinary.” (DAS, 2007: 7).

cognitiva e simbólica, redefinindo performances e disposições do sujeito e sua percepção de si. Isso pode ser percebido em uma das entrevistas que tive com Freitas, quando comenta que “deixou de ser alguém comum para ser especial”; a partir disso, fui entendendo que a centralidade narrativa desse evento é uma matriz geradora de novas formas de existência.

Desse modo, o acidente descreve um abalo que ultrapassa o âmbito privado, atravessando as relações intersubjetivas. Compreendido nessa leitura de forma dilatada, em sua severidade e complexa amplitude temporal, esse evento produz novas condições a uma outra vida e a outros os comportamentos possíveis em torno desse novo corpo-sujeito que passou subitamente a ser real. Ao perceber essas rupturas por meio da noção de “evento crítico”, entendo que acontecimentos fortuitos do corpo rompem com estruturas do cotidiano anterior, e propicia terreno fecundo para novas categorias e práticas sociais, remodelando as rotinas dos indivíduos que vivem situações traumáticas a partir dos acidentes. Além disso, a busca dos sentidos das situações excepcionais no cotidiano desses sujeitos envolve gramáticas e corporeidades disponíveis a partir de onde estão inseridos e localizados socialmente.

É importante perceber que as marginalizações produzidas socialmente contra os corpos deficientes, também produzem um conjunto de narrativas que valorizam os aspectos tidos como “tragédias sociais” e “vitórias pessoais”, como por exemplo, discursos que se tornam premissas para uma autorresponsabilização dos eventos inesperados do cotidiano, e arquétipos utilizados para incentivar a sociedade “não deficiente” demonstrando a “superação de si mesmo”. Frente à uma busca por redesenhar as suas próprias histórias de vida, as contingências acabam sendo transformadas em objetos de conquista, justificativa para uma nova vida, oportunidade de melhores condições profissionais, que busca recuperar uma imagem de autonomia e capacidade, em uma sociedade fundamentalmente produtivista.

Reescrever a história: estratégias narrativas para as novas corporeidades

Dentre os depoimentos que se desenharam em torno da temática da deficiência, identifiquei que as ideias da superação e do sucesso individual fundamentavam as narrativas da transformação dos seus corpos. Tais noções legitimavam a experiência com essa nova corporeidade e como ela fora vivenciada, visando um processo de reencontro com a vida a partir de novas formas de reintegração social a partir das conquistas pessoais.

Em tempos em que a esfera privada é publicizada a partir de alta exposição do cotidiano por meio das redes sociais, despertando a curiosidade e o hábito para acompanhar as formas de se viver o cotidiano em sua minúcia, as histórias do “eu” são utilizadas como estratégias discursivas para produzir novas compreensões de mundo e formas de experienciar os eventos inesperados. Os depoimentos e biografias que pude ter acesso apresentavam, de um modo geral, noções de sucesso pessoal entrelaçada às dinâmicas das experiências, após seus eventos accidentais, que culminaram na transformação de seus corpos.

Os elementos de uma ética atrelada à modernidade sobre o ato de narrar a própria vida também se fazem presentes na construção desses enredos, bem como os usos da categoria “deficiência” que trazem a perspectiva de um “corpo saudável”. Essa perspectiva só é possível a partir das técnicas biomédicas e do avanço da ciência na busca por dizer e reabilitar o corpo que outrora seria descartado. A reconstrução desse corpo, e até mesmo seu desaparecimento são celebrados a partir de uma compreensão moderna sobre as fragilidades corpóreas e suas vulnerabilidades, em que o corpo é criticado por suas imperfeições.¹³ À medida que os sujeitos de direito surgem, e disputam suas formas de narrar a si

13 De acordo com Le Breton, para algumas correntes biomédicas, o corpo é reduzido por uma imagem de finitude e imperfeição, sendo substituído por artefatos da genética, robótica ou informática. Surge um tempo “pós-biológico”, “pós-orgânico”, na busca incessante por remodelar, “imaterializar” e controlar a vida (LE BRETON, 2003:16-17).

mesmo, essas construções narrativas surgem repletas de contradições, tendo em vista que as relações sociais e culturais diante desse corpo anômalo promove hierarquizações entre corpos, distinguindo os privilegiados e excluindo os diferentes.

Considerando essas questões, ao passo que é possível encontrar narrativas que se utilizam das conquistas do corpo como exemplos de superação e vitória individuais, também é percebido que “estar em situação de deficiência” já seria em si a mudança de vida necessária para se alcançar carreiras profissionais e morais que antes não seriam possíveis. Dito de outro modo, é como se “adquirir uma deficiência” se vinculasse tanto a uma condição que precisa ser superada e reabilitada, mas que, ao mesmo tempo, também pode ser uma chance para alcançar novas oportunidades que eventualmente surgem a partir dessa nova condição, sobretudo para pessoas que já ocupam uma posição social privilegiada na sociedade. Por isso, em algumas narrativas, “alcançar o sucesso” se apresentava como um caminho a ser percorrido; a aceitação da nova corporeidade significaria, portanto, uma vitória sobre o acaso.

Diante disso, o discurso do sucesso aparece, em certo sentido, como estratégia de transformar a tragédia em ganhos pessoais. As perdas acabam sendo compensatórias, no sentido de que é significada como incentivo e oportunidade para readequar os projetos de vida, (re)encontrar (novos) sentidos e novas formas de existir. Percebi essa estratégia discursiva na fala de Rafaela, quando ela me disse que, por meio dos esportes para amputados e cadeirantes, alcançou objetivos que não imaginava até então:

[Quando] eu conheci mesmo o basquete, pessoalmente, eu me senti outra Rafaela. Ali eu me sentei naquela cadeira comecei a praticar, tocar a cadeira, tocar a bola... para mim foi uma coisa mais que uma terapia. [...] Às vezes, a gente viaja, nunca viajei assim de avião. [...] já é a segunda vez. No ano passado eu fui e esse ano de novo. E o atletismo, também conheci o atletismo, pratiquei sentada, treinando, e agora “tô” em pé. Agora “tô” mais firme, “tô” em pé. Vamos viajar, agora em março, e assim para mim, sabe, fazer o que eu faço hoje eu gosto, eu amo.

Por meio de elementos que acabam recorrendo ao universo da “autoajuda”, nos é apresentado um tipo de leitura sobre o controle da vida e das experiências humanas. Nessa pesquisa, as características são explicitadas nos depoimentos e narrativas, mas principalmente nas biografias e autobiografias que recorrem a uma linguagem da superação e a vitória pessoal, valendo-se da gramática desse pensamento.

Podemos compreender o ato narrativo como uma espécie de intervenção corretiva do passado, e não apenas uma crônica dos eventos (Giddens, 2002:72). Nessas experiências narradas, compostas por momentos de clímax, suspense, além de momentos de sofrimento e dor, diversos subterfúgios produzem – e são produzidos por – uma concepção individualizada tanto da tragédia como da superação. Por meio dos processos de readaptação à vida social, mensagens que ensinam outras pessoas a compreenderem a complexidade de suas existências e acreditarem nas suas capacidades é uma forma de expressar a necessidade que há de se fazer sujeito e pessoa, diante um processo constante de subalternização das subjetividades dos sujeitos que compartilham da experiência da deficiência.

A autobiografia do Márcio Vaz, no qual o título já expressa elementos que correspondem ao léxico da superação: “Minha boca, meu caminhar: transformando desafios em oportunidades” foi escrito 15 anos após o acidente que sofreu ao mergulhar em águas rasas e ficar tetraplégico. Ao narrar seu percurso de superação, Márcio se vale de frases motivacionais, máximas, bem como de sarcasmos e piadas de duplo sentido para descrever como se tornou um psicólogo, palestrante e *coach*.

Transitando entre um léxico religioso e de autoajuda, frases como “Quem só se identifica com os problemas deixa de perceber as soluções (Vaz, 2016: 73)”, Quem quer faz, não espera acontecer (*idem*: 85); “A vida é fácil, o ser humano é que insiste em dificultá-la” (*idem*: 48), Márcio se descreve como alguém confiante e motivado no projeto de transformar sua realidade. Em praticamente todo o livro, há alguma “lição de vida” ou “moral” que é deixada para o leitor, que utiliza como exemplo sua trajetória. Sem se apegar à cronologia dos eventos, Márcio organiza os capítulos em áreas que quer expor da sua vida (vida profissional, espiritual e sexual, por exemplo) para então passar um ensinamento sobre como lidar com as dificuldades da vida.

Na busca por elaborar uma história tendo como ponto de partida o evento do acidente e suas consequências, acho oportuno destacar que Márcio se inspira em um tipo de narrativa desenvolvida em “Feliz Ano Velho”, de Marcelo Rubens Paiva (1982), um livro considerado clássico da literatura sobre “biografias deficientes”, evidenciando que há um mercado editorial que produz enredos que inspiram na construção dessas novas identidades discursivas.

Apesar de Márcio citá-lo no texto diretamente apenas uma vez, é interessante como as narrativas se aproximam não com relação a sua estrutura ou exclusivamente sobre o enredo de dois homens jovens que se tornam tetraplégicos, mas sobretudo com relação aos usos de dispositivos do sarcasmo e do humor para discorrer sobre a temática do trauma e da deficiência. A frase “Não sou um herói, sou apenas um sobrevivente” é o trecho que Márcio traz da biografia de Marcelo Paiva, em que logo em seguida explica

O que trago como proposta não são fórmulas milagrosas de sucesso; apenas esperança e reflexão sobre o ser de habilidades e vocações que cada um de nós é. [...] Não existem características que garantam sucesso; existem combinações, ocasiões e atividades específicas que se adéquam ao seu modo de ser e existir (Vaz, 2016:66).

A partir do momento em que Márcio “acorda do seu tempo perdido” (Vaz, 2016:225), ou seja, supera o seu luto após o evento crítico do acidente, ele aceita as sugestões de amigos de escrever um livro sobre sua história. Ele menciona o projeto do livro e do lançamento do seu site como uma oportunidade que ele mesmo “criou”, a partir de sua “visão empreendedora de ser escritor”. Os obstáculos que apareceram na sua vida serviram como brechas para realizar seus desejos, pois compreendia que suas conquistas dependiam apenas de si mesmo.

[...] quando uma tragédia acontece, em vez de eu perder tempo questionando ou reclamando o porquê de nada dar certo, aproveito a crise para trabalhar em cima do que vai bem, consciente de que, se quero sair do abismo, tenho que promover a minha escalada (Vaz, 2016:230).

Márcio prefere que seu livro não seja rotulado como sendo de autoajuda, afirmando que “a intenção não é essa, porém, se ajudar, que bom!” (Vaz, 2016: 236) e que “não sou modelo de boa conduta nem meu livro é de autoajuda; trata-se de uma autobiografia e, como tal, requer transparência para não se tornar artificial” (Vaz, 2016:309). No entanto, em outras dezenas de passagens ele conduz sua narrativa para culminar em algum ensinamento, e ele mesmo fala que, apesar do humor, “trago lições sérias de vida” (Vaz, 2016; 237). Também cita a influência de livros de Augusto Cury¹⁴, como importantes para seguir carreira da área da Psicologia.

É interessante perceber que por “ganhos” e “conquistas” são compreendidos os aprendizados, a partir das novas experiências, atreladas ao novo corpo que surge como primeiro desafio a ser superado, as mudanças que “fazem o sujeito ser melhor”, e as mobilidades alcançadas por meio das novas profissões desenvolvidas. Nas entrevistas que realizei com Freitas, ele enfatizava que sua nova condição o fez conquistar lugares que não imaginava antes, e em uma dessas ocasiões, me disse que “entrou no hospital achando que sua vida tinha acabado, e tudo caminhava pra isso” e saiu de lá “erguido, com uma nova vida, como se tivesse entrado numa máquina do tempo”.

A partir de um *ethos* narrativo sobre esse corpo que se transformou, pude perceber que as experiências posteriores ao acidente são redimensionadas para significarem esforços de existência que até então não eram necessários. As primeiras tentativas de comer, tomar banho, falar, ouvir, cada vez

¹⁴ Autor brasileiro com mais livros vendidos na década de 2020, Augusto Cury é psiquiatra, pesquisador e escritor. Influentes na área da autoajuda, não gosta de ter suas obras intituladas nessa categoria. Segundo seu site, “Seus livros são publicados em mais de 70 países, e ele já vendeu mais de 30 milhões de livros somente no Brasil. O best-seller “O Vendedor de Sonhos” (2008) se tornou um filme e foi lançado nos cinemas em 2016.” É autor das obras “Você é insubstituível” (2002), “Nunca desista de seus sonhos” (2004), “O semeador de ideias” (2010), “Seja líder de si mesmo” (2012), dentre outros. Disponível em: <https://augustocury.com.br/>

menos com o auxílio de intervenções externas ao próprio corpo, são enumeradas como vitórias e são incorporadas no discurso de superação. As práticas atualizadas desse novo corpo, que busca recuperar também a sua autonomia¹⁵, tanto das máquinas quanto dos outros, apoiam-se nas periódicas mudanças que as fases de reabilitação apresentam. Dentre essas narrativas, talvez, a maior das conquistas que é orgulhosamente descrita, e se configura como um marcador temporal para uma outra forma de vida, é a vitória contra a morte.

Pedro narra esse reconhecimento cotidiano a partir do que os outros lhes comentam, sobre uma existência como referência de superação por si. O “ato milagroso” de viver já configura uma superação, tal como ele menciona sobre suas tarefas cotidianas, e seus maiores objetivos giram em torno de uma maior autonomia em realizá-las.

O livro de Pedro Pimenta (2014), “Superar é Viver: enxergar os seus limites é diferente de aceitá-los”, foi lançado cinco anos após seu diagnóstico de infecção generalizada chamada meningococcemia¹⁶, e a sinopse do livro já anuncia o seu triunfo sobre a morte: “Pedro estava destinado à cadeira de rodas. Mas ele desafiou o destino e venceu!”¹⁷. Também são mencionadas situações que compõem atividades comuns e não comuns, tratadas como realizações: “Um jovem tetra-amputado que completou uma prova de triatlo de 5km com próteses; caminha sem cadeira de rodas, totalmente adaptado; dirige sem adaptações no veículo”. Nesse momento, percebo que a forma pela qual Pedro decidiu narrar suas experiências traumáticas apontam para uma individualização das responsabilidades¹⁸ do que podemos compreender por “condução” da sua vida:

[...] um garoto paulistano de classe média, que como tantos outros ainda não tinha definido a carreira a seguir, sofreu uma terrível fatalidade, aprendeu a encarar as consequências e se tornou um homem que supera suas dificuldades com determinação e trabalho duro (Pimenta, 2014:6).

É importante destacar que a questão da “vitória pessoal” ou o “vencedor” também são identificados no mundo do trabalho, em narrativas de vida dos jovens incentivados pela ideia de que o mérito do seu sucesso - e também do seu fracasso - são de inteira responsabilidade sua (Benevides 2019; Boltanski e Chiapello 2009). A vinculação da busca pela autonomia como tradução de uma busca por produtividade também pode ser compreendida a partir do ponto de vista weberiano, no qual o sucesso alcançado é resultado do cumprimento da vocação (Weber 2004, 2015). A busca pelo retorno do sujeito produtivo, disponível no corpo que não existe mais, apresenta-se como uma maneira em que os sujeitos se ressignificam como úteis e capazes, independentes e autônomos, já que se espera que a responsabilização do próprio destino seja uma conquista individual e que depende unicamente daquele que a conduz.

A perspectiva que evoca os sujeitos como os únicos responsáveis pelas suas trajetórias de vida, importada de uma perspectiva do sujeito “bem-sucedido”, imprime a racionalização dos sentimentos e a determinação de um autocontrole sobre aspectos que, na realidade, são fortuitas, mas que passam a ser compreendidas como obstáculos, restrições e dificuldades a serem superadas. A perspectiva da

15 Ver a pesquisa de Erika Magalhães (2012), que discute a concepção de “autonomia” a partir da crítica uma *reificação* do conceito, preferindo tratar das conquistas construídas no dia a dia nas pequenas situações, transbordando a ideia de autonomia como sendo apenas sobre superação ou vitória pessoal.

16 Causada pela bactéria meningococo, muito conhecida por dar origem à meningite.

17 Disponível em: <http://leya.com.br/superar-e-viver/>.

18 Nos estudos de Castellano sobre a cultura da autoajuda, a autora discute a expansão do imaginário da “vitória”, identificando a literatura da autoajuda como uma das principais expressões culturais da ode ao sucesso. Com base em análise de diferentes obras literárias da área, ela afirma que a concepção da individualização das responsabilidades é construída para promover o maior nível de autonomia possível. “A ideia de que os indivíduos devem ser os únicos responsáveis pela condução de suas vidas aparece [nesses materiais] de forma bastante clara, e é enunciada inúmeras vezes.” (Castellano, 2014:109).

retomada do controle da situação é posta como argumento para incentivar os sujeitos que estão em situação de sofrimento a reagirem positivamente e continuarem suas vidas, sendo encorajados a escolher qual caminho a ser seguido daquele momento em diante. Não é à toa que a frase “a vida continua” é bastante mencionada pelos sujeitos que passaram a conviver com a experiência da deficiência, sobretudo nos momentos em que há uma reflexão sobre os momentos de sofrimento vivenciados, compreendendo que “o pior já passou”, ou ainda mais, que na verdade “o pior não aconteceu”.

Comiseração renegada: histórias de superação e a condição do vencedor

A busca pela autonomia, a partir de uma semântica presente no universo da autoajuda acentua a relação do sujeito como responsável pelo curso da sua trajetória, autor da sua história e de mérito individual (Rüdiger, 2010). A ideia sobre o suposto domínio dos acontecimentos da vida coaduna com impressões dogmáticas sobre o evento do acidente, atribuindo significados como castigo, culpa, predestinação, salvação divina (Giddens, 2002: 33). Ainda que seja identificado nesses discursos um forte apelo ao momento da superação, não raro as tristezas, as dores e o sofrimento que acompanham esse evento escapa nessas narrativas.

Interessante perceber que são nessas ocasiões percebidas como “dramáticas” que as redes de afetos e cuidado contribuem para que esse momento transitório de reinvenção de si e dos modos de existir seja considerado como exemplo a ser seguido, principalmente pelas pessoas sem deficiência, a fim de motivá-los em situações de dificuldade em suas vidas. A imagem de sobrevivente já é traduzida tanto pelos que foram diretamente atingidos pela ocasião, quanto por seus espectadores, legitimando uma representação de vitória e êxito, sendo reconhecidos por isso.

Nesse sentido, apesar do discurso predominante vincular as vitórias como resultado de decisões essencialmente individuais, é percebido que esses novos cotidianos são inventados à medida que os corpos reagem com possibilidades não apenas biológicas, mas, sobretudo, contextuais a partir de quem são enquanto sujeitos sociais. Não à toa que as carreiras construídas, após os acidentes, foram possíveis a partir de uma rede de condições objetivas, a exemplo da história de Pedro Pimenta, há pouco mencionada, quando conseguiu adquirir suas próteses nos Estados Unidos e se tornou um caso de sucesso para a empresa de produtos ortopédicos, ocupando um local de visibilidade para outras pessoas na mesma condição, e sendo convidado a compor o cargo de mentor para jovens amputados.

A perspectiva da autoajuda provoca em seu público a necessidade de mudança das atitudes, em que os sujeitos precisam aderir a novos comportamentos para poder transformar sua vida. No caso dos sujeitos que são acometidos abruptamente por essas mudanças, de forma trágica e dolorosa, é necessário reaprender como conviver com esse novo corpo. Márcio dedica um capítulo do seu livro intitulado “Empreendedorismo” e destaca que essa é a metodologia adequada para vivenciar e superar, de forma criativa, os percalços da vida após o acidente que o deixou tetraplégico. Neste capítulo, ele narra a época em que trabalhava com comunicação visual na empresa do então cunhado, aos 17 anos, contando sobre suas condutas tidas como irresponsáveis, até o momento em que decidiu entrar como sócio dessa mesma empresa e conquistar respeito e admiração dos funcionários, experiência que durou dois anos, até o ano do acidente, quando tinha 22 anos.

Márcio utiliza esse episódio de quando ainda não era tetraplégico para exemplificar que se descobriu um “empreendedor nato” por perceber a capacidade de encontrar soluções onde só se enxerga problemas (Vaz, 2016:125). A partir disso, ele teria reencontrado em si formas otimistas de solucionar seus problemas após “um demorado processo de aceitação” em que se via “acomodado” (Vaz, 2016:129-130). As oportunidades seriam bem aproveitadas, e, com isso, utilizadas para realizar novos projetos pessoais, como realizar palestras e ministrar cursos para empresas. Com grande timidez,

narra que ainda não se sentia pronto para falar em público, mas mesmo assim aceitou o convite, pois em sua concepção “nunca passaremos ilesos pela vida sem antes cometermos inúmeros erros ao arriscar” (Vaz, 2016:135). Ele comenta ainda que

nascia, diante daquela plateia, um novo homem, que, ao ousar na vida, descobriu em si um inusitado talento e potencial, o qual, lapidado com o tempo, haveria de gerar grandes resultados. Mesmo longe da perfeição de quem detém o dom da oratória, eu trazia comigo alguns diferenciais, como carisma, humor e criatividade, os quais se propuseram à falta de eloquência, impostação de voz e ritmo de fala (2016:138).

Nessa mesma perspectiva, Pedro Pimenta carrega em sua autobiografia elementos semelhantes aos desenvolvidos na escrita de Márcio Vaz. Pude perceber o “surgimento de uma oportunidade” como crucial na sua trajetória, e o espaço designado a essas ocasiões na construção narrativa das suas experiências. Ele também foi convidado a narrar sua história para outras pessoas.

Penso no longo prazo: focalizo um objetivo, divido-o em pequenas metas e começo a trabalhá-las, uma por uma. Mantendo o foco no futuro enquanto trabalho no presente. Isso vale para a minha produção musical, a minha faculdade, o meu trabalho, os meus exercícios de fortalecimento da academia. Para não se deixar abalar pelas adversidades, é preciso ter foco (Pimenta, 2014:9).

A “persistência criativa” que Márcio comenta, e que é possível identificar também no discurso de Pedro, seria o elemento que garante “prosseguir na luta e vencer”. Independentemente do projeto, seria necessário partir de uma meta, com o objetivo de alcançá-la de forma inovadora. As situações de improviso seriam importantes, portanto, no sentido de incentivar as reações imediatas àquela circunstância, servindo de oportunidade para se reinventar. O “visionário”, que traz um perfil de liderança, seria aquele que encontra soluções eficazes em situações em que poucos conseguem percebê-las.

Assistindo uma de suas *lives* por meio de uma rede social, notei que, ao ser indagado sobre como lidava com o preconceito da sociedade, Pedro respondeu com um discurso bastante similar ao que ele propõe em sua narrativa escrita; comentou que, dada a sua condição corpórea e ser notado nas ruas, ele não estava necessariamente sendo visto com discriminação, mas quem sabe estivesse servindo de incentivo para motivar as pessoas, ao ver que alguém se esforça tanto para ter sua autonomia e realizar suas atividades do dia a dia, concluindo que o preconceito não se caracterizaria, portanto, no ato de ser percebido ou observado.

Nesse sentido, as histórias dos corpos que “venceram a morte” estavam à disposição para ocupar o lugar de inspiração, e não mais de estranhamento ao diferente. Ao tornar esse corpo inteligível a partir de um imaginário do sucesso, falar das conquistas pessoais era também uma maneira de se colocar além da “deficiência”. Nas conversas que tive com Freitas, por exemplo, ele enfatizava que sua vida era como um livro aberto, e que já tinha costume de falar da sua vida em público “para motivar outras pessoas”. Seu discurso, que também é uma versão dos “testemunhos” que dava nas igrejas, conta a lesão que adquiriu como objeto de mudança central na sua vida, e a oportunidade de “renascimento”.

Portanto, a busca por ressignificar as experiências traumáticas produzem narrativas que se alinham à expectativa de um corpo produtivo, apoiadas no distanciamento de condutas comiseradas, em troca de uma valorização da condição de deficiência como oportunidade de prosperar. A partir de uma cultura do sucesso, as novas corporeidades surgem desafiando os sujeitos a reorganizarem suas histórias de vida de forma que traduza suas experiências traumáticas diante do corpo que escapa e é transformado. As formas de vivenciar e descrever esse novo corpo é pautada em uma dinâmica individualista, que vincula e responsabiliza os sujeitos à sua sorte, que imersa em uma cultura capacitista e produtivista, busca torná-lo inteligível.

Considerações finais

Para quem sobrevive a um acidente que deixa marcas físicas, o corpo é lembrete constante da história de um trauma que modificou suas formas de existência e os modos de identificação com o mundo. A pesquisa permitiu acessar as estratégias de reinvenção do “eu” mediante ao evento crítico do acidente, que produziu transformação não apenas do corpo, mas das relações interpessoais e da autoimagem. As narrativas que apresentei neste trabalho se constroem a partir de gramáticas sociais compartilhadas culturalmente, que levam em conta um projeto reflexivo do “eu”, a partir do qual a construção de uma história de sucesso e vitória se torna um dispositivo de distinção, evidenciado por meio da ideia de “deficiência”. Marcador constantemente disputado e ressignificado, surge como um estigma, e, também, como algo positivamente extraordinário. A experiência do acidente é ressaltada como estopim para novas oportunidades de vida, chances de carreiras morais inspiradoras, seja por meio dos esportes ou do empreendedorismo da própria experiência, como nos casos que foram citados neste artigo.

Foi importante perceber que, na construção de uma narrativa de superação, o lugar do discurso da reabilitação também possui relevância no processo de “tornar-se deficiente”. Por entender a urgência dos interlocutores de serem aceitos como “pessoa” em um contexto de invisibilização das diferenças, e sobretudo a busca pela reconquista da autonomia e do domínio do novo corpo, percebi que algumas dessas histórias entregaram pontos de vista sobre os mecanismos de resistência desses sujeitos. Apesar dos esforços para desconstruir estereótipos em torno da deficiência, em que pesquisadores aprofundam discussões sobre corporeidades e existências possíveis, a resiliência dos sujeitos que se tornaram, de repente, os “outros”, é fomentada por elementos que reforçam a ideia do corpo útil e produtivo, alternativa para uma vida pós acidente, na intenção de não se deixar debilitar pelas consequências do trauma.

Diante do exposto, a pesquisa mostrou que é possível compreender os desenhos das subjetividades modernas a partir de uma concepção individualizadora das experiências corpóreas, percebendo que a ideia de deficiência como um fenômeno social compartilha de forma ambígua uma gramática de imprevisibilidade e da repulsa, mas também de busca pela autossuficiência, da superação e da vitória. As imagens produzidas no entorno da publicização desses eventos acabam servindo de espelho para sujeitos que sobrevivem aos seus “acidentes” e que precisam ressignificar suas tragédias. Os discursos coletivos em torno desse “corpo que não existe mais” produzem e são produzidos por um apelo à revelação do íntimo e seus desafios enquanto novas formas de existência; superar o luto e seguir com a ressignificação dos projetos da vida na busca pela individualização da “tragédia” é uma das estratégias de reinvenção do “eu” que parece refletir a busca pela vitória pessoal concernente aos valores de uma cultura que privilegia histórias de sucesso e corpos produtivos.

Referências:

- ALLBRECHT, Gary L. e SELLMAN, Katherine D. e BURY, Michael. *Handbook of Disability Studies*. London, Sage, 2001.
- BARBOSA, Lívia e DINIZ, Debora e SANTOS, Wederson. Diversidade corporal e perícia médica: Novos contornos da deficiência para o benefício de prestação continuada. *Revista Textos & Contextos*. Porto Alegre, v.8, n. 2, Julho/Dezembro 2009, pp. 377-90.
- BARNES, Colin. A legacy of oppression: a history of disability in western culture. In: BARTON, L. e OLIVER, M. (Orgs.) *Disability Studies: Past Present and Future*, Leeds, The Disability Press, 1997, pp. 3-24.
- BENEVIDES, Márcio Renato Teixeira. A produção de si pelo trabalho: Estratégias, práticas e experiências juvenis. Tese de doutorado, Sociologia, UFC, 2019.

- BOLTANSKI, Lue e CHIAPELLO, Eve. *O novo espírito do capitalismo*. São Paulo, Martins Fontes, 2009.
- BUTLER, Judith. *Relatar a si mesmo: Crítica da violência ética*. Belo Horizonte, Autêntica Editora, 2015.
- BUTLER, Judith. *Quadros de Guerra: Quando a vida é passível de luto?* 2.ed, Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2016.
- CASTELLANO, Mayka. Sobre vencedores e fracassados: A cultura da autoajuda e o imaginário do sucesso. Tese de doutorado, Comunicação e Cultura, UFRJ, 2014.
- CRENSHAW, Kimberle. A Interseccionalidade na discriminação de raça e gênero. *Cruzamento: Raça e Gênero*, 2002, pp.7-16. Disponível em: <<http://www.acaoeducativa.org.br>>. Acesso: 20 jan. 2018.
- DAS, Veena. *Critical Events: An anthropological perspective on contemporary India*. New Delhi, Oxford University Press, 1995.
- DAS, Veena. *Life and Words: Violence and the descent into the ordinary*. 4.ed. Berkeley, Los Angeles, London, University of California Press, 2007.
- DINIZ, Débora. *O que é deficiência*. São Paulo, Brasiliense, 2007.
- DINIZ, Débora e BARBOSA, Lívia e SANTOS, Wederson Rufino dos. Deficiência, Direitos Humanos e Justiça. *Sur – Revista Internacional de Direitos Humanos* v.11, Dezembro 2010, pp. 65–78.
- GAVÉRIO, Marco Antônio. Medo de um planeta aleijado? Notas para possíveis alejamentos da sexualidade. *Áskesis* v.4, n.1, Janeiro/Junho 2015, pp.103–17.
- GAVÉRIO, Marco Antônio. Estranha atração: A criação de categorias científicas para explicar os desejos pela deficiência. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2017.
- GIDDENS, Anthony. *Modernidade e Identidade*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2002.
- HALL, Kim Q. *Feminist Disability Studies*. Bloomington and Indianapolis, Indiana University Press, 2011.
- KAFER, Alison. *Feminist, Queer, Crip*. Bloomington, Indiana University Press, 2013.
- KOFES, Suely. Experiências sociais, interpretações individuais: história de vida, suas possibilidades e limites. *Cadernos Pagu*, v. 3, 1994, pp.117–41.
- KOFES, Suely. *Uma trajetória, em narrativas*. Campinas, Mercado das Letras, 2001.
- MAGALHÃES, Erika Barreto. O Corpo Rebelado: Dependência física e autonomia em pessoas com paralisia cerebral. Tese de doutorado, Educação, 2012.
- MALABOU, Catherine. *Ontologia do acidente: ensaio sobre a plasticidade destrutiva*. Florianópolis, Cultura e Barbárie, 2014.
- MCRUER, Robert. *Crip Theory: Cultural signs of queerness and disability*. New York, New York University Press, 2006.
- MELLO, Anahí Guedes de. Por uma abordagem antropológica da deficiência: pessoa, corpo e subjetividade. Trabalho de conclusão de curso, Ciências Sociais, UFSC, 2009.
- MELLO, Anahí Guedes de. A construção da pessoa na experiência da deficiência: corpo, gênero, sexualidade, subjetividade e saúde mental. In: MALUF, S.W e TORNQUIST, C. S. (Orgs.) *Gênero, saúde e aflição: abordagens antropológicas*. Florianópolis, Santa Catarina, Letras Contemporâneas, 2010, pp. 133–91.
- OLIVER, Mike. *Social Work with Disabled People*. Basingstoke, Macmillan, 1983.
- PIMENTA, Pedro. *Superar é Viver: Pedro Pimenta*. Kindle Ed. São Paulo: LeYa, 2014.
- REIS, Eliana Tavares dos e BARREIRA, Irlys Alencar F. Alusões biográficas e trajetórias: entre esquemas analíticos e usos flexíveis. *Revista Brasileira de Informação Bibliográfica em Ciências Sociais*, v. 86, n. 3, 2018, pp. 36–67.
- RICŒUR, Paul. *Tempo e Narrativa - Tomo III*. Campinas, Papirus, 1997.
- RICŒUR, Paul. *A Memória, a História, o Esquecimento*. Campinas: Editora da Unicamp, 2007.
- RÜDIGER, Francisco. *Literatura de autoajuda e individualismo: contribuição ao estudo de uma categoria da cultura de massas*. 2.ed, Porto Alegre, Gattopardo, 2010.
- SHAKESPEARE, Tom e BARNES, Colin e MERCER, Geoffrey. *Exploring disability: a sociological introduction*. London, Cambridge, 1999.

SHAKESPEARE, Tom e GILLESPIE-SELLS, Kath e DAVIES, Dominic. *The sexual politics of disability: untold desires*. London e New York, Cassell, 1996.

VAZ, Márcio. *Minha boca, meu caminhar: transformando desafios em oportunidades*. 4. ed, Fortaleza, Universidade de Fortaleza, 2016.

VELHO, Gilberto. *Um antropólogo na cidade: ensaios de antropologia urbana*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2013.

WEBER, Max. *A ética protestante e o “espírito” do capitalismo*. São Paulo, Companhia das Letras, 2004.

WEBER, Max. *Economia e Sociedade*. 4.ed, Brasília, Editora Universidade de Brasília, 2015.

ZOLA, Irving Kenneth. Toward the necessary universalizing of a disability policy. *The Milbank Quarterly*, v.83, n.4, 1989, pp.1-27.

Recebido em: 27/07/2021

Aprovado em: 27/08/2021

Como citar este artigo:

BARROS, Eudenia Magalhães. Corpos que não existem mais: narrativas biográficas sobre as transformações do corpo e novas formas de vida. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 562-578.



Apontamentos sobre as possibilidades de uma Sociologia da Deficiência¹

Marco Antônio Gavério²

Resumo: Nesta peça ensaio um breve panorama sociológico sobre algumas possibilidades de compreensão do termo deficiência emergentes ao longo do Século XX. Passando por discussões sociológicas e históricas, em diálogo com o campo dos *disability studies*, proponho alguns apontamentos sobre as possibilidades de uma “Sociologia da Deficiência”.

Palavras-chave: Deficiência; Disability Studies; Sociologia da Deficiência

Notes on the possibilities of a sociology of disability

Abstract: In this piece, I test a brief sociological overview of some possibilities for understanding the term disability that emerged throughout the 20th century. Passing through sociological and historical discussions, in dialogue with the field of disability studies, I propose some notes on the possibilities of a “sociology of disability”.

Keywords: Disability; Disability Studies; Sociology of Disability

Notas sobre las posibilidades de una sociología de la discapacidad

Resumen: En este artículo, pruebo una breve descripción sociológica de algunas posibilidades para comprender el término discapacidad que surgió a lo largo del siglo XX. Pasando por discusiones sociológicas e históricas, en diálogo con el campo de los *disability studies*, propongo algunas notas sobre las posibilidades de una “sociología de la discapacidad”.

Palabras clave: Discapacidad; Disability Studies; Sociología de la discapacidad

INTRODUÇÃO:

Neste ensaio proponho algumas ponderações sociológicas sobre as formas que a noção de “deficiência” amplamente adquiriu, a partir da virada do século XIX para o XX, desde contextos sociais euro-americanos. Transitando entre os entendimentos burocráticos, médicos e sociológicos, ao longo do século XX, o termo “deficiência” no Brasil carrega culturalmente duas possibilidades semânticas de tradução que se referem a concepções sutilmente distintas. Por um lado, “deficiência” tem sido oficialmente a tradução do termo

1 Este ensaio faz parte dos desenvolvimentos da pesquisa de doutorado intitulada “Capacitar o Corpo, Reinséri-lo a Sociedade? Um Estudo Crítico das Práticas e Discursos Especializados em Reabilitação Físico-Motora”. Agradeço à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) pelo financiamento da pesquisa através do processo: 88882.330899/2015-01. A investigação segue todos os preceitos exigidos pelo Sistema CEP-CONEP de Ética em Pesquisa e está sob o processo: CAAE: 80454517.0.0000.5504.

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de São Carlos (PPGS – UFSCar) – São Carlos – Brasil – marcaosemacento@gmail.com. ORCID: https://orcid.org/0000-0002-0744-3520.

inglês “*impairment*”, e se refere ao déficit, às falhas e às perdas anatômicas e fisiológicas de um indivíduo³. De outro lado, o termo “deficiência” tem sido utilizado como tradução sociológica e política da noção de “*disability*”, e se refere ao modo como determinadas relações socioculturais objetivam, de forma hierarquizada e desigual, um tipo específico de indivíduo, a “pessoa com deficiência”.

A partir dessa discussão aponto, de forma geral, para as dimensões de uma possível “Sociologia da Deficiência”. Longe de ser uma proposta nova nas discussões sociais e culturais sobre deficiência, a ideia de uma Sociologia da Deficiência, muitas vezes, tem sido elaborada fora da disciplina sociológica (HARLOS, 2012; PICCOLO, 2012). Ao mesmo tempo, as propostas disciplinares sobre deficiência se baseiam amplamente em vertentes da teoria das Ciências Sociais - principalmente as que vêm sendo moduladas pela dimensão das pesquisas enquadradas dentro do campo interdisciplinar chamado de “*disability studies*” [estudos sobre deficiência⁴]. Ou seja, os *disability studies* e suas vertentes também modulam as atuais compreensões sociológicas sobre o fenômeno da deficiência.

Deficiência: entre as noções de impedimento e incapacidade:

Em sentido corrente, considera-se que a problemática moderna da “deficiência” emergiu desde sua configuração médica, no final do século XIX, e reconfiguração biomédica, a partir da segunda metade do XX (PALACIOS, 2008). Assim, em sentido amplo, a “deficiência” foi fruto de uma construção conceitual biomédica que discerniu, de acordo com um modelo normativo (orgânico bio-físico-químico) do corpo humano, os aptos (capazes) dos inaptos (incapazes). Como contraponto a essas noções biomédicas sobre deficiência, emergiu o “modelo social”, no final dos anos 1970. Esse modelo surgiu, principalmente, como uma resposta teórico-política de movimentos sociais que, desde o fim dos anos 1960, manifestaram-se contra as formas de segregação e opressão experimentadas pelas pessoas com deficiência (HUNT, 1966; UPIAS, 1976; ABBERLEY, 1987; OLIVER, 1990).

Ao mesmo tempo, desde os últimos 30 anos do século XX, tem sido enfatizado como as concepções biomédicas e sociológicas relativas às **pessoas com deficiência** passam por mudanças e disputas em seus enquadramentos teórico e técnico. De certa maneira, essas movimentações e conflitos têm operado níveis de distinção conceituais e categóricos entre os termos **deficiência** e **incapacidade**⁵. Nesse sentido, a “deficiência” (*impairment*) tem se tornado um componente da “incapacidade”

3 Ao me referir a noção de traduções oficiais, aponto para a forma como conceitos e definições sobre deficiência têm sido organizados e padronizados por organismos supranacionais, como nas resoluções e recomendações da ONU. No caso das terminologias e definições da deficiência, é a OMS (1980; 2003) que, desde pelo menos os anos 1980, tem dado o tom sobre quais seriam as mais pertinentes traduções para noções como *impairment* e *disability*. Mesmo com a possibilidade de traduzir correntemente esses termos ingleses pela noção de “deficiência”, ao olharmos para a tradução oficial da atual Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde (CIF) (OMS, 2003), vemos que a noção de *impairment* foi traduzida como deficiência e a noção de *disability* como incapacidade.

4 Nos anos 2000 a antropóloga Débora Diniz (2003; 2007; MEDEIROS; DINIZ, 2004; DINIZ, et all, 2007) introduziu essa literatura internacional sobre ‘*disability*’ no contexto acadêmico brasileiro e a nomeou como ‘estudos sobre deficiência’. Nesse sentido, a escolha pela palavra ‘deficiência’, como tradução antropológica da noção de *disability*, é resultado da consideração sobre o histórico ativismo, nacional e internacional, das pessoas com deficiência que auxiliou em seu dimensionamento como uma questão político-social - mais fortemente a partir dos anos 1980 (MELLO, 2009; HARLOS, 2012, PICCOLO, 2012).

5 Na terminologia oficializada pela OMS (2003, p. 21) através da CIF, “Deficiências são problemas nas funções ou nas estruturas do corpo como um desvio significativo ou uma perda”. A noção de Incapacidade, por sua vez, não possui uma definição específica, pois tem sido considerada uma terminologia “guarda-chuva”. Assim ela engloba os “aspectos negativos” da Funcionalidade: as deficiências fisiológicas ou anatômicas do indivíduo e as dimensões da “limitação de atividades” e da “restrição de participação” (OMS, 2003, pp. 22, 25). Por outro lado, nas ciências sociais brasileiras, a distinção entre *impairment* e *disability* tem sido feita, respectivamente, pelos termos lesão e deficiência.

(*disability*), o que sugere uma transição na abordagem do que se considera como problemas físico-sensoriais-cognitivos (OMS, 2003). Se a “deficiência-incapacidade” era vista amplamente dentro de parâmetros de doença, atualmente, destaca-se que essa dupla é correlata a um conjunto de processos relativos à saúde humana (OMS, 2003). Esses processos têm sido colocados dentro de um espectro modelar chamado biopsicossocial (ENGEL, 1977; OMS, 2003).

O modelo biopsicossocial, em linhas gerais, tem sido um enquadramento tecno-governamental que busca delimitar a influência mútua dos aspectos biológicos, psicológicos e sociais sobre a saúde dos indivíduos. A saúde humana, nessa dimensão, torna-se um gradiente em que a relação otimizada entre indivíduo e ambiente é o ponto desejado. Pelo menos desde os anos 1980 esse modelo tem sido projetado pela OMS (1980) como o melhor enquadramento para delimitar os parâmetros da “deficiência-incapacidade”, uma vez que esse fenômeno se caracteriza a partir de condicionantes psicossociais. Dizendo de outro modo, atualmente, a “deficiência” é um componente possível da “incapacidade” o que, por sua vez, é correlata ao modo como se constitui a própria saúde humana – entre os componentes somáticos, psíquicos e ambientais (OMS, 2003).

Em certo sentido, a noção de *disability* foi “medicalizada” (ZOLA, 1972), mas um tipo de medicalização extremamente “socializada”. De uma noção administrativa, a *disability* (incapacidade) vai ser configurada como um problema médico, porém, de uma maneira indireta - devido a sua proximidade, e sobreposição, com a noção de *impairment* (deficiência) (STONE, 1984). Assim, o que emergiu de forma processual, desde o final do século XIX, como uma jurisdição do saber médico foi a deficiência (*impairment*) enquanto um déficit orgânico, um defeito anatomo-fisiológico, uma “disfunção”.

Um dos problemas na passagem do século XIX para o XX para as administrações públicas europeias e estadunidense era o ponto em que a incapacidade (*disability*) poderia ser definida e classificada. Isso porque a definição de *disability* era relativa à dimensão da “Incapacidade para o trabalho” ou “inaptidão para o trabalho” (*inability to work*)⁶. Dessa forma, a noção de *disability* foi configurada como uma categoria administrativa para organizar formas específicas de distinguir e classificar os indivíduos que tinham dos que não tinham condições físicas e cognitivas para o trabalho. Segundo Stone (1984, p. 90): “a evolução jurídica da categoria mostra como o conceito de incapacidade estava intimamente ligado ao controle do trabalho”⁷. Esse controle também era relativo a quem, portanto, tornava-se elegível para receber auxílios de subsistência estatais⁸.

Ao longo da primeira metade do século XX, a definição de “inaptidão para o trabalho” foi sendo modificada e condicionada à materialidade corporal por meio da jurisdição biomédica sobre a definição do *impairment*. Segundo Stone (1984) há duas dimensões para essa reconfiguração do conceito de *disability*. A primeira é uma mutação histórica no “conceito médico de doença” (ob. cit., p. 91). A segunda é que, com o fortalecimento do método clínico-científico na medicina na primeira metade do século XX, ergueu-se “um modelo de doença que legitimou as reivindicações de assistência social e ofereceu um método de validação que tornou possível a administração da categoria” (ob. cit., p. 91).

6 O termo inválido, por exemplo, emerge na França do século XVIII para designar os indivíduos que não podiam servir o exército. Na Alemanha do fim do século XIX, o termo ganha outro sentido, o de incapacidade para o trabalho (STONE, 1984, p. 58)

7 Todas as traduções das citações feitas neste ensaio são de minha livre autoria.

8 Auxílios que foram se tornando, desde o final do século XIX, as bases dos atuais sistemas de seguridade social e previdenciária nacionais (LIMA, 1957). Stone (1984) mostra o desenvolvimento da categoria incapacidade como uma ‘técnica administrativa’ desde uma perspectiva dos sistemas burocráticos europeus (germânico e britânico) e estadunidense. A autora salienta como característica desses sistemas a necessidade de conseguir definir exatamente quem era apto ou não ao trabalho, muito por causa das desconfianças burocráticas de que os indivíduos poderiam fingir-se ‘incapazes’. Daí toda uma rede de aparelhos de verificação vão emergindo com base na ideia de que as sociedades modernas europeias e estadunidense vão se constituindo em torno dos sistemas redistributivos baseados nos sistemas complementares do trabalho e da necessidade.

Ao longo do século XX, as avaliações clínicas se entrelaçaram aos antigos aparatos de verificação da ociosidade (*idleness*) com relação ao trabalho⁹. Basicamente, os desenvolvimentos tecnológicos médicos, como o estetoscópio, o microscópio, o raio x, tornaram-se formas de perscrutar o corpo do indivíduo, diminuindo a possibilidade do paciente “enganar” a administração pública. É nesse contexto que Stone (ob. cit., p. 97) aponta para um modelo infectocontagioso (epidêmico) que começa a despontar para categorizar a *disability*:

As doenças infecciosas foram um dos principais modelos que influenciaram o conceito de incapacidade. O reconhecimento de acidentes industriais como outro tipo peculiar de fenômeno incapacitante também influenciou profundamente o crescimento da categoria da incapacidade. Os acidentes industriais geralmente eram a primeira contingência a ser assegurada na criação de programas nacionais de seguro social, e a razão desse reconhecimento precoce também se encontra em uma nova noção de causalidade que absolveu o trabalhador da responsabilidade.

É nesse contexto que a ideia de ‘*impairment*’ emerge como novidade, mas não em relação à sua origem etimológica, mas em seu sentido conceitual de aplicabilidade técnica enquanto um índice “científico” para a noção de *disability* (STONE, 1984). Assim, a noção de *impairment* se torna uma nova estratégia médico -administrativa. Ou seja, os médicos (*physicians*) não alegavam jurisdição sobre o termo *disability*, mas exigiam legitimidade sobre o termo *impairment*. Segundo Stone (1984, pp. 108-109):

Virtualmente, todo artigo ou texto médico sobre avaliação da incapacidade começa com a diferença litúrgica entre ‘deficiência’ e ‘incapacidade’. A profissão médica assume que a deficiência é um fenômeno puramente médico, enquanto a incapacidade é um fenômeno médico-administrativo-legal. Nessa visão, os médicos podem atestar a deficiência, mas não podem atestar ou mesmo identificar a incapacidade: esta é a província dos órgãos administrativos.

Em suma, a ideia de *impairment* emerge como um índice clínico de inferência científica da ‘*disability*’, com fins de elegibilidade administrativa e burocrática, para benefícios públicos destinados aos indivíduos ‘incapazes de trabalhar’¹⁰. Dessa forma, a ‘incapacidade para o trabalho’ foi sendo codificada a partir de um esquadrinhamento anatomo-fisiológico do corpo em que essa incapacidade era colocada em termos percentuais de ‘perda funcional’. A definição matemática dessa incapacidade, portanto, era feita a partir da mensuração do funcionamento corporal do indivíduo sob análise. Em resumo, de acordo com uma visão sistêmica, orgânica e funcional do corpo humano, passou a ser possível inferir a *disability*, a partir da codificação do corpo em mensurações percentuais desse funcionamento corporal. As medidas ‘inferiores’ desse funcionamento normativo seriam os *impairments*:

A literatura sobre avaliação da incapacidade fornece inúmeras classificações e definições do fenômeno, mas todas são baseadas em uma distinção em três partes. Primeiro, há algumas mudanças fisiológicas no corpo humano que são observáveis e objetivamente mensuráveis, mas podem não ter nada a ver com a capacidade de uma pessoa trabalhar ou desempenhar outros papéis sociais.

9 Para uma investigação histórica sobre a noção de *idleness* na sua relação com as dimensões do que era considerado deficiência no final do século XIX e começo do XX, ver ROSE, 2017.

10 *disability*, como Stone mostra ao longo do livro, como uma ideia entre a incapacidade de ganho financeiro (*earning*) e consequentemente incapacidade de se sustentar ou uma incapacidade para trabalhar. A questão que emerge é o quanto essas instâncias se ‘emulam’ na definição unificada da *disability*.

Segundo, algumas dessas alterações fisiológicas também causam alterações na capacidade da pessoa de executar tarefas específicas ou simplesmente de funcionar como um organismo - por exemplo, pode haver uma diminuição na amplitude de movimento de uma articulação, na acuidade visual ou na capacidade de respiração em comparação com as funções de uma pessoa ‘normal’ ou ‘padrão’ - mas, novamente, nem todas estão significativamente relacionadas à capacidade de trabalho. Tais mudanças são chamadas de “deficiências” ou, às vezes, “perdas de função”. Finalmente, existem algumas mudanças fisiológicas que, de fato, restringem a capacidade de uma pessoa trabalhar porque elas se encaixam nos requisitos físicos de um emprego. Estes são chamados de “incapacidades”. Essa classificação em três partes dos fenômenos fisiológicos, funcionais e relacionados ao trabalho provavelmente faz justiça à maioria das tentativas de definir a incapacidade. O conceito clínico de deficiência, usado pela profissão médica, é uma tentativa de trabalhar no segundo nível (op. Cit., p. 108).

Três planos de classificação: fisiológico, funcional e relativo ao trabalho. O conceito de *impairment*, de acordo com Stone, trabalha no segundo, e foi uma tentativa de organizar, de dar uma concreture ‘técnico-médica’ à ideia volátil e ‘socio-administrativa’ da *disability*. Assim, temos o seguinte: 0) nas listas e guias sobre benefícios para trabalhadores, condições físicas ou médicas trariam uma perspectiva específica, em porcentagem, da perda funcional que poderia acarretar ao indivíduo; 1) então, há uma ligação entre uma “condição corporal concreta” e uma “falta abstrata” (que pode ser uma perda de capacidade ao trabalho à falta de uma função física (STONE, 1984, p. 110)); 2) as capacidades funcionais do indivíduo são entidades aritméticas manipuláveis separadamente, baseadas em uma noção normativa de ‘completude’ (*wholeness*) corporal.

Questões Sociopolíticas:

Como vimos, entre o fim do século XIX até metade do XX, a deficiência-incapacidade (*disability*) foi hegemonicamente processada como uma questão biomédica, terapêutica e reabilitadora, sendo reconhecida como objeto de disputa entre as esferas governamentais, biomédicas, pedagógicas e familiares (DINIZ, 2007; MELLO, 2009; HARLOS, 2012). A partir dos anos 1960, as pessoas consideradas deficientes (*disabled people*), em alguns países da Europa e América do Norte, conseguiram se colocar politicamente nos debates públicos, acusando as instituições que eram responsáveis pelo cuidado dessas pessoas de serem, na verdade, instituições de controle e vigilância (STIKER, 1999).

Esse tipo de posicionamento gerou uma disputa política em torno da própria noção de *disability* (deficiência\incapacidade), ao longo dos anos 1970 e 1980. Tais mobilizações deram substância ao que ficou conhecido como “Movimento Internacional de Pessoas Deficientes” (*International Disabled People Movement*) (CHARLTON, 2000; LOPES, 2020). O movimento passou a acusar o saber biomédico de defender um modelo de interpretação da *disability* (deficiência\incapacidade), e sua limitação social (*handicap*), como algo fundamentalmente emanado do corpo com lesão (*body with impairment*).

Foi nesse embate que a ideia da deficiência\incapacidade, como consequência de falhas ou problemas orgânicos do corpo humano, desnaturalizou-se e passou a também ser interpretada por um contra modelo: o ‘Modelo sócio-construcionista da deficiência’ (OLIVER, 1990; DAVIS, 1999, ZOLA, 2003; DINIZ, 2007; MELLO, 2009; HARLOS, 2012). Não basta o corpo ter alguma lesão (*impair-*

*ment), algum impedimento de ordem física, cognitiva ou sensorial para ser considerado deficiente/ incapaz (*disabled*); a deficiência/ incapacidade, segundo o modelo sócio-construcionista , passa a ter origem quando um corpo lesionado não é absorvido politicamente com suas peculiaridades nas dinâmicas e vida sociais.*

Entretanto, o que parece ter ocorrido, ao longo dos anos 1980 e 1990, foi uma cristalização sociológica da reconfiguração política em torno da deficiência, bem como dos elementos e indivíduos rotulados como “deficientes”. Essa reconfiguração basicamente se apoiou em uma forma da distinção entre o corpo (lesionado) daquelas e daqueles considerados deficientes – corpos esses entendidos como entidades orgânicas fixadas no discurso médico – e a experiência/ vivência social desses mesmos sujeitos como “falha/ incompleta”. O que se buscou intensamente foi exatamente mostrar que o corpo lesionado/doente/debilitado está inserido em contextos socioculturais que o revestem com naturalizações e nomenclaturas, como a ideia de deficiência, que almejam explicar suas desigualdades sociais com respostas biomédicas.

A pesquisa de Joon Ho Kim (2013) mostra que a busca por uma “reconstrução funcional do corpo deficiente” (2013, p. 18), por meio de desenvolvimentos tecnológicos em torno de próteses e exoesqueletos, ainda não deixou de ser guiada por uma noção de normalidade corporal. Joon Ho Kim pondera que dois tipos físicos, o amputado e o lesionado medular, servem de base material, orgânica, para o desenvolvimento de tecnologias reabilitadoras que visam devolver o bipedismo aos indivíduos. Ou seja, essas configurações corporais, a falta de uma perna, ou o não andar, são menos problemas médicos do que delimitações hierarquizadas de *estigmas*¹¹ (GOFFMAN, 1988; KIM, 2013). Nesse sentido, a deficiência só existe a partir de uma visão estatística do mundo social. Para esse antropólogo, a deficiência é uma anticategoría à ideia de normalidade e só existe devido a uma separação histórico científico ocidental entre corpo e indivíduo (KIM, 2013). Essa ruptura “resultou na objetivação do corpo como um artefato disponível para ser desconstruído, reconstruído e hibridado a outros artefatos” (KIM, 2013, p. 15).

O que é importante reter desse debate é que cada vez mais a integração entre elementos, mecânicos, biológicos, digitais, eletrônicos e as interações entre orgânico e inorgânico, natural e artificial, demarcam que as fronteiras humanistas que fixavam em oposições esses termos estão cada vez mais sujeitas a ruídos (HARAWAY, 2000). Nas palavras de Haraway (2000, p. 62):

Nenhum objeto, nenhum espaço, nenhum corpo, é, em si, sagrado; qualquer componente pode entrar em uma relação de interface com qualquer outro desde que se possa construir o padrão e o código apropriados, que sejam capazes de processar sinais por meio de uma linguagem comum.

Assim, minha proposta não consiste em uma observação estanque do modo de produção da deficiência/ incapacidade (*disability*) - seja ele de ordem biológica (modelo biomédico) ou social (modelo construtivista). Ou seja, é plausível sociologicamente analisarmos a deficiência como um descriptor objetivo de “falhas corporais” (*impairment*) ou como um “problema de funcionamento da estrutura social” (*disability*) que opõe determinados indivíduos. Contudo, é imprescindível observar e pesquisar criticamente a ideia da deficiência, seja como ‘natureza’ ou ‘cultura’, a colocando como uma “categoria útil de análise histórica” (SCOTT, 1998) das relações sociais que garantem a “inclusão” e autorreconhecimento de certos indivíduos como “excluídos” das dinâmicas sociais.

¹¹ Erving Goffman indica que, em sua obra, “o termo estigma, portanto, será usado em referência a um atributo profundamente depreciativo, mas o que é preciso, na realidade, é uma linguagem de relações e não de atributos. Um atributo que estigmatiza alguém pode confirmar a normalidade de outrem, portanto ele não é, em si mesmo, nem horroroso nem desonroso” (GOFFMAN, 1988. p. 6).

Por isso, uma das possibilidades é pensarmos o termo deficiência no sentido complexo de uma “diferença” (BRAH, 2006), isto é, a deficiência como uma categoria de análise (MELLO, 2009; LOPES, 2019) que pode se modular de variadas formas a determinados indivíduos, voluntária ou involuntariamente. Assim, ‘deficiência’ se torna um conceito estratégico, pois ele garante acesso a formas oficiais de ‘nomeação’ [médico-sociais] de determinados indivíduos, ao mesmo tempo que pode ser, ou não, considerado um termo político-identitário.

Considerações finais para uma possível Sociologia da Deficiência:

De uma forma bem ampla e esquemática, diria que foi na fundação de um ‘modelo social da deficiência’ que um modelo médico/ individual/reabilitador da deficiência pode ser visualizado. Coloca-se na conta dos ativistas político-acadêmicos britânicos dos anos 1970 a criação do modelo social da deficiência. Entretanto, desde os anos 1960 havia inúmeras movimentações teórico-políticas, em ligação com a própria produção acadêmica de teoria e pesquisa sociológica que já ensaiava a proposta de um “modelo social da deficiência” (DARLING, 2016). O que vai acontecer é uma certa concorrência pela própria legitimidade em definir as próprias origens desse modelo.

O ponto que gostaria de destacar é que, o modelo médico do qual falamos e criticamos como ‘reabilitador’, pois seria imediatamente normalizador, é uma interpretação de uma das formas de se lidar social e culturalmente com a deficiência. Dito de outro modo, o modelo médico não existe em si, como se fosse uma maquinção médica, mas passa a existir a partir do momento em que o modelo social se constitui como tradutor oficial do próprio mundo em que a deficiência é produzida.

Nesse sentido, a própria distinção entre o que seria da alçada médica e o que seria da sociedade não é tão fácil de ser apreendida e até mesmo pode ser um ‘falso problema’. Não se pode esquecer que uma das primeiras esquemáticas modelares sociais da deficiência (*disability*) emerge do campo da epidemiologia com Philip H. N. Wood (BURY; WOOD, 1978) e da Sociologia com Saad Nagi (ALTMAN, 2016), também nos anos 1970. Em resumo, nem o modelo médico é uma instância fora de sua própria capacidade de interpretação e intervenção no mundo social, tampouco podemos falar que atualmente as preocupações médicas e reabilitadoras, não se pautam por premissas ‘sociais’, como a garantia da ocupação, participação e inclusão social.

No livro *Sociologies of Disability and Illness*, a socióloga Carol Thomas (2007) mostra como o campo dos *disability studies* tem se constituído em uma relação íntima com a teoria sociológica - principalmente nas vertentes da “Sociologia do desvio” e da “Sociologia médica” (THOMAS, 2007). A autora busca fazer aproximações críticas entre as possibilidades sociológicas de problematizar a noção de deficiência (*disability*) em contraponto ao que tem se dimensionado como uma certa “Biologia da deficiência” (*disability*) (GRANGER, 1998; GRANGER, 2018).

No ponto da Sociologia da Deficiência as tensões emergem quando ela busca investigar a dimensão da “lesão” (*impairment*); no caso da Biologia da deficiência, a busca é por conexões epidemiológicas entre o domínio considerado orgânico da “lesão” (*impairment*) com o domínio considerado psicossocial da “incapacidade” (*disability*). Em linhas gerais, as discussões da Sociologia da Deficiência perpassam os modos de sua “construção social”, assim como investigam as fronteiras que as dimensões da incapacidade têm com as dimensões da doença e das limitações corporais ou funcionais (*impairments*).

Porém, de forma provisória diante desse “quiprocó”, sugiro que pensemos cuidadosamente as possibilidades de disciplinar sociologicamente a deficiência. Cuidadosamente em dois sentidos: 1) para não buscarmos “inventar a roda” sobre as dimensões sociais e culturais de fenômenos considerados fundamentalmente de ordem da “natureza”. Nesse caso, não seria possível pensar a emergência dos próprios *disability studies* - e suas atuais modulações conceituais e práticas sobre o que define, determina e se correlaciona com a deficiência - sem as próprias epistemologias ad-

vindas das Ciências Sociais, principalmente as advindas da Sociologia e da Antropologia; 2) para não restringirmos à Sociologia a “expertise” sobre as compreensões socioculturais e políticas sobre deficiência. Nesse sentido, o ponto em questão não é desconsiderar a teoria e metodologia sociológicas como modos legítimos de explicação e compreensão sobre a deficiência, mas dimensionar as discussões sociológicas sobre o fenômeno em sua “geopolítica do conhecimento” (CONNELL, 2007; 2014; MISKOLCI, 2014).

Referências

- ABBERLEY, Paul. The Concept of Oppression and the Development of a Social Theory of Disability. *Disability, Handicap & Society*, vol. 2, n. 1, 1987: 05.
- ALTMAN, Barbara M.. Conceptual Issues in Disability Saad Nagi’s Contribution to the Disability Knowledge Base. In. GREEN, Sara E.; BARNARTT, Sharon N. (Eds.). *Sociology Looking at Disability: What Did We Know and When Did We Know it*. Emerald Group Publishing Limited, Bingley, pp. 57-95, 2016.
- BRAH, Avtar. Diferença, Diversidade, Diferenciação. *Cadernos Pagu* (26), janeiro-junho, pp.329-376, 2006.
- BURY, Michael. R.; WOOD, Philip H. N.. Sociological Perspectives in Research on Disablement. *International Rehabilitation Medicine* 1, pp. 24-32, 1978.
- CHARLTON, James L.. *Nothing About Us, Without Us: Disability Oppression and Empowerment*. University of California Press; New Edition, 2000.
- CONNELL, Raewyn. O Império e a criação de uma ciência social In: *Contemporânea* – Revista de Sociologia da UFSCar. São Carlos, Departamento e Programa de Pós-Graduação em Sociologia, 2012, v.2 n.2.
- _____. *Southern Theory: the global dynamics of knowledge in social science*, Polity Press, Cambridge, 2007.
- DAVIS, Lennard J. Crips Strike Back: The Rise of Disability Studies. *American Literary History*, Vol. 11, No. 3 (Autumn), pp. 500 – 512, 1999.
- DARLING, Rosalyn B.. Renaming the Wheel Social Model: Constructs in Older Sociological Literature. In. GREEN, Sara E.; BARNARTT, Sharon N. (Eds.). *Sociology Looking at Disability: What Did We Know and When Did We Know it*. Emerald Group Publishing Limited, Bingley, pp. 227-240, 2016.
- DINIZ, Débora. Modelo Social Da Deficiência - A Crítica Feminista *SérieAnis* 28, Brasília, Letras-Livres, 1-8, julho, 2003.
- _____. *O Que É Deficiência?* São Paulo: Editora Brasiliense, 2007
- DINIZ, Débora; MEDEIROS, Marcelo; SQUINCA, Flávia. Deficiência, cuidado e justiça distributiva. *SérieAnis* 48, Brasília, LetrasLivres, 1-6, maio, 2007.
- ENGEL, George L.. The Need for a New Medical Model: A Challenge for Biomedicine. *Science*. New Series, Vol. 196, No. 4286, pp. 129-136, 1977.
- GOFFMAN, Erving. *Estigma: Notas Sobre a Manipulação da Identidade Deteriorada*. 4^a Edição. Rio de Janeiro: LTC; 1988. (Tradução de Mathias Lambert).
- GRANGER, Carl V.. The Emerging Science of Functional Assessment: Our Tool for Outcomes Analysis. *Arch Phys Med Rehabil* Vol 79, March 1998.
- _____. Quality and Outcome Measures for Rehabilitation Programs: Measuring Outcomes In Rehabilitation Medicine. *Physical Medicine and Rehabilitation*. 2018. Acesso: <<https://emedicine.medscape.com/article/317865-overview>>.
- HARAWAY, Donna. Manifesto Ciborgue: Ciência, Tecnologia e Feminismo-Socialista no Final do Século XX. IN. SILVA, Tomaz Tadeu da. (org. e trad.). *Antropologia do Ciborgue: As Vertigens do Pós-Humano*” - Hari Kunzru e Donna Haraway. Editora Autêntica – Belo Horizonte – 2000.
- HARLOS, Franco Ezequiel. *Sociologia da deficiência: Vozes Por Significados E Práticas (Mais) Inclusivas*. São Carlos: UFSCar/PPGES, 2012.

- HUNT, Paul (Org.). *Stigma: The Experience of Disability*. London: Geoffrey Chapman, 1966.
- KIM, Joon Ho. *O Estigma Da Deficiência Física E O Paradigma Da Reconstrução Biocibernética Do Corpo*. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2013.
- LIMA, Javert de Souza. Da Mensagem de Bismarck ao Plano Beveridge. *Revista da Faculdade De Direito Da UFMG*, v. 9, 1957.
- LOPES, Pedro. Deficiência como categoria analítica: Trânsitos entre ser, estar e se tornar. *Anuário Antropológico*, p. 67-91, 2019.
- _____. *Deficiência na cabeça: percursos entre diferença, síndrome de Down e a perspectiva antropológica*. 2020. Tese (Doutorado em Antropologia Social) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2020.
- MEDEIROS, Marcelo; DINIZ, Débora. A Nova Maneira de se Entender a Deficiência e o Envelhecimento. *SérieAnis* 36, Brasília, LetrasLivres, 1-8, junho, 2004.
- MELLO, Anahí Guedes de. *Por uma abordagem Antropológica da Deficiência: Pessoa, Corpo e Subjetividade*. Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao curso de graduação em Ciências Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2009.
- MISKOLCI, Richard. Um saber insurgente ao sul do Equador. *Periódicus*, v. 1, p. 43-67, 2014.
- OLIVER, Mike. *The Politics of Disablement*. Basingstoke: Macmillan, 1990.
- [OMS] Organização Mundial da Saúde. *International Classification of Impairments, Disabilities, and Handicaps (ICIDH)*. Geneva: OMS, 1980.
- _____. *CIF: Classificação Internacional de Funcionalidade, Incapacidade e Saúde*. [Centro Colaborador da Organização Mundial da Saúde para a Família de Classificações Internacionais, org.; coordenação da tradução Cassia Maria Buchalla]. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo – EDUSP; 2003.
- PALACIOS, Agustina. *El modelo social de discapacidad: orígenes, caracterización y plasmación en la Convención Internacional sobre los Derechos de las Personas con Discapacidad*. Madri: Ediciones Cinca, 2008.
- PICCOLO, Gustavo Martins. *Contribuições a um pensar sociológico sobre a deficiência*. 2012. 1 f. Tese (Doutorado em Ciências Humanas) - Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2012.
- ROSE, Sarah F.. *No Right to Be Idle - The Invention of Disability, 1840s - 1930s*. The University of North Carolina Press, 2017.
- SCOTT, Joan W. A Invisibilidade da Experiência. *Projeto História*, nº 16, São Paulo, 1998.
- STIKER, Henri Jacques. *A History of Disability*. Ann Arbor: University of Michigan Press, 1999.
- STONE, Deborah A.. *The Disabled State*. Temple University Press: Philadelphia, 1984.
- THOMAS, Carol. *Sociologies of Disability and Illness: Contested Ideas in Disability Studies and Medical Sociology*.
- UPIAS (Union of the Physically Impaired Against Segregation). *Fundamental principles of disability*. London: Upias, 1976.
- ZOLA, Irving Kenneth. Medicine as an institution of social control. *Sociol. Rev.* 20(4): 487-504, 1972.
- _____. *Missing Pieces: A Chronicle of Living with Disability*. Temple University Press\Philadelphia, 2003 (2 edição) (Kindle edition).

Recebido em: 27/07/2021

Aprovado em: 27/08/2021

Como citar este artigo:

GAVÉRIO, Marco Antônio. Apontamentos sobre as possibilidades de uma sociologia da deficiência. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 579-587.

Artigos

Aprisionando mulheres em seus papéis de gênero: análise de uma prisão materno-infantil

Luana Hordones Chaves¹

Isabela Cristina Alves de Araújo²

Resumo: A proposta deste artigo é analisar o aprisionamento feminino sob a perspectiva de gênero em uma prisão bastante específica: o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte, em Minas Gerais. Tendo em vista as desigualdades presentes nas relações entre homens e mulheres, na nossa sociedade, e o histórico das prisões femininas no país, este trabalho trata do encarceramento de mulheres grávidas e recém-mães, a partir dos relatos de funcionárias e mulheres presas da unidade. Para tanto, foram realizadas entrevistas com sete internas e cinco profissionais do Centro, entre os meses de julho e novembro de 2017. Como resultado de pesquisa, destacamos as expectativas relacionadas aos papéis sociais de gênero, que tanto estão presentes nas narrativas das funcionárias, como orientam a rotina da prisão. Nesse sentido, são duas as condutas esperadas e, neste caso, impostas às mulheres presas de forma intensiva: o cuidado da(o) filha(o) e o trabalho doméstico.

Palavras-chave: maternidade, prisão feminina, papéis de gênero.

Imprisoning women in their gender roles: analysis of a maternal and child prison

Abstract: The article's purpose is to analyze the women's imprisonment under the gender perspective in the Reference Center to the Pregnant Women Deprived of Freedom, located in the Metropolitan Region of Belo Horizonte, in Minas Gerais. Considering the inequalities in relationships between men and women in our society and the history of women's prisons in the country, the paper focuses on pregnant women and newly mothers imprisonment through the reports given by the prisoners and employees of the penal institution. For that, twelve interviews were made, seven with inmates and five with professionals, conducted between July and November 2017. As a result of research, we highlight the expectations related to gender social roles that are present both in the narratives of the employees and guide the prison routine. In this sense, there are two expected conducts and, in this case, imposed on women arrested intensively: the care of the daughter and domestic work.

Keywords: Motherhood, female prison, gender roles.

¹ Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) – Belo Horizonte – Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - luanahordones@hotmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-4301-3357>

² Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) – São Carlos - Brasil. O presente trabalho foi realizado com apoio da Coordenação de Aperfeiçoamento Pessoal de Nível Superior – Brasil (CAPES) - isabelacristina1903@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-2526-4825>

Encarcelar a mujeres en sus roles de género: análisis de una prisión maternoinfantil

Resumen: El propósito de este artículo es analizar el encarcelamiento femenino desde la perspectiva del género en una prisión muy específica: el Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, ubicado en la Región Metropolitana de Belo Horizonte, Minas gerais. En vista de las desigualdades presentes en las relaciones entre hombres y mujeres en nuestra sociedad y en la historia de las cárceles de mujeres en el país. El trabajo actual se ocupa del encarcelamiento de mujeres embarazadas y recién madres basándose en los informes de empleadas y mujeres detenidas en la unidad. Para eso, se realizaron entrevistas con siete internas y cinco profesionales del Centro entre julio y noviembre de 2017. Como resultado de la investigación destacamos las expectativas relacionadas con los roles sociales de género que están presentes en las narrativas de las empleadas, así como guiar la rutina de la prisión. En este sentido, hay dos conductas esperadas y, en este caso, impuestas a las mujeres en cuidados intensivos: el cuidado de con las/os hijas/os y el trabajo doméstico.

Palabras clave: Maternidad, cárcel femenina, roles de género.

INTRODUÇÃO

Acessar uma instituição prisional não é de todo fácil. Mediante muita negociação, em 2017 estivemos no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, uma unidade exclusivamente feminina com características bastante específicas. A penitenciária, que fica localizada na cidade de Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, abriga mulheres gestantes, puérperas e mães de crianças de até um ano de idade, apreendidas pelo sistema de justiça criminal em qualquer parte do Estado de Minas Gerais. Ao chegarmos à área de acesso às internas (como são chamadas as mulheres privadas de liberdade) nos deparamos com mulheres com suas crianças nos seus braços ou em seus ventres. Essas primeiras cenas ficaram marcadas em nossas memórias, e desde então nos deixaram grandes inquietações. Nessa prisão não havia grades, mas com o tempo entendemos que os discursos que ouvíamos nesta primeira apresentação – e em seguida nas entrevistas – cumpriam tal função. Toda essa realidade nos remetia à primeira prisão feminina.

Reformatório de Mulheres Criminosas ou, como nomeado posteriormente, Instituto Feminino de Readaptação Social: essa foi a primeira penitenciária feminina brasileira, criada em 1937 em Porto Alegre. A instituição prisional voltada às mulheres no Brasil carrega, como podemos notar, uma concepção histórica de reforma e readaptação feminina.

Nesse primeiro momento, o imaginário punitivo ligado às mulheres desviadas guarda marcas determinantes deste processo: os primeiros presídios femininos foram administrados pelas Irmãs da Congregação de Nossa Senhora da Caridade do Bom Pastor d'Angers que assumiram, por mais de trinta anos, essa função no país. Foi, portanto, sob a moral religiosa católica e a partir de um discurso de recuperação moral que se fundou o sistema penitenciário feminino brasileiro. Tanto a ideia de cura, como de regeneração e de educação moral estavam presentes nos discursos de inauguração das instituições que se destinavam à tutela de mulheres que desviaram do seu papel social. Isso porque, como analisa Angotti (2011), as mulheres “desvalidas, decaídas e à margem da sociedade e da família” eram consideradas degeneradas, perdidas e, até mesmo, perigosas.

[...] o lugar ocupado pela mulher delinquente [...] era o do desvio dos papéis do feminino, dos excessos, da falta de recato, das rupturas morais, soando a proposta das Irmãs de salvação moral e educação para uma ética cristã a mais adequada para o trato com essas mulheres desviantes. (ANGOTTI, 2011, p. 213).

E o trato com essas mulheres desviantes do “papel do feminino” era, de acordo a referida análise, a instrução para os trabalhos domésticos. Às “mulheres perdidas” direcionava-se uma doutrinação moral “dentro de um ‘dever ser’ cristão, que valorizava a família, a prole e o aprendizado de funções que estavam de acordo com um ‘dever ser’ feminino” (ANGOTTI, 2011, p. 218).

Desta maneira, foi focando nas expectativas dos papéis de gênero que as primeiras prisões femininas foram inauguradas no Brasil, quase noventa anos depois da construção da primeira unidade prisional masculina do país. A demora para a instauração de presídios femininos no Brasil, dentre outros motivos, deu-se principalmente pela pequena parcela de mulheres consideradas criminosas. Esse mesmo motivo levou à perpetuação da invisibilidade das especificidades da mulher, dentro do cárcere, até a década de 1990, quando os níveis de encarceramento feminino começaram a aumentar, especialmente, pelo crime de tráfico de drogas.

Assim, com o passar do tempo, muitas transformações aconteceram no sistema prisional brasileiro: as unidades não são mais responsabilidade da Congregação Cristã, e tanto as prisões masculinas como as femininas seguem o mesmo regimento e possuem, normativamente, os mesmos objetivos. Entretanto, essas mudanças institucionais no sistema prisional, não foram capazes por si sós de, na prática, minar os valores anteriores e que ainda regem nossa sociedade, em que a tradicional conformação dos diferentes papéis sociais exercidos por homens e mulheres ainda são determinantes das relações de gênero, demarcando relações de poder do homem em relação à mulher.

Nesse sentido, interessa-nos saber se, e como, as desigualdades decorrentes de uma predeterminação dos papéis sociais, são mantidas no sistema prisional em relação à mulher encarcerada. Dito de outro modo, tendo em vista as desigualdades presentes nas relações entre homens e mulheres, na sociedade brasileira, e o histórico das prisões femininas no país, ligadas à ideia de reforma moral e de readaptação ao exercício do trabalho doméstico, propomos neste artigo uma análise sobre o aprisionamento feminino sob a perspectiva de gênero.

Como nos lembra Miyamoto e Krohling (2012), na construção social e cultural de desigualdade de gênero, à mulher é relegado o espaço privado. O que remete, segundo essa análise, a privações que são maximizadas nas relações de dominação e poder masculino, no sistema patriarcal. Esse sistema, fundador da nossa sociedade, delineia e intensifica estereótipos femininos como o destino biológico reprodutivo, a inferioridade intelectual e cognitiva, e a dependência emocional, social e econômica das mulheres; o que acaba por reforçar, por sua vez, outro estereótipo: o espaço privado como o lugar social da mulher. De acordo com tal abordagem, é nesse contexto que as normas do Direito são formadas e aplicadas, evidenciando as desigualdades já existentes: “o sistema penal é responsável pela reprodução e produção das relações de desigualdade social” (p. 224). Nesse sentido, os autores afirmam que as desigualdades de gênero fundamentam as normas de direito e são, ao mesmo tempo, evidenciadas e reproduzidas pelo sistema penal.

Tendo em vista a análise de Miyamoto e Krohling (2012), acerca da dicotomia das relações do público e do privado em uma sociedade patriarcal, tem-se que o espaço público é próprio para as atividades econômicas e políticas, e o espaço privado é direcionado para as funções de reprodução e domesticidade. Nesse sentido, aos homens é destinado o espaço público e às mulheres o privado. É nesse cenário que a atuação do sistema prisional pretende ser observada.

Se cabia à prisão, como posto anteriormente, educar moralmente, reformar e readaptar a mulher desviante de seu papel de gênero, a punição direcionada à criminosa tinha suas particularidades – tanto que eram, diferentes das prisões masculinas, fundamentadas pelo discurso e pela prática religiosa – e atendiam às expectativas sociais do papel da mulher. Passados tantos anos, todavia, a literatura recente sobre o tema ainda destaca a permanência do caráter de dupla penalidade pela qual é submetida a mulher presa.

Se a função do sistema prisional é de adestramento social, a mulher é punida duplamente, pois, em primeiro lugar, ao cometer um crime, logicamente há a reação social e a aplicação das sanções legais. Entretanto, a mulher encarcerada sofre, ainda, a punição por ter descumprido seu papel social tradicional de conformação ao espaço privado ao invadir o espaço público no cometimento do crime (MIYAMOTO, KROHLING, 2012, p.230).

A punição dada à mulher desviante assenta-se, portanto, sob as “rédeas do sistema patriarcal”, acen-tuando as desigualdades sociais entre homens e mulheres (MIYAMOTO, KROHLING, 2012, p.230). Uma vez que o sistema patriarcal se fundamenta na normatização das relações de sujeição da mulher ao espaço privado e aos estereótipos que a delegam funções especificamente domésticas, o sistema penal pode se constituir como um agente bastante específico na reprodução dessas concepções e desigualdades.

É nesse sentido que propomos uma análise sobre o aprisionamento feminino nas expectativas dos papéis de gênero em uma instituição ímpar: uma unidade prisional materno-infantil. Construídas com o objetivo de abrigar gestantes e mães recentes juntamente com seus bebês, durante o cumprimento da pena de privação de liberdade, tais unidades são instituições de inúmeras particularidades, se comparadas ao sistema prisional comum. Este artigo trata sobre uma pesquisa de campo de caráter qualitativo, em uma unidade materno-infantil. A unidade visitada é, como dito, o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, localizado na Região Metropolitana de Belo Horizonte. A proposta deste trabalho é, em vista disso, compreender como que as expectativas do papel de gênero estão presentes na experiência de mulheres encarceradas, em um momento específico de suas trajetórias – a maternidade³.

Para tanto, as seções seguintes serão estruturadas visando responder, primeiramente, quais são os dados analisados neste estudo e, em segundo lugar, qual é a unidade prisional pesquisada, sua estrutura e seu propósito. Feitas essas descrições, as narrativas das mulheres serão abordadas no bloco seguinte, considerando as questões mais levantadas pelas entrevistadas, para apreender a existência (ou não) da reprodução e da produção de desigualdades de gênero no cárcere. Disso se seguirá algumas considerações finais.

Notas metodológicas

Para o exame a que nos dispomos neste estudo será feita uma análise qualitativa, a partir dos resultados de pesquisa realizada no Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade (CRGPL), entre julho e novembro de 2017 no âmbito da pesquisa “Amor bandido é chave de cadeia para mulher?”⁴. Como metodologia, o trabalho se guiou pela observação participante, além de entrevistas semiestruturadas e questionários aplicados a mulheres, dentro da unidade. A inserção no campo se deu por meio de constantes negociações com a diretoria do presídio, e a primeira visita foi, inclusive, mediada por uma das diretoras da unidade, sendo as demais incursões feitas com o acompanhamento de agentes. Para a realização de entrevistas e questionários, as agentes penitenciárias solicitavam a participação das presas, garantindo a voluntariedade da colaboração, também, no momento da apresentação da pesquisa pela equipe – que era feita no início de cada conversa. Além do consentimento das mulheres, cada entrevista foi realizada por duas pesquisadoras, em lugares reservados da unidade, de modo que o sigilo das informações fosse preservado. Para análise deste trabalho serão utilizados os relatórios de trabalho de campo e as entrevistas realizadas com detentas e profissionais da unidade: doze no total, sendo sete internas e cinco funcionárias.

Como foram utilizados trechos de conversas e de entrevistas realizadas tanto com mulheres em situação de cárcere, quanto com mulheres que ali trabalhavam, dividimos da seguinte forma a nomenclatura das narrativas citadas: as falas das entrevistadas presas foram numeradas de 1 a 7, e

3 É importante ressaltar que 2018 o Supremo Tribunal Federal julgou o pedido de Habeas Corpus apresentado pelo Coletivo de Advogados em Direitos Humanos, embasados no ‘Marco Legal da Primeira Infância’. Por unanimidade, os ministros decidiram a favor do pedido, abrindo jurisprudência para que a lei não seja mais uma exceção. Dito isso, é preciso reforçar que tal jurisprudência não estava em vigor no momento em que foi realizada a pesquisa.

4 A pesquisa foi financiada pela FAPEMIG (APQ-01648-16) e aprovada pelo Comitê de Ética da Universidade Federal de Minas Gerais (CAAE: 84242418.4.0000.5149).

as falas numeradas de 8 a 12 referem-se às funcionárias da instituição⁵. É importante ressaltar que tais entrevistas foram cedidas voluntariamente, gravadas mediante a autorização das entrevistadas, e, posteriormente, transcritas, codificadas e analisadas com a ajuda do software NVivo.

A unidade visitada é considerada referência no atendimento materno-infantil, no Brasil, e presta assistência à saúde a mulheres gestantes e recém-mães e aos bebês que, normalmente, ficam na unidade até completarem um ano de idade. Localizado na cidade de Vespasiano, na Região Metropolitana de Belo Horizonte, o CRGPL é a única unidade materno-infantil do estado e, por isso, atende toda a população prisional feminina de Minas Gerais, nos primeiros meses da maternidade.

Inicialmente, o Centro foi planejado para atender trinta e cinco mulheres, mas, atualmente, tem capacidade para abrigar oitenta, contando, no momento da pesquisa, com 51 mulheres privadas de liberdade. Da nossa amostra, quatro mulheres presas na unidade tinham vindo do interior mineiro, duas entrevistadas moravam na capital, e uma das internas havia sido presa em Minas, mas era de outro estado. Dentre as sete presas que compõem a amostra, três eram gestantes e quatro eram recém-mães, sendo que apenas duas detentas não tinham outros filhos, fora da prisão. Com relação ao processo judicial, apenas três já haviam sido condenadas, ou seja, quatro ainda estavam no regime provisório.

As funcionárias da unidade que deram entrevista à equipe foram: uma agente prisional, uma enfermeira, a assistente social, a psicóloga e a pedagoga. A fim de manter sigilo sobre as identidades dessas mulheres, tanto as internas como as funcionárias, elas serão representadas, neste estudo, por números, em uma sequência totalmente aleatória.

O Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade e suas particularidades

O crescimento exponencial do cárcere feminino⁶ trouxe para os debates acadêmicos, assim como para as pautas de política e de segurança pública, as especificidades das mulheres no contexto prisional, como gestação, saúde e maternidade. Nesse ínterim, em 2009, foi instituída a Lei 11.942, que assegurava assistência à saúde às mães presas e a seus bebês. Essa lei reafirma os direitos das mulheres encarceradas, garantida pela LEP, principalmente a necessidade da proteção diferenciada e qualificada direcionada ao cuidado materno infantil, preconizando “o acompanhamento médico à mulher, principalmente no pré-natal e no pós-parto, extensivo ao recém-nascido” (BRASIL. Lei nº 11.942, de 28 de maio de 2009).

Naquele ano, em 2009, Minas Gerais inaugurou o Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, o CRGPL. O estado passou, assim, a ser visto como pioneiro na assistência às mulheres gestantes e recém-mães, e, atualmente, o Centro é visto como referência nacional nessa área.

Segundo uma de nossas entrevistadas (entrevistada 8), que desde a criação do Centro faz parte da equipe de profissionais da unidade, o CRGPL tem como finalidade a criação e a manutenção de vínculos afetivos entre a mãe e seu filho, assim como, garantir o que consta na Lei de Execução Penal (LEP) em dois quesitos fundamentais: o direito dos filhos ficarem com a mãe encarcerada por, no mínimo, os seis primeiros meses de vida que corresponde ao período garantido de amamentação, e o direito de acompanhamento médico da mãe que é também extensivo ao bebê –principalmente no pré-natal e no pós-parto. A entrevistada relata que o antigo subsecretário de administração prisional, em visitas à Penitenciária Industrial Estevão Pinto (localizada em Belo Horizonte), encontrou na

⁵ Diferentemente de outras unidades prisionais, no Centro, por comportar poucas mulheres, todas as internas são chamadas pelo nome. A escolha de numerar as entrevistadas não caracteriza, assim, a despersonalização dessas, mas sim a garantia do sigilo resguardada na relação entrevistadoras-entrevistadas

⁶ De acordo com os últimos dados publicados pelo *World Female Imprisonment List*, o Brasil atualmente ocupa o 4º lugar no ranking mundial, contabilizando, em 2017, 44.700 mulheres presas. Segundo o Infopen (2018) houve um aumento de 656% em 16 anos.

ala das gestantes e das parturientes grande insalubridade, precariedade estrutural e de atendimento médico. Assim, ele encomendou, à então diretora de saúde do sistema prisional, um projeto de uma instituição prisional diferenciada, que abrigasse apenas mulheres grávidas e com filhos em fase de amamentação.

Ainda de acordo com a funcionária entrevistada, o projeto tal como proposto e aprovado, tinha como objetivo a priorização do atendimento à saúde física⁷ e da humanização das relações – o que incluía as diretrizes para questões de segurança. A entrevistada a todo momento ressaltava que o Centro era, na verdade, um hospital, ou deveria ser visto assim, mas alegou que o objetivo inicial se perdeu ao longo do tempo, principalmente em decorrência das mudanças feitas pela direção da instituição: de uma gestão que priorizava o cuidado e o atendimento à saúde, passou-se para uma gestão que tinha como foco as questões de segurança. Para ela, essa mudança era ilustrada, sobretudo, na mudança do perfil das agentes prisionais lotadas na unidade. No projeto e nos primeiros anos do Centro, todas as agentes deveriam ter curso Técnico em Enfermagem, contudo, com as mudanças das gestões da unidade e do governo estadual, e, também, devido à difusão de uma noção mais punitivista do sistema prisional, as profissionais de custódia passaram a não precisar mais de nenhum curso vinculado à saúde – e tão somente do curso obrigatório às/-aos agentes prisionais.

A criação do Centro representa, assim, um espaço de segregação diferenciado, para que mulheres e crianças possam ficar juntas, resguardadas pela Lei 13.257 de 2016 que entende como um direito da criança o contato com sua mãe na primeira infância. Tendo em vista a finalidade de sua criação, a principal particularidade do Centro diz respeito a sua estrutura física e à estrutura de atendimento médico e assistencial da instituição, ambos destoantes da realidade prisional brasileira.

O Centro não tem celas e as mulheres que ali estão não andam com algemas – já que carregam nos braços seus filhos – e têm uma maior liberdade de circulação e contato com agentes e profissionais. A estrutura do Centro conta, na parte da frente, com um pátio que não é frequentado pelas mulheres presas, e uma cantina que é utilizada tanto para a refeição das internas como do setor administrativo. Na parte administrativa há as salas das diretoras (geral e de segurança) e do advogado que presta serviço na unidade, além de uma cozinha para os profissionais e a sala de aleitamento. A divisão entre essa área e o alojamento – como é chamada a área das presas pelos profissionais – dá-se por um portão cujo acesso é guardado pelas agentes. Os alojamentos não têm portas ou grades. São quartos que cabem, em média, quatro mulheres com seus filhos, tendo uma cama e um berço para cada. Atrás do alojamento, há um pátio para o banho de sol e para eventos que o CRGPL recebe ou realiza – o que é recorrente na unidade.

Após o pátio há um corredor para a área de trabalhos artesanais que algumas internas realizam, com remuneração salarial e/ou remição de pena, e uma porta de acesso ao anexo da saúde, que conta com uma pequena recepção, uma sala para a enfermeira, uma para o médico, uma para o dentista, uma para a psicóloga e uma para a assistente social. Como visto, o CRGPL conta com uma equipe médica e psicossocial que atende as detentas com frequências diferentes. Por fim, perto do anexo da saúde encontra-se, ainda, o alojamento das gestantes, que segue a mesma estrutura do alojamento da frente, com camas e berços, pois os bebês ficam ali, durante seus primeiros meses.

A equipe psicossocial era composta por uma psicóloga, uma assistente social, uma enfermeira, quatro técnicas de enfermagem, um dentista, uma pedagoga e um advogado. Os atendimentos realizados por essas/es profissionais eram feitos de formas diferentes. Em relação ao atendimento de saúde física, a enfermeira atendia as internas a partir de livre demanda e, também, de consultas agendadas, e, da mesma forma, trabalhava o dentista. Enquanto isso, as técnicas de enfermagem eram responsáveis pelos plantões na unidade, e por auxiliar os trabalhos das duas outras profissionais da área.

7 No projeto de criação do CRGPL, saúde é entendida apenas como atendimento médico e garantia do bem-estar físico, excluindo as questões sociais e psicológicas que tanto influenciam o bem-estar completo das mulheres que cumprem pena de privação de liberdade.

Com relação às questões sociais, segundo as entrevistadas, o advogado mantinha atendimentos mensais com todas as internas para o acompanhamento dos seus processos penais. Já a assistente social e a psicóloga desenvolviam um trabalho muito próximo e atuavam com a mesma periodicidade, prestando atendimentos agendados mensalmente e, para os casos em que identificavam alguma gravidez, marcavam encontros quinzenais. As duas profissionais atuavam em conjunto nos processos de separação da mãe e de sua criança, e de manutenção e resgate dos laços familiares, buscando ativamente o contato de membros da família das internas. Além disso, a assistente social era responsável, juntamente com o advogado, pelo processo de guarda das crianças.

A pedagoga, por sua vez, era responsável pela questão da escolaridade dentro da unidade, em um trabalho técnico e burocrático de organização da “escola” para as internas. Nas nossas conversas, demonstrava também certa preocupação com o desenvolvimento cognitivo e motor das crianças, destacando com pesar que isso não era realizado no Centro, ainda que fosse tão importante. Com exceção da pedagoga, todas as demais funcionárias ressaltavam, em suas falas, como as expectativas do papel de gênero do ser mãe e mulher conduziam suas atividades em certa medida, o que será possível ser vislumbrado nas análises realizadas nas próximas seções.

Por fim, e não menos importante, ainda no que tange à saúde, o CRGPL contava, durante o trabalho de campo e a escrita deste artigo, com uma parceria com o Hospital Sofia Feldman. A equipe do hospital, cujos leitos são destinados ao Sistema Único de Saúde, dava assistência ao pré-natal – seja o de rotina ou de risco –, realizava os partos e atendia as puérperas e os recém-nascidos. Por esse motivo, as profissionais do Hospital Sofia Feldman estavam presentes semanalmente no Centro realizando o pré-natal das gestantes, e era para o Sofia que as detentas eram encaminhadas, seja para o pré-natal de risco ou para a realização do parto.

Como visto, a unidade foi criada como um modelo de política pública voltada para a saúde da mulher privada de liberdade, grávida ou com filho pequeno. No contexto de Minas Gerais, o CRGPL representa uma mudança de paradigma com relação ao que existia antes da criação da unidade. Todavia, alguns anos depois de sua criação, e com muitas das ideias do projeto inicial já não sendo mais executadas, faz-se importante saber como é vista e vivenciada a experiência do cárcere para as mulheres mães, sob a tutela do Estado. Para tanto, a análise do aprisionamento na instituição materno-infantil mineira se dá, primeiramente, com relação à maternidade, visto a especificidade da instituição encarcerar gestantes, mães e bebês. Durante as entrevistas, todavia, os relatos das entrevistadas nos levaram a considerar outro aspecto do aprisionamento de mulheres: o trabalho doméstico.

Aprisionando mulheres em seus papéis de gênero

Para começarmos a analisar os dados, precisamos primeiro pontuar quem são as mulheres que o sistema prisional encarcela, e nesse ponto o CRGLP não foge à regra. Segundo Lemgruber (1999), autora pioneira nos estudos sobre prisão feminina no Brasil, as mulheres apreendidas pelo sistema de justiça são provenientes dos estratos mais baixos da população: “[...] tem-se nas prisões uma representação mínima dos crimes praticados numa sociedade. Em geral, são aqueles indivíduos mais vulneráveis à ação da polícia e dos tribunais que aí se encontram, ou seja, os que pertencem às camadas sociais menos favorecidas” (1999, p. 53).

A tese da autora sobre a seletividade do sistema de justiça criminal encontra ressonância na obra de Wacquant (2013, 2014) que, ao analisar o sistema prisional, trata do conceito de “hiperencarceramento”, em contraposição à ideia de “encarceramento em massa”. Seu argumento é que essa última definição denota a aplicação, de forma indiscriminada, de um grande número de pena de privação de liberdade. Todavia, segundo o autor, o que acontece é que o sistema prisional comporta uma parte específica da população, em uma relação imbricada de desigualdades entre raça, classe e território de

moradia ou apreensão. Assim sendo, é a parcela mais pobre da população a mais atingida pelo Estado Penal, que opta por enrijecer o sistema de justiça criminal observando de maneira mais sistemática a parte socialmente mais vulnerável. Nesse processo, é justamente a parte da população que carece de assistência do Estado que é considerada a mais desviante e perigosa da sociedade.

O crescente aumento da população carcerária tem ainda relação com a denominada “guerra às drogas”, segundo Wacquant (2013). O autor destaca que essa política fez dos EUA o país com a maior população prisional do mundo, nos últimos anos, e, no caso do aumento do número de mulheres em prisões no Brasil, a lei de drogas, de 2006, teve considerável impacto. De acordo com dados do Infopen (2016), 68% das mulheres encarceradas no país respondem pelo crime de tráfico de drogas.⁸

De maneira geral, é diante desse cenário que se dá nosso estudo em prisões femininas: unidades em que há uma grande concentração de mulheres negras, pobres, de baixa escolaridade, oriundas de bairros considerados periféricos, e, a maioria delas, presas por crime de tráfico. Além das entrevistas semiestruturadas, aqui analisadas, a pesquisa utilizada para a construção deste artigo, possuiu uma etapa quantitativa que contou com a elaboração de *survey* aplicado a vinte e cinco das cinquenta mulheres presas na CRGPL. As respostas do *survey* fornecem dados interessantes, que se relacionam com o que foi abordado por Wacquant (2013; 2014).

No Centro de Referência à Gestante Privada de Liberdade, no momento da pesquisa, 84% das mulheres se identificavam como negras (sendo 60% pardas e 24% pretas). Das respondentes, 44% possuíam alguma ajuda do governo, sendo majoritariamente beneficiárias do “bolsa família”, ou seja, de uma política pública direcionada à parcela mais pobre da população. Apenas duas internas afirmaram possuir outro tipo de auxílio, quais sejam, aposentadoria por motivos de saúde e auxílio governamental para filha portadora de deficiência. Por fim, destacamos também os índices de escolaridade: 44% das mulheres presas no Centro tinham apenas o Ensino Fundamental incompleto. Essas características delineiam, em grande medida, o perfil das mulheres encarceradas no CRGPL.

Para além da vulnerabilidade social em que se encontravam as mulheres, antes de lotar os presídios brasileiros, Ioná Birolo (2010) evidencia como o cárcere potencializa as vulnerabilidades também da gravidez, uma vez que na prisão as gestantes ficam longe de seus companheiros, de sua família e das demais pessoas de seu relacionamento, que possam apoiá-las nesse momento ímpar da vida. O isolamento de mulheres grávidas e recém mães ficou evidenciado, também, na pesquisa realizada para este estudo. Das sete mulheres entrevistadas na pesquisa, apenas duas continuaram com seus companheiros, mas mantinham contato com eles somente por meio de cartas, já que também estavam presos.

Vale assinalar que a maternidade heterosexual não é a única forma de maternidade possível, e que existem diversas maneiras para que ela aconteça, incluindo a possibilidade da maternidade de casais homoafetivos, e tal possibilidade foi abrangida em nossas entrevistas. Todavia, tão logo apresentávamos as alternativas de relacionamento e maternidade não heteronormativa, éramos interrompidas com surpresa e certo repúdio por parte das entrevistadas. Atribuímos essa reação, em certa medida, aos discursos moralizantes aos quais as internas estavam submetidas no CRGPL, que valorizava os padrões tradicionais de gênero.

Com relação às visitas de familiares, apenas três mulheres relataram recebê-las – sendo que uma delas recebia semanalmente, outra, a cada quinze dias e a última apenas relatou que recebe visita, sem especificar a periodicidade. Tais entrevistadas nos relataram, todavia, que são exceção dentro do Centro, e que apenas cinco internas que ali residiam recebiam visitas de algum familiar. A maioria das mulheres justificava a ausência de seus familiares pela distância, já que as detentas são transferidas de outras cidades do estado – que não contam com infraestrutura para gestantes – para o Centro, em Vespasiano. Uma vez que as mulheres que estão encarceradas são, em sua maioria, oriundas das camadas mais vulneráveis da população, a falta de condições financeiras para o deslocamento de familiares até

⁸ Disponível em <http://www.justica.gov.br/news/estudo-traca-perfil-da-populacao-penitenciaria-feminina-no-brasil/relatorio-infopen-mulheres.pdf>

a unidade foi a principal causa levantada pelas entrevistadas. Nesse contexto, o fato de ser transferida para o Centro representava, para muitas mulheres, o distanciamento e o isolamento, no momento em que elas mais precisavam do apoio de seus familiares: a maternidade.

Apesar de a ausência ser justificada pela distância da unidade para as cidades de origem das detentas, para as profissionais entrevistadas, era nítida a diferença da quantidade de visitas recebidas pelas mulheres e pelos homens presos – uma comparação que independe da distância entre a localização dos presídios e da moradia familiar, na maioria das vezes.

Entrevistada 8 – Então a mulher que é tida como ‘criminosa’, vamos por aí entre aspas, ela tem que ser execrada, ela não serve, ela não consegue fazer o que a sociedade esperou dela, então ela é abandonada, literalmente. Ela é abandonada pelos companheiros, ela é abandonada pelos filhos, ela é abandonada até pela mãe, em alguns momentos. É aterrorizador, quando você vai a uma [cadeia] mista fica mais fácil de ver, que tem homem e mulher, olha a fila de homem e olha a fila de mulher, olha o que nós temos aqui no domingo de fila. Tudo bem que nós temos uma característica delas serem do interior, existe uma dificuldade, mas vai à PIEP, que tem 400 presas, vai a Bicas 2 que tem homem e mulher, é impressionante, impressionante.

A fala da entrevistada é bastante emblemática ao tratar do abandono como forma de punição social da mulher presa, e levanta como fator definidor para esse rompimento de laços a expectativa do papel de gênero: “ela não serve, ela não consegue fazer o que a sociedade esperou dela”. Na visão da profissional, a realidade do Centro tem relação direta com análises da literatura da área, como de Becker et al (2016) – bem como a supracitada abordagem de Miyamoto e Krohling (2012) – sobre o abandono das mulheres que cumprem pena de privação de liberdade. Segundo os autores, uma vez que a sociedade não espera de uma mulher a agência no crime, tal rompimento do papel de gênero atribuído a ela gera uma punição dupla: a legal, por meio do cárcere, e a social, por meio do abandono.

Há, portanto, uma forma de punição específica para mulheres que cometem crimes – o abandono –, que está relacionada ao rompimento do papel de gênero: “ela não conseguiu ser uma mãe, não conseguiu ser dona de casa” (Entrevistada 8), “ela está fugindo do que foi preconizado para ela, que era como cuidadora e mãe” (Entrevistada 10). Nesse contexto, interessava-nos saber se a unidade prisional materno-infantil pesquisada atua também com relação a essa expectativa. Tendo em vista os trechos citados, está presente nas narrativas, inclusive em forma de crítica, a ideia do espaço privado e da divisão sexual do trabalho – com ênfase no trabalho doméstico e na maternidade – como destinos sociais das mulheres.

Retomando a história da prisão feminina no Brasil, que inicialmente teve como principal objetivo “ressocializar” a mulher dentro dos papéis de gênero atribuídos a ela, Pizolotto (2014) afirma que o encarceramento feminino estava associado ao não cumprimento do papel social estabelecido para as mulheres, socialmente. Segundo a autora, como a mulher deveria ser exemplo moral, servindo e sendo submissa à família de seu pai e, depois, ao seu esposo, quando ela se desviava desse padrão, ela precisava ser resgatada para aprender como “ser mulher”. Disso se tem a especificidade dos estabelecimentos prisionais femininos, desde a criação das primeiras penitenciárias femininas administradas pela Igreja. A proposta de separação das unidades masculinas e femininas apresentada por Lemos Brito tinha relação com os diferentes objetivos da unidade feminina: reeducar as mulheres dentro da moralidade e dos bons costumes, de acordo com os valores de uma sociedade patriarcal. Era posto, portanto, que as mulheres necessitavam de uma educação especial guiada pelos padrões de gênero que não seriam aprendidos em prisões masculinas (PIZOLOTTO, 2014).

Aprender a desempenhar um papel social é, na análise sociológica, denominado processo de socialização. “Vista sob este ângulo, a socialização é a imposição de padrões sociais à conduta individual” (BERGER E BERGER, 2008, p.173). Nesse sentido, socializar um indivíduo significa transmitir padrões de comportamento, normas, valores e crenças sociais, para que ele, então, os incorpore e os reproduza como membro de uma sociedade. Tendo em vista a concepção histórica de reeducação e readaptação feminina dos presídios femininos, o aprendizado em questão pode ser tido como ‘ressocialização’, se considerarmos o aspecto semântico da palavra.

Uma vez que as mulheres criminosas são consideradas aquelas que desviaram do cumprimento de seu papel de gênero, segundo as expectativas patriarcais, a função de reintegrar e reinserir na sociedade pode estar ligada ao processo de aprendizagem desses papéis. Como sugere a fala da entrevistada 8, “a mulher que é tida como ‘criminosa’, vamos por aí entre aspas, ela tem que ser execrada, ela não serve, ela não consegue fazer o que a sociedade esperou dela”, na trajetória de vida das mulheres presas, o processo de socialização falhou ou, por algum motivo, não se efetuou como o esperado.

Segundo Artur (2009), quando criadas, as prisões femininas tinham natureza e funções diferentes dos estabelecimentos penais masculinos, uma vez que prisões femininas se propunham a devolver para a sociedade mulheres reestruturadas, moldadas dentro dos padrões morais tradicionalmente estabelecidos, ou seja, mulher dócil e submissa, apta para o casamento e o trabalho doméstico. Não se tratava apenas de punir, mas de ressocializar a mulher dentro da moralidade feminina vigente: de boa mãe, esposa, filha e dona de casa.

Assim, as instituições femininas que foram edificadas, a partir do Código Penal de 1940, faziam com que as mulheres se dedicassem a trabalhos domésticos como costura, cozinha, e cuidado da casa, para, então, estarem “aptas” a retornar para a sua família e para o convívio social. Todavia, ainda hoje é possível perceber que as instituições penais femininas trazem consigo esse traço do passado: unidades com fachadas pintadas de rosa – o que também está presente no Centro –, e trabalhos que são associados ao universo feminino como cabeleireiras, artesãs, costureiras e cozinheiras, por exemplo.

Em concordância com o reforço de um trabalho de “natureza feminina” nas prisões, Miyamoto e Krohling ressaltam, também, que a função da pena dirigida à mulher desviante é a de reconduzi-la a um “modelo de conduta baseado na castidade e fidelidade sexual, e fazê-la aprender o trabalho doméstico” (2012, p. 231). Para os autores, tal como na criação das penitenciárias femininas, o processo de ressocialização da mulher presa, ainda hoje, é pensado a partir da perspectiva da divisão sexual do trabalho, segundo a qual, aos homens cabe o exercício em ambientes públicos, e às mulheres, o trabalho nos ambientes privados. No CRGPL essa ideia de reaprendizagem das tarefas femininas e de ressocialização da mulher no papel de gênero pode ser visto, tanto nas falas das entrevistadas presas quanto das funcionárias, como segue.

Papéis em questão: a maternidade e o trabalho doméstico

Braga et al. (2015), a partir de uma extensa pesquisa em unidades materno-infantis, tratam das condições vividas por mulheres gestantes e mães, no cárcere brasileiro. De acordo com as autoras, as presas em situação de exercício da maternidade transitam entre o papel de mãe – visto como vocação natural e sacralização da mulher –, e o papel de criminosa – significando o desvio das expectativas sociais e morais atribuídas ao sexo feminino. Na prisão, quando esses dois universos se encontram, há uma relação tensa, em que a gestação e a maternidade atendem, de alguma forma, ao ideal de (re)encaixar as mulheres nas expectativas de seus papéis de gênero, mesmo que essa gestação – em meio ao crime – seja entendida como uma profanação da sacralidade de gerar um filho.

No CRGPL, esse transitar das mulheres – entre a maternidade e o crime – pode ser notado a partir da perspectiva de profissionais da instituição que entendem que por meio do exercício da maternidade, será possível ressocializar a mulher presa. Isso fica claro nos resultados da pesquisa realizada, quando uma das diretoras da instituição nos relatou que “se há um lugar que estas mulheres podem

ser ressocializadas, é aqui, quando elas estão sendo mães". Três das cinco profissionais entrevistadas responderam que acreditavam, em alguma medida, que as mulheres que ali estavam poderiam deixar a vida no crime devido à experiência do exercício da maternidade. Apontamos, em seguida, a fala de uma delas:

Entrevistadora - Você acha que a maternidade exercida dentro do sistema prisional muda a vida dessas mulheres?

Entrevistada 9 - Algumas mudam, não é?! É igual os presos, uns mudam, ressocializam, trabalham honestamente e tem uns que não. Aqui também é assim, umas mudam e outras não, mas quando elas estão aqui com a criança, porque aqui é uma *escola*. Presa aqui que nunca cuidou de criança, cuida agora porque sempre foram os pais, as mães que cuidavam, não é?! E aqui ela aprende a cuidar da criança, lidar com a criança, entendeu? Ela adquire mais uma experiência e pega mais amor, então por isso também que muitas mudam, muitas saem do crime, entendeu?

A fala dessa entrevistada vai ao encontro das análises anteriormente citadas, acerca do aprendizado dos papéis sociais. Cuidar do filho é, segundo a narrativa acima, uma espécie de escola para as mulheres. Assim, além da criação do vínculo, as mulheres teriam a oportunidade de aprender a ser mãe. Uma ponderação é necessária aqui. A fala apresentada sintetiza o que várias profissionais afirmam enfaticamente; que essas mulheres "não eram mães" fora da prisão, ou seja, que não cuidaram – ou não souberam cuidar – de seus filhos anteriormente. Diante do tom acusador e moralizante desses relatos, tem-se que algumas profissionais da unidade acionam o fato de cuidar do filho (e nesse caso a amamentação ganha ainda mais destaque, visto que as unidades existem, sobretudo para cumprir com a indicação, da OMS, do aleitamento materno por no mínimo seis meses) como um aprendizado para as mulheres, ao mesmo tempo em que enxergam na maternidade uma fonte de ressocialização.

Mas, contrário à ideia de maternidade como um direito de liberdade das detentas, a maternidade no cárcere é vivida a partir da imposição de regras institucionais e como um exercício constante e ininterrupto na vida das mães. No Centro, as mulheres são obrigadas a "ser mães 24 horas por dia" e "cuidar do seu filho vinte e quatro horas por dia", como colocado por uma das profissionais (Entrevistada 8). O que significa, em última instância, um trabalho ininterrupto e cansativo, além de gravemente estressante devido às regras institucionais impostas. A forma de exercer a maternidade, em uma unidade prisional, é perpassada por inúmeras normas institucionais que moldam a relação mãe-filho, e que as detentas são coagidas a obedecer, mesmo que não concordem.

A interseção do reforço das normas de gênero e das relações disciplinares identificadas nas unidades materno-infantis está presente tanto na abordagem de Diuana et al. (2017), como na análise de Angotti e Braga (2015). Isso fica evidente no funcionamento e nas regras institucionais, sobretudo em alguns pontos. As primeiras autoras destacam três pontos: a angustiante perspectiva de separação entre mãe e filho com o fim do tempo permitido pelo sistema prisional, a autoridade da unidade sobre as mães e a supervisão das funcionárias com relação à disciplina permanentemente controlada, e o cuidado completo destinado às mães em tempo integral. As demais pesquisadoras destacam, por sua vez, dois pontos: o que elas denominam hipermaternidade e hipomaternidade. Para elas, a maternagem na prisão é experimentada a partir do paradoxo entre o excesso de maternidade nos meses nos quais a mãe permanece com o filho, e a súbita ruptura da relação mãe e filho depois do tempo de convivência estipulado pela instituição. As análises têm, portanto, pontos em comum que nos auxiliam na análise do Centro.

Primeiramente, o que essas mulheres vivem, segundo Braga e Angotti (2015), é um processo tido como hipermaternidade, esse convívio ininterrupto, em que as mulheres são retiradas das atividades oferecidas dentro das unidades, das atividades escolares e de seus trabalhos para remição de pena e/ou remuneração, para exercerem seu papel de mãe durante o dia inteiro, tendo contato apenas com

seu filho e outras mulheres nas mesmas funções. Nesse processo, isolamento e solidão, além do afastamento do cotidiano prisional com possibilidades de trabalho e estudo, são bastante comuns. Diuana et al. (2017) denominam, por sua vez, esse processo de “maternidade exclusiva”, tendo em vista a dedicação integral das mulheres à maternidade, o que além de ter relação com a divisão sexual do trabalho na nossa sociedade, evidencia também a falta de alternativas e apoio institucionais.

No caso do Centro, as mulheres são obrigadas a ficarem com seus filhos durante todo o dia e noite, e obrigadas também a levarem seus bebês em todas as atividades que realizam dentro da unidade, inclusive na limpeza da cadeia – que é uma responsabilidade das internas. Durante as entrevistas, quando consideramos a oportunidade de estarem na escola da unidade – já que estudar é uma ‘escolha’ das internas – as mulheres contaram que acabam parando de frequentá-la, para que os bebês não atrapalhem as aulas. Dessa forma, por mais que não tenha um afastamento direto, indiretamente, essas mulheres são afastadas das poucas atividades do presídio. Apenas com relação ao trabalho remunerado oferecido na unidade é que a regra muda: para trabalhar, as mulheres não podem levar seus filhos, tendo que pagar outra interna – no caso, uma gestante – para ficar com sua criança durante a jornada. Isso porque na unidade visitada não há creche para as crianças.^s

As regras as quais são submetidos, as presas e seus filhos, também são tema de análise dos estudios citados. Braga e Angotti (2015) enfatizam a questão do “rigor disciplinar” das prisões materno-infantis, destacando o fato de que as mulheres são submetidas às regras da unidade para além das privações do sistema prisional, mas também no âmbito do exercício da maternidade. Nesse contexto, as mães entrevistadas disseram não concordar com todas as regras impostas no Centro, relacionando o excesso de normatividade com sensação de impotência, estresse e insegurança, muitas vezes. Algumas regras do Centro foram temas das conversas com as entrevistadas, durante a pesquisa. Como nos contaram as presas, se o filho chorar por muito tempo as mães recebem comunicado da direção, as mulheres não podem dormir na cama com o seu filho, ou deixá-lo andar no chão, e são obrigadas a levar seu bebê para todo lugar, inclusive, como dito, onde elas realizam a limpeza.

Outra regra importante da unidade é que todas as mães são obrigadas a amamentar até os seis meses de forma exclusiva, o que foi reforçado por muitas profissionais entrevistadas como um ponto positivo – seguindo as orientações da OMS – mas em algumas mães gera frustração o fato de não ser permitido dar nenhum outro alimento ao bebê nesse período. Há regras institucionais, portanto, sobre as quais poucas mães concordam, mas são obrigadas a cumprir. Algumas internas com quem conversamos sentem que essas regras são formas de reforçar a punição no cárcere.

Para Diuana (2016, apud DIUANA et al., 2017), ao estarem submetidas à tutela do Estado durante a sua maternidade, as presas não possuem poder decisório, tendo suas decisões mais íntimas vigiadas. Assim, a maternidade é exercida num contexto fortemente controlador e hierarquizado, havendo tensões específicas que ficam eminentes na relação entre a ordem disciplinar punitiva do sistema prisional e as prescrições da maternidade. Nesse sentido, o tema da maternidade no cárcere envolve diversos aspectos que precisam ser também considerados: “além da discussão da divisão de papéis sexuais e o papel social da família, a condição de privação de liberdade da mulher e as relações de poder, hierárquicas e assimétricas, de diferentes ordens e intensidades, que afetam suas vidas no contexto das prisões” (DIUANA et. al., 2017, p. 729).

Na pesquisa realizada, o excesso de normatividade e controle sobre a maternidade e os bebês são temas recorrentes das reclamações das presas. De acordo com uma das internas:

Entrevistada 4 – Aqui eles querem privar você do seu filho andar no chão, do seu filho gritar. Quem está preso é nós, não é eles não. Eles não cometem crime nenhum não. Se eles falam que aqui é a cadeia da criança, eles podem fazer o que eles quiserem, quem não pode somos nós. Ai quando você vai reclamar, eles te colocam de castigo, de comunicado. Essa cadeia aqui é um lixo. Se eu soubesse que era isso aqui, eu nem tinha vindo para cá, eu tinha deixado meu filho lá fora, tinha ficado longe dele.

Diuana et al. (2017) referem-se à submissão da mãe às regras e à supervisão das funcionárias da unidade materno-infantil como “maternidade desautorizada”. De acordo com as autoras, o controle disciplinar da prisão desautoriza as mães no exercício de cuidar do filho e de integrá-lo em seus costumes familiares e socioculturais, devido ao excesso de restrições impostas às decisões e ao poder das mães.

Uma das internas entrevistadas, por exemplo, reclamou enfaticamente da regra institucional que proíbe o bebê dormir na cama com a mãe – o que segundo ela era um hábito com os outros filhos, que lhe agradava muito, antes de ser presa – e, salvo os motivos dessa norma, esse é um marcador importante no exercício da maternidade daquelas que, além de privadas de liberdade, se veem privadas de decisões sobre o cuidado com o filho – cuidado que é temporariamente definido pelo sistema prisional de cada estado. Neste ponto é perceptível que a unidade exerce três formas de controle, quais sejam: em relação à mulher, que está presa e, isso, por si só já é uma forma de controle; na relação entre mãe e filho, a qual é submetida a inúmeras regras institucionais, e por fim, há o controle sobre os filhos, uma vez que as regras da unidade visam, inclusive, moldar o comportamento das crianças que ali vivem.

Sobre o tempo de contato da mãe e do filho no cárcere, ressalta Diuana et al.: “O vínculo com o filho nascido durante o encarceramento se constrói em conexão com a vivência simultânea da separação” (2017, p. 732). As autoras se referem, nesse contexto, tanto à perspectiva da separação obrigatoria, quando finalizar o tempo permitido para a permanência da criança na prisão, como à ameaça da separação devido a problemas disciplinares da mãe. O que é denominado, na análise citada, como “maternidade interrompida” trata-se, portanto, da vulnerabilidade na construção do vínculo entre mães e filhos na prisão.

Os vínculos criados em uma unidade prisional materno-infantil e a angústia da separação remetem a particularidades da maternidade experimentada por essas mulheres. A obrigatoriedade de estar com seu filho durante todo o dia, somada à ausência de relações afetivas confiáveis dentro da prisão (GALVÃO e DAVIM, 2014), faz com que as mulheres que vivenciam a maternidade em situação de cárcere desenvolvam, muitas vezes, uma relação desmedidamente intensa e simbiótica com o seu filho.

Em conversa informal com uma interna do Centro, ela foi enfática ao dizer “se tirarem meu bebê de mim eu morro, ele que me dá força para aguentar isso daqui”. Essa frase sintetiza a relação da mulher com seu filho: a criança é a única relação afetiva e de plena confiança que elas têm na unidade, tornando-se, até mesmo, a única relação social destas mulheres. Além de filho, o bebê se torna o apoio que é negado de todas as outras partes, como a família e o companheiro. Um dado importante da pesquisa, que demonstra esse vínculo e essa relação de angústia da separação é: todas as internas entrevistadas, quando perguntadas com quem o filho ficaria quando esgotasse o tempo de um ano de convivência estipulado pelo Centro, responderam: “vamos sair juntos, se Deus quiser”.

Porém, após essa relação de hipermaternidade, as mulheres experimentam o que Braga e Angotti chamam de hipomaternidade, que é “o rompimento imediato do vínculo, sem transição e/ou período de adaptação” (2015, p.236). Esse rompimento é a maior preocupação das mulheres entrevistadas e, como mencionado acima, por esse motivo, é um assunto que elas não se sentem confortáveis para falar.

Entrevistada 6 - O que mais me apavora aqui é que a gente sabe que quando faz um ano tem que ir embora, não é? Então assim, eu estou pedindo a Deus para mudar minha história.

Como levantado por Braga et al (2015), a assistência que as detentas recebem em uma unidade materno-infantil tem um alto custo, uma vez que elas são privadas de autonomia para exercerem seus direitos sexuais e reprodutivos, e sua maternidade ou não-maternidade da forma que desejam, sendo obrigadas a seguirem regras impostas pela instituição sobre como e até quando criar os seus bebês. Nesse contexto, e conforme aborda Diuana et al (2017), a maternidade vivenciada no cárcere é marcada por diversas tensões, uma vez que há mecanismos institucionais que atuam no processo de normatização da maternidade gerando conflitos e medos nas mulheres, mães aprisionadas.

Essa normatização é, portanto, um conflito em si, uma vez que não apenas nega a autonomia da mãe e vai contra as convicções destas mulheres, mas, em alguns momentos, colocam em risco a saúde da criança e da mulher. Na pesquisa realizada, a regra da instituição que foi mais questionada pelas internas entrevistadas é a obrigatoriedade de levar seus filhos para os ambientes onde devem realizar a faxina da unidade. Em razão disso, o trabalho doméstico passou a ser um tema bastante abordado nas conversas com as detentas. Como relatado pelas nossas entrevistadas, a limpeza da unidade é de responsabilidade das presas que se revezam em três turnos diários: o primeiro às sete horas da manhã, o segundo ao meio dia, e o terceiro às dezesseis horas – o que segundo as entrevistadas, representa um exagero:

Entrevistada 4 – Aqui não devia chamar Centro de Referência não, devia chamar centro da escravidão.

Entrevistadora – Por quê? Vocês trabalham muito?

Entrevistada 4 – Você está doida?! Os filhos da gente aqui chorando ali, e eles falam que a prioridade é a cadeia e depois que vem o filho da gente. [...] Fora isso, a gente faz todos os serviços da cadeia, quem cuida dessa cadeia toda somos nós. Às vezes a gente está passando mal, o filho da gente não está bem, a gente vai cuidar do filho da gente e eles falam que não, que a prioridade é a cadeia. Que é para a gente limpar primeiro.

Além da presença da criança nos locais da faxina ser preocupante, quando consideramos o fácil acesso que elas têm aos materiais de limpeza – que são tóxicos – e a insalubridade de alguns ambientes, como os banheiros públicos. A prática da faxina, em que a mães tem contato direto com produtos de limpeza e sujeira, pode ser então um problema quando compartilhada com o bebê – por vezes, recém-nascido. Outro ponto na fala que é necessário lançar luz à afirmação: “eles falam que a prioridade é a cadeia”. Nesse sentido há uma contradição, visto que a instituição se propõe a abrigar bebês e garantir o que preconiza a Lei 13.257 de 2016, tendo sido criada para proporcionar o cuidado e o vínculo necessários a mães e filhos. Todavia, quando observamos a gestão direcionada à prioridade da segurança e do intensivo trabalho de manutenção doméstica do ambiente prisional, é possível perceber um deslocamento considerável dos propósitos da instituição. Dessa forma, não só o direito da criança é desrespeitado, mas sua saúde é colocada em risco devido à insalubridade de alguns ambientes a que são submetidas durante a faxina da cadeia.

Um caso que nos chamou a atenção foi que em uma de nossas visitas, uma interna que havíamos entrevistado, quando ela ainda estava grávida, veio nos cumprimentar e mostrar sua filha que não tinha ainda completado o primeiro mês de vida. Ela nos relatou que ela teve pré-eclâmpsia⁹ no parto, além de algumas complicações para o nascimento de seu bebê e, de acordo com suas palavras, estava “toda costurada por dentro”. Assim que uma agente a viu conversando com nossa equipe, gritou para a entrevistada ir fazer a faxina que era de sua responsabilidade. Questionamos a interna se ela poderia realizar essas tarefas já que, além de estar de resguardo, ela ainda tinha sofrido complicações e estava no processo de recuperação. Ironicamente ela nos respondeu: “aqui não tem isso de resguardo, a gente tem que trabalhar”. Em seguida, saiu carregando a filha que estava deitada em uma banheira, sobre um cobertor, direto para um dos banheiros da unidade.

Visto isso, é possível perceber que não é apenas a regra de levar as crianças para limpeza que é questionada, mas também a quantidade de trabalho que essas mulheres são obrigadas a realizar. As reclamações quanto ao trabalho doméstico são emblemáticas, portanto, quando consideramos as condições que estas mulheres se encontram: especialmente a gravidez e o pós-parto.

⁹ Aumento da pressão arterial, inchaço nas mãos ou rosto e a liberação de proteínas na urina.

Em uma das nossas conversas informais com uma das diretoras da unidade, ela nos apresentou o alojamento dizendo que “como aqui é um lugar de mulheres a gente exige que seja muito bem organizado e limpo, é muito feio mulher desorganizada”. Tal narrativa remete, claramente, às expectativas relacionadas ao papel de gênero: a partir da construção de representações de feminilidade baseadas em estereótipos que definem a forma como mulheres devem atuar na sociedade – e nesse sentido, o cuidado e o ambiente privado são definidores na divisão social do trabalho que compete à mulher. É nesse contexto que Espinoza (2004) afirma que o trabalho na prisão feminina tem função *domésticadora*.

O trabalho surge em nossa reflexão como o instrumento que nos permitirá entender a transformação das mulheres presas, na imposição de valores que compreendem a docilidade e a domesticidade como virtudes, reforçando a submissão da mulher e restringindo o exercício de práticas cidadãs (ESPINOZA, 2004, p. 52 e 53).

De acordo com a autora, as atividades direcionadas às mulheres presas – tanto as que são remuneradas ou que fornecem remição de pena, como as de manutenção nos presídios femininos – são aquelas consideradas tradicionalmente femininas: “[...] o trabalho assumiu um *papel domesticador* que reforça as atribuições de gênero difundidas no universo extramuros [...]” (ESPINOZA, 2004, p. 134, grifo nosso). Em consonância com a nossa análise:

A maioria das prisões femininas foi instalada em conventos, com a finalidade de induzir as mulheres ‘desviadas’ a aderir aos valores de submissão e passividade. Na atualidade, apesar de quase não existirem presídios controlados e geridos por organizações religiosas, a necessidade de controlar as mulheres não mudou: subsiste o intuito de transformá-las e encaixá-las em modelos tradicionais, entendidos de acordo com padrões sexistas. Essa situação acentua o caráter reabilitador do tratamento que busca ‘reestabelecer a mulher em seu papel social de mãe, esposa e guarda do lar e de fazê-la aderir aos valores da classe média’, naturalizando as atribuições de gênero e reproduzindo a desigualdade no tratamento das presas (ESPINOZA, 2004, p. 134).

Enquanto a faxina realizada pelas detentas não dá às presas remição de pena e/ou remuneração, há trabalhos dentro da instituição visitada que oferecem alguma forma de pagamento, como o de algumas empresas que se instalam na unidade e os trabalhos oferecidos pelo próprio CRGPL. Porém, também nessas atividades é possível perceber um reforço da socialização da mulher dentro daquilo que é esperado como papel de gênero: os trabalhos ofertados são de artesanato, confecção e cuidadora das crianças – enquanto a mãe trabalha – e no lactário da unidade.

A particularidade do trabalho feminino exercido nas penitenciárias tem, segundo Espinoza (2004), características e diferenças que reforçam as desigualdades entre os性es tanto dentro, como para além dos muros da prisão: às mulheres são designadas atividades de menor relevância e valor no mercado de trabalho, e privilegiadas as atividades domésticas e industriais tradicionalmente tidas como femininas como: costurar, bordar, cozinar, confeitar e cuidar da aparência. Sabe-se que os trabalhos direcionados aos homens nas prisões masculinas são similares e voltados, em sua maioria, para a manutenção da cadeia e para funções que não têm grande valor no mercado de trabalho. Todavia, a peculiaridade encontrada no CRGPL é o discurso moralizante que perpassa o exercício dessas atividades. Tal como explicitado na fala citada anteriormente, a direção da unidade visitada se pauta nas características que deve ter uma prisão feminina associando o “lugar de mulher” à necessidade de um ambiente estar limpo e organizado.

Considerações finais

Tendo em vista que as discussões sobre mecanismos de conformação da mulher nas expectativas dos papéis de gênero são consolidadas tanto na esfera do mundo livre, como dentro das instituições penais, quando se trata de uma prisão materno-infantil algumas particularidades merecem destaque.

O primeiro ponto é que a maternidade integral, tutelada e normativa, torna-se uma espécie de “salvação social” para a mulher presa, uma vez que a gestação e a maternidade irão atender à necessidade de encaixá-la nas expectativas de seus papéis. É nessa perspectiva que afirmações como a de uma funcionária saltam aos olhos: “se tem um lugar que consegue ressocializar é aqui, no momento da maternidade”. Logo, para a instituição, a gestação e, posteriormente, a maternidade tal como regulamentada pela unidade, faz com que as mulheres presas exerçam de fato seu papel na sociedade, possibilitando o afastamento do crime. É nesse sentido que algumas frases das profissionais entrevistadas nos chamam tanto a atenção: a maternidade dentro do cárcere possui, em última instância, a mesma função normativa da prisão em si, qual seja, ‘ressocializar’ e punir. Argumentos como “aqui é uma escola”, “elas estão aqui para serem mães”, “aqui ela tem que ser mãe 24 horas por dia”, acionam a expectativa do papel de gênero, tanto quanto a função punitiva da instituição prisional.

O segundo ponto destacado pelos relatos das entrevistadas nesta pesquisa também vai ao encontro dessas expectativas de gênero, ou seja, o trabalho doméstico. Tal como enfatizado pelas entrevistadas – por meio de um discurso moralizante por parte das profissionais, e de reclamações por parte das internas – o excesso de trabalho doméstico, assim como o trabalho integral relacionado ao cuidado dos filhos eram vistos como forma de (res)socializar e, em última instância, de punir mulheres que cumprem pena de privação de liberdade no Centro.

Dessa forma, e tal como abordam Miyamoto e Krohling (2012), contrário à emancipação social da mulher encarcerada, a prisão materno-infantil aqui analisada atua na produção e na reprodução das desigualdades de gênero presentes na sociedade, reforçando a conformação da mulher aos papéis tradicionalmente destinados ao universo feminino, assim como sua conformação ao espaço privado. Na análise de Barcinski (2009), as expectativas relacionadas à conformação ao papel de gênero e à esfera privada compõem, muitas vezes, um “índice de recuperação” nos discursos relacionados às mulheres que cometem algum tipo de crime: “sustentando uma ‘ideologia da domesticidade’, de acordo com a qual, a identidade das mulheres é construída, principalmente, em torno da casa e do cuidado com os filhos” (p.1851).

Por fim, vale destacar outra singularidade que, ao abordar o sistema prisional e a intersecção entre gênero e cárcere, este estudo traz: a presença das crianças na instituição. Tem-se, nesse contexto, além de uma maternidade tutelada, um controle bastante forte também sobre os bebês. Dessa forma, assim como suas mães, os filhos que o Centro abriga são, também, conformados às normas institucionais e submetidos à disciplina prisional, tendo suas vidas reguladas e institucionalizadas neste primeiro ano da infância. Assim, apesar de residirem com as mães por direitos relacionados ao cuidado e ao vínculo que é garantido a eles, os bebês que uma instituição prisional materno-infantil abriga vivem, também, a experiência do aprisionamento.

Referências

- ANGOTTI, Bruna. Entre as leis da Ciência, do Estado e de Deus: o surgimento dos presídios femininos no Brasil. Dissertação de mestrado, Antropologia Social, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2011.
- ARTUR, Angela. “Presídio de Mulheres”: as origens e os primeiros anos de estabelecimento. São Paulo, 1930-1950. ANPUH– XXV Simpósio Nacional De História, Fortaleza, 2009.
<https://anpuh.org.br/uploads/anaissimposios/pdf/201901/1548772192_1635d32f7239cd3bc-f643523baabdd02.pdf> Acesso em 29/04/2019
- BARCINSKI, Mariana. Centralidade de gênero no processo de construção da identidade de mu-

lheres envolvidas na rede do tráfico de drogas. *Revista Ciência & Saúde Coletiva*, 14 (5), 2009, pp. 1843-1853.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S141381232009000500026&lng=en&nrm=iso&tlang=pt>. Acesso em 29/04/2019.

BECKER, Ana; SPESSOTE, Desirée; SARDINHA, Laíza; SANTOS, Lucas; CHAVES, Natália; BICALHO, Pedro. O cárcere e o abandono: prisão, penalização e relações de gênero. *Revista Psicologia, Diversidade e Saúde*, Salvador, 2016, pp. 141-154.

BERGER, Peter; BERGER, Brigitte. Socialização: como ser membro da sociedade. In: FORACCHI, Marialice M. & MARTINS, José. *Sociologia e Sociedade: leituras de introdução à sociologia*. LTC: São Paulo, 2008.

BIROLO, Ioná. Puerpério em ambiente prisional: vivência de mulheres, Dissertação de mestrado, Enfermagem, - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2010.

BRASIL. Código Penal, Constituição Federal. Lei de Execução Penal (LEP): Lei 11.942 de maio de 2009.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2009/lei/l11942.htm> Acesso em 18/07/2009

BRASIL, Código Penal, Constituição Federal. Lei 13.257 de 8 de março de 2016.

<http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2016/lei/l13257.htm> Acesso em: 18/07/2018.

BRAGA, Ana Gabriela; et al. Dar à luz na sombra: Condições atuais e possibilidades futuras para o exercício da maternidade por mulheres em situação de prisão. *Série Pensando o Direito* (51), Brasília, 2015.

<<https://www.justica.gov.br/news/201clugar-de-crianca-nao-e-na-prisao-nem-longe-de-sua-mae201d-diz-pesquisa/pesquisa-dar-a-luz-na-sombra-1.pdf>> Acesso em 29/04/2019.

BRAGA, Ana Gabriela. Entre a soberania da lei e o chão da prisão: a maternidade encarcerada. *Revista Direito GV*, São Paulo, v.11, n.2, 2015, pp. 523-546.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S180824322015000200523&lng=en&nrm=iso&tlang=pt> Acesso em 29/04/2019.

BRAGA, Ana Gabriela; ANGOTTI, Bruna. Da hipermaternidade à hipomaternidade no cárcere feminino brasileiro. *Revista Internacional de Direitos Humanos*, v.12, n.22, p. 229 – 239, 2015.

<<https://sur.conectas.org/da-hipermaternidade-hipomaternidade-no-carcerefemininobrasileiro/>> Acesso em 29/04/2019.

DIUNA, Vilma; CORRÊA, Marilena; VENTURA, Miriam. Mulheres nas prisões brasileiras: tensões entre a ordem disciplinar punitiva e as prescrições da maternidade. *Physis Revista de Saúde Coletiva*, Rio de Janeiro, 27 [3]: 727-747, 2017.

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S010373312017000300727&lng=en&nrm=iso&tlang=pt> Acesso em 29/04/2019.

ESPINOZA, Olga. A mulher encarcerada em face do poder punitivo. São Paulo, IBCCRIM, 2004.

INFOOPEN. Levantamento Nacional de Informações Penitenciárias. Infopen 2^a. 2018.

<http://depen.gov.br/DEPEN/depen/sisdepen/infopenmulheres/infopenmulheres_arte_07-03-18.pdf> Acesso em 29/04/2019.

GALVÃO, Mayana; DAVIM, Rejane. Vivência de mulheres encarceradas durante a gestação. *Revista de Enfermagem UFPE* on-line, v. 8, n. 1, 2014, p. 2272-2278.

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/9915/10193>>

Acesso em 29/04/2019.

LEMGUBER, J. (1999), Cemitério dos vivos: análise sociológica de uma prisão de mulheres. Rio de Janeiro: Achiamé.

MIYAMOTO, Yumi; KROHLING, Aloísio. Sistema prisional brasileiro sob a perspectiva de gênero: invisibilidade e desigualdade social da mulher encarcerada. *Revista Direito, Estado e Sociedade* (40), 2014, p. 223-241.

<<https://periodicos.ufpe.br/revistas/revistaenfermagem/article/viewFile/9915/10193>> Acesso em 29/04/20109.

PIZOLOTTO, Letícia. A lei 11.343/2006 e o aumento de mulheres encarceradas. Trabalho de Conclusão do Curso de Graduação em Direito, Universidade Regional do Noroeste do Estado do Rio Grande do Sul, Ijuí, 2014.

WACQUANT, L. (2013), Punir os pobres: a nova gestão da miséria nos Estados Unidos, Rio de Janeiro: Editora Revan - Coleção Pensamento Criminológico.

WACQUANT, L. (2014), Class, raceandhyperincarceration in revanchistAmerica. SocialismandDemocracy, v. 28, n. 3, pp. 35-56.

Recebido em: 29 de abril de 2019

Aprovado em: 23 de maio 2020

Como citar este artigo:

CHAVES, Luana Hordones e ARAÚJO, Isabela Cristina Alves de. Aprisionando mulheres em seus papéis de gênero: análise de uma prisão materno-infantil. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 590-607.

¿El macho “apichonado”? Masculinidad, emociones y relaciones de género en los relatos de varones que pagan por sexo en Argentina¹.

Santiago Morcillo²

Estefanía Martynowsky³

Matías de Stéfano Barbero⁴

Resumen: En este artículo abordamos los sentidos asociados a la masculinidad y las relaciones de género que emergen de los relatos de los varones que pagan por sexo en Argentina haciendo foco especialmente en emociones como el miedo y la vergüenza. Así, ponemos de relieve la diversidad de relaciones de hegemonía-subalternidad posibles en las relaciones inter e intra-género que tienen lugar en el mercado sexual.

Palabras clave: prostitución, clientes, masculinidades, emociones.

¿The “wimped” macho? Masculinity, emotions and gender relations in the stories of men who pay for sex in Argentina.

Abstract: In this article we discuss the meanings associated with masculinity and gender relations that emerge from the stories of men who pay for sex in Argentina, especially focusing on emotions such as fear and shame. Thus, we highlight the diversity of possible hegemony-subalternity relationships in the inter and intra-gender relationships that take place in the sex market.

Keywords: prostitution, clients, masculinities, emotions.

¿O macho “fracote”? Masculinidade, emoções e relações de gênero nos relatos de homens que pagam sexo na Argentina.

Resumo: Neste artigo, discutimos os sentidos associados à masculinidade e às relações de gênero que emergem das histórias de homens que pagam por sexo na Argentina, concentrando-se especialmente em emoções como medo e vergonha. Assim, destacamos a diversidade de possíveis relações hegemonia-subalternidade nas relações inter e intra-gênero que ocorrem no mercado do sexo.

Palavras-chave: prostituição, clientes, masculinidades, emoções.

1 Financiamiento da Pesquisa: Proyecto de Investigación Científica y Tecnológica (PICT), Fondo para la Investigación Científica y Tecnológica (FONCyT), “Género y sexualidad en la mirada de varones que pagan por sexo”, Argentina.

2 Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) / Instituto de Investigaciones Socio-Económicas - Universidad Nacional de San Juan (IISE-UNSJ) – San Juan – Argentina - santiagomorcillo@gmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-5809-8635>

3 Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) / Universidad Nacional de Mar del Plata (UNMdP) – Mar del Plata – Argentina - estefania_mdp@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0003-1104-5426>

4 Consejo Nacional de Investigaciones Científicas y Técnicas (CONICET) / Instituto Interdisciplinario de Estudios de Género, Universidad de Buenos Aires (IIEGE-UBA) – Buenos Aires – Argentina - matiasdestefano@hotmail.com - <https://orcid.org/0000-0001-7561-4267>

De invisibles a transparentes

Viril:

1. *m.* Vidrio muy claro y transparente que se pone delante de algunas cosas para preservarlas o defenderlas, dejándolas patentes a la vista.
2. *adj.* Perteneciente o relativo al varón.

La visibilidad de lxs múltiples actores involucradxs en el mercado sexual ha estado históricamente distribuida de manera asimétrica. Mientras que, tempranamente, se engendró a “la prostituta” como un personaje subproducto del higienismo y se la configuró como objeto de indagación, legislación y control sanitario (Guy, 1994; Morcillo, 2015), el papel de los que pagan por sexo no pareció representar un problema. Entre mediados del siglo XIX y mediados del siglo XX, se justificaba de distintas maneras este consumo y los varones hablaban con elocuencia de sus experiencias de sexo pago (Guy, 1994; Ben, 2012; Simonetto, 2018). Las preocupaciones ligadas a la prostitución aparecían alrededor de estos varones –la salud de sus familias, la amenaza de la homosexualidad- pero ellos nunca estuvieron en el centro. Sin embargo, en las últimas décadas esta asimetría ha comenzado a modificarse de la mano de la expansión global, regional y local de los feminismos, de los procesos de organización de las prostitutas como “trabajadoras sexuales” y, particularmente en Argentina, del crecimiento de la lucha contra la llamada “trata de personas con fines de explotación sexual”. Todos estos procesos han contribuido al mayor protagonismo de los debates sobre prostitución tanto en la agenda mediática como en la de los movimientos sociales, muchas veces cristalizando parte de este debate en un nuevo entramado legislativo (y en burocracias estatales) donde la cuestión de la trata de personas termina emergiendo como clave de lectura de todo el mercado sexual. En este marco, el varón que paga por sexo ha comenzado a ser un objeto de preocupación en un sentido particular y novedoso. Libros de divulgación y académicos, campañas nacionales de sensibilización, slogans de distintas burocracias estatales, colectivas feministas, ONGs, y proyectos de ley que proponen la penalización del cliente, lo caracterizan como “varón prostituyente”⁵, un tipo particular de sujeto, que encarna una identidad sexual repudiable (Martynowskyj, 2018). Don Kulick (2005), al analizar las consecuencias de la ley sueca -que desde 1999 penaliza a quienes intenten comprar “relaciones sexuales temporarias”-, sugiere que probablemente estemos asistiendo al nacimiento de un “nuevo perverso”, en el sentido foucaultiano⁶. También operan en este sentido medidas tomadas en otros países -EE. UU., Canadá, Reino Unido- como los compulsivos programas de rehabilitación que se articulan con estrategias de visibilización y humillación pública (*naming and shaming*) (Sanders, 2009).

Las relaciones entre varones que pagan y mujeres que ofrecen servicios sexuales “han sido construidas como relaciones patológicas, problemáticas, criminales y explotadoras” (Phoenix y Oerton, 2005:96). Buena parte de estas miradas sobre los varones que pagan por sexo se asientan en los abordajes que plantean a la prostitución como una forma de violencia de género equivalente a una violación (MacKinnon, 2001; Jeffreys, 2009). Desde esta perspectiva se sitúa a los clientes como sistemáticos perpetradores de violencia de género (Raymond, 2004; Jeffreys, 2009; Farley, Macleod, Anderson y Golding, 2011; Horton y Rydstrom, 2011). Subyace en este tipo de perspectivas un enfoque que podríamos asimilar al estructural-funcionalista, por el cual los varones que pagan por sexo reproduc-

5 La categoría “prostituyente” -aunque puede pensarse como similar a la de “putero”, utilizada en otros países de habla hispana- ha surgido en espacios activistas abolicionistas argentinos y se ha expandido entre algunos/as funcionarios/as de las burocracias antitrata.

6 Este sería, según Kulick, el efecto de la forma en que se construye el problema en Suecia. Un conjunto de elementos -campañas publicitarias, tratamientos, encuestas, etc.- contribuirían a producir Otro desviado, el más reciente integrante del elenco de perversos que comenzara aemerger hace un par de siglos con el dispositivo de sexualidad.

cirían racional, intencional, acrítica y funcionalmente la estructura patriarcal que los privilegia y les da poder. Su denominación como “prostituyentes” parece transformarlos en agentes que actúan libremente guiados por una voluntad de ejercicio de poder que aparece clara en sus conciencias. Si bien los mercados sexuales, tanto como la familia y otras instituciones, han sido históricamente construidos en torno a asimetrías de género, la lectura totalizadora y dicotómica que aparece en algunos feminismos, deja poco lugar a la heterogeneidad y la multidireccionalidad de las relaciones entre agencias, sujetos y estructuras (Piscitelli, 2005). Al mismo tiempo, el género funciona como principal variable de análisis, pero se invisibiliza su carácter relacional e interseccional omitiendo el papel de la clase, la raza, la edad y la nacionalidad, entre otras variables. Así se clausura la posibilidad de comprender en profundidad los matices y las tensiones presentes en las narrativas que emergen desde las distintas posiciones en el mercado sexual. La prostitución aparece entonces representada como “un mundo donde las fantasías dictadas por el rol aprendido siempre se cumplen, sin que el hombre tenga que enfrentarse a su propia inseguridad o a las dificultades cotidianas de entablar o mantener una relación” (Szil, 2007).

Este enfoque transforma a un sujeto históricamente invisibilizado, en una especie de sujeto transparente cuya relación generizada con el poder, la dominación, y/o la violencia, resulta cristalina. Esto lleva, por ejemplo, a producir investigaciones que utilizan entrevistas a clientes, pero que no buscan comprender sus motivaciones, significaciones, ni sus posiciones subjetivas, sino “sólo hacer visible su discurso” (Chejter, 2011:14) entendiendo que no es necesario ningún análisis del mismo. La experiencia es tomada directamente como una evidencia (Scott, 2001). Así, las tensiones en los discursos de los varones que pagan por sexo son dejadas de lado, pensadas como trampas, idealizaciones o inversiones de la realidad. Cualquier análisis de mayor profundidad parece innecesario.

Aun cuando parece tomarse en consideración la teoría de las masculinidades, se afirma que la prostitución es el “escenario de representación de la masculinidad hegemónica” (Ranea Triviño, 2016) dando por supuesta una sexualidad masculina dominante y penetradora que conquista el territorio “pasivo” de la sexualidad femenina. Cuando subyacen concepciones limitadas de la “masculinidad hegemónica” (Messerschmidt, 2018) que la consideran someramente como una serie de “rasgos” e invisibilizan las relaciones inter e intra-género, suelen aparecer brechas entre los postulados teóricos y los datos empíricos que quedan sin ser contempladas en los análisis. Se hace difícil pensar entonces en aquellos clientes que buscan “masajes prostáticos” o prácticas de sumisión, que las prostitutas guíen todo el encuentro, hacer los encuentros más “emocionales”, o en aquellos que se sienten avergonzados por no haber logrado una conquista fuera del mercado sexual.

A diferencia de otros enfoques -donde la búsqueda pasa por comprender motivaciones y construir tipologías que den cuenta de una coherencia en las narrativas (Gómez, Pérez y Verdugo, 2015)-, en este artículo abordamos las narrativas de varones que pagan por sexo poniendo de relieve la complejidad y multiplicidad de relaciones y tensiones⁷. Éstas permiten cuestionar la idea de “sujetos transparentes” que actúan racionalmente guiados por una voluntad patriarcal de reproducir la “masculinidad hegemónica”. Para ello nos hemos centrado en dos emociones que emergen recurrentemente en dichas narrativas: la vergüenza y el miedo. La idea de que los vínculos en la prostitución carecen de emociones -probablemente ligada a la ilusión de relaciones sexuales sin implicaciones que muchas veces se comercializa- obtura la posibilidad de comprender una dimensión necesariamente presente. Si bien se ha indagado sobre esta dimensión emocional en las performances románticas de comercio sexual y los involucamientos afectivos de los clientes (Bernstein, 2007; Sanders, 2008a; Milrod y Wietzer, 2012; Morcillo, 2017) aquí enfocamos sobre los relatos que expresan vergüenza y miedo, dos emociones singularmente ligadas a las masculinidades (Kimmel, 1997; hooks, 2004; Stepien, 2014).

⁷ Hemos abordado el aspecto emocional del comercio sexual desde la perspectiva de las mujeres involucradas en otros trabajos (Morcillo, 2014; Morcillo, 2017).

Para hacer este análisis, en una fase exploratoria y preliminar del proyecto de investigación⁸ nos basamos en entrevistas en profundidad a varones que pagan o que han pagado por sexo al menos tres veces. Accedimos a los entrevistados a través de trabajadoras sexuales (participantes en investigaciones anteriores), contactos personales y utilizando la técnica de bola de nieve. Cabe destacar que, a pesar de estas múltiples vías de acceso, dar con los entrevistados resultó difícil, lo cual, ya de desde el inicio de la investigación, brindó un dato relevante sobre la reticencia con la que circula la información sobre el sexo pago. Buscando ampliar la diversidad de nuestra muestra, realizamos 19 entrevistas repartidas entre las ciudades de Argentina: San Juan y Mar del Plata. Las edades de los entrevistados van desde los 27 a los 77 años; ocupan diversas posiciones socioeconómicas y el nivel educativo varía desde primario incompleto hasta estudios universitarios completos. Un aspecto importante fue que las entrevistas fueron llevadas a cabo por mujeres y varones, encontrando luego que las diferencias de sexo-género de quien entrevistó afectó los relatos que presentamos más adelante.

Masculinidad, hegemonía y emociones

Desde su surgimiento, a mediados de la década de 1980, el concepto masculinidad hegemónica (Connell, 1987) ha devenido herramienta clave para analizar las jerarquías basadas en la construcción social de la diferencia sexual. Como el concepto género, que suele utilizarse como sinónimo de sexo, de mujeres o de diferencias entre los sexos (Scott, 2008); el concepto hegemonía ha derivado en el sinónimo acrítico de “dominación” (Crehan, 2004). Ello ha hecho que la “masculinidad hegemónica” quede reducida a ser la versión académica del popular “machismo” (Messerschmidt, 2018).

De acuerdo con la revisión crítica de Connell y Messerchmidt (2005) el concepto masculinidad hegemónica no es descriptivo. El mero hecho de encarnar los rasgos asociados culturalmente a la masculinidad no implica necesariamente una forma de poder que subordine tanto a las mujeres como a otras masculinidades. Messerschmidt (2018) clarifica este asunto llamando “masculinidad dominante” (dominant masculinity) a la más extendida y celebrada en un contexto social específico; “masculinidad dominadora” (dominating masculinity) a aquella que comanda, controla y ejerce el poder en interacciones sociales específicas; (quien “tiene la sartén por el mango” o “lleva la batuta”). Estos dos tipos de masculinidad pueden ser hegemónicas o no, si consideramos las “masculinidades hegemónicas” como aquellas que legitiman en su discurso y en su práctica una relación jerárquica entre hombres y mujeres, entre la masculinidad y la femineidad y entre las propias masculinidades. Esto implica que la multiplicidad de masculinidades se liga a diferentes contextos y situaciones. Es posible desplegar masculinidades dominantes y/o dominadoras, encarnar el estereotipo de “macho”, pero ello no supone inexorablemente formas discursivas y prácticas de legitimación de la jerarquía de género, y a la inversa, la masculinidad hegemónica puede no responder a los rasgos dominantes y no interactuar de forma dominadora.

La masculinidad hegemónica es, entonces, una *posición* posible en las relaciones de género, por lo que no es estática, ni una esencia, ni una identidad, ni una forma de personalidad. Es la desigualdad de género la que es hegemónica, las masculinidades hegemónicas son aquellas que la legitiman cuando consideran unas configuraciones de la práctica de género masculinizadas de manera complementaria y jerárquica en relación con otras feminizadas (Schippers, 2007). Así es posible comprender que el mercado sexual, lejos de ser escenario de *una* masculinidad hegemónica -como una forma concreta de poder del tipo amo-esclavo- conlleva procesos complejos de interconexión generizada entre coerción y consenso, entre resistencia y participación de un conjunto de personas involucradas (mujeres que hacen comercio sexual, “fiolos”⁹, clientes, amigos, parejas, investigadorxs, etc.) cuyas posiciones varían sensiblemente en cada interacción.

8 Proyecto de Investigación Científica y Tecnológica (PICT), Fondo para la Investigación Científica y Tecnológica (FONCyT), “Género y sexualidad en la mirada de varones que pagan por sexo”. Argentina.

9 En Argentina se llama “fiolos”, “cafiolos” o “cafishos” a aquellos varones que ocupan el rol que el discurso jurídico ha tipificado bajo la figura de “proxeneta”.

Cuando se confunde la “masculinidad hegemónica” con un conjunto de rasgos, uno de sus atributos es la racionalidad frente a la emocionalidad, que queda asociada con lo femenino. Tanto esta oposición entre razón y emoción como las lecturas biologicistas de las emociones (y del género) han sido criticadas desde la sociología de las emociones (Stets y Turner, 2006). En otras versiones del estereotipo de macho, la única emoción “permitida” a los hombres es la ira. Aquí es importante destacar la distinción entre la posibilidad de sentir las emociones y la incapacidad de expresarlas, comunicarlas y/o entenderlas -ligada a los ideales de *una* masculinidad dominante- (De Boise y Hearn, 2017). Si las masculinidades dominantes se han construido sobre la base de la racionalidad, la independencia y la autosuficiencia (Seidler, 1995), una masculinidad deviene hegemónica cuando la expresión y comunicación de algunas emociones es considerada femenina y desvalorizada. Tanto el miedo (Kimmel, 1997), como la vergüenza (Stepien, 2014), pueden ser piezas centrales en la regulación de la complementariedad y jerarquización de las relaciones inter e intra-género. Estas emociones son especialmente silenciadas, ya que amenazan la integridad del yo masculino. Si bien la vergüenza induce al secretismo y al ocultamiento de la mirada de los demás, “la vergüenza en los hombres los despoja del poder masculino, dejándolos desnudos, afeminados y vulnerables” (Stepien, 2014: 30). Para Stepien, en tanto la vergüenza implica tomarse en cuenta a uno mismo, no reconocerla destruye al yo y transforma a los varones en abyectos para sí mismos. Kimmel (1997:55), por su parte, vincula vergüenza y miedo a la homofobia, señalando que “si la masculinidad es una aprobación homosocial, su emoción más destacada es el miedo”, el miedo a ser descubierto como un fraude frente a la mirada del otro. Abordar la dimensión emocional en las experiencias de varones que pagan por sexo nos permite pensar las ambigüedades y fisuras de una posición dominante aparentemente monolítica, veremos a continuación como la vergüenza y el miedo habilitan a pensar como el sexo comercial también puede ser un espacio que pone de relieve vulnerabilidades en las masculinidades.

Vergüenza(s), respetabilidad y homosociabilidad.

“Realmente es una situación espantosa, porque pagar por una persona es una situación espantosa, siempre está mal..., pero yo seré de carácter bueno, de carácter sensible, que a mí me sensibiliza mucho la situación de la mujer... me pone muy mal y siempre traté de ser muy educado y respetuoso” [...] “Me encantaría ayudarlas a todas, me las llevaría a mi casa a vivir conmigo, les preguntaría su vida, les preguntaría por qué llegaron a esa situación. Nunca en mi época se habló de la trata, teóricamente estaban por propia decisión... por eso cuando viene lo de Marita Verón¹⁰ y sale que a la mina se la llevan para prostituirla sin su consentimiento, yo empecé a ver ahí un mundo del cual yo era parte y me pareció una barbaridad” (Gastón, profesional, 50 años, en pareja)

En el relato de Gastón es posible observar una relectura de sus experiencias a partir de los discursos sobre la trata de mujeres. Podemos preguntarnos en qué medida estos cambios en las representaciones sobre los significados de pagar por sexo pueden haber generado cierto grado de reflexividad. Sin embargo, es más claro que, al destacar el “respeto”, la “educación” y la “ayuda”, se construye un “discurso de respetabilidad” (Skeggs, en Sanders, 2008b) que lo distancia de la imagen vergonzante del “prosti-

¹⁰ María de los Ángeles “Marita” Verón fue secuestrada en abril de 2002 en Tucumán. Desde entonces, su madre, Susana Trimarco, lleva adelante una intensa búsqueda con la certeza de que su hija fue secuestrada para su explotación sexual, basada en los testimonios de varixs testigos que apuntaron a una red de prostíbulos riojanos con cobertura política local. En 2007, creó la Fundación María de los Ángeles con el objetivo de rescatar víctimas de “trata de personas”. En 2008, se emitió por televisión, en horario central, la telenovela Vidas Robadas que trazaba paralelismos con su caso y que capilarizó la preocupación por la “trata” por toda la sociedad.

tuyente" -y al mismo tiempo sostiene la imagen de las prostitutas como seres desvalidos-. Este tipo de discurso que apunta a restaurar una posición respetable, aparecía con más fuerza cuando quien hacía la entrevista era una mujer.

Goffman (2010) advierte que la vergüenza se convierte en una posibilidad que se origina cuando el individuo percibe uno de sus atributos como una posesión impura, algo que podría estigmatizarlo. En el caso de los varones que pagan por sexo, Sanders (2008b) muestra como las creencias culturales dominantes sobre la sexualidad –asentadas en el “discurso de la respetabilidad” para definir el “buen” y el “mal” comportamiento sexual (Rubin, 1989)-, construyen una serie características indeseables que le dan forma a los estereotipos que configuran a estos varones como disfuncionales o incompetentes sexualmente, inadaptados sociales, feos, solitarios, pasados de moda, incapaces de atraer a una mujer, inadecuados como pareja sexual, padres irresponsables, adúlteros, fanáticos sexuales, sádicos o insaciables y fuera de control. Sin embargo, el estigma es completamente relacional y situacional, dado que el mismo atributo que estigmatiza a un tipo de poseedor puede confirmar la normalidad de otro, o puede estigmatizarlo frente a una audiencia y no frente a otra. Además, el estigma de los varones que pagan por sexo los sitúa en el nivel de los sujetos “desacreditables”, porque su atributo “impuro” no es observable. Por eso, el manejo de la información es importante: hay que saber cómo, cuándo, de qué y con quién hablar para evitar o reducir las posibles consecuencias.

Las tensiones e incomodidades para asumirse en tanto que clientes, asociadas a la vergüenza para hablar de la práctica de pagar por sexo, también se evidenciaron en las dificultades que tuvimos en general para conseguir entrevistados. Algunos dijeron sentirse ofendidos por la mera suposición de que consumían sexo comercial y otros, sorprendidos por haber sido señalados por algún amigo como clientes asiduos, cuando ellos no se asumían con comodidad en esa posición. Carla Corso (2004), trabajadora sexual y activista, señala al respecto que “los clientes no querían ser entrevistados como tales, incluso me negaban a mí que habían sido mis clientes, ¡y aún lo eran! (...) Los hombres quieren ser identificados como hombres, pero no como clientes”.

La práctica de pagar por sexo parece haber dejado de ser motivo de alarde, pero las dificultades para hablar de esta experiencia no solo se ligan al marco de los mencionados cambios políticos y culturales contemporáneos, sino también a la edad, al tipo de práctica y a la diversidad de interlocutorxs. En algunas ocasiones se entremezclaban los motivos que hacían vergonzante el hablar sobre pagar por sexo. Este es el caso de Esteban, jubilado de 70 años que había envidiado, cuyo relato ponía en tensión, por un lado, su propia experiencia, donde disfrutaba construyendo vínculos duraderos y afectivos con las mujeres a quienes pagaba, y por el otro, una mirada del pagar por sexo ligada a la victimización:

“Yo siempre considero que me estoy aprovechando de ella, por más que le pague... porque pienso que si yo no le diera plata ella no se acostaría conmigo. Siempre las consideré víctimas, víctimas del hombre... mías...”

Mario, un joven profesional de 37 años, que había pagado por sexo frecuentemente durante su adolescencia y juventud en contextos de ocio grupal, nos dijo en relación con la cuestión de contar sus experiencias de sexo pago:

“Siempre me pareció medio pavote. Si tenía que cancherear con algo era una mina que me había levantado (...) siempre fue una vergüenza, no algo de lo que me gustara hablar o compartir”

Al respecto, Nicolás, un comerciante de 45 años, que consumía asidua y solitariamente en el contexto de salidas nocturnas regulares, decía lo siguiente:

“Si vos no me preguntas, yo ni las cuento... porque no me parece ni gracioso, ni divertido, ni anecdótico... porque me parece que es como parte... una parte muy triste en realidad... una parte de no haber sabido qué carajo hacer con mi soledad”

En estos dos relatos, emerge la vergüenza de hablar sobre haber pagado por sexo por dos motivos distintos. Para Mario, aparece como algo que expone su incapacidad para “conquistar mujeres”. Mientras para Nicolás, hablar de ello lo revelaría como incapaz de dominar sus emociones. En ambos discursos, el hecho de hablar del pago por sexo aparece como algo indeseable por la exposición a la que se someterían frente a la mirada del otro. El silencio, nutrido por la vergüenza, protege la masculinidad de los entrevistados. El espacio de la entrevista -anónimo y confidencial- puede habilitar la exposición de emociones que en otros contextos resultan inadecuadas porque amenazan con situarlos en posiciones subordinadas, por motivos diferentes, pero ambos articulados sobre la relación entre la masculinidad y la exposición de emociones. De estas sutiles diferencias puede interpretarse

En contraste con estas ideas vergonzantes y pesarosas sobre el consumo de sexo, cuando este se da en el contexto del debut sexual en la adolescencia o primera juventud, ya sea en grupo o en solitario, aparece vinculado a la consecución plena de la masculinidad. Muchos de nuestros entrevistados comentaron que debutaron sexualmente con una prostituta, y que lo hicieron con un grupo de pares y/o guiados por otros varones con más edad y experiencia.

Algunas investigaciones sugieren que el debut sexual pareciera funcionar como un rito de paso que les confiere a los “niños”, el estatus de “hombres” (Fuller, 2001; Rostagnol, 2011). “Tenía que pagar porque era el mandato”, “es como demostrar una hombría”, “me recibí de hombre”, son algunas de las ideas que aparecieron en los relatos sobre el debut sexual en el contexto del sexo comercial. Juntarse y organizar la salida al cabaret o llamar a una prostituta, son algunas de las prácticas a través de las cuales los varones validan entre sus pares su masculinidad, afirman su pertenencia al grupo y se desafían entre ellos. A diferencia de otros estudios, que afirman que los varones recuerdan la primera experiencia siempre de manera positiva (Rostagnol, 2011), varios de nuestros entrevistados se han referido a este debut como algo que les generó “nervios”, “miedo”, “inseguridad” e “incomodidad” y, en los casos más extremos, como experiencias “feas” u “horribles”. Lucio, un hombre de 30 años, sin hijos, empleado de comercio, que en general ha consumido en contextos grupales, lo expresa así:

“Lo más gracioso que me acuerdo fue lo de antes y lo de después, la anécdota de reírnos con los chicos y esas boludeces, mucho más que el acto mismo. Es un juego, lo tomás como una aventura, como un juego, como un reto también. Te lo digo, que he ido con otros grupos de amigos, y uno por ahí no quería ir y lo tildás como el boludo al que no quiere ir: “¡Eh, cagón, eh, eh!” Lo que te decía, ¿viste? Con una mente más adulta uno se pregunta, ¿por qué? ¿qué tenés que demostrar? ¿a quién le tenés que demostrar?”

La clave en la pregunta de Lucio, que hoy se cuestiona qué es lo que tenía que demostrar y a quién, está en la expresión “¡Eh, cagón!”, que pone de manifiesto la homofobia como una de las formas en las que las masculinidades hegemónicas regulan las relaciones intra-género en situaciones homosociales¹¹ (De Stéfano Barbero, 2017). En esta situación la vergüenza y el miedo se conectan, pues, como señala Leverenz, “el temor a ser avergonzados o humillados delante de otros hombres, [a] ser dominados por hombres más fuertes” (1986:451), al tiempo que reproduce la relación jerárquica entre heterosexualidad-homosexualidad, funciona con una lógica de premio-castigo. Lucio tenía que demostrarse a sí y a los otros su heterosexualidad y responder adecuadamente a la afrenta homófoba para evitar el castigo de ver subordinada su masculinidad.

Cuando el consumo se produce en grupo, uno de los elementos que se pone en juego también son procesos de adscripción a valores asociados a la masculinidad hegemónica -un coraje masculinizado frente a una cobardía feminizada, la heterosexualidad como superior a la homosexualidad, entre

¹¹ Algo no explicitado en las entrevistas pero que funciona como un sustrato de la práctica colectiva de pagar por sexo tiene que ver con la adhesión y el sostenimiento de la norma heterosexual, en tanto y en cuanto las oferentes de servicios sexuales son siempre mujeres o por lo menos lo son en las anécdotas que pueden ser contadas.

otras cuestiones-, que validados homosocialmente otorgan prestigio. Cuando una persona es objeto de trato deferencial por haber realizado acciones valoradas socialmente, el sentimiento de orgullo derivado del reconocimiento social favorece la realización de acciones similares fortaleciendo el *status quo*. Así, en varios casos los entrevistados refirieron no consumir más de manera solitaria, pero hacerlo si surgía la oportunidad en una despedida de soltero, cumpleaños o eventos laborales. En general este consumo grupal está asociado a momentos de ocio, donde beber y pagar por sexo aparecen como entretenimientos propios de la homosocialidad masculina. Como hemos visto, la homofobia articula emociones para funcionar como uno de los principales instrumentos de control de la masculinidad cuando se adscribe a posiciones hegemónicas, allí entran en escena no solo la vergüenza sino también el miedo.

Otredades, riesgos y miedos

“Es un mundo donde pasa de todo y te mezclás con todo tipo de cosas. Es una jungla. Hay gente que no está en sus cabales. Antes sí iba a lo que eran los privados, ahora ni en pedo voy. [...] Los privados son una ensalada, no sabés quién está al lado, capaz que vienen y no sabés que puede pasar, cualquier cosa”. (Carlos, 51 años, autónomo)

“Por lo que he leído, por suerte no tuve esos quilombos, pero ha habido gente que ha tenido experiencias muy malas, de trato, de tener un tipo en el baño, ¿viste? Escuchás una tos y tenés un tipo que está en el baño. Ahí te das cuenta los peligros a los que uno se somete. No solamente ellas, pobres, sino también uno”. (Lucio)

“Desconfianza, porque “todo es posible”. Pueden estar las mejores intenciones y las peores”. (Nicolás)

“Nunca vi en una prostituta una posibilidad de enamoramiento o una posible novia. Soy muy paranoico y trato de que quede ahí. En el sentido en el que, salvo este caso puntual que te conté, siempre que iba a un privado sentía que me podían afanar, siempre dejaba la ropa en algún lugar donde la pudiera ver... Porque sabía que estaba en un lugar donde estaban los chabones de seguridad, que generalmente son los que también venden falopa, todo depende del lugar donde vayas, ¿no? Pero siempre estaba muy alerta de que algo me podía llegar a pasar”. (Mario)

Lejos de representar un escenario apacible donde se celebra la masculinidad, las narrativas de buena parte de los entrevistados construyen el consumo de sexo comercial ligado a la exposición a ciertos riesgos que despiertan temores de diversa índole. Si bien la exposición al riesgo y la demostración de valentía aparece muchas veces como un rasgo típico de la masculinidad dominante¹², el escenario de la prostitución, cuando se piensa como un teatro de la opresión, no es imaginado como riesgoso. Además de los temores ligados a la homofobia que hemos analizado en el apartado anterior, aparecen miedos asociados a dos otros: la prostituta y el “fiolo”.

Como venimos viendo, la primera incursión en el comercio sexual es relatada muchas veces como una experiencia atravesada por los miedos, el nerviosismo, la presión de otros varones y el tener que compartir algo íntimo con una desconocida.

12 Hay abundante bibliografía sobre la asociación entre masculinidad y exposición al riesgo en el trabajo, en la salud, etc. (Ver Sabo, 2005).

“Tenía 18 años, fuimos con un grupo. Es una experiencia rara, porque vas a un lugar pago, pero a la vez estás nervioso, hay mucha tensión. [...] Caímos ahí, y a vivir toda la experiencia. Entrás a un lugar completamente oscuro, te abren la puerta, te quedás mirando, como si entraras a una cueva. Te encontrás con algo completamente oscuro, un sillón, te saludan mujeres dándote su nombre [...] Creo que la primera vez, digamos, de ir con muchos hombres, que la pasamos más mal que bien, por los nervios, porque estás muy nervioso. [...] Entonces son las primeras veces, con un alto grado de estrés, porque normalmente cuando vos estás con una mujer que te gusta, estás en un contexto, estás en una previa donde ambos están llevando a que se dé o que no se dé una situación”. (Lucio)

La percepción de las prostitutas como un otro también se liga a la imagen que históricamente se ha construido de ellas como fuente de contagio de enfermedades de transmisión sexual. (Ward y Day, 1997; Morcillo, 2015). Sergio, que trabaja en la minería, nos contó que en una ocasión una “flaca hermosa” a quien había pagado por un encuentro sexual le preguntó si quería “con forro o sin forro”, tan solo esta pregunta fue suficiente para que él se quedara preocupado el resto del encuentro¹³. Otros mencionan que muchas veces este riesgo existe porque “ellas controlan la situación”, y esto puede ligarse al temor presente en el debut a enfrentarse a una mujer imaginada como poseedora de una mayor experiencia sexual que ellos. Los relatos que describen a varones tímidos que deben recurrir al alcohol para intentar mitigar el temor que les genera la imagen de la prostituta como una mujer hipersexual, tal como contaba Mario:

“Hasta los 18 años lo hacía con gente que conocía, con compañeros del secundario. Habremos ido tres o cuatro veces, íbamos al casino, medio borrachos también, para vencer la timidez de la situación. Porque nunca era ir envalentonados tipo vikingo, siempre era en plan apichonado. Te tenías que emborrachar un poco antes y demás, porque entrabas ahí y te aparecían unas minas así con un lomazo, todas en una super lencería, y que tenían 10 años más que vos generalmente”.

Además de la prostituta hipersexualizada y que representa un riesgo a la salud, otro temor muy frecuente, también ligado a las construcciones de la prostituta como delincuente, es el miedo a ser estafados o robados. Es interesante que este temor no sólo estaba presente al referirse al comercio sexual callejero, sino que para varios los cabarets o los privados¹⁴ también representaban un escenario peligroso en este sentido. Incluso quienes buscaban servicios sexuales telefónicamente o por internet decían que tenían a veces temor a ser estafados. Pero en el caso de los cabarets o los privados el temor principal estaba ligado a la otra figura que resultaba amenazante para casi todos los entrevistados: el “fiolo”.

El fiolo o cafisho, u “8-40”¹⁵, es una figura que causa rechazo a casi todos los clientes y, aun cuando muy pocos relataron encuentros con estos personajes, su imagen aparecía en las narrativas de los entrevistados como preocupante y amenazadora por varios motivos. Algunos entrevistados pensaban a estos hombres como ligados a otros negocios ilegales como la venta de drogas o remitían a un mundo de ilegalidad sin una referencia concreta: “no sabés en que andan metidos”. El fiolo también aparece como peligroso pues es imaginado como alguien capaz de desplegar violencia súbitamente, según

13 Algunos entrevistados, de edad avanzada, mencionaron que evitaban usar preservativos, porque “no podían [tener una erección]”, pero también como forma de entablar una mayor intimidad en el encuentro.

14 Así se denomina en el ambiente a los departamentos donde una o más mujeres ofrecen servicios sexuales, en general con algún tipo de arreglo económico con un/a tercero/a. Suelen publicitarse por diversas vías (a veces con folletería en la vía pública, y más comúnmente con anuncios encubiertos en la prensa o en páginas web). No están directamente abiertos al público, sino que hace falta concertar una cita telefónicamente o tener alguna referencia para contactarse.

15 Según algunos informantes la denominación “8-40” proviene de la jerga policial pues sería el número del artículo que penaba el proxenetismo.

Sergio: “en un ratito se te da vuelta toda la diversión”. Daniel, docente jubilado, relató la experiencia de una cena entre compañeros de trabajo en una finca alejada donde habían contratado un servicio sexual y dos varones acompañaron a las mujeres:

“[...] y los vagos que las trajeron se quedaron esperando afuera. Vinieron en un auto fiero, hecho bosta, así, las trajeron, se bajaron las minas todas con bucaneras, todas bien... bien yiro las vagas. Bailaron, se acostaron, unas bailaban en bolas arriba de un tablón [...] pero los vagos que las trajeron nunca se fueron, se quedaron ahí en la puerta y... eh... el temor, ¿viste? Decir ¿y si a uno de estos se le sale la chaveta y se arma una cagada aquí adentro...? Esas cosas siempre las tuve muy presentes”.

Además, los fiolos no solo inspiran temor por posibles robos, estafas o peleas; sino también porque son quienes podrían enfrentarlos en caso de involucrarse afectivamente con las mujeres que ofrecen comercio sexual.

“Los códigos son que uno no se tiene que enamorar de una puta y que una puta no se enamora, porque además es muy peligroso, porque siempre hay alguien que te va a correr del medio, o el cafiolo, o el marido, o la familia. Hay mucha gente, muchas chicas que trabajaban con el marido, con su pareja, entonces te van a correr, te van a cagar a trompadas”. (Nicolás)

El comentario de Nicolás llama la atención sobre otra fuente de temor, no tan enunciada en las entrevistas, pero ciertamente presente: la dimensión afectiva del encuentro con las mujeres que hacen comercio sexual. Esto involucra tanto el riesgo de no obtener una gratificación emocional en el encuentro como el peligro de perder el control de estas emociones y enamorarse, ambos temas de diálogo en los foros virtuales de clientes de comercio sexual. En otros trabajos (XXX, 2014, 2016, 2017) hemos analizado el papel que juegan las emociones, especialmente entre las mujeres, en el comercio sexual. El devenir amoroso de un vínculo de sexo pago, sin ser omnipresente, es más frecuente de lo que permitiría pensar el imaginario de la prostitución como un intercambio frío y desafectado –o directamente violento-. Los enamoramientos, que muchas veces toman la forma del amor-pasión, se hacen presentes, por una parte, por las dificultades para hacer el trabajo emocional necesario –especialmente de parte de los clientes-. Tanto la división generizada del trabajo emocional, que tradicionalmente es feminizado (Hochschild, 2008), como el desconocimiento del riesgo emocional implicado en los vínculos sexo comerciales, dificulta a estos varones el manejo de sus emociones. Por otra parte, el frecuente deseo de lo que en la jerga se llama “reincidir”, es decir volver a tener encuentros con una misma mujer, incrementa la ilusión de intimidad y consecuentemente el riesgo emocional. Según sus relatos, un encuentro con una mujer que no demuestre ninguna emoción (o que muestre emociones inapropiadas como el asco) resulta frustrante. No obstante, el enamoramiento pone a los clientes en una posición de vulnerabilidad ligada a la pérdida del control de sus emociones.

En estos temores se hace visible una estructura generizada que atraviesa las experiencias de estos varones y sin embargo sus sentidos no son unívocos ni tampoco las posiciones de sujeto que suponen para los clientes. En los discursos de los entrevistados se ponen de relieve algunas formas de reproducción y legitimación de la jerarquía de género cuando el temor vinculado a sus experiencias está asociado diferencialmente de acuerdo con sus representaciones generizadas sobre los hombres y las mujeres que intervienen.

Por una parte, el temor vinculado a las mujeres está relacionado con ser estafado o sufrir un hurto, con las enfermedades de transmisión sexual, con no dominar la situación, especialmente en los primeros encuentros, donde ellas tienen más experiencia sexual que ellos. Aquí aparece el temor a la devaluación de su masculinidad, al carecer de aptitudes dominadoras que demuestren el control de la situación y el despliegue de una performance heterosexual acorde.

Por otra parte, el temor a la violencia física pocas veces aparece ligado a las prostitutas –apenas un entrevistado explicitó este miedo-, lo que contribuye a reproducir una jerarquía inter-género, vinculada a la menor capacidad para ejercer la violencia por parte de las mujeres. Esta capacidad parece una potestad de los fiolos (donde la contrapartida es la imagen de las mujeres que hacen comercio sexual como desvalidas, necesitadas de protección o imposibilitadas de librarse de ella). El reconocimiento y temor de esta capacidad exclusiva muestra que el comercio sexual heterosexual dista de ser simplemente un “pacto entre hombres” (fiolo-cliente) que consolidaría una “fraternidad masculina” lineal y unívoca, ya que existe una jerarquización intra-género: los clientes se ven amenazados por la figura del fiolo, que subordinaría su masculinidad, y por tanto evitan las situaciones (reales o imaginadas) en las que podrían encontrárselos.

Estas experiencias muestran entonces, la multiplicidad de relaciones entre masculinidades puestas en juego en cada relación generizada: los clientes adoptan una forma de masculinidad hegémónica inter-género, es decir, que reproduce la legitimidad de la desigualdad generizada al considerar que una mujer sería pasiva y que precisaría de la “protección” de un hombre potencialmente violento. Simultáneamente, los clientes, en el marco de las relaciones intra-género, se encuentran subordinados respecto a la masculinidad potencialmente violenta de los fiolos, de la que rehúyen. Asimismo, esa estructura generizada que sitúa la capacidad física de la violencia del lado de los varones, también les sustraen a estos el dominio más refinado sobre sus emociones y en este terreno aparecen como expuestos frente a las mujeres.

Reflexiones finales

En el contexto actual, el lugar de los clientes de prostitución ha comenzado a salir de las penumbras que lo invisibilizaban. Sin embargo, la idea de “prostituyente” bajo la cual algunos discursos pretendían poner en escena a los varones que pagan por sexo introduce un conjunto de problemas. Esta idea supone un sujeto unificado, cuyas acciones coherentes y conscientes funcionarían sistemáticamente colaborando en la reproducción de una forma de dominación de las mujeres. En esta lógica la idea de “la masculinidad hegémónica” opera más como una etiqueta estigmatizadora, que como un concepto dinámico para tratar de analizar las diversas posiciones que construyen el entramado relacional y procesual del poder.

En los relatos de los entrevistados se abría una discordancia entre la fantasía del “ir de putas” -sea como un escenario de dominación y sojuzgamiento o como un espacio festivo y descomprometido- y las experiencias narradas. Allí emergieron dimensiones no esperadas, vergüenzas y riesgos que suscitan temores y abren un potencial desestabilizador de las posiciones fijas de clientes y prostitutas. Las vergüenzas y los miedos relatados nos muestran que el sexo comercial, más allá o más acá de cómo sea imaginado, no logra reducirse a una violenta operación económico-carnal despojada de emociones y de implicación personal. Las emociones en los relatos de los entrevistados nos permitieron abrir una línea analítica, no para dirimir definitivamente si los clientes son parte o no de “la masculinidad hegémónica”, sino para interrogar las tensiones presentes en sus discursos. El análisis de la dimensión emocional nos ha mostrado cómo prácticas y discursos que podríamos pensar como contradictorios, pueden coexistir en las múltiples masculinidades de los varones que pagan por sexo quienes pueden ocupar, entonces, distintas posiciones en relación con la hegemonía de género.

Uno de los fenómenos que pudimos observar en los relatos de los entrevistados es que la vergüenza acecha a los varones que pagan por sexo de distintas formas. En primer lugar, la vergüenza que implica hablar de esta práctica, cuando aparece socialmente cuestionada y coloca a estos varones en una posición de incorrección política. En las entrevistas realizadas por una mujer resultó más problemático para los varones asumirse como clientes y muchos intentaron contrapesar su vergüenza con narraciones que aludían a nociones asociadas a la “igualdad de género” en una búsqueda por reconstruir su respetabilidad. También aparece la vergüenza de ser excluido del ritual homosocial

que valida la masculinidad a partir de la heteronormatividad. Aquí la práctica aparece representada como un reto que define quienes son suficientemente hombres. Luego, la vergüenza también emerge por la carencia o la devaluación del capital erótico que podría implicar pagar por sexo, cuando esto puede ser leído como la incapacidad de “levantarse una mina”. Finalmente, la vergüenza se expresa en el silencio cuando se asocia esta práctica con una dificultad para sobrellevar la soledad. Todas estas formas de la vergüenza ponen de relieve las tensiones hegemonía-subordinación en las posiciones que la masculinidad adquiere en relaciones intra-género -a través del desafío a la heterosexualidad y a la asunción de no poder “conquistar” una mujer- y en las relaciones inter-género -a través de la incomodidad que genera la incorrección política-. Asimismo, la vergüenza permite expresar el deseo de restaurar la propia posición subjetiva -deteriorada por el estigma de “prostituyente”, de “homosexual” o de “perdedor”- tanto como puede alimentar un proceso de reflexión que pone en cuestión lo que es percibido como deficiencias del yo sin necesariamente buscar reconstruir el respeto del otro/a.

Como ya hemos planteado, podemos pensar que si la vergüenza es una emoción que parte desde (la mirada) de un otro hacia una inadecuación del sí mismo, el miedo parece seguir la dirección opuesta expresando el temor a un otro amenazante. Aunque no debemos por ello confundir el yo y el otro con personas, esta lectura nos permite entender las vergüenzas y los temores que aparecían narrados en las entrevistas como las reacciones a la relación problemática y generizada entre el sí mismo y el otro -real o imaginado, exteriorizado o internalizado-. Los miedos relatados representaban el temor a un otro delincuente, a la enfermedad, a la incapacidad de controlar las emociones y a la violencia, asociando cada una de estas variables a representaciones generizadas diferencialmente. La prostituta, feminizada, hipersexualizada y patologizada, encarnaría los dominios de lo emocional y lo sexual, suponiendo riesgos para la salud, riesgo de enamoramiento o emasculación. Por su parte, el fiolo, hipermasculinizado, sería el protector violento y errático de la prostituta, y supone un riesgo de robo o para la integridad física de los clientes.

Las emociones que muestran en sus relatos los varones que pagan por sexo, en este caso, la vergüenza y el miedo, ayudan a poner de relieve la diversidad de relaciones de hegemonía-subalternidad posibles en las relaciones inter e intra-género que tienen lugar en el mercado sexual entre la multiplicidad de actores involucrados.

Para finalizar queremos dejar planteados algunos interrogantes que surgen de estas reflexiones. El peso de los estigmas en el mercado sexual, que históricamente han sufrido las mujeres que comercian sexo, parece haber comenzado a transformarse. Sin embargo, algunas posiciones abolicionistas no parecen tan preocupadas por deconstruir el “estigma de puta” como por generar uno nuevo: el “estigma de prostituyente”. Nos preguntamos entonces ¿qué implica apostar a una política de la estigmatización como forma de buscar justicia?, ¿en qué medida un nuevo estigma puede contribuir a abrir un proceso de transformación de las masculinidades que legitiman y reproducen las jerarquías de género?, ¿cómo se pueden pensar intervenciones políticas que consideren las relaciones de poder tomando en cuenta las polifonías subjetivas en las masculinidades y por fuera de la clave víctima-victimario? Mientras continuemos obviando las emociones en las experiencias de los varones que pagan por sexo, seguiremos (re)legitimando la tradicional oposición de pares hombre-razón/mujer-emoción. Aquí, lejos de victimizar a los varones, hemos apostado por abordar las dimensiones emocionales de sus relatos para hacer visibles de una forma más compleja relaciones de poder que atraviesan sus experiencias y su papel en la reproducción de asimetrías.

Referências

- BEN, P. (2012). Historia global y prostitución porteña: el fenómeno de la prostitución moderna en Buenos Aires, 1880-1930. *Revista de estudios marítimos y sociales*, 5/6, 2012, pp. 13-26. Disponible en: <https://estudiosmaritimossociales.org/wp-content/uploads/2014/01/rems-nc2ba-5-6-dossier-gc3a9nero-y-clase-ben-1.pdf>
- BERNSTEIN, E. *Temporarily yours : intimacy, authenticity, and the commerce of sex*. Chicago, University of Chicago Press, 2007.
- CHEJTER, S. *Lugar común: la prostitución*. Buenos Aires, Eudeba, 2010.
- CONNELL, R. *Gender and power*. Sydney, Allen and Unwin, 1897.
- CONNELL, R.W.; MESSERSCHMIDT, J.W. (2005) Hegemonic masculinity: Rethinking the concept. *Gender and Society*. 19, 2005, pp. 829-859. Disponible en: https://etnologia.uw.edu.pl/sites/default/files/hegemonic_masculinity_connell_and_messerschmidt.pdf
- CORSO, C. Desde dentro: los clientes vistos por una prostituta. In: OSBORNE, R. (ed.), *Trabajador@s del sexo. Derechos, migraciones y tráfico en el siglo XXI*. Barcelona, Bellaterra, 2004, pp. 121-134.
- CREHAN, K. *Gramsci, cultura y antropología*. Barcelona, Bellaterra, 2004.
- DE BOISE, S.; HEARN, J. Are men getting more emotional? Critical sociological perspectives on men, masculinities and emotions. *The Sociological Review*, 65 (4), 2017, pp. 1-18. Disponible en:
- DE STÉFANO BARBERO, M. Hacerse hombre en el aula: masculinidad, homofobia y acoso escolar. *Cadernos Pagu*, 50, 2017. Disponible en: <http://www.scielo.br/pdf/cpa/n50/1809-4449-cpa-18094449201700500014.pdf>
- FARLEY, M.; MACLEOD, J.; ANDERSON, L.; GOLDING, J.M. Attitudes and social characteristics of men who buy sex in Scotland. *Psychological Trauma: Theory, Research, Practice, and Policy*, 3(4), 2011, pp. 369-383.
- FULLER, N. No uno sino muchos rostros. Identidad masculina en el Perú urbano. In: VIVEROS, M.; OLAVARRÍA, J. y FULLER, N. (eds.) *Hombres e identidades de género. Investigaciones desde América Latina*. Bogotá, CES-Universidad Nacional de Colombia, 2001.
- Repensando el Machismo Latinoamericano. *Masculinities and Social Change*, 1(2), 2012, pp. 114-133.
- GUY, D. *El sexo peligroso: la prostitución legal en Buenos Aires 1875 - 1955*. Buenos Aires, Sudamericana, 1994.
- GOFFMAN, E. *Estigma: la identidad deteriorada*. Buenos Aires, Amorrortu, 2010.
- GÓMEZ, A.; PÉREZ, S.; VERDUGO, R. Sexual Commercialization and Masculine Rhetoric: The Problem of Prostitution in Spain. *Masculinities and Social Change*, 4(3), 2015, pp. 241-269.
- HOOKS, B. *The will to change*. New York, Washington Square Press, 2004.
- HOCHSCHILD, A.R. *La Mercantilización de la vida íntima: apuntes de la casa y el trabajo*. Buenos Aires, Madrid: Katz, 2008.
- HORTON, P.; RYDSTROM, H. Heterosexual Masculinity in Contemporary Vietnam: Privileges, Pleasures, and Protests. *Men and Masculinities*, 14(5), 2011, pp. 542-564.
- JEFFREYS, S. *The industrial vagina : the political economy of the global sex trade*. New York, Routledge, 2009.
- KIMMEL, M. Homofobia, temor, vergüenza y silencio en la identidad masculina. In: VALDÉS, T.; OLAVARRÍA, J. (eds.) *Masculinidad/es. Poder y crisis*. Santiago de Chile, Isis Internacional, FLACSO Chile, 1997, pp.49-62. Disponible en: http://www.lazoblanco.org/wp-content/uploads/2013/08manual/bibliog/material_masculinidades_0434.pdf
- KULICK, D. Four Hundred Thousand Swedish Perverts. *GLQ: A Journal of Lesbian and Gay Studies*, 11(2), 2005, pp. 205-235. Disponible en: <http://www.engagingvulnerability.se/wp-content/uploads/2016/02/400000-swedish-perverts.pdf>

- LEVERENZ, D. Manhood, Humiliation and Public Life. Some Stories. *Southwest Review*, vol. 71, nº 4, 1986, pp. 442-462.
- MACKINNON, C. *Sex equality*. New York, Foundation Press, 2001.
- MARTYNOWSKYJ, E. De clientes a *varones prostituyentes*. Una aproximación al proceso de construcción de un sujeto “repudiable”. *RevIISE: Revista de Ciencias Sociales y Humanas*, Vol. 12, nº 12, 2018, pp. 27-36. Disponible en: <http://www.ojs.unsj.edu.ar/index.php/reviise/article/download/261/pdf/>
- MESSERSCHMIDT, J. W. *Hegemonic masculinity: Formulation, Reformulation and Amplification*. New York, Rowman & Littlefield, 2018.
- MILROD, C.; WEITZER, R. The Intimacy Prism: Emotion Management among the Clients of Escorts. *Men and Masculinities*, 15(5), 2012, pp. 447-467. Disponible en: https://www.researchgate.net/publication/256051495_The_Intimacy_Prism_Emotion_Management_Among_the_Clients_of_Escorts
- MORCILLO, S. Entre el burdel, la cárcel y el hospital. Construcción socio-médica de la “prostituta”. *Espacio Abierto. Cuaderno Venezolano de Sociología*, 24(2), 2015, pp. 299-316. Disponible en: https://www.academia.edu/30707871/Entre_el_burdel_la_c%C3%A1rcel_y_el_hospital._Construcci%C3%B3n_socio_m%C3%A9dica_de_la_prostituta
- Contrabando de afectos, fugas de capitales y otros desplazamientos. Relaciones de sexo comercial más allá de las fronteras de la prostitución. *Cadernos Pagu*, 49, 2017. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0104-83332017000100505&script=sci_abstract&tlang=es
- Entre sábanas y bambalinas. Ilusiones de intimidad, performances y regulación de emociones en mujeres que hacen sexo comercial en Argentina. *Revista Ártemis*, 18(2), 2014, pp 42-60. Disponible en: <https://periodicos.ufpb.br/index.php/artemis/article/view/22533/12497>
- PHOENIX, J.; OERTON, S. *Illicit and Illegal. Sex, Regulation and Social Control*. Cullompton, Willan, 2005.
- PISCITELLI, A. Apresentação: gênero no mercado do sexo. *Cadernos Pagu*, 25, 2005, pp. 7-23. Disponible en: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332005000200001
- RANEA TRIVIÑO, B. Analizando la demanda: relación entre masculinidad hegemónica y prostitución femenina. *Investigaciones Feministas*, 7(2), 2016, pp. 313-330. Disponible en: <https://revistas.ucm.es/index.php/INFE/article/viewFile/50746/50025>
- RAYMOND, J. G. Prostitution on Demand: Legalizing the Buyers as Sexual Consumers. *Violence Against Women*, 10(10), 2004, pp. 1156-1186.
- ROSTAGNOL, S. Consumidores de sexo. Un estudio sobre masculinidades y explotación sexual comercial en Montevideo y área metropolitana. 1ra edición. Montevideo: Campaña del Secretario General UNETE para poner fin a la violencia contra la violencia contra las mujeres y las niñas. Uruguay, 2011. Disponible en: https://www.academia.edu/2187214/Consumidores_de_sexo._Un_estudio_sobre_masculinidad_y_explotaci%C3%B3n_sexual_comercial_en_Montevideo_y_%C3%A1rea_metropolitana
- RUBIN, G. Reflexionando sobre el sexo: notas para una teoría radical de la sexualidad. In: VANCE, C.S. (comp.) *Placer y Peligro. Explorando la sexualidad femenina*. Madrid, Revolución, 1989, pp.113-190.
- SABO, D. The Study of Masculinities and Men’s Health: An Overview. In: KIMMEL, M.; HEARN, J.; CONNELL, R.W. (eds.) *Handbook of Studies on Men & Masculinities*. London, SAGE, 2005, pp. 326-352.
- SANDERS, T. Male Sexual Scripts: Intimacy, Sexuality and Pleasure in the Purchase of Commercial Sex. *Sociology*, 42(3), 2008a, pp. 400-417.
- *Paying for pleasure men who buy sex*. Cullompton, UK; Portland, Or.: Willan, 2008b.

- Kerbcrawler rehabilitation programmes: Curing the ‘deviant’ male and reinforcing the ‘respectable’ moral order. *Critical Social Policy*, 29(1), 2009, pp. 77-99.
- SCHIPPERS, M. Recovering the feminine other: masculinity, femininity and gender hegemony. *Theor Soc*, 36, 2007, pp. 85-102.
- SCOTT, J. W. Experiencia. *Revista de estudios de género: La ventana*, 2(13), 2001, pp. 42-74.
- *Género e historia*. México, FCE, Universidad Autónoma de la Ciudad de México, 2008 [1999].
- SEIDLER, V. Los hombres heterosexuales y su vida emocional. *Debate Feminista*, abril, 1995, pp. 78-111. Disponible en: http://www.debatefeminista.pueg.unam.mx/wp-content/uploads/2016/03/articulos/011_06.pdf
- STETS, J. E.; TURNER, J. H. (Eds.) *Handbook of the Sociology of Emotions*. New York, Springer, 2006.
- STEPHEN, A. Understanding Male Shame. *Masculinities*, 1, 2014, pp. 7-27. Disponible en: <http://masculinitiesjournal.org/pdf/5204-Understanding%20Male%20Shame.pdf>
- SZIL, P. Los hombres, la pornografía y la prostitución. Ponencia presentada al Congreso de los Diputados de España. BOE vol. 379, 2007, pp. 84-89. Disponible en: <http://szil.info/es/publicaciones/los-hombres-la-pornografia-y-la-prostitucion>
- SIMONETTO, P. Pagar para ser hombre. Prácticas y sentidos de la compra de sexo en los testimonios judiciales de trabajadores. Provincia de Buenos Aires, 1936-1960. *Revista Historia y Justicia*, 10, 2018. Disponible en: https://www.academia.edu/36595799/Pagar_para_ser_hombre._Pr%C3%A1cticas_y_sentidos_de_la_compra_de_sexo_en_los_testimonios_judiciales_de_trabajadores._Provincia_de_Buenos_Aires_1936-1960
- WARD, H.; DAY, S. Health care and regulation: new perspectives. In: SCAMBLER, G., SCAMBLER A. (eds.) *Rethinking prostitution: purchasing sex in the 1990s*. London, Routledge, 1997, pp.139-163.

Recebido em: 30/09/2019

Aprovado em: 19/05/2021

Como citar este artigo:

MORCILLO, Santiago; MARTYNOWSKYJ, Estefanía e BARBERO, Matías de Stéfano. ¿El macho “apichonado”? Masculinidad, emociones y relaciones de género en los relatos de varones que pagan por sexo en Argentina. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 608-622.



“Há terra para financiar nesse verão”: a reposição da expropriação e da violência nos grandes projetos de desenvolvimento econômico no Brasil, e uma crítica ao debate sobre a financeirização

Joana Barros¹

Gustavo Prieto²

Resumo: Este artigo reflete sobre as relações entre o regime de acumulação do capital, fundamentado nas finanças e a reposição dos processos de expropriação, reterritorialização e violência na periferia do capitalismo, analisada aqui, desde a expansão do complexo industrial-portuário de SUAPE (PE). O impacto territorial de tal matriz produtiva extractivista articula diversas escalas e produz consequências produtivas e redefinições do espaço urbano, nas quais, fundos públicos, no último período mobilizados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e programas sociais, notadamente, as urbanas e as de renda, são centrais na gestão social da expropriação.

Palavras-Chave: Financeirização da terra; expropriação; grandes projetos de desenvolvimento; direitos sociais; movimentos sociais.

“Há terra para financiar nesse verão”: the replacement of expropriation and violence in major economic development projects in Brazil and a critique of the financialization debate

Abstract: We propose to reflect on the relations between the new system of accumulation of capital, based on financialization, and the replacement of the processes of expropriation, reterritorialization and violence on the periphery of capitalism; analyzed here since the expansion of the SUAPE Port Industrial Complex in Pernambuco, Brazil. the territorial impact of such extractive productive matrix articulates different scales and has consequences, both productive as resets the urban space. In these context and especially in the last period, public funds raised through the Growth Acceleration Program (PAC), and social programs and policies, especially urban and income supplementation, are central to the social management of expropriation.

Keywords: financialization; land expropriation; development projects; social rights; social movements.

“Há terra para financiar nesse verão”: el reemplazo de la expropiación y la violencia en los grandes proyectos de desarrollo económico en Brasil, y una crítica al debate sobre la financiarización

Resumen: Este artículo reflexiona sobre las relaciones entre el régimen de acumulación del capital, fundamentado en las finanzas y la reposición de los procesos de expropiación, reterritorialización y violencia en la periferia del capitalismo, analizada aquí desde la expansión del complejo industrial-portuario de SUAPE (PE). El impacto territorial de tal matriz productiva extractivista articula diversas escalas y produce consecuencias productivas

¹ Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo – Brasil - jsbarros@unifesp.br - <https://orcid.org/0000-0003-1039-6961>

² Universidade Federal de São Paulo (UNIFESP) – São Paulo – Brasil - gustavo.prieto@unifesp.br - <https://orcid.org/0000-0002-2658-9429>

y redefiniciones del espacio urbano, en las cuales fondos públicos, en el último período movilizados a través del Programa de Aceleración del Crecimiento (PAC) y programas sociales, especialmente las urbanas y las de renta, son centrales en la gestión social de la expropiación.

Palabras clave: financiarización de la tierra; expropiación; grandes proyectos de desarrollo; derechos sociales; movimientos sociales.

“O desenvolvimento passa por aqui”

O impacto territorial da matriz produtiva extrativista realizada no Brasil, no assim chamado lulismo, articula a partir de múltiplos níveis e contradições, escalas territoriais e políticas e produz consequências, tanto no nível econômico da reprodução do capital quanto na redefinição do espaço urbano e agrário. Os fundos públicos, mobilizados por meio do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e os programas e políticas sociais, notadamente, as urbanas e as de complementação de renda, são centrais na gestão social da expropriação, tanto dos camponeses e dos povos indígenas, em áreas rurais, quanto dos trabalhadores nas periferias urbanas ou cidades nas “fronteiras de expansão capitalista” e na redefinição da propriedade privada da terra.

Partimos da interpretação de que a violência da urbanização ensejada pelos “grandes projetos de desenvolvimento” constitui novos vínculos entre cidade, campo e seus sujeitos, na qual a produção do espaço urbano e suas formas de regulação neoliberal reproduzem aspectos centrais da acumulação originária repondo a barbárie como conteúdo dominante da formação social brasileira. A desmesura da violência na base da expropriação de terras e seu caráter estruturante anuncia o embaralhamento dos termos do debate sobre a gestão de vastos territórios, que expandem o tecido urbano a partir da desapropriação e do esbulho e reconfiguram as frações dos territórios camponeses e quilombolas e das terras indígenas redimensionando os vetores da urbanização brasileira e da reprodução do espaço.

As expropriações primárias (da terra) e secundárias (no que tange a transformação, por exemplo, do direito às águas em negócios hídricos, da vida biológica e humana por meio das patentes etc.) aprofundaram-se em velocidade inédita, na segunda metade do século XX, em proporções diversas, segundo os países (Fontes, 2009), mas atingindo a todos, fundamentando um desenvolvimento geográfico desigual (Smith, 1988) combinado e contraditório (Oliveira, 2007).

Essas expropriações não são um fenômeno meramente econômico ou financeiro, ainda que sejam impulsionadas pela expansão econômica do capital, mas constituem sobremaneira a base da vida social e de uma sociabilidade contraditória, cada vez mais dependente (e necessitada) da expansão do capital (e das relações de mercado) para sua reprodução e, ao mesmo tempo, prova cabal de que essa expansão recompõe sem cessar a degradação que se imaginava superar (Fontes, 2009), ao menos como discurso ideológico e fetichista. É o que Mészáros (2002) chama de mecanismos de administração das crises que se realiza por intermédio da linha de menor resistência do capital. Os camponeses/as e seus territórios são, mais do que em qualquer período da história, centrais para a reprodução do capital, a partir da reprodução do espaço.

Assim, na ‘periferia da periferia’ do capitalismo revela-se a centralidade da reconfiguração urbana brasileira assentada na inclusão precária de sujeitos sociais ao nível da vida cotidiana. De forma articulada, evidencia também os limites da financeirização como noção-chave explicativa da totalidade dos processos ensejados pelo capitalismo financeiro-imobiliário. Constatamos que os projetos e programas que aparecem como *nacionais*, são parte estruturante da política de retomada de desenvolvimento regional, revelam-se como aspectos centrais do ajustamento econômico de alinhamento brasileiro à mundialização do capital e à destituição da autonomia e bloqueio às formas de reprodução das classes camponesas (e das tradições, territórios e cosmologias indígenas) e a subsunção de trabalhadores rurais.

Diante disso, tomamos o Complexo Industrial e Portuário de Suape (CISP) é mais do que apenas um estudo de caso sobre o neodesenvolvimentismo ou sobre a financeirização da política e da produção do espaço, tal fragmento do espaço sintetiza aspectos centrais do neoliberalismo à brasileira no período lulista, e tal como a raiz etimológica indígena do termo “suape”, revela um “caminho tortuoso” da hegemonia às avessas (Oliveira, 2018) realizada e reproduzida no Brasil contemporâneo.

O caminho tortuoso

A instalação do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS) data da década de 1970, sendo a sua ideia original gestada ainda nos anos 1960, no governo de Nilo Coelho (1967-1971), que realizou as primeiras sondagens para sua implantação.

Suape se insere no projeto de desenvolvimento autoritário da Ditadura Civil-Militar centralizado pelo Estado. Criada em 1978 por meio da Lei Estadual n. 7.763, ainda dentro do contexto nacional-desenvolvimentista, Suape surgiu em um momento de consolidação dos países periféricos como produtores e exportadores de *commodities* por meio de uma agricultura que se modernizava e que dependia da expansão dos meios de transporte (Oliveira; Monteiro, 2017).

De lá para cá são mais de 50 anos de construção de um imenso complexo que congrega atividades portuárias e industriais, que desde seu nascença foi pensado como um projeto impulsor do desenvolvimento do estado de Pernambuco. Suape é considerado hoje um empreendimento estratégico para o capital, para a instalação de grandes empreendimentos, alinhado com a orientação do modelo de desenvolvimento que se consolidou nos anos lulistas.

Localizado a 40 quilômetros de Recife, capital de Pernambuco, o CIPS é gerido pela Empresa SUAPE, uma empresa pública de interesse privado. A região do chamado *território estratégico de Suape* abrange dois municípios - Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca no qual estão instaladas suas empresas - e tem influência indireta sobre outros seis municípios: Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Rio Formoso, Ribeirão e Sirinhaém. O seu primeiro Plano Diretor data de 1973, e previa a construção de um estaleiro e uma unidade de refino, sendo seu porto de águas profundas concentrador de cargas (*hub port*).

Os impactos ambientais e socioeconômicos foram notados desde o começo: em 1975, antes de sua inauguração, em 1983, economistas, geógrafos, sociólogos, ecologistas e historiadores lançaram, publicamente, um manifesto contra o projeto do Porto Suape, encabeçado pelo economista-ecólogo Clóvis Cavalcanti, denunciando seus impactos na região e criticando os princípios que orientaram seu projeto e sua implantação. Ao manifesto e suas críticas aos impactos do porto industrial que se instalaria sobre as terras do “povoado de gente e contendo rios, praias, manguezais, matas, pomares de frutas e canaviais” (Cavalcanti, 2008) o governo contrapôs o discurso do desenvolvimento que supostamente o empreendimento traria ao estado de Pernambuco e seus moradores.

As obras de infraestrutura de Suape começaram em 1975 e tinham por objetivo produzir o território de Suape, a partir de condições e redes logísticas para funcionamento do porto, que entrou em funcionamento no ano de 1983. Em 1987, o Porto de Recife foi desativado e então, o porto de Suape dentro do CIPS passou a ser considerado um dos onze portos mais importantes do país, segundo avaliação da Secretaria Nacional de Transportes do Ministério de Infraestrutura.

Atualmente, no CIPS estão instaladas mais de cem empresas em operação e em instalação, e mais três dezenas que abrangem refinarias de petroquímicos e indústrias químicas associadas, indústrias de metalmecânica, portos e estaleiros, termelétricas, além da logística para esse Complexo. Tal magnitude do empreendimento de desenvolvimento econômico de Pernambuco está ligada ao modelo econômico impetrado pelos governos de Luiz Inácio Lula da Silva e Dilma Rousseff, nos anos 2000 e 2010.

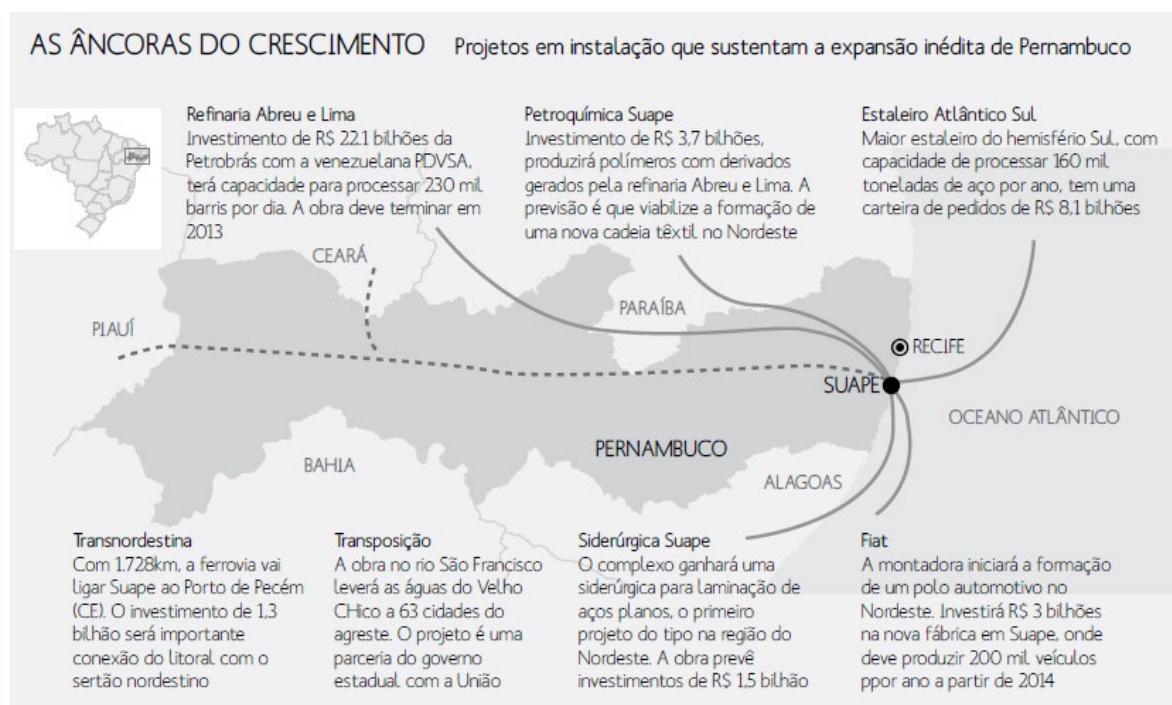
Impulsionado pela política de fomento a grandes projetos de desenvolvimento, nos governos lulistas, foi a partir dos anos 2000 que SUAPE deslancha recebendo grandes empresas que conformam sua atuação na região e definem de modo irreversível a expansão da ação territorial da empresa porto-industrial. Como destacam Moretti e Cox (2016), o destaque que esse empreendimento assumiu como “polo de desenvolvimento econômico e como espaço estratégico” relaciona-se diretamente com o tipo de associação produtiva que as empresas ali instaladas têm no cenário econômico mundial e o papel que cumpre o Brasil na reorganização da economia mundial, ao longo dos anos 2000, como plataforma exportadora de ativos *commodities* financeiros, de produtos da indústria extractiva mineral (minérios, petróleo e seus derivados) e de *commodities* agrícolas.

A instalação da Refinaria Abreu e Lima, Estaleiro Atlântico Sul, Estaleiro Promar, Petroquímica Suape, todos no município de Ipojuca, concretizam o tom deste novo perfil produtivo da economia brasileira como *player* no cenário mundial e como fundamento da lógica de (re)produção do espaço (Carlos, 2011). E revela de forma coetânea, a importância desse tipo de empreendimento na geopolítica latino-americana e sua articulação com a política econômica e social ligado ao ciclo de desenvolvimento econômico dos assim chamados governos progressista na América Latina (Zibechi, 2010; Zibechi, 2013). A importância de Suape se consubstancia, não somente naquilo que se produz ao final da instalação das indústrias projetadas (a mercadoria comercializada), mas, também, e de forma estrutural para o projeto em curso na sua própria implantação, ou seja, na centralidade da reprodução do espaço como aspecto central da reprodução do capital (Carlos, 2011). Produzir o desenvolvimento significa produzir uma mercadoria central na Economia Política contemporânea: a mercadoria espaço.

Scalabrini (2015) recupera os impactos da instalação do CISP e nos abre a possibilidade de afirmar a importância desse projeto como um momento de expansão do modelo neodesenvolvimentista baseada numa política de desenvolvimento que articula políticas de incentivo e fomento econômico (desde 2008, centrados no Programa de Aceleração do Crescimento – PAC), políticas de combate às desigualdades, programas sociais e políticas públicas - que amalgama processos diretamente ligados às transformações econômicas e urbanas por ela impulsionadas.

Na primeira década de 2000, novos empreendimentos colocaram o CIPS no centro das atenções. Entre os principais estão a Refinaria do Nordeste (RNEST), cuja previsão de funcionamento seria em 2013 (conclusão para maio de 2015) e, que, em pleno pico de construção, gerou cerca de 40.000 empregos. Esse empreendimento, que seria resultado de uma parceria entre a Petrobras e a estatal Petróleos de Venezuela S.A (PDVSA), hoje está integralmente a cargo da Petrobras; a Companhia Petroquímica de Pernambuco (Petroquímica Suape), cuja previsão inicial para o funcionamento era o final de 2011, hoje previsto para funcionar em 2015, que conta com incentivos do Plano de Aceleração do Crescimento (PAC). Esse empreendimento é liderado pela Petrobras Química S.A (Petroquisa) e, de acordo com números da própria empresa, a previsão inicial era de mais de 8.000 empregos, durante a fase de construção e 1.800 quando estiver em funcionamento; o Estaleiro Atlântico Sul, que empregou 4.000 trabalhadores, durante as obras de construção, e está em operação desde 2009, resultado inicial de um consórcio entre os grupos empresariais Camargo Correia, Queiroz Galvão, Samsung Heavy Industries e PJMR. Também, o estaleiro Promar faz parte dos grandes empreendimentos (figura 1) na região. Esses empreendimentos se conjugam com outros, caracterizando a expansão econômica industrial de Pernambuco. (Scalabrini, 2015, p.32-33)

Imagen 1: Projetos de infraestrutura e logística no Estado de Pernambuco.

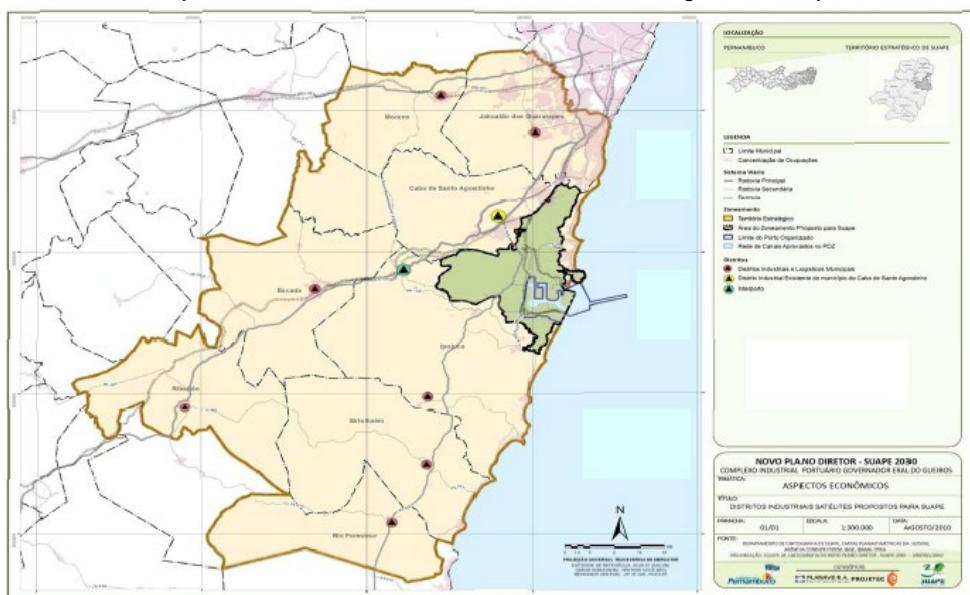


Fonte: Scalabrini, 2014, p.34.

Como destacam Moretti e Cox (2016), a região do CIPS foi produzida sob um território no qual estavam presentes engenhos ligados à atividade de produção de cana de açúcar e reproduzidos por homens e mulheres livres, camponeses e camponeses em suas diversas categorias e frações de classe. A Empresa Suape, comprou essas terras pertencentes aos engenhos nos anos 1980, sob posse da Cooperativa Tiriri e, neste movimento, foi feita a desapropriação de terras por meio de acordo de relocação dos moradores dos engenhos - que não foi devidamente cumprido, fazendo com que, até os dias atuais, muitos dos moradores vivam em condições de incerteza e insegurança de posse. Importa aqui afirmar que, historicamente, a região e os engenhos são ocupados por atividades de agricultura e pesca; e as praias da região, onde se instalou o gigantesco porto de Suape, são locais de pesca associada à agricultura de trabalho familiar e à coleta de frutas. O processo de desapropriação de terras para conformação do território de Suape data de 1977, e hoje totaliza mais de 13 mil hectares de terras desapropriadas e incorporadas ao empreendimento, e amplo processo de valorização.

A construção de Suape se fez apoiada em diversos planos diretores, ao longo das cinco décadas de sua implantação. São pelo menos cinco planos diretores que organizam e definem as diretrizes de produção do espaço (e do assim chamado ordenamento territorial). O último deles e em vigor, contemporaneamente, o Plano Diretor SUAPE 2030, foi instituído pelo Decreto nº 37.160 de 23 de setembro de 2011, é o “instrumento normativo que define o zoneamento ambiental, industrial e portuário, bem como as condições de uso, ocupação e parcelamento do solo do espaço territorial de SUAPE - Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros”. Neste Plano, a dimensão do impacto do CIPS na região pode ser facilmente percebida, a partir do mapa abaixo, no qual constatamos o fragmento do espaço de influência direta do Complexo, o chamado *território estratégico de SUAPE* que “para fins de planejamento urbano, [engloba] toda a área que compreende os Municípios do Cabo de Santo Agostinho, Ipojuca, Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Sirinhaém e Rio Formoso” (Artigo 6º, Decreto nº 37.160/2011), onde estão localizados os “*Distritos Industriais Satélites de SUAPE* as áreas instituídas para fins de promoção e instalação de atividades de produção industrial ou de logística, que se proponham a integrar e favorecer as cadeias produtivas relacionadas à Suape, por meio das políticas e programas econômicos do estado e dos municípios, e ainda por ação da iniciativa privada, em consonância com as normas urbanísticas e ambientais.” (Artigo 5, Decreto nº 37.160/2011).

Mapa 1 - Distritos Satélites no Território Estratégico de Suape



Fonte: Consórcio, 2011, p.19.

Ademais, para além da dimensão do espaço percebido cumpre, em nossa análise, verificar os níveis políticos, sociais e econômicos que conformam a estratégia de produção do espaço, a racionalidade neoliberal realizada e a reprodução das estratégias de expropriação e resistência camponesa na região.

Racionalidade neoliberal à brasileira

Em 2015, o CISP anunciava em seu sítio a inclusão dos expropriados pelo desenvolvimento que “ao todo, há 1,8 mil hectares para serem distribuídos entre famílias de agricultores” pernambucanos. Naquele momento, a empresa noticiava a realocação das famílias de camponeses e pescadores da região para “240 glebas, situadas nos engenhos Sacambu, no Cabo de Santo Agostinho, com 457 hectares; e Almécegas e Arranca, em Água Preta, na Mata Sul do estado, com 876 e 554 hectares, respectivamente”. Esse seria o quarto “assentamento”³ na região em função da implantação e expansão do Complexo. O texto segue ressaltando que a desapropriação das áreas foi feita pelo estado de Pernambuco, totalizando três mil hectares neste processo de “assentamentos implantados por Suape para os ex-moradores do Complexo” (FON, 2015, s/p), desde 2012, com o primeiro assentamento em Barreiros, na Zona da Mata Sul de Pernambuco. Ainda na argumentação do CISP, somos informados das ações de assentamento de famílias em áreas urbanas, no âmbito da política de gestão fundiária da Administração do Complexo.

A implantação de assentamentos de Suape faz parte da política de gestão fundiária da administração do Complexo que, além de atender os agricultores, apresenta uma opção aos ex-moradores com perfil urbano: o Projeto Habitacional de Suape. Estimada em R\$ 235 milhões, a iniciativa beneficiará, ao todo, 6,8 mil famílias, com a construção de 2.620 casas do Conjunto Habitacional Governador

³ O termo assentamento aqui soa como uma ironia perversa. As lutas históricas dos camponeses, trabalhadores rurais, agricultores e/ou sem terras estão associadas às estratégias de ocupação inicialmente materializadas por acampamentos e a constituição política do sujeito acampado nesse processo. A luta pela terra se redimensiona quando se conquista a terra e se realiza a transfiguração do acampado em assentado territorializado em assentamentos da reforma agrária. Os movimentos sociais urbanos, em linhas gerais, apresentam esse mesmo processo de luta pela terra/moradia urbana e a respectiva produção de sujeitos políticos. A construção semântica da perversidade narrativa está na suposta equalização do termo “assentamento” como forma-conteúdo de um processo de expropriação e reterritorialização forçada à histórica expressão de luta e conquista ao direito à terra.

Eduardo Campos, no Cabo de Santo Agostinho, nos moldes do Programa Minha Casa Minha Vida (MCMV) da Caixa Econômica Federal; e com a consolidação de oito comunidades do entorno de Suape, ou seja, com a realização de acompanhamento social, o que já vem acontecendo há pouco mais de um ano, e, em breve, com a realização de obras de infraestrutura, como calçamentos, esgotos, entre outras benfeitorias (Fon, 2015, s/p).

As metas de expansão bem como as diretrizes de atuação e as formas e arranjos de regulação do território de Suape estão descritas no documento *Novo Plano Diretor - SUAPE 2030*, que prevê três dimensões de intervenção integradas para garantir o que se designa como “desenvolvimento sustentável”⁴: as dimensões social, econômica e ambiental. Parte substantiva das diretrizes desenhadas e detalhadas diz respeito à gestão territorial do Complexo associada às diretrizes de “aspectos sociais” - esses dois blocos correspondem a quase metade do Plano Diretor.

Examinando o documento, é importante sublinhar que as diretrizes para a “gestão territorial integrada” se assentam numa articulação entre intervenções e instrumentos de regulação territorial com foco no território “da empresa”, mas também contribuições para “formulação e implementação “de políticas estaduais e “contribuições” para as políticas municipais (Consórcio, 2011). Aqui, por princípio, algo aparece invertido, indício de novos níveis de contradição entre público e privado ou ao menos estatal e empresarial: as políticas territoriais geridas por uma empresa, ainda que no âmbito de uma política de desenvolvimento econômico regional e quiçá nacional, estão a ditar formas de ação e regulação num território que extrapola a sua autoridade imediata.

Os mecanismos de planejamento e intervenção urbanos estão no bojo da constituição, não somente de princípios normativos para a cidade, mas no âmago da regulação das novas relações de trabalho que o capitalismo forjara, articulando não só analiticamente, estado, sociedade e mercado. Se a cidade é o espaço dessa articulação, o urbano e a intervenção estatal que daí surgem redefinem as relações entre campo e cidade, regulam as relações capital-trabalho (e também terra-capital) e definem os limites da ação pública sobre o mundo privado (e da propriedade privada) e sobre o mundo do trabalho. A montagem de um conjunto de regras, mecanismos de ação e planejamento são parte desta mecânica de regulação pública sobre as relações de trabalho. A regulação urbana e territorial - e as políticas urbanas como uma forma de regulação - são fruto justamente desta disputa pública. Os direitos concernidos nas políticas públicas são “uma linguagem pública que baliza os critérios pelos quais os dramas da existência (as necessidades, carências) são problematizadas em suas exigências de equidade e justiça” (Telles, 1999, p.139). A constituição de direitos sociais e trabalhistas se apoia na experiência e na regulação do tempo de trabalho fordista, ainda que essa seja apenas uma forma referencial para

4 O discurso do desenvolvimento sustentável de base empresarial naturaliza a combinação capitalista realizada entre monopolização e a alienação da terra e das riquezas naturais (a natureza, não por acaso vista como uma externalidade) com a separação do trabalho e seus pressupostos materiais (AUTOR, 2011). Essa separação consubstancia as forças produtivas como forças destrutivas do trabalhador (assolado desmedidamente pelo trabalho precário) e desvincula radicalmente homem e natureza (Damiani, 1986). Essas separações também substanciam uma ilusão de autonomia dos indivíduos e de produção universal de mercadorias com o fetiche das mercadorias, opacificando e ocultando as classes sociais e as lutas sociais. Damiani (1986) argumenta também que no bojo desse movimento aparecem a coletividade ilusória e o pretenso interesse comum camuflando os interesses particulares; a transformação e a preservação da natureza como frutos da vontade e aparentemente autonomizadas e independentes dos interesses reais, e a produção da natureza (Smith, 1988) como algo exclusivamente natural, ocultando sua apropriação diferenciada que torna a natureza passível de ser comprada, trocada, vendida e financeirizada. Assim, sob o primado do assim chamado desenvolvimento sustentável se produz um discurso de controle do desperdício, de orientação do progresso econômico sob princípios de qualidade total e sustentabilidade (os quais supostamente interessariam a sociedade inteira) que segundo Seabra (2003) estão naturalizando o processo social e produzindo um ambientalismo. Tanto que por esse caminho, se discute os processos como se não existissem sujeitos históricos; o devir está dado; basta administrá-lo abstendo-se de pensar a política para além dos estreitos limites que configuram as conjunturas. Nesse sentido, conforme Seabra (2003) argumenta, o ambientalismo e seu conjunto de nomenclaturas e discursos se põe como prática política que perpassa a vida social de cima para baixo. Em seu nome são formuladas políticas públicas de Estado visando alocação de investimentos públicos em todas as esferas da vida social. O ambientalismo se constitui em horizonte paradigmático. A natureza social do mundo e de suas relações é subsumida pela naturalização dos processos sociais.

a grande maioria dos trabalhadores, especialmente em países como o Brasil. Por outro lado, a linguagem dos direitos constitui um campo de conflitos em torno da arbitragem da vida social, coletiva e dos critérios pelos quais a sociedade (ou as sociedades, em diversos momentos) reconheceu um campo legítimo de reivindicações e de arbitragem da questão social, e as cidades bem como as políticas urbanas (e diria também outras políticas sociais) são espaços de disputa fundamentais neste processo.

Este arranjo/articulação entre políticas e mecanismos de intervenção dirigidas ao “território de Suape” em articulação estatal-empresarial, mesmo que somente “como sugestão” para os municípios, revela que a regulação pública, como momento em que se normatiza e/ou barra a expansão sem freios da ação privada do capital, encontra-se em questão. O estado e o aparato jurídico e normativo que se apresentavam, ao menos ao nível do discurso, como portadores de um conteúdo não-privado, público ou coletivo em sentido lato, hoje apresentam outro sentido que aprofunda o caráter indutor não só de ações de desenvolvimento, mas de uma lógica que entende e produz o espaço como extensão, finalidade e condição da ação do capital.

As “sugestões aos municípios” funcionam muito mais como princípio regulador e de orientação da ação do que como modelo de programas e instrumentos de política urbana a ser copiado. Os programas e políticas sociais podem ser diferentes, mas o que lhes congrega é o sentido de sua ação e seus resultados: induzir a produção do espaço como um elemento central da produção capitalista, não só como produto da ação da empresa, mas sobretudo, por sua lógica interna, como elemento central na reprodução do capital e da expansão dos grandes projetos de desenvolvimento, especificamente. A regulação da produção do espaço é neste sentido, uma indução cada vez mais unidimensional, o espaço é produto e finalidade da empresa, do capital, forma imediata para valorização do capital.

A chave explicativa da privatização não alcança este entrelaçamento entre dimensões estruturantes da produção do espaço, completa-se o ciclo do que, com Dardot e Laval (2013), chamamos de gestão de mercado em estrita relação com o poder público - regido, regendo e produzindo uma racionalidade neoliberal. Todavia, tal racionalidade na periferia do capitalismo não se realiza apenas a partir dos fundamentos colocados pela dimensão geral de reprodução do capital, mas também pelas especificidades territoriais na formação brasileira como Estado-nação: coronelismo, patriarcalismo, patrimonialismo e violência estrutural estabelecem as nuances à brasileira da racionalidade liberal estruturada pela permanência da acumulação originária do capital.

Assim, articula-se na formação social do Brasil, aspectos da produção capitalista do espaço, sobretudo em um país em que a apropriação privada da terra, a reprodução da escravidão e as estratégias de dominação pessoal, ainda hoje, centralizam a reflexão sobre a produção contínua da sociedade e a reprodução do espaço urbano.

Nessa perspectiva, compreendemos que a formação social brasileira é instituída e (re)produzida pela funcionalização do atraso na produção da modernidade capitalista. Liberalismo e escravidão, propriedade privada e grilagem, lógica do favor e instrumentos jurídicos avançados, concretizam processos que não se realizam como dualismos, mas são expressões históricas da produção do urbano marcado sobremaneira pela violência da urbanização que se produz e reproduz em um cotidiano de privação, privatização, tragédia e desmanche.

Nota-se, então, que as articulações entre estado, reprodução capitalista e produção do espaço são fundamentais para a compreensão do lugar do planejamento, bem como sua importação e rearranjo na periferia do capitalismo. Estado e planejamento podem ser caracterizados pela intensiva demanda de normatização das relações capital, terra e trabalho e a promoção das condições gerais da produção para a industrialização e desenvolvimento econômico estão imbricados tanto na produção direta do setor produtivo estatal e na articulação geral da economia, quanto nas finanças públicas alocadas para produzir espaço e “modernizar” territórios. Ressalta-se que a relação de normatização entre estado e planejamento não é estático, visto que se altera espaço-temporalmente.

O aspecto que nos parece central é que nos grandes projetos de desenvolvimento no Brasil lulista se opera uma fundamental transformação da normatização do planejamento: a combinação entre minuciosa regulação jurídica de proteção ao mercado, amplo investimento estatal, flexibilização de

legislações fundiárias e ambientais e estímulo a novos eixos de industrialização e urbanização no Brasil. As fronteiras entre ilegalidade e legalidade (tal como aquelas entre público e privado, conforme já ressaltamos) são também definitivamente borradadas. Holston (2013) argumenta que a marca característica da constituição da estrutura fundiária no Brasil é a “legalização da ilegalidade”. O sistema jurídico brasileiro não objetiva nem resolver os conflitos de maneira justa, nem decidir sobre seus méritos legais por meio de procedimentos judiciais.

No Brasil, as leis sobre a questão da terra nos seus próprios termos são confusas, ambíguas e funcionam como ordenamento jurídico de acomodação das diferentes frações de classe capitalistas. É possível, então, afirmar que as diversas estratégias de apropriação privada de terras públicas, coletivas e comuns não são somente fruto de incompetência e corrupção do aparelho do Estado, mas, sobretudo, a demonstração de força política de um conjunto de intenções subjacentes à construção e aplicação da lei pelo Estado. Ou seja, as fronteiras entre a legalidade e a ilegalidade são definidas nos marcos jurídicos do aparelho do Estado, que está dominado por diferentes frações de classe de proprietários de terra interessados em transformar suas apropriações privadas de terras públicas em patrimônio privado. Assim são estabelecidos os termos dos quais a apropriação privada da terra é legalizada de maneira consistente e consciente. Nesse sentido, o ordenamento judicial é um instrumento de “desordem calculada”, por meio da qual, práticas ilegais produzem leis, e soluções extralegais são introduzidas no processo judicial (Prieto, 2016).

Assim, a modernidade produzida pelo capitalismo contemporâneo figurada por Suape borra e mesmo supera negativamente as relações entre público/privado e legal/illegal. Tal modernidade é dominada pelo princípio do desempenho e do desenvolvimento e não se coloca na esteira do debate clássico (e dualista) da modernização conservadora ou da marginalidade. Não se configura também como desencaixe entre projeto modernizador e externalidades negativas inerentes. Suape é a modernidade acabada, é o próprio desenvolvimento em processo e produto dele, é síntese de uma neoSUDENE (agora gerida não mais por uma ação pública para o desenvolvimento e sim por uma racionalidade empresarial) e de um neoNordeste que ao, supostamente, superar o coronelismo, o mandonismo e o clientelismo (vistos como os conteúdos do atraso e entraves à modernização) produz os novos conteúdos da industrialização e da urbanização brasileira que repõem a inserção permanentemente precária, violência estrutural, descartabilidade da população do campo, destruição e devastação ambiental e reprodução do espaço urbano como elementos estruturais da produção desta nova modernidade/modernização/desenvolvimento. Tudo isso com aporte estatal, via parcerias público-privadas, programas sociais, no coração do Nordeste brasileiro aqui tomados como figuração da antes periferia. Jamais fomos tão modernos.

Os documentos que dão a cadêncie da expansão, desde 2007 - lido como o período de consolidação mais pungente de Suape - revelam que o papel das políticas urbanas e de regulação fundiária nas cidades mudaram em relação ao marco regulatório que tem os anos 1980 e a Constituição de 1988 como referencial. Para além do desmonte das políticas públicas de corte universal que vimos ocorrer nos anos 1990, tão bem caracterizado por Roberto Schwarz como o “desmanche neoliberal”, os anos 2000, especialmente nos governos petistas, parecem apontar para outra articulação e um novo caráter para as políticas urbanas. André Singer (2016) destaca esta nova articulação à luz daquilo que denomina de “ensaio desenvolvimentista”: a política de desenvolvimento econômico dos governos Dilma. O autor destaca o papel dos investimentos (grande parte deles no novo modelo de PPP’s), ao longo dos anos de 2011 e 2012 para a realização da Copa do Mundo de 2014, que “garantiram crescimento de 2,3% em 2013 (pela metodologia antiga; 2,7% pela nova). O índice passou longe dos números desejados, mas permitiu manter o nível de emprego e os ganhos salariais dos trabalhadores no terceiro ano de governo Dilma (Singer, 2016, p.39 – grifos no original) – apontando o caráter fortemente estratégico do ponto de vista da economia e do modelo implementado por meio de um conjunto de ações e estímulos econômicos que incidiram fortemente nas cidades brasileiras, especialmente aquelas que foram sede da Copa do Mundo.

Em outro momento, André Singer aponta, em consonância com uma literatura recente de teses e dissertações sobre o Programa Minha Casa Minha Vida, o papel transmutado da política habitacional, um amálgama *à la o ornitorrinco Brasil*, nas pistas de Chico de Oliveira, entre garantidor de direito social e programa que dá esteio à política econômica anticíclica, implementada no período 2008-2014. De acordo com os idealizadores do ensaio desenvolvimentista, no entanto, apesar das enormes pressões vividas, ao manter as políticas de estímulo ao investimento, como a desoneração da folha de pessoal, o IPI reduzido para os bens duráveis, o Programa de Sustentação dos Investimentos (PSI) e o aporte para o PMCMV, seria possível manter duas conquistas: a estabilidade do pleno emprego e a elevação da massa salarial (Singer, 2016, p.43).

Assim entendidos, no bojo do “ensaio desenvolvimentista”, são eles mesmos parte dos grandes projetos de desenvolvimento, como assinala Singer (2016). Importa para nossa argumentação, no texto em tela, chamar atenção para a articulação entre os mecanismos de gestão e regulação urbana, as políticas públicas e o tipo de investimento que se consolidou como modelo operativo destas obras, via de regra, financiados e articulados no Programa de Aceleração do Crescimento. E articuladamente problematizar o lugar daqueles que aparecem a reboque do processo neoliberal às avessas: posseiros, pescadores, quilombolas, indígenas, agricultores, seringueiros, retireiros, vazanteiros, quebradeiras de coco, em suma o supostamente “outro” como parte estruturante da reprodução econômica do capital a partir da tentativa de destruição da reprodução social de seus modos de vida.

Sobre mangabeiras, aratus do mangue e refinarias - fragmentos da luta de classes sem classes

Atualmente, no assim chamado território de Suape, vivem cerca de 6.800 famílias (SUAPE, 2016) distribuídas em 27 comunidades de engenhos que antes de falirem e, no caso de alguns, de passarem para a mão dos trabalhadores, correspondiam às Usinas São Inácio e Salgado, e em ilhas estuarinas (Solá Pérez, 2016). São comunidades de pescadores e pescadoras artesanais e agricultores e agricultoras de trabalho familiares, com fortes elementos de tradicionalidade, tendo uma delas, recentemente, se reconhecido como quilombola (Solá Pérez, 2016).

A monocultura açucareira, da assim chamada Zona da Mata, está diretamente associada aos engenhos da região do que hoje é Suape (Solá Pérez, 2016). Nota-se que o termo engenhos se articula tanto à forma histórica de produção (tratamento da cana e preparo do açúcar), quanto ao conjunto de propriedade da terra e das culturas que abriga(va) (Moretti; Cox, 2016). No final do século XIX e início do século XX, os engenhos são paulatinamente substituídos por usinas, verdadeiras unidades fabris, que figuram a associação entre agricultura e indústria em uma nova racionalidade da divisão social e territorial do trabalho.

Um duplo processo ocorre, simultaneamente, na passagem dos engenhos para as usinas de cana de açúcar: a proletarização de parte do campesinato transformado em trabalhadores rurais despossuídos de terra, portanto livres juridicamente para a venda da força de trabalho e assalariados nas usinas, e a recriação camponesa ora com sua renda camponesa subsumida à monocultura (com sua produção voltada à venda para a agroindústria), ora com o enfrentamento direto com os usineiros na disputa pela terra de trabalho e a produção de um novo sentido ao chão, com a produção de alimentos. Nas matas, frutos de árvores nativas, como o caju, o ingá, a mangaba, a banana, a azeitona doce e o cajá são importantes fontes de renda e de alimentação dessa população do campo (Scalambrini, 2015; Sola Pérez, 2016).

Solá Pérez (2016) enfatiza que se a área do que hoje é Suape ainda apresenta vestígios de Mata Atlântica, havendo presença de praticamente todos os estratos de vegetação, esta associa-se diretamente ao modo de vida dos camponeses/as, que ao se reproduzir realizam uma relação em diálogo com a natureza a partir da convivência e consórcio na produção de alimentos.

Nas águas, a pesca dos peixes agulha, saramunete e tainha, além da catação de mariscos e caranguejos, são elementos centrais da reprodução do modo de vida dos pescadores da região, uma categoria importante do campesinato brasileiro. A produção do território de Suape realizou impactos diretos aos territórios pesqueiros (terras e águas) representado pelo amplo desmatamento dos manguezais, pela poluição das águas dos rios e do mar, pela extinção e soterramento dos locais de procriação dos peixes devido à dragagem desenvolvida pelo CISP, pelo amplo derrocamento dos arrecifes, pela diminuição da produção do pescado (peixes, mariscos, caranguejos etc.), pela diminuição do número de espécies já ameaçadas de extinção, tais como o boto-cinza e o peixe mero, a destruição dos instrumentos de trabalho dos pescadores/as, especialmente as redes de pesca, pela dificuldade de naveabilidade devido a invasão dos navios do porto, nas áreas de trabalho, dos/as pescadores/as, o que, em alguns casos, também impede a pesca, pela dificuldade de locomoção entre uma comunidade e outra e dentro das próprias comunidades e pela expulsão dos moradores do local de suas moradias, que vão em busca de pescado em outras áreas, o que descaracteriza as comunidades. As famílias estão sendo retiradas e indenizadas irrisoriamente para a instalação de indústrias e para uma área de preservação ambiental que “compense” o desmatamento realizado nas áreas das indústrias e a contaminação que estas produzem.

Em termos ambientais, de 2009 a 2013, a Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH) aponta para 24 autos de infração aplicados ao Complexo de Suape, entre advertências por escrito, suspensão parcial ou total de atividade e multa simples que atestam a relação direta entre as obras, atividade do porto e os impactos socioambientais: a mortandade dos peixes protegidos por lei, a destruição de territórios pesqueiros, a devastação de manguezais de onde as marisqueiras tiram comida e sustento para suas famílias, são os exemplos mais diretos desse processo (Nascimento *et al.*, 2016).

As marcas indeléveis deste novo desenvolvimento nacional, constantemente relatadas, envolvem remoções, esbulhos, desapropriações, ameaças, aumento de violências de gênero e a sobrecarga de serviços de saúde e educação, dentre outros (Scalambrini, 2015). Além disso, com o desenvolvimentismo em ruínas ou a forma lulista de expansão neoliberal no contexto contemporâneo, as marcas são as demissões em massa e a onipresença da terceirização como norma das relações trabalhistas. Na interpretação da Rede Brasileira de Justiça Ambiental (2015, s/p): “a crise apenas evidencia e visibiliza as zonas de sacrifício do petróleo, o sofrimento dos trabalhadores/as e a imposição das atividades da cadeia sobre outras atividades econômicas pré-existentes”. Conforme o relato de um morador, do que hoje é o território de Suape (Rede Brasileira de Justiça Ambiental, 2015, s/p), “as famílias que resistem, não podem plantar, nem fazer melhorias nas suas moradias [ainda há casas feitas de barro e estão caindo por causa das chuvas], porque Suape não permite”.

Nos termos de Sola Pérez (2016, p.):

“Desde a implantação do PAC 2 (2011-2014) cerca de 1200 famílias foram indenizadas - receberam em torno de R\$ 93.000 por família - e tiveram que sair de suas terras. Em 2013 a vila Nova Tatuoca ficou pronta e os camponeses/as da Ilha de Tatuoca tiveram que mudar para a nova vila, morando em casas do CIPS que eles/elas só têm direito de uso. Em 2014 parte dos camponeses/as da Fazenda dos Trabalhadores - engenhos Arendepe, Penderama, Tabatinga, Conceição Nova e Pirajá - receberam terras com direito ao uso no Assentamento Valdir Ximenes em Barreiros - como detalharemos posteriormente.”

Diante disso, ressalta-se que as formas tradicionais e populares de vida estão na fronteira de expansão dos grandes projetos e, portanto, são os alvos preferenciais da violência da expropriação da terra, mas também são o público-alvo de novas políticas e programas públicos e/ou sociais. A mais imediata

destas formas de rearticulação parece ser o PMCMV, como argumentamos acima, mas outros exemplos em operação nos territórios de SUAPE - como articulação do PNAE e PAA com os assentamentos promovidos pelo Complexo - também revelam pistas importantes dessa rearticulação, que faz reconsiderar as clivagens urbano e rural na própria caracterização, tanto das políticas sociais, quanto dos movimentos de resistência à expansão desses grandes projetos. Considerar estas políticas de desenvolvimento e seus impactos ressignifica as clivagens utilizadas, tanto para a leitura dos territórios (como cidades e campo, rural e urbano, ambiental e social), mas também embaralha as políticas públicas e programas sociais que intervêm nesses territórios.

Todos esses elementos articulam-se desde a construção e por meio da implementação das políticas públicas e programas sociais, notadamente aquelas que incidem sobre a gestão dos territórios. É possível afirmar, neste momento, que parte destas transformações urbanas rearticulam as formas tradicionais de existência, produção e apropriação desses espaços, às formas de resistência a este processo de expropriação urbana e territorial, com forte incidência das políticas urbanas.

As políticas e formas de regulação urbana e territorial cumprem hoje o papel de indução absolutamente necessário e estrutural nas políticas de desenvolvimento e crescimento econômico. Não apenas como contenção dos efeitos colaterais e impactos dessas políticas, mas como elementos dinâmicos e estruturantes destas novas formas de estruturação da produção e do território. Esta forma, uma nova camada de leitura e conflito se coloca: as políticas públicas oriundas da Constituição de 1988, estabelecidas e consolidadas nos anos 1990 como forma de regulação pública das cidades e da vida transmutaram-se, transformando-se em elementos de liberalização da vida nas cidades e das relações de trabalho e de produção que encontram nas cidades não apenas sua expressão, mas também uma dimensão produtiva. A dobra do urbano⁵ sobre si, em certa medida é operada por políticas públicas e programas sociais que regulam a cidade, seus fluxos, sua produção e a vida de seus sujeitos.

Neste percurso, entretanto, novos sentidos são forjados por aqueles que vivem nas cidades. Campo em disputa, espaço de construção novas subjetividades e seus sentidos emancipatórios. As resistências de organizações e movimentos no território e os novos conteúdos da acumulação primitiva permanente, fundamentado na produção do capital, no Brasil, em associação à financeirização de terras indígenas, camponesas e quilombolas, apontam alguns “embaralhamentos” as relações campo e cidade nestes espaços nas franjas metropolitanas.

Estas formas de resistência são as formas “arcaicas” de vida revisitadas ou ressignificadas. Há novos e importantes avanços. Mas há um imbróglio - diante do avanço do capital, nesta nova fase, como se organiza (como se nomeia essa resistência) e, muitas vezes, ela é a pedra de torque para as políticas públicas. A resistência ao processo de expropriação de terra e de produção das imensas periferias do “novo” tecido urbano que Suape cria se faz desde os modos de vida e formas tradicionais de vida das comunidades atingidas e dos trabalhadores, nas periferias da metrópole pernambucana. Do ponto de vista da leitura do que são estes novos sujeitos, a reconfiguração dos movimentos sociais tanto os assim chamados povos e comunidades tradicionais, camponeses, trabalhadores rurais e os “urbanos” revela um jogo que se rearticula, desde o enfrentamento da barbárie da expropriação da terra, como ponto fundamental - origem e fundamento - deste projeto de desenvolvimento calcado nos grandes projetos, como SUAPE.

⁵ Barros (2018) denominou a reconfiguração urbana como dobra do urbano sobre si mesmo, a partir de uma livre apropriação de uma sugestão de análise presente no texto *O Estado e o urbano*, de Francisco de Oliveira. No texto o autor argumenta que a produção deste urbano é o próprio processo de industrialização, de produção e de valorização do capital - à época entendido como uma defasagem em relação à industrialização do país que lhe estruturava, e qualificado como informal, ilegal pela literatura, mas lido por Francisco de Oliveira como necessário nestes termos e não “incompleto”.

Está no centro deste argumento a preocupação com a configuração do que, grosso modo, vem sendo nomeado como novas formas de fazer política⁶, produção e debates muito informados pelo aparecimento de movimentos de forte cunho autonomista, de ação de direta, de rejeição aos formatos partidários e de afirmação em pautas de grupos e/ou coletivos identitários ou ainda dos movimentos de povos e comunidades tradicionais. A crise urbana que flagramos nas transformações produzidas na expansão de SUAPE aponta para um debate sobre os próprios sujeitos desses processos. Importa dizer que parte substantiva do que vem sendo produzido sobre o tema nas universidades brasileiras está, por um lado, fortemente tensionado e ou influenciado pelo aparecimento de novas formas de concepção e ação distanciadas do que se consolidou como prática dos movimentos sociais urbanos, referidos aos anos 1980 de redemocratização do país. A nomeação destes sujeitos como os pobres, como aqueles que não têm trabalho, aqueles que vagam pelas cidades, ou como o lumpemproletariado em tradição marxista ortodoxa - todas essas nomeações têm força de construção. Entretanto, é uma nomeação em negativo, a construção de uma imagem vazia, um lugar sem lugar. Ao usar termos como *barbárie*, *incompletude*, *desmanche*, *desmonte* para caracterizar os processos de transformação em curso, estamos nomeando parte da experiência social, política e mesmo urbana como uma falta, uma incompletude.

As situações flagradas de resistência nos mostram que a construção destes sujeitos se faz na contraposição, justamente, a este lugar ou a esta figura em negativo, a este lugar vazio, que é a construção dos pobres, dos trabalhadores, dos “de baixo”, para usar os termos do Florestan Fernandes, no país. Ou seja, estes ‘sem parcela’ e suas formas de resistência e de produção dos sentidos do urbano, contrapõem-se à leitura hegemônica feita em negativo sobre a formação social brasileira.

Em suma, a temporalidade dessa modernidade desenvolvimentista não é a da experiência, do conhecimento, da vida cotidiana; ela é institucionalmente organizada e este é o atributo mais eminente da dominação - que corresponde a um encolhimento do espaço de experiências na vida social e de liberdade; liberdade de acesso ao passado e ao futuro como construção de uma subjetividade democrática (Matos, 2007) não se colocam no horizonte de expectativa. A segregação socioespacial e a permanência na condição de excluído até a inclusão capitalista via mercado é viabilizada na política pública, a partir da alienação da garantia de direitos. Trocando em miúdos, a política pública se realiza e se institui, cada vez mais, como a forma *per se* de realização da violação de direitos humanos e forma acabada de regulação e gestão social da reprodução de trabalhadores como subproletários na tentativa de apagamento da experiência e da subjetividade da vida cotidiana produzida nas frações dos territórios de camponeses, pescadores, indígenas e quilombolas.

O chão da financeirização: há terra para financiar neste verão desenvolvimentista em ruínas?

Novos elementos desmascaram a fragilidade de um desenvolvimento nacional baseado na construção de megaempreendimentos e na exploração de bens naturais: a expropriação de terras, as remoções de populações de seus locais de moradia e de trabalho, os impactos ambientais irreversíveis sobre a terra, as florestas, as águas - do mar, manguezais e rios, o aumento de violências de gênero e contra camponeses/pescadores, a sobrecarga de serviços de saúde e educação, dentre outros. Somam-se ainda os impactos do momento em função da conjuntura de desaceleração e crise econômica: demissões em massa e mais terceirização na construção, tanto das indústrias quanto da logística do Complexo. Como sublinha Scalabrini (2015), “a crise apenas evidencia e visibiliza as zonas de sacrifício do petróleo, o sofrimento dos trabalhadores/as e a imposição das atividades da cadeia sobre outras atividades econômicas pré-existentes”.

⁶ Parte deste debate pode ser recuperada na produção do Núcleo de Estudos de Teoria Social e América Latina do IESP/UERJ, especialmente a produção de Breno Bringel que trabalha com movimentos sociais brasileiros, latino-americanos e mundiais; assim como em outros autores como Pedro CuncaBocayuva, Jean Tible, Henrique Parra, entre outros.

Como aponta Garzon (2010), é no início do governo Lula (2003) que o BNDES adota, em definitivo, a perspectiva de “integração competitiva”, concentrando e centralizando os capitais despatriados no país, convertendo-se em empresa comercial. Ele se torna o principal financiador das obras do PAC e da IIRSA (Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sul Americana), cumprindo um papel que era anteriormente executado pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) na América Latina. Articula-se assim a negação de direitos, as promessas não cumpridas, a violência estrutural necessária para a produção de terra e expansão dos projetos de desenvolvimento, financiados, via de regra, por fundos públicos, por meio de parceria público-privada, e geridas (obras de implantação, o empreendimento em funcionamento e o espaço) sob a lógica do mercado.

Nakamura (2010) argumenta que a sociedade capitalista não pode deixar de consumir e produzir, por isso, um processo de produção tem de percorrer, continuamente, sempre de novo as mesmas fases. Assim, em sua conexão contínua e fluxo constante de renovação, todo processo de produção social é, ao mesmo tempo, – processo de reprodução. A expropriação, então, não é um momento devastador localizado no passado. Articulado à exploração da força de trabalho numa forma jurídica contratual de pagamento de salário e extração da mais valia do trabalhador, a acumulação originária é um momento constitutivo do capital, uma tendência inscrita no processo de valorização do valor fundado na permanente e ampliada subordinação do trabalho vivo ao trabalho morto (Harvey, 2003; Gillye Roux, 2009). O processo de acumulação originária se recria incontáveis vezes: a acumulação por despossessão (espoliação) nos termos de Harvey (2003) é reinterpretada de modo a reintroduzir no interior do sistema completo do capitalismo as práticas violentas que caracterizavam sua pré-história externa (Arantes, 2007). É fundamental nesse processo retomar Henri Lefebvre para lembrar que um dos motivos da sobrevivência do capitalismo às crises é a produção do espaço.

O roubo, a depredação, a conversão de várias formas de direito de propriedade (comum, coletiva, do Estado) em direitos exclusivos baseados na propriedade privada, a sujeição da terra, a pilhagem e a apropriação privada de riquezas comunais atravessam a história do capital. Remonta-se nesse processo a conquista da América e do cercamento das terras comunais na Inglaterra, dos séculos XVI ao XVIII, passando pelo saque colonial e imperialista, pelos mecanismos tributários do sistema financeiro internacional analisado por Rosa Luxemburgo, no início do século XX (Gillye Roux, 2009) às contínuas expropriações camponesas e indígenas, durante todo o processo até as privatizações do final do século XX e XXI.

Na tendência histórica da acumulação originária há um significado estrutural para o capital: a resolução de suas necessidades vitais de produção, o que é particularmente fundamental no momento de mundialização no qual seu tempo de reposição é cada vez mais avassalador e crítico. Isto é, a existência de uma reserva de força de trabalho livre, obrigada a vender seu dispêndio de trabalho para reprodução da vida e a abertura de novas terras e territórios para a valorização do valor. Como condição complementar que possibilita essa acumulação (sempre em crise), há a violência estatal com a manutenção constitucional e jurídica da barbárie capitalista nas expropriações, num processo de acumulação na qual a destruição de relações comunitárias de vida substancia a inserção precária dos produtores autônomos nos meandros das relações salariais do mercado capitalista.

As formas contemporâneas da expropriação adquirem sua expressão abstrato-concreta nas ondas de privatização de bens e serviços públicos que tem atingido o mundo nas últimas décadas: terras, meios de comunicação e transporte, telecomunicações, bancos e serviços financeiros, sistemas de segurança social (educação, saúde, moradia), além dos serviços e infraestruturas de saneamento (abastecimento de água, esgotamento sanitários, coletas de resíduos sólidos e drenagem pluvial) resenhados categoricamente por Harvey (2005) e Gillye Roux (2009).

Constatam-se em curso as relações entre o novo regime de acumulação do capital, fundamentado nas finanças, mas não exclusivamente dominado por esse setor, e a reposição dos processos de expropriação, reterritorialização e violência na periferia do capitalismo. A violência do processo de urbanização e do progresso tomado como desenvolvimento se estrutura como fundamento da reprodução do capitalismo em perspectiva histórica. Em tal processo, articula-se.

Ao se produzir o espaço, articuladamente se produz a sociedade e a história, não sendo possível negligenciar o espaço da produção da sociedade. Nesse sentido, todas as lutas sociais são lutas pelo espaço. O capital encontrou na produção do espaço urbano a possibilidade de resolução parcial de sua crise estrutural. O capitalismo apenas consegue desviar de suas próprias contradições internas, que envolvem a lei de tendência da queda da taxa de lucro, por meio de sua expansão permanente. Destaca-se que a expansão capitalista é, articuladamente, intensificação e expansão territorial. Assim, para o capitalismo sobreviver deverá existir ou ser criado espaço novo, além disso, em um processo de acumulação originária permanente, o modo de produção capitalista produz reiteradamente novas formas de mercantilização do espaço (e especificamente da cidade), seja na produção de novas mercadorias ainda não inseridas no mercado ou no aprofundamento mercantil de mercadorias já criadas.

Assim, em trilhas thompsonianas compreendemos que a luta política do presente envolve a luta pela libertação do passado (escravocrata e rentista associadamente) sem negar a história. Superar o passado não envolve a ideologia do progresso e do desenvolvimentismo como resposta única de um pensamento dependente, mas sim superar os fundamentos da produção do espaço que se repõe patrimonial reproduzindo os ovos infundáveis de um ornitorrinco. Suape é um fragmento por onde podemos compreender as estratégias e mecanismos de financiamento público dos grandes projetos de desenvolvimento econômico no Brasil, verificando o jogo de articulações do capital financeiro-imobiliário interessado em territorializar monopólios e monopolizar territórios na periferia metropolitana. Caminho tortuoso, mais uma vez.

Referências

- ARANTES, P. *Extinção*. São Paulo: Boitempo, 2007.
- ARÁOZ, H.M. Mineração: *Genealogia do desastre*. São Paulo, Editora Elefante, 2020.
- BARROS, J. Grandes projetos de desenvolvimento e resistências: os sentidos da política num contexto de ódio à democracia. In: BARROS, J.; RIZEK, C.; DAL'BÓ DA COSTA, A. (Org.). *Os limites da acumulação, movimentos e resistência nos territórios*. 1ed. São Carlos: IAU/USP, 2018, p. 147-160.
- CARLOS, A. F. A. *A condição espacial*. São Paulo: Contexto, 2011.
- CAVALCANTI, C. Desenvolvimento e Meio Ambiente: o conflito do Complexo Industrial-Portuário de Suape, Pernambuco. In: *Anais do IV Encontro Nacional da ANPPAS*. Brasília, 2008, s./p.
- CONDEPE/FIDEM. Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma Ocupação Sustentável, concluído em dezembro de 2008. <http://200.238.107.83/web/condepe-fidem/apresentacao10>
- CONDEPE-FIDEM, 2008. *Diretrizes para a Ocupação Sustentável para Suape*. Recife, 2008.
- CONSÓRCIO EICOMNOR PROJETEC CONCREMAT. *Novo Plano Diretor - SUAPE 2030*. Recife, 2011. Disponível em: http://www.suape.pe.gov.br/images/institucional/plano_diretor/P14-Plano_Diretor.pdf
- DAMIANI, A. L. Meio Ambiente: Privatização da Natureza em Cubatão. *Boletim Paulista de Geografia*, São Paulo, v. 62, p. 47-66, 1986.
- DARDOT, Christian; LAVAL, Pierre. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- Decreto 37.160/2011. Plano Diretor de Suape - 2030. Recife, 2011.
- FON, Karen. *Suape reassentará ex-moradores do Complexo em três engenhos no Cabo e na Mata Sul*, 15 de maio de 2015. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/658-suape-reassentara-ex-moradores-do-complexo-em-tres-engenhos-no-cabo-e-na-mata-sul>
- FONTES, V. Imperialismo e crise. In: SAMPAIO Jr., P. *Capitalismo em crise: a natureza e dinâmica da crise mundial*. São Paulo: Instituto José Luis e Rosa Sundermann, 2009.
- GARZON, L. Financiamento público ao desenvolvimento: enclave político e enclaves econômicos. In: ALMEIDA, A. W. B. et al. *Capitalismo globalizado e recursos territoriais: fronteiras da acumulação no Brasil contemporâneo*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.

- GILLY, A.; ROUX, R. *Capitales, tecnologías y mundos de la vida. El despojo de los cuatro elementos.* *Herramienta*, Buenos Aires, n. 40, 2009.
- GRESPAN, J. *O negativo do capital*. São Paulo: Hucitec, 1996.
- HARVEY, D. *O novo imperialismo*. São Paulo: Loyola, 2003.
- HOLSTON, J. *Cidadania insurgente: disjunções da democracia e da modernidade no Brasil*. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.
- MARTINS, J. *A Sociedade vista do abismo: novos estudos sobre exclusão, pobreza e classes sociais*. Petrópolis: Vozes, 2002.
- MATOS, O. C. F. O mal-estar na contemporaneidade: performance e tempo. In: MEDEIROS, B. et al. (org.). *Tempo e performance*. Brasília: UnB, 2007.
- MÈSZÀROS, I. *O desafio e o fardo do tempo histórico*. São Paulo: Boitempo, 2002.
- MORETTI, R.; COX, M. Impactos socioambientais ao longo da implantação e consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape – PE. *GaiaScientia*. v. 10, n. 1, p. 98-105, 2016.
- NASCIMENTO, M. de J. et al. Aspectos socioeconômicos da pesca artesanal em Cabo de Santo Agostinho, Pernambuco (Brasil). In: *Revista Brasileira de Engenharia de Pesca*, v. 9, n. 1, p. 65-76, 2016.
- OLIVEIRA, A. U. *Modo capitalista de produção, agricultura e reforma agrária*. São Paulo: FFLCH Edições, 2007.
- OLIVEIRA, F. O Estado e a exceção: ou o Estado de exceção? In: *Revista Brasileira de Estudos Urbanos e Regionais*, Belo Horizonte, v. 5, n. 1, p. 9-14, 2003.
- OLIVEIRA, F. Brasil: uma biografia não autorizada. São Paulo: Boitempo, 2018.
- OLIVEIRA, L.; MONTEIRO, M. “Progresso” e conflito socioambiental: o caso de Suape no litoral de Pernambuco. In: *Anais do SINGA*, 2017, Curitiba - PR, s/p.
- PRIETO, G. *Rentismo à brasileira, uma via de desenvolvimento capitalista: grilagem, produção do capital e formação da propriedade privada da terra*. São Paulo, Tese (Doutorado em Geografia Humana) – FFLCH, Universidade de São Paulo, 2016.
- SCALABRINI, H. Impactos do Complexo Industrial Portuário de SUAPE na Região Metropolitana de Recife. In BARROS, J. et al. (orgs.). *Caderno de debates 3 - Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiros*. Rio de Janeiro: FASE, 2015.
- SEABRA, O. Embates entre questões ambientais e sociais no urbano. In: LEMOS, A.; CARLOS, A. (org.). *Dilemas urbanos*. São Paulo: Contexto, 2003.
- SINGER, André. A (falta de) base política para o ensaio desenvolvimentista. In SINGER, A.; LOUREIRO, I. (orgs.). *As contradições do lulismo: a que ponto chegamos?* São Paulo: Boitempo, 2016.
- SMITH, N. Desenvolvimento desigual: natureza, capital e a produção do espaço. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 1988.
- SOLÁ PÉREZ, M. *R-existências dos camponeses/as do que é hoje SUAPE: justiça territorial pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida*. Tese (Doutorado) - UFPE, CFCH. Programa de Pós-graduação em Geografia, Recife, 2016.
- SVAMPA, M. *As fronteiras do neoextrativismo na América Latina: conflitos socioambientais, giro ecoterritorial e novas dependências*. São Paulo, Editora Elefante, 2019.
- TELLES, V. da S. Pobreza e cidadania: figuras da questão social no Brasil moderno. In *Direitos Sociais: Afinal de que se trata?* Belo Horizonte, Ed. da UFMG, 1999.
- ZIBECHI, R. *Brasil Potência: Entre a integração regional e um novo imperialismo*. São Paulo: Consequência editora, 2013.
- ZIBECHI, R. *Política & Miseria - Una propuesta de debate sobre la relación entre el modelo extractivo, los planes sociales y los gobiernos progresistas*. Buenos Aires : La Vaca Editora, 2010.

Recebido em: 05 de setembro de 2019

Aprovado em: 02 de dezembro de 2020

Como citar este artigo:

BARROS, Joana e PRIETO, Gustavo. “Há terra para financiar nesse verão”: a reposição da expropriação e da violência nos grandes projetos de desenvolvimento econômico no Brasil e uma crítica ao debate sobre a financeirização. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 623-639.



REPRESENTAÇÕES DA AGRICULTURA NOS CURSOS DE AGRONOMIA: UM CAMPO DE DISPUTAS

Cleber José Bosetti¹

Heloisa Maria de Oliveira²

Zilma Isabel Peixer³

Resumo: o objetivo deste artigo foi analisar como ocorre o processo de identificação dos estudantes de Agronomia com os modelos de agricultura, a partir da tipificação agricultura produtivista e agroecologia. A metodologia do trabalho envolveu a aplicação de um questionário estruturado em universidades públicas e privadas/comunitárias no estado de Santa Catarina e a análise de documentos que refletem as concepções curriculares das instituições em relação aos modelos de agricultura. Na primeira, aplicamos a análise estatística por associação de variáveis com a utilização do software 'R'; na segunda, fizemos a análise de conteúdo dos documentos. Com isso, identificamos que a representação dos modelos de agricultura por parte dos estudantes de Agronomia é resultado do *habitus* construído em suas trajetórias sociais e da configuração do campo acadêmico.

Palavras-chave: campo acadêmico, *habitus*, Agronomia, agricultura.

Agriculture representations in agronomy courses: a field of disputes

Abstract: the objective of this article was to analyze how occurs the process of identifying the students of agronomy with the models of agriculture, from the typification of productivist agriculture and agroecology. The methodology of the work involved the application of a questionnaire structured in public and private / community universities in the State of Santa Catarina and the analysis of documents that reflect the curricular conceptions of the institutions in relation to the models of agriculture. In the first we applied the statistical analysis by association of variables with the use of software 'R'; in the second we performed the content analysis of the documents. With this, we identified that the representation of agricultural models by agronomy students is the result of the *habitus* built in their social trajectories and the configuration of the academic field.

Keywords: academic field, *habitus*, agronomy, agriculture.

1 Departamento de Ciências Naturais e Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC)- Curitibanos – Brasil - Cleber. bosetti@ufsc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-3117-8998>.

2 Centro de Ciências Rurais - CCR - Departamento de Ciências Naturais e Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Campus Curitibanos - SC - Brasil - heloisa.m.oliveira@ufsc.br. ORCID: <https://orcid.org/0000-0002-5130-7585>.

3 Centro de Ciências Rurais - CCR - Departamento de Ciências Naturais e Sociais da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) - Campus Curitibanos - SC-Brasil - zilma.isabel@ufsc.br . ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-2548-9415>.

Representaciones de la agricultura en cursos de agronomía: un campo de disputas

Resumen: el objetivo de este artículo fue analizar cómo se da el proceso de identificación de los estudiantes de agronomía con los modelos de agricultura, a partir de la tipificación de la agricultura productivista y la agroecología. La metodología del trabajo implicó la aplicación de un cuestionario estructurado en universidades públicas y privadas / comunitarias del Estado de Santa Catarina y el análisis de documentos que reflejan las concepciones curriculares de las instituciones en relación a los modelos agrícolas. En el primero, aplicamos el análisis estadístico asociando variables con el uso del software “R”; en el segundo, analizamos el contenido de los documentos. Así, identificamos que la representación de modelos agrícolas por estudiantes de agronomía es el resultado del *habitus* construido en sus trayectorias sociales y la configuración del campo académico.

Palabras clave: campo académico, *habitus*, agronomía, agricultura.

INTRODUÇÃO

O agro é tech, o agro é pop, o agro é tudo! O fundamento dessa representação social é uma mobilização agenciada para estimar o papel econômico da agricultura na atualidade. Essa narrativa forja a edificação da imagem de um rural homogêneo, cultivado sob a plataforma da eficiência e alimentado simbolicamente pela lógica produtivista. Entretanto, por outros canais de observação da realidade, é possível visualizar outras ruralidades e formas de se fazer agricultura, que se fizemos uma analogia com o lema do “agro é pop”, poderíamos chamar de *underground*. Ambas as imagens são representações de um mundo social, constituído por elementos agronômicos, econômicos, científicos e políticos que reverberam suas posições e disposições no campo acadêmico.

Assim, o objetivo deste artigo é explicar como se dá a representação social do rural nos estudantes dos cursos de Agronomia a partir do referencial de dois modelos típicos ideais: a agricultura produtivista e a agroecologia. Para realizar esse estudo, utilizamos as seguintes estratégias metodológicas: a aplicação de um questionário estruturado com a participação de 143 estudantes dos cursos de Agronomia em 07 universidades no estado de Santa Catarina (04 cursos de universidades públicas e 03 universidades privadas/comunitárias); a análise estatística por meio das tabelas de contingência para verificar a associação de variáveis em estudo; a comparação da matriz curricular dos cursos das diferentes instituições de ensino e a análise de conteúdo do perfil dos cursos e dos egressos das universidades estudadas.

Campo acadêmico: agência, estrutura e representações

Sabe-se que conforme os agentes sociais passam a fazer parte de um determinado espaço social, eles assumem uma interação com as regras, os valores e os princípios que regulamentam tal espaço. Os resultados podem não ser previsíveis, porém, não são totalmente imprevisíveis. A força das operações sociais, que transcorrem em função das relações sociais e dos efeitos simbólicos associados, produz processos constantes de reconstrução social das percepções e das projeções dos agentes sociais. A inserção dos estudantes no campo acadêmico é uma expressão desse tipo de operação de (re) construção dos princípios norteadores da ação social.

A primeira questão a ser considerada sobre o campo acadêmico é sua definição. Este é um campo científico, isto é, um universo no qual estão inseridos os agentes e as instituições que produzem, reproduzem e difundem ações e práticas de um mundo social específico que contém suas próprias regras (BOURDIEU, 1997). O campo acadêmico distingue-se dos demais por ser um espaço fundamentalmente orientado pela racionalidade científica, ou seja, os princípios norteadores das ações e relações sociais são tipicamente movidos pelo que se pode chamar de espírito científico.

Porém, essa dimensão por si só não é suficiente para explicar as ações e representações sociais que são construídas dentro desse espaço. Isso porque os campos da vida social se entrelaçam em uma costura complexa de interações, responsáveis pela constituição da visão de mundo dos sujeitos. No caso do campo acadêmico é preciso considerar a indissociabilidade entre ciência e política, pois tais divisões, atribuídas à modernidade, são ilusórias (LATOUR, 1994; 2014). Isso significa romper com o imaginário e as práticas de oposição consagradas no imaginário social, afinal, tal oposição foi uma construção histórica que não corresponde à realidade em si.

Ao inserir-se no campo científico e às suas regras típicas, os agentes sociais estão tanto suscetíveis às suas disposições como, a partir de seus *habitus*, podem produzir ações ajustadas conforme a posição ocupada (BOURDIEU, 2004). Antes de entrar em determinado campo, os agentes sociais já carregam consigo determinados *habitus* que podem ser traduzidos como os saberes, os valores e as visões de mundo herdadas das suas experiências anteriores. Esses elementos funcionam como predisposições que serão reproduzidas ou transformadas, conforme as interações criadas no novo espaço em que estão adentrando.

À medida que passam a fazer parte do campo científico, os agentes sociais aderem a uma estrutura a qual podem responder por meio da reflexividade (GIDDENS, 1991; 2009), isto é, um reexame das disposições anteriores à luz das novas informações e da necessidade de adequações motivadas pelo contexto em que se encontram. No exercício da reflexividade, os sujeitos elaboram projetos e definem estratégias com base nos recursos que possuem e nas circunstâncias em que estão inseridos (CAETANO, 2011). Entretanto, é preciso lembrar que a relação agência/estrutura também implica na interiorização da exterioridade (BOURDIEU, 2004), quer dizer, na incorporação das estruturas por meio do *habitus* pelos indivíduos. Com isso, é fundamental considerar a trajetória dos agentes sociais e suas aspirações, a partir do confronto entre as disposições trazidas e as adquiridas no âmbito acadêmico.

Dessa forma, o campo acadêmico também precisa ser compreendido como um espaço de disputas. Por constituir-se como um espaço social, está permeado por aproximações e distanciamentos, pelo dimensionamento da quantidade de capitais e por compatibilidades e incompatibilidades que podem reforçar as afinidades ou promover afastamentos. Isso porque os agentes sociais não são autômatos regulados como relógios segundo leis que lhes escapam, mas investem os princípios incorporados de um *habitus* gerador (BOURDIEU, 2004). Neste sentido, as experiências construídas nas trajetórias dos agentes sociais possibilitam a estes atuarem com uma relativa margem de manobra, ao mesmo tempo em que estão regidos pelas imposições e expectativas do novo campo em que adentraram.

É fato que o campo acadêmico é um espaço de disputas por posições que garantem a aquisição do capital simbólico e, por conseguinte, da própria conservação das posições dentro desse ambiente. Assim, configuram-se as relações de autoridade e de dependência que são construídas com base nas posições, disposições e estratégias entre os patrões e clientes, bem como das tensões do mercado e seu ambiente de concorrência (BOURDIEU, 2011). Essas manifestações são perceptíveis, por exemplo, na configuração dos Projetos Pedagógicos Curriculares-PPC, nas Matrizes Curriculares, no delineamento das linhas de pesquisa, na vinculação dos estudantes a elas, na perspectiva de projeção das carreiras acadêmicas e profissionais, nos temas de pesquisa com maior representatividade simbólica e investimento financeiro, entre outras. As implicações de tudo isso ajudam a explicar as adesões a determinadas perspectivas teóricas, científicas e políticas dentro do campo acadêmico.

No caso das Ciências Agrárias, uma das disputas correntes no campo acadêmico, refere-se aos modelos de agricultura e, por conseguinte, de desenvolvimento rural que lhes são imanentes. Do ponto de vista metodológico, pode-se tipificar esses modelos em uma dualidade: a agricultura produtivista e a agroecologia. Esses dois termos são tomados como tipos ideais, isto é, como construções heurísticas utilizadas para analisar a realidade social com o intuito de compreendê-la (WEBER, 1979). Tem-se a compreensão de que esta tipificação não abrange a complexidade das concepções e práticas agrícolas presentes na realidade rural, mas permite uma aproximação capaz de apreendê-la em alguma medida.

A configuração produtivista da agricultura foi sendo construída de forma concomitante ao desenvolvimento histórico da sociedade capitalista. À medida que essa forma social de produção se desenvolveu, especialmente pela divisão do trabalho campo/cidade e pela industrialização, a agricultura adquiriu um sentido de produção eminentemente mercantil (MAZOYER; ROUDART, 2010). No caso da agricultura brasileira, esse processo teve início ainda no período colonial, em que a maior parte da produção agrícola era voltada para a exportação, e foi impulsionado com a chamada “modernização conservadora” e a vinculação da agricultura aos complexos agroindustriais, a partir da década de 1960 (GRAZIANO SILVA, 1981; MARTINE, 1990). Esse conjunto de fatores faz da agricultura produtivista um campo econômico, científico e político que estabelece relações predominantemente utilitárias em relação à natureza.

No período subsequente, as políticas macroeconômicas do Estado brasileiro impulsionaram o que se convencionou chamar na atualidade de agronegócio (DELGADO, 2010: 2012; LEITE; WESZ JUNIOR, 2014) que, do ponto de vista estritamente econômico, representa a complexa interação entre os setores agrícolas, industriais, mercantis e financeiros na condução dos negócios relacionados às atividades agrossilvopastoris. Nessa perspectiva, a agricultura brasileira tem se mostrado altamente competitiva em termos de Valor Bruto e Valor Agregado da produção, bem como das divisas econômicas geradas (NAVARRO; PEDROSO, 2011; GASQUEZ; BASTOS; BACCHI, 2011), embora tudo isso tenha sido construído com forte aporte estatal.

Com isso, a agricultura produtivista passou a ter forte representatividade simbólica, dentro do campo acadêmico constituindo seu *mainstream* por assim dizer. Essa representação simbólica se expande para imaginário social por meio de investimentos midiáticos que apresentam o agronegócio como eficiente, sustentável e moderno (SANTOS; OLIVEIRA; GUALBERTO, 2019). Nesse sentido, edifica-se no imaginário coletivo uma totalidade social, isto é, uma visão de mundo exclusivista da realidade escamoteia a complexidade da agricultura e do próprio espaço rural.

Por sua vez, a agroecologia pode ser considerada como um campo científico que se desdobra em um conjunto de práxis agrícolas e sociais e que congrega em seus referenciais uma pluralidade de saberes (ALTIERI, 1989; GLIESMANN, 2001). Sendo assim, considera-se que a agroecologia é uma combinação de ideias ambientais, agronômicas e sociais de uma agricultura preocupada não apenas com a produção, mas com a sustentabilidade social e ambiental dos chamados agroecossistemas.

A agroecologia possui uma dimensão integral, na qual as variáveis sociais ocupam um papel relevante para a construção de um modelo de agricultura menos dependente e com maior sustentabilidade (GUZMÁN, 2001). As proposições agroecológicas emergiram em um contexto de questionamentos do modelo produtivista e suas bases epistemológicas (JACOB, 2016) e, neste sentido, fizeram da agroecologia um campo político, especialmente em função dos embates que envolvem a agricultura e as perspectivas de desenvolvimento rural (BOSETTI, 2013). Devido aos impactos ambientais causados pela agricultura moderna produtivista, o campo agroecológico apresenta outros referenciais agronômicos, econômicos, sociais, políticos e de relação com a natureza.

No campo acadêmico, a perspectiva produtivista e a perspectiva agroecológica transformam-se em subcampos, ou seja, passam a fazer parte de um espaço social composto por diferentes narrativas, por atores sociais que as representam e por disputas pelos bens simbólicos mais valiosos, dentro desse espaço social.

À medida que os agentes sociais passam a fazer parte do campo, estabelecem interações com suas dimensões estruturantes. Essas interações carregam elementos do passado e das trajetórias sociais (*habitus*), relacionam-se com as estruturas constituintes do campo (BOURDIEU, 1997; 2004), bem como, colocam a prova as habilidades sociais dos atores em gerar cooperação nos demais participantes (FLIGSTEIN, 2007). Dessa forma, pode-se dizer que a representação social dos estudantes é resultante das dinâmicas das suas interações com as referidas estruturas somadas às suas habilidades sociais para fazer adesões e rupturas dentro do campo.

Ao analisar o perfil do grupo que compôs a amostra da presente pesquisa, identificou-se uma categoria social predominante: a juventude. Essa categoria é constituída por uma relação complexa entre a idade biológica e a idade social, isto é, entre a atribuição de valor e hierarquização que a segunda impõe, a partir e sobre a primeira (BOURDIEU, 1978). Isso significa que a configuração da definição de juventude depende de uma série de variáveis como a profissão, a classe social, as diferentes regiões ou países etc. Um aspecto interessante de se observar na categoria juventude são as aspirações sociais construídas por esse segmento.

Diante de uma sociedade cada vez mais tecnificada e escolarizada, as definições das aspirações e projetos de vida de parcelas significativas da juventude passam pelo campo acadêmico (WHITE, 2015; AMICHI, 2015; BOUZIDI, 2015). O conceito de aspiração é usado para analisar o conteúdo quantitativo e qualitativo das metas estabelecidas pelos agentes sociais (SPIELHOFER; GOLDEN; EVANS, 2011). Portanto, entender as disposições do campo acadêmico interfere decisivamente no processo de construção dessas aspirações por parte dos estudantes.

Dessa forma, estabelecer relações entre aspectos da trajetória social dos estudantes dos cursos de graduação em Agronomia com a configuração do campo acadêmico, no que se refere às perspectivas de agricultura, é uma forma de compreender como se constrói o perfil dos futuros profissionais da área agronômica.

Metodologia

A metodologia aplicada nesse trabalho foi elaborada a partir de uma combinação de métodos de análise sociológica e estatística. A amostra foi composta por 7 (sete) universidades, sendo 4 (quatro) de universidades públicas (IPBs) e 3 (três) de universidades privadas/comunitárias (IPRs), das quais participaram 143 estudantes dos cursos de Agronomia. Os critérios para definição do grupo focal foram os seguintes: estudantes em fases finais dos cursos e cursando a disciplina de extensão rural. Portanto, estudantes que já tiveram certa vivência considerável no referido curso.

O questionário estruturado foi constituído por 12 (doze) questões fechadas e 1 (uma) questão aberta e aplicado junto aos estudantes. As análises das questões fechadas foram desenvolvidas por meio das tabelas de contingência, com o objetivo de verificar se a perspectiva de agricultura (produtivista/agroecológica) possui alguma associação com as variáveis instituição de ensino (IPB/IPR), trajetória social dos estudantes (filho de agricultor ou não) e sexo. As informações obtidas foram submetidas ao Teste de Fisher, o qual possibilitou mensurar a significância estatística das variáveis testadas (AGRESTTI, 2007).

A questão aberta presente no questionário foi a seguinte: “*O que é o rural para você?*” As respostas descritivas dos estudantes foram submetidas à análise *Text Mining*, isto é, ao processo de obtenção de informações textuais, a partir do uso de um programa de contagem de palavras (STAUD JUNIOR, 2016). O recurso para fazer tal análise foi o *Word Clouds*, o qual destaca as palavras-chave que representam as principais ideias contidas em um texto. Ambas as questões foram analisadas com utilização do Programa *R*.

Além do questionário mencionado, foram analisados os seguintes documentos: Projeto Pedagógico Curricular- PPC- dos cursos e a apresentação dos cursos nas plataformas digitais das universidades. Esses documentos foram analisados com o auxílio do *Word Clouds*, bem como pelo método qualitativo de análise de conteúdo que permite identificar as relações dos atores com as normas sociais (ALAMI, et all, 2010) e a análise de discurso, isto é, da associação entre as condições sociais de produção e reprodução dos discursos proferidos pelos agentes sociais (LECOURT, 2008). Ambas as análises qualitativas foram feitas com a aproximação semântica do conteúdo presente nos documentos analisados em relação à agricultura produtivista e a agroecologia.

Agroecologia e agricultura produtivista na percepção dos estudantes de Agronomia

Neste tópico serão apresentados os resultados da pesquisa. Um dos seus objetivos foi identificar quais foram os fatores que motivaram os estudantes a escolherem o curso de graduação em Agronomia. Para isso foram colocadas as seguintes opções: identificação com a agricultura produtivista; identificação com a agroecologia; perspectiva de acesso ao mercado de trabalho; possibilidade de sair de casa para estudar; fazer um curso de graduação porque ele é oferecido próximo ao local de residência.

Quadro 1: Porcentagem de estudantes para a opção de escolha de curso por instituição de ensino

Universidade	Opção de escolha				
	Agroecologia	Mercado de trabalho	Agricultura produtivista	Próximo à casa	Sair de casa
IPBs	17 (22,97%)	14 (18,92%)	28 (37,84%)	6 (8,11%)	9 (12,16%)
IPRs	20 (28,99%)	11 (15,94%)	30 (43,48%)	6 (8,70%)	2 (2,90%)

Fonte: Autores.

Pelo que se observa no Quadro 1, a agricultura produtivista foi a opção de maior motivação no momento de escolha do curso, tanto nas IPBs quanto nas IPRs. A segunda motivação de maior relevância foi a agroecologia, com 22,97% nas IPBs e 28,99% nas IPRs. Diante desse fato, buscamos associar outras variáveis que ajudassem a explicar tal manifestação.

A fim de encontrar variáveis para compreender a motivação inicial dos estudantes em relação à escolha do curso, buscou-se avaliar a variável sexo. Isso porque os cursos de Agronomia, tradicionalmente, apresentam uma distribuição bastante desigual no que tange a esse aspecto. Quanto à distribuição por sexo nas instituições pesquisadas, obtiveram-se os seguintes resultados conforme ilustra o Quadro 2:

Quadro 2: Porcentagem dos estudantes por sexo nas instituições de ensino

Universidade	Sexo		
	Feminino	Masculino	Total
IPBs	32 (22,38%)	42 (29,37%)	74 (51,75%)
IPRs	13 (09,09%)	56 (39,16%)	69 (48,25%)
Total	45 (31,47%)	98 (68,53%)	143 (100%)

Fonte: autores.

Podemos visualizar pelo Quadro 2 que o predomínio de homens em relação às mulheres ocorre em ambos os grupos de instituições, porém, a diferença é ainda mais expressiva nas IPRs.

Outro aspecto considerado na escolha do curso foi a trajetória social dos estudantes. Esse aspecto foi delimitado aqui com o seguinte critério: ser filho de agricultor ou não. Conforme visto anteriormente, o espaço social em que os indivíduos vivem é um espaço formador dos seus *habitus*, ou seja, dos referenciais de mundo que são utilizados por eles para orientar suas escolhas. Portanto, o fato de os estudantes serem ou não filhos de agricultores poderia apresentar alguma significância, enquanto variável explicativa, cujas informações são apresentadas no Quadro 3.

Quadro 3: Porcentagem de filhos de agricultor por grupo de instituição de ensino

Universidade	Filho de agricultor		
	Sim	Não	Total
IPBs	32 (22,38%)	42 (29,37%)	74 (51,75%)
IPRs	49 (34,27)	20 (13,99%)	69 (48,25%)
Total	81 (56,64%)	62 (43,36%)	143 (100%)

Fonte: autores.

Uma possível explicação para essa disposição parece ser a configuração geográfica das instituições, pois as que apresentaram números mais expressivos estão localizadas no Oeste do estado, região fortemente caracterizada pela presença da agricultura familiar. A análise individualizada em cada instituição de ensino também apontou que, dentre os filhos de agricultores, a maioria é oriunda da Agricultura Familiar, aqui identificada com base nos parâmetros da Lei nº 11.326, que considera área da propriedade, uso da mão de obra, gerência e renda da atividade agrária.

O que foi observado nos Quadros 1, 2 e 3 apresenta um indicativo de que o perfil dos estudantes é caracterizado pelo predomínio de homens em relação às mulheres, pelo número expressivo de filhos de agricultores e por uma maior expectativa de que o curso estivesse voltado para a agricultura produtivista. Em seguida, verificou-se a possibilidade de que esses aspectos pudessem estar associados com outra pergunta do questionário que dizia o seguinte: “Após realizar parte do percurso formativo, com qual modelo de agricultura você se identifica”?

Quadro 4: Porcentagem do modelo de agricultura por grupo de instituição de ensino

Universidade	Modelo de agricultura		
	Agroecológica	Produtivista	Total
IPBs	34 (23,78%)	40 (27,97%)	74 (51,75%)
IPRs	7 (4,90%)	62 (43,36%)	69 (48,25%)
Total	41 (28,67%)	102 (71,33%)	143 (100%)

Fonte: Autores

Conforme mostra o Quadro 4, percebemos que as IPBs apresentaram 23,78% dos estudantes que se identificam com a agroecologia como modelo de agricultura, enquanto que nas IPRs esse número foi de apenas 4,90%. Embora em ambas predomine a agricultura produtivista, é possível mensurar que há uma associação estatística significativa entre a variável instituição de ensino com o modelo de agricultura (valor-p <5%).

Além disso, pode-se afirmar que a variável instituição de ensino influencia na maior identificação dos estudantes com a agricultura produtivista do que com a agroecologia. Isso ocorre especialmente nas IPRs, nas quais o percentual de identificação com a agroecologia como item de opção de escolha de curso era de 28,99% e, após realizar parte do percurso formativo, foi de 4,90%. Dessa forma, infere-se que a dinâmica do campo acadêmico é um fator que influencia no processo de construção das representações sociais do rural, nos estudantes dos cursos de graduação em Agronomia.

Em contrapartida, ao fazer a associação entre a variável sexo com os modelos de agricultura, identificou-se que não há uma significância estatística relevante (valor-p>5%), conforme Quadro 5:

Quadro 5: Porcentagem de entrevistados por sexo e modelo de agricultura

Sexo	Modelo de agricultura		
	Agroecologia	Agricultura produtivista	Total
Feminino	18 (12,59%)	28 (19,58%)	46 (32,17%)
Masculino	23 (16,08%)	74 (51,75%)	97 (67,83%)
Total	41 (28,67%)	102 (71,33%)	143 (100%)

Fonte: Autores.

Isso significa que a maior identificação dos estudantes com a agricultura produtivista não é determinada pela variável sexo, tampouco existe uma associação significativa entre o sexo feminino e a agroecologia.

Por sua vez, de acordo com o quadro 6, a variável trajetória social (filho de agricultor) apresentou uma associação estatística significativa, indicando valor-p<5%.

Quadro 6: Porcentagem de filho de agricultor com o modelo de agricultura

Filho de agricultor	Modelo de agricultura		
	Agroecologia	Agricultura produtivista	Total
Não	26 (18,18%)	37 (25,87%)	63 (44,06%)
Sim	15 (10,49%)	65 (45,45%)	80 (55,94%)
Total	41 (28,67%)	102 (71,33%)	143 (100%)

Fonte: Autores.

Com isso, pode-se afirmar que há uma maior identificação dos estudantes que são filhos de agricultores com o modelo produtivista. Sabe-se que o tamanho da amostragem não permite fazer uma inferência genérica, porém, ela indica um caminho para se investigar tal associação.

A fim de reforçar essas informações, analisou-se uma questão dissertativa que apresentava a seguinte indagação: “O que é o rural para você?” As respostas dissertativas foram analisadas por meio do Word Clouds do Programa R, conforme a Figura 1.

Figura 1: Descrição do que é o Rural de acordo com as instituições de ensino

(a) IPBs



(b) IPRs

Fonte: Autores.

Conforme a Figura 1, as descrições sobre o rural nas diferentes instituições são semelhantes. O rural está associado à produção de alimentos, à vida e às pessoas (elementos característicos da perspectiva agroecológica); e, também, como espaço da produção de alimentos, base da economia, da agricultura (expressões típicas da agricultura produtivista).

Como se vê, o gráfico de nuvens não apontou diferenças significativas entre os tipos de instituição e o imaginário dos estudantes, acerca das funcionalidades do rural. Os termos em destaque são ‘local da agricultura’ e ‘produção de alimentos’, o que representa ambos os modelos por seu caráter genérico. O que se observa são algumas expressões sutis que permitem identificar pequenas diferenças: nas IPBs o termo ‘vida’ (referencial agroecológico) aparece em destaque e nas IPRs aparecem expressões como ‘base da economia’ e ‘produtividade’ (referencial produtivista) possui maior expressão.

Estrutura curricular e o campo acadêmico

Uma questão que chamou a atenção no tópico anterior foi o fato de que houve uma significativa mudança de estima em relação à agroecologia entre o momento de ingresso na universidade e após a realização do percurso formativo, especialmente nas IPRs. Nisso, infere-se a importância da configuração do campo acadêmico na construção dos referenciais dos estudantes com destaque para três aspectos: a Matriz Curricular (MC); o Projeto Pedagógico Curricular (PPC) e a apresentação/divulgação dos cursos nas plataformas das instituições de ensino.

Uma explicação para a maior representatividade de identificação com a agroecologia nas universidades públicas (IPBs) parece estar na composição da MC. Para isso, analisou-se como as temáticas da agroecologia são abordadas nas diferentes instituições. A análise da MC dos cursos mostrou que em duas IPRs a disciplina é optativa, enquanto que nas demais instituições essa disciplina é obrigatória. Isso pode ser interpretado de duas maneiras: o contexto de criação dos cursos e o grau de importância que o campo acadêmico atribui à tal área do conhecimento.

Para ampliar o escopo do estudo, fez-se uma analogia por aproximação semântica das disciplinas ministradas nos cursos, ou seja, a comparação das disciplinas cujos nomes/ementas se aproximam da abordagem agroecológica. O critério de análise foi a identificação de disciplinas e suas respectivas horas trabalhadas em cada instituição, conforme apresenta o Quadro 7.

Quadro 7: Disciplinas com abordagem humanística e agroecológica

Universidade	Codificação	Horas
IPBs	1	450
	2	288
	3	520
	4	216
IPRs	1	320
	2	160
	3	120

Fonte: autores

Destaca-se no Quadro 7 o fato de que as três instituições que apresentaram maior carga horária possuem, em suas matrizes curriculares, a disciplina de Estágio de Vivência, na qual os estudantes passam um período junto às famílias dos agricultores para se inteirar da realidade vivida por eles. A carga horária por si só também não assegura a adesão à determinada perspectiva de agricultura. Um caso exemplar disso é a IPR1, cuja carga horária das disciplinas que se interligam com a agroecologia é significativa, porém, a identificação dos estudantes com o modelo de agricultura não o

é. Em contrapartida, as duas instituições com maior carga horária de disciplinas que contemplam aspectos da agroecologia foram as que manifestaram maior adesão a esta perspectiva de agricultura. Assim, pode-se afirmar que o status da disciplina e o número de horas aula, especialmente quando associados com aspectos do *habitus* dos estudantes, é um fator relevante na construção das representações sociais do rural.

O segundo aspecto do campo acadêmico analisado foi a organização curricular dos cursos presente no PPC. Esse é um elemento norteador das práticas formativas, pois contém aspectos determinantes e constitutivos da sociedade, da cultura, da ciência, da tecnologia, da economia, da política e das leis que regem o horizonte de determinado campo do conhecimento/profissional (JACOB; ALMEIDA JUNIOR; AZEVEDO; SPAVOREK, 2016).

Em se tratando do curso de Agronomia, até a elaboração das Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN), em 2006, que institucionalizou um conjunto mínimo de componentes curriculares, tendo em vista a formação de competências e habilidades para um profissional crítico capaz de identificar e resolver problemas, o perfil curricular e institucional dos cursos era, em geral, técnico e alinhado à epistemologia da agricultura empresarial (CAVALLÉT, 1999; JACOB, 2016). Das universidades que fizeram parte da amostra, algumas já possuíam cursos de Agronomia, antes dessa DCN, e outras os criaram depois. Entretanto, as principais diferenças em termos de incorporação das novas diretrizes, deram-se muito mais em função da natureza da instituição (pública ou privada/comunitária) do que pelo tempo de consolidação dos cursos, como pode ser visto a seguir.

As mudanças trazidas pelas DCNs, em 2006, foram um marco legal importante na direção de uma formação plural para as ciências agrárias. A DCN para o curso de Agronomia estabelece em seu artigo 5º os seguintes requisitos para o perfil profissional:

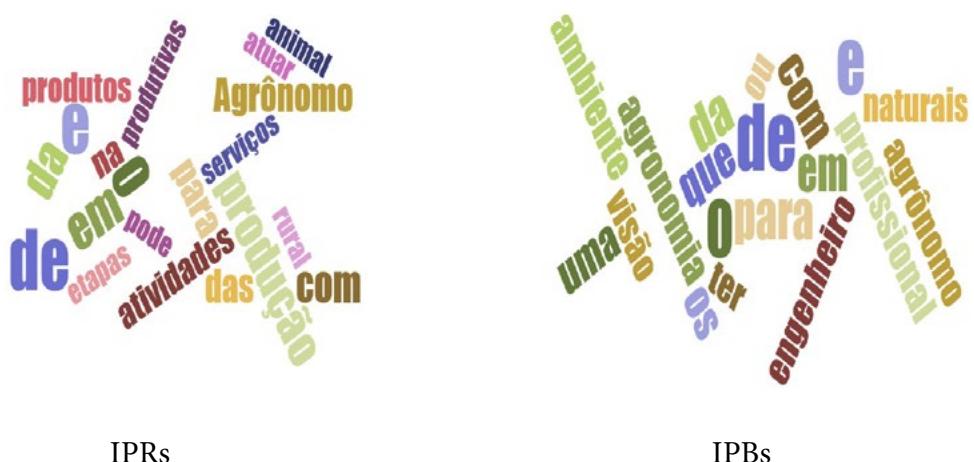
“I- sólida formação científica e geral que os possibilite a absorver e desenvolver tecnologia; II – capacidade crítica e criativa na identificação, tomada de decisão e resolução de problemas, considerando seus aspectos políticos, econômicos, sociais, ambientais e culturais, com visão ética e humanística, em atendimento às demandas da sociedade; III – compreensão e tradução das necessidades de indivíduos, grupos sociais e comunidade, com relação aos problemas tecnológicos, socioeconômicos, gerenciais e organizativos, bem como utilização racional dos recursos disponíveis, além de conservação do equilíbrio do ambiente; e IV – capacidade para adaptação flexível, crítica e criativa às novas situações” (BRASIL, 2006).

Em linhas gerais, a exigência é de uma sólida formação científica combinada com visão ética e humanista para atender às diversas demandas sociais existentes no espaço rural brasileiro. Neste sentido, a estrutura curricular infere a construção de um projeto pedagógico que conte com a diversidade de demandas. Porém, o currículo é um território de disputas políticas em que as recomendações legais, por vezes, adquirem um aspecto mais formal do que efetivo.

Os currículos transcendem o conjunto de disciplinas ofertadas pelos cursos e são constituídos por escolhas que refletem a materialização de determinadas visões de mundo (DIAS, 2008; JACOB; ALMEIDA JUNIOR; AZEVEDO; APAROVEK, 2016). No caso dos currículos de Agronomia, eles incorporaram um caráter humanístico e interdisciplinar anteriormente ausente (BRASIL, 2006; JACOB, 2016). Nisso, a agroecologia passou a ter um espaço antes não reconhecido dentro da estrutura curricular. Porém, a incorporação desses pressupostos ocorre de maneira singular em cada instituição.

Com o intuito de compreender a força mobilizadora dos PPCs no campo acadêmico, procurou-se caracterizar alguns aspectos presentes neles, com destaque para o “Perfil dos Egressos” e o “Perfil do Curso”.

O perfil dos egressos é um elemento presente nos PPCs, que pode ser entendido como uma representação da imagem do profissional que se deseja “formar”.

Figura 2: Perfil dos egressos nas IPRs e IPBs

Fonte: Autores.

Conforme mostra a Figura 2, nas IPRs predominam expressões como “agrônomo”, “produção”, “atividades produtivas” e “produtos” e nas IPBs destacam-se expressões como “engenheiro agrônomo”, “profissional”, “ambiente” e “natural”. O que se pode deduzir dessa análise é que, além das palavras que expressam pontos comuns, há no perfil dos egressos das IPBs uma maior aproximação semântica com o referencial da agroecologia em comparação com as IPRs.

A fim de apresentar elementos mais detalhados que consigam expressar as diferenças de concepção em relação à tipificação institucional escolhida, recortou-se alguns extratos da apresentação do “Perfil do Curso” de algumas das instituições analisadas.

O extrato a seguir refere-se ao Perfil do Curso em duas IPBs:

“O curso tem como ênfase a agroecologia, ciência com raízes nos métodos e nas práticas tradicionais de manejo produtivo dos ecossistemas pelas populações camponesas, que se baseiam na valorização dos recursos naturais disponíveis em cada localidade. Seus princípios apontam caminhos que evidenciam uma perspectiva clara de construção de uma concepção de sustentabilidade, abrindo as portas para novas opções de práticas sociais, incluindo o manejo da agricultura, pecuária e organização social. O profissional deverá ter sólido conhecimento técnico-científico no campo da Agronomia, com ênfase na agroecologia, tendo espírito empreendedor, criativo, apto a avaliar, planejar, manejar e monitorar agroecossistemas, junto com os agricultores e seguindo processos ecológicos (IpB4). O curso de Agronomia tem como objetivo formar profissional com sólido conhecimento técnico-científico e responsabilidade so+cial, com capacidade de concepção, a partir de uma visão holística e apto a aplicar princípios e processos ecológicos no desenho e no manejo de agroecossistemas, de forma a torná-los produtivos e ambientalmente sustentáveis (IPB1).”

Há no perfil do curso dessas instituições não somente significantes que sintonizam a perspectiva formativa em relação às DCNs, mas a indicação de adesão para a pluralidade de atuação do Engenheiro Agrônomo . Ao destacar “a ênfase na agroecologia”, “o sólido conhecimento científico associado à responsabilidade social” e “a aptidão para planejar, avaliar e manejar os agroecossistemas”, identifica-se uma aproximação formativa aderente à agroecologia. Isso porque a perspectiva agroecológica comprehende a intervenção técnica, a partir da harmonização dos fatores que compõem a complexidade do agroecossistema, tendo em vista o equilíbrio ecológico dos fatores de produção (ALTIERI, 2989; LEFF, 2000).

A seguir, extratos do Perfil do Curso em três IPRs:

“O curso de Agronomia tem como objetivo formar profissionais com uma forte e sólida base técnico-científica para atuar em todas as etapas da produção e gestão das cadeias produtivas de alimentos, serviços e matérias-primas, de modo sustentável, para permitir o contínuo avanço socioeconômico da sociedade (IPR3). O curso prepara o profissional para participar das etapas das cadeias produtivas da agricultura. Pode atuar em organizações regionais e nacionais, ocupação do espaço rural, produção animal ou vegetal, transformação, comercialização e serviços e atividades de planejamento rural. Cuida da ligação entre campo e cidade. No desenvolvimento rural, envolve-se na educação, inovação, pesquisa de mercado, tecnológica, produção de insumos e prestação de serviços (IPR1); O formado pode atuar em multinacionais no ramo de insumos, processadoras de produtos finais, cooperativas, instituições de pesquisa, instituições financeiras, seguradoras, indústrias de máquinas e implementos ou administrar seu próprio negócio. O agrônomo também pode trabalhar no desenvolvimento de novos produtos e na otimização de tecnologias produtivas (IPR2)”

As expressões “participar das cadeias produtivas”, “atuar em organizações multinacionais” são muito significativas na indicação de uma aderência à agricultura produtivista. Importante ressaltar que essa forma de apresentação está em consonância com o imaginário já presente em parte dos estudantes que procuram o curso de Agronomia, conforme vimos no questionário analisado anteriormente. Assim, confirma-se a tendência na formação profissional das ciências agrárias de estar voltada para uma agricultura em grande escala, intensiva em mecanização e insumos químicos (SILVEIRA; BALEM, 2004).

Dessa forma, no que se refere ao campo acadêmico, pode-se afirmar que existem elementos estruturantes que diferenciam, em alguns aspectos, as perspectivas formativas na ciência agronômica entre as IPBs e as IPRs. Seja pela carga horária das disciplinas, pelas expectativas em relação aos egressos e pela apresentação do perfil do curso, nota-se que a agroecologia possui um sutil ganho de espaço nas IPBs em relação às IPRs. Entretanto, ressalta-se o fato de que as instâncias normativas presentes na estrutura do campo acadêmico constituem um aspecto a ser considerado. Do mesmo modo, o *habitus* e elementos das trajetórias sociais dos estudantes também atuam como estruturas estruturantes para a constituição da configuração do campo acadêmico.

Considerações finais

O estudo das representações a partir da dinâmica do campo acadêmico mostrou que há um conjunto de variáveis atuantes na construção das perspectivas de agricultura por parte dos estudantes dos cursos de Agronomia. A forma como as DCNs são incorporadas por cada instituição, em função do seu contexto institucional, materializa-se em PPCs e MCs diferenciadas. Essa estruturação é uma das características do campo acadêmico, que implica, significativamente, na configuração da percepção e identificação dos futuros profissionais em relação às perspectivas agronômicas de se fazer agricultura.

Por sua vez, as trajetórias sociais dos estudantes foi um fator fundamental na configuração das representações sobre os modelos de agricultura. Nisso, observou-se uma maior identificação dos estudantes “filhos de agricultores” com o modelo de agricultura produtivista, principalmente quando tal representação é retroalimentada pela estruturação do campo acadêmico em termos de PPCs e MCs. A análise estatística demonstrou que nas universidades privadas/comunitárias os estudantes possuem maior identificação com o modelo produtivista do que nas universidades públicas, enquanto nestas últimas há uma identificação maior com a agroecologia em relação às primeiras.

Diante disso, considera-se que as representações sociais da agricultura no campo acadêmico dão-se pelas relações entre agência e estrutura. Por um lado, o *habitus* configurado em parte da trajetória social dos estudantes funciona como uma estrutura estruturante que define não somente as opções deles, mas influencia a própria configuração dos cursos oferecidos pelas instituições de ensino; por sua vez, as instituições fazem ajustamentos nos currículos e delineiam o perfil de curso e de egresso que corresponde às perspectivas hegemônicas dentro delas. Dessa forma, se o *habitus* trazido pelos estudantes possui importância, a estrutura do campo acadêmico também, portanto, as relações entre agência e estrutura definem as representações sociais no que se refere aos modelos de agricultura a partir de um complexo jogo de disposições e de interesses.

Referências

- AGRESTTI, ALAN. *An introduction to categorical data analysis*. 2a edição, Wiley-Interscience A. John Wiley & Sons, Wiley Series in Probability and Statistics, 2007.
- ALTIERI, Miguel. *Agroecologia: as bases científicas da agricultura alternativa*. Rio de Janeiro: PTA/FASE, 1989.
- AMICHI, Hichem et al. Une génération em quête d'opportunités et de reconnaissance: les jeunes ruraux et leurs trajectoires innovantes dans l'agriculture irriguée au Maghreb. *Cahier Agricole*, vol 24, número 06, novembre-décembre, 2015.
- BALSADI, Otávio Valentim; DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Trabalho e emprego na agricultura brasileira: um olhar para o período 2004-2014. Brasília: *Revista de Política Agrícola*, ano XXV – n. 4 Out./Nov./Dez. 2016.
- BARBETTA, Pedro Alberto. *Estatística aplicada às ciências sociais*. Florianópolis: UFSC, 2010.
- BOURDIEU, Pierre. *La jeunesse n'est qu'un mot*. Association des ages, Paris, 1978, p.520-530.
- BOURDIEU, Pierre. *Os usos sociais da ciência: por uma sociologia clínica do campo científico*. São Paulo: UNESP, 1997.
- BOURDIEU, Pierre. *Coisas Ditas*. São Paulo: Brasiliense, 2004.
- BOURDIEU, Pierre. *Homo academicus*. Florianópolis: UFSC, 2011.
- BOUZIDI, Zhour et al. Mobiliser des ressources techniques et sociales pour s'installer: strategies des jeunes ruraux au Maroc. *Cahier Agricole*, vol. 24, número 06, novembre-décembre, 2015.
- BRASIL. Resolução Nº 1, de 2 de fevereiro de 2006. Institui as Diretrizes Curriculares Nacionais para o curso de graduação em Agronomia e dá outras providências. Brasília: MEC, 2006. Disponível: http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/rces01_06.pdf. Acesso em 2019.
- BRASIL. Lei nº 11.326 de 24 de julho de 2006. Estabelece as diretrizes para a formulação da Política Nacional da Agricultura Familiar e Empreendimentos Familiares Rurais. Brasília, 2006. Disponível em http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/l11326.htm Acesso 2019.
- CAETANO, Ana. Para uma análise sociológica da reflexividade individual. *Sociologia, problemas e práticas*, n.º 66, 2011, pp. 157-174.
- CARNEIRO, Maria José; GAUARANÁ DE CASTRO, Elisa (org). *Juventude rural em perspectiva*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.
- CORE TEAM R. (2017) *Language and environment for statistical computing R. Foundation for Statistical Computating*, Vienna, Austria.
- DELGADO, Guilherme Costa. Especialização primária como limite ao desenvolvimento. *Desenvolvimento em Debate*, v.1, n.2, p.111-125, janeiro-abril e maio-agosto 2010.
- DIAS, Marcelo Miná. A formação do agrônomo como agente de promoção do desenvolvimento. *A Revista Extensão Rural, DEAER/CPGExR – CCR – UFSM*, Ano XV, Jan – Jun de 2008.
- FLIGSTEIN, Niel. Habilidade social e a teoria dos campos. *Rev. adm. empres.* 2007, vol.47, n.2, pp.61-80.

GASQUES, José Garcia; BASTOS, Eliana Teles; BACCHI, Mirian. Produtividade e crescimento da agricultura brasileira. *Agronegócios*. Instituto Interamericano de Cooperação para a Agricultura – IICA, Brasília, 2011).

GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.

GIDDENS, Anthony. *A Constituição da Sociedade*. São Paulo: Martins Fontes, 2009.

GLIESSMAN, Stephen. *Agroecologia: processos ecológicos em agricultura sustentável*. Porto Alegre: Ed. Universidade/UFRGS, 2001.

GRAZIANO SILVA, José. *Modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil*. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. Uma estratégia de sustentabilidade a partir da agroecologia. In: *Agroecol.e Desenv.Rur.Sustent.*, Porto Alegre, v.2, n.1, jan./mar.2001.

JACOB, Luciana Buainain; ALMEIDA JUNIOR, Antônio Ribeiro de; AZEVEDO, Maria Antônia Ramos de; SPAROVEK, Gerd. A agroecologia nos cursos de engenharia agronômica: para além de desafios e dilemas curriculares. *Avaliação*, Campinas; Sorocaba, SP, v. 21, n. 1, p. 173-198, mar. 2016.

JACOB, Luciana Buainain. *Agroecologia na universidade: entre vozes e silenciamentos*. Curitiba: Appris, 2016.

LATOUE, Bruno. *Jamais fomos modernos: ensaio de antropologia simétrica*. Rio de Janeiro: Editora 34, 1994.

LATOUE, Bruno. Para distinguir amigos e inimigos no tempo do antropoceno. *Revista de antropologia*, São Paulo, usp, 2014, v. 57 nº 1.

LEITE, Sergio Pereira; WESZ JUNIOR, Valdemar João. Políticas públicas e agronegócio no Brasil. *Revista Pós Ciências Sociais*, vol.11, nº22, jul/dez. 2014.

MARTINE, George. A trajetória da modernização agrícola: a quem beneficia? Brasília, IPEA, 1990.

MAZOYER, Marcel; ROUDART, Laurence. *História das agriculturas no mundo: do neolítico à crise contemporânea*. São Paulo: UNESP; Brasília: NEAD, 2010.

NAVARRO, Zander; PEDROSO, Maria Thereza Macedo. *Agricultura Familiar: é preciso mudar para avançar*. Brasília: EMBRAPA, 2011.

STAUDT JUNIOR, Jorge Luiz. Text Mining utilizando o Software R: um estudo de caso de uma biblioteca americana. TCC. Porto Alegre: UFRGS, 2016.

SILVEIRA, P. R. C; BALEM, T. A. A formação profissional e extensão rural: incapacidade da superação do modelo agrícola. *Anais do VI Encontro da Sociedade Brasileira de Sistemas de Produção*. Aracaju, Sergipe, 20 a 22/10/2004.

SANTOS, Z. B. dos.; OLIVEIRA, U. J. de.; GUALBERTO, C. L. O discurso midiático do agronegócio no Brasil sob um olhar da Análise Discursiva Crítica e da Semiótica Social. *Diálogo das Letras*, Pau dos Ferros, v. 8, n. 1, p. 159-178, jan./abr. 2019.

SPIELHOOFER, T; GOLDEN, S; EVANS, K. *Young People's Aspirations in Rural Areas*. Slough (UK): NFER, 2011.

WEBER, MAX. *Ensaios de sociologia*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

WHITE, Ben. Generational dynamics in agricultue: refletions on rural youth and farming futures. *Cahier agricole*, vol. 24, número 06, novembre-décembre 2015.

Recebido em: 09/05/2019

Aprovado em: 18/05/2021

Como citar este artigo:

BOSETTI, Cleber José e OLIVEIRA, Heloisa Maria de. Representações da agricultura nos cursos de agronomia: Um campo de disputas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 640-653.

A narrativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto entre a ação direta e a disputa eleitoral¹

Philippe Scerb²

Resumo: Conforme o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto se envolve em disputas eleitorais, assume-se que a organização tem abandonado um repertório de ação radical e pautado na luta direta contra o Estado. Neste texto, é questionada a capacidade de perspectivas analíticas informadas pela noção de *frame* de apreender a ambiguidade que marca a prática e o discurso do movimento. Por meio, sobretudo, da análise de material primário, este trabalho busca mostrar como a narrativa do MTST, entre 2013 e 2017, foi capaz de articular táticas geralmente percebidas como antagônicas, como a ação direta e a representação político-institucional.

Palavras-chave: Movimentos sociais; MTST; representação; participação; narrativas

The narrative of the Homeless Workers Movement MTST between direct action and electoral campaigns

Abstract: As the homeless workers' movement (MTST) gets involved in electoral campaigns, it is assumed that the organization has abandoned a repertoire of radical action guided by direct struggle against the state. This text questions the ability of analytical perspectives informed by the notion of frame to grasp the ambiguity that marks the movement's practice and discourse. Above all through the analysis of primary material this paper seeks to show how the MTST's narrative, between 2013 and 2017, was able to articulate tactics generally perceived as antagonistic, such as direct action and political-institutional representation.

Keywords: Social movements; MTST; representation; participation; narratives

La narrativa del Movimiento de Trabajadores sin Techo entre la acción directa y la disputa electoral

Resumen: A medida que el Movimiento de Trabajadores Sin Techo se involucra en disputas electorales, se asume que la organización ha abandonado un repertorio de acción radical y basado en la lucha directa contra el Estado. En este texto se cuestiona la capacidad de las perspectivas analíticas informadas por la noción de *frame* para aprehender la ambigüedad que marca la práctica y el discurso del movimiento. A través, principalmente, del análisis de material primario, este trabajo busca mostrar cómo la narrativa del MTST, entre 2013 y 2017, fue capaz de articular tácticas generalmente percibidas como antagónicas, como la acción directa y la representación político-institucional.

Palabras clave: Movimientos sociales; MTST; representación; participación; narrativas

¹ Este trabalho contou com o apoio da CAPES/Proex

² Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade de São Paulo (USP) – São Paulo – Brasil - pscerb@gmail.com
- <https://orcid.org/0000-0003-0224-1302>

INTRODUÇÃO

De mudanças de regime à eleição de candidatos desprovidos de vínculos prévios com o mundo político, passando por variadas formas de protesto, o que outrora respondeu pelo nome de crise da representação e atualmente tem sido chamado de crise da democracia vem servindo como causa explicativa para acontecimentos dos mais diversos, ao redor do mundo. No Brasil, a constatação do sentimento de desconfiança em relação às instituições representativas tem como marco fundamental as manifestações de junho de 2013. Desde então, o esgotamento dos atores e das práticas tradicionais da política parece ser a base de partida para qualquer avaliação da situação política do país. Nesse cenário, em que segmentos importantes da sociedade identificaram a saída virtuosa para a crise no âmbito da participação direta, da política destituída de intermediação formal, organizações como o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto (MTST) ganharam proeminência. O que se deu por sua capacidade de mobilização popular aliada a uma ação política percebida como fundamentalmente extrainstitucional. Céticos quanto à possibilidade de transformação social pela via institucional viram, então, em atores como o MTST a renovação de suas esperanças progressistas.

No entanto, desde o momento em que o MTST atraiu a atenção desses olhares, o movimento tem caminhado, em passos tortuosos e velocidade instável, no sentido da aproximação com a disputa eleitoral e práticas abertamente representativas. Além de decepcionar alguns, esse avanço em direção à política mais convencional é geralmente percebido como uma virada na estratégia do movimento, um gesto decisivo para a passagem de um lado da fronteira que separa os mundos social e político, para o outro. E independentemente da forte dimensão normativa cara ao debate, o fenômeno tenderia a ser analisado por perspectivas com enfoques distintos. De um lado, predominariam considerações estruturais. O acúmulo de força material e simbólica do movimento e o desgaste de organizações de esquerda tradicionais, em meio a uma reconfiguração das relações de produção em que interesses mais difusos fazem da participação um lastro de legitimidade necessário para a representação (Hutter et al., 2018), favoreceriam sobremaneira o envolvimento do MTST com a política institucional – mesmo que sobre bases inovadoras. Por outro lado, observações mais atentas à dimensão da agência tenderiam a seguir o esquema apresentado acima, que aponta para uma virada completa na ação do movimento e sugere, então, algum tipo de justificativa estratégica por parte de seus dirigentes. Próxima do registro do *frame*, ou do enquadramento interpretativo (Benford e Snow, 2000), uma compreensão nesses termos se ancora em uma lógica disjuntiva de prática e discurso político. Ao abandonar o confronto aberto com o Estado e abraçar a disputa eleitoral, o quadro cognitivo por meio do qual se explicam a realidade e a ação política deveria ser, afinal, reajustado.

Ambas as perspectivas são, contudo, problemáticas para entender o processo de transformação das práticas e do discurso do MTST, nos últimos anos. Em termos gerais, a primeira negligencia a importância do agente e de como ele apresenta retoricamente suas ações e seus objetivos. O que é crucial para compreender a forma pela qual uma relação de representação é estabelecida, sobretudo em circunstâncias marcadas pelos limites de identidades globalizantes para conformar um ator e um projeto político. A linguagem, composta de símbolos, narrativas e quadros interpretativos imbuídos de oposições binárias e sentimentos de injustiça (Gamson, 1992) é hoje, mais do que foi no século passado, incontornável para qualquer força política (Laclau e Mouffe, 2009). Já a segunda, a despeito da atenção que confere às dimensões simbólicas e de agência, esbarra em uma série de problemas. Pois a análise calcada no *frame* negligencia o processo e a importância das histórias contadas pelos ativistas para a construção permanente da identidade do grupo, como argumenta Polletta (1998). É verdade que a heterogênea abordagem apoiada no conceito de enquadramento interpretativo, inspirada em boa medida nos trabalhos de Goffmann (2012), abre possibilidades notáveis para o estudo dos movimentos sociais em diferentes contextos e perspectivas, como registraram Silva, Cotanda e Pereira (2017). No entanto, geralmente associada a um conjunto estanque de valores e crenças, ela obedece a uma lógica rígida de dualidade, que prescinde da interpretação por parte dos interlocutores.

O enfoque proposto por Francesca Polletta (1998; 2006), cujo centro é ocupado pelo conceito de narrativa, com efeito, oferece importantes vantagens para a compreensão do caso em vista. Além de permitir a consideração das dimensões estruturais e de agência que envolvem fenômenos desse tipo, o registro da narrativa concilia a análise empírica com o sentido estratégico vislumbrado pelos ativistas. Ele evita o caráter a-histórico comum ao *frame* para entender a formação de identidades, pois insere a ação dos atores em uma sequência mais ampla de eventos, com começo, meio e fim, e lhes atribui inteligibilidade e sentido. Por outro lado, os eventos não são conectados de forma necessariamente lógica e previsível, o que pode implicar um elemento moral e não meramente consequencial para o seu encadeamento. Enquanto o caráter estanque e dual dos enquadramentos interpretativos corresponde a convenções bem estabelecidas, a narrativa não ignora o que Polletta chama de cânones. Pelo contrário, as narrativas são recebidas e consideradas apenas em função de sua convergência com determinados padrões e compreensões culturais dominantes. Contudo, o poder de mobilização das narrativas é condicionado pela polivalência de palavras ou estórias e a sua eventual adesão popular. Em outras palavras, a ambiguidade das narrativas, em oposição à natureza bem definida e imóvel do *frame*, serve aos ativistas para reformar ou diluir conjuntos estabelecidos de crenças e legitimar suas ações aos olhos de sua base ou do público em geral. De tal maneira que elas ganham um dinamismo e uma flexibilidade centrais ao seu desenvolvimento e que devem ser percebidos pelo analista. A abordagem defendida por Polletta incorpora, ainda, a preocupação pós-estruturalista com a linguagem, embora ela esteja sempre orientada pela ação e constrangida pela estrutura.

Assumindo, portanto, que o arcabouço conceitual organizado em torno da noção de narrativa é mais profícuo do que os esquemas mais difundidos na literatura sobre movimentos sociais, sustentados no conceito de *frame*, para a compreensão de um processo em constante relação com transformações estruturais, é a partir dele que analisaremos o objeto deste texto. A saber, a evolução recente do discurso e da prática do MTST, especialmente entre os anos de 2013 e 2017, às vésperas da candidatura de Guilherme Boulos à presidência. Não se trata de explicar as mudanças, mas de examinar esse processo incremental e chamar a atenção para a ambiguidade que marca a narrativa do movimento. Com um esforço apoiado, notadamente, em documentos produzidos pelo MTST, matérias do jornal Folha de S.Paulo e entrevistas concedidas por Boulos, pretende-se contribuir para a compreensão da sua passagem de um movimento de moradia com reivindicações imediatas a um ator relevante no cenário político brasileiro.

Anticapitalismo na sombra do lulismo

Em dezembro de 2017, o Movimento dos Trabalhadores Sem Teto comemorou seus 20 anos de existência com um evento que reuniu artistas como Caetano Veloso, Criolo e Sônia Braga, além de milhares de pessoas, no Largo da Batata, em São Paulo. A proporção da festa, que reflete o tamanho adquirido pelo movimento nos últimos anos, contrasta com uma pergunta frequentemente ouvida por seus militantes: onde esteve o MTST durante esses 20 anos? Afinal, pouco se tem notícia de ocupações ou grandes atos do movimento antes de 2013 ou 2014. De fato, criado em 1997 como o braço urbano do MST, o movimento pouco apareceu na mídia entre 2003, quando rompeu os laços com o movimento sem-terra, e 2013. Levantamento no acervo impresso da Folha de S.Paulo mostra que, nesse período, ele foi objeto de 155 aparições no jornal. Parte significativa delas no próprio ano de 2003, quando, em meio a uma ocupação em São Bernardo do Campo, o movimento não cedeu às diretrizes do MST e foi intransigente nas tratativas com o poder público, chegando a organizar, inclusive, atos em frente à residência do então presidente da República.

Essa escolha ilustra bem o que foi e o que fez o movimento durante as gestões do PT à frente do governo federal. À sombra do lulismo e da hegemonia petista em torno da qual orbitaram as principais forças sociais progressistas, o MTST se colocou como organização autônoma e exercia, pela esquerda, a crítica à conciliação de classes por meio de ações diretas e da organização de trabalhadores precários

nas periferias das grandes cidades, sobretudo São Paulo. Nesse período, o movimento se notabilizou por ocupações de terrenos e performances sustentadas pela retórica do anticapitalismo e do confronto ao Estado, visto, no contexto urbano, como instrumento do capital imobiliário. Programas como o Minha Casa Minha Vida seriam expressão clara disso, no sentido de que favoreciam empreiteiras em momento de instabilidade econômica e não resolviam o problema estrutural da expulsão dos trabalhadores dos centros em direção às periferias, cada vez mais distantes (Boulos, 2015a). A essência da luta do MTST se dava por fora e contra o Estado, como indica a apresentação do movimento e de seus objetivos na cartilha do militante (MTST, 2015)³ e de maneira alternativa aos diferentes repertórios de interação Estado-sociedade, mais ou menos cooperativos, que predominaram na relação entre os movimentos sociais e os governos federais petistas descritos por Abbers, Serafim e Tatagiba (2014).

Ao defender o MTST como genuíno expoente da esquerda anticapitalista em tese de 2011, Débora Goulart (2011)⁴ tinha como critério de fundo o confronto direto com o Estado e a rejeição da via institucional como caminho de transformação social. O MTST surge no texto, marcado por importante carga normativa, como alternativa ao reformismo e ao pacto com as classes dominantes típicos do petismo. É interessante perceber como essas duas escolhas aparecem vinculadas na elaboração de Goulart. Diferentemente de outras organizações de esquerda, aponta ela:

“O MTST concebe o Estado como um instrumento do capitalismo que ‘não tem condições de transformar as relações sociais de dominação, podendo no máximo mediá-las’ (Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto, s/d), por isso, impede que seus militantes sejam candidatos, tanto como forma de evitar a cooptação e/ou acomodação no aparelho estatal, como por entender que há um desgaste da representação parlamentar entre sua base social, que a associa com corrupção e privilégios” (Goulart, 2011: 206).

É central, na análise de Goulart, o sentido atribuído ao repertório de ação do MTST, composto por marchas, trancamento de vias, ocupação de prédios do governo e a ocupação de terrenos nas periferias urbanas. Em um momento em que conquistas sociais são obtidas pela negociação em gabinetes de Brasília e constrangidas pelos interesses do capital, o MTST seria capaz de expressar uma “crítica ao Estado capitalista e apontar para formas políticas realmente democráticas” de organização (Goulart, 2011: 74). O que se daria por meio do recurso à luta direta como “forma prioritária de ação, pois não se centra na negociação e inserção nos espaços estatais” (Idem).

A participação direta, entendida como alternativa virtuosa a uma representação eleitoral associada à institucionalidade liberal, é conectada na narrativa do MTST com a ideia de poder popular, que se exerceria sem mediações estatais. Ao rejeitar o envolvimento com a disputa eleitoral, o MTST reivindicaria, nas palavras de Goulart, uma democracia autêntica, que busca “superar a democracia apenas por representação, com suas limitações, além de colocar a perspectiva de relações sociopolíticas baseadas no trabalho coletivo, na igualdade significativa e na liberdade de atuação” (Goulart, 2017). Recusa-se, ademais, qualquer engajamento em instâncias participativas, como os conselhos criados nos governos petistas, considerados “espaços de negociação que se pautam na agenda dos governos e não dos movimentos sociais, e também porque cria uma vinculação que enfraquece as ações de pressão sobre o Estado” (idem). Aqui, cumpre registrar que a noção de participação direta empregada neste texto se distingue da sua apreensão mais convencional na literatura da Ciência Política, que comprehende o engajamento de atores da sociedade civil nas chamadas instituições participativas, como Conselhos e Conferências. Ao falar de participação direta, fazemos referência a processos de mobilização popular que correm à margem dos espaços criados e regulados pelo poder instituído - geralmente, num registro de conflito com o Estado.

Em relação às formas de ação do movimento, sua cartilha diz o seguinte:

3 Apesar de a última versão da Cartilha de Princípios ter sido impressa em 2015, o texto é o mesmo daquela de 2009

4 É importante registrar que a tese é apontada por Boulos (2015a) como uma das principais referências sobre o MTST.

“As formas de atuação do MTST estão centradas na luta direta contra nossos inimigos. Isto é importante porque nos diferencia da maioria dos movimentos urbanos, que optaram por focar suas ações na participação institucional: negociações de projeto com o Estado, participação em Conselhos e parcerias com os governos” (MTST, 2015: 8).

A conquista de direitos sociais é percebida pelo movimento como fruto do antagonismo inerente ao capitalismo. Em contraposição a organizações que viam na participação institucional uma via determinante para alcançar a cidadania, o MTST se apoiaria numa concepção que Goulart (2011: 218) chama de “classista, antineoliberal e anticapitalista”, que abandona o “projeto participativo democratizante” e se distancia de qualquer otimismo reformista. Assumir o aparato estatal como interlocutor, na demanda por serviços públicos e direitos sociais, não significa abrir mão de uma postura revolucionária. Com efeito, frente às transformações do modo de produção capitalista, que retira do horizonte o antagonismo automático entre capital e trabalho, reivindicações como aquela por moradia devem ter seu potencial valorizado pela esquerda. E a despeito de se voltarem para o Estado e de se localizarem fora das relações de trabalho, essas lutas adquirem sentido anticapitalista, na medida em que os direitos não podem ser atendidos integralmente. Experiências históricas na América Latina, com movimentos como os de El Alto, na Bolívia, e dos piqueteiros argentinos, aliás, reforçam a importância da organização popular a partir do território.

Pelo que foi descrito até aqui e ao menos durante o período que compreende os dois governos Lula, o MTST parece ter cultivado um repertório de ação focado no confronto direto com o Estado e uma retórica de corte radical, apoiada na crítica de estratégias reformistas adotadas por outras forças de esquerda. De tal modo que a abordagem do *frame* seria suficiente para apreender as práticas discursivas do movimento, já que ele se colocaria em oposição ao quadro interpretativo estabelecido pelo petismo e seria delimitado por um conjunto claro de valores, ligados à mobilização popular e à luta por fora e contra o Estado. É o que leva a pensar, de fato, uma leitura acrítica de textos como a tese de Goulart, documentos produzidos pelo movimento e relatos de suas ações, como aqueles oferecidos pela mídia. Nesse período, as matérias sobre o MTST na Folha de S.Paulo versam todas sobre protestos violentos e ocupações de terrenos.

Não obstante, esses mesmos registros evidenciam aspectos ambivalentes, ou simplesmente menos estanques, da prática e das narrativas do movimento. Goulart, ao colocar o MTST como alternativa imediata ao PT e organizações como a CUT, que “mudaram de lado e se aliaram com a burguesia” (2011: 210), descreve o esforço do movimento em articular alianças por meio da construção da CSP-Conlutas e da Frente de Resistência Urbana. Ora, para além de uma tentativa de articulação da esquerda sindical e dos movimentos populares, é sabido que a CSP-Conlutas tinha como grande fiadô político o PSTU, que, apesar de pouco expressivo em termos eleitorais, ambicionava alguma incidência política-institucional. A própria reivindicação de reforma por parte da Frente de Resistência Urbana, que procurava estabelecer vínculos entre distintas organizações, revela alguma disposição em influenciar a tomada de decisão dos agentes públicos.

No início do primeiro governo Dilma, aliás, o movimento começa a despontar publicamente para além de seu âmbito de ação costumeiro. Em 2011, Guilherme Boulos, apresentado como militante do MTST, da Frente de Resistência Urbana e da CSP-Conlutas, assina um artigo no espaço de opinião da Folha em que critica a realização da Copa do Mundo no Brasil. O tom ainda é de crítica frontal à gestão federal petista, mas a cobrança por determinadas medidas da parte dos agentes públicos abre margem para caminhos de maior cooperação entre movimento e Estado. O que fica evidente em matéria de 5 de setembro de 2012, na Folha, em que Boulos clama por negociação - pedido que parece contraditório em relação à foto que ilustra a matéria, em que pneus em chamas interditam a rodovia Régis Bittencourt.

Ou seja, se a narrativa do MTST no extenso período tem tom radical, privilegia a luta por fora do

Estado, veta candidaturas a cargos públicos e o envolvimento em instâncias participativas, alguma ambiguidade já pode ser vislumbrada na disposição à negociação e na articulação de alianças que envolvem, em alguma medida, partidos políticos. A estratégia já parece menos unidimensional do que uma primeira avaliação sugeriria. E a complexidade aumentaria, ainda mais, a partir de 2013, prejudicando visões estanques e atreladas a um conjunto fixo de valores, como aqueles que opõem normativamente participação e representação política.

Um Protagonista “Natural” de um Novo Campo?

Apesar de focar suas atenções nas narrativas dos atores e nas respectivas implicações sobre suas práticas, a abordagem sugerida por Polletta (1998; 2006) não ignora, como faz a maior parte da contribuição pós-estruturalista, transformações de ordem estrutural no estudo dos movimentos sociais. A autora reconhece que discursos não são desenvolvidos no vácuo e que a percepção dinâmica dos atores acerca da configuração dos conflitos e da distribuição de poder em uma dada sociedade informa a elaboração e a veiculação das narrativas. Apesar de não mobilizar explicitamente conceitos como o de estrutura de oportunidades e ameaças (McAdam et al., 2001), seu quadro conceitual-analítico é permeável a considerações estruturais acerca da ação dos movimentos sociais. Com efeito, seria impossível entender a atuação prática e discursiva de qualquer movimento social no Brasil, nos dias de hoje, sem reconhecer junho de 2013 como um marco elementar. O que não significa, contudo, atribuir mecanicamente ao contexto a ampliação das mobilizações de determinados movimentos e seu respetivo efeito político. O caso do MTST ilustra com propriedade a necessidade de uma apreensão que articule as dimensões estrutural e de agência para a compreensão de práticas de confronto e cooperação. Afinal, se 2013 aparece como uma oportunidade para aprofundar a mobilização e as conquistas do movimento, ela só se concretiza com a redefinição de sua organização e de sua estratégia, em processo incremental em que a ampliação do repertório e das ambições políticas do movimento são elementos centrais. Se objetivos renovados eram colocados no horizonte, a narrativa tradicional ganhava outros contornos, mas não deixava de constranger o impulso por inovação numa clara demonstração de interdependência entre ambas.

Até julho, o MTST não tinha sido objeto de nenhuma matéria da Folha de S.Paulo, no ano de 2013. Entre julho e dezembro, há 15 referências ao movimento, número superior a todos os anos anteriores - com exceção de 2003 e 2004, com 16 matérias cada um. No embalo dos atos pela redução da tarifa dos transportes e do recuo da prefeitura e do governo do estado de São Paulo, o MTST organiza protestos na periferia da capital em apoio ao Movimento Passe Livre e por demandas vinculadas à sua pauta específica. Em 26 de junho, a Folha noticia a conquista, em função de atos do movimento, de aumento na bolsa aluguel, concedida pelo governo estadual. Entre o fim de junho e o início de setembro, o jornal registra um número considerável de atos do MTST marcados por ações disruptivas, como o bloqueio da Marginal Pinheiros⁵, por reivindicações ligadas às suas ocupações, mas também em apoio à greve dos metroviários e contra o cartel do metrô⁶. Em 9 de setembro, o jornal noticiava: “Cidade tem onda de invasões de sem-teto na gestão Haddad”⁷. Entrevistado, Guilherme Boulos sugeriu: “As ocupações devem aumentar na próxima semana”. Em 12 de dezembro, depois de ato que se dirigiu à Prefeitura e diante da recusa de Haddad em receber o movimento, Boulos anunciava: “nós vamos encher essa cidade de lona preta” e dizia à reportagem da Folha que “se a gestão Haddad queria um inimigo, ela conseguiu”⁸. O motivo dessa onda de ocupações, ocorrida na sequência das manifestações de junho, seria objetivo para o movimento: a falta de escolha de famílias diante da crescente inflação do aluguel. É o que afirmava Boulos em artigo publicado na edição de 27 de dezembro da Folha⁹, no qual ainda dizia:

5 “Sem-teto invadem prédio e bloqueiam marginal Pinheiros”. Folha de S.Paulo, 07/09/2013, C4.

6 “Protestos em SP acabam em confronto”. Folha de S.Paulo, 15/08/2013, A8.

7 “Cidade tem onda de invasões de sem-teto na gestão Haddad”. Folha de S.Paulo, 09/01/2013, C1.

8 “Após novo protesto, sem-teto ameaçam fazer onda de invasões”. Folha de S.Paulo, 12/12/2013, C3.

9 “Quando o discurso não convence”, Guilherme Boulos. Folha de S.Paulo, 27/12/2013, A3.

“Esse barril de pólvora vinha se constituindo havia anos. As mobilizações de junho mostraram que a organização popular poderia ser uma alternativa (...) Ou os governos apresentam propostas de política habitacional, disponibilizando terrenos, realizando políticas de desapropriações, ou serão atropelados por um processo cuja dimensão ainda não compreenderam”.

A intensificação da mobilização e das ocupações de terra pelo movimento na sequência dos protestos de junho é evidente. Nesse momento, a performance associada ao confronto e marcada pelo bloqueio de vias importantes com pneus em chamas clama por atenção e é destacada pela mídia. Para além de reivindicações próprias à moradia popular, o movimento ainda participa de atos com pautas diversas. A retórica inflamada e ameaçadora no sentido de novas mobilizações e ocupações frente ao “descaso” do poder público parece então contar com mais apelo popular e despertar maior receio nos governantes, depois do ocorrido em junho. Em suma, os atos pela redução da tarifa, a comoção nacional, a conquista, o sentimento despertado entre amplos setores da sociedade de que a mobilização disruptiva pode alcançar seus resultados e, no contexto paulistano, a volta do PT ao poder parecem conformar um ambiente propício para um movimento de moradia aumentar sua capacidade de mobilização. Não obstante, seria apressado deduzir o acúmulo de forças e a repercussão crescente dos atos do MTST de uma conjuntura favorável. A percepção a respeito dessa oportunidade e decisões tomadas por seus militantes são cruciais para entender esse processo.

A compreensão de junho como sintoma das contradições e limites do lulismo acentua no movimento o compromisso de renovar sua organização no sentido de reforçar seu caráter político para além de um mero movimento de massas comprometido com demandas imediatas e de curto prazo. Face à disjunção comum na esquerda entre organizações de base, que lutam por melhorias nas condições de vida, e organizações políticas, movidas por programas estratégicos, caberia ao MTST articular ambas as tarefas. Desafio que não seria novo, mas relevante na medida em que a segunda face da organização era praticamente inexistente. Para desenvolver a dimensão propriamente política do movimento, porém, a saída encontrada não passa propriamente por candidaturas e a formação de um partido político. Pelo contrário, o foco continua na mobilização popular e na luta feita nas ruas e nas periferias. Muito embora a pauta se diversifique e a projeção do movimento e de sua principal liderança para além de sua base ganhe peso até então inédito.

Em outras palavras, os acontecimentos de junho de 2013 aceleram disposições em germe no movimento, mas que estavam longe de ser prioridade para um MTST cuja atuação na sombra do lulismo se restringia a ações concretas e pontuais, com ênfase na dimensão territorial da luta. O acúmulo de forças parecia um processo longo e a posição marginal entre as forças de esquerda condenava o movimento a ser paciente e apostar na luta “por baixo” e contra o Estado. A eclosão de manifestações significativas, além de demonstrar uma disposição importante de mobilização por diferentes segmentos sociais e fortalecer a ideia de que o confronto extraconstitucional tem condições significativas de sucesso, ainda sinalizava um enfraquecimento dos atores que naquele período reivindicavam exclusividade na representação das massas – organizadas ou não. A possibilidade de assumir um maior protagonismo político no campo de esquerda se apresentava. Por outro lado, a forma pela qual a dimensão política da organização seria desenvolvida ainda permanecia incerta e vaga na própria narrativa do movimento.

Não se tratava ainda de atuar “por dentro do Estado”. Mas o acúmulo de forças deveria poder informar decisões dos governos que favoreçam os trabalhadores de forma mais ampla e as demandas mais objetivas do movimento (MTST, s/d). Já não estamos aqui em um registro cristalino da oposição frontal e ideológica ao Estado, mas em uma narrativa carregada de ambiguidades e situada no tempo, pois o protagonismo de força política decorreria também da força social. As mobilizações do MTST passam a almejar, sobretudo, a partir de 2013, um escopo que supera a formação de novos militantes e a conquista de demandas imediatas. Algo a mais desponta no horizonte; do que se trata exatamente e como será alcançado são questões ainda em aberto e cujo caráter demasiadamente vago é apenas reforçado pela reivindicação de “poder popular” (MTST, 2015).

Se 15 aparições na Folha de S.Paulo, no segundo semestre de 2013, era algo relevante em relação ao histórico do movimento, o que dizer das 168 registradas ao longo de 2014? Junho tinha surgido como oportunidade crucial, mas foi pouco significativo se comparado à forma como o movimento se aproveitou do ambiente politicamente conturbado, do ano eleitoral e, sobretudo, da Copa do Mundo de futebol. Em 2014, o MTST deixava de ser mais um movimento social, com atuação significativa na periferia da grande São Paulo, para cavar espaço entre os grandes atores políticos nacionais. Porém, como explicar a ausência de um ator de peso no debate em torno do evento político mais importante do país naquele ano, a eleição presidencial? O cânone anti-Estado, pilar da identidade do movimento, parece que não desaparecera por completo e continuava a condicionar sua prática.

O ano de 2014 prometia ser importante para o MTST. Em 8 de janeiro, uma matéria de página inteira descrevia a ocupação Vila Nova Palestina, que reunia mais de 8 mil famílias e fora criada um mês antes no Jardim Ângela, zona sul de São Paulo¹⁰. Seria a partir do mês de maio, porém, que boa parte das atenções do mundo político do país se voltaria para o movimento. No dia 3, é ocupada uma área, batizada de Copa do Povo, a menos de três quilômetros do estádio onde seria realizada a abertura da Copa do Mundo de futebol. As fotos e a descrição da entrada no terreno em matéria do dia 4 indicam que a imprensa fora convocada, numa clara demonstração de que o impacto midiático era desejado¹¹. Até o dia 9 daquele mês, a cobertura da ocupação seria diária e profunda para os padrões da mídia¹². Neste dia, aliás, título de reportagem da Folha indicava: “Após invasões, Dilma recebe líder sem-teto”¹³. Mas antes de conversar com a presidente em Itaquera, o movimento havia ocupado as sedes de três empreiteiras ligadas a obras da copa¹⁴. O movimento conciliava ações disruptivas e negociação com a presidência da República. E os atos não cessavam. “Se não houver mais investimentos em moradia, não vai ter abertura da Copa”, ameaçava Boulos em 22 de maio, depois de mobilização com mais de 15 mil pessoas em São Paulo¹⁵. De fato, as manifestações se estenderiam até a semana anterior à abertura e pressionariam os entes públicos a ceder: “Dilma pretende incluir sem-teto no Minha Casa”, noticiava a Folha, no dia 8, sobre inclusão do MTST na modalidade entidades do programa¹⁶. “Governo cedem e MTST promete ficar calmo durante Copa” anuncia reportagem do dia 10, segundo a qual o governo federal subsidiaria as unidades habitacionais a serem construídas na ocupação da zona leste¹⁷.

A cada dia ficava mais evidente o caráter político das manobras do MTST. Em 26 de junho, Boulos se tornava colunista da Folha. Em 17 de julho, o jornal registrava que o movimento havia feito protestos em 30 dias de 2014, sem considerar ocupações de terrenos, e tinha sido recebido por Haddad, Alckmin e Dilma, além de ter contribuído de forma decisiva para a aprovação do Plano Diretor Estratégico de São Paulo, por meio de mobilizações importantes em frente à Câmara Municipal¹⁸. O escopo e as ambições do movimento ganhavam musculatura, como Boulos fazia questão de afirmar ao lembrar à reportagem que o movimento não tem apenas a moradia como objetivo: “sempre defendemos reforma urbana, serviços de qualidade e ampliação de direitos sociais”. No dia seguinte, Reinaldo Azevedo, impressionado com ato do movimento contra a baixa qualidade dos serviços de telefonia móvel nas periferias, previa que “o embrião de um novo partido” despontava¹⁹. No fim do ano, o ex-presidente Lula participava da entrega das chaves do Condomínio João Cândido, em Taboão da Serra, construído por meio da modalidade entidades do MCMV.

10 “Em 1 mês, SP ganha acampamento com 8.000 famílias de sem-teto”. Folha de S.Paulo, 08/01/2014, C4.

11 “Sem-teto invadem terreno particular perto do Itaquerão”. Folha de S.Paulo, 05/04/2014, A11.

12 Entre os dias 4 e 9 de maio, a Folha publicou cinco matérias sobre o movimento, incluindo um perfil e uma entrevista com Guilherme Boulos.

13 “Após invasões, Dilma recebe líder sem-teto”. Folha de S.Paulo, 09/05/2014, A5

14 “Em SP, sem-teto invadem sedes de empreiteiras”. Folha de S.Paulo, 09/05/2014, A4.

15 “Sem-teto reúne 15 mil em SP e ameaça ‘junho vermelho’”. Folha de S.Paulo, 16/01/2014, A4.

16 “Dilma quer incluir sem-teto no Minha Casa Minha Vida”. Folha de S.Paulo, 08/06/2014, A4.

17 “Governo cede e sem-teto prometem trégua”. Folha de S.Paulo, 10/06/2014, A8.

18 “MTST fez protestos em 30 dias de 2014”. Folha de S.Paulo, 17/07/2017, C4.

19 “Lula, Boulos e as fantasias burguesas”, Reinaldo Azevedo. Folha de S.Paulo, 18/07/2014, A13.

O ano 2014 foi, portanto, um marco na elevação da estatura política do MTST. Para além da forte mobilização no contexto da Copa do Mundo, a diversificação de seu repertório, da sua pauta mais visível de reivindicações e a exposição pública como nova referência na esquerda desenhavam a emergência de um novo ator político, cujas relações mais orgânicas com a disputa eleitoral já pareciam para alguns uma mera questão de tempo. Contudo, a narrativa veiculada por seus ativistas ainda era carregada do tom combativo e crítico às instituições representativas e à transformação social por dentro do Estado. Em 11 de maio, em meio à grande repercussão da ocupação Copa do Povo, artigo de Guilherme Boulos, Josué Rocha e Maria das Dores, da coordenação do movimento, publicado na Folha, respondia à pergunta que o intitulava; “O que quer o MTST?”, da seguinte maneira:

“A cidade privada para poucos é a cidade da privação para a maioria. Essa mudança passa por uma profunda reforma urbana, que não virá do Congresso, com seus parlamentares financiados até o pescoço pelo capital imobiliário. Ela vem de baixo. A história dos povos ensina que as transformações são resultado de movimentos populares de massa, que enfrentam as relações de poder constituídas. Chamamos isso de poder popular. É isso que quer o MTST.”²⁰

Em várias de suas colunas na Folha, com efeito, Boulos comentava as eleições de 2014 com ceticismo:

“independentemente de quem sair vencedor das urnas em 6 de outubro - ou num segundo turno - a vitória já tem dono. Ou melhor, donos. Os mesmos de sempre: JBS Friboi, Andrade Gutierrez, Queiroz Galvão, Bradesco, Odebrecht, OAS, Itaú, Camargo Correia e afins” (Boulos, 2015b: 79).

Após a vitória de Dilma, Boulos reforçava sua descrença quanto à possibilidade de transformações efetivas por dentro do Estado. A retomada de uma agenda de reformas populares, segundo ele, “não se dará por iniciativa nem vontade do PT, mas pela polarização das ruas e pelo fim de um ciclo econômico” (idem: 90). Não se tratavam de comentários isolados, mas acompanhavam posicionamento que ele compartilhara publicamente ao longo do ano. Em entrevista de janeiro, por exemplo, ele criticara fortemente o PT, cujo projeto não seria popular, mas representante “dos interesses do capitalismo brasileiro”²¹. Perguntado, em entrevista à TV Estadão de 5 de julho de 2014, a qual partido pertencia, Boulos foi taxativo:

“Não sou de partido algum. O MTST preza profundamente pela sua autonomia política. O MTST não tem vínculo partidário, o que não quer dizer que não tenha posição política. Temos posições políticas bem claras. No entanto, não achamos que política se faça apenas dentro das instituições ou dentro de partidos políticos. Política pode ser feita na rua, nas bases, nas comunidades, nos movimentos populares”.²²

A disputa institucional parecia, então, longe do horizonte do MTST e sua narrativa enfatizava isso com vigor. Ao se tornar um ator relevante no cenário político nacional, capaz de dialogar com agentes públicos, pressionar por demandas ligadas à moradia, mas também influenciar decisões mais amplas como a aprovação e contornos específicos do Plano Diretor de São Paulo, o movimento reivindicava um caráter político, mas sem sugerir nenhum envolvimento direto com eleições. O *frame* crítico ao modelo petista de transformação via Estado ainda poderia servir para descrever a prática e o discurso

20 “O que quer o MTST”, Guilherme Boulos, Josué Rocha e Maria das Dores. Folha de S.Paulo, 11/05/2014, A3.

21 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=X8JKYyxZ8o>, acessado em 08/01/2018

22 Disponível em <http://tv.estadao.com.br/politica,lider-do-mtst-guilherme-boulos-diz-que-projeto-e-maior-do-que-luta-por-moradia,146958>, acessado em 08/01/2018

do movimento. Mas a complexidade do mundo real exigia dele métodos heterodoxos, que incluíam desde a articulação com atores permeados por vínculos político-institucionais até a negociação com agentes do Estado.

O ano de 2015 é emblemático para a tensão que orienta a ação e o discurso do MTST. No primeiro semestre, é enfática a narrativa em prol da luta por baixo e por fora do Estado. No dia 19 de março, em que o movimento promove atos em sete estados, o coordenador Josué Rocha afirmava que “precisamos de uma intervenção popular, não militar”²³, em referência à mobilização de setores de extrema direita insatisfeitos com o resultado eleitoral do ano anterior. No prefácio do livro que reunia suas colunas publicadas até então na Folha, Guilherme Boulos expressava, mais uma vez, sua discordância com o lulismo e com a prioridade outorgada à disputa eleitoral:

“No campo da tática, a maior lição que a experiência petista nos deixa é que afundar-se na disputa institucional sem apostar na organização de base e na mobilização popular é um caminho de adaptação. A esquerda precisa retomar sua capacidade de mobilização, estando onde o povo está e assumindo suas lutas concretas.” (Boulos, 2015b: 14).

Não obstante, o movimento participou ativamente dos atos contra o impeachment e em “defesa da democracia”, embora sua narrativa histórica tendesse a descrever o sistema político brasileiro como pouco - ou nada – democrático. O posicionamento crítico ao impeachment e em defesa da permanência de Dilma na presidência, porém, não se deu de forma cristalina e ilustrou de forma contundente a ambiguidade da narrativa do MTST no período. Foi notável, com efeito, seu esforço em opor-se ao golpe parlamentar ao mesmo tempo em que pontuava críticas ao governo petista e ao ajuste fiscal então praticado. Em 19 de agosto, Boulos afirmava que o movimento não aceitava que ato do qual participaria tivesse como bandeira exclusiva a defesa do governo e da democracia: “Atrelamento partidário não ajuda. As manifestações são por pautas amplas e populares, compartilham de uma insatisfação com o sistema político”²⁴. Com efeito, a participação efetiva em atos contrários ao impeachment foi temperada com críticas a Dilma, ao PT e justificada por denúncias de conservadorismo e oportunismo por parte de Cunha e Temer e pela ideia de que embora o governo de Dilma fosse indefensável, a posse do vice seria “ainda pior para os trabalhadores”. Por mais razoável que se julgue a postura adotada, chama a atenção o contraste que ela representa em relação a manifestações citadas acima sobre o processo eleitoral.

A ambiguidade da narrativa do movimento se manifesta tanto na defesa do governo Dilma quanto na defesa da estabilidade e do respeito às regras de um jogo cuja natureza democrática era contestada. A Cartilha do Movimento, reeditada no fim daquele ano, retrata com precisão a ambivalência e a tensão presentes na retórica apresentada. Na sua primeira parte, pode-se ler:

“O MTST tem como seu maior objetivo a luta contra o capital e o Estado que representa os interesses capitalistas. (...) Podemos resumir esta meta na seguinte ideia: construção de poder popular. (...) Na prática, isso significa estimular e valorizar as iniciativas autônomas, construir formas de organização e de decisão coletivas, lutar por nossas reivindicações e direitos; enfim, não esperar nada de ninguém a não ser de nós mesmos. Assim, podemos dizer que nosso objetivo maior é a construção do poder popular, contra o capital e seu Estado.” (MTST, 2015: 5).

23 “Grupos de sem teto realizam protestos em sete estados”. Folha de S.Paulo, 19/03/2015, A8.

24 “Crítica a impeachment divide líderes de ato”. Folha de S.Paulo, 20/08/2015, A10.

Por outro lado, a mesma cartilha registra a necessidade de construir alianças para alcançar tais objetivos e, desse modo, a importância da criação da frente Povo Sem Medo. É fundamental, segundo o documento, articular relações com outros movimentos populares, sindicatos e “organizações que defendam os mesmos objetivos que os nossos, sejam partidos políticos, igrejas, grupos culturais etc. Por isso construímos o Povo Sem Medo, frente que reúne várias organizações aliadas a partir de objetivos comuns, principalmente um programa de Reformas Populares para o Brasil.” (Idem: 10). A lista inclui as reformas tributária, política, urbana e agrária ao lado da democratização dos meios de comunicação e da auditoria da dívida pública (idem: 11).

Ou seja, enquanto os “Princípios para um regimento interno nacional” enfatizam que “nenhum militante pode sair candidato a cargos no Executivo ou Legislativo” (idem: 15), a Frente Povo Sem Medo é lançada por iniciativa do MTST com a intenção explícita de incidir sobre a estrutura político-institucional. Da mesma forma, o movimento participa ativamente da defesa do governo Dilma contra ameaças de impeachment. Não se trata, aqui, de situar a virada estratégica do movimento entre o primeiro e o segundo semestres de 2015. Em coluna publicada em 5 de fevereiro de 2015, Boulos criticava a desigualdade provocada pelo neoliberalismo e afirmava que “as lutas de resistência popular pelo mundo trazem novos ventos e anunciam que poderá chegar o dia em que serão 99 contra 1” (Boulos, 2015b: 106). Críticas ao neoliberalismo, aliás, teriam levado “300 mil às ruas de Madri na semana passada em apoio ao Podemos. Foram elas também que elegeram o Syriza na Grécia” (idem). Já no segundo semestre, a postura contrária ao impeachment não apontava para um projeto voltado à tomada das instituições pelo voto, mas se apoiava no argumento de que um governo Temer seria ainda pior para os trabalhadores. Enquanto o movimento consolidava sua posição como ator político no cenário nacional, a ambiguidade de sua narrativa marcava a postura adotada em relação ao governo Dilma, ao impeachment e ao apreço pela democracia parlamentar. Idas e vindas descrevem melhor o processo do que a imagem de um caminho linear que rompe com o repertório tradicional e avança no sentido das instituições e da representação.

Em 2016, porém, a narrativa do MTST parece evoluir com mais rapidez a favor de um projeto de esquerda que, apesar de amparado prioritariamente na luta e na mobilização social “por baixo”, envolva a disputa institucional e a condução de reformas “por cima”. O desempenho significativamente ruim do PT nas eleições municipais de outubro daquele ano reforça esse movimento e abre uma avenida de oportunidade rumo à criação de uma nova força política em que as eleições ocupem um lugar central, mas reiteradamente apontado como secundário.

Em relação ao processo de impeachment, a posição do MTST continua marcada pela ambiguidade na defesa do governo petista. Enquanto Boulos é convidado a participar do renovado Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social e participa de ato em apoio a Lula e Dilma em meio à proibição da nomeação do ex-presidente ao Ministério da Casa Civil²⁵, o movimento não deixa de criticar medidas do ajuste fiscal e de pressionar por demandas vinculadas à moradia. Em 7 de março, ele divulga manifesto apontando protestos, bloqueios de vias e novas ocupações contra o governo, sugerindo que a agenda da direita deveria ser “enfrentada na rua, com radicalidade”, uma vez que ela havia sido encampada pela gestão Dilma e não restavam esperanças de uma “guinada à esquerda” por parte do governo²⁶. No dia 25 do mesmo mês, a Folha noticiava: “Ato sem teto critica Dilma, mas condena impeachment” e Boulos afirmava: “estamos na rua para deter uma ameaça à democracia, que também é um golpismo. O que vivemos hoje no país é autenticamente um golpe sem militares nas ruas, mas que ataca as liberdades democráticas e direitos sociais”. Isso ao mesmo tempo em que se pressionava de forma contundente o governo pelo lançamento da terceira fase do Minha Casa Minha

25 “Esquerda faz ato de apoio a Lula e Dilma em SP”. Folha de S.Paulo, 17/03/2016, A12.

26 “MTST promete radicalizar contra Dilma”. Folha de S.Paulo, 07/03/2016, A5.

Vida²⁷. Na reta final do processo, o movimento, porém, participa de acampamento no Largo da Batata²⁸, de atos conjuntos com a Frente Brasil Popular e segue mobilizado contra o impeachment e o governo Temer, conectando o processo com sua luta mais imediata. Matéria de 29 de abril da Folha era ilustrada com faixa do MTST em que se pode ler: “não queremos golpe, queremos moradia” e Boulos ameaçava: se o golpe se confirmasse, bloqueios de via virariam rotina²⁹.

Ao mesmo tempo em que radicaliza a oposição a Temer e vincula a mobilização contra o novo governo com demandas objetivas do movimento, como quando se manifesta contra cortes do Ministério das Cidades³⁰, o MTST se aproxima de atores e de processos fortemente ligados à disputa institucional. Em 8 de julho, por exemplo, Dilma visita a ocupação João Cândido em ato chamado de “mulheres com Dilma em defesa da democracia”³¹. O fenômeno fica mais visível ainda em meio às eleições municipais daquele ano. Se em 2014 o movimento tinha ocupado posição marginal nos debates relacionados às corridas eleitorais, em 2016 ele não foge do tema e participa de forma menos envergonhada do que se poderia imaginar. Em 6 de agosto, perguntado se o MTST apoiaria algum candidato em São Paulo, Boulos afirma que o grupo ainda discutiria apoios, mas admite afinidade com Erundina: “O MTST tem uma identidade forte com Erundina e entende que o momento é de fortalecer alternativas de enfrentamento à direita”³². No dia 29, o jornal registra visita de Haddad à ocupação Vila Nova Palestina. A coordenadora Jussara Basso, na ocasião, diz que “Gostaria de agradecer os acordos firmados [com a gestão] que foram cumpridos e pedir para que o senhor [Haddad] reforce aqui os acordos que temos”³³. No dia 27 de setembro, uma matéria sobre as eleições de Porto Alegre lista, entre os apoios recebidos por Luciana Genro, o de “Guilherme Boulos, do MTST”³⁴.

É ao fim do segundo turno daquelas eleições, porém, que o processo de entrada do movimento no universo político-institucional parece ter se acelerado. Devido, sobretudo, às circunstâncias. O desempenho do PT e da esquerda em geral denota o desgaste das forças partidárias desse campo, especialmente corroído, no caso petista, pelos escândalos de corrupção revelados pela operação Lava Jato e a situação crítica da economia nacional. Artigo de Natuza Nery na Folha de 31 de outubro resumia um diagnóstico generalizado:

“Até aqui hegemônico, o PT fez despencar o desempenho da esquerda no Brasil (...) O PT respira por aparelhos. O PSOL deixou as urnas como força residual. (...) As duas principais organizações que floresceram com a crise política iniciada em 2014, a Frente Povo Sem Medo e a Frente Brasil Popular, dialogam entre si, mas têm ambições distintas.”³⁵

Vinte dias mais tarde, o mesmo jornal noticiava, na coluna Painel, dedicada a bastidores do mundo político, que “a articulação do novo partido de esquerda que alas do PT e do PSOL discutem com MTST é paralela à formação de uma frente ampla nos moldes da uruguai”³⁶. Ou seja, se a derrocada do PT como ator hegemônico na esquerda representava uma oportunidade para a emergência de uma renovada força política, de corte popular e reputação ilibada, e o MTST fosse apontado por analistas e

27 “Ato de sem-teto critica Dilma, mas condena impeachment”. Folha de S.Paulo, 25/03/2016, A6.

28 “Ao relento no impeachment”. Folha de S.Paulo, 15/04/2016, A13.

29 “MTST faz protestos contra impeachment”. Folha de S.Paulo, 29/04/2016, A8.

30 “Moradia, a primeira vítima de Temer”, Natalia Szermeta, Sérgio Farias e Vitor Guimarães. Folha de S.Paulo, 23/05/2016, A3.

31 “Mulher não cede’, afirma Dilma, ironizando renúncia de Cunha”. Folha de S.Paulo, 09/07/2016, A6.

32 “Perto da eleição, políticos trocam de lado em São Paulo”. Folha de S.Paulo, 07/08/2016, A11.

33 “Haddad corteja sem-teto e celebra parceria”. Folha de S.Paulo, 29/08/2016, A8.

34 “Luciana Genro tem campanha pop na internet e sumiço na televisão”. Folha de S.Paulo, 27/09/2016, 4.

35 “Esquerda tem pouco tempo para buscar união”, Natuza Nery. Folha de S.Paulo, 31/10/2016, A16.

36 Coluna “Painel”, Folha de S.Paulo, 21/11/2016.

ativistas como uma organização em boas condições de fazê-lo, o movimento via sua força e sua credibilidade inherentemente vinculadas à organização territorial e à luta direta. Ademais, uma identidade e princípios construídos em torno dessa prática, assim como de um discurso crítico ao jogo eleitoral, constrangeriam a entrada imediata na disputa pelo poder institucional. O imperativo moral, de que fala Polletta (2006), de uma narrativa cujo início remete ao desamparo das populações periféricas e o fim ao poder popular alcançado por meio de organização e luta direta contra o Estado cercava de cuidados a criação de um novo partido. Perguntado por Mario Sergio Conti, no fim daquele ano, sobre a entrada num partido político, Boulos responde:

“Não, não. Para mim isso não está colocado, hoje. Precisamos pensar alternativas políticas. Mas elas precisam passar pelo crivo de um ciclo de mobilização social. (...) Você pega o PT: nos seus primórdios, ele deu gás para um projeto de esquerda que saiu de movimentos de base, do campo, da cidade; surgiu desse caldo e depois impulsionou um projeto. (...) E a maioria dos partidos populares, de esquerda, relevantes no mundo não saíram de opções de intelectuais que chegam a verdades programáticas, eles surgem de um caldo social. Temos o desafio de ampliar esse caldo social na resistência de ataques brutais e ao mesmo tempo fazer isso pensando o que seria a referência de um novo projeto de esquerda”³⁷.

Enquanto negava a entrada em um partido naquele momento, Boulos não rejeitava completamente a criação de um outro. Embora dependente de um “ciclo prévio de mobilização social”. Ou seja, a rejeição da disputa institucional imediata era conciliada com uma narrativa de novo tom, em que eleições apareciam num horizonte visível. Na mesma entrevista, Boulos se mostra preocupado com a “crise de representatividade” pela qual passaria ao Brasil. Segundo ele, duas saídas se anunciavam. Uma seria perigosa, semelhante à tomada pelos EUA, em que “um aventureiro com discurso intolerante” canalizou a insatisfação com a política. Outra, virtuosa, seguiria os rumos da Espanha, em que a mobilização dos indignados permitiu a criação do Podemos, “um partido que soube ter sintonia com o ativismo de rede, com novos movimentos e dessa maneira conseguiu construir um projeto claro contra-hegemônico e de esquerda”. No Brasil, o desafio seria de “renovar a nossa esquerda, mas isso precisa estar em sintonia também com um projeto que vem de baixo”.

O problema deixa de ser a representação e passa a ser a sua própria crise. A referência deixa de ser os piqueteiros e passa a ser um partido político. A evolução da narrativa a levou, parece, para longe do que era em 2013, ou mesmo 2015. Estaríamos diante de um novo *frame* a orientar a ação e o discurso do MTST?

Mudança Incremental: Princípios e Identidade Preservados na “Nova” Narrativa

“PSOL, petistas e movimento de sem-teto discutem plano para esquerda”, registrava a Folha de S.Paulo em 20 de junho de 2017. Com a participação de quadros do PT e do PSOL e “realizada a convite do MTST, de Guilherme Boulos, e da Frente Povo Sem Medo (...) ficou acertada a organização de debates públicos e via internet para elaboração de programa de governo a partir do segundo semestre”³⁸. Estaria em discussão, segundo a matéria, um “programa mais à esquerda”, que fosse “além dos governos petistas”. Para os setores do PT incluídos no debate, despontavam como opções “a criação de um partido com Boulos e a migração para o PSOL”. Menos de dois meses depois, o jornal registrava: “Grupos de esquerda iniciam debates pelo país e lançam site”³⁹. Tratava-se da plataforma digital e do

³⁷ Realizada em 24 de novembro de 2016, a entrevista está disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cqZE1X-biYvU>, acessada em 16/01/2016

³⁸ “PSOL, petistas e movimento de sem-teto discutem plano para a esquerda”. Folha de S.Paulo, 20/06/2017, A11.

³⁹ “Grupos de esquerda iniciam debates pelo país e lançam site”. Folha de S.Paulo, 14/08/2017, A12.

ciclo de debates batizado de “Vamos”, que, apesar de não ser “pautado pelo calendário eleitoral”, segundo os organizadores, surgia com o propósito de preparar o terreno para uma entrada “por baixo” e pela via da participação direta no tabuleiro político-institucional. Conforme Boulos, o que estava colocado era “discutir projeto para o próximo período, de 10, 20 anos. Nós temos uma crise do país e da esquerda, precisamos de uma discussão honesta, sem tabus”.

Em vídeo publicado pela Mídia Ninja⁴⁰, em julho, Boulos apresentava o Vamos da seguinte maneira: “Nós vivemos uma profunda crise de representação. As instituições da República estão se esfacelando aos olhos de todo o povo, abrindo, inclusive, os perigosos caminhos da antipolítica e de saídas antidemocráticas (...) Nós precisamos construir um campo amplo para enfrentar Temer, as suas reformas, as saídas antidemocráticas e o Estado de exceção”. E acrescentava: “a política transformadora se faz também nas eleições, no parlamento, mas se faz, sobretudo, nas ruas, com organização de base e mobilização popular”. Ensaia-se uma articulação improvável entre a preservação de certa ordem institucional em crise e um projeto político alternativo à concertação lulista: “Nós não vamos construir novos caminhos apostando na destruição (...) É preciso reconhecer avanços, mas todos nós sabemos que para pensar o futuro, precisamos superar limites e contradições. Não há mais condições para novos avanços sem conflitos”. Para além de um programa radical de enfrentamento, porém, a participação popular era considerada primordial - e o Vamos anuncia isso.

Embora fosse evidente a entrada iminente no universo eleitoral, a redefinição da estratégia e das táticas do MTST não poderia ser apresentada de forma abrupta. E não somente em função do seu discurso histórico, mas também do contexto de desconfiança profunda nas instituições e em seus operadores. Para além do lastro na melhora objetiva da vida dos trabalhadores, o processo amparou-se também na própria história do movimento. A disputa eleitoral seria, portanto, um desdobramento “natural” da ação prioritariamente conduzida em confronto com o Estado. Algo que fica muito evidente no livro *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. Nestes dois trechos, a frente Povo Sem Medo (PSM), por exemplo, surge no rastro da tradição aglutinadora do movimento e como mais um instrumento de luta popular:

“Já em 2006, por exemplo, faziam-se reuniões com outras forças com o objetivo de criar uma plataforma comum entre movimentos sociais do campo e da cidade, sindicatos, estudantes etc. É a partir do crescimento do Movimento, no fim da década de 2000, que temos dois tipos de desdobramentos: uma maior participação do MTST nos processos de construção de unidade da esquerda e a nacionalização mais orgânica do movimento. (...) Mais recentemente, a Frente Povo Sem Medo tornou-se mais uma empreitada iniciada pelo MTST (...) buscando construir um outro destino para as maiorias em nosso país, em diálogo franco e aberto com setores diversos, sem purismos abstratos, sempre na perspectiva da luta e da mobilização social.” (Simões et al., 2017: 37-38).

“Torna-se um desdobramento natural desse processo [golpe, reformas, crise pétista] a criação da Frente Povo Sem Medo, como expressão da reconfiguração do campo popular e da esquerda. (...) [Ela] se lança como ferramenta para radicalizar a democracia e a participação popular por reformas estruturais, como a democratização das comunicações, a reforma tributária progressiva e um controle social do poder judiciário, bem como profundas reformas agrária e urbana.” (Idem: 119).

O caráter participativo e afeito aos interesses populares afasta da PSM e do Vamos qualquer interpretação que os aponte como pontos de inflexão da origem, da trajetória e dos objetivos do MTST:

40 Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=cidBPS6qVis>, acessado em 16/01/2018

“Para o MTST e a Frente Povo Sem Medo, abre-se um momento histórico importante: o de construir um programa a partir da perspectiva das maiorias do Brasil. (...) A partir dessa ideia é que se forja o ‘Vamos!’, um desdobramento programático da existência exitosa da Povo Sem Medo. (...) Caberá aos movimentos populares a tarefa de atualizar a política nacional, articulando-se com as forças políticas e sociais atuantes, e também em diálogo aberto com os trabalhadores e trabalhadoras que hoje estão ‘desorganizados’, para oferecer uma alternativa que apresente soluções no curto prazo e que projete para o futuro um novo modelo de organização econômica, política e social.” (Idem: 123-24).

A ampliação da luta - ou a incorporação da disputa eleitoral no repertório de ação do MTST - cuja clareza é reforçada naquele momento com as especulações em torno da candidatura de Boulos à presidência em 2018, não implica uma transformação substantiva da maneira pela qual o movimento explica a realidade e sua atuação. O mundo é complexo para uma interpretação sustentada em opções binárias de luta por fora do Estado ou de transformações alcançadas por meio dele. A narrativa do MTST, com efeito, é permeada pela mesma ambivalência que Polletta (2006) identificou na luta de ativistas negros nos EUA dos anos 1960. Na linguagem veiculada por eles, a palavra “espontaneidade” significava, ao mesmo tempo, mobilizações voluntárias e involuntárias. A ambiguidade era, então, crucial para a narrativa, pois livrava o movimento da acusação de influência externa e favorecia o engajamento e a identificação de potenciais ativistas com a estória. Assim, no lugar de um *frame* cristalino e apoiado numa identidade com contornos bem definidos, uma narrativa composta por palavras com mais de um sentido e aberta a interpretação pode favorecer o movimento e dar mais coerência a escolhas à primeira vista contraditórias. A crítica à democracia representativa mobilizada historicamente pelo MTST não excluía, necessariamente, qualquer engajamento com a disputa institucional. Da mesma maneira, uma narrativa renovada e movida pela ambivalência torna a familiar virtude da luta direta mais complexa e aberta à criação. O que se dá de diversas formas. Pela reinterpretação da história do movimento e de avaliações acerca dos constrangimentos e oportunidades colocados pela conjuntura. Mas também da prioridade que o MTST outorgou historicamente à garantia de direitos, a despeito de qualquer interesse eleitoral.

Às vésperas da candidatura presidencial de 2018, Boulos era enfático ao questionar a centralidade que a esquerda deve dar à chegada ao poder por meio do voto. Em entrevista de 17 de outubro de 2017, ele afirmava:

“Se a esquerda aprendeu alguma coisa com o golpe que levou é que ganhar eleição só não resolve. A Dilma ganhou eleição. Adiantou? Governou? Ganhar eleição sem ter força social, sem caldo programático, sem mobilização e organização popular não é suficiente. Isso não significa excluir participação eleitoral. Mas isso não pode ser o foco.”⁴¹

O foco tem de ser o recurso à participação efetiva da sociedade. O problema da governabilidade, que o lulismo resolveu pelas concessões às elites políticas e econômicas, deve ser enfrentado por constante organização e mobilização popular, diria o candidato do PSOL ao longo da campanha de 2018. Frente à desconfiança generalizada com o modus operandi e os atores tradicionais da democracia representativa, aliás, um modelo de ação política amplamente apoiado na ação direta dos governados contra seus representantes ganhou o coração de parte importante dos eleitores brasileiros. Não é absurdo pensar que

41 Disponível em <http://tv.estadao.com.br/politica/lider-do-mtst-critica-candidatura-de-bolsonaro,806751>, acessado em 16/01/2018

a candidatura e o subsequente governo de Jair Bolsonaro recorreram ambos à participação extra-institucional de sua base, quer seja por meio de atos de rua ou de ação coordenada em redes sociais, como expediente político e de gestão. Comparação que é despropositada em termos ideológicos, mas que reforça as ambiguidades que atravessam a prática política de organizações como o MTST.

Como notou Polletta (1998), o encadeamento de *plots* que compõem uma narrativa é raramente articulado de forma lógica e consequencial. É comum, ao contrário, que ele obedeça a fatores de ordem afetiva e moral que estruturam uma estória e acabam por limitar de alguma forma a margem possível de ação. Sem que isso restrinja por completo sua capacidade de sustentar novas práticas frente à evolução das circunstâncias. No caso do MTST, é nítido como a narrativa do movimento sempre foi organizada em torno do protagonismo do povo e da luta direta como meio primordial para a transformação social. Com efeito, no ano em que o percurso rumo à política partidária e à representação mediada pelo voto ganharam contornos mais evidentes, protestos e ocupações não foram negligenciados. Por mais de 20 dias, entre fevereiro e março de 2017, um acampamento permaneceu em frente ao escritório da presidência da República, na Avenida Paulista, em São Paulo, para reivindicar a liberação de contratações da faixa 1 do Minha Casa Minha Vida. O MTST ainda desempenhou papel determinante na condução de protestos contra as reformas trabalhista e previdenciária, que incluíram uma greve geral em diversas cidades brasileiras. As ocupações de terrenos, por sua vez, não cessaram. A mais emblemática delas foi a “Povo Sem Medo de São Bernardo”, que chegou a ter uma apresentação de Caetano Veloso proibida pela justiça. O compromisso com a luta disruptiva das camadas populares não dava sinais de arrefecimento.

De fato, as iniciativas mais amplas em termos de alianças e mais ousadas em termos de alcance político-institucional do movimento demonstram preocupação em exaltar a participação popular como um imperativo estratégico, mas também moral, para qualquer projeto. Um pequeno panfleto sobre a organização dos “Bairros Sem Medo” - espécie de núcleos comunitários – de 2017 revela como a articulação entre participação e representação é feita com cuidado retórico. Ao mesmo tempo em que aponta para os riscos do “descrédito total com o sistema político” e do discurso de ódio que o acompanha (Frente Povo Sem Medo, Bairro Sem Medo: 1), o documento alega que a construção da Povo Sem Medo “busca agregar gente de todo o país pautada sempre pelos princípios da autonomia política, trabalho de base constante e mobilização popular” (idem: 2). De um lado, afirma-se a necessidade de resistir ao desmonte feito pelos setores que se apoderaram do controle político do Estado - sugerindo a disputa dele. Por outro, o lastro de legitimidade que sustenta esse movimento é o compromisso com a luta com o povo e por fora das instituições. A ambiguidade da narrativa empregada seria dificilmente melhor exemplificada do que na seguinte frase: “Quando despertamos para a luta do nosso dia a dia , começamos a entender também a importância de lutar pela política de nosso país” (idem: 3). Em outras palavras, a importância da disputa pela política - assumida como restrita à esfera institucional – torna-se clara quando nos damos conta de que a política também ocorre fora das instituições do Estado.

Ilustração relevante encontra-se também nas resoluções finais da plataforma digital do Vamos. No eixo chamado “Democratização do poder e da política”, destacam-se medidas voltadas para a ampliação da participação direta no sistema político e que limitam a independência dos representantes eleitos, tais quais: convocação de plebiscitos; submissão de emendas constitucionais a referendos populares; possibilidade de revogação dos mandatos; e criação de conselhos populares territoriais e temáticos com poder deliberativo, entre outras. Por outro lado, a defesa do voto em lista fechada aponta para um compromisso com instituições representativas fortes, num sinal de que mais participação e melhor representação caminham juntas no programa elaborado pela Povo Sem Medo.

No momento em que a representação eleitoral invade a narrativa do MTST, portanto, o discurso de seus membros continua fortemente voltado para a participação popular e a luta direta. A decisão acerca da candidatura presidencial deveria considerar a medida em que ela poderia contribuir para os objetivos prioritários do movimento. A saber, o avanço das negociações por moradia com diferentes esferas do poder público e uma transformação substantiva da sociedade brasileira. E esse espírito ambivalente da organização, que se esforça para articular os mundos político e social, deveria pautar uma entrada, permeada de tensões, na disputa eleitoral.

Conclusão

O esforço exploratório conduzido neste texto oferece indícios de que, a despeito de transformações estruturais terem favorecido o deslocamento do MTST na direção da política institucional, não é razoável afirmar que ele foi empurrado pelas circunstâncias a adotar outro repertório de ação e, assim, forçado a readequar seu discurso. A disposição por reforçar o caráter político da organização, embora constantemente sujeita a contingências internas e externas, esteve sempre presente e poderia, eventualmente, desembocar na disputa eleitoral. Fatores como a capacidade de organização e mobilização, as crises econômica e política, a instabilidade institucional e o enfraquecimento de outras forças contribuíram, de forma inegável, para o processo descrito. O protagonismo assumido pelo MTST, contudo, é combinado com um esforço contínuo em combinar a incidência político-institucional à luta “por baixo” e “por fora”, entendida como imperativo político. É evidente, portanto, a interação entre cultura e estratégia na definição dos objetivos e da estratégia do movimento, quando os cânones que estruturaram sua narrativa esbarram em uma oportunidade única no sentido da transformação social pela via institucional.

Não é conveniente, por fim, pensar a evolução do MTST como um pêndulo que parte do polo da participação e se desloca de forma tortuosa ao polo da representação, como poderia sugerir uma análise teoricamente apoiada na categoria do *frame* e informada por uma oposição normativa entre os dois repertórios de disputa política. A incidência objetiva sobre a estrutura institucional, inclusive mediada pelo voto, nunca esteve completamente ausente na retórica do movimento, da mesma forma como hoje ela é encarada como um desdobramento natural da história e subordinada à sua capacidade de mobilização extra-institucional. A ambiguidade presente nos dois momentos traduz uma transformação incremental e reflexiva que marca um processo satisfatoriamente compreendido por meio do conceito de narrativa, de Francesca Polletta (2006). Ambiguidade, aliás, que permite manter abertos os princípios que sustentam esquemas interpretativos comprometidos com a participação ou a representação. Se até meados de 2013 o movimento prezava por apontar os limites da democracia representativa, a narrativa que ele tem mobilizado, nos últimos anos, conseguiu desestabilizar importantes enquadramentos interpretativos em que a participação surge como única prática possível na democracia. É evidente que os cânones e a identidade do movimento constrangem uma práxis mais plural, mas eles se mostraram suficientemente permeáveis à renovação do seu repertório de ação e às escolhas estratégicas que sustentaram, entre outras medidas, o envolvimento na corrida presidencial de 2018. As saídas provisórias encontradas até aqui estão longe de expressar uma receita definitiva para a articulação de práticas percebidas como antagônicas e as tensões entre elas tendem a se renovar a cada dia. De todo modo, a ambiguidade tem se provado uma boa receita.

Referências:

- ABERS, Rebecca; SERAFIM, Lizandra; TATAGIBA, Luciana. Repertórios de interação estado-sociedade em um estado heterogêneo: a experiência na Era Lula. *Dados*, v. 57, n. 2, 2014, pp. 325-357.
- BENFORD, Robert D. e SNOW, David A. Framing Processes and Social Movements: An Overview and Assessment. *Annual Review of Sociology*, v. 26, 2000, pp. 611-639.
- BOULOS, Guilherme. *Por Que Ocupamos? Uma introdução à luta dos sem-teto*. São Paulo, Autonomia Literária, 2015.
- _____, *De que lado você está? Reflexões sobre a conjuntura política e urbana no Brasil*. São Paulo, Boitempo, 2015.
- Frente Povo Sem Medo. *Bairro Sem Medo*. S/d.
- GAMSON, William A. *Talking Politics*. Cambridge, Cambridge University Press, 1992.
- GOFFMANN, Erving. *Os quadros da experiência social: uma perspectiva de análise*. Petrópolis: Vozes, 2012.
- GOULART, Débora C. O Anticapitalismo do Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto – MTST. Tese de doutorado, Ciências Sociais, Unesp, 2011.

_____, Movimento dos Trabalhadores Sem-Teto: projeto político, avanços e limites. In: DA SILVA, Hélio Alexandre (org.) *Sob os olhos da crítica: reflexões sobre democracia, capitalismo e movimentos sociais*. Macapá, Unifap, 2017.

HUTTER, Swen; KRIESI, Hanspeter e JASMINE, Lorenzini. Social Movements in Interaction with Political Parties. In: SNOW, David A., SOULE, Sarah A., KRIESI, Hanspeter e McCAMMON, Holly (Orgs.) *The Wiley Blackwell Companion to Social Movements 2nd Edition Revised and Expanded*. Malden, MA, Blackwell Publishing Ltd, 2018.

LACLAU, Ernesto e Mouffe, Chantal. *Hégémonie et stratégie socialiste*. Paris: Les Solitaires Intemps-petifs, 2009.

McADAM, Doug, TARROW, Sidney e TILLY, Charles. *Dynamics of contention*. New York, Cambridge University Press, 2001.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES SEM TETO. Relatório da reunião nacional do MTST. São Paulo, 2009, Mimeo.

_____, Programa de ação do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto - Construindo o poder popular. São Paulo. s/d. Mimeo.

_____, Cartilha de Princípios, 2015.

POLLETTA, Francesca. 'It Was Like a Fever...' Narrative and Identity in Social Protest. *Social Problems*, v. 45, n. 2, 1998, pp. 137-159.

_____, *It Was Like a Fever: Storytelling in Protest and Politics*. Chicago, University of Chicago Press, 2006.

SILVA, Marcelo Kunrath; COTANDA, Fernando Coutinho; PEREIRA, Matheus Mazzilli. Interpretação e ação coletiva: o “enquadramento interpretativo” no estudo de movimentos sociais. *Revista de Sociologia e Política*, v. 25, n. 61, 2017, pp. 143-164.

SIMÕES, Guilherme; CAMPOS, Marcos; e RAFAEL, Rud. *MTST 20 anos de história: luta, organização e esperança nas periferias do Brasil*. São Paulo, Autonomia Literária, 2017.

Recebido em: 30/09/2019

Aprovado em: 28/03/2021

Como citar este artigo:

SCERB, Philippe. A narrativa do Movimento dos Trabalhadores Sem Teto entre a ação direta e a disputa eleitoral. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 654-671.



Retornando ao arquivo colonial: vestígios civilizatórios na missão militar de instruir e sanear populações pesqueiras no Brasil¹

Carolina de Oliveira e Silva Cyrino²

Resumo: Sob quais argumentos propõe-se uma missão militar de colonizar uma população, identificando seus modos de vida e práticas de trabalho como obsoletas, apresentando-lhes formas de ser e viver exógenas, para que possam ser considerados pertencentes a uma nação? É com essa inquietação que retornamos ao arquivo colonial da Marinha brasileira, que registra a criação das primeiras colônias de pescadores no Brasil, na primeira metade do século XX, com a premissa de *instruir e sanear* os pescadores brasileiros, “libertando-os” assim de seus modos de vida arcaicos para uma vida moderna e civilizada. Essas representações e imaginários sociais sobre o pescador ganharam relevo, definindo-os como um grupo atrasado e que precisava ser civilizado. Por meio da análise de discurso, este trabalho tem como objetivo provocar outro olhar sobre a história registrada, buscando perscrutar os vestígios civilizatórios, a fim de compreender o que esse discurso justifica. Dialoga com autores anti-coloniais e pós-coloniais, na perspectiva de confrontar o modelo totalitário/hegemônico de modernidade que tinha como premissa a supressão de outros modos de vida, como de povos tradicionais, e ainda como esses discursos utilizam-se do eixo racial para a perpetuação de suas estruturas de poder.

Palavras-chave: 1. Colonialismo; 2. Processo Civilizatório; 3. Racismo; 4. Populações pesqueiras.

Returning to the colonial archive: civilizing traces in the military mission of instructing and sanitizing fishing populations in Brazil

Abstract: Under what arguments is it proposed a military mission to colonize a population, identifying their ways of life and working practices as obsolete, presenting them with exogenous ways of being and living, so that they can be considered as belonging to a nation? It is with this concern that we return to the Brazilian Navy colonial archive, which records the creation of the first fishing colonies in Brazil, in the first half of the twentieth century, with the premise of “instructing and sanitizing” brazilian fishermen, as a “redemption”, from their archaic ways of life to a modern, civilized life. State actions subsequent to the military mission not only intensified this kind of social reading, but also began to use it as a justification to promote even more elaborate processes of exclusion. Through discourse analysis, this paper aims to provoke another look at recorded history, seeking to scrutinize civilizing traces in order to understand what this discourse justifies. We will talk with anti-colonial and postcolonial authors, in order to confront the totalitarian / hegemonic model of modernity that had as its premise the suppression of other ways of life, such as traditional peoples, and also how these discourse uses the racial axis for the perpetuation of its power structure.

Keywords: 1. Colonialism; 2. Civilizational process; 3. Racism; 4. Fishing populations.

1 Este artigo apresenta resultados parciais de pesquisa de doutorado em andamento, através do Programa de Excelência Acadêmica da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) vinculado ao PPGS/UFRGS. Uma primeira versão foi apresentada no 19º Congresso Brasileiro de Sociologia, realizado em julho de 2019 em Florianópolis, na Universidade Federal de Santa Catarina. Esta versão atualizada contempla aprimoramentos a partir do curso da pesquisa e das considerações acolhidas dos pareceristas da Revista Contemporânea da Universidade Federal de São Carlos.

2 Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) – Porto Alegre – Brasil - carolinacyrino.ufes@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-6951-581X>

Volviendo al archivo colonial: huellas de civilizaciones en la misión militar de instruir y sanear poblaciones pesqueras em Brasil

Resumen: ¿Bajo qué argumentos se propone una misión militar para colonizar una población, identificando como obsoletas sus formas de vida y prácticas laborales, presentándoles formas exógenas de ser y de vivir, para que puedan ser consideradas como pertenecientes a una nación? Es con esta preocupación que volvemos al archivo colonial de la Armada de Brasil, que registra la creación de las primeras colonias pesqueras en Brasil, en la primera mitad del siglo XX, con la premisa de instruir y sanear a los pescadores brasileños, así “liberándolos” de sus formas de vida arcaicas para una vida moderna y civilizada. Estas representaciones e imágenes sociales sobre el pescador ganaron importancia, definiéndolos como un grupo atrasado que necesitaba ser civilizado. A través del análisis del discurso, este trabajo pretende provocar otra mirada a la historia registrada, buscando escudriñar los vestigios de la civilización, para comprender qué justifica este discurso. Dialoga con autores anticoloniales y poscoloniales, en la perspectiva de confrontar el modelo totalitario / hegemónico de modernidad que tenía como premisa la supresión de otras formas de vida, como los pueblos tradicionales, y también cómo estos discursos utilizan el eje racial. Para la perpetuación de sus estructuras de poder.

Palabras clave: 1. Colonialismo; 2. Proceso civilizador; 3. Racismo; 4. Poblaciones pesqueras.

INTRODUÇÃO

O progresso era anunciado pelo Estado brasileiro, nas primeiras décadas do século XX, como o grande alvo a ser conquistado pela nação. A modernização das atividades econômicas e a formação de uma população civilizada estabeleciam-se como estratégias que viriam a firmar-se, posteriormente, como um projeto de desenvolvimento nacional.

Aliada a esse cenário, a Marinha do Brasil percorreu a costa brasileira, entre os anos de 1919 a 1923, criando as primeiras colônias de pesca do país, a fim de conduzir a modernização e controle da pesca e também dos modos de vida e trabalho das populações pesqueiras. Com a premissa de instruir e sanear os pescadores brasileiros, a instituição militar proclamava a libertação de uma vida atrasada para um novo modo de ser: moderno e civilizado.

Neste trabalho retornamos ao arquivo colonial “A missão do Cruzador José Bonifácio”, obra publicada em 1945 e narrada pelo Capitão de Mar e Guerra Frederico Villar, comandante da expedição. A investigação do passado nos remete a uma narrativa que já foi registrada, ao refazermos o percurso encontramos vestígios que denunciam outras histórias. Na corrida pela modernização, as políticas de desenvolvimento apostavam em estratégias que tinham como premissa a lógica da produtividade econômica e o alcance civilizatório da população. Classificava-se um modo de ser e estar no mundo como superior e, consequentemente, produzia-se estereótipos sobre aqueles desencaixados desse modelo.

Ações de condução dos pescadores artesanais à modernidade foram direcionadas por um projeto de desenvolvimento nacional em que ora seus modos de vida e trabalho não eram compatíveis com este ideal de modernização, ora era um aspecto negligenciado. Esses direcionamentos, iniciados de forma tutelar e disciplinadores pela Marinha do Brasil, acionaram um discurso que marcava a urgência da modernização não apenas da pesca, mas das populações pesqueiras.

Essas representações e imaginários sociais sobre o pescador ganharam relevo, definindo-o como um grupo atrasado e que precisava ser civilizado. As ações de Estado subsequentes à Missão colonizadora da Marinha não apenas intensificaram esse tipo de leitura social, mas também passaram a utilizá-la como justificativa para promover processos ainda mais elaborados de exclusão desse grupo

que, embora com adversidades, e talvez em razão delas, elaboram novas possibilidades de existirem³. Somando mais de um milhão de trabalhadores no país, esse grupo atravessa um crescente processo de desigualdade e exclusão social. Essa condição é agravada pelo avanço industrial nos territórios, a apropriação dos recursos pesqueiros, a priorização da pesca de grande escala e aquicultura e, em especial, pelas políticas empreendidas pelo Estado que não valorizam a atividade artesanal.

Considerando o discurso civilizatório e a marcação de estereótipos sobre a vida e trabalho das populações pesqueiras, durante a condução da criação das colônias de pesca no Brasil, este artigo tem como objetivo provocar outro olhar sobre a história registrada, buscando perscrutar os vestígios civilizatórios, a fim de compreender o que esse discurso justifica.

Na primeira parte, abordamos o contexto do projeto de modernidade que estava em curso durante a Missão, trazendo a discussão sobre qual discurso era apresentado às populações pesqueiras. Na segunda e terceira parte, discorremos sobre as estratégias de dominação desse discurso e para quem/o que ele atendia. Dialogaremos nesta análise, dentre outras abordagens, com autores anti-coloniais e pós-coloniais, na perspectiva de confrontar o modelo totalitário/hegemônico de modernidade que tinha como premissa a supressão de outros modos de vida, como de povos tradicionais, e ainda como esses discurso utiliza-se do eixo racial para a perpetuação da sua estrutura de poder.

POR UMA “NAÇÃO CIVILIZADA”: NOTAS SOBRE A MISSÃO DO CRUZADOR JOSÉ BONIFÁCIO

Páginas envelhecidas narram histórias de uma população que tinha sobre seu domínio o mar e os seus recursos naturais, entretanto, carecia de civilização, como estranhos à sua própria pátria, *ensurdecidos pelo bramir das ondas*⁴, e foram agraciados por uma *Missão* que viria torná-los, enfim, civilizados e aptos para servirem a uma nação moderna. O ano era 1945, e o Comandante Frederico Villar registrava com entusiasmo o sucesso da *Missão do Cruzador José Bonifácio*, que percorreu o litoral brasileiro com o projeto de nacionalização da pesca, criando mais de oitocentas colônias e cadastrando mais de cem mil pescadores. A Missão partiu durante os anos de 1919 a 1923 com o objetivo de modernizar as atividades pesqueiras no país e conduzi-los à civilização e ao progresso. Havia uma euforia pela modernidade nas instâncias governamentais, e nas duas décadas seguintes, fortalecidos pelo projeto nacional-desenvolvimentista, a empreitada ganhou fôlego e respaldo estatal.

Foi por meio das ações empreendidas pela Marinha do Brasil que podemos identificar o início da trajetória da regulação da pesca no país. De acordo com Silva (2015), já a partir de 1912 o país vivenciava a expectativa do progresso desenvolvimentista urbano-industrial e, nesse cenário, a pesca chamou a atenção das elites, que apostaram na modernização do setor, por meio da sua industrialização. As ações promovidas pela instituição militar estavam alinhadas a essa perspectiva e visavam ao controle e à expansão da atividade pesqueira.

Cabe investigar quais motivações direcionaram a Marinha a percorrer toda a costa do país e o porquê da intenção de “instruir e sanear” os pescadores brasileiros. Por conta disso, interessa-nos aqui trazer reflexões sobre o registro *A Missão do Cruzador José Bonifácio* que apresenta impressões da Marinha sobre o pescador, e cuja narrativa alastrou suas raízes em vários discursos institucionais que a sucederam. A obra de 235 páginas foi publicada em 1945, pela Biblioteca Militar, duas décadas após o término da expedição, narrada por seu próprio comandante, o capitão de Mar e Guerra Frederico Villar, membro do Instituto de Geografia e História Militar do Brasil, do Instituto Oceanográfico Brasileiro e do Instituto Técnico Naval.

3 Embora não seja escopo deste artigo contemplar a análise dos movimentos sociais de luta por direitos das populações pesqueiras, o que demandaria outro e maior aprofundamento, faço destaque ao criterioso trabalho da socióloga Berenice Abreu (2012), que apresenta de modo detalhado a saga dos jangadeiros cearenses na década de 1940, a fim de encontrarem-se com o então Presidente da República, Getúlio Vargas, reivindicando direitos aos pescadores. Os desdobramentos do encontro, carregado de paternalismo, estereótipos e caráter simbólicos, encontram-se no registro *Jangadeiros, uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo* (ABREU, 2012).

4 Referência a expressão utilizada para descrever os pescadores como distantes da civilização, pelo discurso do Senado Federal exaltando os resultados da Missão do Cruzador José Bonifácio (Villar, 1945).

Figura 1. A Missão do Cruzador José Bonifácio



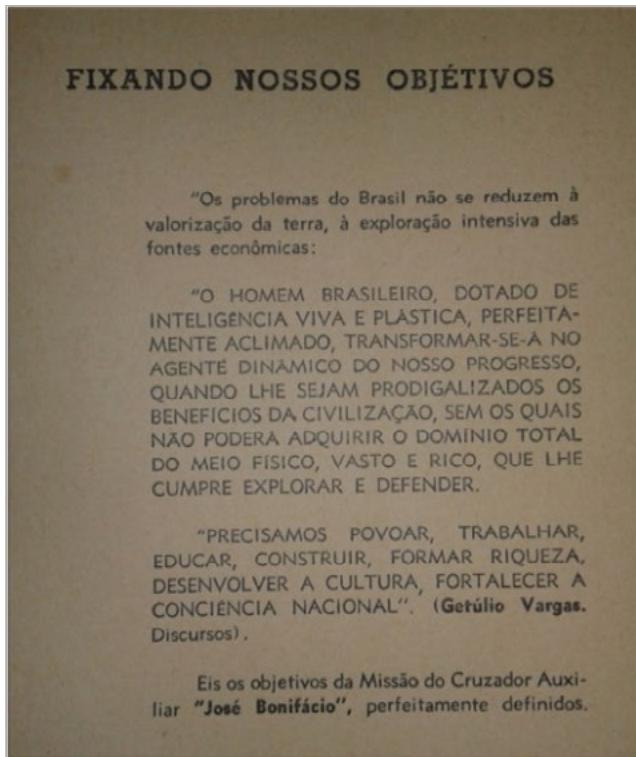
Registro de Imagem: CYRINO (2018). Fotografia da capa e folha de rosto de VILLAR (1945). Acervo pessoal.

Segundo o registro da extinta Superintendência de Desenvolvimento da Pesca - SUDEPE (1980), durante esses quatro anos da expedição, os militares percorreram o litoral brasileiro cadastrando e organizando os pescadores em colônias cooperativas com espaços para serviços de ensino e saúde, dos quais resultou o “Serviço de Pesca e Saneamento do Litoral”, em 1923. A análise da SUDEPE enaltece o trabalho militar realizado e segundo essa extinta autarquia: “É nesse trabalho pioneiro, de Frederico Villar, que são estabelecidas as bases definitivas para o desenvolvimento da pesca do Brasil, e de uma orientação para uma futura ação do governo” (SUDEPE, 1980, p. 11).

Já na observação das primeiras páginas do registro da *Missão*, revelam-se elementos que contribuem para a análise do direcionamento que a Marinha brasileira adotou para a empreitada narrada pelo Comandante Villar. Na figura acima, podemos verificar os subtítulos do documento destacando o ideal nacionalista empreendido pela instituição militar: “Os pescadores na Defesa Nacional”; “A nacionalização da pesca e a Organização dos seus Serviços”; “Subsídios para a história militar no Brasil”.

Esses termos já dão indícios de como foi forjada a primeira política de reconhecimento e de avaliação da pesca e dos pescadores em todo o território nacional. Ou seja, de que modo coube a uma instituição militar cumprir o papel de identificar e determinar quem seria o pescador brasileiro?

A cruzada militar estava abraçada ao projeto de desenvolvimento nacional defendido pelo primeiro governo de Getúlio Vargas, e são as palavras desse líder político que o Comandante Villar utiliza como bússola para a *Missão*: “O homem brasileiro, dotado de inteligência e plástica, perfeitamente aclimado, transformar-se-á no agente dinâmico do nosso progresso, quando lhe sejam prodigalizados os benefícios da civilização [...]” (GETÚLIO VARGAS apud VILLAR, 1945, p. 04), como demonstra a Figura 2:

Figura 2. Os objetivos da expedição

Registro de imagem: CYRINO (2018). Fotografia da página 04 de VILLAR (1945). Acervo pessoal.

As palavras de Getúlio Vargas, na Figura 02, já anunciam essas características desenvolvimentistas, ao defender que o “homem brasileiro” necessitaria dos benefícios da civilização para então ser um agente do progresso. É sob esta bandeira que o discurso de nacionalização da pesca mostrava-se alinhado aos interesses estatais e avançou na trajetória desenvolvimentista no país.

Sem dúvida, o governo de Getúlio Vargas, iniciado em 1930, figura com grande destaque no projeto desenvolvimentista e, na avaliação do Comandante, é louvado como um grande líder que conduz a nação ao progresso. O período do governo Vargas, conhecido como Estado Novo (1937 -1945)⁵ trouxe mudanças em vários aspectos no país, sejam econômicas, sociais, culturais, políticas e legislativas que, alinhadas à proposta nacional-desenvolvimentista, buscavam o ideal de integração nacional, valorização do mercado interno e expansão da indústria. A compreensão de *atraso* da sociedade brasileira em relação às outras em que a modernidade havia alcançado níveis mais complexos faz parte da gênese nacional – desenvolvimentista. Neste entendimento, “A construção da grande família – a nação – pressupôs um conjunto de artifícios que aumentaram a influência do Estado sobre a sociedade, reforçando mecanismos de controle e disciplinamento do trabalhador e de formação do cidadão” (COLBARI, 1995, p. 62). No caso dos pescadores artesanais, a modernização e controle do seu trabalho como premissa para servirem à pátria e alçarem a cidadania será a tônica das políticas empreendidas no período, sustentadas por um novo modelo de desenvolvimento do país.

Com a premissa de *instruir e sanear* as populações pesqueiras, as colônias de pesca foram divididas em zonas, a partir das quais eram instaladas escolas primárias para formação dos filhos de pescadores, com formação cívica e patriota, bem como serviços assistenciais, saúde e acesso a recursos institucionais. Os pescadores e a produção pesqueira passaram a serem reguladas, a fim de organizar a

⁵ O regime ditatorial do Estado Novo é marcado pelo papel do Estado como interventor do desenvolvimento do país, o poder estatal assume a condição protecionista na qual o trabalho passa a ser uma forma de enfrentamento da pobreza e de dignificação humana, entretanto, interesses das elites empresariais, políticas e de ordem religiosa vão estar alinhadas com o objetivo de promover a reabilitação da moral do trabalho, dos princípios cristãos, da disciplinarização dos pobres, criando assim, um cenário favorável à industrialização e à nova ordem política (COLBARI, 1995).

construção das indústrias de pesca nacionais e preparar os pescadores para servirem de reserva naval militar. Códigos de conduta moral e de ofício foram organizados, pelo próprio Comandante, a fim de instruí-los a tornarem-se cidadãos e profissionais.

O nome escolhido para a *Missão* já não foi ao acaso, a homenagem a José Bonifácio⁶ remete à figura desse patriarca da independência que defendeu a autonomia política nacional e a condução da nação ao progresso por meio de um projeto de civilização no qual fossem aperfeiçoados os valores sociais, morais e éticos da população. Bonifácio foi considerado um precursor da formação de identidade nacional no Brasil, e demonstrava o descontentamento com os modos de vida de populações indígenas e africanos escravizados, por não acompanharem o progresso do país, e, portanto, segundo seu entendimento, deveriam ser civilizados. Acreditava ainda que “[...] a classe dominante seria o principal ator da civilização, do aperfeiçoamento social, e da autonomia política nacional através do Estado liberal, o que, consequentemente, levaria a modernidade e ao progresso (MACIEL, 2007, p. 34).

A ideia de uma identidade nacional⁷ que representasse a integração nacional atravessou aspectos econômicos, políticos e socioculturais na formação da jovem república brasileira. Embora o arquivo colonial analisado neste artigo refira-se ao período da década de 1920, é preciso considerar que o mesmo foi publicado no período do Estado Novo, duas décadas após, e seus marcadores são importantes para a compreensão da narrativa ostentada do documento. De acordo com o Souza (2008), o Estado Novo foi o pioneiro na promoção da identidade nacional e passou a cooptar intelectuais para que formulasse propostas de homogeneização da população, tendo como premissa os interesses da elite governamental.

Nesse contexto, Getúlio Vargas acreditava que a identidade nacional era algo que já existia e acompanhava o desenvolvimento histórico do país e, desse modo, transformando-a em um projeto estatal, caberia ao Estado não construí-la, mas encarná-la (SOUZA, 2008). Concebia-se, então, a identidade nacional como algo que deveria ser desejado. É nesse aspecto que a análise Ortiz (1984) traz luz à nossa compreensão, segundo esse sociólogo “[...] a luta pela definição do que seria uma identidade autêntica é uma forma de delimitar as fronteiras de uma política que se procura impor como legítima” (ORTIZ, 1984, p. 9). O discurso seria então que, os interesses de determinados grupos estariam alinhados ao próprio “interesse nacional” e essa integração seria então necessária para o desenvolvimento do país:

“[...] a procura de uma ‘identidade brasileira’ ou de uma ‘memória brasileira’ que seja em sua essência verdadeira é na realidade um falso problema. A questão que se coloca não é de se saber se a identidade ou a memória nacional apreendem ou não os ‘verdadeiros’ valores brasileiros. A pergunta fundamental seria: quem é o artífice desta identidade e desta memória que se querem nacionais? **A que grupos sociais elas se vinculam e a que interesse elas servem?**(ORTIZ, 1984, p.139, grifo nosso).

Essa articulação estava presente na estratégia na condução disciplinadora da Marinha a fim de propulsionar a modernização da atividade pesqueira atendendo os interesses desenvolvimentistas defendidos pelo Estado. Nesta, era preciso que os pescadores acreditassem que os modos de vida e trabalho que ora lhes eram apresentados os habilitariam a condição de cidadãos, aptos para servirem ao país.

6 José Bonifácio de Andrade e Silva ficou conhecido como patriarca da independência do Brasil, no século XIX, e exaltado como fundador da nacionalidade brasileira. Destacou-se por ser o principal ministro de D. Pedro no começo do Império e responsável pela tutela do infante Pedro II, junto a outros conselheiros, no período regencial brasileiro. Político e pensador reformista, Bonifácio propôs na Assembléia Constituinte de 1823 a substituição dos escravos africanos por imigrantes europeus, defendendo sua contestação por princípios morais e religiosos contrários ao regime escravista (ODA, 2006).

7 O debate sobre a formação de identidade nacional brasileira é amplo e possui uma vasta discussão nas ciências sociais brasileiras, dado as limitações do escopo dessa pesquisa não serão aqui aprofundadas. Para melhor discussão, ver *Extrangeiros em sua própria terra: representações do brasileiro 1870/1920* (NAXARA, 1998) e *A construção do homem novo* (GOMES, 1982).

Classificados como atrasados, os costumes, modos de vida e trabalho, corpos, crenças e memórias eram mobilizados na tentativa de supressão pela adoção de práticas modernas e consideradas civilizadas. No horizonte, eram anunciados benefícios de uma modernidade como uma oferta de retirar-lhes das condições de miserabilidade física e moral. O território e as práticas dessas populações passam a ser percebidas enquanto um espaço vazio a ser conquistado, bem como passíveis de executar um projeto de modernização.

COLÔNIAS DE PESCADORES COMO LUGAR DE CIVILIZAÇÃO

Ao retornar à história registrada sobre uma população, se nos deslocarmos de uma perspectiva evolutiva de alcance civilizatório pela superação do que passa a ser considerado primitivo, podemos compreender a complexidade de processos que a compõem. A ideia de conceitos e narrativas que são validadas para toda uma nação, no alcance de um mesmo horizonte não possui um caráter neutro, mas, atua como uma estratégia de colonização, à medida que se impõe uma história universal de dados e significados de uma hegemonia de pensamento. Essas classificações oficiais passam a regular a vida. Nessa perspectiva linear e evolucionista da história, outras formas consideradas não modernas ficam desencaixadas, como não adaptáveis.

É nesta perspectiva que a teoria pós-colonial apresenta-se neste trabalho como um aporte epistemológico de análise desse discurso hegemônico. No entendimento de Miglievich-Ribeiro, ao realizar estudo sobre as linhagens dos estudos pós-coloniais, estes possibilitam o questionamento do pseudouniversalismo que o projeto colonial impôs a outras formas de existência que escapam do modelo hegemônico. Nas palavras da socióloga, “[...] a razão pós-colonial, em termos amplos, na distinção à típica racionalidade moderna-ocidental, recusa explicações totalitárias e unívocas que pretendem um grau de abstração tal a desconsiderar processos históricos e os contextos específicos” (MIGLIEVICH-RIBEIRO, 2018, p.40). Acolhendo o entendimento de Julyeta Paredes, é preciso descolonizar a temporalidade, olhar com olhos de outro tempo, deslocando o paradigma de linearidade que considera um primitivo que padece e um moderno superabundante.

Quando falamos em descolonizar a temporalidade, estamos denunciando que há uma temporalidade colonial, uma concepção “única” e linear do tempo, que se impõe como um fato colonizador recorrente, que arrebata a memória e nos fixa no futuro. Essa visão linear do tempo incorpora em si mesma a idéia de evolução e progresso, do pior ao melhor, do não evoluído para o evoluído, do incivilizado para o civilizado, de subdesenvolvido para desenvolvido, uma corrida pela “evolução”, ou melhor, pela dominação.

(PAREDES, 2014, p.25).

Nas primeiras décadas do século XX, período de incursão da expedição da Missão do Cruzador José Bonifácio, o país vivenciava diferentes paradoxos. O Brasil acabava de sair de um era escravocrata e surgia no horizonte a possibilidade de novas formas de acesso à cidadania e inclusão. Entretanto, o espaço urbano é eleito como o novo lócus das representações dessa modernidade, que, ao mesmo tempo, definia-se por oportunidades de trabalho, mercado, indústria, e, de outro lado, por uma política de exclusão e distanciamento de outras formas de vida e trabalho das diferentes localidades do país, classificadas como estranhas a esse modelo, como os espaços rurais, sertões, zonas florestais (SCHWARCZ, 2012). No cenário mundial, já havia uma difusão de teorias raciais e evolutivas⁸ que

⁸ Para aprofundamento sobre as teorias de raça e ciência no período do Brasil pós-abolição ver: Maio e Santos (1996); Maio e Santos (1996) Hochman e Armus (2004); Diwan (2020). Sobre a discussão da relação das teorias raciais, em curso no período, com a *Missão do Cruzador José Bonifácio* ver CYRINO (2020).

passavam a determinar a Europa moderna como um modelo de civilização, a partir destas, o continente latinoamericano aparecia não apenas distante geograficamente, mas, limitado do alcance ao moderno, era necessário identificar seus entraves e corrigi-los.

Um ser e lugar de civilização como modelo foram ideais que atravessaram o Atlântico e forjaram políticas de modernidade na América Latina. Para classificar o que era considerado civilizado havia de ter um não civilizado, distante e entrave para um modo de vida moderno, a fim de alcançar o progresso de uma nação. Como provoca Mbembe (2004), numa compreensão em que o hemisfério ocidental é o bairro mais civilizado do mundo, no velho mito da supremacia racial, a partir do qual se origina os princípios que podem guiar toda humanidade. Criar civilização, eis a justificativa para colonizar povos e seus territórios, uma autorização para corrigir o que ainda não é totalmente humano, marcada pela diferença como anomalia, uma política de assimilação (MBEMBE, 2004) que converte-ria os diferentes para a civilização, utilizando-se não apenas do argumento biológico racial, mas dos costumes e, através destes, camuflando através de estereótipos, processos cada vez mais excludentes.

Como uma ideia transplantada, a Marinha brasileira trouxe um modelo estrangeiro que passou a determinar como legítimo para o alcance do desenvolvimento nacional. Esse discurso de um ideal de progresso a ser alcançável por essa única via vai lançar às populações tradicionais o estereótipo de atrasados, como também de obstáculos ao progresso do país. O próprio modelo de modernidade capitalista, assumido como ideal pelo projeto desenvolvimentista, vai produzir graves consequências. Essa lógica econômica passa a se sobrepor à lógica da vida comunitária e, nesse sentido, tudo que não se adequava ao moderno era reconhecido como entrave ao desenvolvimento.

Essa empreitada foi previamente elaborada a partir de missões militares, do então Capitão Villar, a partir de viagens exploratórias ao continente europeu, no início dos anos 1910, em especial à França e Bélgica, registrando como era organizado o controle da atividade pesqueira, a expansão das indústrias de pesca e as colônias de pescadores. A partir dessas experiências, Villar esboçou a estratégia de instalação desse modelo, que posteriormente deu origem à Missão do Cruzador José Bonifácio. De inspiração das diretrizes marítimas europeias, as colônias foram criadas desconsiderando as peculiaridades dos modos de vida dos pescadores brasileiros, bem como as distintas especificidades políticas, econômicas e culturais do país.

Os pescadores passaram a ser considerados como reserva naval pela Marinha brasileira, a fim de reforçarem a defesa nacional. Desse modo, para servirem à nação deveriam adotar técnicas modernas de pesca e assumirem valores patriotas. Nessa premissa, a Marinha brasileira foi a grande propulsora dessa modernização da atividade pesqueira, abrindo caminhos para a industrialização do setor na trajetória desenvolvimentista no país. Mas o discurso do pescador como marinheiro, sob a tutela da armada militar, apresentava algumas estratégias. No período da Missão, a Primeira Guerra Mundial (1914 – 1918) acabava de findar, e o mundo vivenciava as tensões do pós-guerra. A Marinha brasileira se preocupava com a presença de estrangeiros na costa brasileira e no controle dos espaços pesqueiros, o que representava para a instituição naval “[...] graves perigos que isso determinaria para a unidade política do país e para a defesa nacional” (VILLAR, 1945, p.23). Havia o interesse em formar esse contingente de novos marinheiros, homens civilizados e aptos a servirem à pátria na defesa nacional, mas, havia também o interesse do controle dos espaços e recursos pesqueiros que, segundo Villar, estavam entregues a uma gente miserável e sem instrução, e, dessa forma, conduzir a economia industrial do país.

Divididas em zonas de pesca, as colônias criadas pela Missão recebiam instruções de valores militares, como o patriotismo e o civismo, além dos símbolos nacionais fixados nas suas instalações, como bandeira nacional e brasões militares. Através das colônias eram disponibilizadas escolas primárias para os filhos de pescadores e também estavam concentrados outros serviços assistenciais, como saúde e acesso a política pesqueira, o que fortaleceu sua condução tutelar. Na narrativa militar, a Missão apresenta-se aos pescadores como uma esperança de retirar-lhes das condições de miserabilidade física e moral, segundo impressões do autor. Para Villar (1945), as colônias eram verdadeiros viveiros de civilização, expressão que remete a um local de experimentação, de observância e controle, através da qual seria possível, “[...] LIBERTAR, SANEAR, INSTRUÍR, EDUCAR E DEFENDER O NOSSO BONISSIMO CABOCLO PRAIANO!” (VILLAR, 1945, destaque do autor). É possível identificar nos registros uma narrativa romanceada dos benefícios que ora eram oferecidos às populações pesqueiras:

Cada colônia que criávamos, cada escola e cada posto de saneamento que instalávamos, enchia-nos a alma de uma alegria nova e intensa, dando-nos a consciência da Obra que estávamos realizando nas praias do Brasil. Estábamos ali erguendo verdadeiros monumentos nacionalistas! (VILLAR, 1945, p.130).

Ao interpelarmos o discurso colonizador, Cesaire (1978) afirma que a colonização não é contato, nem civilização, nem progresso. Tampouco pode ser compreendida como filantropia, como dever divino, ou um recurso necessário para romper com a ignorância. É possível ver que este discurso está centrado em um desprezo pelo outro, a fim de legitimar a sua atuação. Uma vontade urgente de colonização para cessar os problemas existentes nessas populações, das suas condições de vida, de seus hábitos, do seu aspecto “não moderno”. Nas palavras do comandante Villar:

O pescador brasileiro, como homem, como cidadão, como marinheiro e como industrial, só poderá ser útil ao Brasil, enriquecê-lo e defendê-lo, se for realmente um Homem, na justa expressão desse termo, isto é, se deixar de ser analfabeto, se tiver saúde e capacidade profissional e puder ser orientado por um Instituto Oceanográfico devidamente aparelhado para demarcar nossos pesqueiros e desvendar os segredos da nossa riqueza aquática (VILLAR, 1945, p.46).

Ora, em que medida cabe a uma instituição militar, como expressão do poder nacional, determinar quem era o pescador brasileiro, reduzindo a sua existência à adaptação da nova forma de vida apresentada. Assim, o que Cesaire (1978) revela é que a colonização é, em sua essência, *coisificação*, camuflada na promessa de benefícios da modernização, entretanto, ao revés, ela desumaniza. Seu discurso está sustentado em reduzir o outro a um sujeito não audível, incapaz de produzir sua própria história.

Para justificá-lo, passa a ver o outro como selvagem, passando a tratá-lo como tal. Ao colocar o colonizado numa categoria humana inferior, a colonização desumaniza o próprio colonizador, o efeito *ricochete*, absorvendo sua conduta opressora, no caso das populações pesqueiras, de impor uma cultura obrigatória, apropriar-se de territórios e produção, aviltarem suas memórias, de forjar uma outra história sobre esses povos.

Ouço a tempestade, falam-me de progresso <de realizações>, de doenças curadas, de níveis de vida elevados acima de si próprios. Eu, eu falo de sociedade esvaziadas de si próprias, de culturas espezinhadas, de instituições minadas, de terras confiscadas, de religiões assassinadas, de magnificações artísticas manipuladas, de extraordinárias possibilidades suprimidas (CESAIRE, 1978, p.25).

Cesaire (1978) afirma que ninguém coloniza inocentemente, há um claro intento de silenciamento para propagação e manutenção de uma estrutura de poder que legitima a ação colonizadora de uma mudança brusca da história dessas populações para alcançar um padrão de desenvolvimento à custa da supressão, violação e aviltamento de outras culturas.

A FALÁCIA DO DISCURSO COLONIAL: O ESTEREÓTIPO COMO ESTRATÉGIA DE DOMINAÇÃO

Ao sondar as páginas envelhecidas da obra militar que registra a Missão é possível observar como o comandante Villar descreve, de modo estereotipado, o que ele considera como a péssima condição de saúde e miséria em que encontrou os pescadores, enfatizando a falta de instrução. Revela ainda o descontentamento com os costumes dos pescadores, ao constatar que aplicavam métodos de pesca que ele considerava arcaicos, como os reproduzidos por populações indígenas, além de embarcações precárias. Não apenas o modo de trabalho estava atrasado, mas a própria existência dos pescadores era apresentada como errante:

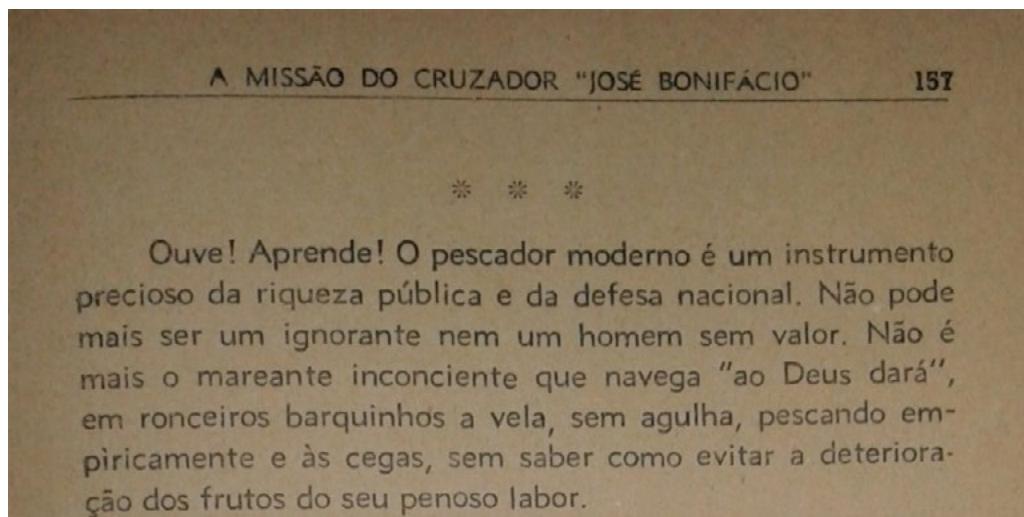
Quem são, em todo o Brasil, os pescadores? São homens inteiramente alheios às conquistas da civilização e do trabalho. Na proporção talvez de 90%, os chamados praianos não sabem ler nem escrever; vivem doentes, esquálidos, demolidos pelas endemias do litoral, pelo alcoolismo e pelos entorpecentes [...] Quem jamais os contou? Formam uma grande população de mais de cem mil viventes morando – por assim dizer – sobre o oceano, em barcos primitivos, empregando os mesmos processos de pesca adotados pelos índios! (VILLAR, 1945, p.46).

Bhabha (1998) afirma como o estereótipo é utilizado como estratégia de poder no discurso colonial, como uma falsa representação social do sujeito, marginalizando-o como alguém dotado de características fixas, presas, embora corruptíveis, que precisam ser corrigidas e controladas. O discurso estereotípico passa então a justificar formas de intervenção normalizadoras, uma governabilidade conivente a exigências políticas e econômicas, estratégias discriminatórias e autoritárias são colocadas como apropriadas.

As marcações desses estereótipos vão estigmatizar os pescadores como um grupo inferior, sustentando a necessidade da condução tutelar do Estado, através das colônias de pescadores. Característica essa que atravessará décadas e refletirá na recusa por parte do Estado em valorizar o saber-fazer dos pescadores. Britto (1999, p.37) esclarece que essa atitude dominante do Estado traduz-se em enquadrar os pescadores artesanais como “[...] um segmento marginal ou desviante do processo de transformação da sociedade brasileira, sob uma perspectiva técnica, econômica ou política”.

De acordo com o Comandante Villar, em cada localidade que a *Missão* atracava, os militares repetiam aos pescadores o “Código de Honra do pescador brasileiro”. A oração é preenchida de termos patriotas, de defesa nacional e reverência à força militar naval. Seus versos ensinam ainda, a importância da mudança do modo de vida “primitivo” para a adoção dos benefícios que a modernização e a instrução técnica oceanográfica poderiam proporcionar-lhes e ao progresso de toda nação.

Figura 3. Palavras de ordem



Registro de imagem: CYRINO, 2018. Fotografia de trecho do Código de Honra do Pescador Brasileiro (VILLAR, 1945, p.157). Acervo pessoal.

A narrativa de Villar é preenchida de expressões caricatas dos modos de vida e trabalho dos pescadores. Percebemos nesses imperiosos versos da Figura 4, como os costumes tradicionais dos pescadores são suprimidos e colocados como não adaptáveis ao novo modelo que ora lhes era apresentado. Essa equivocada visão dicotônica do tradicional e do moderno coloca a atividade artesanal como um entrave ao progresso.

Ora, a política pesqueira estava direcionada a exercer um controle da atividade artesanal. Para alcançar tal objetivo, busca promover o rompimento dos laços sociais característico da sua vida comunitária. O pescador para ser o “marinheiro”, o “industrial”, “o profissional”, “o cidadão”, deverá assumir um novo estilo de vida, do qual a tradição perde espaço na sua constituição enquanto indivíduo. Mais uma vez a liberdade que o Comandante anunciara aos pescadores estava camouflada de admoestaçāo, disciplina e controle dos espaços e recursos pesqueiros para atender os valores modernos defendidos pelo Estado.

Nesse sentido que essa dominação se revela como uma *fantasia colonial* que possui um caráter ambivalente, ao mesmo tempo em que o nativo é progressivamente reformável, ela nega ao colonizado a capacidade de se autogovernar, legitimando, assim, a autoridade do poder colonial.

O objetivo do discurso colonial é apresentar o colonizado como uma população de tipos degenerados com base na origem racial de modo a justificar a conquista e estabelecer sistemas de administração e instrução. Apesar do jogo de poder no interior do discurso colonial e das posicionalidades deslizantes de seus sujeitos (por exemplo, efeitos de classe, gênero, ideologia, formações sociais diferentes, sistemas diversos de colonização, e assim por diante), estou me referindo a uma forma de governabilidade que, ao delimitar uma “nação sujeita”, apropria, dirige e domina suas várias esferas de atividade (BHABHA, 1998, p.111).

A autenticação dessas histórias de exploração (BHABHA, 1999; FANON, 2005) se dá na perspectiva de ter outro olhar sobre as narrativas já constituídas, narradas com uma aparente passividade e necessidade de adaptação dessas populações pesqueiras ao abandono de seus modos de vida. É compreender a história também como representação de poder, como forma de legitimação do uso arbitrário de estratégias políticas e econômicas para um projeto de desenvolvimento excludente. É refletir que as narrativas de estereótipos sobre populações pesqueiras reproduziram e autorizaram explorações subsequentes. Ao classificar os pescadores como “não civilizados”, conseguimos entender o efeito de todo esse poder de nomeação e ação impresso inicialmente pela Marinha e depois por outros órgãos gestores, sobre as vidas e as formas de trabalho dos pescadores artesanais. O Estado, por meio da instituição militar e da positivação da política pesqueira estabeleceu uma relação verticalizada, definindo quem deveria ser o pescador e como este deveria contribuir para o desenvolvimento do país. Nesse sentido, ressalta-se que essas transformações não ocorrereram em um plano imediato. A própria condução tutelar militar vai repercutir gradativamente e, ainda, produz seus efeitos, considerando a persistente centralidade das ações políticas pesqueiras a partir das colônias, a dificuldade do acesso aos direitos garantidos, da prática de assistencialismo e interesses privados.

Ao reexaminar a história, coloca-se em discussão é que o caráter inferior não foi posto pelos pescadores e suas comunidades. O estereótipo de atraso imposto pelo Estado foi reproduzido por um discurso que passou a legitimar o modo de vida europeu, como a representação de civilização. Percebe-se como o movimento de transplantar um modelo de colônia de pesca europeu para o Brasil parece revelar um processo de embranquecimento dos costumes dessas populações, apontado como animalesco seus modos de vida que precisavam ser rapidamente reformados. A instalação das escolas primárias nas colônias de pescadores foi o ápice da realização da empreitada militar, a partir da qual a Marinha lançou a semente como uma promessa de um futuro civilizado, na avaliação do Comandante Frederico Villar. A educação assumida pela instituição militar, desde os primeiros anos de vida escolar, vai reforçar a necessidade do acesso a própria reprodução da memória. Ainda que os uniformes militares revestissem a cor negra da pele dos filhos dos pescadores, eles continuavam negros, não pertencentes ao lugar da modernidade. Era preciso ir além e buscar acessar inclusive a reprodução de suas memórias, como que pudessem cessar um tipo de comportamento inadequado. Não só foram ministrados manuais de conduta como também a projeção de um modelo ideal de vida que pudesse causar estra-

nhamento e vergonha a sua própria condição. Conforme afirma Fanon (2005, p.90), “precisamos ter coragem de dizer: é o racista que cria o inferiorizado”, e a si mesmo se qualificam como representantes mais qualificados de uma civilização.

Percebe-se o alcance de uma nação moderna civilizada e o argumento racial estão relacionados. Ele passa a ser utilizado como eixo central para sustentação dessa estrutura de poder, quando passamos a compreender o significado de “raça” como uma construção política. Ao considerarmos que a raça não existe enquanto uma realidade genética, antropológica, física, (MBEMBE, 2014) seus efeitos seguem reais. Seus significados são fixados numa classificação de cultura, por um regime de verdade que determina hierarquicamente essas diferenças a fim de alcançar uma dominação. São historicamente marcados pelas relações de poder que operam no jogo de semelhança e diferença entre grupos, passando a determinar a conduta humana. É o que Mbembe (2014) chama de *processo de efábulaçāo* do racismo, apresentando como reais e verdadeiras concepções fantasiosas a fim de justificar a sua dominação. Assumindo uma posição de salvaguarda, protetiva para auxiliar aqueles que supostamente têm uma humanidade adormecida, passível de ser ajustada. Um dever de guiá-los, uma *Missão*.

Considerações Finais

As narrativas da obra analisada carregam uma densidade que não é possível olhar apenas em sua superfície. Como corpos, passam a ser classificados como desencaixados de um projeto de nação e precisam ser ajustados. Quem eram esses corpos, e que tipo de interpretação de suas histórias foram registradas? Essas indagações pulsam à medida que a percepção de que valores universais são colocados como determinantes para classificar o *civilizado* e o *não civilizado*, o que é diferente dessa lógica passa a ser tratado como anomalia, que deve ser separada, corrigida, superada e, por vezes, aniquilada.

O que se observa, da complexidade da narrativa, é que essa *modernidade prometida* (CYRINO, 2018) aos pescadores, tal como foi apresentada, revela-se como uma doutrina de nação moderna, um horizonte a partir do qual estes poderiam alcançar um novo modo de vida, que só através dos benefícios do “ser moderno” seriam capazes de concretizar, numa recorrente tentativa de invisibilizar essas populações. Entretanto, o que se percebe é que essa modernidade estava camouflada de admoestaçāo, disciplina, controle dos espaços pesqueiros, condicionada a atender interesses estatais de desenvolvimento do país e a grupos que se beneficiariam com a tecnificação e modernização do setor, como os ligados às indústrias de pesca.

O conhecimento dessa *Missão* e o seu desdobramento prático na mudança engendrada na atividade da pesca nos faz pensar sobre os pescadores. O que nos leva à questão, como eles se manifestaram diante dessa incumbência modernizadora? Não são encontradas no documento as suas falas. Todas as impressões são do comandante, que narra seu ponto de vista acerca de como são os pescadores, nativos descobertos em um novo mundo carente de civilização, descrevendo seus corpos e hábitos, apontando como devem ser e desenvolver seu ofício, para que então possam estar aptos a viver em sociedade e servirem à nação.

De mesmo modo, não podemos atribuir às populações pesqueiras uma passividade diante das amargas experiências as quais esteve sujeita ao longo da história. Nem tampouco, considerarmos esses indivíduos como dotados de uma “identidade pura e estática”, que não se relaciona e nem é construída a partir da experiência vivida. Rompendo assim com a lógica de uma modernidade que só é possível com o afastamento de suas práticas tradicionais, em que a existência de uma precede da supressão da outra. Essa compreensão provoca, como vimos em Bhabha (1998), a reconfigurar a nossa própria compreensão sobre modernidade e tradição, a desafiar as premissas normativas sobre desenvolvimento e progresso. Assim, não se trata do resgate de uma tradição pura e recebida, mas em que os valores culturais são negociados, deslocados, e estratégias de representação e aquisição de poder são reformuladas. “Ao reencenar o passado, este introduz outras temporalidades culturais incomensuráveis na invenção da tradição” (BHABHA, 1998, p.21).

Referências

- ABREU, Berenice. *Jangadeiros: uma corajosa jornada em busca de direitos no Estado Novo*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2012.
- BHABHA, Homi. *O Local da Cultura*. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 1998.
- BRITO, Rosyan Campos de Caldas Britto. *Modernidade e tradição. A construção da identidade social dos pescadores de Arraial do Cabo – RJ*. Niterói: Editora da Universidade Federal Fluminense, 1999
- CÉSAIRE, Aimé. *Discurso sobre o colonialismo*. Prefácio de Mário de Andrade. Sá da Costa Editora: Lisboa, 1978.
- CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. “Aos pescadores, a modernidade!” *Trajetórias da política pesqueira na regulação da pesca artesanal*. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais. Vitória: UFES, 2018.
- _____. Sob o olhar do outro: o experimento do racismo científico nas missões brasileiras de instruir e sanear populações pesqueiras. In: PADILHA, Letícia; MARQUES, Pâmela Marconatto; CYRINO, Carolina; BERNARD, Rebecca. *Brasil e Haiti: Racismo, ciência, lutas históricas e dramas atuais*. Porto Alegre: Editora Fi, 2020.
- COLBARI, Antonia L. *A investida do Estado Novo: Trabalho e Família na Nova Ordem Social*. In: COLBARI, Antonia L. *Ética do Trabalho: a vida familiar na construção da identidade profissional*. São Paulo: Letras e Letras, 1995.
- DIWAN, Pietra. *Raça Pura. Uma história da eugenia no Brasil e no mundo*. 2ed., 5^a reimpressão. São Paulo: Contexto, 2020.
- FANON, Frantz. *Pele negra, máscaras brancas*. Salvador: EDUFBA, 2008.
- GOMES, Ângela Maria Castro. A construção do homem novo. In: Oliveira, Lucia Lippi.; Velloso, Mônica Pimenta; GOMES, Ângela Maria Castro (orgs.). *Estado Novo: Ideologia e Poder*. Rio de Janeiro: Zahar, 1982.
- HOCHMAN, Gilberto; ARMUS, Diego (orgs.). *Cuidar, controlar, curar: ensaios históricos sobre saúde e doença na América Latina e Caribe* [online]. Rio de Janeiro: Editor FIOCRUZ, 2004.
- MACIEL, Fabrício. *O Brasil-Nação como ideologia. A construção retórica e sociopolítica da Identidade Nacional*. São Paulo: Annablume, 2007.
- MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como Questão. História, Ciência e Identidades no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- MAIO, Marcos Chor; RAMOS, Jair de Souza. Entre a riqueza natural e a pobreza humana e os imperativos da civilização, inventa-se o povo brasileiro. In: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (orgs.). *Raça como Questão. História, Ciência e Identidades no Brasil* [online]. Rio de Janeiro: Editora FIOCRUZ, 2010.
- MBEMBE, Achille. *Crítica da razão negra*. Lisboa: Antígona, 2014.
- MIGLIEVICH-RIBEIRO, Adelia. Linhagens pós-coloniais e a possibilidade de ampliação do conhecimento: um debate epistemológico. In: *Sociedade, Conhecimentos e Colonialidade: Olhares Sobre a América Latina*. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2016.
- NAXARA, Marcia Regina Capela. *Estrangeiros em sua própria pátria: representações do brasileiro*. São Paulo: Annablume, 1998.
- ODA, Andre Augusto Inoe. *A guerra das raças: Estudo do pensamento social brasileiro*. Dissertação. Mestrado em Ciências Sociais. Universidade Estadual Paulista, 2006.
- ORTIZ, Renato. *Cultura Brasileira e Identidade Nacional*. São Paulo: Brasiliense, 1984.
- PAREDES, Julyeta. *Descolonizar la temporalidad*. In: *El tejido de la rebeldía: Que és feminismo comunitário*. La paz: 2004.
- SILVA, Catia Antonia da. *Política Pública e território: passado e presente da efetivação de direitos dos pecadores artesanais no Brasil*. Rio de Janeiro: Consequência, 2015.
- SUDEPE. *Plano Nacional de Desenvolvimento da Pesca (1975 – 1979)*. Brasília: Ministério da Agricultura, 1980.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Moderna República Velha: um outro ano de 1922. Revista do Instituto de Estudos Brasileiros. [online]. 2012, n.55, pp.59-88

VARGAS, Getúlio. Fixando nossos objetivos. In: VILLAR, Frederico. A Missão do Cruzador José Bonifácio: Os pescadores na Defesa Nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919 – 1923). Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

VILAR, Frederico. A Missão do Cruzador José Bonifácio: Os pescadores na Defesa Nacional, a nacionalização da pesca e a organização dos seus serviços (1919 – 1923). Rio de Janeiro: Biblioteca Militar, 1945.

Recebido em: 13/10/2019

Aprovado em: 10/05/2021

Como citar este artigo:

CYRINO, Carolina de Oliveira e Silva. Retornando ao arquivo colonial: vestígios civilizatórios na missão militar de instruir e sanear populações pesqueiras no Brasil. Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 672-685.

Desafios da democratização em Moçambique (1990-2014): uma análise crítica da geopolítica nacional

Albino Massimaculo¹

Óscar Morais Fernando Namuholopa²

Dijaci David de Oliveira³

Resumo: O artigo examina o processo de democratização em Moçambique, desde a aprovação da primeira Constituição multipartidária em 1990 até as últimas eleições gerais realizadas em 2014. Mais concretamente, mediante revisão bibliográfica e documental, analisa-se criticamente o ambiente geopolítico nacional que caracterizou as eleições gerais de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014. O argumento central que serve de sustentação do nosso texto é que, embora periodicamente se realizem eleições no país, decorridos mais de vinte anos após a promulgação da primeira Constituição multipartidária, há ainda muitos desafios a serem enfrentados no que concerne à construção de um Estado de Direito Democrático.

Palavras-chave: Eleições, Democratização, Moçambique, oposição, partidos políticos.

Challenges of democratization in Mozambique (1990-2014): a national geopolitical critical analysis

Abstract: *The article examines the democratization process in Mozambique, from the approval of the first multiparty Constitution in 1990 up to the last general elections in 2014. More precisely, through literature review and document analysis, a critical analysis of the geopolitical environment that characterized the 1994, 1999, 2004, 2009 and 2014 general elections is carried out. The main argument that supports our paper is that, although elections do periodically take place in the country, after more than 20 years since the promulgation of the first Multiparty Constitution, there are still many challenges to address with regards to the building of a democratic rule of law.*

Keywords: *Elections, Democratization, Mozambique, opposition, political parties.*

Desafíos de la democratización en Mozambique (1990-2014): un análisis crítico de la geopolítica nacional

Resumen: El artículo examina el proceso de democratización en Mozambique, desde la aprobación de la primera Constitución multipartidista en 1990 hasta las últimas elecciones generales celebradas en 2014. Más concretamente, a través de una revisión bibliográfica y documental, se analiza críticamente el entorno geopolítico

¹ Instituto Superior de Transporte, Turismo e Comunicação da Universidade Rovuma (UniRovuma) - Nacala - Moçambique - amassimaculo@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0001-6957-9151>

² Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia – Brasil / Professor da rede pública na Província de Niassa-Moçambique - oscar-namuholopaa@gmail.com Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-5551-6085>

³ Universidade Federal de Goiás (UFG) – Goiânia – Brasil - dijaci@ufg.br - Orcid: <https://orcid.org/0000-0002-8975-2190>

nacional que caracterizó las elecciones generales de 1994, 1999, 2004, 2009 y 2014. El argumento central que sirve de sustentación de nuestro texto es que, aunque periódicamente se realicen elecciones en el País, decorridos más de 20 años después de la promulgación de la primera Constitución multipartidista, aún quedan muchos desafíos por enfrentar en términos de construcción de un Estado de derecho democrático.

Palabras clave: Elecciones, Democratización, Mozambique, oposición, partidos políticos.

INTRODUÇÃO

Em Moçambique, decorridos mais de vinte anos após a promulgação da primeira Constituição multipartidária, há ainda muitos desafios⁴ a serem enfrentados no que concerne à construção de Estado de Direito Democrático. Durante esse período, a convivência entre os partidos políticos com assentos no Parlamento – RENAMO, FRELIMO e MDM – efetuou-se num clima de desconfiança mútua e de tensões políticas extremas, principalmente nos períodos que antecederam os pleitos eleitorais. Nesse sentido, apesar de o país possuir um quadro legislativo que indica a existência do Estado de Direito Democrático, há deficiências na sua implementação, em consequência dos fatores históricos, culturais e institucionais que ainda prevalecem (Lalá; Ostheimer, 2004).

De acordo com Brito (2014), em Moçambique, o caráter autoritário no campo político herdado do período da governação monopartidária, que se manifesta pela ditadura de voto do partido no poder, e sua hegemonia no Parlamento nacional, que sempre contou com a maioria absoluta, constituem obstáculos para livre expressão de opiniões, interesses e demandas, tanto individuais como coletivos, e isso é agravado pelo controle absoluto sobre os principais meios de comunicação públicos (Rádio Moçambique, Televisão de Moçambique, *Jornal Notícias* e *Jornal Domingo*). É nesse contexto que propomos examinar as principais nuances do processo de democratização moçambicano, desde a aprovação da primeira Constituição multipartidária até as últimas eleições gerais. Concretamente, pretendemos descrever criticamente o ambiente geopolítico nacional que caracterizou as eleições gerais de 1994, 1999, 2004, 2009 e 2014.

Esta escolha justifica-se por se tratar de uma temática que arrasta diversas opiniões tanto da comunidade acadêmica nacional como da sociedade civil em geral. Em termos metodológicos, efetuamos a pesquisa documental. A nossa análise contou ainda com a revisão bibliográfica de trabalhos de alguns estudiosos sobre o processo de democratização em Moçambique que abrange o período de 1994 a 2014.⁵ Em termos de estrutura, o artigo busca, num primeiro momento, situar o contexto sociopolítico vivido no período colonial e pós-independência e, na sequência, a análise crítica da agenda política sobre o processo de democratização em Moçambique.

1. Do período colonial à Proclamação da Independência política

A partir de 1885, ano em que terminou a conferência de Berlim, seguida de ocupação efetiva do território, até 7 de setembro de 1974, data da realização dos acordos de Lusaka,⁶ Moçambique esteve sob dominação colonial portuguesa. Relativamente ao contexto sociopolítico desse período, é neces-

4 Entre muitos desafios a serem enfrentados em Moçambique no concernente à construção do Estado de Direito Democrático, alguns são descritos no item 3.

5 Entre os trabalhos destes estudiosos destacam-se os seguintes: Cuco (2016); Brito (2009, 2014, 2017), Brito *et al.* (2015); Forquilha (2014); Mazula *et al.* (1995); Nuvunga (2007); Tollenaere (2006), além de outros.

6 Estes acordos realizados em 7 de setembro de 1974 tiveram lugar na capital zambiana, Lusaka, e visavam pôr termo ao conflito entre o Estado português e a FRELIMO, assim como a constituição do governo de transição, que foi responsável pela direção do país até a Proclamação da Independência política, em 25 de junho de 1975.

sário referir que, na condição de uma colônia, o território que hoje se constituiu, pelo menos do ponto de vista político, como um país independente, permaneceu sob domínio do regime fascista colonial (Lalá; Ostheimer, 2004). Quanto à estrutura social, os moçambicanos se encontravam divididos em dois principais estratos: assimilados⁷ e indígenas⁸ (Mondlane, 1969).

Em Moçambique, do ponto de vista da evolução econômica do período colonial, distinguem-se dois principais momentos (Brito *et al.*, 2015): a) desde finais do século XIX ao fim da Segunda Guerra Mundial; b) segunda metade dos anos de 1940 até a independência política, em 1975.

Enquanto o primeiro momento foi caracterizado pela integração de Moçambique na economia capitalista regional e no fornecimento de matérias-primas para as indústrias europeias, o segundo momento teve como característica principal o incremento das indústrias de transformação das matérias-primas em produtos diretamente consumíveis, de forma a reduzir as suas importações (Brito *et al.*, 2015). No entanto, tanto no primeiro momento quanto no segundo, foi notória a presença em número cada vez mais crescente da população de origem europeia (principalmente de origem portuguesa) e asiática (em especial de origem india). Era essa população que, juntamente com os assimilados, constituía o estrato social elitista da população na então colônia portuguesa de Moçambique. No que tange à evolução do colonialismo português em Moçambique, Mosca (1999: 35-36) assim sustenta:

O desenvolvimento e as transformações do modelo colonial eram realizados salvaguardando sempre a centralidade do padrão de acumulação nos “setores modernos” da economia, cujos agentes econômicos eram quase totalmente formados por estrangeiros e localizados principalmente na metrópole. Este pressuposto assumiu em cada fase objetivos distintos: enquanto na primeira se pretendia fundamentalmente maximizar a transferência de recursos para metrópole, na fase final começava a existir um dilema entre o objetivo anterior com a necessidade de criar uma burguesia dominante branca com raízes locais e a promoção de uma burguesia negra que constituiriam os suportes de uma estratégia de colonização.

Com efeito, essa estratégia de atuação do regime colonial português, aliada ao despertar do nacionalismo em Moçambique e ao alvorecer das independências políticas nas colônias inglesas e francesas, na época, serviu de catalisador para a formação da FRELIMO em 1962, mas também de início da luta de libertação nacional em 1964, que terminou com acordos de Lusaka em 1974 e, posteriormente, a Proclamação da Independência política em 1975. Nesse sentido, Paredes (2014) fala do caráter consensual da centralidade da FRELIMO na organização e direção de todo processo de luta de libertação nacional em Moçambique.

Essa FRELIMO, formada na Tanzânia por meio da união de três movimentos de luta anticolonial preexistentes – a União Africana de Moçambique Independente (UNAMI), a Mozambique African National Union (MANU) e a União Democrática Nacional de Moçambique (UDENAMO)⁹ (Cucó, 2016) – foi liderada por Eduardo Chivambo Mondlane, primeiro presidente do movimento, que mor-

7 Os assimilados eram um pequeno número de moçambicanos que, uma vez renunciados os seus próprios *modus vivendi*, adotavam a cultura portuguesa (Mondlane, 1969).

8 Segundo o Decreto-Lei nº 3.966, de 20 de maio de 1954, do Estado colonial Português, o indígena era todo o indivíduo de raça negra ou seus descendentes que, vivendo nas colônias, ainda não possuíam requisitos culturais da cidadania portuguesa.

9 O primeiro movimento foi fundado em 1961 por alguns emigrantes moçambicanos que viviam na condição de refugiados no território Malauiano sob a proteção do Malaui Congress Party. O segundo foi fundado em 1959 por outros emigrantes moçambicanos que também viviam como refugiados no então território de Tanganyka (particularmente em Zanzibar) e no Quênia com apoio da Tanganyka African National Union. O último foi fundado em Zimbabué (1960) por emigrantes moçambicanos que viviam no então território Rodesiano na condição de refugiados, tendo sido apoiados pelo Zimbabué Afircan People's Union (Cabaço, 2007).

reu em fevereiro de 1969, na Tanzânia, vítima de uma carta-bomba. Depois da morte deste, num ambiente de extrema crise política, mediante o Comitê Central da FRELIMO, a direção do movimento foi entregue a Samora Moisés Machel, oriundo da ala militar. Sobre a crise política que abalou o movimento após a morte do seu primeiro presidente, Ngoenha (2013:157-158) assim observa:

A História política de Moçambique não conheceu muitas fases de consenso. O primeiro grande consenso foi a vontade de independência, e esta, resultado da aglutinação dos movimentos nacionalistas e a criação da FRELIMO. Ora esse movimento, desde o início, teve seus dissensos e mesmo os seus dissidentes [...] que não se identificaram ou não aceitaram as lideranças.

Não houve consenso quanto aos objetivos da independência: uns queriam libertar zonas ou províncias, outros, o espaço total da colonização portuguesa, nem quanto aos meios: estes pautavam por ações pacíficas, aqueles priorizavam a luta armada, nem quanto à ideologia que devia nortear a luta de libertação: estes, por histórias pessoais e percursos biográficos, optavam por ideologias da esquerda, aqueles, por sistemas que se queriam liberais; havia ainda os que eram sem ideologia. Não houve consenso quanto aos objetivos. Esta diversidade levou a conflitos dentro da FRELIMO que se traduziram em assassinatos, abandonos e emergência daquilo que a linhagem política da primeira república chamou de reacionários.

Portanto, tal como antes da morte de Eduardo Chivambo Mondlane, depois da sua morte, os conflitos internos sempre foram frequentes. Cabaço (2007) corrobora com Ngoenha e afirma que as divergências internas tiveram fortes impactos na vida da organização e levaram alguns quadros importantes a abandonarem o movimento, ou a serem acusados de reacionários.

Com vistas à derrocada final da dominação colonial portuguesa em Moçambique, foi feita, após a morte de Mondlane, uma série de mudanças, das quais Paredes (2014) considera como a mais significativa a indicação de Samora Moisés Machel para a direção da FRELIMO.

O culminar de todo o processo de luta armada foi a Proclamação da Independência política nacional, em 25 de junho de 1975, sob égide de Samora Moisés Machel, seu primeiro presidente. O país recém-independente seria constituído como uma República Popular de Moçambique, com o poder centralizado.

2. Do regime pós-independência ao conflito armado

Com a Proclamação da Independência nacional, o movimento que conduziu a luta de liberação nacional formou um governo em substituição do regime colonial, sem que para tal fosse necessária a manifestação do princípio democrático de liberdade de escolha do povo entre as forças vivas que seriam constituídas para esse fim.

No entanto, a FRELIMO continuou como um movimento até 1977, altura em que formalizou o seu estatuto de partido político e a sua linha de orientação política, assente na base da ideologia marxista-leninista, por meio de decisões saídas do 3º Congresso, realizado em fevereiro desse mesmo ano. O 3º Congresso da FRELIMO tornou-se assim um marco importante no seio dessa organização e de Moçambique em geral, visto que dele, entre outras deliberações, resultou a opção ao “socialismo”, ao modelo de regime de partido único e à centralização do poder que reinou durante quinze anos.

No entanto, as tendências de orientação socialista foram criadas ainda durante a luta armada por intermédio das relações e apoio multiforme prestado pelos países socialistas na época. Afinal, seria uma incoerência a FRELIMO optar por um regime diferente, com o qual não tivera relações nem

apoio (Newitt, 2012; Brito, 2009). Por conseguinte, com a adoção do “socialismo”, estavam criadas as condições para que a FRELIMO continuasse a cooperar com esses países de então orientação socialista (principalmente a antiga URSS, Cuba e a China Popular), eternos inimigos do capitalismo. De acordo com Joaquim Maloa (2011), na sequência das decisões do 3º Congresso, em março de 1977, Moçambique e a URSS assinam um acordo de comércio e cooperação. Após a FRELIMO auto-proclamar-se marxista-leninista, de acordo com a fonte, o volume de ajuda da URSS a Moçambique aumentou consideravelmente.

É importante realçar que o desejo dos guerrilheiros da FRELIMO era alcançar a independência política nacional, criar um regime de partido único assente na aliança entre operários e camponeses. Foi nesse esforço que muitas das decisões tomadas no 3º Congresso vieram refletir-se nesse desejo, como a seguir Cuco (2016: 145) nos faz perceber, ao assim referir:

Estava claro que desde a declaração da independência do país, em 1975, a FRELIMO não iria optar pelo pluralismo partidário, ou seja, iria optar por pseudotodo sartoriano, que consiste na ausência de diversificação do poder. Todo poder ir-se-ia concentrar num único partido.

No entanto, essa “ausência de diversificação” do poder, ou seja, a centralização e hegemonização do poder, perdurou durante todo período da primeira República (1975-1990).

A Constituição de 1975, aprovada às vésperas da Proclamação da Independência nacional e que foi sendo aperfeiçoada com o tempo, consagrava a FRELIMO como a força dirigente do Estado e da sociedade moçambicana. Assim, o artigo 3º dessa Constituição legitimava essa ausência de “diversificação do poder”, ao preconizar que “[...] a FRELIMO traça a orientação política básica do Estado e dirige e supervisiona a ação dos órgãos estatais a fim de assegurar a conformidade da política do Estado com os interesses do povo” (Moçambique, 1975). Desse modo, a FRELIMO constituía a única força política nacional que definia as estratégias políticas, econômicas e sociais. O Congresso, o Comitê Central e o Bureau Político do Partido eram os órgãos mais importantes que decidiam sobre as relevantes matérias da vida do país, cabendo aos órgãos do estado simplesmente a sua chancela.

O novo governo de Moçambique estabelecido após a independência herdou o território formado na base das ambições coloniais que em nada correspondia a uma nação constituída sob os aspectos culturais (língua e princípios psicológicos) que justificassem a unicidade territorial. Nisso, inversamente, o Estado envidou esforços no sentido de criar uma nação moçambicana, baseando-se, unicamente, nos valores históricos do território. Portanto, a nação moçambicana a ser criada deveria carregar os valores de um movimento revolucionário que se afirmava como “socialista” e que, ao mesmo tempo, mesclava-se aos valores do colonialismo (língua, exclusão, repressão etc.), contudo, estranhos aos moçambicanos.

Para pôr em evidência o projeto da nação emergente, o governo tomou uma série de medidas, entre as quais a figura do homem novo. A imagem do chamado “homem novo”, segundo os seus arquitetos, seria um homem livre do obscurantismo, da superstição, do tribalismo, da mentalidade burguesa e colonial e de outros males que poderiam perigar as conquistas até então conseguidas; um homem formado na forja do “socialismo” (Gómez, 1999; Cabaço, 2007). O “homem novo”, de acordo com Cabaço (2007), teve como principal base de treinamento e laboratório experimental Nachingueia (Tanzânia), onde a FRELIMO teve o seu centro de preparação político militar durante a luta de libertação.

No contexto da nova sociedade, as realidades culturais africanas foram proibidas de se manifestar e foram adotadas medidas duras para o seu controle e combate. No entanto, a medida promoveu sobre-tudo a cultura da sociedade socialista, que passaria a ser assumida como identidade obrigatória dos moçambicanos, cuja difusão estava encarregada à educação escolar.

Concomitante ao 3º Congresso (1977), que deliberou sobre a criação de órgãos de base do poder democrático popular, foram realizadas as primeiras eleições monopartidárias para candidatos a membros das assembleias. Para essas eleições não foi chamada toda a população para decidir, mas apenas membros e simpatizantes do partido FRELIMO, como a seguir testemunha Newitt (2012: 468):

No entanto, algumas pessoas ficavam excluídas à partida da eleição, entre elas os tradicionais chefes e *régulos* que tinham ocupado cargos no regime colonial; gerou-se enorme tensão em algumas zonas onde os líderes “naturais” da comunidade eram substituídos por pessoas nomeadas pelo partido, sem qualquer posição local.

Essa tendência só contribuiu para separar ainda mais as estruturas linhageiras de legitimidade tribal e as autoridades governamentais investidas na sequência da independência nacional. Tendo em conta que as autoridades tradicionais gozam de uma representação e reputação local, acreditamos que a medida do governo contribuiu para criar mais oponentes que apoiadores do regime, deixando as portas abertas para fissuras no seio da sociedade moçambicana, além de aumento crescente das contradições entre o Estado/Partido e diferentes setores sociais.

O poder popular estava representado pelas assembleias e havia duas designações: Assembleias do Povo e Assembleia Popular. A primeira era referente às Assembleias do nível provincial, distrital e de localidade, e a segunda, à Assembleia nacional. Essas Assembleias eram órgãos de apoio ao partido FRELIMO. Em termos de competências, cabia à Assembleia Popular legislar sobre assuntos de âmbito nacional, sobre a política interna e externa e fiscalizar e supervisionar as atividades do aparelho do Estado. Quanto às Assembleias do povo, tinham apenas a responsabilidade de debater assuntos da sua área jurisdicional (Gómez, 1999).

Os representantes dessas Assembleias eram eleitos nas conferências de escalão imediatamente inferior. Ao serem criadas as assembleias, a intenção era desconcentrar o poder dos processos de tomada de decisão, porém, por conta do monopartidarismo, o poder continuava concentrado. O presidente da Assembleia Popular era, igualmente, Presidente do partido FRELIMO e da República; o Presidente da Assembleia Provincial era, simultaneamente, o governador e primeiro-secretário do Partido, e assim se sucedia com as demais assembleias de escalão inferior (Gómez, 1999; Brito, 2009). Com essa concentração de poderes, pode-se perguntar até que ponto o objetivo pelo qual foram criadas as assembleias – o de fiscalizar e supervisionar as atividades do Estado – era de fato efetivo, uma vez que o executor era simultaneamente o supervisor e fiscalizador.

Durante esse período de governo do partido único e de regime “socialista”, os direitos foram limitados, as liberdades foram aparentes e a repressão evidente. Na senda do combate ao obscurantismo e ao tradicionalismo visando promover o “homem novo”, foram proibidas as manifestações culturais típicas dos africanos¹⁰ e criados mecanismos para punir quem as praticasse, ao mesmo tempo em que a língua portuguesa foi promovida como a língua oficial e de uso obrigatório nas instituições de ensino. O objetivo era combater o tribalismo e o regionalismo e promover o chamado projeto de unidade nacional.

Essas, entre outras situações, foram aproveitadas para justificar o conflito armado que eclodiu logo depois da independência do país. O regime que teria sido o único entre os países circunvizinhos enfrentou resistências internas e externas. De fato, o grupo de dissidentes que desencadeou o conflito teve suas bases de apoio em alguns desses países. Esse grupo de dissidentes que esteve na origem da Mozambican National Resistance (MNR), ou seja, Resistência Nacional Moçambicana (RENAMO), contou com o apoio de alguns países da região com fortes influências do capitalismo (África do Sul

10 É o caso dos ritos de iniciação que durante muito tempo funcionaram como uma força para a preparação dos homens e mulheres, socialmente valentes, e que possuía um significado simbólico importante para as comunidades.

e a Rodésia do Sul). O movimento que se autoafirma surgiu em 1977¹¹ constituiu, inicialmente, suas bases em territórios vizinhos. Os insurgentes justificaram as suas ações na reivindicação dos direitos democráticos. Os seus primeiros integrantes foram alguns antigos oficiais do exército das Forças Populares de Libertação de Moçambique (FPLM), que, pelas razões há pouco mencionadas, desertaram das fileiras da FRELIMO para se juntarem ao grupo em formação.

No território nacional, o movimento teve o seu epicentro na Região Central do país, onde encontrou a maior parte de seus apoiadores. Da serra da Gorongosa, na Província de Sofala, na qual instalou o seu quartel-general, rapidamente se expandiu por quase toda região norte e sul do país, onde recrutava e treinava jovens, engrossando, desse modo, o seu efetivo militar, muito embora prevalecesse a hegemonia *ndau*¹² nas suas forças de liderança. Inicialmente, não estava claro o seu alvo, além do que destruíam tudo quanto encontrassem, razão por que eram designados de “bandidos armados”. Assim refere Newitt (2012: 488):

Quando entravam numa zona, o seu alvo principal era o pessoal e quaisquer edifícios ou instalações ligadas ao governo. A escolha desses alvos destinava-se a destruir toda a confiança ou crença na eficácia do governo como organização capaz, protetora ou benficiante. Os seus alvos secundários eram as instalações econômicas que iam desde pontes, cabos de energia e caminhos-de-ferro a fábricas, oficinas e instalações fabris de toda a espécie.

Essas ações brutais e de terror levaram a população a uma situação de dura realidade, associada à situação econômica do país pós-independência. A manifestação do grupo rebelde ora descrita forçou a hipótese de se tratar de um simples movimento de desestabilização para enfraquecer os propósitos da independência e de representar os interesses dos capitalistas despojados de Moçambique.

As ações para desacreditar o sistema e o governo junto dos seus parceiros de cooperação incluíam a sabotagem de infraestruturas de capitais internacionais, a exemplo do sistema de transporte de energia da hidroelétrica de Cahora-Bassa, na Província de Tete, e do rapto de estrangeiros, parte dos quais mortos, como aconteceu com os russos das minas de Murrua, no Distrito do Ile, Província da Zambézia, em 1983 (Ferrão, 2002; Newitt, 2012).

Se no início não era evidente um projeto político, a verdade é que nos princípios dos anos 1980 começou a ser notória uma tendência de transformar o movimento de guerrilha em partido político. Desde então, a RENAMO começou a constituir suas representações na diáspora, como em Portugal, na Alemanha Federativa e nos Estados Unidos da América. A realização do congresso da RENAMO que legitimou o seu segundo comandante-chefe que sucedeu a André Matsangaissa, Afonso Macacho Marceta Dhlakama, seu presidente, viinformaçoria a complementar essa tendência de se tornar um movimento político.

A conjuntura interna e internacional¹³ levou o governo de Samora Machel a aproximar-se do Ocidente, e isso passaria, antes de tudo, pela necessidade de se aproximar também dos resistentes, com vistas ao alcance da paz. A morte de Machel (em 19 de outubro de 1986) e o fracasso do regime “Socialista” que

11 Algumas fontes indicam que o movimento foi formado um pouco antes da independência, em 1974, por agentes secretos rodesianos e pelos agentes dissidentes da Polícia Política Portuguesa e de outras forças especiais depois dos acordos de Lusaka (Ferrão, 2002).

12 Trata-se de um grupo etnolinguístico localizado no centro do país (principalmente nas províncias de Sofala e Manica) da pertença dos principais fundadores da RENAMO.

13 No princípio dos anos 1980, Moçambique sofreu uma crise de abastecimento causada pela seca, guerra e do isolamento de Moçambique na região. A situação foi agravada pela crise econômica da URSS, que condicionou a redução da ajuda da União Soviética à Moçambique. A crise em Moçambique atingiu uma situação de calamidade. Sem rumo, e porque, apesar de ser um país Socialista, viu o seu pedido de ingresso no Conselho para Assistência Econômica Mútua (COMECON) recusado em 1981, Moçambique decide buscar novos aliados, aproximando-se do Ocidente (Maloa, 2011; Newitt, 2012; Hanlon, 1997).

a FRELIMO tentou implementar levaram o seu sucessor, Joaquim Chissano, a empreender reformas políticas, condições para a adesão de Moçambique às instituições internacionais como o Fundo Monetário Internacional (FMI), cujo aceite ocorreu em 1984, e do Banco Mundial BM), e a encontrar a paz com a RENAMO.

No quadro dessas mudanças, para responder às imposições do FMI e do Banco Mundial e diante das exigências para a canalização de apoio humanitário para fazer face à crise econômica e atrair investimentos, Moçambique realiza reformas na sua estrutura econômica. O governo foi imposto a criar condições para a expansão do setor privado mediante processos cada vez mais competitivos. Assim, as reformas que tinham sido iniciadas após o 4º Congresso de 1983 culminaram com a aprovação, em 1987, do Programa de Reabilitação Econômica (PRE), que, em 1989, quando incorporou a componente social, passou a ser Programa de Reabilitação Econômica e Social (PRES) (Hanlon, 1997). Moçambique passava, assim, da economia de planificação centralizada ao neoliberalismo.

3. Do nascimento do Estado de Direito Democrático aos desafios da democratização em Moçambique

Em Moçambique, o processo de transição democrática começa com as mudanças internacionais de correlação de forças a partir de 1990. Essas mudanças de correlação de forças, em nível internacional, que culminaram com a desintegração da então União das Repúblicas Soviéticas e o agravamento das lutas intestinas, precipitaram a promulgação da primeira Constituição multipartidária em 1990 e a realização periódica de eleições gerais a partir de 1994. É esse quadro político-constitucional que marcou o início de um novo período na história de Moçambique pós-independente: o período da segunda República.

Para Lalá e Ostheimer (2004), os acordos de paz firmados em 1992 entre o governo de Moçambique e a RENAMO alavancaram o início do processo de transição democrática. Assim, depois de muitos anos de guerras intestinas, de domínio de partido único na cena política nacional e de ausência de liberdades democráticas fundamentais para o exercício pleno da cidadania, as primeiras eleições multipartidárias realizadas em 1994 não só marcaram formalmente o fim da guerra civil, como constituíram, igualmente, o passo inicial no caminho tortuoso rumo à estabilidade política e à implementação de estruturas democráticas” (Lalá; Ostheimer, 2004: 8).

Para se entender o processo de transição democrática em Moçambique é importante, mesmo sem o recurso às suas múltiplas teorias, a explicação dos contornos do termo democracia. Nessa perspectiva, Baquero e Castro (1996), reconhecendo o caráter polissêmico do termo, para sua compreensão, encontraram como saída a divisão analítica em duas perspectivas que, amiúde, não são exclusivas entre si: uma perspectiva que prioriza seus aspectos formais, ou seja, suas singularidades, e outra que se centraliza em sua essência ou conteúdo. Quanto à perspectiva que prioriza aspectos formais, os autores concebem que o conceito de democracia se limita “[...] basicamente às suas regras, aos seus procedimentos e aos seus ritos”. E na outra vertente, ou seja, o conceito centrado no conteúdo, olha-se a democracia “[...] como princípios a serem seguidos ou respeitados”, o que significa que:

[...] mais que saber ou estudar como funciona uma democracia real ou procurar listar requisitos mínimos que a caracterizariam, importaria definir ou caracterizar os seus limites substantivos. Dito de outra forma, a democracia não se limitaria à existência de determinadas regras, procedimentos e ritos, mas à qualidade a ela inerente. (Baquero; Castro, 1996: 14-13).

Olhando para esse campo teórico polissêmico da democracia, Bobbio (2000: 22) adverte que nos atemos ao que designa de definição minimalista, a qual privilegia “[...] regras de procedimentos para a formação de decisões coletivas, em que está prevista e facilitada a participação mais ampla possível dos interessados”, na medida em que aproxima a tradição clássica do termo: o governo das leis (Bobbio, 2000). No entanto, Baquero e Castro (1996) recomendam que, atualmente, para se aferir um entendimento

mento global do conceito de democracia, é necessário examinar conjuntamente os aspectos formais e de conteúdo. Nessa perspectiva, para o caso de Moçambique, a compreensão das nuances do processo da sua democratização exige não apenas o entendimento das regras, dos procedimentos, enfim, dos seus rituais, como também a compreensão da qualidade com que se reveste ou está se revestindo esse processo de transição democrática. Nesse contexto, globalmente, verifica-se que:

Presentemente, na linha de reflexão sobre a qualidade democrática, uma das preocupações dos cientistas políticos se orienta no sentido de tentar explicar o mau funcionamento dos regimes democráticos considerando a dimensão social, pois, embora a economia mostre uma razoável estabilidade e avanços na redução da pobreza concomitantemente ao crescimento econômico tenham sido verificados, não se constata a criação de estruturas sociais mais justas. (Baquero, 2008: 382).

Fica clara a importância da análise da qualidade dos processos democráticos por meio do desempenho de seus principais atores: governos e suas principais instituições, partidos políticos e, no geral, a sociedade civil. Assim, num estudo sobre a evolução política de Moçambique pós-independente, Brito *et al.* (2015:7) constataram a existência duma tradição política autoritária “[...] tanto sob o regime de partido único, que durou desde a independência em 1975 até 1990, como no período que se seguiu à introdução do multipartidarismo e ao fim da guerra civil”. Dando continuidade, os autores escreveram:

Na verdade, depois de um breve período de enfraquecimento e hesitação durante os anos que se seguiram ao Acordo Geral de Paz e às primeiras eleições multipartidárias, a FRELIMO optou, a partir de 2002, por reforçar o modelo de partido-Estado que se tinha desenvolvido durante o período monopartidário. Neste sentido, foi reconstituída a rede de células e comitês do partido em todo o aparelho de Estado (incluindo as Forças de Defesa e Segurança) desde o nível central até ao local e foi reativado o princípio de prestação de contas dos dirigentes estatais aos dirigentes partidários da FRELIMO aos diferentes níveis. (Brito *et al.*, 2015: 7).

Como se pode constatar por essa fala, há um evidente entrelaçamento entre práticas privadas (relativas ao partido da FRELIMO, tais com sua reorganização), mas também práticas que demonstram o desejo de controle social e estatal pela força, como referido no trecho anterior. Ademais, nessa tentativa de transfiguração do Partido FRELIMO, Forquilha (2014: 73) assim observou:

Na realidade, a implantação de celulas partidárias nas instituições públicas não é o único elemento que cristaliza o caráter inacabado da transição interna da FRELIMO, de um partido-Estado para um partido que se conforma com as regras de funcionamento de partidos políticos num contexto de construção democrática. Dentro dos próprios estatutos da FRELIMO há outros aspectos que traduzem uma lógica de colocação do partido acima do Estado, particularmente em matéria de responsabilidade dos eleitos e executivos.

Esta postura da FRELIMO de se colocar acima do Estado mostra o seu caráter excluente nos processos decisórios da vida política do país. Como defendeu Mouffe (2005), uma das funções da política é, contra todas as adversidades, conflitos e diversidades, buscar a unidade. Portanto, no lugar de fazer o campo político como espaço de inimizades e querelas, é preciso criar “um *nós* em oposição a um *elos*” (Mouffe, 2005: 20). No entanto, paradoxalmente, em Moçambique, os partidos da oposição são considerados como inimigos políticos no verdadeiro sentido da palavra e as ideias vindas da oposição nada valem (Melo; Material; Azevedo-Harman, 2015).

Do ponto de vista do pluralismo agonístico defendido por Mouffe (2005: 20), a finalidade da política democrática reside em:

[...] construir o “eles” de tal modo que não sejam percebidos como inimigos a serem destruídos, mas como adversários, ou seja, pessoas cujas ideias são combatidas, mas cujo direito de defender tais ideias não é colocado em questão. Esse é o verdadeiro sentido da tolerância liberal-democrática, a qual não requer a condescendência para com as ideias que opomos, ou indiferença diante de pontos de visita com os quais discordamos, mas requer, sim, que tratemos aqueles que os defendem como opositores legítimos.

No entanto, o autor assim reconhece:

A categoria de “adversário”, todavia, não elimina o antagonismo e ela deve ser distinguida da noção liberal do competidor com que ela é identificada algumas vezes. Um adversário é um inimigo, mas um inimigo legítimo, com quem temos alguma base comum, em virtude de termos uma adesão compartilhada aos princípios ético-políticos da democracia liberal: a liberdade e igualdade. (Mouffe, 2005: 20).

Num trabalho desenvolvido por Brito *et al.* (2015: 8), é visível essa indiferença quanto à observância de princípios de convivência democrática pela FRELIMO, uma vez que, ao ignorar a criação de um “nós”, os autores constataram que, embora se verifique tendência de [...] tolerar formalmente os partidos políticos e as estruturas formais da democracia multipartidária, a FRELIMO considera os partidos de oposição como politicamente ilegítimos” e, desse modo, seus membros como inimigos a serem fisicamente abatidos em cada pleito eleitoral. Por exemplo, autores como Melo, Material e Azevedo-Harman (2015: 36) assim observaram:

A criação de Células do partido FRELIMO nas instituições públicas deixa o Estado democrático menos eficiente, torna a instituição controlada pela Célula, torna o Estado politicizado, fechado a si mesmo, no sentido de que não se abre a outros atores, torna-o excludente, menos pluralista e menos tolerante a outros atores com maior destaque a partidos de oposição.

Aproximando-se da análise desses autores, Humbane (2016: 180) descreve que

[...] em Moçambique temos um partido dominante, que põe em prática um sistema híbrido, que por um lado possui eleições democráticas, uma constituição tendencialmente democrática, instituições formalmente democráticas, etc. mas, por outro lado, paradoxalmente, se comporta ainda segundo a lógica do monopartidarismo [...], continuando autoritário, outorgando exclusivamente para si o direito de fazer o controle e direção da historicidade no país.

Um aspecto não menos importante que caracteriza o atual ambiente político moçambicano é a persistência de tensões em períodos eleitorais, muitas vezes marcadas por violências entre os membros dos partidos políticos concorrentes e boicotes de sessões parlamentares por parte dos partidos da oposição, particularmente a RENAMO. A esse respeito, refere Tollenaere (2006: 10):

As características principais da história eleitoral de Moçambique continuam a ser desconfiança entre os dois partidos principais, as deficiências nas partes automatizadas do processo (recenseamento e apuramento), uma base jurídica permanentemente em mudança e uma perda gradual de credibilidade das autoridades eleitorais. Desde 1994, o pluralismo elitoral não resultou num ambiente político mais inclusivo. A nível nacional, o parlamento está agora mais monolítico [...]. A nível local, houve uma inovação prudente, mas as perspectivas de um governo mais inclusivo através de eleições multipartidárias são limitadas.

Desde 1994, ano da realização das primeiras eleições gerais e presidenciais, até pelo menos 2014, ano da realização das últimas eleições desse tipo, a democratização do processo político moçambicano compreende vários partidos em competição, havendo uma polarização entre dois partidos: FRELIMO e RENAMO. As tabelas 1 e 2 mostram os resultados das cinco eleições gerais (legislativas e presidenciais) até então realizadas.

Tabela 1 - Distribuição de assentos no Parlamento moçambicano de 1994-2014

Partido	Ano de realização da eleição e respectivos assentos parlamentares					
	1994	1999	2004	2009	2014	
FRELIMO	129	133	160	191	144	
RENAMO	112	117	90	51	89	
Outros	9			8	19	
Total	250	250	250	250	250	

Fonte: CIP; AWEPA, 2014.

As primeiras eleições gerais multipartidárias foram muito acorridas. Dos potenciais eleitores inscritos, 87,87% exercearam o seu direito de voto, com um nível de abstenção de 12,13%, uma participação muito elevada, tendo em conta que muitos eleitores tiveram de percorrer distâncias que duraram dias, em certos casos, para chegar ao seu local de votação, pois este podia ser diferente ao de residência, uma vez que a população se encontrava em mobilidade de reinstalação pós-conflito. De acordo com Rocca (1998), alguns observadores internacionais ficaram impressionados, a ponto de compararem as eleições com uma festa ou rito religioso, pelo nível de participação e sentimento manifestado pela população. A elevada participação e o nível de civismo que caracterizaram os dias das eleições explicam-se pela convicção dos moçambicanos de que se ia votar pela paz, fazendo dessas eleições uma espécie de plebiscito para a paz (Rocca, 1998). A outra razão do nosso entendimento é que pela primeira vez era assegurado ao povo, na sua totalidade, sem distinção (como era excludente o processo de eleição no período do monopartidário), expressar a sua opinião política por meio do voto.

Tabela 2 - Distribuição de percentagens aos principais concorrentes de eleições de 1994-2014

Principais concorrentes	Filiação	Anos/percentagem de votos válidos				
		1994	1999	2004	2009	2014
Joaquim Chissano	FRELIMO	53%	52%			
Armando Guebuza	FRELIMO			64%	75%	
Filipe Nyusi	FRELIMO					57%
Afonso Dhlakama	RENAMO	34%	48%	32%	16%	37%
Domingos Arouca	FUMO			3%		
Davis Simango	MDM				9%	6%

Fonte: CIP; AWEPA, 2014.

Portanto, passados cinco anos e com a relativa estabilidade de paz, os resultados eleitorais de 1999 mostram que, apesar de a RENAMO ter reduzido os mandatos na Assembleia da República, o seu candidato, Afonso Dhlakama, subiu de percentagem em relação às primeiras eleições.

Para as eleições que se seguiram às de 1994, o nível de participação dos eleitores decaiu consideravelmente em cada um dos quinquênios. Assim, em 1999 o nível de abstenção foi de 31.91%, em 2004 foi de 63.2%, em 2009 abstiveram-se de votar 55.5% e em 2014 o nível de abstenção foi de 52.1% (Rocca, 1998; CC, 2005, 2009, 2014; CIP; Awepa, 2014).

Os partidos políticos da oposição reclamaram os resultados em todas as eleições, alegando interferência dos órgãos eleitorais em benefício do partido no poder. Não existindo obrigatoriedade na participação dos processos de votação, esse fato pode estar na origem do elevado índice de abstenções nos pleitos eleitorais. Do nosso ponto de vista, isso cria desinteresse pelo processo, pois, por hipótese, quem a população gostaria que lhe representasse não é simplesmente legitimado pelos órgãos legalmente constituídos. Por conseguinte, o número de partidos políticos e candidatos a Presidente da República tende a reduzir desde as primeiras eleições. Depois do registro de doze candidatos a Presidente da República e quatorze Partidos ou coligações de partidos políticos em 1994, nas eleições subsequentes, o número de candidatos variou entre dois e cinco. O número de partidos políticos continuou a ser considerável e muitos deles são aventureiros, e aparecem apenas nas vésperas das eleições, não sendo notória a sua ação no intervalo entre as eleições (Mazula *et al.*, 1995; CC, 2005, 2009, 2014; CIP; Awepa, 2014). Nesses termos, nota-se um forte e crescente desinteresse pelo processo democrático eleitoral.

Como se pode observar, o fato de o Partido FRELIMO e seus candidatos terem ganhado todos os pleitos eleitorais até então realizados (1994, 1999, 2004, 2009 e 2014), evidencia a existência de uma bipolarização política, contudo, sem uma alternância de governo (Terenciano; Braga; Souza, 2016). Por conseguinte, descartando-se a bipolarização do sistema, porque a FRELIMO sempre superou os seus opositores, o chamaremos então de sistema de partido predominante (Sartori, 1982). Para Sartori (1982), existem quatro condições flexíveis que caracterizam um sistema partidário bipolar: 1) quando dois partidos políticos competem em igual circunstância pela maioria absoluta no Parlamento ou Senado; 2) quando um dos dois partidos políticos conquista uma maioria suficiente de assentos no Parlamento ou Senado; 3) quando esse partido político se dispõe a governar sozinho; 4) quando a alternância ou rotatividade no poder for sempre esperada pelos eleitores.

Com efeito, em Moçambique, apesar de existirem diferentes visões teóricas sobre o funcionamento do seu sistema partidário, este é dominado por dois principais partidos: a FRELIMO, que em razão de sua tradição histórica se forjou numa fusão constante com o Estado, e a RENAMO, ex-movimento rebelde que sempre reclamou a exclusão de seus membros, a intolerância política em relação a seus correligionários e a partidarização das instituições de Estado pela FRELIMO.

No entanto, muito embora atualmente prevaleça esse casamento partido-Estado, há de se reconhecer que os últimos desenvolvimentos políticos sugerem que há uma tendência de redução da influência da FRELIMO sobre as instituições do Estado (Brito *et al.*, 2015). Isso por conta da pressão de partidos da oposição, principalmente os partidos RENAMO e o Movimento Democrático de Moçambique – MDM –, bem como da ampliação do espaço político informal, sobretudo no meio urbano, de debates públicos no seio das camadas sociais mais escolarizadas. O pluralismo político em Moçambique inclui também outros partidos políticos, mas com menor expressão. A esse respeito, Nuvunga (2007) aponta que, apesar de o xadrez político moçambicano ser animado por cerca de cinquenta partidos políticos, a maioria destes é assim chamada porque teve registro como tal e, por intermédio dos seus líderes, declarou que a intenção não é tomar o poder político. Por certo, aparecem apenas de forma esporádica nos momentos eleitorais, com o objetivo de obter fundos do Estado destinados ao apoio dos partidos, em face dos encargos eleitorais, e não para a disputa do poder político, como têm vindo a apregoar. Desse modo, atualmente, o Parlamento é formado por FRELIMO, RENAMO e MDM.

Não obstante a existência de uma terceira força política, as decisões da Assembleia da República são dominadas pelos dois partidos: FRELIMO e RENAMO. A monopolização da opinião na chamada “casa do povo” desvirtua a real “opinião do povo”, pois que os debates são feitos em torno da defesa dos interesses da elite política dominante. Esse cenário é legitimado pela modalidade de eleição indireta dos deputados (por lista), fato que os leva a não opinarem à luz da sua consciência, mas em conformidade com as orientações de seus partidos. Assim, julgamos que seria oportuno pensar-se numa eleição direta, em que os deputados são (re)eleitos pelo desempenho pessoal e prestam conta ao seu eleitorado.

Em nossa opinião, a ditadura do voto parlamentar enfraquece a democracia e fortalece a posição da elite política dominante, que facilmente determina o que deve ser feito em relação ao futuro socioeconômico e político do país. Outrossim, o fato de a nomeação para qualquer cargo nas instituições públicas ser feita não na base de competências profissionais mas mediante filiação partidária exclui, de imediato, membros de outras filiações partidárias, mesmo com competências firmadas. Logo, a tese que defendemos no início deste artigo, de que, em Moçambique, decorridos mais de vinte anos após a promulgação da primeira Constituição multipartidária, há ainda muitos desafios a serem enfrentados no concernente à (re)construção do Estado de Direito Democrático, pode ser validada se admitirmos que o partido no poder, a FRELIMO, sendo um partido que governa o país, não admite participação inclusiva e de forma democrática na vida socioeconômica e política dos cidadãos.

É ainda um desafio da democratização em Moçambique a efetivação das garantias fundamentais do exercício de cidadania de um Estado de Direito Democrático. Há limitação das manifestações das liberdades democráticas e uso excessivo da violência legítima. E, em paralelo, cresce a insatisfação popular pela situação social concreta. Os exemplos claros são das manifestações de fevereiro de 2008 e de setembro de 2010. Na primeira, a população reclamava do aumento do preço dos transpotes urbanos, causado pela subida do petróleo, e, na segunda, contra a subida do preço do pão, água e luz, na sequência da conjuntura econômica internacional. Ambas, tendo epicentro na cidade Maputo, tiveram réplicas em algumas cidades do país. Nelas, a violência do Estado foi bem evidente, contingentes militares foram mobilizados contra manifestantes civis indefesos no exercício das garantias democráticas e constitucionais. Houve prisões e mortes (BRITO *et al.*, 2017). Cuco (2016:107) faz alusão de que, em Moçambique, a ideia de democracia nasceu já inquinada, uma vez que “ela começa excluindo a maioria de atores, principalmente quem dela deveria se beneficiar: a população”. Outros desafios estão relacionados com a contínua instabilidade política em face de incessantes conflitos armados por razões políticas.

Depois de constatar no cenário moçambicano “a instauração de uma sociedade de medo, de controle dos meios de comunicação e dos fazedores de opinião a favor de propagandistas de dogmas; de controle da justiça; dos órgãos eleitorais; do incremento de máquinas de guerra e de repressão”, o filósofo Severino Ngoenha (2015: 113) foi levado a fazer a seguinte pergunta: “o que resta da democracia?”. O autor diz ver um paralelismo entre essas práticas e o fascismo. Para buscar resposta à pergunta, a fonte recorreu ao exemplo da Itália, e fala de um Estado mafioso, onde a legalidade se instaura em regra e a anormalidade prevalece.

Ngoenha (2015) lembra que uma das razões da falência da democracia ateniense reside na emergência do individualismo, do egoísmo, de um Estado segregacionista e elitista, não favoráveis à totalidade dos cidadãos, mas sim à ampliação da riqueza dos ricos – interessados no luxo e aparência – e na pobreza dos pobres, o que acentuou as desigualdades sociais. Para o caso moçambicano, cuja sociedade apresenta as características descritas, não se trata de falência da democracia, mas de fatores inibidores da sua efetivação.

Considerações finais

Com este estudo procuramos contribuir para o debate acadêmico sobre os desafios da democratização em Moçambique (1990-2014). Ficou evidente que, apesar dos esforços e desejos mostrados pelos moçambicanos em construir um Estado de direito democrático e de uma transição democrática, segundo preceitos teóricos da democracia agonística (Mouffe, 2005), ainda persistem barreiras na sua implementação e isso constitui um dos focos de instabilidade política e militar que, ciclicamente, o país vive até os dias de hoje.

Ficou ainda evidente que, no último decênio, o quadro político moçambicano foi marcado pelo surgimento de uma terceira força política – MDM – que, paulatinamente, rompe com a polarização do sistema político, procurando criar um certo equilíbrio entre os deputados que representam o governo no poder e os da oposição. Um outro aspecto é a emergência, na sociedade moçambicana, de uma elite esclarecida que problematiza em debate público os modelos de atuação da governação da FRELIMO. Essa alteração do quadro político nacional permite, progressivamente, a participação ativa da sociedade nos processos de governação, principalmente a governação local, que tem sido uma das principais esperanças dos principais partidos da oposição e de outras organizações da sociedade civil.

Constatamos, no entanto, que a democratização de Moçambique ainda enfrenta desafios, em face dos princípios a serem seguidos e compromissos a serem respeitados, desde sua instituição em 1990 e implementação em 1994. Vale dizer que, passados mais de vinte anos, assiste-se ao velho cenário da primeira República, cujo domínio do espaço político nacional é de um partido que controla o Estado, comprometendo-a. Embora o parlamento nacional seja representado por partidos da oposição, a opinião dominante é do partido no poder que detém a maioria, não havendo espaço para o equilíbrio de ideias. A limitação do exercício político pleno, a manipulação da opinião pública, a criminalização do exercício da cidadania e das liberdades democráticas, a intolerância e o uso excessivo da força repressiva, a manipulação da justiça, a exclusão e desigualdade social, entre vários outros fatores, denunciam a falta da democratização efetiva de Moçambique. Esses fatores, quando mal geridos, podem, com o tempo, resultar em convulsões sociais ou guerras internas.

Referências

- BAQUERO, Marcello; CASTRO, Henrique Carlos de O. de. A erosão de bases democráticas: um estudo de cultura política. In: BAQUERO, Marcello (ed.). *Condicionantes da consolidação democrática: ética, mídia e cultura política*. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 1996. p. 11-39.
- BAQUERO, Marcello. Democracia formal, cultura política informal e capital social no Brasil. *Revista Opinião Pública*, v. 14, n. 2, p. 380-413, 2008. [On-line]. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/op/v14n2/05.pdf>. Acesso em: 12 de dezembro de 2018.
- BOBBIO, Norberto. *O futuro da democracia*. 7. ed. revista e ampliada. São Paulo: Paz e Terra, 2000.
- BRITO, Luís de. O sistema eleitoral: uma dimensão crítica da representação política em Moçambique. In: BRITO, Luís et al. (ed.). *Desafios para Moçambique 2010*. Maputo: IESE, 2009. p. 17-29.
- BRITO, Luís de. Uma reflexão sobre o desafio da paz em Moçambique. In: BRITO, Luís et al. (ed.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014. p. 23-39.
- BRITO, Luís de (org.). *Agora eles têm medo de nós!* Uma colectânea de textos sobre as revoltas populares em Moçambique (2008-2012). Maputo: IESE, 2017.
- BRITO, Luís de et al. *Revoltas de fome: protestos populares em Moçambique (2008-2012)*. Maputo: IESE, 2015.
- CABAÇO, J. L. de Oliveira. *Moçambique: identidades, colonialismo e libertação*. Tese 2007 (Doutorado em Antropologia Social) – Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas da Universidade de São Paulo, São Paulo, 2007. Disponível em: <https://teses.usp.br/teses/disponiveis/8/8134/tde-05122007-151059/pt-br.php>. Acesso em:

CIP; AWEPA – Centro de Integridade Pública; Parlamentares Europeus com África. *Boletim Sobre o Processo Político em Moçambique*, n. 56, 1º dez. 2014. Disponível em: https://www.open.ac.uk/technology/mozambique/sites/www.open.ac.uk.technology.mozambique/files/files/Moçambique_Boletim_56_.pdf. Acesso em: 28 de dezembro de 2018.

CC – Conselho Constitucional. *Validação e proclamação dos resultados das eleições gerais, presidenciais e legislativas, de 1 e 2 dez. 2004*. CC, Deliberação nº 5/CC/05, 19 jan. 2005. Disponível em: <http://www.cconstitucional.org.mz>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

CC – Conselho Constitucional. *Validação e Proclamação dos Resultados das Eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais, de 28 out. 2009*. Acórdão nº 30 /CC/2009, 27 dez. 2009. Disponível em: <http://www.cconstitucional.org.mz/content/download/729/3810/file/Ac%C3%B3r%d%C3%A3o%20n.%C2%BA%2030CC2009.pdf>. Acesso em: 19 de dezembro de 2018.

CC – Conselho Constitucional. *Validação e Proclamação dos Resultados das Eleições Presidenciais, Legislativas e das Assembleias Provinciais, de 15 out. 2014*. Acórdão nº 21 /CC/2014, 29 dez. 2014. Disponível em: <http://www.cconstitucional.org.mz/content/download/1043/5926/file/Acordao%2021%20CC%202014.pdf>. Acesso em: 16 de novembro de 2018.

CUCO, Arsénio Francisco. FRELIMO: de um movimento revolucionário a um partido político. *Revista NEP – Núcleo de Estudos Paranaenses*, Curitiba, v. 2, n. 2, p. 137-152, maio 2016. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/303956980_FRELIMO_de_um_movimento_revolucionario_a_partido_politico. Acesso em: 19 de dezembro de 2018.

CUCO, Arsénio Francisco. *Caminhos e descaminhos do processo de democratização de Moçambique: democratização pacífica ou uma trégua tensa?* 2016. Tese (Doutorado em Ciência Política) – Instituto de Filosofia e Ciências Humanas, Programa de Pós-Graduação em Ciência Política, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/155994>. Acesso em: 20 de dezembro de 2018.

FERRÃO, Virgílio. *Compreender Moçambique*. Maputo: Diname, 2002.

FORQUILHA, Salvador. Do discurso da "história de sucesso" às dinâmicas políticas internas: o desafio da transição política em Moçambique. In: BRITO, Luís et al. (ed.). *Desafios para Moçambique 2014*. Maputo: IESE, 2014. p. 61-82.

GÓMEZ, Miguel B. *Educação Moçambicana: história de um processo: 1962-1984*. Maputo: UEM, 1999.

HANLON, Joseph. *Paz sem benefício: como o FMI bloqueia a reconstrução de Moçambique*. Maputo: UEM, 1997.

HUMBANE, Eduardo Moisés Jamisse. *Sociedade, escola e cidadania. Que relações?* Uma análise a partir das Escolas Secundárias de Maputo, Moçambique. 2016. Tese (Doutorado em Sociologia) – Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás, Goiânia, 2016.

LALÁ, Anícia; OSTHEIMER, Andrea. *Como limpar as nódoas do processo democrático?* Os desafios da transição e democratização em Moçambique (1990-2003). Maputo: Konrad-Adenauer-Stiftung, 2004.

MALOA, Joaquim. O lugar do Marxismo em Moçambique: 1977-1994. *Revista Espaço Acadêmico*, ano XI, p. 85-92, n. 122, 2011. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/10413>. Acesso em: 10 de dezembro de 2018.

MAZULA, Brazão et al. (ed.). *Eleições, democracia e desenvolvimento*. Maputo: Inter-África Group, 1995.

MELO, Catarina de; MATERIAL, Gaudêncio; AZEVEDO-HERMAN, Elisabete. Convivência democrática: a necessidade de despartidarização do Estado, estudo de caso Quelimane (2011-2013). In: CANASTRA, Fernando; LÁZARO, João Abílio (ed.). *O papel da Universidade no Processo de Pacificação, Reconciliação, Democratização e Desenvolvimento da Sociedade* (Livro de atas – e-book). Beira: Universidade Católica de Moçambique, 2015. Disponível em: https://www.ucm.ac.mz/cms/sites/default/files/publicacoes/pdf/Livro_de_Actas_II%20Congresso_UCM_15-e-16-de-Setembro-de-2015.pdf. Acesso em: 17 de novembro de 2018.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República popular de Moçambique*. 20 jun. 1975. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/02/CONST-MOC-75.pdf>. Acesso em: 15 de dezembro de 2018.

MOÇAMBIQUE. *Constituição da República de Moçambique*. 30 nov. 1990. Disponível em: <http://cedis.fd.unl.pt/wp-content/uploads/2016/01/CONST-19901.pdf>. Acesso em: 12 de novembro de 2018.

MONDLANE, Eduardo. *Lutar por Moçambique*. Lisboa: Livraria Sá da Costa Editora, 1969.

MOSCA, João. *A experiência socialista em Moçambique (1975-1986)*. Lisboa: Instituto Piaget, 1999.

MOUFFE, Chantal. Dossiê democracias e autoritarismos: por um modelo agonístico de democracia. *Revista Sociologia Política*, v. 25, p. 11-23, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rsocp/n25/31108.pdf>. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

NEWITT, Malyn. *História de Moçambique*. Lisboa: Publicações Europa-América, 2012.

NGOENHA, Severino E. *Intercultura: alternativa à governação biopolítica?* Maputo: ISOED, 2013.

NGOENHA, Severino E. *Terceira questão: que leituras se pode fazer das recentes eleições Presidenciais e Legislativas?* Maputo: PubliFix, 2015.

NUVUNGA, Adriano. Experiência com partidos políticos em novas democracias: o “deixa andar” no quadro institucional em Moçambique. *Cadernos Adenauer*, v. 8, n. 3, p. 53-73, 2007. Disponível em: <http://www.kas.de/wf/doc/9469-1442-5-30.pdf>. Acesso em: 19 de outubro de 2018.

PAREDES, Marçal de Menezes. A construção da identidade nacional moçambicana pós-independência: sua complexidade e alguns problemas de pesquisa. *Revista Anos 90*, v. 21, n. 40, p. 131-161, 2014. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/anos90/article/download/46176/32269+&cd=1&hl=pt-BR&ct=clnk&gl=br>. Acesso em: 17 de outubro de 2018.

REPÚBLICA PORTUGUESA. Decreto-Lei nº. 3966. *Boletim Oficial de Moçambique*, Lourenço Marques, 1 Série, n. 22, 20 maio 1954.

ROCCA, Roberto M. della. *Moçambique da guerra à paz: história de uma mediação insólita*. Tradução de Brazão Mazula. Maputo: UEM, 1998.

SARTORI, Giovanni. *Partidos e sistemas partidários*. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

TERENCIANO, Fidel; BRAGA, Maria do Socorro Souz; SOUZA, Carlos Augusto da Silva. Processos de democratização e competição política na África dos anos 1990: os casos de Moçambique e Zâmbia. *Revista Brasileira de Estudos Africanos*, v. 2, n. 1, p. 173-196, 2016. Disponível em: <http://www.seer.ufrgs.br/index.php/rba/article/download/66959/40025>. Acesso em: 14 de dezembro de 2018.

TOLLENAERE, Marc de. Projeto de transição democrática nas sociedades em situação pós-conflito: apoio à democratização a Moçambique pós-conflito: intenções e resultados. *Relatório de trabalho* 37. 2006. Disponível em: https://www.clingendael.org/sites/default/files/pdfs/20060600_cru_working_paper_37_pt.pdf. Acesso em: 14 de outubro de 2018.

Recebido em: 21/03/2019

Aprovado em: 20/03/2021

Como citar este artigo:

MASSIMACULO, Albino; NAMUHOLOPA, Óscar Morais Fernando e OLIVEIRA, Dijaci David de. Desafios da democratização em Moçambique (1990-2014): uma análise crítica da geopolítica nacional. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 686-701.



E DEPOIS DO FIM? TRANSIÇÕES POLÍTICAS NA CRISE DA DEMOCRACIA CONTEMPORÂNEA

Matheus G. M. Ferreira¹

Gustavo Paccelli²

Resumo: As formas como as democracias morrem atualmente são difíceis de se captar e isso não consiste em um problema estritamente metodológico. É a própria natureza do objeto que delinea seus desafios analíticos. A partir de cada teórico das crises democráticas é possível pensar elementos da transição política, porém, a própria base teórica acerca do que é a democracia nos exige que os elementos da transição sejam devidamente discriminados. Este trabalho pretende, por meio de uma revisão bibliográfica, discutir as crises democráticas contemporâneas, a partir das obras de David Runciman (2018) e Levitsky e Ziblatt (2018), contrapondo-as aos cânones das teorias de transição democrática. Para tal tarefa, identificamos os conceitos de transição política em cada obra, categorizando-os em desdemocratização e desconsolidação e os conceitos de democracia mobilizados por cada autor.

Palavras-chave: crise, democracia, transição

And after the end? Political transitions in the crisis of contemporary democracy

Abstract: *The ways in which democracies die today are difficult to grasp and this is not a strictly methodological problem. It is the nature of the object that outlines its analytical challenges. From each theoretician of democratic crises, it is possible to think about elements of the political transition, however, the theoretical basis about what democracy is requires that the elements of the transition be properly discriminated. This work intends, through a bibliographic review, to discuss contemporary democratic crises based on the works of David Runciman (2018) and Levitsky and Ziblatt (2018), contrasting them with the canons of democratic transition theories. For this task, we identify the concepts of political transition in each work, categorizing them into de-democratization and deconsolidation and the concepts of democracy mobilized by each author.*

Keywords: *crisis, democracy, transition*

¿Y después del fin? transiciones políticas en la crisis de la democracia “

Resumen: Las formas en que mueren las democracias hoy en día son difíciles de comprender y este no es un problema estrictamente metodológico. Es la naturaleza del objeto lo que describe sus desafíos analíticos. Desde cada teórico de las crisis democráticas es posible pensar en elementos de la transición política, sin embargo, la base teórica sobre qué es la democracia requiere que los elementos de la transición sean debidamente discri-

¹ Programa de Pós-graduação em Ciência Política da UFMG e Centro de Estudos do Comportamento Político (CECOMP-UFMG) – Belo Horizonte – Brasil - Ferreira.dcp@gmail.com Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES). OrciD <https://orcid.org/0000-0003-3037-9309>

² Programa de Pós-graduação em Ciências Sociais da UFJF. Juiz de Fora – Brasil - paccelli@outlook.com Financiado pela Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal a Nível Superior (CAPES). OrciD: <https://orcid.org/0000-0001-6458-869X>

minados. Este trabajo pretende, a través de una revisión bibliográfica, discutir las crisis democráticas contemporáneas a partir de los trabajos de David Runciman (2018) y Levitsky y Ziblatt (2018), contrastándolos con los cánones de las teorías de la transición democrática. Para esta tarea, identificamos los conceptos de transición política en cada trabajo, categorizándolos en desdemocratización y desconsolidación y los conceptos de democracia movilizados por cada autor.

Palabras clave: crisis, democracia, transición

INTRODUÇÃO

Este trabalho tem como objetivo responder a seguinte questão: a crise da democracia contemporânea representa um momento de transição entre regimes políticos (desdemocratização) ou apenas um enfraquecimento da democracia (desconsolidação)? Para responder essa questão, recorremos a abordagens distintas sobre modelos de transição política e suas matrizes teóricas acerca do conceito de democracia.

Para isso, dividimos o artigo em três partes. No primeiro momento, analisaremos o conteúdo e a forma das transições políticas, tendo em vista as obras de Robert Dahl (1971), Juan Linz (1978), Guilhermo O'Donnell (1988), Samuel Huntington (1994) e Leonardo Avritzer (1996). Nesse momento, o ensaio lançará de uma leitura sobre as transições e algumas críticas sobre o próprio conceito. Acerca do processo de desconsolidação, observaremos as obras de Foa e Mounk (2017b, 2017a, 2016) e Foa (2018).

No segundo momento, faremos uma reflexão sobre as matrizes teóricas que são utilizadas pelos então chamados teóricos da transição. Compreender as definições de democracia na ótica desses autores é fundamental para alimentar o debate atinente às crises das democracias contemporâneas. Além disso, a compreensão dos conceitos entre os autores é imprescindível para que se possa saber se suas abordagens são passíveis de comparação.

Por fim, serão revisadas as obras mais recentes de Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) e David Runciman (2018), acerca do fim da (s) democracia (s). O objetivo dessa sessão é situar as obras desses autores dentro do debate anterior a respeito das transições, para que possamos refletir sobre o futuro da democracia.

As transições das democracias

As teorias da transição são elaboradas de duas formas: por meio dos estudos de suas causas ou dos estudos do seu formato. Este ensaio se propõe refletir, especificamente, sobre o segundo ponto. O formato das transições é compreendido por meio da institucionalidade do regime político. Uma transição diz respeito exclusivamente às mudanças que ocorrem na forma como os regimes políticos se apresentam na sociedade. De forma precisa, transições políticas dizem respeito às mudanças institucionais e procedimentais, ou seja, mais sobre a sua “fonte” do que seus “propósitos” (HUNTINGTON, 1994, p.19) ou sobre o intervalo entre um regime político e outro (O'DONNELL, 1988). Seguindo esse pressuposto, Huntington (1994) analisará o que ele classificou como terceira onda de democratização.

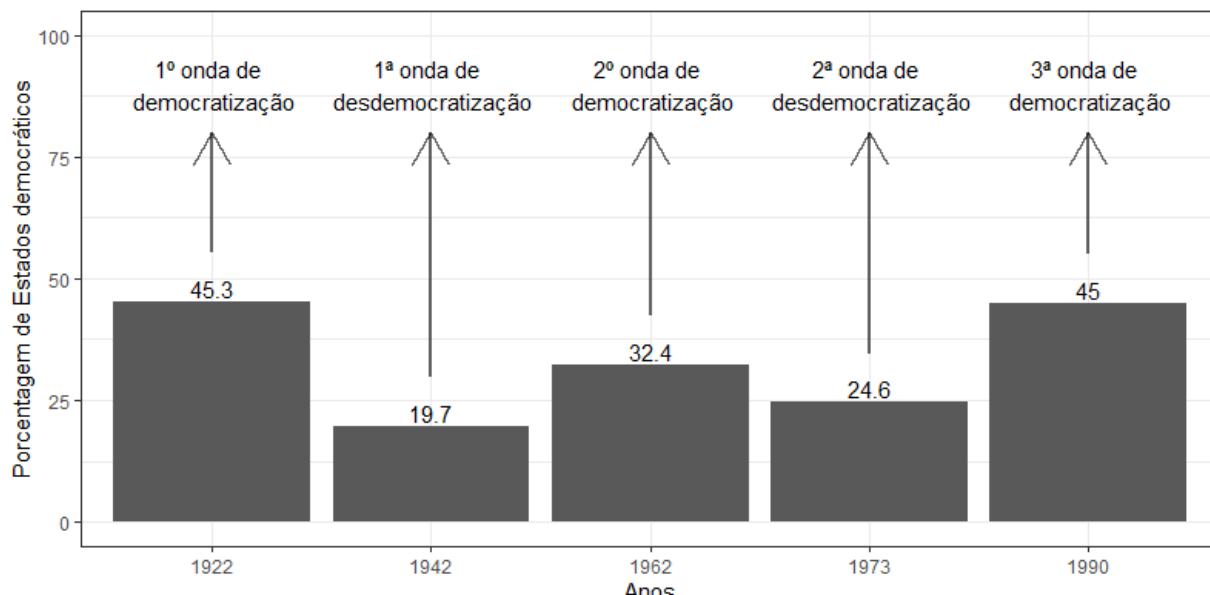
Por terceira onda, o autor comprehende um conjunto de mudanças nos regimes políticos que cambiam de regimes autoritários para regimes democráticos. O período considerado como terceira onda tem seu início demarcado, a partir de 1974, com o fim da ditadura portuguesa e é seguido, durante quinze anos, por um movimento de democratização em países na Europa, Ásia e América Latina.

Huntington (1994) trabalha o processo de democratização como um tipo de mudança de regimes políticos autoritários para democráticos. Esse processo é comumente reconhecido como redemocratização. São os casos de países como Bolívia, Brasil, Equador, Chile, Argentina, Uruguai, Peru. Por outro lado, apenas dez países analisados pelo autor não possuem histórico de transição de democracia para o autoritarismo, a exemplo de Austrália, Canadá, Finlândia, Islândia, Irlanda, Nova Zelândia, Suécia, Suíça, Reino Unido e Estados Unidos (HUNTINGTON, 1994, p. 24).

Uma visão panorâmica das transições democráticas, compreendidas por meio da lógica das ondas

de Huntington pode ser vista na Figura 1, abaixo:

Figura 1. Porcentagem de Estados democráticos por ondas/anos segundo Huntington (1994).



Fonte3: Elaborado pelos autores a partir de Huntington (1994, p. 35)

A figura retrata a instabilidade da consolidação de regimes democráticos, havendo variações consideráveis entre as ondas analisadas. É importante ressaltar que a porcentagem de Estados que foram classificados como democracias em 1990 é igual a porcentagem de Estados democráticos em 1922, mostrando que, após sete décadas, os níveis de democracia não mudaram proporcionalmente. Nota-se ainda que, os anos entre 1922 e 1942, foram marcados por uma queda expressiva na porcentagem de democracias. Entre os anos de 1942, 1962 e 1973 essas taxas evoluem parcimoniosamente. Por fim, registra-se um grande processo de democratização entre os anos de 1973 e 1990.

Além disso, queremos destacar que, embora tenha-se apontado para a hegemonia do regime democrático no mundo com a terceira onda (a partir de 1974), o autor identificou movimentos reversos, como os casos do Sudão, Suriname, Birmânia, Fiji, Gana, Guiana, Indonésia, Líbano e Nigéria.

Os casos de Sudão e Suriname chamam a atenção pelo motivo de que o primeiro momento de democratização ocorreu apenas na terceira onda, segundo os dados de Huntington (1994, p. 24). Isso indica que o regime democrático, nesses países, não conseguiu se consolidar. Por outro lado, países como Birmânia, Fiji, Gana, Guiana, Indonésia, Líbano apresentaram um momento de democratização na segunda onda, mas com uma reversão autoritária, não experimentando mais o regime democrático. A Nigéria chama a atenção por ter participado da terceira onda de democratização, mas logo em seguida viu seu regime democrático cambiar para o autoritarismo.

Cabe destacar que, ao considerar os processos de democratização, Huntington (1994) não pressupõe que regimes democráticos estejam em pé de igualdade em termos de desenho institucional e procedimentos políticos. O termo democratização esboça o movimento em direção a um regime mais democrático do que o anterior, mas que pode não significar uma democracia, e sim uma semidemocracia⁴.

³ **Nota:** Essa estimativa do número de regimes omite países com uma população de menos de um milhão de habitantes. Huntington classifica três ondas de democratização e três ondas reversas (de “desdemocratização”). São elas: i) “Primeira onda, longa, de democratização, 1828-1926”; ii) “Primeira onda reversa, 1922-42”; iii) “Segunda onda curta de democratização, 1943-62”; iv) “Segunda onda reversa, 1958-75”; e v) “Terceira onda de democratização, 1974-”. (HUNTINGTON, 1994:25). É importante destacar que o autor deixa em aberto o processo que pode vir a ser a “Terceira onda reversa”.

⁴ De certa maneira, a consideração de Huntington a respeito de regimes semidemocráticos obedece ao mesmo princípio de Robert Dahl (2005): ao caracterizar a existência de algumas instituições como condição para a democracia.

Deve-se questionar se o autor considera a existência de regimes semiautoritários, situados entre o ponto semidemocracia e autoritarismo. Caso se possa afirmar sua existência, há de questionar também se uma mudança de um regime autoritário para outro “semiautoritário” configuraria um processo de democratização ou outra coisa que não democratização, mas que evidencie o enfraquecimento do regime autoritário.

Dentro da perspectiva de Huntington, parece impossível afirmar que a transição de um regime autoritário para um semiautoritário configure um processo de democratização. Isso se deve ao fato de que a análise do autor está baseada nos pressupostos institucionais e procedimentais da democracia. Por outro lado, cabe considerar que esse movimento pode ser enquadrado como um movimento de liberalização, uma vez que a liberalização “pode, ou não, levar à democratização total” (HUNTINGTON, 1994, p. 19).

De forma mais substantiva, O'Donnell (1988) abordará o processo de democratização por meio de “processo de tornar efetivos determinados direitos que protejam tanto os indivíduos como os grupos sociais de atos arbitrários ou ilegais cometidos pelo Estado ou uma terceira parte” (1988, p. 23). Para o autor, o processo de democratização representa um processo em que “regras e procedimentos da cidadania são aplicados a instituições políticas previamente dirigidas por outros princípios” (1988, p. 25-26).

Além dessas abordagens, existem outras que, mesmo não se enquadrando como teorias da transição, estão preocupadas em compreender como as democracias podem sobreviver diante do risco de sua derrocada. Juan Linz (1978) faz sua contribuição ao propor compreender a estabilidade dos regimes democráticos por um viés institucionalista, na medida em que analisa a estabilidade/instabilidade das democracias e sua relação com o sistema partidário, sugerindo que “sistemas multipartidários moderados estão associados com a estabilidade da democracia⁵” (O'DONNELL, 1988, p. 25).

Para além da perspectiva sistêmico-partidária, Linz (1978) propõe uma compreensão sobre a estabilidade da democracia por meio da sua legitimidade. Por legitimidade, o autor a comprehende como uma crença de que para o país e para sua conjuntura atual, nenhum outro tipo de regime político (além da democracia) poderia assegurar maior sucesso na procura dos objetivos coletivos (LINZ, 1978, p. 18). Dessa forma, a legitimidade deve ser pensada em articulação com as noções de eficácia e efetividade. Enquanto a primeira diz respeito a capacidade de o governo encontrar soluções para os problemas básicos da população, a segunda se refere a implementação dessas soluções.

A legitimidade do regime pode afetar de forma indireta a percepção de sua efetividade e eficácia. Em outras palavras, caso a democracia tenha alta legitimidade entre seus membros, isso pode afetar a forma como os cidadãos percebem a capacidade do regime em propor soluções para os problemas e como o regime resolve tais problemas.

Ao mesmo tempo, existe um efeito de *feedback* entre esses elementos. Ao passo que a legitimidade pode condicionar a efetividade e a eficácia, como posto anteriormente, a legitimidade pode ser condicionada pelo sucesso prático do regime em propor soluções e resolver problemas. Ainda existe o efeito direto da legitimidade, efetividade e a eficácia sobre a estabilidade do regime. A lógica da argumentação de Linz (1978) é que regimes mais legítimos/efetivos ou mais eficazes podem condicionar a estabilidade política. O que não se sabe sobre essas relações é o quanto cada um desses efeitos diretos, indiretos e de *feedback* contribuem para a estabilidade do regime político. Essa discussão diz respeito a intensidade dessas relações (LINZ, 1978).

De certa forma, as categorias levantadas por Linz (1978) também estão presentes na obra de Run-

Nossa intenção não é explorar os diversos arranjos e relações institucionais que constituem a existência de um regime semidemocrático. Em termos heurísticos, queremos compreender as contribuições de Huntington para processos de democratização e desdemocratização.

5 No original: “(...) suggest that moderate multiparty systems are associated with stability of democracy”. (O'DONNELL, 1988, p. 25).

ciman (2018). Ao tratar sobre situações de emergência, como catástrofes ambientais e revoluções tecnológicas, o autor questiona a capacidade da democracia em lidar com esses momentos conjunturais. Neste sentido, governos autoritários tenderiam a resolver esses problemas mais rápido do que os governos democráticos. Como afirma o autor, “para a democracia florescer, ela precisa preservar sua capacidade de combinar resultados benéficos com reconhecimento pessoal, o que não está mais acontecendo” (RUNCIMAN, 2018, p. 228). Isso o fez enxergar uma inclinação de atores políticos e cidadãos, nos dias atuais, a uma espécie de “autoritarismo pragmático”.

Por outro lado, esses elementos autoritários podem evidenciar o quanto inacabado são e estão os processos de democratização, em diversos países do mundo, e até mesmo nas democracias consideradas já consolidadas. Neste sentido, outra leitura a respeito das transições democráticas é encontrada em Avritzer (1996), o qual elaborou uma crítica ao pressuposto de que a democracia constitui um fenômeno relacionado exclusivamente à operação das instituições e do sistema político. Dessa forma, a democracia não pode ser reduzida a uma situação, mas deveria ser compreendida por um processo⁶, que pode se estender por muito tempo (AVRITZER, 1996, p. 131).

A possibilidade da democratização se estender por muito tempo deriva da compreensão de que esta é um processo que constituiria a consolidação de uma prática política considerada democrática no nível da sociedade civil e não apenas em termos de arranjos institucionais. Nesse ponto, Avritzer critica um dos pressupostos das teorias da transição ao pensar a democratização por meio de valores, normas, crenças e tradições culturais que predominam não só no sistema político, mas também na sociedade (AVRITZER, 1996, p. 128).

Tal crítica nos permite observar o movimento pendular⁷ entre democracia, semidemocracia e autoritarismo sob outra ótica: do intercruzamento entre seus elementos constitutivos. De certa maneira, nos faz compreender a existência, por vezes, de uma cultura política não democrática que se entrelaça com a institucionalidade democrática (AVRITZER, 1996, p. 136).

O marco da oposição que Avritzer faz às teorias da transição diz mais sobre sua compreensão acerca da democracia, enquanto conteúdo, do que das transições propriamente ditas. Segundo o autor, “as teorias da transição têm a necessidade de definir a democracia, uma vez que, se não soubéssemos no que a democracia consiste, jamais identificariamos o final do processo de transição” (AVRITZER, 1996, p. 132). Neste sentido, a visão do autor lida mais com as questões ligadas ao processo democrático do que, necessariamente, ao resultado. Democracias são regimes relativamente instáveis, sua estabilidade depende de diversos mecanismos que operam de maneira relacional no decorrer do processo político.

Recentemente, tem-se discutido sobre o processo de desconsolidação democrática pelas quais as democracias contemporâneas vêm atravessando, marcado pela contínua redução da confiança nas instituições, a queda no comparecimento às urnas, a ascensão de lideranças populistas e partidos antissistema (FOA e MOUNK, 2017b, 2017a, 2016).). Tal debate mobiliza algumas ideias e categorias propostas por Linz (1978), como efetividade e eficácia. Nesse sentido, Foa (2018) aponta para o fato de que as democracias vêm sofrendo um processo de desconsolidação, dado que regimes autoritários estão demonstrando desempenhos econômicos tão bons quanto de regimes democráticos, fato relativamente novo dentro das ondas de democracia. Dessa forma, a legitimidade da democracia estaria em xeque na medida em que os *feedbacks* de regimes democráticos não atendessem aos anseios da sociedade.

A desconsolidação da democracia não trata exatamente sobre a transição entre regimes, mas sobre

⁶ Para o autor, processos de democratização levam em consideração diversos elementos que configuram historicamente a capacidade de regimes serem cada vez mais democráticos e inclusivos (2002). Certamente, suas considerações se aproximam da perspectiva de Charles Tilly (2013) no que diz respeito a processos políticos amplos que engendram fenômenos de democratização.

⁷ O termo se refere a uma metáfora utilizada por Avritzer em “O pêndulo da democracia” (2019) ao tratar da *longue durée*, termo emprestado de Braudel (1982), da democracia no Brasil. O argumento do autor se refere à oscilação política pela qual passa a sociedade e a política brasileira entre certos períodos históricos com momentos de entusiasmo democrático e outros com uma visão antidemocrática (AVRITZER, 2019). Essas configurações dizem respeito a relação entre aspectos institucionais/estruturais e conjunturais.

o enfraquecimento da democracia dentro de suas fronteiras. Apesar de não avançar no debate atinente ao fim da democracia, devemos nos questionar se instituições democráticas operadas por atores não democráticos ainda podem ser chamadas de democracias. Trata-se então de pensar a ruptura democrática não pelas vias institucionais, mas pelos valores e práticas de seus atores. Com isso, entramos no debate sobre os conceitos de democracia que operam por trás das teorias da transição, destacando as diferenças entre abordagens que focam mais nos arranjos institucionais e outras que lançam mão de valores e práticas democráticas.

As democracias das transições

Com o objetivo de compreender as questões que envolvem a (s) crise (s) da democracia atual é importante delinear como tais democracias são definidas e suas matrizes teóricas. A natureza das transições está intrinsecamente ligada ao conceito de democracia. Portanto, a definição de democracia é importante para compreender o final dos processos de transição democrática. Por outro lado, apenas sua definição não seria suficiente para entender o movimento reverso, o de “desdemocratização”.

Os conceitos de democracia variam entre os autores e momentos históricos. Não existe um consenso acerca da melhor definição de democracia. Collier e Levitsky (1996) chamam a atenção para os riscos que uma maior abrangência do conceito pode causar para sua precisão explicativa.

Robert Dahl pode ser considerado um dos principais teóricos da democracia contemporânea (ARCHEN & BARTELS, 2016). Embora não seja considerado um teórico das transições políticas, propriamente dito, seu conceito de poliarquia está intimamente ligado com a noção de transição ou democratização, pois ao classificar os regimes políticos por meio das variáveis “contestação” (liberalização) e “participação política” (inclusão), o autor elabora um quadro dos tipos de regimes políticos e de como estes podem mudar entre si (DAHL, 2005, p. 30).

Enquanto teórico da democracia (e da transição/democratização), a abordagem de Dahl inova em não lançar mão do tripé de regimes políticos (democracia, semidemocracias e autoritarismo), mas constrói uma tipologia de regimes assentada em quatro tipos: Poliarquia, Hegemonias Fechadas, Oligarquias competitivas e Hegemonias inclusivas. Hierarquizando os regimes políticos, no sentido do menos democrático para o mais democrático, teríamos: Hegemonias fechadas, Hegemonias inclusivas, Oligarquias competitivas e Poliarquia. Resta saber, o que faz das Hegemonias inclusivas menos democráticas do que as oligarquias competitivas. A resposta se encontra no peso que o autor atribui à contestação política frente à inclusão participativa. Segundo Dahl, a contestação política (pública) é um dos aspectos da democratização, e o objetivo de sua obra é compreender como os sistemas de contestação pública são capazes de se desenvolver e existir (DAHL, 2005, 2005, p. 32).

Com relação às tipologias de Dahl, as poliarquias plenas representam regimes políticos com alto grau de inclusividade e contestação pública. Ao optar por trabalhar com o conceito de poliarquia e não o de democracia, o autor se aproxima mais das experiências empíricas dos países, uma vez que nenhum sistema político no mundo é plenamente democratizado. Ao fazer isso, Dahl abre espaço para pensar as democracias como processos inacabados, mas sempre em movimento. As hegemonias fechadas consistem, por outro lado, em sistemas políticos com baixo grau de inclusão e de contestação. As hegemonias inclusivas são caracterizadas por maior grau de inclusão e menor grau de contestação, ao passo que as oligarquias competitivas são caracterizadas por menor grau de inclusão e maior grau de contestação⁸.

Segundo Huntington (1994), em contraposição a Achen e Bartels (2016), o conceito schumpete-

⁸ É importante ressaltar que os processos de transição não dizem respeito apenas às mudanças dos sistemas políticos entre os quatro tipos extremos. O próprio Dahl afirma a existência de uma “quase-poliarquia” (DAHL, 2005, p. 33). Para o autor, existem outras formas intermediárias nos processos de transição/democratização.

riano de democracia havia “vencido” o debate entre as teorias democráticas na década de 1970, após apresentar as deficiências do que o próprio autor classificou como “teoria clássica da democracia”, compreendida por meio da sua fonte, a “vontade do povo” e do seu propósito, o “bem comum”.

É essa a noção clássica de democracia que Achen e Bartels (2016) apontam como constituintes da tradição populista e que estão associadas as diversas tradições do pensamento político, como de Aristóteles, Locke, Rousseau, Jefferson, Tocqueville e, mais contemporâneo, Robert Dahl. Tal tradição populista, atribuída por esses autores, deve-se à centralidade da dimensão da soberania popular em suas obras.

A partir da definição de democracia em Schumpeter, que representa uma definição minimalista da democracia (HUNTINGTON, 1994, p. 19), as transições/democratizações deveriam ser compreendidas por meio de um processo de institucionalização dos procedimentos democráticos de escolha. Pensar as transições ou processos de democratização por essa ótica é proveitoso, uma vez que toca nas condições *sine qua non* da democracia, a saber, eleições abertas, livres e imparciais, ao passo que a democracia compreendida por meio de normas obscuras não produz análises proveitosa (HUNTINGTON, 1994). Com isso, podemos definir Schumpeter como um teórico institucionalista da democracia.

Alguns outros pontos adicionais devem ser atribuídos às definições de democracia, para que possamos pensar os processos de transição. Para além dos processos de escolha de representantes, há que se questionar se os representantes eleitos têm autonomia para tomar decisões ou atuam como “testa de ferro” ou “marionetes” de algum outro grupo (como as corporações empresariais). Para Huntington (1994, p. 20) a questão principal não é se o *demos* possui poder para determinar as decisões políticas, mas que haja mecanismos democráticos de escolha de tomadores de decisão. Se as decisões políticas estão concentradas nas mãos de pequenos grupos (elites políticas), Huntington afirmará que as limitações de poder estão implícitas no conceito de democracia. Nesse ponto há uma divergência em relação à teoria da democracia em Dahl (2005).

Esse minimalismo também é mobilizado por Linz (1978, p. 5), que afirma que seu conceito de democracia praticamente está associado à liberdade de criar partidos políticos e conduzir eleições livres e honestas em períodos regulares de tempo. Ainda, o autor afirma que sua definição de democracia independe se o regime é apoiado pela maioria, desde que não tenham vontade de subvertê-la.

Dado o fato que as teorias da democratização ou transição estão situadas em um momento histórico, próximo do que Huntington chamou de terceira onda, espera-se que tais teorias se apropriem de conceitos de democracias vigentes naquele período. Além disso, os conceitos de democracia, aos quais os teóricos da transição se ancoram, devem permitir uma certa operacionalização desses conceitos, diante dos fenômenos observados. Dessa forma, é compreensível que as teorias da transição se anorem mais na tradição institucionalista da democracia, uma vez que as transições daqueles períodos ocorrem no sentido de produzir novos desenhos institucionais para as democracias emergentes.

Se a perspectiva institucionalista da democracia, presente na maioria das teorias da transição, é reflexo do contexto de transição entre regimes autoritários e democráticos, ou seja, provocado pela necessidade de rearranjos institucionais, será que tal perspectiva nos fornece as ferramentas necessárias para pensar a atual crise da democracia? Ainda, será que por meio dessa abordagem (institucionalista) é possível lançar luz sobre o fim da democracia na contemporaneidade? Se sim, o que vem depois desse fim? Para responder a tais questões, refletiremos sobre as obras de Levitsky e Ziblatt (2018) e Runciman (2018). Ambas representam duas leituras distintas sobre a atual crise da democracia.

O fim da democracia, no modelo clássico das transições políticas, pode ser evidenciado tanto pela ascensão do fascismo e do nazismo nos anos 30, das ditaduras portuguesa e espanhola (entre as décadas de 30 e 70), pelos golpes militares nos países latino-americanos entre os anos 60 e 70 do último século e pelo surgimento de Estados socialistas autoritários. Embora sejam casos muito diferentes, ambos têm em comum a dissolução da institucionalidade democrática e da sua normatividade. Dessa forma, o fim da democracia era compreendido pela dicotomia existência/ausência de instituições necessárias (mas não suficientes) para a democracia.

Segundo Linz (1978, p. 83), o fenômeno do fascismo, como um movimento de massa, com seu aparato ideológico, estilo, inventividade organizacional e bases sociais heterogêneas foi resultado de um momento histórico bem particular, que se seguiu ao fim da I Guerra Mundial. O que poderíamos pensar a respeito seria: como o desenrolar da atual política democrática tem permitido o surgimento de formas autoritárias de atuação política em diversos países no mundo? Se se descarta a possibilidade de um retorno aos regimes fascistas, então, como compreender os autoritarismos atuais?

Na América Latina, pós década de 80, os regimes democráticos viviam em um constante receio do retorno dos regimes militares⁹. Neste contexto, o período de transição foi um período de muitas incertezas sobre o processo de consolidação dos regimes democráticos. As problemáticas se engendravam, por um lado, em construir um aparato constitucional capaz de diminuir os impactos autoritários na sociedade e, por outro, fomentar formas de cultura e participação política por meio da ampliação das franquias democráticas¹⁰.

Contudo, como apontou Huntington (1994), a democracia estava passando por uma onda (terceira onda), caracterizada pela vitória do projeto democrático em vários países, inclusive os da América Latina. Os movimentos de (re) democratização da terceira onda asseguraram ao Ocidente a construção de uma institucionalidade democrática capaz de estabilizar e promover por muitos anos um processo de expansão democrática dos direitos de cidadania.

Porém, seria a democracia da terceira onda o fim da história política ou haveria a probabilidade de ocorrência de uma terceira onda reversa? Em caso de terceira onda, quais seriam os regimes de transição? Novos regimes autoritários e ditatoriais? Ao contrário do que se imagina, ao olhar para o livro da história (alusão maquiaveliana do exemplo de *virtu*), Steven Levitsky e Daniel Ziblatt (2018) e David Runciman (2018) propõem respostas um tanto quanto inquietantes para se pensar o atual momento das democracias contemporâneas.

Segundo Levitsky e Ziblatt (2018), muito ao contrário do que se espera das subversões à ordem democrática, que vinham pelas mãos de homens e mulheres armados, como ocorreu em muitos países durante o período da guerra fria,

muitos dos esforços do governo para subverter democracia são “legais”, no sentido de que são aprovados pelo legislativo ou aceitos pelos tribunais. Eles podem até mesmo ser retratados como esforços para aperfeiçoar a democracia – tornar o judiciário mais eficiente, combater a corrupção ou limpar o processo eleitoral. Os jornais continuam a ser publicados, mas são comprados ou intimidados e levados a se autocensurar. Os cidadãos continuam a criticar o governo, mas muitas vezes se veem envolvidos em problemas com impostos ou outras questões legais. Isso criar perplexidade e confusão nas pessoas. Elas não compreendem imediatamente o que está acontecendo. (LEVITSKY, S. & ZIBLATT, D. 2018. p. 17).

Segundo os autores, atualmente, as democracias podem morrer sem nenhum alarde, sem nenhuma

9 De maneira ilustrativa podemos citar o processo de *impeachment* de Fernando Collor de Melo no Brasil, onde se colocou em xeque a estabilidade das instituições políticas após um processo constituinte (1988) que preconizava a expansão das franquias democráticas no sentido de expurgar todo o aspecto autoritário das instituições militares. Ver: SALLUM JR., Brasílio. *O impeachment de Fernando Collor: sociologia de uma crise*. São Paulo: Editora 34, 2015.

10 Sobre esse debate ver também: AVRITZER, L. (et al.). *O constitucionalismo democrático latino-americano em debate: soberania, separação de poderes e sistema de direitos*. 1. ed. Belo Horizonte: Autêntica, 2017.

marcha sobre Roma, sem nenhuma revolução armada. Muito pelo contrário, “a erosão da democracia é, para muitos, quase imperceptível” (2018). A grande questão trazida pela obra de Levitsky e Ziblatt é que a morte da democracia ocorre sem que suas instituições sejam subvertidas. E isso é um elemento importante que os distinguem dos teóricos da transição, uma vez que para estes, era preciso romper com a institucionalidade democrática para romper com a democracia. Em Levitsky e Ziblatt (2018), a manutenção da democracia, assim como sua qualidade, depende de fatores, tanto institucionais com determinada vigência histórica, quanto de elementos extraconstitucionais, como tolerância e contenção. A relação coerente entre esses elementos funciona como contenções aos ataques antidemocráticos.

Por tolerância, os autores consideram a aceitação e o respeito mútuo que os atores políticos cultivam entre si. A contenção diz respeito à ação comedida dos políticos ao fazerem uso de suas prerrogativas institucionais, evitando aquilo que os autores chamam de “jogo duro da constituição”, que significa um respeito à letra fria da lei, mas que ignora seu espírito. Isso leva ao entendimento de que, além do respeito mútuo e da aceitação da civilidade dos rivais políticos, não é porque existe uma prerrogativa institucional de veto que isso signifique a legitimidade de uma situação de paralisação decisória intencionada, a fim de enfraquecer politicamente o partido da situação. Ainda, não é porque existe um dispositivo constitucional que permita os parlamentares a retirarem o/a presidente do cargo que esse instrumento deva ser mobilizado como forma de ocupação de espaço político ou da aquisição de poder.

Partindo dessa compreensão, os autores recorrem à obra de Linz (1978, p. 29-30), para pensar os indicadores da morte das democracias contemporâneas. Tais indicadores estão relacionados ao comportamento autoritário dos atores políticos que, na leitura de Levitsky e Ziblatt, correspondem às elites políticas¹¹. Neste sentido, como é possível, em momentos distintos da história, apontar a recorrência dos mesmos indicadores, mesmo com rumos diferentes? Se não são os golpes militares que estão no horizonte da democracia contemporânea, o que estaria então?

Um conjunto de fatores são importantes para pensarmos esse fenômeno. O primeiro aponta para os problemas provenientes dos efeitos da mudança cultural nos últimos anos. Como afirma Lechner (2003, p. 40), o colapso da social-democracia, atualmente, vê-se principalmente pelos efeitos das políticas neoliberais na aceleração da individualização no âmbito econômico, entregando à pessoa a responsabilidade de decidir sobre seu futuro. Isso coloca em risco as decisões que outrora poderiam ser de cunho democrático a respeito dos serviços públicos, afetando a relação entre democracia e participação: as consultas vinculantes perderiam o seu efeito substantivo dando brecha para a diminuição, tanto da participação, quanto da estrutura do Estado em oferecer serviços públicos. Com efeito, esse fenômeno viria a refletir no seu impacto sobre a questão da confiança nas instituições democráticas e a capacidade delas em contornar os problemas de ordem coletiva¹². A crença no mérito próprio e o declínio da compreensão da dimensão igualitária da democracia traria efeitos nocivos sobre as questões públicas.

Por sua vez, a descrença nas instituições e na capacidade delas em resolver os problemas de ordem

11 Tais indicadores consistem em: i) “rejeição das regras democráticas do jogo (ou compromisso débil com elas)”; ii) “negação da legitimidade dos oponentes políticos”; iii) tolerância ou encorajamento à violência” e; iv) “propensão a restringir liberdade civil de oponentes, inclusive a mídia”. É importante destacar que tais indicadores, que foram utilizados por Linz para compreender as derrocadas dos regimes democráticos dos anos 30 a 70, marcados pelo fascismo, nazismo e ditaduras militares. O interessante a notar é como esses indicadores, guardadas as devidas proporções, possam ser utilizados para compreender casos contemporâneos, como o dos Estados Unidos de Donald Trump, a partir das eleições de 2016. Além do mais, esses indicadores se tornam importantes testes de checagem democrática em solo brasileiro.

12 Ver: DELLA PORTA, Donatella. *Social movements in times of austerity: bringing capitalism back into protest analysis*. Cambridge: Polity Press, 2015. A autora aponta que uma das causas do declínio da confiança das pessoas nas instituições está intimamente atrelado à percepção de que o sistema político já não responde, ou é capaz de resolver os problemas de ordem coletiva. A crise na representação se dá devido ao fato de que o sistema político e sua íntima relação com as elites econômicas já não respondem aos anseios da população. Ou que as mesmas já se sentem incapazes de participar devido à distância cada vez maior do Estado em relação às suas vidas particulares. Com efeito, a pessoas não depositariam mais nas instituições democráticas sua capacidade de resolução dos conflitos coletivos. Para o aprofundamento do debate sobretudo no que tange à ascensão de um pensamento de extrema direita e as questões que envolvem o ódio em relação à política ver também: HOCHSCHILD, A. R. *Strangers in their own land: anger and mourning on the american right*. New York, The New Press, 2016.

coletiva, lança luz sobre o tema da aceitabilidade de regimes autoritários como saídas genuinamente eficientes para a crise democrática atual: as pessoas passariam a acreditar que o problema da ordem coletiva tem relação direta com a administração da coisa pública e, com efeito, a existência de uma ordem autoritária possibilitaria a melhor alocação de bens e recursos. Estaríamos diante do aprofundamento das políticas neoliberais diminuindo, cada vez mais, a dimensão da participação na democracia e na expansão de direitos, elemento caro aos autores da transição democrática. Neste sentido, a dimensão participativa da democracia perderia o seu efeito vinculante e a cultura política se tornaria mais diminuta.

O segundo ponto são as consequências daquilo que Galston (2017) chamou de entrincheiramento conservador iniciado com Reagan (1981-89), nos Estados Unidos, e Thatcher (1979-90), na Inglaterra, o qual teve um leve declínio no decorrer dos anos 1990 por meio da Terceira Via com Clinton e Blair, mas que retoma seu aprofundamento, a partir da Grande Recessão de 2008. De acordo com Galston,

(...) uma reação contra o arranjo que deu sustentação à democracia ocidental desde o colapso do bloco soviético vem ganhando força. Uma onda populista ameaça os pressupostos e realizações de políticos e formuladores de políticas públicas dos principais partidos, seja de centro-esquerda ou centro-direita. Políticas econômicas baseadas no livre-comércio e na flexibilização do mercado de trabalho estão sob ataque. Normas culturais que celebram a diversidade e promovem a imigração vêm perdendo força. (GALSTON, 2017, p. 4).

É neste contexto que começamos a observar a crise democrática atual, a partir da chegada ao poder de governantes populistas. Existe aí um forte paralelo com Trump à presidência dos Estados Unidos, a vitória eleitoral do partido populista Lei e Justiça (PiS) na Polônia em 2015, a vitória do Brexit em 2016 no Reino Unido, assim como a chegada ao poder, no Brasil, de Jair Bolsonaro do Partido Social Liberal (PSL). Nesses casos residem a questão do populismo como um mecanismo de subversão democrática que não precisaria romper com a institucionalidade, nos termos das teorias da transição clássica.

Com relação às ameaças democráticas evidenciadas pela ascensão de lideranças populistas, é importante destacar que esse populismo é marcado pelo conservadorismo e por ideologias radicais de direita. Segundo Levitsky e Loxton (2018), o sentido do populismo deve ser compreendido em seus contextos. Em momentos de baixa inclusão política e de poucos direitos garantidos à população, lideranças populistas poderiam inflar o clamor das massas para ganho próprio. Para os autores, é esse fator que marca a primeira onda de populismos na América Latina. Uma vez que tais direitos se consolidam, lideranças populistas surgem com o propósito de capturar a insatisfação com a democracia para promover políticas iliberais (LEVITSKY e LOXTON, 2018; MOUNK, 2018).

Embora o processo de seleção das lideranças se daria de forma legal, dentro das regras do jogo democrático, essas lideranças aproveitar-se-iam do mal estar no qual a democracia passa nos últimos anos, marcado por consideráveis índices de desconfiança em suas instituições (DOYLE, 2011), antipartidarismo, forte polarização, baixas taxas de comparecimento eleitoral etc., para construir seus discursos e práticas políticas centradas na personalidade antissistêmica, a qual resolveria todos os problemas da democracia, livrando a sociedade e o sistema político da corrupção e das ameaças internas e externas.

Para Levitsky e Ziblatt (2018, p. 48-51) essa questão é institucional: a chegada de Trump ao poder está ligada à mudança institucional no processo de escolha dos candidatos à presidência (ocorrida em 1972) e o consequente enfraquecimento dos chefes de partidos. De acordo com os autores, tal mudança abriu o sistema de indicações políticas, descentralizando o poder de escolha dos candidatos, que agora se daria pelo processo de eleições primárias estaduais¹³.

Ademais, não é retirando Trump do poder que a democracia estadunidense restauraria sua norma-

13 Essas mudanças retiraram dos líderes políticos tradicionais o poder de indicar o candidato à presidência, o que evitaria candidatos *outsiders*, como o caso Ford em 1924.

lidade. Trump é mais uma consequência do que a causa. A questão para os autores é que “as grades flexíveis de proteção à democracia americana vêm sendo enfraquecida há décadas” (LEVITSKY e ZIBLATT, 2018, p. 196). Ocorrências autoritárias na política americana não é recente. Só não ganhavam força por causa das “grades de proteção”, ou seja, as regras institucionais e as estratégias dos *insiders* (atores políticos tradicionais nos partidos).

Uma forma de “salvar a democracia” (2018, p. 194) para os autores viria de algumas frentes: primeiro, pensando o caso Trump, o partido democrata não deveria jogar o mesmo jogo dele, uma vez que isso poderia agudizar a crise da democracia, antecipando seu fim. Segundo, as elites políticas deveriam se preocupar mais com as salvaguardas democráticas do que com a vitória do jogo. De certa maneira, os autores depositam nas relações provenientes do jogo democrático, em termos de disputas políticas a nível institucional, critérios capazes de moralizar as disputas em prol de uma tradição constituinte forte. Nutrir a tolerância e a contenção entre os atores políticos funcionaria como um esteio capaz de gerar coesão institucional, diminuindo e até impedindo o aparecimento de políticos aventureiros. Essa constatação dos autores pesa a análise sobre as diversas formas de recrutamento político, a fim de evitar aventuras politicamente problemáticas.

Com efeito, é possível considerar que para os autores, o fim da democracia está relacionado com as ações estratégicas dos atores políticos e com o desenho institucional da democracia, ancorado por uma tradição e culto às regras formais do jogo democrático. Citando exemplos como Chile e Alemanha, os autores demonstram a importância das frentes democráticas para a sobrevivência da democracia. Além do mais, os autores depositam nas elites políticas certa virtuosidade como elemento de possibilidade de resolução da crise. Talvez seria essa a última trincheira a ser resguardada em relação às grades de contenção da democracia, e que caberia ao sistema político, a partir de sua institucionalidade, assegurar.

No entanto, seria pertinente questionar se há elementos da teoria da transição em sua obra. De certa maneira, torna-se complicado encaixá-los em um modelo de transição, como o clássico. Para esses autores, talvez o fim da democracia não pudesse ser compreendido pelo movimento pendular-intercalar entre regimes políticos. Ainda mais pelo fato de que a aposta deles se concentra mais na erosão dos valores internos ao sistema político democrático, sem que isso signifique uma troca de regime. Reside aí a possibilidade da mudança, mas ela não se traduz em troca institucional ou de regime. Neste sentido, resta questionar até quando uma institucionalidade democrática pode aguentar sem os valores democráticos que lhes são importantes.

Outra leitura contemporânea acerca do fim da democracia é de Runciman (2018). Ao contrário de Levitsky e Zibat, que destacam as dificuldades de as instituições criarem mecanismos que possam barrar ou diminuir os ataques à democracia, Runciman propõe uma interpretação mais estrutural. O autor crê no fato de que as democracias possuem um prazo de vida, e que isso é comum no decorrer da história. O que importa é entender os motivos pelos quais essas democracias são atravessadas por crises e como elas entram em colapso.

De acordo com o autor, as democracias podem morrer de três maneiras: i) por meio de golpes; ii) por causa de catástrofes ou; iii) pelos impactos de uma revolução tecnológica. Os modelos de golpes clássicos traziam em si um movimento de ruptura com a ordem instituída por meio das quarteladas e a consequente instauração de um regime militar. Foi assim em grande parte dos países, no decorrer do século XX, sobretudo na América Latina. Em sua vertente mais contemporânea, os golpes perdem seu aspecto de ruptura institucional e opera por meio de um modelo economicamente arquitetado¹⁴. Tal tipo de golpe está vinculado ao poder econômico, principalmente o do mercado financeiro, e sua capacidade de intervenção política está atrelada ao impacto das empresas globais em definir as diretrizes de ação econômica e social de países vulneráveis.

Por outro lado, para que os golpes sejam bem-sucedidos, eles precisam de planos bem elaborados,

¹⁴ Em diálogo com Varoufakis (ex-Ministro da Economia), Runciman o caso da Grécia pós crise de 2008, onde o risco de golpe foi arquitetado pela *troika* através do fechamento dos bancos. (RUNCIMAN, 2018, p. 38-39).

quase imperceptíveis. A manipulação da opinião pública por meio de factoides que possam vir a gerar comoção social acaba sendo utilizada para favorecer determinado golpe. Isso pode ocorrer de *teorias da conspiração*, anúncio de catástrofes, guerras etc. e potencializado pelo *efeito de rede* (RUNCIMAN, 2018, p.71). Leituras absurdas da realidade ganham força e se espalham com facilidade no imaginário dos cidadãos. Além do mais, o uso das Tecnologias da Informação e Comunicação (TICs), podem ser fortes mecanismos de convencimento para justificar a ação de determinado grupo que pretende tomar o poder. O caso das eleições de Donald Trump, que também é objeto que motiva a obra de Runciman, traz à tona o debate sobre as *fakenews*, que foram vinculadas com a propagação de teorias da conspiração.

Esse fenômeno reforçam o apelo populista de políticas conservadoras que dividem a sociedade criando campos rivais e assustando cidadãos com a ameaça do caos (KRASTEV, 2015, p, 87). Ao mesmo tempo, o populismo alimenta o sentimento antidemocrático em direção ao aprofundamento de clivagens sociais que demandam novas formas de protecionismo econômico, cultural e político. Para Runciman, as teorias da conspiração devem ser percebidas mais como um sintoma do que como a principal ameaça à democracia (2018, p. 85). Neste sentido, estaríamos diante de um processo de mudança social no qual a possibilidade adaptativa da democracia está sendo colocada à prova, ou o colapso seria iminente dado sua crise? Tal discussão é importante para se compreender os pressupostos da epistocracia, debatido na obra como uma alternativa à democracia postulada por Jason Brennan (2016).

Com relação ao segundo ponto, Runciman se apoia em obras que não pertencem ao campo da Ciência Política¹⁵, mas que o ajudam a pensar o efeito das catástrofes (ou calamidades ambientais) sobre o fim da democracia. Segundo o autor,

essas são as maneiras pelas quais a civilização moderna pode acabar destruída. Pode ser devastada por armas de destruição em massa (Hiroshima). Pode se suicidar pelo envenenamento fatal de seu ambiente (Primavera Silenciosa). Ou pode se deixar contagiar pelo mal, que suas instâncias administrativas desprovidas de mente própria se encarregam de espalhar pelo sistema com a ajuda de burocratas sem rosto (Eichmann em Jerusalém). (RUNCIMAN, 2018, p. 92)

De certa maneira, existe, nas analogias de Runciman, uma dificuldade da democracia em lidar com situações de risco. Em termos de processos democráticos isso leva tempo para que problemas estruturais sejam resolvidos com rapidez. Uma resposta rápida a catástrofes demandaria certo tempo para deliberações e decisões. Isso devido tanto ao aspecto de complexidade das crises, sejam elas políticas, econômicas ou sociais, como também pela dificuldade de se fechar consenso unitário sobre determinada matéria. Neste sentido, a via autoritária, por meio de uma decisão única, e às vezes sem uma consulta popular ampla, apareceria como uma alternativa às grandes crises. Decerto, se olharmos para a história, sobretudo no decorrer do século XX, tivemos experiências autoritárias que apareceram como decorrência de fortes crises¹⁶.

Ao se questionar sobre o que viria depois do fim da democracia, o autor apresenta três ideias. A

15 “Primavera Silenciosa”, de Rachel Carson (2002), “Hiroshima”, de John Hersey (2015) e “Eichmann em Jerusalém”, de Hannah Arendt (1963).

16 Está certo que ao olharmos para o fim da Segunda Grande Guerra as respostas caminharam mais nosso sentido de construção democrática do que necessariamente autoritária. Talvez muito mais pelo aspecto catártico que a sequência de duas guerras causou na sociedade, do que um acordo para resolver conflitos de menor expressão. Além do mais, o mundo que se reergueu com o fim da Segunda Guerra apontava mais para a manutenção, ainda que latente, do conflito do que a sua resolução.

primeira seria o autoritarismo pragmático, referente ao autoritarismo no século XXI. Esse tipo de autoritarismo propõe um novo tipo de acordo entre a dignidade pessoal e dignidade coletiva, que dizem respeito aos benefícios de curto e longo prazo respectivamente. Em momentos de crise econômica ou crises ambientais, os benefícios imediatos são supervalorizados frente aos benefícios de longo prazo. Isso coloca em risco o pacto liberal democrático, cuja normatividade também se preocupa com os processos e rituais para se alcançar resultados almejados.

A segunda seria a epistocracia, ou o governo de quem sabe. A base de discussão seria a obra de John Stuart Mill¹⁷ e sua proposta de hierarquização por peso dos votos dos cidadãos. A prerrogativa dessa proposta está assentada na ideia de que não podemos correr o risco de que pessoas que não saibam nada sobre a matéria em questão tenham o mesmo poder de influência dos especialistas no assunto. Uma suposta equidade poderia arruinar o país, segundo a lógica. Por fim, tem-se a *pax technica* ou tecnologia liberada. Essa “saída” é pensada, a partir do (suposto) caráter libertador do avanço tecnológico, no qual as máquinas poderiam tomar as melhores decisões no lugar dos seres humanos, estando esses “livres” dos encargos políticos e do risco humano de tomar as decisões não ótimas.

Em Runciman (2018), mais do que em Levitsky e Ziblatt (2018), é possível ver algo que nos remeta ao processo de transição. Contudo, também não obedece ao movimento pendular das variações entre regimes autoritários e regimes democráticos. Mais do que isso, o fim da democracia é pensado de forma mais drástica, se comparada aos teóricos da transição ou a Levitsky e Zibatt, uma vez que é estrutural e não formal.

Em Runciman não há uma preocupação em salvar a democracia, como há nos demais autores trabalhados aqui. A democracia, pensada do ponto de vista histórico, é praticamente uma raridade, uma vez que suas experiências têm fortes restrições geográficas e temporais. Democracias são raras e efêmeras. Além disso, Runciman não se propõe a pensar o fim da democracia como um retrocesso histórico, é uma característica a todas as formas de governo. A questão, porém, é o que seria do pacto entre cidadãos e Estado, tanto quanto das relações de poder que atravessam as sociedades.

A guisa de conclusão

Observamos, por meio das discussões acima, que os desafios à democracia ou à democratização são fenômenos multidimensionais. A atual crise pela qual diversas democracias estão passando representa a confluência de inúmeros fatores. O que chama a atenção, neste contexto, é o que Mounk (2018, p. 26) observa: de um lado, as preferências do povo têm sido cada vez mais iliberais e, de outro, as elites vêm assumindo o controle do sistema político e tornando-o cada vez mais insensível às demandas do povo. Observamos aqui uma dissonância entre elementos básicos da política democrática, seja em relação a dimensão da soberania popular, ou ao princípio do pluralismo clássico.

Por outro lado, podemos dizer que tal crise não se delineia estritamente no campo democrático. Ela é também uma crise conjuntural da sociedade contemporânea. A dificuldade dos cidadãos em encontrar saídas democráticas para os dilemas sociais mais cotidianos é multiplicada pela mesma dificuldade de os regimes engendar políticas democráticas que diminuam os efeitos da chamada justiça do mercado. Se nas transições democráticas os argumentos se delineavam em torno da criação de um regime que garantisse legitimidade política pela expansão da participação. Isto é, a consolidação do instituído como aspecto de estabilidade, nos dias atuais, os elementos que configuram essa estabilidade sofrem ameaças constantemente.

Com efeito, hoje observamos um processo por meio do qual as paredes institucionais da democracia

¹⁷ MILL, John Stuart. **Considerações sobre o governo representativo**: texto integral. Editora Universidade de Brasília, 1981.

cia vão erodindo não só pelos ataques que lhes são direcionados pelas elites políticas, mas também pela própria confiança que as pessoas vão deixando de depositar no sistema político. Dessa forma, encaramos esse processo como um fenômeno de desconsolidação, o qual não seria, necessariamente, uma transição de regimes embora não deixe de representar uma ameaça à(s) democracia(s).

Se em Levitsky e Ziblatt (2018) o processo de desconsolidação da democracia pode ser evitado, apontando um horizonte de recuperação das democracias contemporâneas, em Runciman (2018) há um ceticismo quanto a essa recuperação. Para este autor, pensar que a democracia é “sacrossanta” e desejar seguir com ela em frente, eleição após eleição, com suas instituições “funcionando” não irá restaurar seu estado saudável, mas configurará, apenas, uma repetição de gestos vazios.

Na obra de Levitsky e Ziblatt (2018) fica mais evidente a preocupação com as regras do jogo, com os dispositivos institucionais e como os atores fazem uso desse aparato. Em Runciman (2018), há uma preocupação com a democracia de maneira mais estrutural, compreendendo-a de forma mais abrangente. Por isso, os autores chegam a conclusões distintas sobre a atual crise da democracia.

De alguma maneira, resta perguntar, com tom de preocupação, qual a elasticidade dessa desconsolidação? Qual o ponto limite entre uma desconsolidação e uma ruptura de regime? Não parece razoável pensar que uma democracia possa viver sempre em crise sem que sua legitimidade seja questionada, sem que atores políticos capturem a insatisfação com a democracia na opinião pública, sem subverter a ordem democrática. Sabemos, então, que um dos caminhos para o fim da democracia seria pelas vias democráticas.

Referências

- ACHEN, C. & BARTELS, L. *Democracy for realists: why elections do not produce responsive government*. 2016.
- AVRITZER, L. *A moralidade da democracia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- AVRITZER, Leonardo. *O pêndulo da democracia*. São Paulo: Todavia, 1. ed, 2019.
- BRAUDEL, Ferdinand. *On History*. Chicago: University of Chicago Press, 1982.
- AVRITZER, L. *A moralidade da democracia*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 1996.
- BRENNAN, J. *Against Democracy*. Princeton University Press, 2016
- COLLIER, D., & LEVITSKY, Steven. *Democracy with adjectives: conceptual innovation in comparative research*. World Politics, v. 49, n. 3:430-451, 1997.
- DAHL, R. *Poliarquia: Participação e Oposição*. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 2005.
- DOYLE, David. The legitimacy of political institutions: Explaining contemporary populism in Latin America. *Comparative Political Studies*, v. 44, n. 11, p. 1447-1473, 2011.
- FOA, R. S., e MOUNK, Y. “*The End of the Consolidation Paradigm. A Response to our Critics*”. 2017b.
- FOA, Roberto Stefan. Modernization and authoritarianism. *Journal of Democracy*, v. 29, n. 3, p. 129-140, 2018.
- FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The danger of deconsolidation: the democratic disconnect. *Journal of democracy*, v. 27, n. 3, p. 5-17, 2016.
- FOA, Roberto Stefan; MOUNK, Yascha. The signs of deconsolidation. *Journal of democracy*, v. 28, n. 1, p. 5-15, 2017a.
- GALSTON, W. A. *A vez do populismo*. Journal of Democracy. V.6/n.2, outubro, 2017.
- HUNTINGTON, S. *A terceira onda: a democratização no final do século XX*. São Paulo: Editora Ática, 1994
- KRASTEV, I. *Da política ao protesto*. Journal of Democracy. v. 4/n. 2, outubro, 2015.
- LECHNER, N. *Los desafíos políticos del cambio cultural*. In: *Nueva Sociedad*. n.184. Caracas, 2003.
- LEVITSKY, S.; ZIBLATT, D. *Como as democracias morrem*. Rio de Janeiro: Zahar, 2018
- LEVITSKY, Steven; LOXTON, James. Populism and competitive authoritarianism in Latin America. *Routledge handbook of global populism*. London: Routledge, 2018.
- ACHEN, C. & BARTELS, L. *De-*

mocracy for realists: why elections do not produce responsive government. 2016.

LINZ, J. *The Breakdown of Democratic Regimes: crises, breakdown, & reequilibration.* The John Hopkins University Press, 1978.

MOUNK, Yascha. *O povo contra a democracia: por que nossa liberdade corre perigo e como salvá-la.* Editora Companhia das Letras, 2018.

O'DONNELL, G. *Transições do regime autoritário: primeiras conclusões.* São Paulo: Vértice, 1988.

RUNCIMAN, D. *Como a democracia chega ao fim.* São Paulo: Ed. Todavia, 2018

SCHUMPETER, J. *Capitalismo, Socialismo e Democracia.* Rio de Janeiro: Ed. Fundo de Cultura 1961.

TILLY, Charles. *Democracia.* Petrópolis, RJ: Vozes, 2013.

Recebido em: 14/03/2019

Aprovado em: 20/03/2021

Como citar este artigo:

FERREIRA, Matheus G. M. e PACCELLI, Gustavo. E depois do fim? Transições políticas na crise da democracia contemporânea. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 702-716.



Em torno da ideologia - Notas sobre o “falseamento da realidade”

Marcelo de Souza Marques¹

Resumo: O objetivo deste artigo é localizar e analisar a ideia de “falseamento da realidade” a partir de diferentes abordagens dentro do espectro marxista, dentre as quais elencamos Marx e Engels (1998), Althusser (1969; 1985), Laclau (2000; 2014) e Žižek (1992; 1996a; 1996b). Sem desconsiderar as *claras distinções entre as perspectivas (marxiana, marxista e pós-marxistas)*, concluímos que, *não obstante as críticas da noção apresentada por Marx e Engels de “falseamento da realidade”, a ideia se mantém presente em Althusser, Laclau e Žižek*. Além disso, ao aproximarmos essas diferentes perspectivas, percebemos que a ideologia, embora não hegemonize a realidade de forma objetiva, é um elemento inerente à estrutura social.

Palavras-chave: Ideologia; Realidade social; Falseamento da realidade; Sujeitos ideológicos.

Around ideology - Notes on “false consciousness”

Abstract: *The aim of this article is to locate and analyze the idea of “false consciousness” in different approaches within the Marxist spectrum, including Marx and Engels (1998), Althusser (1969, 1985), Laclau (2000; 2014) and Žižek (1992, 1996a, 1996b). Without disregarding the clear distinctions between different perspectives (Marxian, Marxist, and Post-Marxist), we conclude that despite the existing critiques on Marx's and Engels' notion of “false consciousness” the idea remains present in Althusser, Laclau and Žižek. Moreover, as we approach these different perspectives, we realize that ideology is an inherent element of social structure, although it does not objectively hegemonizes reality.*

Keywords: Ideology; Social reality; False Consciousness; Ideological subjects.

En torno de la ideología - Notas sobre el “falseamiento de la realidad”

Resumen: El objetivo de este artículo es localizar y analizar la idea de “falseamiento de la realidad” a partir de diferentes abordajes dentro del espectro marxista, entre los cuales encontramos Marx y Engels (1998), Althusser (1969; 1985), Žižek (1992; 1996a; 1996b). Sin desconsiderar las claras distinciones entre las perspectivas (marxiana, marxista y post-marxistas) concluimos que no obstante las críticas a la noción presentara por Marx y Engels de “falseamiento de la realidad”, la idea se mantiene presente en Althusser, Laclau y Žižek. Mas allá de eso, al aproximar esas perspectivas distintas, percibimos que la ideología, aunque no hegemonice la realidad de forma objetiva, es un elemento inherente a la estructura social.

Palabras clave: Ideología; Realidad social; falseamiento de la realidad, Sujetos ideológicos.

¹ Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS) e IFES Campus Cariacica - Brasil marcelo.marques.cso@gmail.com - Orcid: <https://orcid.org/0000-0003-2395-0191>

INTRODUÇÃO

Discorrer sobre ideologia não é tarefa fácil, haja vista as mais diferentes interpretações que a noção tem ganhado ao longo do tempo². Cientes disso, neste artigo enfocamos um ponto que julgamos central a diferentes reflexões teóricas sobre a noção de ideologia, a saber: a ideia de “falseamento da realidade”. Mais especificamente, nossos esforços se concentram na discussão sobre os principais deslocamentos conceituais respeitantes à ideia de “falseamento da realidade” no interior do espectro marxista.

Para esse debate, elencamos a abordagem marxiana, especialmente na obra *A Ideologia alemã*, a qual imprime ao conceito uma ideia crítico-negativa, fazendo referência à fantasia que (re)produz a falsa consciência da realidade aparente, tendo como efeito estruturante a (re)produção das relações de poder nas sociedades capitalistas; a marxista, especificamente em Althusser, para o qual o conceito, dissociado de uma abordagem crítico-negativa, está diretamente relacionado aos processos de formação social, portanto, sempre fazendo-se presente aos sujeitos³; e o pós-marxista em Laclau, que, influenciado pela discussão althusseriana e gramsciana e deslocando o eixo central da ideologia para a hegemonia, percebe a ideologia como o resultado do processo de sedimentação discursiva (hegemonização), e, por fim, em Žižek, autor que busca recolocar a discussão da ideologia, a partir de um deslocamento do seu caráter ilusório. Para esse propósito, buscamos sintetizar a discussão a partir de textos-chave dos autores em tela. Isso significa que não faz parte dos objetivos uma problematização sobre como esses autores constroem seus respectivos marcos teórico-conceituais mais amplos para discutirem a noção de ideologia. Por exemplo, não exploraremos apropriadamente a discussão sobre a estruturação discursiva em Laclau ou a luta de classes a partir das contribuições de Žižek. Tais esforços em muito excedem os limites de um artigo cujo possível mérito é um esforço didático de síntese de uma complexa discussão contemporânea, especialmente Laclau e Žižek, e a retomada do debate sobre “falseamento da realidade” diante do atual contexto social e político no qual nos encontramos.

Além desta introdução, o artigo foi estruturado em mais quatro subseções. Na primeira seção, analisaremos como Marx e Engels, em *A Ideologia alemã*, constroem a noção de ideologia como “falseamento da realidade”. Explorando essa ideia, ao longo das demais subseções, discutiremos como essa noção surge modificada em Althusser, Laclau e Žižek. Por fim, tecemos nossas considerações, as quais apontam que, embora com traços claramente distintos e a despeito das críticas dos autores à noção clássica (marxiana) de “falseamento da realidade”, essa ideia está presente em todos eles, já não em uma forma crítico-negativa. Ademais, aproximando as diferentes perspectivas, é possível argumentar que a ideologia, embora não hegemonize a realidade de forma objetiva, pois sempre haverá elementos contra hegemônicos que escapam à vontade de totalidade das construções ideológicas, é um elemento inerente à estrutura social, não sendo possível, portanto, vivermos para além da ideologia, superando-a definitivamente.

² Embora não integrem nossos objetos nesta oportunidade, entre as diferentes interpretações correntes, podemos destacar aquelas que ora buscam evidenciar a ideia de fim da ideologia (Cf. Bell 1980; Fukuyama, 1992), ora almejam a “desideologização” das relações sociais. Esta última, em particular, tem sido comum, no Brasil e no mundo, nos discursos populistas da “nova direta”. O argumento central tende a atribuir para si uma suposta orientação não-ideológica das relações, ao mesmo tempo em que busca imprimir aos opositores a figura de “ideólogos” ansiosos por trazerem sua “visão de mundo” como “doutrina” para o conjunto da sociedade (Cf. Mészáros 1996; 2008). Recentemente, no Brasil, o discurso do “Escola Sem Partido” ganhou esse destaque. Um de seus elementos estruturantes é a busca pela suposta “desideologização” do ensino escolar, partindo do pressuposto de que há uma ideologia de “doutrinação de esquerda” refletida, por exemplo, no que tem sido denominada de “ideologia de gênero”, uma crítica populista de direita à suposta doutrinação de gênero (feminismo, discussão sobre igualdade de gênero etc.) promovida pela esquerda. No entanto, radicalmente diferente de uma “fuga da ideologia”, o que se nota é a construção de uma ideologia conservadora (Cf. Severo; Gonçalves; Estrada 2019; Daltoé; Ferreira 2019).

³ A trajetória do conceito de ideologia na tradição marxista é bastante ampla. Poderíamos elencar as contribuições de Lenin, Lukács, Gramsci, dentre outros. Para uma leitura desta trajetória, ver Löwy (1991: 11-32; 95-112).

1. Em torno da ideologia: algumas notas sobre a ideia de “falseamento da realidade” a partir da leitura de *A Ideologia alemã*

O conceito de ideologia não é obra de Marx e Engels. O termo foi originalmente cunhado pelo francês Destutt de Tracy, em 1801, ao publicar *Eléments d'Idéologie*. Em sua gênese, o conceito se referia ao estudo científico das ideias, sendo que estas eram percebidas como “o resultado da interação entre o organismo vivo e a natureza, o meio ambiente”, em que “trata da questão dos sentidos, da percepção sensorial, por meio da qual se chegaria às ideias” (Löwy, 1991: 11).

Alguns anos depois, o termo passaria a ser discursivamente disputado. Como destaca Löwy (1991: 11), em 1812, Destutt de Tracray passou a ser atacado por Napoleão, que o acusara de “ideólogo”: “No entanto, para Napoleão, essa palavra já tem um sentido diferente: os ideólogos são metafísicos, que fazem abstração da realidade, que vivem em um mundo especulativo”. O paradoxo era que Destutt, que buscara uma reflexão científica materialista das ideologias, passou a ser percebido como especulador metafísico. Até 1846, quando Marx e Engels publicaram *A Ideologia alemã*, era esse sentido atribuído por Napoleão a Destutt e a seus seguidores, que se manteve presente em jornais, revistas e nos debates políticos. Foi somente com a obra de Marx e Engels que o debate sobre ideologia ganharia novo fôlego. A ideologia passou a ser concebida “como equivalente à ilusão, falsa consciência, concepção idealista na qual a realidade é invertida e as ideias aparecem como motor da vida real” (Löwy, 1991: 12).

A grande questão para Marx e Engels eram as condições reais de existência e suas relações imaginárias, uma vez que o modo de produção da vida material condiciona todo o “social” (Althusser, 1969). Já nas primeiras páginas de *A Ideologia alemã* é possível perceber as críticas de Marx e Engels (1998) ao que os autores entendem como sendo os limites da filosofia hegeliana: o idealismo. Como destacam, trata-se de um pensamento que comprehende a realidade, não a partir de suas premissas reais (bases materiais), mas sim das representações ideais que os sujeitos têm da realidade. Partindo desse embate teórico com os ideólogos alemães (velhos e jovens hegelianos), Marx e Engels (1998), orientados por uma agenda político-revolucionária de transformação social, argumentam que para uma transformação da consciência, como também almejavam os hegelianos, era necessário ir além da crítica das ideias, como faziam estes, e pensar a partir das bases reais, isto é, ter como premissa as ações dos indivíduos – transformação da realidade pela ação dos homens – e suas condições materiais de existência.

Com base nessas premissas, Marx e Engels (1998) passam a destacar como, ao longo da história da humanidade, passando pela propriedade tribal, comunal e feudal, as diferentes configurações das forças produtivas e as relações de produção engendraram diferentes modos de produção, sendo que estes implicam diretamente, como fator causador, um modo de cooperação ou estágio social determinado. Como destacam explicitamente os autores, isso que significa que para estudarmos a “história dos homens”, devemos perceber as conexões “com a história da indústria e das trocas” (Marx; Engels, 1998: 24). Mais especificamente, devemos nos atentar às relações materiais que perpassam a conexão entre forças produtivas, relações de produção e modos de produção.

Com esse movimento, os autores buscam destacar que a “produção das ideias, das representações e da consciência”, ao contrário de uma mudança de estágio puramente ideal, que se volta novamente à realidade, “está, a princípio, direta e intimamente ligada à atividade material e ao comércio material dos homens; ela é a linguagem da vida real” (Marx; Engels 1998: 18), pois, a consciência, um produto antes de tudo social, “nunca pode ser mais do que o ser consciente; e o ser dos homens é o seu processo de vida vital” (Marx; Engels, 1998: 9). Desse modo:

Ao contrário da filosofia alemã, que desce do céu para a terra, aqui é da terra que se sobe ao céu. Em outras palavras, não partimos do que os homens dizem, imaginam e representam, tampouco do que eles são nas palavras, no pensamento, na imaginação e na representação dos outros, para depois chegar aos homens de carne e osso; mas partimos dos homens em sua atividade real, é a partir do seu processo de vida real que representamos também o desenvolvimento dos reflexos e das repercussões ideológicas desse processo vital (Marx; Engels 1998: 19).

Aqui, além da inversão da dialética hegeliana, em que a tese passa a ser refletida na vivência mundana/material e não mais no nível das consciências, encontramos outra questão de grande relevância na obra de Marx e Engels, e que nos interessa em particular: a repercussão ideológica, as ilusões da consciência, da falsa consciência, que, para os autores, vale frisar, ocorre no mundo “realmente existente” e não simplesmente no âmbito das ideias, no embate fraseológico, como faziam os hegelianos.

Há que destacarmos que essa ideia de falsa consciência em nada tem a ver com uma compreensão da “razão”. A falsa consciência está diretamente relacionada à consciência dos sujeitos, ou melhor, ao processo de tomada de consciência das condições materiais no interior de uma determinada estrutura social e seus reflexos na (re)produção da própria consciência – o que, como veremos, será rediscutido por Althusser. É o que também nos evidencia Mészáros (2008):

[...] seria ilusória a tentativa de explicar a ideologia meramente pelo rótulo de “falsa consciência”, pois o que define a ideologia como ideologia não é seu legado desafio à “razão”, nem sua divergência em relação às normas preconcebidas pelo “discurso científico” imaginário, mas sua situação real em determinado tipo de sociedade. As funções complexas da ideologia surgem exatamente dessa situação, não sendo minimamente inteligíveis em termos de critérios racionalísticos e científicos abstratos a elas contrapostos, o que constitui meramente uma petição de princípio (Mészáros, 2008: 8).

Afinal, “não é a consciência que determina a vida, mas sim a vida [a expressão última da realidade material] que determina a consciência” (Marx; Engels, 1998: 20 [Acríscimo nosso]). A “vida”, compreendida como a inscrição dos indivíduos no mundo sensível, o que necessariamente envolve sua localização no interior modo de produção em uma determinada época, determina a consciência justamente por estar estruturalmente ligadas às bases materiais. É a partir dessas bases, da divisão no interior do modo de produção e da fixação da atividade social gerada por ela, bem como da contradição entre interesse particular e interesse coletivo inerente a essa divisão, que surge toda a superestrutura, a política, o Estado os interesses de classes e os processos de consciência humana: é aqui que localizamos a concepção crítico-negativa de ideologia no pensamento dos autores como referência à fantasia que (re)produz a falsa consciência da realidade aparente – o interesse particular da classe burguesa como sendo interesse coletivo –, tendo como efeito estruturante a (re)produção das relações de poder nas sociedades capitalistas⁴.

⁴ Também nesse sentido de evidenciar a consciência social prática e a ideologia, por ela determinada, que Mészáros (1996: 25-26) destaca que a “questão da ‘falsa consciência’ – que é frequentemente apresentada de modo parcial, a fim de favorecer aqueles que a alimentam – é um momento subordinado dessa consciência prática determinada pela época”. Conferir também a discussão de Löwy (1991: 12; 22-25; 95-105) sobre a abordagem crítico-negativa da ideologia na obra *A Ideologia alemã*, de prática social e visões de mundo, na obra “18 Brumário de Luis Bonaparte” e “A Miséria da Filosofia”, sobre a fonte do processo de produção da ideologia: as classes sociais e seus representantes.

É por meio da ação ideológica, isto é, por meio do falseamento das condições reais de existência levado a cabo pelo processo de universalização-coletivização como verdade de interesses particulares da classe dominante, como sendo interesse coletivo, que a “vida” passa a ser concebida por meio da lente hegemônica da classe dominante, a qual busca manter a estrutura social burguesa de exploração da classe operária pela classe detentora dos meios de produção. Como destacam os autores:

Os pensamentos da classe dominante são também, em todas as épocas, os pensamentos dominantes; em outras palavras, a classe que é o poder *material* dominante numa determinada sociedade é também o poder espiritual dominante. A classe que dispõe dos meios da produção material dispõe também dos meios de produção intelectual, de tal modo que o pensamento daqueles aos quais são negados os meios de produção intelectual está submetido também à classe dominante. Os pensamentos dominantes nada mais são do que a expressão ideal das relações materiais dominantes; eles são essas relações materiais dominantes consideradas sob forma de ideias, portanto, a expressão das relações que fazem de uma classe a classe dominante; em outras palavras, são as ideias de sua dominação (Marx; Engels, 1998: 48).

Nesse processo de falseamento, a realidade contingencial do modo de produção capitalista, sua divisão entre proprietários e não-proprietários e a consequente relação de exploração-dominação, se apresenta aos indivíduos como sendo uma realidade histórica universal, como sendo um conjunto de coisas dadas, algo sempiterno, portanto, uma realidade objetiva, alienando-os da verdadeira realidade da marcha histórica da humanidade.

O que se percebe sobre a ideologia em Marx e Engels, portanto, é a existência de uma dimensão do “real” e uma dimensão da “ilusão”, de uma consciência falsa da realidade. A ideologia, nesta definição crítico-negativa, é um processo de inversão, ou “distorção”, da realidade, um falseamento, uma criação ilusória desta realidade que oculta a verdadeira história da humanidade – em sua máxima, a contradição social ontológica do modo de produção capitalista: a luta de classes. É o que também encontramos na compreensão de Mendonça (2014: 147):

Na concepção ideológica marxiana, a ideologia é necessariamente o oposto da verdade, uma inversão semântica acerca das relações realmente existentes num contexto societário; tal concepção pressupõe que a inversão de sentidos produzida pelo fenômeno ideológico oblitera o alcance da verdade, da transparência, da visão não invertida.

Esse falseamento está diretamente relacionado ao ocultamento da luta de classes e da dominação dos interesses particulares da burguesia, a partir do Estado, fazendo de suas ideias a ideia dominante de um tempo. Para Marx e Engels (1998: 87), a luta contra o falseamento dos verdadeiros interesses coletivos é uma luta que só será finalmente superada com o advento da sociedade comunista, com a superação do atual modelo de produção capitalista e de suas relações, tratando “as condições naturais prévias como criações dos homens que nos precederam até agora, de despojá-las do seu caráter natural e submetê-las ao poder dos indivíduos reunidos”, o que implica um “descortinar” da história universal, a saída de um estado de alienação que omite as relações sociais e o conflito de classes que constituem a história. Nesse momento de “descortinamento”, as relações reais já não são estranhas à classe consciente de seu papel histórico: o de estabelecer um novo fundamento social, um fundamento positivo de “desfalseamento” da realidade, a estrutura social comunista.

1.1. Da ideologia como o oposto da verdade à “verdade ideológica” enquanto representação: uma leitura de Althusser

Essa proposição de ideologia como um falseamento radical da realidade, que oculta uma (suposta) realidade plenamente significável, sofrerá modificações em Althusser. Se na abordagem marxiana, se assim podemos resumir, a ideologia é o oposto da verdade-real, em Althusser se dará a partir da representação dos sujeitos⁵ nas condições de existência – mediadas pelos Aparelhos de Estado –, “ou seja, em última instância das relações de produção e de classe (ideologia = relação imaginária com as relações reais⁶)” (Althusser, 1985: 89).

A ideologia, nestes termos, é uma *representação* da verdade-real, o que envolve a simbolização dos sujeitos em suas práticas sociais, que *sempre já* é ideológica. Isso significa que não há sociedades sem ideologias, tampouco um “momento” de superação da ideologia, ou de “desfalseamento” da realidade. Trata-se de uma concepção estruturalista de ideologia, que a comprehende como organicamente *constitutiva do social*. Sob essa perspectiva, a ideologia deixa de ser percebida pela leitura crítico-negativa e passa a ser analisada em estreita relação à constituição social, sendo impossível uma “fuga da ideologia”. O que muda, portanto, são as construções ideológicas historicamente contingenciais, ou, em outros termos, *ideologias particulares*, e não a *ideologia em geral*, percebida como constitutiva do social.

Esse constructo fica ainda mais claro quando Althusser (1969: 232) afirma que a ideologia é “parte orgânica de toda a totalidade social. É como se as sociedades humanas não pudessem sobreviver sem essas formações específicas, esses sistemas de representações (em vários níveis), que são suas ideologias”. Ainda segundo o autor:

Somente uma visão ideológica do mundo poderia ter imaginado sociedades sem ideologia e admitido a ideia utópica de um mundo no qual a ideologia (não apenas uma de suas formas históricas) desapareceria sem deixar vestígios, para ser substituída pela ciência. Por exemplo, essa utopia é o princípio por trás da ideia de que a ética, que é em sua essência ideologia, poderia ser substituída pela ciência ou tornar-se científica por completo; ou que a religião poderia ser destruída pela ciência que, de algum modo, tomaria o seu lugar; que a arte pode se fundir com o conhecimento ou se tornar “vida cotidiana” etc. (Althusser, 1969: 232).

Enquanto parte constituinte das formações sociais, um elemento estrutural, a ideologia se materializa nos e por meio das práticas dos aparelhos ideológicos, com as quais os sujeitos se deparam e pelas quais são constantemente interpelados⁷. É nesses termos, como destaca Albuquerque (1985: 39), que Althusser tece suas críticas acerca da ideologia no pensamento marxiano, o qual a comprehende como uma “representação imaginária do mundo, invertida, deformada e de que baste interpretar tal inversão e deformação para resgatar o seu conteúdo verdadeiro”.

5 A frase “*sempre já* somos sujeitos” expressa a ideia de Althusser acerca da relação entre as categorias de sujeitos e ideologia: “toda ideologia tem por função (é o que a define) ‘constituir’ indivíduos concretos em sujeitos” (Althusser, 1985: 93). Esse processo de “constituição” de indivíduos em sujeitos é uma condição de sua existência social, seu reconhecimento, quase sempre inconsciente – reconhece a interpelação, mas desconhece os mecanismos pelos quais ocorrem –, dar-se nas relações sociais, onde “estão sempre participando de um sistema de referências no qual já ocupam sempre o lugar de sujeito” (Albuquerque 1985, 44). O sujeito também é sujeito a outro Sujeito, que será uma “forma” ideológica, como a religião, a educação etc. Conferir também Althusser (1985: 93-107).

6 Uma relação imaginária não é um simples constructo ideal, é, como destaca Althusser (1985, 89-90), “em si mesma dotada de uma existência material”, concretizada nas práticas cotidianas dos sujeitos, as quais são reguladas por práticas, costumes, rituais dos Aparelhos Ideológicos de Estado. Como no exemplo apresentado pelo autor, se um sujeito crê em Deus, “ele vai à Igreja assistir à Missa, ele se ajoelha, reza, se confessa, faz penitência”, isso representa a existência material.

7 Essa *interpelação* ocorre o tempo todo e está vinculada, sobretudo, os Aparelhos Ideológicos de Estado (AIE), como a igreja, a escola, dentre outros, cujas crenças, ideias, rituais e práticas evidenciam uma dimensão material da ideologia (ideologia é prática): “ideias são seus atos materiais inseridos em práticas materiais, reguladas por rituais materiais que são também definidos pelo aparelho ideológico material de que relevam as ideais desse sujeito” (Althusser, 1985: 92).

Considerando a influência da psicanálise no pensamento do autor, e considerando sua compreensão de *ideologia* como sendo “um sistema de ideias, de *representações* que domina [porque interpela constantemente] o espírito de um homem ou de um grupo social” (Althusser, 1985 [Grifo e acréscimo nossos]), entendemos que a ideia de *representação*, central em sua definição, indica uma impossibilidade dos sujeitos de acessar a (suposta) plenitude da verdade-real. A *representação*, assim concebida, é uma significação possível do Real, um efeito fantasmático. Esse “efeito” não significa o exato contrário àquilo que os sujeitos entendem como verdadeiro, por isso a ideologia não é, *ipso facto*, um “falseamento” da realidade, mas uma *representação possível*, contingencial, impossível de totalizar a realidade de forma objetiva – realidade como algo finalmente sedimentada –, pois, estando os sujeitos no registro do simbólico, e não do Real, tudo é fantasia no sentido de que o Real é uma impossibilidade (Lacan, 2005; 2002).

Essa *impossibilidade constitutiva* parece estar clara no pensamento de Althusser, embora estudiosos do pensamento althusseriano destaquem que a análise do autor esteja ligada ao Real e não ao simbólico⁸. Vejamos uma longa passagem:

[...] não são as suas condições reais de existência, seu mundo real que os “homens” “se representam” na ideologia, o que é nelas representado é, antes de mais nada, a sua relação com as suas condições reais de existência. É essa relação que está no centro de toda representação ideológica, e, portanto, imaginária do mundo real [imaginárias porque são representações das relações materiais entre os homens. Cf. Albuquerque (1985)] (...). Em linguagem marxista, se é verdade que a representação das condições de existência reais dos indivíduos que ocupam postos de agentes da produção, da exploração, da repressão, da ideologização e da prática científica, remete em última instância às relações de produção e às relações derivadas das relações de produção, podemos dizer que: toda ideologia representa, em sua deformação necessariamente imaginária, não as relações de produção existentes (e as outras relações delas derivadas) mas sobretudo a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção e demais relações daí derivadas. Então, é representado na ideologia não o sistema das relações reais que governam a existência dos homens, mas a relação imaginária desses indivíduos com as relações reais sob as quais eles vivem (Althusser, 1985: 87-88).

A *ideologia*, no pensamento do autor, não é, portanto, exatamente um falseamento das relações (reais), em que, para Marx e Engels, a realidade de fato surge aos sujeitos como um fenômeno acessível (significável). A crítica de Althusser em relação à obra *A ideologia alemã* gira em torno do caráter a-histórico (negativo e positivista) da ideologia. Nesta obra, como destaca Althusser (1985: 83), a ideologia é “concebida como pura ilusão, puro sonho, ou seja, nada. Toda sua realidade está fora dela”. Ainda nesse sentido:

A ideologia é então para Marx um bricolage imaginário, puro sonho⁹, vazio e vazio, constituído pelos “resíduos diurnos” da única realidade plena e positiva, a da história concreta dos indivíduos concretos, materiais, produzindo materialmente sua existência. É nesse sentido que, na Ideologia alemã, a ideologia não tem história, uma vez que sua história está fora dela, lá onde está a única história, a dos indivíduos concretos etc. Na Ideologia alemã a tese de que a ideologia não tem história é, portanto, uma tese puramente negativa (Althusser, 1985: 83-84).

⁸ Cf. Motta e Serra (2014: 143).

⁹ Aqui, Althusser (1985: 83) retoma as concepções pré-freudianas acerca do sonho, o que é de fundamental importância para seu pensamento e para o pós-marxismo com um todo. Para os autores anteriores a Freud, argumenta Althusser, “o sonho era resultado puramente imaginário, quer dizer, nulo, de ‘resíduos diurno’, apresentados numa ordem e composição arbitrárias, por vezes mesmo ‘invertidas’, em suma ‘desordenadamente’”. Althusser apresenta o conceito psicanalítico de “sobredeterminação” para evidenciar que a formação social, assim como os sonhos, não possui um único elemento organizador ou que seja suficiente para pré-determinar sua causa. Para uma leitura sobre a sobredeterminação e a ideia de totalidade social resultante desta discussão, conferir Laclau e Mouffe (2015: 163-178); Marques (2020).

Ao contrário desses preceitos, em Althusser (1985: 84), a *ideologia*, enquanto uma teoria geral, não tem história, mas a partir de um sentido positivo e não negativo como em Marx e Engels: “tem uma estrutura e um funcionamento tais que fazem dela uma realidade não-histórica” no sentido de que ela é omni [todo, inteiro] histórica. Para o autor, como vimos anteriormente, a ideologia é constitutiva do social; é uma realidade não-histórica no sentido de que apresenta uma estrutura e funcionamento imutável em toda a história, que é a história das formações sociais de classe = história das classes sociais = história da luta de classe. A ideologia, portanto, é eterna, e isso significa “não a transcendência a toda história (temporal), mas omnipresença, trans-histórico e, portanto, imutabilidade em sua forma em toda sua extensão da história” (Althusser, 1985: 85). Ou seja, não há uma realidade social da qual a ideologia esteja ausente; ao contrário de uma inversão da realidade, a ideologia, ela mesma, é parte dessa realidade representada, logo ideológica, pelos sujeitos.

O efeito da ideologia na interpelação constante dos sujeitos em suas experiências concretas, disseminado e resguardado/assegurado pelos Aparelhos de Estado, vale frisar, é o de garantir o processo de (re)produção da *formação social* – aqui estamos a considerar a argumentação de Althusser sobre as sociedades capitalistas –, subjugando os sujeitos à ideologia dominante, à classe dominante, e, com isso, garantindo a manutenção/reprodução das relações de exploração capitalista: “É por intermédio da ideologia dominante que a ‘harmonia’ (por vezes tensas) entre o aparelho repressivo de Estado e os Aparelhos Ideológicos de Estado e entre os diferentes Aparelhos Ideológicos de Estado é assegurada” (Althusser, 1985: 74-75). Se falarmos em “caráter falso” de uma proposição ideológica em Althusser, é nesse objetivo de assegurar certa harmonia intermediada pela ideologia dominante, o desconhecimento da submissão; o que implicaria o ocultamento das lutas ideológicas que são travadas pelo poder de Estado e dos aparelhos de Estado. d

1.2. Ideologia como sedimentação discursiva: uma leitura laclauiana

Partindo da discussão althusseriana de sobredeterminação e totalidade social, Laclau e Mouffe (2015) argumentam que toda estrutura social é fundada a partir de uma lógica (discursiva) decisória, isto é, a partir de práticas discursivas que buscam estabelecer fundamentos ao social, buscam se sedimentar como “verdades”. De imediato, portanto, cumpre destacar a compreensão de que não há discursos que não sejam *sempre já* ideológicos.

Como argumentam Laclau e Mouffe (2015), Althusser foi quem mais avançou no debate marxista ao argumentar, dialogando com a linguística e com a psicanálise, que toda formação social resulta de um fenômeno de *sobredeterminação*: não há uma causa única suficiente para explicar a sua ocorrência. Isso, a princípio, levaria a um processo de recusa da determinação econômica em última instância na análise social marxista; mas não aconteceu no pensamento althusseriano. No entanto, como sustentam os autores, embora Althusser não tenha levado seu argumento às últimas consequências, o que o levaria a romper com o determinismo presente no marxismo clássico, sua argumentação permitiu uma abertura no interior do debate marxista contemporâneo.

A noção de *sobredeterminação* nos permite perceber que a formação social (ou *totalidade social*) não possui um único elemento organizador: toda estrutura social é fundada a partir de uma lógica (discursiva) decisória. Isso significa dizer que se constitui a partir de práticas discursivas que buscam estabelecer fundamentos ao social em detrimento de outros fundamentos. É nesse sentido que Laclau e Mouffe (2015: 37) concebem o social “como espaço discursivo – ou seja, que possibilita relações de representação estritamente inconcebíveis no interior de um paradigma fisicista ou naturalista”.

Como resultado de *relações de representação*, o social sempre será um resultado de esforços de particularidades que, por mecanismos hegemônicos (sedimentação)¹⁰, tendem a assumir a representação da totalidade (que pode ou não ser o ideal revolucionário da classe operária¹¹). Concebido como um espaço discursivo e politicamente (e, portanto, ideologicamente) instituído, o social deixa de ser percebido como um “jogo fechado”, como uma “totalidade fundante que se apresenta a si mesma como um objeto inteligível do ‘conhecimento’” (Laclau, 2000: 104):

[...] hoje em dia tendemos a aceitar a infinitude do social, quer dizer, o fato de que todo sistema estrutural é limitado, que está sempre rodeado por um “excesso de sentido” que ele é incapaz de dominar e que, em consequência, a “sociedade” como objeto unitário e inteligível que funda seus processos parciais, é uma impossibilidade [...]. O social não é tão somente o infinito jogo das diferenças. É também o intento de limitar este jogo, de domesticar a infinitude, de abarcá-la dentro da finitude de uma ordem. Mas esta ordem – ou estrutura – já não representa a forma de uma essência subjacente do social; é, ao contrário, o intento de atuar sobre o “social”, de hegemonizá-lo (Laclau, 2000: 104-105).

Afirmar que toda ordem discursiva – ou estrutura, como Laclau nos chama atenção na citação acima – é *sobre determinada* e efeito de uma particularidade que se apresenta como universal (hegemonizando-se), não significa, em absoluto, que não possamos falar em totalidade. Não se trata de uma negação radical da noção, mas de pensá-la a partir de pressupostos não essencialistas, percebendo-a sempre como efeito de representação do universal por particularidades (indeterminadas, vale frisar)¹². Nesse exercício, o social deixa de ser concebido como uma ingênuia redução teórica de uma ideia de totalidade última, como um “todo constituído”:

[...] o problema da totalidade social se coloca em novos termos: a “totalidade” não estabelece os limites “do social” mediante a transformação deste último num objeto determinado (quer dizer, a “sociedade”). Pelo contrário, o social sempre excede os limites de todo intento de constituir a sociedade. Ao mesmo tempo,

10 Para definir *sedimentação* é necessário atenção também à noção de *reativação*, ambas oriundas das contribuições de Husserl (1989; 2008) e retomadas por Laclau (2000; 2014). Devido aos nossos objetivos, apresentarei de forma resumida. Uma análise mais detida dessa discussão pode ser conferida em Marques (2020). Em Husserl, sedimentação significa o êxito do processo de rotinização, de esquecimento, de distanciamento das origens dos “sentidos originais”, isto é, da significação primeira. Já em Laclau, em uma linguagem política, a *sedimentação* é êxito de um ato de instituição do social enquanto uma realidade objetiva. À fenomenologia transcendental, aduz Husserl, caberia a tarefa de *reativação* dos “sentidos originais”, compreendidos como o momento “da auto-existência original, na imediaticidade [Aktualität] de sua primeira produção, ou seja, na ‘evidência original’ (...)” (Husserl, 1989: 163), cujo processo de *sedimentação* tende a ocultá-lo. Ao contrário desse movimento de um possível retorno aos “sentidos originais” presentes no mundo da vida, para Laclau, a *reativação* representa a desconstrução do caráter objetivo de toda tentativa de *sedimentação* do social. Em Laclau não há espaço para um retorno à “evidência original” à la Husserl, como momento pré-discursivo; e sim a percepção de que esse momento evidencia a exclusão de alternativas: algo foi fundamentado, instituído, em detrimento de outro. Para Laclau, portanto, todo ato de *sedimentação*, por mais bem sucedido que seja, carrega consigo as marcas de sua radical contingência.

11 Os parentes no parágrafo, destacando a questão da ideia de classe, têm por objetivo chamar a atenção para a ruptura promovida por Laclau e Mouffe com a centralidade ontológica conferida à classe operária no pensamento marxista clássico como “sujeito universal da história”. Há outros pontos de ruptura com o marxismo clássico, como a discussão sobre a divisão material-ideal na referida teoria. Como não faz parte dos objetivos neste artigo um aprofundamento da perspectiva pós-marxista em Laclau, indicamos a leitura de Laclau e Mouffe (2015), Laclau e Mouffe (2000) e Barrett (1996).

12 O que apresentamos aqui, resumidamente e destacando o elemento ideológico, cumpre satisfatoriamente a abordagem de Laclau sobre a relação entre contingência-universalidade-hegemonia. Para um aprofundamento sobre essa discussão no interior de um debate político-filosófico que podemos chamar de “pós-moderno de esquerda” (Laclau, Žižek, Butler, Mouffe etc.) – ainda que sob o risco de “mal-entendidos mal-intencionados” – vale a leitura da obra “Contingência, hegemonia universalidade”, profícuo debate promovido por Butler, Laclau e Žižek (2017).

contudo, a “totalidade” não desaparece: se a sutura que ela almeja é em última instância impossível, resulta possível, porém, proceder a uma fixação relativa do social através da instituição de pontos nodais (...). Cada formação social tem suas próprias formas de determinação e de autonomia relativa, que são sempre instituídas através de um complexo processo de sobredeterminação e não podem, por conseguinte, ser estabelecidas a priori (Laclau, 2000: 105).

A totalidade não determina os limites do social porque este resulta de *efeitos totalizantes* do discurso que, ao lograr hegemonizar-se (sedimentar-se), busca ocultar o caráter *sobredeterminado*, portanto, radicalmente indeterminado e contingente, do social. Se o social, como argumentado, não é uma totalidade fundante, isto é, não possui um centro, um fundamento estável, uma “verdade última”, um sentido original pré-discursivo à la Husserl, como argumentar no sentido de um “falseamento da verdade/realidade”, uma vez que, como destaca Laclau (2014: 26), é inerente à ideologia, enquanto falseamento, uma “falsa” luz lançada sobre o sentido original, enquanto possibilidade pré-discursiva? Na construção laclauiana, isso só é possível se pensarmos em termos de *função* da ideologia no discurso:

Parece, portanto, que poderíamos manter o conceito de ideologia e a categoria de falsa representação na medida em que invertermos seu conteúdo tradicional. O ideológico não consistiria na falsa representação de uma essência positiva, mas exatamente no oposto: consistiria no reconhecimento do caráter precário de toda positividade, na impossibilidade de toda sutura final (Laclau, 2000: 106).

O *discurso*¹³ busca, portanto, significar a realidade, isto é, atribuir algum sentido à realidade que se pretende como “verdade” (naturalização dos sentidos como verdade, logo hegemonia, fundamentação). E a ideologia? Esta, no pensamento laclauiano, tem a *função* de obscurecer, distorcer, ocultar, o caráter contingente do discurso: *a função da ideologia é a sedimentação do discurso como um horizonte*, sua naturalização, negando a contingência própria de toda formação discursiva e atribuindo um sentido de “verdade última” (fundamento estável):

O ideológico consistiria naquelas formas discursivas por meio das quais a sociedade trata de instituir-se sobre a base do fechamento, da fixação de sentido, do não reconhecimento do jogo infinito das diferenças. O ideológico seria a vontade de “totalidade” de todo discurso totalizante. E na medida em que o social é impossível sem certa fixação de sentido, sem o discurso do fechamento, o ideológico deve ser visto como construtivo do social. O social só existe como o intento vão de instituir esse objeto impossível [enquanto totalidade positiva]: a sociedade (Laclau, 2000: 106).

Aqui devemos tecer mais um comentário para finalizarmos e evitarmos alguns mal-entendidos. Na citação acima, Laclau é claro sobre a possibilidade de constituição do social, este “só existe como o intento vão de instituir esse objeto impossível”. Ao discutir a noção de ideologia no pensamento laclauiano, Michèle Barrett (1996: 259) argumenta que a tese substantiva de Laclau é a “de que a ideologia é uma vã tentativa de impor um fechamento a um mundo social cuja característica essencial é a articulação infinita das diferenças e a impossibilidade de qualquer fixação última do sentido”. De fato, isso é correto, mas é preciso um pouco mais de atenção.

13 Podemos conceber o *discurso* como uma prática (ações e enunciados) que resulta de processos articulatórios voltados para a produção de uma determinada unidade de significação da realidade que, como tal, busca se sedimentar enquanto uma verdade última na organização das relações sociais, o que significa que toda realidade social é um constructo de uma estruturação discursiva (Laclau; Mouffe, 2015; Laclau, 2000; Marques, 2020).

Como já dissemos, a ideia de sutura final do social é uma impossibilidade estrutural no pensamento laclauiano; nesses termos, nenhum discurso é capaz de alcançar uma “universalização total”, pois sempre haverá um “resto do real” que escapará ao ato de significação. Em termos políticos, sempre haverá um processo de exclusão que não encontrará medida comum na cadeia discursiva hegemonicâ. Em outras palavras, nenhum discurso é capaz de articular em torno de si todos os elementos dispersos no campo da discursividade. Assim, a noção de ideologia em Laclau é melhor compreendida se, ao invés de a colocarmos como “uma vã tentativa de impor um fechamento a um mundo social (...)” – que não está de todo equivocado –, a percebemos como o resultado mais ou menos bem sucedido de ofuscamento do caráter contingencial do discurso que se apresenta como *fundamento*.

Um segundo ponto é ideia de “articulação infinita das diferenças” como característica essencial do mundo social. Devemos ter cuidado para não interpretarmos essa afirmação pela perspectiva anti-fundacionalista. Ao contrário dessa perspectiva, a qual advoga a extinção da ideia de fundamento do social (“pronto, como inerente à época pós-moderna, tudo se faz líquido”), temos que pensar essa afirmação a partir da crítica pós-fundacionalista inerente ao pensamento laclauiano. Nessa perspectiva, ao contrário da invalidação de toda possibilidade de estabelecimento de fundamentos à estrutura (anti-fundamentalismo), não há qualquer objetivo de uma completa negação da ideia de fundamento, tampouco a possibilidade de determinação de um *fundamento último* ao jogo estrutural (fundamentalismo). A crítica pós-fundacionalista não busca uma completa negação da possibilidade de estabelecimento de fundamentos, mas “debilitar seu status ontológico” (Marchart, 2009: 15), isto é, reduzir sua centralidade e imobilidade estrutural e, por conseguinte, colocar em questão a possibilidade de determinação de um fundamento último ao social. Não se trata, portanto, de uma “liquidez total”, e sim da sustentação da impossibilidade de um *fundamento último*, o que “é logo inteiramente distinto, pois implica a crescente consciência, por um lado, da contingência e, por outro, do político como o momento de um fundar parcial e, em definitivo, sempre falido” (Marchart, 2009: 15)¹⁴.

Lógica similar se aplica à ideia de articulação das diferenças, apresentada por Barrett como infinita – podemos pensar como infinita se aceitarmos a ideia de impossibilidade de fundamentos últimos, mas não é correto, ao menos não é claro, apontarmos os processos articulatórios como infinitos, pois toda articulação discursiva exige um momento de deter o processo de significação, um ponto em torno do qual as diferenças se articulam como um discurso. Esta é ideia de ponto nodal pensada por Laclau e Mouffe (2015) a partir da noção de *points de capiton* em Lacan. Da mesma forma que a ausência de *points de capiton*, na perspectiva lacaniana, impossibilita que o processo de significação se detenha, a ausência de *pontos nodais*, em termos laclauianos, impossibilita que uma formação discursiva seja levada a cabo. Sem um *ponto nodal*, ou *pontos nodais*, os discursos em vias de formação permanecem no âmbito da *lógica da diferença*, dispersos num amontoado de sentidos com diferentes direções – não há “ordem”¹⁵. O *ponto nodal*, portanto, é um significante que, ao emergir da própria *prática articulatória*, consegue abranger uma gama de diferentes significados ao ponto de deixar de possuir um significado transparente para todos os *elementos*, pois deixa de ter um conteúdo particular; torna-se, nos termos de Laclau e Mouffe (2015 [1985]), um *significante vazio*¹⁶. São nesses termos que, falando de forma mais objetiva, a articulação não pode ser infinita.

14 Fazemos uma discussão mais apropriada sobre a crítica pós-fundacionalista, a perspectiva anti-fundacionalista e fundamentalista em Graeff, Nascimento e Marques (2019) e Marques (2020). Essa discussão também está presente em Mendonça e Rodrigues (2014) e Mendonça, Linhares e Barros (2016).

15 Na ausência do ponto de referência (*point de capiton*) o processo de significação tende a ser interminável: “O *point de capiton* é necessário no sentido de que, sem ele, não há nenhuma ordem; sua função implica a introdução de um princípio de ordenamento que torna possível a emergência do significado social e a construção da realidade. Sem a intervenção do *point capiton*, o mundo colapsa num universo psicótico” (Stavrakakis, 2007: 97).

16 Como afirma categoricamente: “Um significante vazio é, no sentido estrito do termo, um significante sem significado” (Laclau, 2011: 67). Um significante sem significado não quer dizer que não possua qualquer significado, e sim que não há significado particular. Um significante só se torna um significante vazio – pontos nodais e significantes vazios podem ser tomados como sinônimos – quando seu conteúdo particular “é ‘esvaziado’ de sua significação particular com o objetivo de representar a completude em geral e de poder articular um grande número de significantes heterogêneos” (Stavrakakis, 2007: 123).

O último ponto que devemos destacar a partir da afirmação de Michèle Barrett é sobre essa “vã tentativa de impor um fundamento”, essa “impossibilidade da sociedade” (pensada como o fracasso do momento de reconciliação social, de superação dos conflitos, do fim da ideologia etc.). Isso não significa, como destaca Žižek (2017: 109), “que tenhamos que renunciar a todo projeto de transformação social global, e limitar-nos aos problemas parciais que devem se resolvidos”. Um projeto democrático radical e plural, ainda que apresente diferentes pontos de ruptura com o projeto (marxista-iluminista-humanista) clássico de emancipação, não se distancia da necessária “utopia iluminista-humanista” de transformação-revolução.

Nesses termos, com Laclau e com Althusser, resguardadas as diferenças, podemos dizer que ideologia é constitutiva do social e, portanto, não tem história (não há, nesses autores, como também não em Žižek, uma concepção crítica-negativa da ideologia como em Marx e Engels). Se falarmos em “falsa consciência” ou “distorção da realidade” no pensamento lacluaniano é no sentido de que, para Laclau (2000; 2014), a ideologia, em uma dimensão analítica, visa ocultar o caráter precário, contingencial, histórico do social enquanto totalidade: “o que a distorção ideológica projeta em um objeto particular é a plenitude impossível da comunidade” (Laclau, 2014: 29). Nessa perspectiva analítica, como destaca Mendonça (2012: 147), “não há nada inverídico para se tornar verídico, pois o que deve ser abandonado, nesse particular, é a própria concepção de que há uma verdade absoluta a ser alcançada”, uma verdade a ser desvelada¹⁷. Como argumentamos no início desta seção, não há discursos que não sejam *sempre já* ideológicos.

1.3. O caráter ilusório da ideologia: notas a partir de Žižek acerca da falsa consciência

Em Žižek (1992; 1996b), a ideologia também não corresponde à ideia de “falsa consciência”, como no pensamento marxiano. Antecipando o que buscaremos tornar claro, a grande questão de Žižek é localizar o caráter ilusório da ideologia: no pensamento marxiano, a ilusão encontra-se ao lado do *saber*, mas, como o autor busca destacar, a ilusão está do lado do *fazer* na própria realidade.

Tomar a ideologia pela ideia de falseamento, como na expressão marxiana “disso eles não sabem, mas o fazem” – ou “os sujeitos não têm ciência do que fazem, mas o fazem, e o fazem tendo uma falsa representação” –, nos leva ao que Žižek destaca como sendo um retorno à *ingenuidade constitutiva* básica: “a ideologia desconhece suas condições, suas pressuposições efetivas, e seu próprio conceito implica uma distância entre o que efetivamente se faz e a ‘falsa consciência’ que se tem disso” (Žižek, 1992: 59). Essa *ingenuidade constitutiva* indica, portanto, a “divergência entre a chamada realidade social e nossa representação distorcida, nossa falsa consciência” (Žižek, 1996b: 312).

Combatê-la (processo crítico-ideológico marxiano) significa levar a “consciência ingênua” ao (re) conhecimento (*saber*) de suas condições efetivas. No entanto, para Žižek há um paradoxo nesse processo crítico-ideológico negativo de “jogar fora os óculos distorcedores da ideologia”:

¹⁷ Para uma leitura mais específica sobre o debate acerca da noção de ideologia em Althusser e Laclau, envolvendo tanto a fase marxista-althusseriana de Laclau (1978), quanto a partir do giro pós-marxista, com a obra *Hegemonia e Estratégia Socialista* (Laclau; Mouffe 2015), ver Motta e Serra (2014). Sobre a ideologia em Laclau e suas implicações para a análise das práticas políticas, indo, portanto, além de uma dimensão analítica como aqui limitada, ver Mendonça (2014). Uma terceira análise sobre ideologia e hegemonia no pensamento lacluaniano se dá a partir das influências gramsciana. Devido às limitações próprias de um artigo que se propõe refletir sobre mais de um autor (e ideia), buscamos destacar como o conceito de ideologia surge em Laclau na problematização sobre a sedimentação do social. Para uma leitura voltada para a discussão lacluaniana sobre ideologia e hegemonia no interior do marxismo (fortemente influenciado por Althusser e Gramsci) e sua posterior transição para uma crítica ao marxismo a partir de um giro pós-estruturalista com a publicação, com Chantal Mouffe, da obra “Hegemonia e estratégia socialista” (publicada originalmente em 1985), ver Barrett (1996).

Deparamos, pois, com o paradoxo de um ser que só consegue reproduzir-se na medida em que seja desconhecido e desconsiderado: no momento em que o vemos “como ele realmente é”, esse ser se dissolve no nada, ou, mais exatamente, transmuda-se num outro tipo de realidade. É por isso que devemos evitar as metáforas simples do desmascaramento, do tirar fora os véus que suspostamente escondem a realidade nua e crua (Žižek, 1992b: 312).

Contrapondo-se à “consciência ingênua”, e esse suposto retorno à realidade nua e crua, Žižek (1992; 1996b), baseando-se em Peter Sloterdijk, discute o argumento de que a *ideologia funciona de maneira cínica*, o que, segundo Žižek, torna impossível, ou mesmo inútil, o clássico método crítico-ideológico negativo marxiano. A *razão cínica*, fazendo um paralelismo com a expressão marxiana “disso eles não sabem, mas o fazem”, denota a ideia de que “eles sabem muito bem o que estão fazendo, mas mesmo assim o fazem” (Žižek, 1992: 59).

Nestes termos, a *razão cínica*, diversamente de uma *ingenuidade constitutiva*, anuncia o paradoxo de uma “falsa consciência esclarecida”: “estamos perfeitamente cônscios da falsidade, da particularidade por trás da universalidade ideológica, mas, ainda assim, não renunciamos a essa universalidade” (Žižek, 1992: 59-60). O sujeito cínico, portanto, estaria totalmente consciente da distância entre a máscara ideológica e a realidade social, mas insistiria na manutenção da máscara. O *cinismo (cynicism)*, nesses termos, é compreendido como:

(...) a resposta da cultura dominante a essa subversão cínica [kynicismo¹⁸]: ele reconhece, leva em conta o interesse particular que está por trás da universalidade ideológica, a distância que há entre a máscara ideológica e a realidade, mas ainda encontra razões para conservar a máscara (...) o modelo da sabedoria cínica é conceber a probidade e a integridade como uma forma suprema de desonestidade, a moral como uma forma suprema de depravação, a verdade como a forma mais eficaz da mentira. Esse cinismo, portanto, é uma espécie de perversa “negação da negação” da ideologia oficial (Žižek, 1996b: 313).

Como destaca Žižek (1992; 1996b), a *aceitação radical* desse edifício cínico inviabiliza a análise da ideologia por uma “leitura sintomática”, pois a razão cínica antecipa toda distância entre a “mentira” e a “verdade”, em que a “mentira” é vivenciada como “verdade”, levada a sério (Žižek, 1996b: 314): “a razão cínica, com todo o seu desprendimento irônico, deixa intacto o nível fundamental da fantasia ideológica, o nível em que a ideologia estrutura a própria realidade social”. Como já advertia o autor noutro texto, “o ‘cínico’, que ‘não acredita nisso’, que sabe muito bem da inutilidade das proposições ideológicas, desconhece, no entanto, a fantasia que estrutura a própria ‘realidade’ social” (Žižek, 1992: 61). A questão, portanto, é a fantasia ideológica: em que se encontra o lugar da ilusão ideológica, no *saber* ou no *fazer*, na própria realidade?

Voltemos à expressão “disso eles não sabem, mas o fazem”. A partir de uma leitura marxiana, como destaca Žižek (1992: 61), indicaríamos que a resposta à questão se trata de identificarmos a distância entre o saber e a realidade: “não sabemos o

¹⁸ Como destaca Zizek (1996b: 313), “o *kynicism* representa a rejeição popular à cultura oficial, a rejeição pela plebe, através da ironia e do sarcasmo: clássico procedimento cínico [*kynical*] consiste em confrontar as expressões patéticas da ideologia oficial dominante – seu tom grave e solene – com a banalidade cotidiana e expô-las ao ridículo, assim evidenciando, por trás da *noblesse* sublime das expressões ideológicas, os interesses egoístas, a violência e as reivindicações brutais do poder”.

que fazemos’, fazemos uma coisa e temos uma falsa representação dela. Essa falsa representação, naturalmente, é, ela mesma, por sua vez, o efeito necessário de uma efetividade social alienada, invertida etc.” O exemplo que o autor nos dá é o “fetichismo do dinheiro”:

[...] o dinheiro é, na realidade, efetivamente, a encarnação de uma rede de relações sociais; sua função é uma função social, e não uma propriedade do dinheiro enquanto coisa – pois bem, essa função de ser a encarnação da riqueza, o equivalente geral de todas as mercadorias, afigura-se aos indivíduos como uma propriedade natural do dinheiro como coisa, como objeto natural – como se o dinheiro já fosse, enquanto coisa, o equivalente geral, a encarnação da riqueza (Žižek, 1992: 61).

Os indivíduos, em seu *fazer* cotidiano, sabem que o dinheiro não tem nenhuma propriedade mágica; sabem que exprime a relação de compra e venda, sabem, portanto, que há relações humanas nas relações entre as coisas: o capital é uma relação social. O problema, como destaca Žižek (1993: 62), “é que, no processo de troca, eles procedem, agem – *na realidade* – como se o dinheiro fosse, em sua realidade imediata, na qualidade de coisa natural, a encarnação da riqueza”. Há, nesse caso, a ilusão fetichista – e disso eles não sabem plenamente! –, que opera, portanto, na realidade, no *fazer*, na própria realidade. E aqui está a resposta para a nossa questão: “o lugar apropriado da ilusão é a realidade, o processo efetivo social”.

Agora, portanto, demos um decisivo passo à frente: estabelecemos uma nova maneira de ler a fórmula marxista “disso eles não sabem, mas o fazem”: a ilusão não está do lado do saber, mas já está do lado da própria realidade, daquilo que as pessoas fazem. O que elas não sabem é que sua própria realidade social, sua atividade, é guiada por uma ilusão, por inversão fetichista. O que desconsideram, o que desconhecem, não é a realidade, mas a ilusão que estrutura sua realidade, sua atividade social. Eles sabem muito bem como as coisas realmente são, mas continuam a agir como se não soubessem. A ilusão, portanto, é dupla: consiste em passar por cima da ilusão que estrutura nossa relação real e efetiva com a realidade. E essa ilusão desconsiderada e inconsciente é o que se pode chamar de fantasia ideológica (Žižek, 1996b: 316).

Se situarmos a ilusão no *saber*, estaríamos num período “pós-ideológico” cuja ideologia vigente seria a do cinismo em seu sentido radical (Žižek, 1992; 1996b). Podemos aceitar a ideia da ideologia como cinismo somente se localizarmos a ilusão no *fazer*:

Se a ilusão estivesse do lado do saber, a posição cínica seria simplesmente uma posição desprovida de ilusão: “sabemos o que fazemos e o fazemos”. O paradoxo da posição cínica só aparece ao identificarmos a ilusão atuante na própria realidade: “eles sabem muito bem que, em sua atividade real, pautam-se por uma ilusão, mas, mesmo assim, continuam a fazê-lo” (Žižek, 1992: 63).

A ideologia, nestes termos, não é uma mera construção imaginária da realidade que oculta algo (“A verdade”) dos sujeitos. O que mantém o caráter de falseamento não é uma verdade ocultada a ser desvelada (dimensão crítico-negativa), mas a manutenção do falseamento que, ao estruturar a ação dos sujeitos, faz com que estes sustentem a fantasia reguladora da realidade social:

A ideologia não é simplesmente uma “falsa consciência”, uma representação ilusória da realidade; antes, é essa mesma realidade que já deve ser concebida como “ideológica”: “ideológica” é uma realidade social cuja própria existência implica

o não-conhecimento de sua essência por parte dos seus participantes, ou seja, a efetividade social cuja própria reprodução implica que os indivíduos “não sabem o que fazem”. “Ideologia” não é “falsa consciência” de um ser (social), mas esse próprio ser, na medida em que ele é sustentado pela “falsa consciência” (Žižek, 1996b: 305-306).

Essas ideias não indicam um estágio social “pós-ideológico”. Ao contrário, nos remete a algo mais radical: ao seu caráter constitutivo do social que é não-conhecido pelos sujeitos. O que os sujeitos *sabem* desta realidade possível (significação do Real) é, no limite, um *sintoma* do processo de simbolização do Real – um “pedacinho do Real”, que reflete o resto do Real que escapa à simbolização e que retorna aos sujeitos sob a forma de *aparições espetrais*¹⁹. O que parece se tornar central para Žižek não é mais a busca pela forma ideológica de uma determinada sociedade cuja atenção se volta às relações sociais (ainda que não desconsidere a luta de classes), mas a fantasia ideológica que estrutura a realidade social. Disso decorre a compreensão de que a realidade, possibilidade enquanto simbolização, é *sempre já* ideológica no sentido de que a ideologia obtém algum êxito na interpelação subjetiva dos sujeitos em seu distanciamento/resposta com o/ao Real:

A ideologia não é uma ilusão do tipo onírico que construamos para escapar à realidade insuportável [encontro com o Real em termos lacanianos]; em sua dimensão básica, ela é uma construção de fantasia que serve de esteio à nossa própria “realidade”: uma “ilusão” que estrutura nossas relações sociais reais e efetivas e que, com isso, mascara um insuportável núcleo real impossível (...). A função da ideologia não é oferecer-nos uma via de escape de nossa realidade, mas oferecer-nos a própria realidade social como uma fuga de algum núcleo real traumático (Žižek, 1996b: 323 [Acrúscimo e grifo nossos]).

Chegamos, assim, ao limite do que podemos avançar dentro do escopo da discussão aqui apresentada e do limite do texto: problematizar a ideia de ideologia como “falseamento da realidade”. Permanecer nas trilhas zizekianas sobre ideologia para além da localização do deslocamento do caráter ilusório da ideologia significaria, necessariamente, seguir a interessante proposta do autor de uma “teoria lacaniana da ideologia”. Esse caminho, no entanto, escapa aos nossos propósitos neste momento²⁰.

19 A ideia de *aparições espetrais* é refletida por Žižek (1996a; 2005) a partir de um diálogo com Derrida e Lacan. A lógica espectral derridiana evidencia a indecibilidade na relação presença-ausência; a visibilidade-aparição de um corpo não presente, uma lógica fantasmática – essa lógica nos permite pensar no Real como uma ausência que se faz presente como espírito: um “pedacinho do real” (Žižek, 1992). Objetivamente, o espetro, conforme Derrida (1994: 21), “é uma incorporação paradoxal, o devir-corpo, uma certa forma fenomenal e carnal do espírito. Ele torna-se, de preferência, alguma ‘coisa’ difícil de ser nomeada: nem alma nem corpo, e uma e outra”. Espírito e espetro, portanto, são distintos: o espetro é a aparição fenomenal do espírito, confere um corpo àquilo que está já sempre ausente: “Pois a carne e a fenomenalidade, eis o que confere ao espírito sua aparição espectral, mas desaparece apenas na aparição, na vinda mesma da aparição ou no retorno do espetro. Há desaparecido na aparição como reaparição do desaparecido. O espírito, o espetro não são a mesma coisa, teremos de agudizar essa diferença, mas, quanto ao que eles têm em comum, não se sabe o que é, o que é presentemente. É alguma coisa, justamente, e não se sabe se precisamente, isto é, se isso existe, se isso responde por um nome e corresponde a uma essência. Não se *sabe*: não por ignorância, mas porque esse não-objeto, esse presente não presente, esse estar-aí de um ausente ou de um desaparecido não pertence mais ao saber. Pelo menos não mais ao que se acredita saber sob o nome de saber (Derrida, 1994: 21). O que Derrida está a nos dizer é que a “coisa” surge a nós, mas não temos uma perfeita identificação em nossa visão espectral da “coisa-em-si”, pois estamos diante da fantasia. A realidade, como a “verdade”, nesse sentido, é, como destaca Žižek (1992a: 26), *sempre já* espectral, nunca é um “todo”. Os sujeitos nunca conseguem alcançar o Real como plenitude.

20 Para essa proposta zizekiana, conferir Žižek (1992; 1998; 1996a; 1996b; 2005).

Considerações finais

Como argumentamos na introdução, nosso objetivo foi problematizar a relação entre a ideia de ideologia e o “falseamento da realidade” nos diferentes autores em tela. Esse esforço se justifica diante da necessidade de identificarmos a importância da noção de falseamento nas diferentes discussões do espectro marxista sobre a ideologia. O grande desafio foi sintetizar a discussão em torno desse objetivo sem comprometer a discussão mais ampla dos autores sobre o tema.

Sem dúvida, cada autor aqui abordado seria suficiente para uma discussão à parte sobre o tema. Contudo, nosso objetivo, vale frisar, foi abordar uma dimensão específica no interior do constructo de cada autor sobre a temática em questão e apresentar uma síntese deste debate em torno da ideologia que, por um momento, parece ter ficado em um segundo plano do debate marxista e pós-marxista de finais do século passado até o momento presente. É nesse ponto, certamente, que se encontram os principais méritos do artigo: trazer a discussão a partir de diferentes abordagens e potencializar possíveis reflexões sobre o atual contexto no qual nos encontramos – não só no Brasil.

Da discussão apresentada, um dos pontos comuns que se faz presente é a manutenção da ideia de “falseamento da realidade”, ainda que (des)construída a partir de diferentes formas em cada um dos autores trazidos ao debate. Isso evidencia a importância desse elemento no debate sobre a ideologia – não apenas no espectro marxista. Para além desse objetivo principal, podemos afirmar que ao aproximarmos as diferentes perspectivas teóricas aqui discutidas, é possível argumentarmos que a ideologia, embora não hegemonize a realidade de forma objetiva, pois, com Laclau e Žižek vimos que sempre haverá o resto do real que escapa à simbolização e que retorna aos sujeitos sob a forma de aparições espetrais, é um elemento inerente à estrutura social: somos *sempre já* sujeitos ideológicos, interpelados constantemente pela ideologia (Althusser), e, de alguma forma, sabemos disso (Žižek); qualquer negação nesse sentido cairia numa postura cínica – certamente é o que mais temos observado nos discursos que advogam a “desideologização” e uma política “não-partidária”, no sentido de “não-ideológica” em prol de um “bem comum”: “cinismo, a gente vê por aqui”.

A partir desta discussão, por fim, percebemos que não podemos viver para além da ideologia. Discursos de “desideologização” que se apresentam como não-ideológicos em relação ao “outro”, esse sim significado como ideológico, estão *sempre já* imersos na ideologia. É nesse sentido que podemos voltar a Althusser (1985: 97) para compreendermos que “um dos efeitos da ideologia [é] a negação prática do caráter ideológico da ideologia, pela ideologia: a ideologia nunca diz: ‘eu sou ideológica’”. Trata-se tão-somente de uma ideologia em particular, cuja análise apropriada requer lançarmos luz sobre as contradições internas e a história social e econômica da realidade social (Löwy, 1991).

Referências

- ALBUQUERQUE, José Augusto Guilhon. A ideologia e as instituições. In: ALTHUSSER, L. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 9^a ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985, pp. 07-51.
- ALTHUSSER, Louis. *Aparelhos ideológicos do Estado*. 9^a ed. Rio de Janeiro, Edições Graal, 1985.
- ALTHUSSER, Louis. *For Marx*. London: Allen Lane, The Penguin Press. Prepared for the Internet by David J. Romagnolo (March 2002), 1969. Disponível em: <<http://cnqzu.com/library/Economics/marxian%20economics/Althusser,%20Louis-For%20Marx.pdf>>. Acesso em: 24 mai. 2018.
- BARRET, Michèle. “Ideologia, política e hegemonia: de Gramsci a Laclau e Mouffe”. In: ŽIŽEK, Slavoj (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996, pp. 235-264.
- BELL, Daniel. *O fim da ideologia*. Brasília, Editora da UNB, 1980.

BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. *Contingencia, hegemonía, universalidad*. Diálogos contemporáneos en la izquierda. 2^aed. 1^a reimpr. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2017.

DALTOÉ, Andréia S.; FERREIRA, Ceila M. “Ideologia e filiações de sentido no *Escola Sem Partido*”. *Linguagem em (Dis)curso*, v. 19, n. 1, 2019, pp. 209-227. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ld/v19n1/1518-7632-ld-19-01-209.pdf>>. Acesso em 25 mai. 2020.

DERRIDA, Jacques. *Espectros de Marx*: o estado da dívida, o trabalho do luto e a nova Internacional. Rio de Janeiro, Relume-Duniara, 1994.

FUKUYAMA, Francis. *O fim da História e o último homem*. Rio de Janeiro, Rocco, 1992.

GRAEFF, Caroline B.; NASCIMENTO, Kamila; MARQUES, Marcelo de S. A Crítica Pós-Fundamentalista: um debate em construção. *Norus*, v. 7, n. 11, p. 580-599, 2019. Disponível em: <<https://periodicos.ufpel.edu.br/ojs2/index.php/NORUS/article/view/17061/10441>>. Acesso em 02 jan. 2020.

HUSSERL, Edmund. *La crisis de las ciencias europeas y la fenomenología trascendental*. Buenos Aires, Prometeo Libros, 2008.

HUSSERL, Edmund. “The Origin of Geometry, by Edmund Husserl”. In: DERRIDA, Jacques. *Edmund Husserl's Origin of geometry: an introduction*. Lincoln, University of Nebraska Press, 1989, pp. 155-180.

LACAN, Jacques. *Nomes-do-Pai*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Ed, 2005.

LACAN, Jacques. *O Seminário, Livro VI*: O desejo e sua interpretação. Publicação não comercial. Porto Alegre, Associação Psicanalítica de Porto Alegre, 2002.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. *Hegemonia e estratégia socialista*: por uma política democrática radical. São Paulo, Intermeios, 2015.

LACLAU, Ernesto; MOUFFE, Chantal. “Posmarxismo sin pedido de disculpas”. In: LACLAU, E. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo*. 2^a Ed. Buenos Aires, Nueva Visión, 200, pp. 111-145.

LACLAU, Ernesto. *Política e ideología en la teoría marxista*: capitalismo, fascismo, populismo. Madrid, Siglo XXI de España Editores, 1978.

LACLAU, Ernesto. *Nuevas reflexiones sobre la revolución de nuestro tempo*. 2^a Ed. Buenos Aires, Nueva Visión, 2000.

LACLAU, Ernesto. *Los fundamentos retóricos de la sociedad*. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2014.

LÖWY, Michael. *Ideologias e Ciência Social. Elementos para uma análise marxista*. 7^a ed. São Paulo, Cortes, 1991.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A ideologia alemã*. São Paulo, Martins Fontes, 1998.

MARQUES, Marcelo de S. Status ontológico da Teoria do Discurso (TD) em Laclau e Mouffe: diálogos, perspectivas teóricas e conceitos básicos. *DADOS – Revista de Ciências Sociais*, v. 63, n. 2, pp. 1-33, 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/001152582020211>>. Acesso em 15 jul. 2020.

MENDONÇA, Daniel. O limite da normatividade na teoria política de Ernesto Laclau. *Lua Nova*, São Paulo, n. 91, 2014, pp.135-167. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/ln/n91/n91a06.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MENDONÇA, Daniel; LINHARES, Bianca de F.; BARROS, Sebastián. O fundamento como “fundamento ausente” nas ciências sociais: Heidegger, Derrida e Laclau. *Revista Sociologia*, Porto Alegre, v. 18, n. 41, 2016, pp. 164-194. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/soc/v18n41/1517-4522-soc-18-41-00164.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

MENDONÇA, Daniel de; RODRIGUES, Léo Peixoto. “Do estruturalismo ao Pós-estruturalismo:

entre fundamentar e desfundamentar”. In:_____ (Orgs), *Pós-estruturalismo e Teoria do Discurso: em torno de Ernesto Laclau*. 2^a Ed., Porto Alegre. EDIPUCRS, 2014, p. 27-44.

MÉSZÁROS, István. *O poder da ideologia*. São Paulos, Ensaio, 1996.

MÉSZÁROS, István. *Filosofia, ideologia e ciência social*. São Paulo, Boitempo, 2008.

MOTTA, Luiz E. ; SERRA, Carlos H. A. A ideologia em Althusser e Laclau: diálogos (im)pertinentes. *Rev. Sociol. Polít.*, Florianópolis, v. 22, n. 50, 2014, pp. 125-147. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/rsocp/v22n50/09.pdf>>. Acesso em: 12 fev. 2021.

SEVERO, Ricardo G.; GONÇALVES, Suzane R. V.; ESTRADA, Rodrigo D. “A Rede de Difusão do Movimento Escola Sem Partido no Facebook e Instagram: conservadorismo e reacionarismo na conjuntura brasileira”. *Educação & Realidade*, v. 44, n. 3, 2019, pp. 1-28. Disponível em: <<https://www.scielo.br/pdf/edreal/v44n3/2175-6236-edreal-44-03-e84073.pdf>>. Acesso em 12 fev. 2021.

STAVRAKAKIS, Yannis. *Lacan y lo Político*. Buenos Aires: Prometeo Libros, 2007.

ŽIŽEK, Slavoj. *Eles não sabem o que fazem: o sublime objeto da ideologia*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar Editor, 1992.

ŽIŽEK, Slavoj. “O espectro da ideologia”. In:_____. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996a, pp. 7-38.

ŽIŽEK, Slavoj. “Como Marx inventou o sintoma?” In:_____. (Org.). *Um mapa da ideologia*. Rio de Janeiro, Contraponto, 1996b , pp. 297-331.

ŽIŽEK, Slavoj. *Porque no saben lo que hacen: el goce como un factor político*. Buenos Aires, Paidós, 1998.

ŽIŽEK, Slavoj. “Between Symbolic Fiction and Fantasmatic Spectre: Toward a Lacanian Theory of Ideology”. In:_____. *Interrogating the Real*. New York, Continuum International Publishing Group, 2005, pp. 278-301.

ŽIŽEK, Slavoj. “¿Lucha de clases o posmodernismo? ¡Sí, por favor!”. In: BUTLER, Judith; LACLAU, Ernesto; ŽIŽEK, Slavoj. *Contingência, hegemonía, universalidad*. Diálogos contemporáneos en la izquierda. 2^aed. 1^a reimpr. Buenos Aires, Fondo de Cultura Económica, 2017, pp. 95-139.

Recebido em: 20/12/2018

Aprovado em: 15/10/2020

Como citar este artigo:

MARQUES, Marcelo de Souza. Em torno da ideologia - Notas sobre o “falseamento da realidade”. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 717-734.

OLHARES DIGITAIS: APORTES METODOLÓGICOS PARA UMA SOCIOLOGIA DAS IMAGENS EM MÍDIAS DIGITAIS

Túlio Cunha Rossi¹

Resumo: Este artigo consiste em uma reflexão metodológica sobre os desafios e possibilidades de uma sociologia das imagens – com ênfase no audiovisual – na atualidade, tendo em vista a presença de mídias digitais nas sociabilidades cotidianas. São traçadas algumas considerações analíticas sobre as contribuições de uma sociologia compreensiva especificamente voltada para o estudo produções audiovisuais, tendo em vista tanto seu conteúdo quanto suas formas e possibilidades de distribuição. A isso, articula-se uma discussão sobre o contexto tecnológico das mídias audiovisuais na modernidade e as implicações de novas tecnologias de comunicação e informação na difusão de conteúdos audiovisuais e sua relação com a dimensão simbólica da vida social.

Palavras-Chave: Audiovisual; Mídias digitais; Cinema; Metodologia

DIGITAL VIEWS: METHODOLOGICAL CONTRIBUTIONS TO A SOCIOLOGY OF IMAGES IN DIGITAL MEDIA

Abstract: This paper consists of a methodological reflection on the challenges and possibilities of a sociology of images – with emphasis on audiovisual media – in nowadays, considering the presence of digital media in everyday sociabilities. Some analytical considerations about the contributions of a comprehensive sociology specifically devoted to the study of audiovisual productions are drawn, considering both their content and their forms and distribution possibilities. In addition, one articulates a discussion on the technological context of audiovisual media in modernity and the implications of new communication and information technologies on the diffusion of audiovisual contents and their relationship with the symbolic dimension of social life.

Keywords: Audiovisual; Digital media; Cinema; Methodology

MIRADAS DIGITALES: CONTRIBUCIONES METODOLÓGICAS A UNA SOCIOLOGÍA DE IMÁGENES EN MEDIOS DIGITALES

Resumen: Este artículo consiste en una reflexión metodológica sobre los desafíos y posibilidades de una sociología de las imágenes – con énfasis en lo audiovisual – hoy en día, en vista de la presencia de los medios digitales en la sociabilidad cotidiana. Se extraen algunas consideraciones analíticas sobre las aportaciones de una sociología comprensiva específicamente centrada en el estudio de las producciones audiovisuales, teniendo en cuenta tanto su contenido como sus formas y posibilidades de distribución. Para ello, se articula una discusión sobre el contexto tecnológico de los medios audiovisuales en la modernidad y las implicaciones de las nuevas tecnologías de la comunicación y la información en la difusión de contenidos audiovisuales y su relación con una dimensión simbólica de la vida social.

Palabras Clave: Audiovisual; Medios digitales; Cine; Metodología

¹ Departamento de Ciências Sociais de Campos - Instituto de Ciências da Sociedade e Desenvolvimento Regional - ESR da UFF - Campos dos Goytacazes - Brasil - tuliorossi@gmail.com - ORCID: <https://orcid.org/0000-0003-4391-7268>

INTRODUÇÃO

Este artigo consiste em uma reflexão predominantemente metodológica sobre potenciais interseções analíticas entre estudos em Sociologia das Imagens – com destaque para o audiovisual, englobando produções cinematográficas, televisivas e publicitárias – e estudos em sociologia digital. Tendo notado a penetração e o espraiamento de conteúdos audiovisuais em mídias digitais pelo menos desde a metade da década de 2000, com impactos diversos nas formas de produção, divulgação e recepção desses conteúdos, entendemos que aspectos culturais, simbólicos e técnicos das mídias audiovisuais têm se renovado e potencializado no contexto das mídias digitais, afetando as formas como estas são mobilizadas nas interações entre seus usuários. Assim, acreditamos que, ao mesmo tempo em que uma sociologia das imagens pode contribuir para a sociologia digital, a sociologia digital contribui, com desafios teóricos e analíticos, para uma sociologia das imagens do presente. Portanto, o ímpeto deste artigo é estabelecer mediações teóricas, analíticas e conceituais entre esses dois campos de investigação sociológica, de modo a elucidar sua potencial complementaridade. Com ênfase nos estudos de Sociologia das Imagens e, em especial, da Sociologia do Cinema, o texto é norteado pelas seguintes questões: 1) Que contribuições analíticas uma sociologia das imagens pode oferecer para a Sociologia Digital? e 2) Quais as implicações do contexto das mídias digitais para estudos sociológicos de imagens de produções audiovisuais hoje?

O texto é organizado da seguinte maneira: primeiramente, são apresentadas breves considerações analíticas de caráter geral, no sentido de estabelecer a presente proposta dentro de uma perspectiva interpretativa, tendo por referência principalmente a sociologia comprehensiva weberiana. A partir dessas considerações, sublinha-se que as reflexões ora apreciadas se concentram na dinâmica e construção da dimensão simbólica da realidade social, tendo em vista tanto processos quanto contextos de produção de significados, nos quais se inserem as produções audiovisuais, nem como reflexo, nem como retrato da realidade, mas enquanto elementos constitutivos e expressivos dela. Depois, são apresentados e discutidos alguns dos principais conceitos mobilizados na discussão, tais como: “mídias digitais” (Miskolci, 2016); “audiovisual” (Muanis, 2014), “radiodifusão” (Williams, 2016) e “convergência” (Jenkins, 2009), além de uma crítica pautada nas considerações de Raymond Williams e Gabriel Cohn (2014) sobre o emprego do termo “massas” e os problemas que este oferece para o tipo de análise aqui proposta.

Em seguida, adentra-se mais especificamente nas contribuições da Sociologia do Cinema, tendo por referências principais os trabalhos de Pierre Sorlin (1982) e Paulo Menezes (2004; 2017), conferindo especial atenção a aspectos metodológicos, no sentido de privilegiar a análise de filmes enquanto construção. Construção essa, que, ao mesmo tempo em que estabelece uma coerência interna por meio de recursos próprios da linguagem cinematográfica, dialoga com convenções próprias do meio cinematográfico, tanto no sentido de reiterá-las quanto de subvertê-las, e evoca elementos e percepções do contexto social de produção, mobilizando e instigando posicionamentos de seus espectadores. Logo após, discutem-se as especificidades do presente quanto ao uso de mídias digitais e como, ao mesmo tempo em que estas encontram pontos de intersecção com a história social e tecnológica do audiovisual, também promovem mudanças nas formas como usuários e espectadores se relacionam com as produções, apropriando-se delas e as ressignificando em sua vida cotidiana. Por último, são apresentadas as considerações finais, no sentido de reiterar a importância de estudos sociológicos mais detidos a respeito dos usos e relações de significados constituídas nas sociedades contemporâneas com imagens eletronicamente mediadas e chamar atenção para a relevância e o grande potencial de mútua contribuição entre a sociologia digital e a sociologia das imagens e do audiovisual.

Considerações Iniciais

As considerações analíticas deste texto não constituem um conjunto genérico de instruções procedimentais. Concordando com Becker (1993: 12) em sua compreensão mais básica de metodologia enquanto “estudo do método”, nossa proposta não separa e nem contrapõe “teoria e método”, apresentando, antes, uma série de reflexões de caráter teórico e contextual que julgamos necessárias a uma abordagem sociológica dos temas ora apreciados. Esta proposta é de inspiração weberiana, em seu aspecto comprehensivo, ao tratar do sentido subjetivamente atribuído às ações sociais pelos indivíduos nelas envolvidos (Weber, 2000: 3). Um desdobramento nem sempre evidente dessa perspectiva diz respeito a valorizar a dimensão simbólica da vida social não em oposição à “realidade”, mas, ao contrário, como seu elemento constitutivo, ao oferecer referências, valorativas e de significados, para a orientação e a mediação de ações e interações entre agentes sociais.

A dimensão simbólica, além de codificar a realidade em profunda interrelação com critérios morais e valorativos – certo ou errado, bom ou ruim, verdadeiro ou falso – tem papel dialeticamente constitutivo dela, no sentido de, ao oferecer o léxico e as ferramentas necessárias para traduzir a realidade, suas possibilidades de ação e de resultados, permitir aos agentes definir e comunicar, conforme seus interesses, seu escopo de ação. Faz-se tal esclarecimento uma vez que esta proposta de sociologia das imagens, envolvendo produções audiovisuais e a dimensão “virtual” das novas tecnologias de informação e comunicação pode, à primeira vista, parecer descomprometida com a realidade. Contra isso, partilhamos, enquanto fundamento analítico, da seguinte proposta de Weber (2008: 29):

A ciência social que aqui pretendemos praticar é uma ciência da *realidade*. Procuramos compreender as peculiaridades da realidade da vida que nos rodeia e na qual nos encontramos situados, para, por um lado, libertarmos as relações e a significação cultural das suas diversas manifestações na sua forma atual e, por outro, as causas pelas quais, historicamente, se desenvolveu precisamente assim e não de qualquer outro modo (grifo do autor).

Uma análise sociológica de produções audiovisuais, seja no atual contexto tecnológico das mídias digitais ou em qualquer outro, só é possível ao assumir esse compromisso com a realidade, expandindo seu entendimento para além de suas relações materiais mais evidentes. Assim, a perspectiva aqui adotada é basicamente cultural, partilhando da noção de cultura satisfatoriamente sintetizada por Geertz (2008: 4):

Acreditando, como Max Weber, que o homem é um animal amarrado a teias de significados que ele mesmo teceu, assumo a cultura como sendo essas teias e a sua análise; portanto, não como uma ciência experimental em busca de leis, mas como uma ciência interpretativa, à procura do significado.

A metáfora “teias de significados”, sugere a imagem de uma intricada rede de vários pontos de conexão, irradiando para outros pontos, combinando-se e reforçando-se numa complexa estrutura de múltiplas influências. De tal modo que sua existência e sustentação implicam relações, nem sempre evidentes, entre diferentes pontos em variadas direções. Logo, entendemos que, dessa perspectiva de cultura, ao considerar qualquer ponto específico dentro dessa teia de significados, pensa-se em termos de relações com outros pontos, às vezes, aparentemente distantes. Este apontamento, talvez banal, é necessário, uma vez que, dentro desta proposta, concordando com autores como Paulo Menezes (2004) e José de Souza Martins (2008), só é possível pensar as imagens em termos das relações que suscitam e nas quais estão inseridas com outras imagens e conteúdos, muitas vezes, em contextos que extrapolam aquele de sua produção e divulgação.

Como última consideração inicial, sublinha-se que nossa reflexão segue na mesma direção do que afirma Debora Lupton (2015: 50) em sua obra *Digital Sociology*:

Desenvolver técnicas para a análise de imagens digitais e do uso de ferramentas digitais de visualização para a pesquisa sociológica também é importante. A subdisciplina da sociologia visual inclui elementos da representação criativa e documentação de questões sociais, bem como da interpretação dessas imagens como parte da análise sociológica. Tradicionalmente usando imagens de fotografia e vídeos, bem como artísticas, a sociologia visual presta-se a tecnologias de produção de imagens digitalizadas (...). A sociologia visual busca identificar as implicações dessas tecnologias e usá-las produtivamente para analisar o mundo social contemporâneo. (tradução livre)

Reconhecendo a importância de “desenvolver técnicas para a análise de imagens digitais” no campo específico da Sociologia , apresentamos alguns subsídios teóricos e analíticos que acreditamos úteis para tal empreendimento, sublinhando possíveis pontos de intersecção entre estudos sociológicos de imagens e estudos em Sociologia Digital .

Alguns conceitos úteis

Esclarecidos os princípios analíticos mais gerais, é necessário operacionalizar alguns conceitos mais específicos, a começar por “mídias digitais”. Na esteira do pensamento de Richard Miskolci (2011: 12), entendemos mídias digitais como “uma forma de se referir aos meios de comunicação contemporâneos baseados no uso de equipamentos eletrônicos conectados em rede, portanto, referem-se – ao mesmo tempo – à conexão e ao seu suporte material”. Ainda conforme o autor, sublinha-se, sob o prisma da forma, o que diferencia as mídias digitais das precedentes e, nesse sentido, reforça a necessidade de abordagens que transcendam a análise de elementos materiais:

As mídias analógicas tinham uma base material como o disco de vinil, o filme da câmera fotográfica ou do antigo projetor de cinema, o papel dos jornais e revistas, enquanto nas digitais esse suporte físico perde espaço já que o conteúdo midiático é convertido em sequências numéricas, ou melhor, em dígitos, de onde deriva o termo digital (Martino, 2015: 10-11). [...] Digital, nesse sentido, não é uma definição técnica, sim, uma caracterização de nosso mundo como marcado pela conexão por meio de tecnologias comunicacionais contemporâneas que se definem cotidianamente como digitais e atualmente envolvem o suporte material de equipamentos (como *notebooks*, *tablets* e *smartphones*), diferentes tipos de rede de acesso (banda larga fixa ou celular), conteúdos compartilháveis (frequentemente gerados em outras mídias como jornais, revistas e televisão) e, por fim, mas não por menos, plataformas *online* (como Facebook, Twitter, YouTube) (Miskolci, 2016: 282-283).

A par disso, esse recorte analítico confere maior atenção, dentro das diferentes dimensões que Miskolci enumera, aos “conteúdos compartilháveis” e às “plataformas *on-line*”, estas últimas correspondendo a “onde” e “como” esses conteúdos são compartilhados e consumidos por usuários típicos². Não é novidade que a mídia utilizada tem efeitos nada desprezíveis na produção do conteúdo, de for-

² Por “típicos”, aqui, nos referimos a uma ampla gama de usuários, de variados perfis etários, de gênero, étnicos, socioeconômicos e de escolaridade, que dominam e utilizam cotidianamente as ferramentas e aplicativos mais básicos de redes sociais, troca de mensagens e compartilhamento de conteúdo, não correspondendo a nenhum grupo tecnicamente especializado, como *hackers*, ciberativistas, profissionais e aficionados de tecnologias de informação.

ma que alguns recursos expressivos que funcionam na tela de cinema não funcionam igualmente na tela do celular. Mas, quanto ao conteúdo, essas mudanças de caráter técnico relacionadas aos veículos de transmissão do audiovisual não são tão significativas quando pensadas em perspectiva em relação ao cinema. Aliás, ao abordar a televisão em seus aspectos tecnológicos e culturais, Raymond Williams (2016: 37) aponta uma importante distinção na história da televisão em relação à produção de conteúdo e à forma de distribuição:

Na história do cinema, o desenvolvimento capitalista foi principalmente em produção; a distribuição capitalista em grande escala se deu muito mais tarde, como uma forma de controlar e organizar um mercado para determinada produção. Na radiodifusão, no rádio e depois na televisão, o grande investimento foi nos meios de distribuição. Investiu-se na produção apenas o necessário para fazer a distribuição tecnicamente possível e atraente.

O conceito de radiodifusão é útil para pensar as mídias digitais, não apenas por suas intersecções, mas, principalmente, no que diz respeito a um desenvolvimento técnico mais voltado à distribuição – ou, mais precisamente, à acessibilidade – do que à produção de conteúdo. Aqui é importante também trazer à tona a reflexão do autor sobre a noção de “comunicação de massa”, e, com isso, explicitar nossas reservas em relação ao termo “massa”, que, entre outros problemas, reforçaria a ideia de um público homogêneo. De acordo com Williams (2016: 36):

“Massas” foi o novo termo oitocentista de desprezo para o que era anteriormente chamado de “turba”. A “massa” física da revolução urbana e industrial ajudou a consolidar a expressão [...]. Essa descrição era tão presente no século XX que múltiplas produções em série foram chamadas falsamente, mas de forma significativa, de “produções de massa”: a palavra “massa” passa então a significar grandes números (mas dentro de determinadas relações sociais assumidas), no lugar de qualquer agregado físico ou social. O rádio e a televisão [...] foram desenvolvidos para a transmissão em casas *individuais*, embora não houvesse nada na tecnologia que tornasse isso inevitável. Assim, essa nova forma de comunicação social – radiodifusão – foi obscurecida por sua definição como “comunicação de massa”: uma abstração de sua característica mais geral, a de que ela se destinava a muitas pessoas, às massas.

Gabriel Cohn (2014) também apontou questões problemáticas na construção de conceitos como “cultura de massas” e “sociedade de massas”, destacando, na gênese dessa expressão e em sua utilização por diferentes autores uma “conotação negativa, de tom conservador” (Cohn, 2014: 29). Também é possível notar, recorrentemente, o uso pejorativo da palavra “massa”, no âmbito das produções culturais como sinônimo de “baixa cultura”, em contraposição à “alta cultura” das artes eruditas. Cohn (2014: 135) pontua que “do ponto de vista sociológico mais profundo [...] a noção de ‘massa’ é uma ficção que, no máximo, pode servir de instrumento analítico de caráter descriptivo e, no mínimo (que corresponde a seu uso mais comum) é de caráter ideológico”.

Se apresentamos reservas em conceber, do ponto de vista sociológico, as produções audiovisuais como expressões de uma “cultura de massas” e, vis – à vis – de uma “sociedade de massas” para nos referirmos ao cinema e à televisão, entendemos que para abordar as especificidades das mídias digitais e de sua forma de circulação de conteúdo, marcadamente interativa e participativa, pensar nestes termos seria ainda mais problemático. Ideias relacionadas à noção de massas enquanto padronização de gostos, homogeneização e passividade do público consumidor e baixa qualidade técnica e artística (esta última especialmente questionável enquanto expressão ideológica de elitismo) não condizem com a complexidade e infinidade de combinações possíveis de gostos, interesses, associações e reações de usuários de mídias digitais perante conteúdos multimídia diariamente consumidos através

da internet. Aqui, a aproximação entre a radiodifusão – na concepção de Williams, que ressalta seu aspecto de direcionamento da transmissão para lares individuais – e as mídias digitais parece mais nítida enquanto forma de experiência marcadamente individualizada e personalista, ainda que envolvendo grande número de indivíduos consumindo os mesmos conteúdos.

Miskolci e Balieiro (2017), ao realizarem um balanço provisório da Sociologia Digital no Brasil, sugerem que, entre os vários estudos, vertentes analíticas e temáticas levantados, haveria – até então – poucos estudos nesse campo sociológico específico tematizando mais profundamente as possíveis convergências entre mídias digitais e as mídias anteriores, analógicas. Ainda segundo os autores:

[...]as plataformas de socialização online não substituíram as antigas mídias (jornais, revistas, canais de tevê, cinema etc.), antes aprofundaram a exposição aos usuários dos seus conteúdos, os quais são os mais consumidos e compartilhados nas redes sociais. Assim, ao invés das novas mídias destruiriam as antigas, aquelas tendem a incorporar estas e, algumas vezes, até reforçar seu poder de influência cultural e política (Miskolci; Balieiro, 2017: 145).

De acordo com Henry Jenkins (2009: 30), essa referida convergência pode ser entendida como:

[...] fluxo de conteúdos através de múltiplas plataformas de mídia, à cooperação entre múltiplos mercados midiáticos e ao comportamento migratório dos públicos dos meios de comunicação, que vão a quase qualquer parte em busca das experiências de entretenimento que desejam. Convergência é uma palavra que consegue definir transformações tecnológicas, mercadológicas, culturais e sociais, dependendo de quem está falando e do que imaginam estar falando.

Embora o conceito de convergência midiática tenha ganhado visibilidade recentemente a partir de Jenkins, segundo Bittencourt (2017), o termo já era utilizado antes, pelo menos desde o fim dos anos 1970, para “se referir à aproximação que tinha início entre os setores da computação, das telecomunicações e também da indústria da radiodifusão” (Bittencourt, 2017: 32). A autora aponta que também é comum o uso do termo para se referir não apenas às alterações no campo da tecnologia, “mas também de serviços, estruturas industriais e políticas governamentais relacionadas com a indústria de telecomunicações” (idem). Por outro lado, a popularização do conceito de convergência sob a perspectiva de Jenkins também suscita críticas. Marcelo Garson (2017: 65) aponta que:

A ênfase no caráter ativo dos usuários está presente tanto no estudo dos fãs, como na cibercultura, sendo que nessa há também um acento nas dinâmicas inovadoras do próprio meio, o que por vezes redonda no determinismo tecnológico. Jenkins busca se equilibrar nesses dois polos, louvando a capacidade inventiva dos consumidores em meio às possibilidades da Web 2.0. O resultado, no entanto, é uma visão muito pouco crítica das relações de poder que governam o ciberespaço. As interações entre fãs parecem ocorrer em um ambiente harmônico e livre de hierarquias. As possibilidades de colaboração parecem abertas a todos, sem nenhum tipo de discriminação ou constrangimento.

A ênfase dada por Jenkins ao potencial ativo e participativo dos usuários no contexto de uma “cultura da convergência” invisibiliza as assimetrias de poder existentes não apenas entre produtores e consumidores de conteúdos disponíveis dessas mídias, como também entre diferentes grupos sociais, com acesso diferenciado a recursos tecnológicos que demandam maior aporte financeiro – da assinatura de diferentes serviços de *video-streaming*, passando pela aquisição de dispositivos com maior

velocidade de conexão e trânsito de dados, assinatura de serviços de banda-larga e pacotes de dados – como também, em termos Bourdieusianos, a capitais culturais legítimos (Bourdieu, 1983). De tal maneira que alguns usuários têm mais recursos – educacionais, culturais, sociais e financeiros – para “contribuir” para a produção, difusão e reconhecimento de determinados conteúdos e bens simbólicos em detrimento de outros.

Essas observações não descartam a relevante influência das novas condições de produção, difusão e consumo de bens culturais propiciados pelas novas mídias e nem sua especificidade. Contudo, embora a noção de convergência revele-se, em alguma medida, instrumental, como forma de nos referirmos a relações complexas de complementaridade, interseccionalidade e influência mútua entre mídias “novas” (digitais) e “antigas” (analógicas), especialmente em sua dimensão técnica, trata-se de um conceito ainda em disputa, tal como já apontou Anna-Greta Nyström, identificando, ainda em 2007, diversas percepções de convergência no meio das telecomunicações, algumas com maior ênfase em seus aspectos tecnológicos; outras considerando aspectos corporativos, como a união de indústrias de diferentes áreas de atuação.

De todo modo, entendemos que uma analítica especificamente sociológica que leve em conta o conceito de convergência, além de reconhecer sua complexidade, deve se prevenir de tendências ao determinismo tecnológico, tal como aponta Garson, além de lembrar que há aspectos da vida social, cultural e política que, ainda que possam ser afetados por uma eventual convergência de mídias, extrapolam o seu campo. Por isso, ressaltamos, para os fins específicos do tipo de análise aqui proposta, consideramos a convergência prioritariamente em seu sentido técnico, referente às possibilidades de produção, distribuição e circulação de conteúdos audiovisuais, reiterando nosso foco nas contribuições mútuas entre a sociologia das imagens e a sociologia digital.

Reconhecendo a dimensão simbólica como fundamental na constituição da realidade das sociedades humanas em qualquer tempo e de parâmetros e possibilidades de ação dos indivíduos que integram essas sociedades, percebemos nas sociedades modernas que mídias e produções audiovisuais adquirem particular relevância, no sentido do seu alcance. Deste modo, a despeito das especificidades de distribuição, reutilização e interação proporcionadas pelas mídias digitais, esta proposta analítica volta-se para os conteúdos que combinam imagens em movimento e sons, enfatizando o audiovisual, aqui pensado nos seguintes termos:

o audiovisual é formado pelos vários produtos culturais que agregam som e imagem para gerar comunicação, independente das mídias, técnicas ou tecnologias utilizadas, bem como manipula a relação espaço-tempo. (Muanis, 2014: 23)

Essa perspectiva nos permite analisar mais atentamente a construção dos conteúdos a partir de recursos técnicos e narrativos nela empregados, sem ignorar questões de distribuição e acessibilidade, tanto no sentido de sua legibilidade para um público heterogêneo, quanto no sentido de conexão às redes digitais, bem como de suas finalidades: entretenimento, publicidade, informação, educação, entre outras. Assim, leva-se em conta o alcance a diferentes audiências, de diferentes classes, lugares e níveis de escolaridade e potenciais implicações de uma apenas aparente “universalização”, jamais conquistada, da linguagem e da estética filmicas baseada nas produções norte-americanas.

A fotografia, o cinema e a radiodifusão, contribuíram de diversas maneiras para o desencaixe entre tempo e espaço característico das sociedades modernas apontado por Anthony Giddens (1991), deslocando, especialmente com a mundialização do mercado cinematográfico norte-americano, referências estéticas, morais e comportamentais de contextos locais para se apresentarem ao público como “universais”. Neste aspecto, percebe-se, de maneira potencializada pela rede mundial de computadores, uma diluição de fronteiras culturais entre países, no que diz respeito à produção e ao reconhecimento de conteúdos audiovisuais. Deste modo, consideremos o que nos apresenta Muanis (2014: 54):

O audiovisual assume linguagens variadas de acordo com sua finalidade, seu tempo de exposição e sua mídia. O cinema, cada vez mais situado dentro de uma linha de mercado, passa a ter uma montagem mais trabalhosa e, no entanto, mais banal de recepção, simples adição de planos construindo uma narrativa elementar que já entrega tudo digerido para o espectador, sem criar grandes metáforas ou construções para fazer com que a montagem se realize na cabeça dele – a montagem intelectual. Ou seja, sem abrir espaço para o espectador entrar com sua subjetividade e interpretar a montagem.

A passagem acima não é assumida aqui como um enunciado geral para qualquer produção cinematográfica. Assim como Hollywood é referência em termos de mercado cinematográfico, existem diferentes movimentos independentes que não seguem essa referência, ou mesmo, colocam-se no sentido de contrapô-la e até satirizá-la.³ Há ainda um sem número de produções – inclusive norte-americanas – que não correspondem a essa descrição, sendo que algumas até chegam a compor diferentes nichos dentro da própria indústria cinematográfica norte-americana: produções de cineastas consagrados tais como Woody Allen, que se apresentam como mais autorais, muitas vezes, voltadas para premiações em festivais, visando públicos e crítica mais especializados. David Lynch, Terrence Malick, Lars von Trier ou Alejandro Iñarritu seriam apenas alguns exemplos de nomes que se destacam tanto no mercado cinematográfico quanto no circuito da crítica especializada e nem por isso adotam, como Muanis escreve, “uma narrativa elementar que entrega tudo digerido para o espectador”.

Entretanto, a ponderação de Muanis merece atenção, não apenas porque ele explora em sua análise as intersecções estilísticas entre cinema, televisão e publicidade, mas, principalmente, por entrelaçá-las dentro de um cenário mais amplo que envolve tanto a cultura de consumo como as influências mútuas entre cinema e publicidade. A partir dessa visão que o autor condena o uso da expressão “estética publicitária” pela crítica cinematográfica em sentido pejorativo. De modo que Muanis sustenta a ideia de uma estética híbrida como característica do audiovisual, intrinsecamente marcada por relações de consumo próprias de sociedades modernas. E nessa estética, o cinema teria particular importância:

O cinema vem, cada vez mais, absorvendo as mudanças trazidas pela televisão. No entanto, é evidente a influência maior do cinema sobre a televisão não apenas por ter ele, de fato, desenvolvido e experimentado uma narrativa de imagens em movimento, audiovisual, ao longo de mais de cem anos, mas também, nesse longo período, por ter difundido e ajudado a criar um imaginário que referencia a televisão (Muanis, 2014: 80).

Tendo isso em vista, a expansão tanto de conteúdos quanto de elementos de linguagem audiovisual em mídias digitais, acreditamos que a sociologia do cinema, enquanto referencial teórico e metodológico, ofereça ferramentas tão úteis quanto necessárias para a análise de conteúdo audiovisual, no atual contexto tecnológico de acesso expandido às redes digitais. Assim, o aspecto da convergência midiática não se limita a um pressuposto genérico acerca do contexto atual, mas oferece base para o emprego de ferramentas e conceitos próprios de uma sociologia, a princípio, orientada para o cinema enquanto objeto de investigação, mas que reconhece, dentro e fora deste, um caráter híbrido, tanto em sua produção quanto em suas variadas formas de consumo.

³ Nesse sentido, algumas produções de Jean Luc Godard, tais como *Acossado* (*A bout de souffle*, 1960), *O demônio das 11 horas* (*Pierrot Le Fou*, 1965) ou *O desprezo* (*La méprise*, 1963) evidenciam reiteradamente esse movimento de contraposição.

Contribuições de uma sociologia do cinema

Em *Introdução à análise da Imagem*, Martine Jolie (2007) ressalta a polissemia da palavra “imagem”, seus usos em diversos campos, podendo a mesma palavra se referir tanto a imagens produzidas digitalmente, quanto a pinturas rupestres ou, ainda, a significados abstratos como a manutenção de uma “boa imagem” pública por políticos ou empresas, referindo-se muito mais a associações de qualidades e valores do que propriamente à percepção visual. Com isso, além de a autora demonstrar a complexidade que encerra a palavra imagem em sua relação com a sociedade e a cultura, ela também aponta diferentes possibilidades de análise de imagens com diferentes objetivos. Ela confere especial atenção à função pedagógica que, muitas vezes, as imagens exercem. Nisso, ela ressalta algo que frequentemente passa despercebido, devido à intrínseca relação das imagens com a percepção visual: a ideia de que, considerando as imagens como *linguagem*, elas não apenas são distintas da realidade concreta, como também demandam *aprendizado* para sua leitura, entendimento e utilização. Em suas palavras:

Demonstrar que a imagem é realmente uma linguagem, uma linguagem específica e heterogênea; que a este título se distingue do mundo real e que propõe, por meio de signos particulares, uma representação escolhida e forçosamente orientada; distinguir os principais instrumentos desta linguagem e o que significa a sua presença ou a sua ausência; relativizar a sua própria interpretação, embora sempre compreendendo os seus fundamentos – são algumas das muitas provas de liberdade intelectual que a análise pedagógica pode implicar (2007: 53).

A análise sociológica das imagens segue o mesmo caminho, reconhecendo seus aspectos de linguagem e, concordando com Jean Claude Carrière (1995), entendemos que o cinema constitui uma linguagem específica. Mais do que simplesmente captar imagens através da câmera e, em seguida projetá-las em uma tela, o cinema envolve um processo de construção, geralmente orientado por uma narrativa, em que as imagens são editadas, [re]montadas; em que diversos truques – de enquadramentos aos cortes e mudanças de plano, passando por recursos narrativos para sinalizar a passagem do tempo ou mudança de locação – são rotineiramente utilizados, fiando-se em uma espécie de convivência do público que, familiarizado com essa linguagem, é capaz de reconhecê-la e compreendê-la de modo *apenas aparentemente* imediato.

O cinema, ao longo de mais de um século, consolidou-se no desenvolvimento e exploração dos potenciais variados dessa linguagem e se constituiu como referência também para produções de conteúdos voltadas para outras mídias, como a televisão. De modo que, mesmo reconhecendo as especificidades técnicas dos meios de difusão das imagens cinematográficas e possíveis diferenças que possam se manifestar quando as imagens são produzidas para a televisão ou para o meio digital, a linguagem cinematográfica ainda oferece fundamentos técnicos narrativos para a produção de conteúdos voltados para diferentes mídias. Isso além de ajustes da indústria cinematográfica à popularização da televisão, seguida do videocassete na década 1980 e, hoje, com as mídias digitais e as plataformas de *vídeo-streaming*. Portanto, a linguagem cinematográfica não apenas serve de referência para a produção de outros conteúdos audiovisuais, mas também se integra a essa produção e estrutura sua própria distribuição, há décadas, levando em conta, além das salas de projeção, a inserção em grades de programação de canais de TV e o aluguel ou aquisição de títulos, seja em mídias físicas (DVD, Blue Ray) ou digitais. Por essas razões, voltamos nossa proposta analítica, dentro do campo dos estudos sociológicos das imagens, para uma sociologia do cinema.

Outra observação necessária é contra o impulso recorrente de, quando se tratando de análise filmica, permitir-se levar pelo caminho da crítica e apreciação estética das obras, deixando de lado a abordagem sociológica mais rigorosa⁴. Não é função de uma pesquisa sociológica do audiovisual construir argumentos academicamente embasados para defender ou atacar qualitativamente esta ou aquela obra ou conjunto de obras. A defesa de predileções, sejam elas estéticas, políticas ou filosóficas nas ciências sociais, frequentemente ocasionadas por uma identificação não apenas de gosto, mas com vários outros aspectos subjetivos da trajetória de vida do pesquisador não é um “risco” exclusivo deste ou daquele tema ou objeto de pesquisa, mas do próprio fazer sociológico. Ruth Cardoso (1986: 95), didaticamente, alertava para os perigos de o antropólogo, ao se envolver com este ou aquele grupo pesquisado, assumir um papel militante e/ou de porta voz político daquele grupo, comprometendo sua análise ao abraçar as causas, discursos e, principalmente, seus pontos de vista. A diferença é que, quando se trata de pesquisas no campo das artes e das produções audiovisuais é mais fácil aos críticos, principalmente, se percebem seus gostos não contemplados como gostariam, apontarem essa possível “falha” metodológica do que em temas sobre os quais não têm um juízo de gosto elaborado.

Assim, o pesquisador, ao escolher, por exemplo, o conjunto da obra de determinado cineasta consagrado como objeto de pesquisa, encontra-se – às vezes involuntariamente – sob o risco de reforçar uma atitude legitimista em relação a esse cineasta, mais reiterando sua consagração no respectivo campo especializado do que desvelando algum aspecto sociologicamente relevante da realidade social em que tal obra seja considerada. Mas se entendemos o cineasta de forma análoga ao “nome do autor” (Foucault, 2009: 274) na literatura, enquanto algo que “funciona para caracterizar um certo modo de ser do discurso” e, como tal, “trata-se de uma palavra que deve ser recebida de certa maneira e que deve, em uma dada cultura, receber um certo *status*” (Foucault, 2009: 275), supera-se a armadilha da reiteração da consagração do cineasta, na direção de questões sociológicas mais promissoras sobre as próprias circunstâncias e mecanismos culturais, sociais, históricos e mesmo políticos, de consagração do cineasta e construção de seu reconhecimento.

Embora seja possível enumerar hoje muitos trabalhos nas Ciências Sociais que fazem referência ao cinema, especialmente no caso daqueles de inspiração adorniana, são relativamente poucos que empreendem explicitamente uma sociologia do cinema, como Ian C. Jarvie (1974), cujo foco se concentra na indústria cinematográfica ou Pierre Sorlin (1982), cujo foco se concentra em uma análise historicizada de conjuntos de filmes, enfatizando o processo de construção narrativa de cada um deles, apontando as conexões entre filme e contexto, enquanto uma “retradução imaginária” (1982: 200) do meio social no qual o filme é produzido. No Brasil, pode-se citar Paulo Menezes entre os que se propõem a realizar especificamente uma sociologia do cinema. Aqui, a exemplo do autor, ressalta-se a necessidade de um trabalho sociológico voltado para imagens que seja fundamentalmente interpretativo. Conforme Menezes (2017: 232),

a fotografia até pode aludir a coisas, mas se existe polissemia, se existe outra possibilidade interpretativa, ela está no aporte de construção de sentido do observador, que olha com os olhos de sua cultura e de seus valores, que relaciona imagens dos mais variados tipos e suportes, estimulado muito mais pelo que elas aludem que pelos pretensos “fatos” e “dados” que supostamente mostram e que uma arqueologia não interpretativa da imagem tentaria, sempre em vão, deslindar (grifo nosso).

⁴ A esse respeito, ver: ROSSI, Túlio. Problematizando a Indústria dos sonhos: questões sociológicas para analisar o cinema de entretenimento estadunidense. In: *Ciências Sociais Unisinos*, v.50, n.2, 2014.

Uma vez que a presente proposta metodológica confere especial atenção aos conteúdos mais do que a seus meios de distribuição, partimos da perspectiva analítica de Sorlin e dos aportes metodológicos e conceituais de Menezes por reconhecer nestes autores uma atenção maior ao conteúdo. Ambos abordam a produção filmica enquanto construção, cuja investigação, explorando os planos, recursos técnicos e narrativos empregados no sentido de contar uma história, não somente desvela a dimensão simbólica do filme, como permite, ao reconhecê-lo como retradução imaginária, seguir pistas sobre o contexto social e histórico de sua produção. Nesse sentido, alguma intertextualidade com estudos de Comunicação e do Cinema é minimamente necessária, a fim de identificar e reconhecer os diversos tipos de recursos técnicos expressivos empregados nas produções, bem como seus aspectos linguísticos e respectivas convenções, deslindando assim os elementos e práticas utilizados na construção filmica enquanto obra capaz de expressar algo, transmitir uma mensagem e instigar sensações e reações do seu público.

Diante dessas observações, dois conceitos se tornam fundamentais: o conceito de pontos de fixação de Sorlin (1982) e o conceito de representificação de Menezes (2004). O primeiro é definido como “um problema ou um fenômeno que, sem ser diretamente implicado na ficção, aparece regularmente nas séries filmicas homogêneas e é sinalizado por alusões, repetições, uma insistência particular da imagem ou de um efeito de construção” (Sorlin, 1982: 230 – tradução livre)⁵. Já o segundo,

realça o caráter construtivo do filme, pois nos coloca em presença de relações mais do que na presença de fatos e coisas. Relações constituídas pela história do filme, entre o que ele mostra e o que ele esconde. [...] A *representificação* seria a forma de experimentação em relação a alguma coisa, algo que provoca reação e exige nossa tomada de posição valorativa, relacionando-se com o trabalho de nossas memórias voluntária e involuntária que o filme estimula (Menezes, 2004: 45-46).

A intersecção dos dois conceitos vai no sentido da “insistência particular da imagem ou de um efeito de construção” do primeiro e da relação com o “trabalho de nossas memórias voluntária e involuntária que o filme estimula” do segundo. Embora o último possa contemplar incontáveis referências de diferentes fontes, incluindo experiências emocionais e subjetivas individualizadas, ele também inclui memórias que associam imagens e efeitos de construção previamente vistos e reconhecidos pelos espectadores. Em grande medida, não apenas do ponto de vista técnico, um filme capaz de provocar alguma reação significativa em seus espectadores dificilmente consiste num conteúdo completamente inovador e desconectado de estratégias narrativas, signos e referências cinematográficas anteriormente consolidados. Isso se dá por duas razões: a primeira, de ordem comunicativa mais básica, consiste no fato de que a compreensão dos signos e da narrativa geralmente necessita acionar um léxico previamente [re]conhecido pelos espectadores para que estes tenham condições de fazer as associações mentais mínimas necessárias para a apreensão do conteúdo. A outra, de caráter mercadológico, diz respeito ao cálculo, pelos produtores, das possibilidades de retorno do investimento em determinada produção. A familiaridade, seja com um diretor, com gênero específico, com um conjunto de atores ou com determinado tema são elementos importantes para avaliar, na indústria cinematográfica, se uma ideia é digna de investimento ou não. Isso contribui, especialmente no cinema hollywoodiano, para a manutenção de fórmulas narrativas muitas vezes já desgastadas em diferentes gêneros cinematográficos.

5 Neste trecho citado, a expressão “séries filmicas homogêneas” refere-se aos filmes que compõem a amostra a ser analisada. Esta, por sua vez, refere-se geralmente a um período e a um país/região geográfica determinados. (Cf. SORLIN, 1982).

A observação de tendências de mercado e possibilidades de adesão do público na indústria audiovisual é decisiva e, nesse sentido, necessária, uma vez que contribui para a manutenção de alguns pontos de fixação. Pontos de fixação esses que, em termos de múltiplas mídias operando em rede, não se restringem a esta ou aquela mídia específica. Retomando a leitura de Muanis (2014), o hibridismo que compõe a estética de diferentes produtos audiovisuais com diferentes finalidades permite a observação de pontos de fixação em múltiplas instâncias e níveis de comunicação mediada, além de apontar para a composição mutuamente influente e interconectada dessas mídias. Nesses termos, sem abandonar fontes de referências já consolidadas e reconhecidas, entendemos que ocorre, no presente, uma mudança significativa em nossa “cultura visual” (Mirzoeff, 2016: n.p.):

A diferença entre o conceito de cultura visual em 1990 e o que temos hoje é a diferença entre ver algo em um espaço de exibição específico, como um museu ou um cinema, e na sociedade em rede dominada pela imagem. Em 1990, você tinha que ir ao cinema para ver filmes (exceto reprises na TV), a uma galeria de arte para ver arte ou visitar a casa de alguém para ver suas fotos. Agora, é claro, fazemos tudo isso online e, além disso, sempre que quisermos fazer isso. As redes redistribuíram e expandiram o espaço de visualização, muitas vezes reduzindo o tamanho da tela na qual as imagens são visualizadas e deteriorando sua qualidade. A cultura visual hoje é a manifestação chave na vida cotidiana do que o sociólogo Manuel Castells chama de “sociedade em rede”, um modo de vida social que toma forma a partir das redes eletrônicas de informação (1996). (tradução livre)

Contexto tecnológico e mídias digitais

Hoje, o alcance de Cmídias digitais tem implicado em transformações nas interações sociais, sendo que a difusão e ressignificação de imagens têm sido parte importante desse processo. Desde a segunda metade da década de 2000, as inovações tecnológicas da chamada *Web 2.0*, com sua redução de custos e aumento da velocidade de conexão na transmissão de dados, facilitaram significativamente a circulação de arquivos de imagem, vídeo e som na internet:

À medida que o custo de armazenamento de fotos e vídeos decaiu, SNS⁶ também começaram a suportar o compartilhamento de mídia em larga escala. Aplicativos de celulares tornaram fácil a publicação de fotografias e vídeos. Recursos que facilitaram aos usuários publicarem conteúdos leves em seus perfis, simultaneamente compartilhando-os com amigos aprimoraram os perfis tornando-os mais dinâmicos. (Boyd, Ellison, 2013: 154 – tradução livre)

Embora a expressão Web 2.0 tenha aparecido ainda em 2004, para se referir a uma espécie de segunda virada tecnológica na internet relativa à sua expansão para dispositivos móveis e a navegação por plataformas *on-line* interconectadas, o grande alcance deste fenômeno, principalmente no contexto brasileiro, só se torna perceptível a partir de meados da década de 2010, quando mais da metade da população brasileira de 10 anos ou mais utiliza a internet⁷. Há que se considerar como parte do fenômeno da Web 2.0 o barateamento tanto de aparelhos móveis quanto de serviços de acesso, sendo também que o tipo de acesso, diferente do que predominava nos computadores pessoais até início dos anos 2000, já não se dá tanto por portais de provedores de internet, mas, principalmente, via aplicativos e plataformas *on-line*, aos quais o usuário tem acesso por meio de seu perfil na rede social Face-

⁶ Social network sites – Sites de redes sociais.

⁷ De acordo com dados da PNAD referentes ao ano de 2016 e divulgados em 2018, 94,6 dessas pessoas acessavam a internet pelo celular. Para mais, ver: *Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal – 2016*. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf>. Acesso em 20 mai. 2019.

book ou de sua conta de serviços do Google ou da Apple. A partir de sua inscrição em um desses, o usuário desfruta de aplicativos de fotos, vídeos, encontros, compras, geolocalização entre outros, no que se destaca a conectividade não mais condicionada ao domicílio ou a algum aparelho conectado à rede telefônica por fio.

Tudo isso, ainda que talvez não tenha tido tempo suficiente para afetar significativamente o estilo de conteúdos audiovisuais distribuídos via internet, promove relações completamente diferentes entre usuários e imagens, por vários motivos, sendo dois dignos de nota: o primeiro diz respeito à possibilidade de produção, edição e envio de conteúdos de imagem e audiovisuais pelos próprios usuários. Mesmo os aparelhos mais baratos com acesso à internet já possuem câmeras integradas e suporte a aplicativos de gravação, edição e compartilhamento de vídeos e fotos, permitindo a seus usuários não apenas gravarem seus próprios registros, mas editá-los conforme seus gostos e propósitos e compartilharem com um grupo restrito de conhecidos ou em perfis e sites de acesso público. O segundo se refere à superação de restrições de espaço físico: diferentemente de um computador de mesa ligado à rede telefônica ou de um televisor à cabo e conectado a uma tomada, o usuário pode consumir e compartilhar conteúdos audiovisuais em qualquer lugar desde que tenha acesso a um serviço de rede de dados ou a uma rede sem fio, recurso cada vez mais disponível gratuitamente em grandes centros urbanos, seja por estabelecimentos comerciais ou, em muitos casos, pela própria administração municipal.

Se Williams já chamava a atenção para a distinção da radiodifusão em relação ao cinema por se direcionar a lares particulares, tendo aí um aspecto de distribuição mais individualizado, no caso das mídias digitais, esse aspecto é mais evidente, acompanhando o indivíduo pelos diferentes espaços que ele transita. Tais circunstâncias podem sugerir ao olhar mais desatento que as novas tecnologias de comunicação estão promovendo uma individualização sem precedentes, com destaque para as novas gerações que, já nos primeiros anos de vida, aprendem a manusear esses dispositivos. Tal perspectiva, alardeada por muitos usuários das redes sociais, é uma expressão comum – e nada nova – de determinismo tecnológico. Esta assume as tecnologias como determinantes do comportamento social e o debate em torno dela, além de já aparecer na obra de Williams sobre a televisão nos anos 1970, pode remontar aos primórdios da revolução industrial. A esse respeito, Castells (1999: 43), ainda no século XX, era categórico:

É claro que a tecnologia não determina a sociedade. Nem a sociedade escreve o curso da transformação tecnológica, uma vez que muitos fatores, inclusive criatividade e iniciativa empreendedora, intervêm no processo de descoberta científica, inovação tecnológica e aplicações sociais, de forma que o resultado final depende de um complexo padrão interativo. Na verdade, o dilema do determinismo tecnológico é, provavelmente, um problema infundado, dado que a tecnologia é a sociedade, e a sociedade não pode ser entendida ou representada sem suas ferramentas tecnológicas.

Mais de vinte anos antes, Williams, ao abordar a televisão, discutia o mesmo problema, bem como outra perspectiva muito difundida no senso comum a respeito do desenvolvimento tecnológico como resposta às necessidades sociais. De acordo com o autor,

Ainda é preciso considerar que a questão fundamental sobre a resposta tecnológica para uma necessidade é menos sobre a necessidade em si do que sobre seu lugar em uma formação social existente. Uma necessidade que corresponde às prioridades dos grupos reais de decisão obviamente atrairá de forma mais rápida o investimento de recursos e a permissão oficial, a aprovação ou o incentivo de que depende uma tecnologia de trabalho, na condição de forma distinta de dispositivos técnicos disponíveis. Podemos ver isso com clareza nos principais desenvolvimentos da produção industrial e, de modo significativo, na tecnologia militar (Williams, 2016: 32).

Isso se torna mais evidente quando se trata da invenção da internet, que remonta aos anos 1960, a partir de pesquisas desenvolvidas pela Agência de Projetos de Pesquisa Avançada – ARPA, do Departamento de Defesa dos Estados Unidos (Castells, 2003: 13), formada no final dos anos 1950, em resposta aos avanços tecnológicos da União Soviética durante a Guerra Fria.

Essa reflexão acerca da relação entre tecnologia e sociedade, embora não seja o tema deste texto, serve de salvaguarda metodológica em relação ao estudo dos impactos – supostos e reais – de mídias digitais hoje. Há uma tendência bastante comum a abordar toda e qualquer mudança tecnológica sob uma chave revolucionária, enquanto ruptura com toda uma ordem social anterior e, praticamente, a fundação de uma nova ordem, sem precedentes e, para aqueles nela inseridos, com potencial distópico, principalmente em termos de uma perspectiva ética e moral, de crise e ameaça a valores estabelecidos. Scott MCQuire (2008) apontou este problema, que já se manifestava sistematicamente perante outras inovações tecnológicas ao longo da história da modernidade, tais como a locomotiva a vapor, a fotografia, o cinema, a televisão, entre outros.

Seria leviano negar impactos significativos das inovações tecnológicas na vida social em seus mais variados níveis: econômico, cultural, informacional, lúdico, pessoal e até mesmo afetivo-sexual⁸. Inclusive do ponto de vista das sociabilidades, que é um dos aspectos que mais chama a atenção de cientistas sociais em relação às mídias digitais, dado que se confirmam mudanças nas dinâmicas e possibilidades de interação. Mas, tanto em perspectivas mais pessimistas quanto mais otimistas relativas aos impactos de novas mídias, o fenômeno parece recorrentemente apreciado de forma a-histórica, com ênfase em seu potencial disruptivo com o passado e em seu potencial de novas conexões. Contudo, Castells (2003) refuta algumas dessas perspectivas e sugere que a internet, ao contrário do que seus analistas mais otimistas anteviram nos anos 1990, não teria cumprido as promessas utópicas de uma sociabilidade irrestrita e um novo senso mais amplo de “comunidade”:

Contrariando alegações de que a internet seria ou uma fonte de comunitarismo renovado ou uma causa de alienação do mundo real, a interação social na internet não parece ter um efeito direto sobre a configuração da vida cotidiana em geral, exceto por adicionar interação online às relações sociais existentes (Castells, 2003: 100).

O autor reitera, sem desprezar que a internet tenha trazido inovações às sociabilidades pré-existentes, que ela foi, antes, apropriada não apenas por redes de relações sociais anteriores, como também em práticas culturais já consolidadas nas sociedades modernas, em que a noção de individualidade como valor central da existência humana ganha relevo.

Entendemos que as sociedades modernas são pautadas por, entre outros aspectos de caráter econômico, político e filosófico, uma relação bastante peculiar com a constante inovação tecnológica, mas isso já seria tema para outro artigo. O dilema entre determinismo tecnológico e determinismo social da tecnologia é digno de nota não apenas porque permeia a própria história das mídias audiovisuais, mas também por lançar luz sobre um aspecto mais amplo da contextualização e conexão histórica entre diferentes mídias e seus desdobramentos tanto tecnológicos quanto sociais. E no caso mais específico das mídias digitais, embora os primórdios de seu desenvolvimento remetam à comunicação em rede entre diferentes dispositivos para a transmissão de informações, no que diz respeito ao trânsito de imagens que elas possibilitam hoje, acreditamos que elas têm agido mais no sentido de intensificar e reiterar determinadas redes de significados e parâmetros valorativos, anteriormente existentes, do que de produzir conteúdos significativamente novos. Não se nega seu potencial de empreender transformações no nível dos conteúdos, tanto de referenciais simbólicos quanto de recursos técnicos narrativos. Acreditamos que tais mudanças estejam em curso, mas não configuram uma ruptura com a linguagem audiovisual constituída no século XX.

⁸ Sobre esse ponto específico, ver PELÚCIO, L. *Amor em tempos de aplicativos*. São Paulo: Annablume, 2020

Para além dos aspectos mais diretamente relacionados à produção dos conteúdos audiovisuais e sua dimensão simbólica, o papel das mídias digitais na atualidade parece operar no sentido de intensificar aspectos da modernidade anteriormente problematizados, nos quais a relação com o audiovisual, ainda que não fosse central, já era apontada. E no caso da relação especificamente individualizada dos usuários com as mídias digitais hoje, parece haver, em muitos aspectos, a intensificação de uma “cultura do narcisismo” (Lasch, 1983: 73):

A vida moderna é tão profundamente invadida por imagens eletrônicas, que não podemos deixar de responder aos outros como se suas ações – e as nossas próprias – estivessem sendo registradas e simultaneamente transmitidas a uma audiência invisível ou armazenadas para minucioso escrutínio posterior.

Se, por um lado, isso reafirma a importância e necessidade de lançar um olhar sociológico sobre as imagens eletronicamente mediadas e sobre o audiovisual não como mero produto do meio social, mas parte integrante e fundamental da constituição de relações sociais e construção de significados e percepções da realidade, por outro, a intensificação do acesso a imagens revela um desafio: o volume de imagens produzidas, reeditadas, resgatadas e ressignificadas que circula nas redes sociais torna quase impossível discernir que conteúdos são relevantes para uma análise sociológica.

Seja por limitações técnicas da produção audiovisual ou mesmo por aspectos econômicos e de reconhecimento social e cultural, até o fim do século XX, o volume de produções disponíveis para eventuais investigações sociológicas, ainda que fosse considerável, era significativamente menor, sendo ainda mais fácil identificar, por meio da crítica especializada, dos registros e debates na imprensa, produções relevantes para a análise sociológica. Pierre Sorlin (1982: 204) definia como um importante critério para a construção de uma amostra o seguinte:

uma produção que tenha conhecido uma grande audiência, da qual se falou muito, tem mais chances de ter marcado mais profundamente o público que um filme que pessoa alguma viu; ao menos é uma presunção que obriga a trabalhar sobre filmes conhecidos (tradução livre).

Embora ainda seja possível recorrer a algumas fontes estatísticas e publicações especializadas para preencher esse critério sugerido por Sorlin para a sociologia do cinema, a descentralização tanto de produção quanto de distribuição de conteúdo – incluindo críticas e avaliações – pelas mídias digitais hoje dificulta o emprego de tais parâmetros. A isso, soma-se a efemeridade que diz respeito não somente às imagens e produções audiovisuais circulantes nas redes sociais, mas aos próprios debates dentro das redes. Embora as plataformas permitam rastrear e registrar os temas mais pesquisados e comentados na internet, um assunto – seja um filme, boato, uma notícia ou acontecimento político – pode desaparecer completamente da lista de tópicos mais comentados em poucos dias e ser rapidamente esquecido.

Nesse sentido, a escolha metodológica de Sorlin de definir sua amostra conforme recortes históricos específicos é bastante funcional para a análise filmica. Situar a análise, como no exemplo que o autor apresenta, na produção cinematográfica italiana do pós-guerra, permite uma apreciação mais apurada das produções do período e seu impacto na época, bem como sua perenidade posterior enquanto referência de um determinado cinema de um país, de uma época e, eventualmente, de uma escola estética. A contextualização histórica revela-se, então, fundamental para a análise filmica dentro da sociologia do cinema, mas quando se trata de conteúdos audiovisuais no presente das mídias digitais, essa contextualização mostra-se problemática pela dificuldade de distanciamento da efemeridade como característica marcante deste contexto.

Esse obstáculo nos leva a conduzir a análise em uma chave que não se oriente tanto pela aparente relevância dos incontáveis e difusos temas que supostamente “lideram” os interesses dos usuários das mídias digitais. Essas informações são dignas de atenção, mas não constituem o ponto fulcral desta proposta. Em outra direção, nossa proposta metodológica sugere não apenas identificar os pontos de fixação nas produções audiovisuais exclusivamente do presente, mas aqueles pontos de fixação que acionam, tanto do ponto de vista da forma quanto do conteúdo, referências previamente estabelecidas na história do cinema e da televisão. Por forma aqui, designamos, de maneira mais ampla, características técnicas e narrativas gerais de gêneros cinematográficos e televisivos: do emprego da luz ao da trilha sonora, passando pela seleção de enquadramentos e filtros específicos e cortes. Nesse sentido, extrapolam-se elementos dos pontos de fixação nas produções audiovisuais contemporâneas até por perceber como um ponto de fixação importante, as próprias referências e resgates de produções reconhecidas e consagradas anteriormente no cinema e na televisão⁹.

Além da proposta mais direta de continuidade de sucessos anteriores, as referências e citações a obras anteriormente consagradas aparece tanto em produções da indústria audiovisual quanto na comunicação cotidiana dos usuários das redes sociais, que frequentemente se valem de *memes*. Estes podem se apresentar como imagens legendadas e vídeos, às vezes excertos de outras mídias, utilizados geralmente com sentido humorístico. Assim, a linguagem cinematográfica, longe de ser defasada pelas mídias digitais, é amplamente [re]utilizada para sinalizar de posicionamentos políticos a estados de espírito e afetos. A incorporação dessas imagens à linguagem corrente nos sites de redes sociais indica a presença marcante da iconografia cinematográfica na vida social contemporânea, atingindo o estatuto de recurso expressivo “imediatamente” reconhecido, mesmo quando a imagem – ou o novo sentido a ela atribuído – se distancia de seu contexto diegético.

Em face do exposto, concordamos com Scott McQuire (2008: 203) quando ele afirma que

as novas plataformas de mídia têm consistentemente contribuído para a formação de novos modos de percepção e conhecimento, bem como para a produção de novas formas e locais de ação social. [...] Mídias não mais pertencem primariamente a locais especializados espacialmente delimitados tais como o cinema, mas estão se tornando móveis e penetrantes. Mais do que registro de eventos passados, mídias digitais frequentemente oferecem *feedback* instantâneo em “tempo real”. Não somente as interações sociais rotineiramente distribuídas através de matrizes heterogêneas de tempo-espacó, mas a mediação por sistemas tecnológicos complexos tornou-se integral para a dinâmica social (tradução livre).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Buscou-se promover uma reflexão de cunho teórico-analítico sobre a importância de se empreender hoje uma sociologia das imagens e do audiovisual, situando esse empreendimento no contexto tecnológico atual da expansão e popularização do acesso a mídias digitais. A um só tempo, entendemos que, assim como o estudo sociológico de produções audiovisuais, hoje, requer reflexões mais aprofundadas no tocante ao volume de conteúdos ofertados e às novas possibilidades de distribuição, consumo e produção deles, propiciados pelas mídias digitais, o próprio estudo envolvendo mídias digitais, desde o advento da Web 2.0, requer uma problematização dos usos e significados de imagens eletronicamente mediadas. Conforme exposto, isso se deve tanto pela recente facilitação para a produção, edição, distribuição e consumo de imagens e vídeos pelos usuários, hoje, quanto pela incorpora-

⁹ Dois exemplos expressivos: (1) a nova temporada da série *Twin Peaks* (David Lynch, 2017) na plataforma Netflix, que consiste em uma continuação da série consagrada de 1990 e (2) o filme *Blade runner 2049* (Denis Villeneuve, 2017), que resgata o universo da produção de Ridley Scott consagrada em 1982.

ção delas em suas interações cotidianas por meio de plataformas *on-line*, aplicativos e redes sociais. Reitera-se, portanto, um importante processo de transformação nas relações *com* e *entre* imagens nas sociedades contemporâneas. Contudo, conforme argumentamos, esse processo não implica em ruptura com a história social moderna e nem com as mídias e tecnologias de comunicação estabelecidas e consolidadas ao longo do século XX.

Buscou-se então articular e consolidar, a partir do referencial teórico apresentado, algumas indicações para uma pesquisa distintamente sociológica voltada para conteúdos audiovisuais na atualidade. Enfatiza-se o caráter sociológico no sentido de distinguir esse empreendimento da crítica artístico-literária, bem como assumir o comprometimento necessário do pesquisador com o objeto para além da simples apreciação estética e tentativa de legitimação de gostos pessoais. Deste modo, o texto consistiu em construir algumas premissas sociológicas para o trabalho com imagens e mídias digitais, sublinhando dois aspectos: (1) a historicidade das imagens no contexto digital, mesmo quando parecem remeter a um estado tecnológico sem precedentes e (2) o reconhecimento tanto de conteúdos audiovisuais como de suas mídias – enquanto meios de divulgação e distribuição – como produções e produtores da vida social moderna, atuando principalmente na constituição, manutenção e transformação de sua dimensão simbólica.

Em síntese, podemos concluir que: (1) Não consideramos suficiente, hoje, uma análise sociológica dos impactos da internet nas sociabilidades contemporâneas que não se proponha, conjuntamente, a analisar e problematizar as imagens que circulam nessas mídias, as relações historicamente construídas com elas e os significados a elas atribuídos. (2) Em relação às imagens, as mídias digitais atuam, ao menos por enquanto, mais na distribuição e ressignificação de técnicas e conteúdos socialmente estabelecidos e reconhecidos anteriormente à sua popularização do que na criação de conteúdos e linguagens realmente novas. Em suma, a internet atua no sentido de ampliação de possibilidades comunicativas, mas ainda sob velhas narrativas e formatos – desenvolvidos, principalmente, a partir do cinema – para a reprodução de crenças, discursos e formas de pensamento ainda pouco ou nada inovadores. Não rejeitamos a possibilidade de maior visibilidade que a internet oferece a discursos e esquemas de pensamento alternativos, contudo, entendemos que isso ainda opera em um estado de potencialidade, que tende a ser explorada por grupos e usuários já predispostos, em função de seu capital cultural, seus laços sociais e interesses pessoais, a buscar essas alternativas. Assim, a internet mantém sua conexão histórica com o audiovisual à medida que usuários, grupos, organizações e empresas [re]utilizam técnicas, estratégias e signos consolidados no cinema, na publicidade e na televisão para, efetivamente, constituírem e comunicarem suas visões de mundo e as difundirem por meio da rede.

Também reiteramos os desafios que o impacto das novas tecnologias de mídias digitais e as velozes transformações que elas implicam oferecem ao tipo de investigação aqui proposto. O ritmo de mudanças e novidades que se apresentam nesse campo parece distante daquele habitual ao desenvolvimento da pesquisa sociológica, em meio a tantas informações; notícias; ditos e contraditos que rapidamente se espalham como “assunto do dia” e, com igual velocidade, são esquecidos. O problema parece maior ao tratar de imagens que hoje dispensam um aparato físico de registro e arquivamento, pairando e se dissipando em nuvens de dados digitais. De maneira que, ao lidar com as imagens, especialmente neste contexto social e tecnológico, lida-se irremediavelmente com a efemeridade, o que pode levar o pesquisador a questionar a consistência de seu objeto. Assim, apreciar crítica e analiticamente o contexto tecnológico de circulação das imagens, torna-se fundamental.

As mídias digitais e a internet oferecem, então, uma contribuição analítica e sociológica importante: distintamente de outros aparelhos eletrônicos popularizados, no decorrer do século XX, ora apresentados como ferramentas para o desenvolvimento econômico e político dos Estados, ora para o conforto e lazer privados, o funcionamento dessas novas tecnologias de comunicação é declarada e inescapavelmente social, no sentido de requisitar explicitamente a participação e a interação entre seus usuários. Mais do que outras tecnologias, estas se propõem como “mídias *sociais*”; integram e redistribuem conexões, informações e iniciativas de agentes individuais e coletivos.

Se o contexto tecnológico atual parece intimidador pela velocidade dos fluxos de imagens e conteúdo, por vezes dificultando produzir uma amostra significativa de produções relevantes, por outro lado, ele tem permitido, talvez mais do que em outras épocas, observar a incorporação de referências audiovisuais à vida cotidiana. Isso ocorre principalmente com as gerações que, desde seus primeiros anos, encontram-se inseridas neste fluxo de imagens e habituadas ao uso de mídias digitais. Assim, levando em conta os processos de socialização, interação e conhecimento a que essas gerações estão expostas (cujo substrato linguístico remete a um léxico constituído durante o século XX pela integração de diferentes mídias), uma sociologia filmica centrada nos sentidos das imagens reafirma-se atual e imprescindível para a compreensão de vários processos de significação atuais. Mais do que numa sociedade “digital”, vivemos, antes, em uma sociedade de imagens, cujas bases se constituíram e se expandiram em volume e complexidade, ao longo do século XX, utilizando-se de referências linguísticas, estéticas e mercadológicas do cinema, entre outras.

Concluindo, os desafios aqui suscitados, embora em um primeiro momento se refiram a um campo muito específico dentro da Sociologia – mídias, imagens e audiovisual – trazem à tona contribuições que o extrapolam. Isso porque, ao apontar questões referentes aos efeitos sociais e históricos de inovações tecnológicas no âmbito comunicativo, essas contribuições remetem diretamente à produção, distribuição e ao fluxo de sentidos que orientam desde ações individuais e isoladas a interações, manifestações coletivas e, para gerações nascidas já imersas nessa oferta de imagens e tecnologias, referências para a construção de sua identidade individual e, ao mesmo tempo, de expectativas em relação ao mundo à sua volta. Pensar sociologicamente o audiovisual e, conjuntamente, sua articulação com novas tecnologias de comunicação e informação, portanto, não se confunde com uma crítica artística com fim em si mesma. Trata-se, antes, de um desafio sociológico de fôlego em que se evidencia, reiteradamente, a complexidade das redes de produção e difusão de sentidos, discursos e valores que orientam comportamentos e decisões individuais e coletivas. Nisso, uma sociologia das imagens, longe de constituir campo à parte, direcionado ao dilettantismo estético ou à intangível subjetividade de produtores e consumidores dessas imagens, trata de como que as formas de enxergar o mundo são socialmente construídas, interferindo também na constituição de identidades e laços sociais. E essas formas, não apenas hoje, são significativamente afetadas pelos meios de produção, distribuição e recepção de informações e discursos, no que o audiovisual tem tido participação explícita.

Referências

- AQUINO BITTENCOURT, Maria Clara. *Convergência Midiática e Redes Digitais*. Curitiba: Appris, 2017.
- BECKER, Howard. *Métodos de pesquisa em Ciências Sociais*. São Paulo: UCITEC, 1993.
- BOURDIEU, Pierre. Gostos de classe e estilos de vida. In ORTIZ, R. (org.). *Pierre Bourdieu*. São Paulo: Ática, 1983.
- BOYD, Nicole; ELLISON, Danah. Sociality through Social Network sites. In: DUTTON, W. H. *The Oxford Handbook of Internet Studies*, Oxford University Press, 2013
- CARDOSO. Ruth. As aventuras dos antropólogos em campo ou como escapar das armadilhas do método”. In: CARDOSO, Ruth(org.). *A aventura antropológica: teoria e pesquisa*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.
- CARRIÈRE, Jean-Claude. *A linguagem secreta do cinema*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1995.
- CASTELLS, Manuel. *Sociedades em rede*. vi. São Paulo: Paz e Terra, 1999.
- _____. *A galáxia da internet: reflexões sobre a Internet, os negócios e a sociedade*. Rio de Janeiro: Zahar, 2003.
- FOUCAULT, Michel. O que é um autor? In: MOTTA, M. B (org.) *Michel Foucault: Estética e literatura, música e cinema*. Rio de Janeiro: Forense, 2009.

- GARSON, Marcelo. O conceito de convergência e suas armadilhas. *Galaxia*, n.40, jan-abr, 2019, p. 57-70.
- GEERTZ, Clifford. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: LTC, 2008
- GIDDENS, Anthony. *As Consequências da Modernidade*. São Paulo: UNESP, 1991.
- IBGE. *Acesso à internet e posse de telefone móvel celular para uso pessoal – 2016*. Rio de Janeiro, 2018. Disponível em: <https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101543.pdf> . Acesso em 20 mai. 2019.
- JENKINS, Henri. *Cultura da convergência*. 2. ed. São Paulo: Aleph, 2009.
- LUPTON, Debora. *Digital Sociology*. New York : Routledge, 2015
- LASCH, Christopher. *A cultura do narcisismo*. Rio de Janeiro: Imago, 1983.
- MCQUIRE, Scott. *The media city*. London: SAGE Publications, 2008.
- MENEZES, Paulo. O cinema documental como representificação. In NOVAES, S. C. (org). *Escri-
turas da Imagem*. São Paulo: Edusp, 2004.
- _____. Invisibilidades cruzadas: uma aproximação ao conceito de momento decisivo de Henri Cartier-Bresson. In: *Tempo Social*, São Paulo. V. 29, n.1, jan./mar pp.211-233, 2017.
- MIRZOEFF, Nicole. *How to see the world: An introduction to images, from Self-Portraits to selfies, maps to movies and more*. New York: Basic Books, 2016; [ebook].
- MISKOLCI, Richard; BALIEIRO, Fernando. Sociologia digital: balanço e desafios. In: *Revista Brasileira de Sociologia*, v. 6, n.12, jan/abr, pp. 132-156, 2018.
- MISKOLCI, Richard. Novas conexões: notas teóricometodológicas. In: *Cronos*: UFRN, Natal, v. 12, n.2, jul./dez, pp. 09-22, 2011.
- _____, Sociologia digital: notas sobre pesquisa na era da conectividade. In: *Contemporanea*. v.6, n.2, pp. 275-296, 2016.
- MUANIS, Felipe. *Audiovisual e mundialização: televisão e cinema*. São Paulo: Alameda, 2014.
- NISTRÖM, Anna-Greta. What is Convergence? Perceptions from the Finnish telecommunications sector. *The 18th European Regional Conference*. Istambul, Turkey, 2-4 september, 2007.
- PELÚCIO, Larissa. *Amor em tempos de aplicativos*. São Paulo: Annablume, 2020.
- ROSSI, Túlio. Problematizando a Indústria dos sonhos: questões sociológicas para analisar o cinema de entretenimento estadunidense. In: *Ciências Sociais Unisinos*, v.50, n.2, 2014.
- SORLIN, Pierre. *Sociologie du cinéma*. Paris: Aubier Montaigne, 1982.
- WEBER, Max. *Economia e Sociedade*, v.I. Brasília: UNB, 2000.
- _____. A “objetividade” do conhecimento nas ciências e na política sociais. In: *Ensaios sobre a teoria das ciências sociais*. São Paulo: Centauro, 2008.
- WILLIAMS, Raymond. *Televisão: Tecnologia e Forma cultural*. São Paulo: Boitempo, 2016.

Recebido em: 21/05/2019

Aprovado em: 04/02/2021

Como citar este artigo:

ROSSI, Túlio Cunha. Olhares digitais: aportes metodológicos para uma sociologia das imagens em mídias digitais. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 735-753.



HOSPITALIDADE E ACOLHIMENTO NA ROMARIA DE NOSSA SENHORA DE NAZARÉ¹

Ricardo Frugoli²

Mirian Rejowski³

Sênia Regina Bastos⁴

Resumo: O Círio de Nazaré é considerado a maior festa religiosa do país, contando com a participação anual de mais de 10 milhões de pessoas. Dentre elas, destacam-se os romeiros, cujo fluxo - apesar de não contabilizado - aumenta a cada ano e origina-se das mais diversas partes do Brasil e do mundo. Uma das romarias mais conhecidas é a Romaria Nossa Senhora de Nazaré, popularmente conhecida como Romaria do Zé Bode. O presente artigo artigo, fruto de uma pesquisa etnográfica, baseia-se no referido grupo e tem como objetivo analisar as figuras, os locais e as práticas de hospitalidade e acolhimento observados no trajeto feito pelo grupo, de Castanhal até Belém.

Palavras-Chave: Hospitalidade; Acolhimento; Turismo religioso; Romaria de Nossa Senhora de Nazaré; Círio de Nazaré.

Religious tourism, hospitality and welcoming acts in the pilgrimage of our lady of nazareth: the path to the mother's holy house

Abstract: *The Círio de Nazaré is considered the biggest religious festival in the country with more than 10 million participants annually. The Pilgrimage of Our Lady of Nazareth, popularly known as 'Zé Bode' pilgrimage, is one of the most famous pilgrimages. This article is the result of ethnographic research based on the referred group and aims at analyzing the icons, the places, and hospitality practices as well as welcoming acts observed during the trip taken by the group from Castanhal to Belém.*

Keywords: Hospitality. Welcoming acts. Religious tourism. Pilgrimage of Our Lady of Nazareth. Círio de Nazaré.

Hospitalidad y bienvenida en la peregrinación de Nuestra Señora de Nazaré

Resumen: El Cirio de Nazaré es considerado el mayor de los festejos religiosos del país, contando con la participación anual de más de 10 millones de personas. Entre estas, destacan los romeros, cuyo flujo, a pesar de no estar contabilizado, aumenta cada año y se origina de cualquier parte de Brasil y del mundo. Una de las Romerías más

¹ A pesquisa, realizada no curso de doutorado em Hospitalidade (UAM – SP), contou com financiamento da CAPES.

² Instituto Federal de Minas Gerais (IFMG – Ouro Preto) – Ouro Preto – Minas Gerais – Brasil – doutormanicoba@gmail.com – Orcid: 0000-0002-0531-5525

³ Universidade Anhembi Morumbi (UAM) – São Paulo – Brasil – mirwski@gmail.com - Orcid: 0000-0001-6135-0221

⁴ Universidade Anhembi Morumbi (UAM) – São Paulo – Brasil – seniabastos@gmail.com - Orcid: 0000-0001-9978-1836

conocidas es la de Nuestra Señora de Nazaré, popularmente conocida como Romería del Zé Bode. El siguiente artículo, fruto de una investigación etnográfica, se basa en el referido grupo y tiene como objetivo analizar las figuras, los lugares y las prácticas de hospitalidad y acogimiento observados en el trayecto hecho por el grupo, desde Castaño hasta Belém.

Palabras Clave: Hospitalidad; Acogimiento; Turismo religioso; Romería de Nuestra Señora de Nazaré; Círio de Nazaré.

INTRODUÇÃO

Considerando-se que a religiosidade no Brasil é um campo de estudo vasto e diversificado, a Festa do Círio de Nazaré apresenta alta relevância na matriz fundadora de origem cristã, particularmente ligada à fé católica. Como uma festa popular de grande expressão, movimenta o segmento do turismo religioso com o afluxo de turistas, devotos, romeiros e curiosos de todo o estado paraense, assim como de outros estados brasileiros, e até do exterior.

Embora haja bibliografia sobre os festejos do Círio de Nazaré e as suas manifestações que ocorrem em Belém, deparou-se com a escassez de pesquisas sobre essas romarias. Dos grupos de romeiros caminhantes, que fazem de seu sacrifício uma grande celebração, o maior deles, de acordo com informações de voluntários da Casa de Plácido⁵, é o Grupo do Zé Bode – nome popular da Romaria de Nossa Senhora de Nazaré.

A origem do grupo remete à figura de Zé Bode, que, em 1979, iniciou o trajeto portando uma cruz como forma de agradecimento à promessa feita pela saúde do filho. Anos mais tarde, Nazareno Abraçado, professor de Educação Física, passou a fazer parte do grupo, tornando-se figura indispensável à organização do evento, que atualmente está sob sua chancela nos mais variados aspectos, desde a captação de recursos até a organização geral. No fim da década de 2000, essa romaria, que sai da cidade de Castanhal e chega a Belém em um percurso de aproximadamente 80 quilômetros, foi declarada patrimônio artístico e cultural do estado do Pará pela Lei nº 7.259/2009, devido a sua expressão religiosa.

O presente artigo apresenta os principais resultados da pesquisa etnográfica realizada com o objetivo de investigar a Romaria de Nossa Senhora de Nazaré, evento religioso de expressão no Círio de Nazaré, a partir da hospitalidade oferecida na forma de ações de acolhimento aos romeiros, em lugares planejados ou não para esse fim. Para alcançar esse objetivo, ele foi decomposto em: a) identificar os integrantes e seus papéis na romaria, caracterizando diversos tipos de devotos à Santa, quer como anfitriões, quer como hóspedes; b) analisar a emergência dos lugares de hospitalidade durante o trajeto dos romeiros, no qual anfitriões oferecem acolhimento aos romeiros, seus hóspedes; c) discutir as ações de acolhimento nesses lugares, configurando-as de modo a explicitar as práticas de hospitalidade nesse evento religioso.

Para tanto, inicia-se com apontamentos teóricos sobre a hospitalidade como uma dimensão da dádiva, e sua relação com as ações de acolhimento na tríade dar-receber-retribuir no âmbito da devoção religiosa (MAUSS, 2001; GODBOUT, 1999; GODELIER, 2001; MARTINS, 2002; BAPTISTA, 2002, 2008; BUENO, 2006, 2015; CAMARGO, 2004, 2008; GOTMAN, 1997; PITT-RIVERS, 2012; BINET-MONTANDON, 2011; MAUSS; HUBERT, 2005; CAMPOS, 2006). Segue-se com a explicitação do método etnográfico quanto às etapas, procedimentos e categorias, justificado pelo tipo de objeto e pela imersão do pesquisador nesse universo. Em seguida, discorre-se sobre os resultados alcançados, analisando as figuras do anfitrião e do hóspede, como essenciais para a compreensão da hospitalidade e

5 Conhecida como casa do acolhimento, é o espaço que acolhe o romeiro quando chega a Belém durante os 15 dias de Círio de Nazaré. Nesse espaço, ele é recebido com água, tem seus pés lavados, recebe alimentação quente, tem acesso a curativos e massagens, além de entretenimento e área para descanso.

do acolhimento e responsáveis pela manutenção das relações e vínculos entre ambas. Assim, também se trata dos locais de acolhimento que surgem espontaneamente, ao longo do trajeto, ou são previamente organizados com tal finalidade, considerados lugares provisórios de hospitalidade. Por fim, abordam-se as práticas de hospitalidade no acolhimento dos hóspedes pelos anfitriões, em um espaço concebido e organizado para acolher.

A Romaria de Nossa Senhora de Nazaré, ao percorrer os 80 km até a Basílica, promove uma significativa manifestação religiosa, envolve sacrifício e atos de abnegação. Segundo Mauss e Hubert (2005), tal procedimento consiste em estabelecer uma comunicação entre o mundo sagrado e o profano. No sacrifício, está o ponto central do caminhante, mas, além das promessas que o motivam, a cada um dos participantes importa também o ambiente relacional, pois o acolhimento do “outro” é fundamental pelo seu papel integrador.

Hospitalidade e acolhimento: considerações necessárias

Para Baptista (2008, p.14), “falar em hospitalidade significa, justamente, ter em conta as múltiplas implicações presentes nessa dupla relação humana: a relação com o lugar e a relação com o outro”. A hospitalidade é fundada sob a noção de alteridade (GOTMAN, 1997) e, com isso, ganha destaque nas Ciências Sociais pela sua forma privilegiada de interação com seus múltiplos desdobramentos que podem subsidiar os estudos de relações sociais.

As relações sociais se constituem e se fortalecem por meio de uma forma particular e essencial de interação, que se torna a mediadora entre os anseios da coletividade (BUENO, 2015). Por essa interação, os indivíduos compartilham valores e tradições e assumem o compromisso de pertencimento. Desse modo, a hospitalidade supõe um sistema de relações sociais, dentro ou fora do registro das relações de interesse econômico e de poder.

O estudo da hospitalidade como dimensão da dádiva ganhou prestígio e alcance intelectual, a partir do início dos anos de 1980 (BUENO, 2015), com o grupo M.A.U.S.S. (Movimento Antiutilitarista em Ciências Sociais)⁶, fundado por intelectuais franceses. Esse grupo foi pioneiro em alcançar uma crítica sistemática e articulada do utilitarismo econômico, criando um importante processo de renovação das Ciências Sociais na França.

Com base nessa renovação, retoma-se a exploração metódica de todas as implicações da descoberta do sistema da dádiva efetuada por Mauss (2001), assim resumida: a tripla obrigação de dar, receber e retribuir constitui o universo socioantropológico sobre o qual foram construídas as sociedades antigas e tradicionais.

No dizer de Godbout (1999), o sistema da dádiva é um mecanismo social que está na base das propostas de aliança, dos pactos de paz e das propostas de vínculo – o antídoto contra a guerra e a hostilidade. A importância desse mecanismo se evidencia na economia moderna, sendo a principal fonte de exclusão, pois aparta o homem não só do mercado, mas também, ao longo do tempo, ameaça excluí-lo da própria sociedade (GODELIER, 2001).

Há um caráter dialético de “interesse e desinteresse, obrigação e espontaneidade [que] se confundem mais do que separam” (CAMPOS, 2006, p.141), que expressa a ideia da reciprocidade na dádiva. Para Godbout (2001), os três momentos do ciclo do dar, receber e retribuir, muitas vezes, confundem-se; do ponto de vista do ator, dar é retribuir, e vice-versa. Assim, esses momentos podem não ter o mesmo *status*, por exemplo, no caso da “caridade” a peregrinos que, na verdade, sentem que estão retribuindo. Para esse autor, há uma quarta esfera a ser considerada, a dádiva entre estranhos, como ocorre no caso do acolhimento no âmbito do voluntariado.

⁶ O termo M.A.U.S.S. também homenageia Marcel Mauss pelas suas contribuições no âmbito sociológico.

Para Baptista (2002, p.162), a hospitalidade implica “um modo privilegiado de relação com o outro, condição de urbanidade e civilidade”; e isso justifica a sua dimensão ética, pois, “as sociedades urbanas, à medida que se desenvolvem e se complexificam, vão perdendo o sentido da vida em comunidade”. Não é por acaso que se escolhe a metáfora da selva para nomear os modos de vida urbana, que muitas vezes se reduzem à luta pela sobrevivência (BAPTISTA, 2002).

Nesse sentido, a hospitalidade é fundamental para a valorização da qualidade das relações nos espaços sociais e para dar sentido à vida comunitária (BUENO, 2008). No entanto, ela passa pela permissão da ultrapassagem da fronteira, da porta, do limite do outro. Para Raffestin (1997), a passagem da exterioridade para a interioridade supõe a autorização ou convite, controlados por um rito – justamente a hospitalidade, que autoriza a transgressão do limite, sem recorrer à violência, e, como diz Gobout (1999), é o dom do espaço. Como “dom do espaço”, ela é acompanhada de numerosos rituais que balizam as fronteiras e enquadram o comportamento.

A postura hospitaleira é um “modo privilegiado de encontro interpessoal marcado pela atitude de acolhimento em relação ao outro” (BAPTISTA, 2002, p 158). Acolher alguém de forma hospitaleira significa, “abrir o espaço próprio sem reservas ou desconfianças” (BAPTISTA, 2008, p. 8), em uma articulação entre o conhecido e o desconhecido.

Essa relação social é sempre assimétrica – um recebe e o outro é recebido, um está no seu espaço e o outro entra no espaço que o acolhe. Segundo Avena (2006, p.140), o acolhimento pode ser entendido como:

Um ato voluntário que introduz um recém-chegado ou um estrangeiro em uma comunidade ou um território, que o transforma em membro dessa comunidade ou em habitante legítimo desse território e que, a este título, o autoriza a beneficiar-se de todas ou parte das prerrogativas que se relacionam com o seu novo status, definitivo ou provisório.

O acolhimento se manifesta de várias maneiras, e cabe salientar sua dimensão ética e a importância dos lugares de hospitalidade que potencializam a socialização dos indivíduos (BUENO, 2015). Para Baptista (2008), lugares de acolhimento significam lugares abertos. Nesses lugares, a hospitalidade encontra-se revestida de uma função acolhedora propícia a condições relacionais fundamentadas no espírito de doação e da solidariedade, ou seja: “o social somente surge sob condições particulares de doação, confiança e solidariedade que não são explicáveis, nem pela ótica do interesse individual, nem da burocracia estatal, mas do paradoxo da dádiva” (MARTINS, 2002, p.10). Em outras palavras, “Mesmo na caridade considerada muitas vezes como o tipo perfeito da dádiva gratuita, os caridosos estão retribuindo. Eles dão porque receberam muito” (GODOBOUT, 1999, p.116).

As obras misericordiosas⁷ são aquelas que socorrem o próximo em necessidades corporais ou espirituais, estão no Catecismo Maior de São Pio X, foram publicadas pela Tipografia do Vaticano em 1905 e atualizadas em 1976. Recordam que a nossa fé deve se manifestar em atos concretos no cotidiano, destinados a ajudar ao próximo, corporal ou espiritualmente. São quatorze as obras de misericórdia, dentre as quais, sete são espirituais e sete, corporais⁸. Das sete obras de misericórdia corporais elencadas, quatro beneficiam o grupo de romeiros estudado, no âmbito dos hóspedes que são atendidos pelos anfitriões: dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; dar abrigo aos peregrinos e assistir os enfermos.

7 Segundo Brusadin (2016), o conceito de misericórdia não é ter pena de alguém, e sim compaixão e solidariedade, enxergando o que o outro necessita.

8 Segundo São Pio X (2009), as obras espirituais são: dar bom conselho a quem tem dúvida; instruir os ignorantes; admonestar os pecadores; consolar os aflitos; perdoar as ofensas; sofrer com paciência as fraquezas do nosso próximo e rogar a Deus por vivos e defuntos. Já as corporais são: dar de comer a quem tem fome; dar de beber a quem tem sede; vestir os nus; dar abrigo aos peregrinos; assistir os enfermos; visitar os presos; enterrar os mortos.

A Romaria de Nossa Senhora de Nazaré, ao percorrer os 80 km até a Basílica, promove uma significativa manifestação religiosa, que pertence a esse patrimônio histórico do seu culto, e todo sacrifício implica um ato de abnegação. Para Mauss e Hubert (2005), no sacrifício, a consagração irradia-se para além da coisa consagrada: “Não há oferenda em que o objeto consagrado não se interponha igualmente entre o deus e o oferecedor e em que este último não seja afetado pela consagração”; e “em todo sacrifício um objeto passa do domínio comum ao domínio religioso – ele é consagrado” (MAUSS; HUBERT, 2005, p. 15-17). No sacrifício, está o ponto central do caminhante, mas, além das promessas que o motivam, a cada um dos participantes importa, também, o ambiente relacional, pois o acolhimento do “outro” é fundamental pelo seu papel integrador.

O ato de acolher exige que o anfitrião pense no seu hóspede, entenda as suas necessidades. O acolhimento pode ser visto como um desafio regulado por leis não escritas para o anfitrião⁹. O não cumprimento dessas leis significa hostilidade e não acolhimento. Esse processo pode conter formas de comunicação verbal e não verbal, expressadas por rituais de acolhimento (CAMARGO, 2008). Binet-Montandon (2011) Conta que a acolhida está sujeita a regras, ritos e tradições da hospitalidade e afirma que a hospitalidade é a abertura para o outro, mas que sempre há um risco de usurpação.

A noção de acolhida é atravessada por uma tensão contraditória que ora a torna um momento inaugural, um princípio organizador de toda a problemática da hospitalidade ao consolidar o acontecimento em conformidade com o status do anfitrião e do hóspede, e ora a contamina a ponto de dissolver e anular o ritual de hospitalidade por rituais de passagem numa lógica da interação que transforma o hóspede num membro integral da comunidade hospedeira. (BINET-MONTANDON, 2011, p. 1171)

As tensões da hospitalidade verificadas no contexto no ambiente doméstico, apontadas por Binet-Montandon (2011), são imperceptíveis no caso do grupo estudado, pois a cena hospitalaleira se dá em um lugar criado para acolher, sem as questões territoriais de uma casa. Não há a real invasão do espaço do anfitrião pelo hóspede e, também, trata-se de um hóspede que permanece pouco. No caminho, a acolhida e a relação entre anfitriões e hóspedes têm características particulares: a devoção e a solidariedade são graças à devoção à Nossa Senhora de Nazaré.

Método etnográfico

A adoção da etnografia como método da pesquisa se justificou pelas imersões em anteriores edições – 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016 – do Círio de Nazaré, quando se compreendeu a sua importância para os residentes na cidade de Belém, o cotidiano da festa na vida e na cultura deles, bem como os momentos de encontro entre devotos anfitriões e devotos hóspedes, nos quais ocorrem ações de hospitalidade e surgem os lugares acolhimento. Como afirma Malinowski (1976), importa estudar o homem e principalmente aquilo que o liga à vida. Alves (1980) e Maués (2005) afirmam que o Círio de Nazaré é, para uma parte significativa dos paraenses, um fenômeno que os liga à vida e reforça os laços entre os membros desse grupo.

A etnografia contemporânea já não tem olhares só para grupos selvagens ou isolados, mesmo porque eles quase não existem e, quando existem, já sofreram ou sofrem as influências da globalização. Assim, são esses impactos que podem ser observados, medidos e quantificados, ao contrário daquelas experiências vivenciadas e relatadas entre o fim do século XIX e meados do século XX. Os tempos são outros, e a etnografia vem se adaptando às possibilidades dos novos pesquisadores.

⁹ Conforme Luiz Octávio de Lima Camargo, em ensaio escrito em 2008 e não publicado.

Além de o tempo, hoje, ser mais escasso por conta das demandas do mundo moderno, o pesquisador pode ter de enfrentar limitações de recursos para pesquisa. Havendo tal limitação, ele se aparelha, além do caderno de campo, de uma série de equipamentos para coletar todos os dados que julga necessários.

Atualmente, o método etnográfico é aplicado em pesquisas de diversas áreas do conhecimento, mediante adaptação à realidade do espaço, do contexto e das possibilidades do próprio pesquisador. Essas adaptações trouxeram a aplicação do método ao espaço urbano, onde o pesquisador pode se afastar de seu cotidiano e inserir-se no cotidiano de outro grupo, amparado por uma estrutura mais ou menos confortável, de acordo com a escolha do objeto e dos recursos disponíveis para a pesquisa.

A viagem para Belém, a fim de realizar a pesquisa de campo, teve início em 30 de setembro de 2017, antes do início da romaria, e com retorno a São Paulo em 30 de outubro de 2017, sete dias depois do término das festividades do Círio de Nazaré. No primeiro período, acompanharam-se as práticas de acolhimento durante a Romaria de Nossa Senhora de Nazaré; no segundo, as práticas de acolhimento na entrada da cidade de Belém. A chegada dos romeiros à Basílica Nossa Senhora de Nazaré ocorreu no dia 5 de outubro, sendo que o pesquisador permaneceu em Belém até o dia 30 de outubro organizando as informações coletadas e acompanhando outras manifestações de acolhimento durante o período do Círio. Todo o material começou a ser analisado e classificado ainda em Belém, e sua seleção iniciou-se nos dias após o fim da festa, como sugere o método etnográfico.

No período da romaria propriamente dita, em outubro de 2017, ocorreram dois momentos da pesquisa:

- a) **Caminho para a Casa da Mãe:** acompanhamento da romaria, de 4 a 5 de outubro, percorrendo o trajeto de Castanhal a Belém, onde havia manifestações de acolhimento voluntário. A expressão “Casa da Mãe” era repetida quando esses devotos se referiam a Belém ou ao destino.
- b) **Bem-vindos à Casa da Mãe:** chegada a Belém, no dia 5 de outubro, percorrendo a avenida Almirante Barroso, via principal de acesso dos romeiros à Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, onde havia também manifestações de acolhimento voluntário para atender aos devotos-romeiros.

Em uma pesquisa etnográfica, utilizam-se várias técnicas para a coleta de dados, que são selecionados e organizados para a descrição, análise e discussão dos resultados. Assim, na pesquisa de campo, foram coletados depoimentos dos sujeitos na forma de registros orais gravados, anotações do caderno de campo (escritas e gravadas), gravação de áudio, registro em vídeo e fotografias. Os áudios e vídeos com entrevistas e depoimentos foram transcritos, preservando a oralidade original, as fotos e vídeos foram selecionados em termos de relevância e qualidade, assim como as anotações do caderno de campo, compondo um rico material de dados.

As categorias de análise pré-definidas no início da pesquisa de campo, que nortearam os roteiros de observação e de entrevistas, foram se ampliando durante a própria realização da pesquisa e resultaram em: a) Participantes da romaria; b) Lugares de acolhimento; c) Práticas de hospitalidade.

Na categoria Participantes da romaria, houve necessidade não apenas de se recorrer à literatura sobre os movimentos e viagens de caráter religioso, mas também de adequar a tipologia dos participantes às especificidades da romaria e do Círio de Nazaré. Dividiram-se os participantes entre: anfitrião e hóspede.

Os anfitriões são todos os que ou criam lugares de hospitalidade ou atuam neles, ajudando os romeiros que se destinam e os que chegam a Belém, durante o período do Círio de Nazaré, minimizando os seus sofrimentos físicos ou criando lugares para a prática de acolhimento. Dessa forma, ajudam o romeiro a cumprir sua promessa e a participar dessa festa religiosa.

Os hóspedes são os beneficiados pelas ações planejadas e realizadas pelos anfitriões em lugares de hospitalidade durante o evento. Os turistas conceituados como turistas de fé são devotos de Nossa Senhora de Nazaré e podem ser romeiros promesseiros, não promesseiros ou solidários que se dirigem a Belém em sacrifício. Os turistas religiosos também são devotos de Nossa Senhora de Nazaré e se deslocam por diversos meios até a cidade para cumprirem promessas, para manifestarem sua devoção à santa ou para promoverem ações de solidariedade a esses devotos. Já os outros turistas não são motivados diretamente pela fé à santa, mas sim por manifestações culturais ou, na condição de residentes, pelo fato de se comportarem como turistas em sua própria cidade (GASTAL, 2006).

Na categoria Lugares de acolhimento, as três subcategorias foram se apresentando ao pesquisador na forma de: a) pontos de apoio durante a romaria; b) pontos de apoio na entrada de Belém.

Como fontes de evidência, realizaram-se: observação participante, entrevistas semiestruturadas com o coordenador e entrevistas abertas com os participantes da romaria e do Círio, além de depoimentos do coordenador do grupo e dos responsáveis pelos lugares de acolhimento no percurso de Castanhal a Belém, bem como de autoridades locais envolvidas no Círio 2017.

Hospitalidade e acolhimento na Romaria de Nossa Senhora de Nazaré

Anfitrião

No grupo estudado, percebe-se a circulação da dádiva. Segundo Martins (2002), para o grupo M.A.U.S., o social somente surge sob condições particulares de doação, confiança e solidariedade, que não são explicadas nem pela óptica do interesse individual, nem pela burocracia estatal, mas pelo paradoxo do dom. Os anfitriões dos romeiros de Nossa Senhora de Nazaré têm a intenção de fazer o melhor ao seu hóspede. De acordo com Rodrigues (2015), eles são responsáveis pela felicidade de seus hóspedes.

Esses anfitriões apresentam-se individualmente, em grupos organizados entre pessoas que se conhecem ou em grupos liderados, que atraem voluntários para suas propostas e práticas de hospitalidade durante o período do Círio de Nazaré. São muitas as ações de acolhimento descoordenadas que se complementam e se adaptam com o objetivo de atender às necessidades dos hóspedes (os romeiros), minimizando seus sofrimentos.

Como aponta Godbout (1999), no caso do grupo estudado, tanto hóspedes como anfitriões compartilham do sentimento de gratidão e de estarem em contato com ela por meio do sagrado. Não se deve esquecer que a gratidão é o reconhecimento do suprimento que circula e não é incluído na dívida (conta). Mesmo praticando a caridade, considerada muitas vezes como tipo perfeito de dádiva gratuita, os caridosos continuam praticando a gratidão, pois estão retribuindo; eles dão porque receberam muito.

Ao anfitrião cabe observar as necessidades do hóspede, para corrigir e verificar se há novas demandas, tentando atendê-las na ação do próximo ano. Normalmente, é uma ação planejada e coletiva: o anfitrião, já decidido a executar o acolhimento, escolhe o local com base em observações de acolhimento em anos anteriores, decide que tipo de prática ou práticas vai realizar no local escolhido para, depois, calcular a estrutura e os insumos de que necessita para a ação.

A atuação do anfitrião depende de sua limitação e disposição física ou, ainda, de algo que amplie sua capacidade de transportar as dádivas que vai distribuir. A dádiva é tudo o que é entregue ao romeiro para minimizar seu sofrimento, alegrar seu caminho ou colaborar para que cumpra sua missão, como copos e garrafinhas de água, sucos, refrigerantes, lanches, sopas, caldos, refeições, sorvetes, terços, fitinhas, cajados e bonés. Na figura 1, uma anfitriã distribui água aos romeiros

Figura 1 – Anfitriã individual distribui água aos romeiros



Foto: Autor (2017).

No caminho da Casa da Mãe, a dádiva amplia-se e é percebida pelos romeiros de outras formas menos convencionais que a entrega de um copo de água ou comida que, de acordo com Montandon (2011), é a primeira atitude hospitaleira. Existem grupos que fazem rápidas encenações para os romeiros, outros trazem corais pra louvar a santa; há povoados que enfeitam suas entradas e queimam fogos¹⁰ para homenagear os romeiros que passam; há anfitriões que se dedicam a conversar e a incentivar seus hóspedes com palavras ou um abraço, como é o caso do Senhor Valter e família que, todos os anos, esperam os seus hóspedes desconhecidos na estrada, garantindo que eles recebam, além do abraço, uma cadeira na sombra, bem como a possibilidade de saborear uma laranja gelada e descascada ou de se refrescarem com água antes de seguirem (figura 2). Todas essas práticas de hospitalidade se iniciam com uma dádiva, confirmado o pensamento de Camargo (2004) de que a dádiva não é um ato isolado.

Figura 2 – Tenda do Senhor Valter e sua família na BR 316



Foto: Autor (2017).

Percebe-se que os grupos de familiares ou de amigos conseguem reunir várias opções para bem acolher os hóspedes, cujas práticas de hospitalidade transcorrem claramente em todos os tempos propostos por Camargo (2004). Ainda que de forma rápida, eles recebem os hóspedes com um abraço, abrigam-nos com a sombra promovida pela tenda e com cadeiras para descanso, alimentam-nos com uma laranja gelada e a água fresca, e os entretem com os “causos” que contam.

O mesmo acontece nos grupos com líder, geralmente maiores do que os grupos familiares, que conseguem ampliar mais a sua atuação, como a tenda Unidas Pela Fé (figura 3). Com seus mais de sessenta voluntários, o grupo consegue ter uma estrutura maior com banheiros químicos, comida quente e várias opções de merendas, ambulatório para curativos e massagem, e até sistema de som para homenagear seus hóspedes ou entreter-lhos. A equipe é liderada por mãe Gilda, do terreiro Saman um Si, e pela católica Lucimar, representantes de diferentes religiões, que trabalham juntas para acolher os romeiros.

Figura 3 – Ambulatório da tenda Unidas pela fé na BR 316



Foto: Autor (2017).

¹⁰ Durante o dia, são fogos comuns que produzem efeito sonoro e, à noite, são fogos de vista que produzem o efeito sonoro e visual.

O anfitrião que promove as práticas de acolhimento, seja ele individual ou em grupo, tem como missão pensar no outro, em sua necessidade. Como o hóspede é desconhecido, necessita-se “desvendá-lo”, intui-lo. Para tanto, é preciso observá-lo para, assim, chegar a entendê-lo e pensar em promover novas ações ou ações complementares no ano subsequente. Nota-se que o acolhimento, a caridade e a solidariedade são dimensões da hospitalidade que podem ser ativadas nas relações estabelecidas entre hóspedes e anfitriões (GRASSI, 2011).

Hóspede

A fé dos romeiros levando a imagem de Nossa Senhora de Nazaré estabelece uma comunicação com o sagrado, cujas relações se repetem a cada ano durante as festas e parecem reforçar os vínculos, não apenas do romeiro com a santa, mas também do romeiro com seus anfitriões, formando uma espécie de comunidade reativada pela reciprocidade. Os hóspedes são os devotos de Nossa Senhora de Nazaré que, nesse caso, viajam caminhando do interior do Pará para a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré, na capital do estado. Em grupo, eles dispõem de alguma estrutura de apoio e, em alguns casos, contam com um carro que transporta uma estrutura de cozinha e insumos. Quando conseguem melhorar a estrutura, acrescentam o carro da Santa, carro-guia geralmente com uma berlinda decorada, instalada no teto.

Entre os romeiros que caminham por dias, há relatos de que, durante as paradas, é sempre agradável e memorável o momento das refeições. Isso porque eles conversam entre si, sobre sua fé e suas dificuldades, e assim, enquanto comem juntos, se animam e reforçam laços que duram além da romaria, pois, de acordo com Boutaud (2011, p.1213), a comensalidade “é uma das formas mais reconhecidas da hospitalidade em qualquer época e em qualquer cultura”.

No entanto, há muitos romeiros que caminham sem recursos para se alimentar, portando apenas a roupa do corpo e dependendo totalmente da ajuda do anfitrião desconhecido. Na figura 4, um exemplo é a romeira Nilza Maria Pigatti Salvador, a mais antiga do grupo Zé Bode.

Figura 4 - Romeira Nilza Maria Pigatti Salvador do grupo Zé Bode

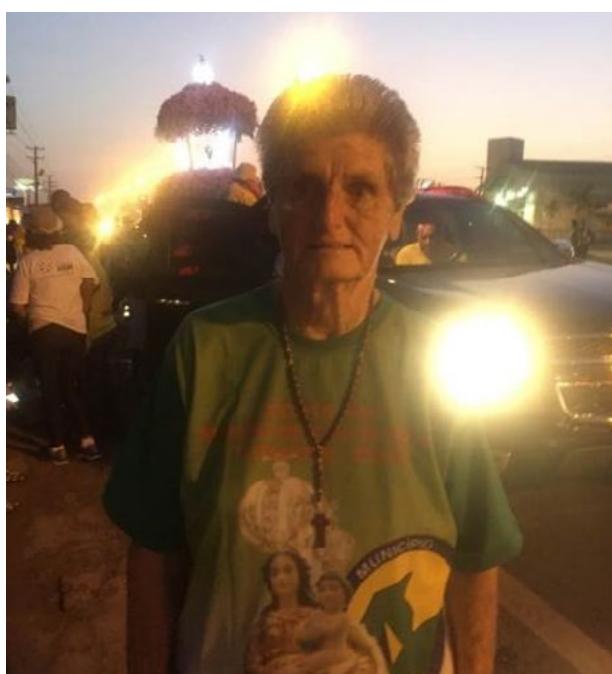


Foto: Autor (2017).

Segundo Bueno (2015), a hospitalidade pressupõe acolher e receber. Essa reação social sempre é assimétrica: um recebe; outro é recebido, mostrando a capacidade da hospitalidade de criar lugares que potencializam a socialização dos indivíduos. Gotman (1997) afirma que a hospitalidade é fundada sobre a noção de alteridade.

O sacrifício praticado na vida de seus parceiros de caminhada e no campo espiritual aproxima o romeiro da Mãe e o torna, de certa forma, sagrado; o sacrifício aparece como uma forma particular de dádiva (MAUSS; HUBERT, 2005). Encontram-se romeiros que não podem falar durante sua romaria, outros que não podem comer, ou que só podem beber água, ou ainda outros que correm e não podem parar. Em sua grande maioria, eles caminham com chinelos de borracha e meia.

As relações que se estabelecem e se repetem anualmente entre a população que acolhe e os romeiros que são acolhidos são mediadas pelo sagrado. A viagem, a romaria, têm sentido e objetivo sagrados: o hóspede não vai passear em Belém; ele vai visitar a Casa da Mãe e caminha com tal sentido e objetivo. Encontrar a Mãe em suas orações e cânticos feitos com o grupo, durante o caminho, tem como principal objetivo fazer a entrega de seu sacrifício ao entrar na Basílica e encontrar Nossa Senhora de Nazaré. Segundo Greenia (2018), a viagem sagrada pode ser vista como uma sequência ritualizada de fuga da vida normal e da rede social, durante a qual há uma imersão em um estado alterado de “liminaridade” ou de limiar, passando o indivíduo a viver em uma espécie de comunidade única de estranhos que forma sua própria sociedade.

O hóspede é desconhecido. Ninguém sabe quem vem exatamente, mas, de acordo com os anfitriões, a cada ano, aumenta o número de romeiros no trecho entre Castanhal e Belém. Alguns fazem a rota por anos consecutivos e, em determinadas ocasiões, há o reencontro entre hóspedes, romeiros, e anfitriões tradicionais, como Dona Lourdes, Senhor Valter, Gilda e Lucimar da Unidas pela Fé, que, muitas vezes, recebem velhos amigos caminhantes. Nesses casos, o hóspede, apesar de não ter avisado, é conhecido e sempre existe a possibilidade de uma conversa entre hóspede e anfitrião e um momento para foto de recordação. Na tenda de apoio de Dona Lourdes, existem vários painéis de fotos de visitantes dos anos anteriores, impressos em formato de *banners*. Nesses encontros de conhecidos, muitas vezes, existe um momento de oração, tornando a viagem sempre uma constante conexão com Nossa Senhora de Nazaré e com o sagrado.

O hóspede precisa de apoio para seguir o seu caminho até a Basílica de Nossa Senhora de Nazaré. Muitos deixam regiões remotas do estado e iniciam sua romaria desprovidos de recursos para viagem, não podendo transportar seu alimento por causa das longas distâncias e da conservação. A importância do apoio no caminho é assim retratada por um romeiro¹¹:

Ah, a melhor coisa [...] é muito importante! Às vezes a gente tá lá sem forças, com sede, é [...] sem glicose no corpo, sem energia aí vai e aparece alguém com algum bolo, ou um suco bom [...] e tudo é de qualidade, com amor, eles sempre motivando a gente, é muito importante mesmo pra gente continuar - sem eles eu acho que muita gente, a grande maioria não terminaria [...] porque teria que levar na bagagem e isso pesa, é muito, influencia muita coisa o peso, também. (Gustavo Gomes Prestes, 2017)

Esse depoimento reforça que a oferta de alimentos e outras ações de apoio ao romeiro está associada à possibilidade de concretização efetiva da rota pelo hóspede. Independentemente da classe social do romeiro, as práticas de hospitalidade no caminho são assim recebidas e sentidas pelos hóspedes como fundamentais para que milhares de romeiros cheguem à Basílica.

11 Adotou-se o recurso itálico para a transcrição dos depoimentos.

Lugares provisórios de hospitalidade

Quando, em setembro de 2017, iniciou-se o treinamento para realizar a pesquisa de campo, não se imaginava que a inquietude e curiosidade do pesquisador levariam a observar práticas de hospitalidade no trajeto percorrido, pois, de acordo com Bauman (2009), nos lugares, formam-se as experiências humanas e, segundo Baptista (2008), é necessário um lugar para que se manifestem os mecanismos da hospitalidade. Essas observações trariam as primeiras provocações de reflexão sobre a presença de lugares provisórios de hospitalidade no Caminho da Casa da Mãe.

Baptista (2002) comprehende a hospitalidade como um modo privilegiado de relação com o outro, condição de “urbanidade e civilidade”, pois, segundo ela, à medida que as sociedades urbanas se desenvolvem e se tornam mais complexas, vão perdendo o sentido de vida em comunidade. Acolher alguém de forma hospitaleira significa “abrir o espaço sem reservas ou desconfiança”. Trata-se da articulação entre o conhecido e o desconhecido.

Os anfitriões apossam-se (por um tempo, horas ou dias) de um lugar público ou particular, normalmente inóspito, como os acostamentos ou canteiros de estradas, pátios de estacionamento de caminhões ou de postos de gasolina e, até mesmo, portas de cemitérios, dentre inúmeras possibilidades presenciadas. De certa forma, tais lugares têm identidade, significado e sentido, de forma que o hóspede, de longe, os identifica como um lugar de hospitalidade montado para atendê-lo. Trata-se de um tipo de lugar provisório, ou melhor, de lugares provisórios de hospitalidade, cenários onde se dão a cena hospitaleira e a prática da hospitalidade, lugares pensados e criados para acontecer o encontro entre anfitriões e hóspedes.

Durante a pesquisa de campo, quando o autor percorreu o trajeto de 80 km em 24 horas observando um grupo de aproximadamente 1.200 romeiros que caminhavam juntos, surgiam esses lugares, fornecendo, em sua maioria, água, café e merendas; mas havia também outros lugares com ofertas diversas: sanduíches, sucos, mingaus, pão, bolos, sopas, refeições completas, picolés, refrescos industriais, iogurtes, frutas e até o cuidado de um anfitrião que, entre suas ofertas, dava a opção de o hóspede escolher uma canjica servida com ou sem canela.

Os espaços podem ser uma tenda, uma mesinha improvisada, um porta-malas de carro aberto, uma toalha ou lençol estendidos no chão. Além disso, apresentam tempo previsto para começar e terminar, que pode durar uma, duas, três ou mais horas, um plantão de 24 horas ou até dias, como apurado nas entrevistas com anfitriões. Tudo isso para atender o outro, o hóspede desconhecido, os devotos que seguem a pé para Belém, nos dias que antecedem ao Círio de Nazaré.

Lugares para acolher são montados em ambientes diversos. Além dos já elencados como aparentemente mais inóspitos, tem-se outros anotados durante o trajeto, tais como: abrigos de ônibus, arraial de comunidades, entradas de sítios, capelas, janelas e portões abertos de casas que beiram a estrada, onde se colocavam à disposição dos romeiros as ofertas citadas. Com a oferta de abrigo e alimento de uma forma afetiva e humanitária, favorece-se o acolhimento (BAPTISTA, 2008). Tendo em conta o grande fluxo de romeiros, seria esperado que houvesse o oferecimento de serviços, no trajeto, e de espaços com oferta comercial de comida e bebida. No entanto, nos casos observados, oferecia-se tudo gratuitamente, nada era cobrado. Havia sempre algum devoto ofertando alimentos e bebidas para ajudar o devoto-romeiro a cumprir sua missão de chegar a Belém.

Percebe-se que muitos desses lugares inóspitos ou inicialmente não pensados para acolher pessoas, transformam-se em lugares provisórios de hospitalidade, a partir do desejo pessoal e da ação do devoto-anfitrião, interferindo visualmente no espaço para indicar que está recebendo e oferecendo suas dádivas em formato de alimentos, cajados, espaços para descanso, curativos, entretenimento e outras ofertas, a fim de atender o hóspede desconhecido, o devoto-romeiro. Assim, com suas interferências, o anfitrião ressignifica o lugar, transformando-o em lugar provisório de hospitalidade.

Ao refletir sobre o que se viu nas manifestações, durante o caminho percorrido pelos romeiros, passou-se por aqueles lugares de hospitalidade e, com as informações coletadas em entrevistas, percebeu-se que tais lugares eram provisórios, aconteciam somente naquele período e dentro daquele contexto. Eles surgem pelo desejo e ação do devoto-anfitrião, cujos espaços passam por intervenções físicas também provisórias, onde se promove a distribuição de dádivas, recebendo, assim, um novo significado provisório.

Normalmente, tratam-se como lugares de hospitalidade os lugares permanentes, pensados ou planejados para tal finalidade, como a sala de visita e o quarto de hóspede de uma residência, que são lugares marcados e com função hospitaleira. O mesmo pode ocorrer no espaço público, quando se oferece um equipamento para a comunidade e visitantes, ou no espaço comercial, quando se constrói um hotel ou um restaurante para atender à demanda de um público determinado. Até no espaço virtual se depara com espaços de hospitalidade permanente: o site da São Paulo Turismo, por exemplo, está no ar informando e convidando o hóspede para que tenha uma boa experiência em São Paulo.

Ao se pensar na classificação dos espaços propostos no início das reflexões sobre hospitalidade de Camargo (2004), percebe-se que o autor tratava principalmente de espaços permanentes. Cabe a este trabalho chamar a atenção para as possibilidades de estudo do lugar provisório de hospitalidade, onde, muitas vezes, lugares jamais pensados para acolher se transformam em lugares provisórios e neles acontecem as práticas de hospitalidade.

Práticas de hospitalidade

Paralelamente às práticas devocionais, observam-se dimensões complexas de preparação e participação. Essas ações são mediadoras entre os anseios individuais e os coletivos, e elas suprem as necessidades simbólicas. Na festa coletiva, repleta de significados, e no contato compartilhado, percebe-se o valor da tradição do acolher, que se renova a cada edição, tornando-se lugar propício para prática da hospitalidade, como afirma Bueno (2006).

Receber bem, melhorar sempre a proposta de acolhimento e, se possível, ampliá-la na próxima edição do Círio de Nazaré foi o desejo mais citado pelos anfitriões que promovem o acolhimento dos romeiros. Percebe-se, nessa proposta, um sentimento de proteção do hóspede, tal como apontado por Pitt-Riviers (2012). Muitas vezes, o anfitrião teve uma primeira ou muitas experiências de acolhimento em outros grupos e parte para sua ação individual. Contudo, a regra é a mesma: receber bem, e da melhor forma possível, os hóspedes. Na figura 5, vê-se uma mesa de café da manhã preparada por um grupo de professores da cidade de Castanhal para os romeiros do grupo Zé Bode.

Figura 5 – Café da manhã oferecido aos romeiros



Foto: Autor (2017).

Tais práticas são planejadas com antecedência, pois demandam encontros, cálculos, previsões, compras de insumos e outras ações que necessitam também de um planejamento financeiro para arrecadar os recursos necessários. Elas são financiadas de várias formas: recursos próprios do anfitrião, rateados pelos participantes do grupo ou angariados pelo grupo por meio de rifas, festas e outras campanhas.

O local para realizar a prática geralmente parte da observação feita pelo anfitrião no ano anterior, quando ele já escolhe o local de atuação, observa algumas características do romeiro que passa por aquele local, seu futuro hóspede, e preparara-se para recebê-lo de acordo com a situação prevista. Um bom exemplo são os anfitriões da Avenida Gentil Bittencourt, na entrada da cidade de Belém, que usam bandeja para se deslocar com sua oferta até o romeiro se ele estiver passando na outra calçada porque, naquele ponto do trajeto, ele não tem mais energia para atravessar a avenida; assim, foi encontrada a solução - as bandejas - para servir.

Nos dias que sucedem o Círio de Nazaré, durante a Quadra Nazarena, o assunto que prevalece entre os anfitriões é a ação realizada e, concomitantemente, o planejamento para a próxima, geralmente, com proposta de melhoria e ampliação da ação. A família Lima, por exemplo, atua entre os seus ou com seus grupos, acolhendo, na madrugada da quinta-feira, a Romaria do Zé Bode e, nas noites de quinta e de sexta-feira, com o grupo de amigos do Clube do Remo. Eles planejam abandonar o hábito de assistir anualmente à trasladação e avançar com as práticas de acolhimento para o sábado na Avenida Gentil Bittencourt, quando já não há acolhimento para os romeiros, pois os anfitriões estão participando da trasladação e das festividades em homenagem a Nossa Senhora de Nazaré.

Nesse planejamento, os anfitriões expressam o forte desejo de aumentar, de ampliar a ação: se o anfitrião distribuiu 10 litros de café, no ano seguinte, pretende distribuir 15; se não tem o recurso, ele vira um facilitador e busca os recursos entre os amigos. Tem-se, assim, a quarta obrigação do sistema da dádiva: a dádiva entre estranhos. Dá-se aos deuses e aos que o representam sem esperar retribuição (GODELIER, 2001).

No caso do grupo estudado, fica nítido que a dádiva distribuída pelos devotos-anfitriões é uma retribuição por gratidão a feitos do sagrado; assim, não é gratuita, pois já é uma retribuição, uma contradádiva. Ela é representada como forma de circulação original e distinta, pois é “qualquer prestação de bens ou de serviço sem garantia de retorno, com vistas a criar, alimentar ou recriar os vínculos sociais entre as pessoas” (GODBOUT, 1999, p.29).

A manutenção das práticas de hospitalidade e distribuição de dádivas, durante o fenômeno religioso e cultural, retoma o sentimento de comunidade e minimiza os efeitos “selva” apontados por Baptista (2002) e faz, como diz essa autora, o anfitrião embarcar na aventura da solidariedade.

Conclusões

Ao longo do presente artigo, cujo objeto de análise foi a Romaria de Nossa Senhora de Nazaré, buscou-se evidenciar as manifestações de hospitalidade e acolhimento que acontecem no trajeto do grupo de Castanhal até Belém, por ocasião da festa do Círio de Nazaré. A pesquisa etnográfica realizada demonstrou como ambos os conceitos se manifestavam em uma situação concreta, na qual o pesquisador se viu inserido entre os romeiros, compartilhando os mesmos momentos por eles vividos.

Desse modo, as relações estabelecidas entre a população que acolhe e os romeiros que são acolhidos ultrapassam a comunicação interpessoal. Elas são mediadas pelo sagrado, e não pelos indivíduos; são irmanados na fé, no fato de serem todos filhos de Nossa Senhora de Nazaré, independentemente de sua religião, como se pôde observar nos diversos anfitriões não católicos, que promovem ações de acolhida aos hóspedes romeiros. Nesse contexto, a hospitalidade encontra-se revestida de uma função acolhedora propícia às condições relacionais fundamentadas no espírito da dádiva e da solidariedade. Todos esses aspectos são visíveis quando analisa a romaria em questão e dão conta da impossibilidade de apartá-la deles, demonstrando a necessidade de tais práticas de acolhimento e hospitalidade para a continuidade dela.

No caminho que surge entre Castanhal e Belém, observou-se que o movimento iniciado por Zé Bode e fortalecido pela parceria com o professor Nazareno até hoje mantém e amplia a Romaria de Nossa Senhora de Nazaré. Conforme os relatos dos romeiros, esse caminho tornou-se referência mediante a propagação de suas edições, atraindo mais romeiros para a rota; e mais romeiros na rota atraem mais anfitriões. Na visão dos romeiros que já repetem sua jornada por alguns anos, quanto maior for a quantidade de anfitriões, maior será a quantidade de romeiros no ano seguinte, pois existe uma espécie de “telefone sem fio”: as notícias vão sendo levadas pelos romeiros quando eles retornam às suas cidades de origem e contam seus casos e “causos” durante a romaria. Eles são como heróis, respeitados pela forte fé, pela coragem, pela capacidade de conquista. Dessa forma, são ouvidos por seus concidadãos, e suas histórias vão espalhando a fama do acolhimento na rota entre Castanhal e Belém.

O que se vê no trecho de oitenta quilômetros, compreendido entre as cidades de Castanhal e Belém, é o surgimento natural de uma rota religiosa. Nos dias que antecedem o Círio de Nazaré, muitos grupos de várias regiões do Pará dirigem-se à Castanhal e ali iniciam suas romarias, por saberem que, no trecho entre essa cidade e a basílica de Nazaré, nesses dias, existe acolhimento promovido pela população residente às margens ou próxima à estrada, bem como pela população da cidade de Belém.

Também se sabe da existência do grupo mais tradicional que percorre o caminho, popularmente chamado de grupo do Zé Bode. Ele foi o incentivador das práticas de acolhimento que, hoje em dia, estão cada vez mais presentes no percurso e atraem outros grupos. Ademais, esse grupo representa um modelo para outros grupos que surgem.

Os romeiros - individuais ou em grupos organizados - que, inspirados pelo romeiro Zé Bode e outros pioneiros, praticam, nos dias que antecedem o Círio de Nazaré, a romaria entre Castanhal-Belém, enquadram-se em todas as características da peregrinação apontadas por Greenia (2018) em seu artigo *What is Pilgrimage*. Os romeiros também celebram uma localização e se destinam a ela, deixando seu local de origem, percorrendo longas distâncias, praticando rituais que tornam a jornada, para o indivíduo e para o grupo, inesquecível, memorável.

Apesar do grande número de romeiros na rota descrita, ainda não há, por parte do poder público, o seu reconhecimento, tampouco há nenhum movimento ou iniciativa governamental para criar infraestrutura para ela. A falta de infraestrutura para atender aos romeiros gera um grave problema ambiental, causado pelo descarte aleatório – e em grandes proporções – de embalagens plásticas de inúmeros tipos e tamanhos, ao longo de todo o caminho.

Acredita-se que possibilitar uma estrutura para coleta seletiva de resíduos e realizar um trabalho de educação ambiental junto ao romeiro, além de também propor uma destinação para o material coletado, mediante parcerias com cooperativas de catadores, por exemplo, minimizaria os impactos negativos da rota. O intenso fluxo pontual e anual de romeiros do Círio de Nazaré precisa ser administrado de forma mais sustentável, em especial no trecho Castanhal-Belém, a fim de beneficiar todos os envolvidos e consolidar essa rota religiosa com um melhor aproveitamento turístico.

De acordo com Bueno (2015), as relações sociais constituem-se e fortalecem-se por meio de uma forma particular e essencial de interação e torna-se mediadora entre os anseios da comunidade. Promover ações a favor das questões ambientais, associadas às práticas de acolhimento, pode fortalecer a rota e transformá-la em um atrativo regional e em um produto importante do turismo religioso brasileiro e internacional. Com isso, as cidades situadas no decorrer do caminho poderiam se organizar e oferecer um acolhimento melhor aos romeiros, criando pontos de apoio com água e banheiro. Há ainda a possibilidade de associar a essa rota patrimônios culturais de realce nas cidades que a compõem, de forma a consolidá-la como rota permanente, e não sazonal.

Referências

- ALVES, Isidoro. *O carnaval devoto: um estudo sobre a festa de Nazaré, em Belém*. Petrópolis, Vozes, 1980.
- AVENA, Biagio M. *Turismo, educação e acolhimento: um novo olhar*. São Paulo, Roca, 2006.
- BAPTISTA, Isabel. Hospitalidade e eleição intersubjetiva: sobre o espírito que guarda os lugares. *Revista de Hospitalidade*. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, ano V, n. 2, dez. 2008, pp. 5-14.
- BAPTISTA, Isabel . Lugares de Hospitalidade. In: Dias, C. M. de M. (Ed), *Hospitalidade: reflexões e perspectivas*. Barueri, Manole, 2002, p. 157-164.
- BAUMAN, Zygmunt. *Comunidade, a busca para uma segurança no mundo atual*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2009.
- BINET-MONTANDON, Christiane. Acolhida: uma construção do vínculo social. In: MONTANDON, Alain. *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo, Senac, 2011, pp. 1171-1184.
- BOUTAUD, Jean Jacques. Compartilhar a mesa. In: MONTANDON, Alain. *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo, Editora Senac, 2011, pp. 1213-1230.
- BRASIL. *Segmentação do turismo: marcos conceituais. Orientações básicas*. Brasília, Ministério do Turismo, 2006.
- BRASIL. *Turismo cultural. Orientações básicas*. 3.ed. Brasília, Ministério do Turismo, 2010.
- BUENO, Marielys Siqueira. *Acolhimento em ambientes turísticos e não turísticos*. São Paulo, Universidade Anhembi Morumbi, 2015. (Comunicação oral).
- BUENO, Marielys Siqueira Festa: o dom do espaço. *Revista de Hospitalidade*. São Paulo: Universidade Anhembi Morumbi, ano III, n. 2, 2. semestre 2006, pp. 91-103.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima. *Hospitalidade*. São Paulo, Aleph, 2004.
- CAMARGO, Luiz Octávio de Lima . *Projeto Conscientização para o Acolhimento*. Documento não publicado. São Paulo, 2008.
- CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. O outro como fim: a caridade como mimesis do Deus. Implicações teóricas. In: MARTINS, Paulo Henrique; CAMPOS, Roberta Bivar Carneiro. *Polifonia do dom*. Recife, Editora Universitária UFPE, 2006, pp. 141-164.
- GASTAL, Susana. Turista Cidadão: *Uma contribuição ao Estudo da Cidadania no Brasil*. In: *Anais do XXIX Congresso Brasileiro de Ciências da Comunicação*. Intercom – Sociedade Brasileira de Estudos Interdisciplinares da Comunicação, 2006. Disponível em: <http://www.portcom.intercom.org.br/pdfs/153045190808854777108231357126206582002.pdf>. Acesso em 23/05/18
- GODBOUT, Jacques T.; CAILLÈ, Alain. *O espírito da dádiva*. Rio de Janeiro, Editora Fundação Getúlio Vargas, 1999.
- GODELIER, Maurice. *O enigma do dom*. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2001.
- GOTMAN, Anne. La question de l'hospitalité aujourd'hui. *Revue Communications*, Paris, Editions du Seuil, n. 65, 1997, pp. 59-68.
- GRASSI, Marie-Claire. Transpor a soleira. In: MONTANDON, Alain (Org.). *O livro da hospitalidade: acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo, SENAC, 2011, pp. 45-54.
- GRENA, George D. Whats is Pilgrimage?. *International Journal of Religious Tourism and Pilgrimage*. V.6, Iss. 2, Art. 3, 2018. Disponível em: <https://arrow.dit.ie/ijrtp/vol6/iss2/3>. Acesso em 20/12/18.
- MALINOWSKI, Bronislaw. *Argonautas do Pacífico Ocidental – Um relato do empreendimento e da aventura dos nativos nos arquipélagos da Nova Guiné Melanésia*. São Paulo: Abril Cultural, 1976.
- MARTINS, Paulo Henrique. Prefácio. In: MARTINS, Paulo Henrique (org.). *A dádiva entre os modernos: discussão sobre os fundamentos e as regras do social*. Petrópolis, Vozes, 2002, p. 7-15.

- MAUÉS, Heraldo. “Feliz Círio!” – Relatos, interpretações e memórias afetivas de um casal de antropólogos. In: FIGUEIREDO, Sílvio Lima (Org.). *Círio de Nazaré, festa e paixão*. Belém, EDUFPA, 2005.
- MAUSS, Marcel. *Ensaio sobre a dádiva*. Lisboa, Edições 70, 2001.
- MAUSS, Marcel; HUBERT, Henri. *Sobre o sacrifício*. São Paulo, Cosac Naify, 2005.
- MONTANDON, Alain. *O livro da hospitalidade. Acolhida do estrangeiro na história e nas culturas*. São Paulo, Editora Senac, 2011, p. 31-37.
- PITT-RIVIERS, J. The Law of Hospitality. *HAU: Journal of Ethnographic Theory*, 2, 2012, pp. 501-517.
- RAFFESTIN, Claude. Réinventer l'hospitalité. *Communications*, Paris, Editions du Seuil, n.65, 1997, pp. 165-177.
- RODRIGUES, Jeferson Ferreira. “Alarga o espaço da tua tenda”: uma abordagem teológica da hospitalidade inter-religiosa. Dissertação de mestrado, Teologia, Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul, 2015.

Recebido em: 19/11/2019

Aprovado em: 18/05/2021

Como citar este artigo:

FRUGOLI, Ricardo; REJOWSKI, Mirian e BASTOS, Sênia Regina. Hospitalidade e acolhimento na romaria de Nossa Senhora de Nazaré. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 754-769.



O declínio da criminalidade e a transformação da vida urbana nas cidades norte-americanas

Herbert Rodrigues¹

Resenha do livro: SHARKEY, Patrick. *Uneasy Peace: The Great Crime Decline, the Renewal of City Life, and the Next War on Violence*. New York, W. W. Norton, 2018.

No ano de 1990, ocorreram, somente na cidade de Nova York, 2.245 homicídios, cerca de 3 mil casos de estupros e o registro de mais de 500 mil outros crimes, como roubos, assaltos e furtos. Em 2018, ocorreram apenas 289 assassinatos e houve uma redução drástica dos demais crimes. Em um período de 28 anos, a metrópole que aumentou sua população em torno de um milhão de habitantes testemunhou o declínio de quase 90% dos casos de homicídios. A taxa média anual de 30,66 assassinatos por 100.000 habitantes caiu para 3,31, a menor já registrada na história.

O auge da queda acentuada da criminalidade deu-se em 26 de novembro de 2012, quando não houve registro de crimes violentos ou quaisquer ocorrências de tiroteio na cidade de Nova York, durante 24 horas, pela primeira vez na história da cidade (BBC News, 2012). Números parecidos são encontrados em outras cidades norte-americanas, como Atlanta, Dallas, Los Angeles e Washington, onde ocorreram quedas significativas de 60% a 80% dos homicídios. Mesmo em cidades que ainda mantêm taxas consideradas altas de criminalidade, como Oakland e Philadelphia, a queda chegou a 33%. Esse período pacífico de quase três décadas é chamado, nos Estados Unidos, de “o grande declínio do crime”.

O livro *Uneasy peace: the great crime decline, the renewal of city life, and the next war on violence* (2018) [“Paz inquieta: o grande declínio do crime, a renovação da vida na cidade e a próxima guerra contra a violência”, em tradução literal] apresenta uma explicação detalhada do grande declínio do crime nas cidades norte-americanas. O sociólogo Patrick Sharkey expõe perspectivas e dados oriundos de diversas disciplinas, incluindo Neurociência, Sociologia, Criminologia, Demografia, Urbanismo, Administração Pública e Economia, para demonstrar que as explicações das causas da violência urbana não podem – e não devem – ser separadas das explicações dos fenômenos sociais, como educação, moradia e emprego.

O principal argumento de Sharkey centra-se nos esforços de organizações públicas, privadas e de entidades sem fins lucrativos, que resultaram na queda significativa da violência, beneficiando diretamente as populações mais desfavorecidas. O livro oferece sugestões de políticas públicas concretas e viáveis, destinadas a promover a manutenção da paz e reduzir as desigualdades sociais e econômicas. O autor argumenta que o enfrentamento da violência e das desigualdades exige, entre outras coisas, uma mudança da atual perspectiva voltada para a punição e o abandono para uma abordagem focada na justiça e nos investimentos sociais.

Patrick Sharkey organizou o livro em dez capítulos divididos em três partes. O trabalho possui ainda um breve prefácio em que o autor expõe os contrastes entre uma época marcada pela violência urbana e o momento atual de relativa paz. Os três primeiros capítulos que formam a parte I discorrem sobre “a nova cidade americana”; a parte II contém três capítulos que tratam dos “benefícios do declínio do crime”; e a parte III, com quatro capítulos, avalia “os desafios da violência e da desigualdade urbana”.

1 Missouri State University, EUA, e Núcleo de Estudos da Violência da Universidade de São Paulo (NEV-USP) – São Paulo – Brasil
- hrrodrigues@missouristate.edu - <https://orcid.org/0000-0002-4987-1486>

O capítulo 1 apresenta, de maneira resumida, a história do “fim da era da violência”. O histórico de violência urbana nos EUA começou por volta de 1960 e não parou de crescer até atingir o ápice no início dos anos 1990. Para se ter uma ideia, a taxa de homicídios de jovens aumentou 83% em menos de dez anos, de 8,7 por 100.000 habitantes para 15,9 entre 1985 e 1993. Esse desequilíbrio causou uma distorção na percepção da população norte-americana, majoritariamente branca, sobre a gravidade do problema, uma vez que os crimes letais se concentravam em grupo demográfico específico: jovens negros e pobres. O autor afirma que a queda dos homicídios nas últimas décadas, por um lado, beneficiou a população mais vulnerável e, por outro, contribuiu para o aumento da sensação de segurança. Em 1990, 30% dos norte-americanos achavam que o maior problema do país era a violência; no final dos anos 2000, apenas 5% tinham a mesma opinião.

O capítulo 2 discute a transformação da vida nas cidades e a reconquista do espaço público pelos moradores. Segundo o autor, o próprio conceito de cidade estava ligado, de maneira simbiótica, à ideia de violência até meados dos anos 1990. Nesse capítulo, Sharkey revisita os principais estudos urbanos, incluindo os trabalhos de importantes etnógrafos como Elijah Anderson (1999), Loïc Wacquant (2008), Victor Rios (2011), dentre outros, para dizer que não é possível haver paz e segurança em bairros com espaços segregados e deteriorados, com concentração de pobreza, de prostituição, de venda e uso de drogas, além da falência do policiamento e dos serviços sociais. A retomada do espaço público, seja por meio de associações comunitárias, seja por meio de remodelação e transformação do espaço (gentrificação), representou elemento fundamental para que as cidades deixassem de ser vistas como lugares perigosos.

O capítulo 3 apresenta uma continuação da discussão anterior. Aqui, Sharkey segue descrevendo as transformações do espaço urbano e adiciona a questão da proliferação das tecnologias de vigilância. O espaço público passou a ser vigiado por câmeras de segurança, ocupado por policiais e por guardas privados. O autor chega a conclusões simples a partir de estudos: mais policiais nas ruas, menos incidência de crimes. No entanto, o autor lembra que essa tática contribuiu para o aumento do encarceramento em massa e da violência policial, muitas vezes endossados pela maioria da população. Outro fator importante de transformação do espaço público foi a proliferação sem precedentes de organizações não governamentais de luta pela não violência. Nos bairros onde organizações foram criadas houve um fortalecimento dos laços comunitários e a queda substancial do número de homicídios.

A segunda parte do livro trata dos benefícios gerados pela queda da criminalidade. O capítulo 4 inicia-se com a apresentação de números impressionantes. Em 2009, houve 459 assassinatos em Chicago: a cada quatro vítimas três eram jovens negros. Para o autor, o extermínio de jovens pode ser comparado a uma doença. Mas, diferentemente de outros problemas de saúde pública, o homicídio não afeta apenas a vítima e o perpetrador, mas toda a comunidade. Sharkey acredita que, ao contrário de doenças com grandes gastos de recursos públicos, a violência é uma causa de morte que passa despercebida por afetar desproporcionalmente a população mais jovem, particularmente homens negros entre 15 e 30 anos de idade. Por essa razão, o capítulo 4 aborda a importância da preservação da vida de jovens negros.

O autor apresenta outros números para ilustrar a urgência desse problema: a cada 100.000 mulheres brancas, 77 anos de vida foram perdidos devido aos homicídios em 2014; a cada 100.000 homens brancos, 177 anos de vida foram perdidos no mesmo ano; a cada 100.000 mulheres negras, 218 anos de vida foram perdidos; e a cada 100.000 homens negros, 1.239 anos de vida foram perdidos devido aos homicídios, somente no ano de 2014. Com auxílio de projeções, o autor afirma: se a taxa de homicídios tivesse mantido o nível de crescimento do começo dos anos 1990, o número de anos de vida perdidos de homens negros seria quase o dobro, chegando na casa dos 2.396. Com isso, o autor busca refletir que, apesar da persistente disparidade de mortes entre negros e brancos, o declínio dos homicídios foi responsável pela preservação de milhares de vidas de jovens negros.

O capítulo 5 talvez seja a contribuição mais original do livro. Aqui, o autor apresenta a relação entre o medo da violência e o processo de aprendizado das crianças. Mesmo não sofrendo violência direta, o medo da violência compromete a vida da comunidade como um todo. Isso ocorre porque a violência afeta não apenas aqueles que sofrem danos físicos diretos, mas principalmente as crianças

que vivem com medo sempre que veem ou ouvem relatos de violência no bairro. Utilizando estudos da Neurociência, o autor afirma que o medo da violência opera como o mecanismo mais prejudicial no desempenho escolar. Viver com medo causa tensão e ansiedade, tornando ainda mais difícil a capacidade de concentração nas tarefas escolares e o controle dos impulsos. Nas palavras do autor, “era como se as crianças que foram testadas, logo após um homicídio local, tivessem perdido dois anos de escolaridade e voltassem ao nível de desempenho cognitivo dos anos anteriores” (Sharkey, 2018: 86 – tradução nossa). Esse impacto é ainda maior nas crianças negras e pobres por estarem mais expostas à violência em bairros desfavorecidos.

A questão do medo da violência também consiste em objeto de estudos realizados com crianças e adolescentes brasileiros. Trabalhos recentes demonstraram os efeitos do medo da violência no processo de socialização e de aprendizado das regras. Adolescentes que vivenciaram ou ouviram falar de violência no bairro e na escola desenvolveram visões negativas sobre figuras de autoridade, como pais e professores, e comportamentos de quebra de regras (Medina e Rodrigues, 2019; Gomes, Piccirillo e Oliveira, 2019).

O capítulo 6 discute o problema das desigualdades. O autor constata que a redução da criminalidade não diminuiu a taxa de pobreza nas cidades e ainda abriu espaço para o fenômeno da gentrificação. As áreas urbanas anteriormente deterioradas e dominadas pela violência passaram a receber novos moradores com maior poder aquisitivo. Isso causou uma transformação na dinâmica do espaço com a consequente expulsão dos moradores de baixa renda. Simultaneamente, as cidades norte-americanas tornaram-se mais seguras e mais desiguais no período de grande declínio do crime. De todo modo, o autor observa uma mudança positiva na experiência diária com a desigualdade. Nos anos 1990, ser pobre significava correr maior risco de vitimização. Agora, apesar da persistente desigualdade, com comunidades e escolas mais seguras, as crianças de famílias pobres podem se concentrar melhor nos estudos e, eventualmente, romper com o ciclo de pobreza ao acessar educação de melhor qualidade e oportunidades de emprego.

A parte final do livro consiste em quatro capítulos que abrangem os desafios da violência e da desigualdade urbana. O capítulo 7 descreve o processo de abandono das comunidades, o problema da justiça punitivista e os novos comprometimentos pela luta contra violência. Trata-se do capítulo mais extenso do livro, em que são apresentadas as ações executadas pelo poder público nas últimas décadas, seus sucessos e fracassos. Além disso, o autor apresenta dois conjuntos de narrativas que emergiram durante os anos 1960, e que ainda persistem no presente, como explicações da crise da violência nas cidades. O primeiro conjunto compreende a violência como produto da injustiça e da desigualdade. A solução, nesse caso, seria uma agenda de longo prazo de investimentos em programas sociais. O segundo conjunto explica a crise urbana como resultado da falta de leis e da desordem. Essas são as raízes daquilo que o autor identifica como abandono e punição. No fundo, a principal resposta do sistema de justiça para a violência e a pobreza se resume no aumento das punições e no abandono das comunidades desfavorecidas pela falta de investimento na infraestrutura urbana. Para reverter esse quadro, seria necessário levar adiante novas políticas, voltadas para a redução das desigualdades.

O capítulo 8 tem como foco principal a polícia. O autor descreve alguns planos de ações empenhados pelo Departamento de Polícia da cidade de Nova York nas últimas décadas, que foram replicados em outros lugares. O plano que mais se destacou visava fortalecer as relações da vizinhança com a polícia. A ideia era evitar que comunidades com problemas urbanos crônicos, como iluminação pública de má qualidade, lixo nas ruas e população em situação de rua, apresentassem maiores taxas de criminalidade. No fundo, o autor afirma se tratar de uma atualização da “teoria das janelas quebradas”, em que pequenos casos de desordem geram mais desordem. No entanto, prevaleceu a prática de abordagem e revista policial, de brutalidade e do uso excessivo de força como modelo de policiamento. Nesse capítulo, podemos perceber claramente que houve um desinvestimento nos serviços sociais e um investimento pesado nos mecanismos repressivos de punição e no aparato das forças policiais. As políticas implementadas, nos últimos anos, propiciaram a cultura de combate e a violência policial. E o modelo pautado na punição gerou a situação atual de falta de confiança na polícia.

O autor afirma que não dá para separar o trabalho da polícia do sistema de justiça criminal. A morte de homens negros pela polícia consiste em exemplo visível da cultura de confrontação da violência nas cidades norte-americanas pautada no abandono de políticas públicas, com foco na justiça criminal punitiva, no investimento no aparato repressivo e na política de tolerância zero voltada para as comunidades de baixa renda.

O capítulo 9 trata dos “próximos guardiões urbanos”. Por “guardião”, o autor entende que a transformação da comunidade somente ocorre por meio da apropriação e cuidado do espaço público pelos próprios moradores. Trata-se de um modelo urbano focado na comunidade com moradias acessíveis para várias faixas de renda, com acesso aos serviços de saúde, bem-estar social, emprego e uso do espaço público. O controle da violência ocorreria, portanto, a partir da coesão e da eficácia coletiva da comunidade com a supervisão dos moradores.

O capítulo 10 encerra a discussão com a síntese das ideias centrais do livro em quatro pontos-chave: (I) o declínio da violência é real e transformou a vida urbana nos EUA; (II) a violência diminuiu por causa da ocupação do espaço público, realizada por uma variedade de grupos sociais; (III) o declínio da violência beneficiou o segmento mais desfavorecido da sociedade, em especial os jovens negros; (IV) as estratégias usadas para enfrentar tanto a pobreza, quanto a violência, tiveram altos custos. Inegavelmente, o declínio da violência resultou em benefícios para a sociedade. No entanto, as desigualdades persistem. Por essa razão, o autor faz um alerta: se a violência voltar a crescer nos próximos anos, as consequências das desigualdades serão mais severas.

O livro *Uneasy Peace* revela que a taxa de homicídios consiste em uma parte dos benefícios do declínio da violência urbana. A queda da violência conduziu uma mudança profunda na vida urbana das cidades norte-americanas. Não se trata apenas de declínio quantitativo, mas em mudança normativa e qualitativa na sociedade. Por isso que o livro examina duas áreas da vida social mais beneficiadas pela redução das taxas de criminalidade: a expectativa de vida de jovens e o desempenho escolar. O destaque mais surpreendente encontra-se no aumento das notas dos estudantes em testes nacionais, na redução da evasão escolar e na possibilidade de mobilidade social por meio de educação de melhor qualidade.

O autor afirma que, por um lado, evidências sugerem que as mudanças na justiça criminal e no policiamento contribuíram, mesmo que parcialmente, para a redução de crimes violentos. Por outro lado, os protestos contra a brutalidade policial dão sinais claros de que os métodos utilizados para confrontar a violência urbana não são mais aceitáveis pelo público. Outra questão de destaque envolve o encarceramento em massa, que até pode ter contribuído para a redução da criminalidade, mas é preciso alinhar o argumento crítico para compreender que esse sistema contribui diretamente para perpetuar as desigualdades.

O livro também destaca o aumento da expectativa de vida de jovens negros. Dados apresentados demonstram que um rapaz negro nascido em 2012 teve acréscimo de nove meses de expectativa de vida em comparação a um rapaz negro nascido em 1991, quando a violência urbana atingiu o seu auge. Embora possa não parecer grande diferença, Sharkey ressalta que esse único fato equivale a eliminação da epidemia de obesidade no país em decorrência das comorbidades relacionadas à redução de expectativa de vida.

Ainda que o declínio da violência tenha levado a resultados positivos nos testes educacionais, em escolas mais seguras, em crescentes oportunidades de emprego, em mobilidade social e econômica na parcela mais pobre da população, e em maior expectativa de vida entre homens negros e pobres, o autor faz questão de enfatizar que a violência e a desigualdade social continuam presentes nas cidades mais segregadas dos EUA.

Além disso, é importante enfatizar que o grande declínio do crime e da criminalidade reflete algumas ambivalências na sociedade norte-americana. Evidentemente, a queda das taxas de criminalidade resulta em algo positivo, mas há custos altos. Parte dessa queda está relacionada ao aumento sem precedentes do encarceramento em massa e da brutalidade policial. Como sabemos, esses fenômenos

têm efeitos desproporcionalmente negativos nas comunidades pobres. A diminuição da violência teve efeitos diretos na preservação de vidas. Mas mesmo em níveis baixos, não podemos esquecer que a taxa de homicídios de negros é dez vezes maior que a de brancos (Flaherty e Sethi, 2010).

A confiança na polícia consiste em fator fundamental na prevenção da criminalidade (Tyler, 2006). Em comunidades pobres a população passou a ter medo da polícia e não confiar nas autoridades, em especial os jovens. E há razões para isso: as imagens de jovens negros sendo estrangulados diante das câmeras em plena luz do dia deixam marcas profundas na avaliação do trabalho da polícia.

Sharkey oferece sugestões de controle do crime, como as estratégias de segurança pública e de bem-estar desenvolvidas na própria comunidade, mas ressalta que os operadores da justiça criminal (incluindo a polícia) podem ser simultaneamente parte do problema e da solução. Embora o sistema de justiça criminal tenha contribuído para a redução do crime, problemas associados ao aumento da vigilância, ao policiamento ostensivo e agressivo, ao encarceramento em massa, ao medo da violência, à educação precária e à pobreza podem ser atribuídos, pelo menos em parte, às políticas centradas no abandono das comunidades desfavorecidas e do sistema de justiça punitivista.

De qualquer maneira, pode-se afirmar que as cidades norte-americanas se encontram no período mais seguro da história e que ocorreu uma mudança radical – e inesperada até – do comportamento da população, que passou a ocupar o espaço público devido ao aumento da sensação de segurança.

Não apenas os Estados Unidos estão mais seguros do que nunca, mas as principais nações do Norte Global se beneficiaram dessas mudanças nas últimas décadas. Os motivos ainda não são totalmente claros. A pergunta “por que as taxas de crime caíram?” não foi totalmente respondida ao longo do livro. Patrick Sharkey reconhece que se trata de uma questão multidimensional, que muitos estudiosos ainda enfrentam e debatem.

O autor enumera alguns fatores que indicam possíveis respostas para o declínio da criminalidade, como a melhoria da situação econômica da população, a maior eficácia do sistema de justiça e do trabalho da polícia, o controle das armas, a expansão do sistema de vigilância privada, mudanças no perfil demográfico das grandes cidades (as cidades que tiveram aumento de populações imigrantes tornaram-se mais seguras, por exemplo), o envelhecimento da população, a redução do consumo de álcool e drogas, fatores ambientais relacionados à eliminação da contaminação das águas por chumbo, a instalação de ar condicionado nas residências e nos prédios comerciais, a reconquista do espaço público pelos cidadãos, o engajamento civil nas comunidades, o acesso à medicação de controle da hiperatividade e até a possibilidade de acesso à lei do aborto (o autor cita alguns estudos especulativos sobre a relação entre gravidez indesejada e o não nascimento de potenciais criminosos). A combinação desses fatores conjugada com políticas de longo prazo, o combate à pobreza, o aumento da confiança nas autoridades e de outros acordos mútuos relacionados ao uso do espaço público contribuíram decisivamente para o declínio da criminalidade e a transformação da vida nas cidades norte-americanas.

O livro foi publicado no final de 2018. Uma rápida atualização com dados dos últimos dois anos, sobretudo com impacto da crise causada pela pandemia da Covid-19 e os protestos raciais deflagrados após o assassinato de George Floyd em maio de 2020, mostraria um aumento significativo da violência urbana e dos homicídios. De acordo com o Departamento de Polícia de New York, foram registrados 462 homicídios na cidade em 2020; uma alta de 44,8% (NYPD, 2021). Mas ainda é cedo para afirmar se a violência urbana voltou a subir ou se estamos atravessando um período excepcional. De qualquer maneira, o próprio autor chama a atenção para a inquietude do problema da violência urbana nos EUA.

Cientistas sociais, em geral, buscam explicações parcimoniosas para fenômenos sociais complexos, como a violência e a criminalidade. O livro de Sharkey deixa claro, no entanto, que o aumento ou a diminuição da violência ocorre a partir da combinação multidimensional de diversos fatores. Para compreender corretamente o fenômeno da violência, torna-se fundamental exercer reflexão baseada em evidências e no desenvolvimento de políticas sociais abrangentes e duradoras. A “guerra” contra a violência começa com investimentos públicos permanentes e a redução das desigualdades.

Referências

- ANDERSON, Elijah. *Code of street: decency, violence, and the moral life of the inner city*. New York, Norton, 1999.
- BBC News. New York City celebrates day without violent crime. *BBC News – US & Canada*, 29 nov. 2012. Disponível em: <https://www.bbc.com/news/world-us-canada-20536201>. Acesso em: 3 junho 2021.
- FLAHERTY, Brendan; SETHI, Rajiv. Homicide in black and white. *Journal of Urban Economics*, v. 68, n. 3, nov. 2010, pp. 215-230.
- GOMES, Aline M. M.; PICCIRILLO, Debora; OLIVEIRA, Renan T. Violência na escola e no bairro: o impacto da vitimização na autoridade dos professores e nos comportamentos de quebra de regras de adolescentes. *Revista Brasileira de Segurança Pública*, São Paulo, v. 13, n. 2, jul./dez. 2019, pp. 158-171.
- MEDINA, Justin; RODRIGUES, Herbert. The effects of victimization and fear of crime on the legal socialization of young adolescents in São Paulo, Brazil. *International Journal of Offender Therapy and Comparative Criminology*, v. 63, n. 8, dec. 2019, pp. 1148-1174.
- NYPD. *Overall crime in New York City reaches record low in 2020*. New York Police Department, Media, 6 jan. 2021. Disponível em: <https://www1.nyc.gov/site/nypd/news/p0106a/overall-crime-new-york-city-reaches-record-low-2020>. Acesso em: 4 junho 2021.
- RIOS, Victor. *Punished: policing the lives of Black and Latino boys*. New York, New York University Press, 2011.
- SHARKEY, Patrick. *Uneasy peace: the great crime decline, the renewal of city life, and the next war on violence*. New York, W. W. Norton, 2018.
- TYLER, Tom R. *Why people obey the law*. Princeton, Princeton University Press, 2006.
- WACQUANT, Loïc. *Urban outcast: a comparative sociology of advanced marginality*. Cambridge, Polity Press, 2008.

Recebido em: 10/07/2021

Aprovado em: 27/09/2021

Como citar esta resenha:

RODRIGUES, Herbert. O declínio da criminalidade e a transformação da vida urbana nas cidades norte-americanas. *Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar*, v. 11, n. 2, maio - agosto 2021, pp. 772-777.

Diretrizes para Autores

A Revista Contemporânea publica artigos em português, inglês, espanhol e francês.

Normas para o envio de originais:

Para a submissão de textos, é exigida dos autores a titulação mínima de mestre. Fomentamos publicações de interesse acadêmico e social, redigidas de forma coerente, objetiva, gramaticalmente adequada, e que apresente consistência teórico-metodológica e argumentativa.

A submissão de um artigo a Contemporânea implica que o mesmo não tenha sido publicado total ou parcialmente como parte de livros ou em revistas e que não tenha sido enviado simultaneamente a outro periódico. Manuscritos publicados em anais de eventos científicos são considerados inéditos: nesses casos, os autores devem informar em nota de rodapé os dados completos dos anais do evento no qual o trabalho foi apresentado.

Todos os trabalhos devem ser inéditos, mas são publicadas traduções de textos teóricos relevantes, a partir da seleção e indicação do Comitê Editorial.

O conteúdo das obras assinadas é de responsabilidade exclusiva dos autores, assim como a seleção dos descritores (palavras-chave).

Artigos – em arquivo Word, com no máximo 25 páginas em letra Times New Roman 12, espaço 1,5, acompanhados de resumo (no máximo sete linhas) palavras-chave (no máximo cinco) e título, em português, inglês e espanhol; Os títulos de livros e revistas mencionados no corpo do texto devem vir em itálico, assim como as palavras estrangeiras e eventuais ênfases do/a autor/a.

Resenhas – Serão aceitas resenhas de livros publicados no Brasil e no exterior, no máximo, há três anos.

Os textos deverão vir com uma folha de rosto, informando: nome do/a autor/a, filiação institucional, telefone e email. O nome do/a autor/a não deverá constar no corpo do texto, garantindo o anonimato do processo de avaliação e seleção. Em casos de textos com imagens e/ou figuras devem ser enviadas em formatos jpeg. A responsabilidade pelos direitos autorais de reprodução ficará a cargo do/a autor/a.

Dossiês - A organização dos Dossiês se inicia com o Comitê Editorial definindo a temática a ser abordada na sessão Dossiê e o convite de um/a pesquisador(a)/professor(a) responsável por coordená-la. Dessa maneira, a partir das normas gerais para a sessão Dossiê – número de cinco artigos no mínimo e seis no máximo, todos originais, avaliados por pares - o coordenador tem liberdade para definir sua composição e redigir a apresentação.

Apresentação da Filiação Institucional - Na folha de rosto, o/a autor/a deverá informar seu vínculo institucional seguindo o modelo da revista: nome da universidade ou instituto de pesquisa por extenso e, entre parêntesis, sua sigla, traço, cidade da instituição, país, e-mail. Exemplo: Universidade Federal de São Carlos (UFSCar) - São Carlos - Brasil - xxxx@ufscar.br - ORCID:

Indicação do Financiamento da Pesquisa - Caso se trate de resultado de pesquisa financiada adicionar curta nota de rodapé - a partir do título - indicando o financiamento segundo as regras do/a financiador/a.

Citações – As citações, preferencialmente, deverão estar na língua em que o artigo foi escrito. Se houver necessidade de colocar a citação na língua original, ela deve vir como nota de rodapé.

Notas de Rodapé - Numeradas consecutivamente ao final de cada página, incluindo apenas comentários. Os/as autores/as devem ser destacados no corpo do texto, seguindo a seguinte orientação: sobrenome do autor, ano da obra, dois pontos, página (Butler, 2003: 25). Obras publicadas no mesmo ano devem ser diferenciadas pelas letras do alfabeto (1988a – 1988b).

Referências Bibliográficas - As referências bibliográficas devem ser citadas ao final do artigo (resenha, documento, entrevista), obedecendo os seguintes critérios:

LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [BECKER, Howard. *Outsiders- Estudos de Sociologia do Desvio*. Rio de Janeiro, Jorge Zahar, 2008 (1963)].

CAPÍTULO DE LIVRO – sobrenome do autor, nome do autor. Título do capítulo (sem aspas). In: sobrenome do autor, nome do autor. Título do livro (itálico). Local de publicação, editora, data, páginas. [HONNETH, Axel. Teoria Crítica. In: GIDDENS, Anthony e TURNER, Jonathan. (Orgs.) *Teoria Social Hoje*. São Paulo, Editora UNESP, 1999, pp. 503-552.]

ARTIGOS EM REVISTAS – sobrenome do autor, nome do autor. Título do artigo (sem aspas). Nome da revista (itálico). Local de publicação, volume (v.), número (n.) ano, páginas. [SILVA, Maria Aparecida de Moraes. *A cultura na esteira do tempo*. São Paulo em Perspectiva. São Paulo, v. 15, n. 3, Julho 2001, pp. 102-112.]

DISSERTAÇÃO E TESES – sobrenome do autor, nome do autor. Título da dissertação ou tese (sem itálico). Disciplina, Universidade, data. [BALIEIRO, Fernando de Figueiredo. *A Pedagogia do Sexo em O Ateneu: o dispositivo de sexualidade no internato da “fina flor da mocidade brasileira”*. Dissertação de mestrado, Sociologia, UFSCar, 2009.]

E-mail da Revista para Envio de Originais: revcontemporanea@gmail.com

Contemporânea – Revista de Sociologia da UFSCar está online, no sistema Open Journal, no endereço: www.contemporanea.ufscar.br

Processo de Avaliação pelos Pares

Os trabalhos são apreciados pelo Comitê Editorial, que avalia a titulação mínima dos autores; a adequação textual dos trabalhos; a originalidade e o enquadramento dos mesmos no foco e escopo da revista. Após esse primeiro processo, o Comitê Editorial encaminha as peças para dois consultores ad hoc no sistema de avaliação dupla cega. No caso de concordância entre os consultores, os pareceres - que podem aceitar o artigo, recusar o artigo ou propor mudanças - são encaminhados pelo Comitê Editorial ao autor. Quando há pareceres contraditórios entre estes consultores, o desempate resulta da submissão do artigo a um/a novo/a parecerista.

Conforme a legislação brasileira - Lei nº 9.610/1998 - não será aceita qualquer forma de plágio. Em caso de denúncia de plágio, o comitê editorial usará um programa específico para detectar o plágio - software CopySpider – (<https://copyspider.com.br/main/pt-br>) . Se confirmado, o artigo

778 Normas para o envio de originais

será retirado da revista.

O tempo estimado para uma decisão final é de 3 meses no caso de artigos que sejam rejeitados na avaliação pelo Comitê Editorial (que avalia aspectos formais, assim como a adesão do artigo ao escopo da revista). Para os artigos enviados para pareceristas ad hoc, o tempo médio entre a submissão e a decisão final é de 10 meses.

A revista recebe um número cada vez maior de submissões e desde início de 2020 tem se esforçado para reduzir o tempo de avaliação dos artigos.

Revisão:

Cláudia Baracuí | G3 Comunicação

Diagramação:

G3 Comunicação
www.g3.com.br

Projeto Gráfico e Capa:

Diagrama Editorial
www.diagramaeditorial.com.br

